UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

DO SERTÃO PARA O MAR

—

UM ESTUDO SOBRE A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA NA AMÉRICA,
A PARTIR DA COLÔNIA: O CASO DO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS
(1751-1798)

Mauro Cezar Coelho

Orientador: Prof^ª. Dr^a. Mary Del Priore

São Paulo
2005

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

DO SERTÃO PARA O MAR

—

UM ESTUDO SOBRE A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA NA AMÉRICA,
A PARTIR DA COLÔNIA: O CASO DO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS
(1750-1798)

Mauro Cezar Coelho

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Mary Del Priore

São Paulo
2005

*Para meus pais, que me ensinaram a vida,
Para Breno e Lucas, que a tornaram mais bela,
Para Maria do Carmo, que me mostrou como ganhá-la,
Para Wilma, a quem amo.*

AGRADECIMENTOS

Todos aqueles que passaram pela experiência do doutoramento sabem o quanto se fica a dever a um sem número de pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuem para a realização do trabalho final. Eu, de minha parte, sou um homem de imensas dívidas, devidas a um rol numeroso de amigos, colegas e familiares, não apenas pela natureza deste trabalho, mas por ser ele resultado de um deslocamento considerável – tanto teórico, quanto espacial. Agradeço a todos que colaboraram para a sua conclusão.

Essa tese não poderia ter a feição que assumiu, não fosse a confiança da professora Mary Del Priore, minha orientadora. A crítica pontual, a reflexão estimulante e a aposta no trabalho foram fundamentais para que eu pudesse me aventurar em campos nos quais ainda não havia me envolvido. Aprendi, mais que tudo, sobre a profissão e sobre como é preciso coragem para vivê-la intensamente. Meu muitíssimo obrigado.

O Programa de História Social da Universidade de São Paulo é merecedor de justos agradecimentos. Beneficiei-me, imensa e especialmente, das discussões ocorridas no âmbito da disciplina «Populações Indígenas e Colonização na América Portuguesa, séculos XVI-XVIII», ministrada pelo professor Pedro Puntoni. Como aluno, senti-me amparado pela presteza dos funcionários, os quais tornaram os procedimentos burocráticos menos penosos.

Os professores Flávio dos Santos Gomes e Henrique Soares Carneiro participaram do Exame de Qualificação. Agradeço a precisão da leitura e a crítica pertinente e generosa. Na medida em que o argumento da tese permitiu, as questões propostas por ambos foram incorporadas. Todas elas, no entanto, serviram de estímulo à reflexão e a pautaram os momentos subsequentes de elaboração da tese.

Este trabalho é em grande parte resultado de minha experiência como pro-

fessor e pesquisador em duas universidades do Norte do Brasil, de modo que inicialmente agradeço aos meus colegas de departamento nas universidades federais do Amapá e do Pará. Nesta última, agradeço especialmente a liberação para cumprir parte das obrigações da pesquisa e da redação da tese; nela fui agraciado, ainda, com uma bolsa de PICDT.

Em ambas as universidades, tive a felicidade de poder discutir alguns pontos deste trabalho, nas diversas disciplinas que ministrei, e de me beneficiar dos questionamentos dos alunos. Agradeço a todos e, em especial, aos alunos da disciplina Tópicos Temáticos II, oferecida no segundo semestre de 2001, na UFPA, e aos alunos da Especialização em História e Historiografia da Amazônia, na UNIFAP, desde a sua inauguração em 1999. Um agradecimento especial é destinado a aluna Evair Alves Pereira que, como pesquisadora do passado colonial paraense e conhecedora dos códices do Arquivo Público do Pará, indicou-me a leitura do Códice 160.

Uma parte dos dados utilizados na pesquisa foi coletada por bolsistas de Iniciação Científica: Bruna Guerreiro Martins, Eva Cristina Santos Cardoso, Sirley Maria Ataíde Nunes, participantes do Programa de Iniciação Científica da UFPA; Ana Emília da Luz Lobato e Francisca Fontenele foram incorporadas à pesquisa por meio do Projeto Integrado Trabalhadores & Sociedades Agrárias no Grão-Pará, séculos XVIII e XIX. As fontes relativas da Coleção Pombalina foram adquiridas através do Projeto Fronteira, trabalho e Estado: Amazônia Brasileira nos séculos XVIII e XIX. Ambos com chancela e financiamento do CNPq.

Os pesquisadores reunidos em torno dos dois projetos a que me referi foram interlocutores importantes, na construção de minha reflexão sobre o passado colonial do amazônico: logo no início, fizeram parte do primeiro deles, Claudia Fuller e Nírvea Rave-na; durante todo o tempo em que estiveram em vigor, foram companheiros Flávio dos Santos Gomes, Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Jonas Marçal de Queiroz e Geraldo Prado. Agradeço a todos.

Fui beneficiado pela generosidade dos funcionários de alguns centros de guarda e conservação de documentos: no Rio de Janeiro, o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; em Natal, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; em João Pessoa, o NIDIHR; em Belém, o Arquivo Público do Pará e o Grêmio Literário Português. Agradeço a Nalgea, no NIDIHR e a Nazaré Gès no Grêmio Literário. No Arquivo do Público do Pará fui agraciado pela prontidão de Goreth, Jesus e Mara – graças à gentileza e generosidade com que me trataram, senti-

me em casa. Para elas um agradecimento especial e caloroso.

Alguns amigos e colegas de profissão foram fundamentais, também.

Patrícia Maria Melo Sampaio leu e criticou a tese. Profunda conhecedora da história colonial do Vale Amazônico, Patrícia premiou-me com debates, confrontos e questionamentos, os quais foram responsáveis pelo amadurecimento da tese e da minha reflexão sobre a Colônia. Acima de tudo, Patrícia tem me ensinado que a amizade prescinde da concordância irrestrita. Rosa Elizabeth Acevedo Marim tem sido parceira de uma série de projetos – alguns concretizados, outros em gestação. Extremamente generosa, ensinou-me muito da vida na Colônia, leu e criticou alguns capítulos, além de sugerir o título do segundo deles.

Flávio dos Santos Gomes e Jonas Marçal de Queiroz são companheiros de uma história – sem modéstia – de sucesso. Parceiros na elaboração de projetos e publicações, são também críticos do trabalho que venho produzindo. Flávio é autor de trabalhos importantes sobre a escravidão nas capitanias e províncias do Norte, oferecendo-me um contraponto interessante para pensar a questão indígena. Jonas Marçal de Queiroz tem sido depositário de uma grande amizade e de uma afinidade intelectual: esta última viabiliza projetos em conjunto – ainda que em universidades cada vez mais distantes, especialmente – enquanto aquela não prejudica a sua crítica, sempre correta, sobre os textos e reflexões que lhe apresento.

Helenice Rocha leu algumas partes da tese e me favoreceu com sua crítica precisa. Com ela, tenho apurado minha reflexão sobre uma das dimensões da profissão que é o nosso trabalho de formadores de professores. Helenice enobrece o conteúdo da palavra interlocução, não somente pela propriedade de suas intervenções, mas, sobretudo, pelo talento em vislumbrar desdobramentos inesperados, naquilo que lhe apresentamos.

Breno Baía ajudou na revisão, lendo a tese à cata de erros. Sem sua leitura, as incorreções seriam em número muito maior do que os existentes – os quais são de minha total responsabilidade. Wilma Baía Coelho leu e discutiu o trabalho em diversos momentos, indicando pontos nebulosos e sugerindo encaminhamentos promissores. Meu muitíssimo obrigado.

Em Belém e Natal, sou grato ao apoio logístico e a amizade dos compadres Isabel Lucena e Sérgio Cardoso. Em Macapá, pela força, pelo incentivo e amizade, sou grato a Katy e Hélio Motinha – Katy é especial, pela força com que defende e ampara aqueles que têm o privilégio de partilhar a sua amizade. No Rio de Janeiro, meus tios Maria

e Wilson merecem beijos e abraços calorosos pelos votos de sucesso. Em Niterói, Helenice, Rocha, Felipe e Patrícia – grandessíssimos e queridíssimos amigos – cuidaram de mim em mais de uma viagem de pesquisa – sou-lhes grato por tudo, principalmente pela amizade que prezo tanto.

No Rio de Janeiro e em Porto Alegre, meus irmãos e sobrinhos forneceram o suporte afetivo necessário. Ana Paula, Gláucia, Itamar e Roberto, meus irmãos, foram, juntamente com cunhados e cunhadas, especialmente importantes por suprirem a minha ausência nos momentos em que nossos pais exigiam a presença de todos os filhos. Minha querida sobrinha Roberta foi um manancial de preocupação e afeto que muito me honra. A família, grande há muito tempo, ficou maior – a torcida, por conseguinte, foi mais forte. Muito obrigado a todos.

Há alguns anos, numa conversa que mudou minha vida, Maria do Carmo de Souza Frazão incentivou-me à vida acadêmica. Essa tese é um dos resultados que colhi daquela conversa – agradeço enormemente à querida Carminha. A distância que a vida nos impôs não diminuiu a amizade, o respeito e a admiração que lhe devoto.

Dedico esta tese a meus pais: a Joaquim, meu pai, por me ter ensinado, com um senso didático inusitado, que sonhar é parte essencial da vida; a Olga, minha mãe, uma mulher extraordinária, por me fazer ver que sonhos se realizam com coragem e luta, e que certa (grande) dose de humor é fundamental - em tudo. Pela força, pelo exemplo, por tudo que as palavras dizem e por tudo que o silêncio importa, obrigado.

Breno e Lucas entraram em minha vida e se apossaram dela, preenchendo-a de sentido, alegria e de uma vontade desmedida de merecer-lhes. Com eles tenho partilhado os momentos mais felizes que jamais pensei viver. Essa tese lhes é devedora em vários aspectos, não apenas por terem suavizado, com sua presença e suas interrupções, os percalços inerentes ao extenuante trabalho de pesquisa, análise e redação, mas sobretudo, por terem-na dimensionado. Wilma é sonho e também realidade – agradeço por ela ser ambas as coisas e, por isso, ser o objeto do meu amor.

RESUMO

Este trabalho tem por objeto de estudo o *Directorio que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário* - legislação implementada no Estado do Grão-Pará e Maranhão, entre os anos de 1758 e 1798. Elaborada em meio às intervenções do ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo para a região, essa lei tem sido vista pela historiografia como uma lei *pombalina*. A análise buscou acompanhar os processos de formulação da lei. Assim, a tese propõe uma compreensão distinta da comumente aceita: o Diretório dos Índios (como a lei ficou conhecida) surgiu como um desdobramento dos conflitos havidos entre a Metrópole portuguesa e sua Colônia americana. Logo, não se trata de uma lei pombalina, mas de uma resposta do ministério de Carvalho e Mello ao conflito que se lhe apresentou – a qual incorpora demandas coloniais e metropolitanas. Por outro lado, a tese buscou compreender o exercício da lei e, nesse sentido, tratou de evitar concebê-lo como o desdobramento lógico do que dispunham os seus dispositivos legais. Antes, tratou de entendê-lo como relacionado ao contexto que o fez emergir. Dessa forma, a tese busca evidenciar que os conflitos que provocaram a lei foram determinantes para a conformação da sua aplicação e trata de analisar, então, a atuação dos agentes históricos envolvidos, ao longo do período de sua vigência: as populações indígenas, os colonos, os missionários e os agentes da administração metropolitana.

ABSTRACT

This work's subject matter is the *Directorio que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário* - legislation implemented in the State of Grão-Pará and Maranhão during forty years, since 1758 until 1798. That legislation was elaborated at the same time of some others, implemented by Minister Sebastião Jose de Carvalho e Mello, as part of a political plan to improve relations between the Colony and its Metropolis. As a consequence of that, history has signed the legislation as a Marquis of Pombal's law. The analysis realized in this work searched to follow the making process of the law. Thus, the thesis considers a distinct understanding in relation to the idea accepted by history: the Directory of the Indians (as the law became known) appeared as a result of the conflicts which occurred between the Portuguese Metropolis and its American Colony, and incorporates colonial and metropolitan demands. On the other hand, the thesis searched to understand the law practices as related to the context that made it to emerge, to make evident that the conflicts that had provoked the law had been determinative for the conformation of its application the thesis analyzes the performance of the historical agents involved: the Indian populations, colonists, the missionaries and the agents of the metropolitan administration.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO/ABSTRACT	8
ABREVIATURAS	12
LISTA DE TABELAS	15
LISTA DE GRÁFICOS	17

PROLEGÔMENOS

INTRODUÇÃO	21
PRIMEIRO CAPÍTULO – HERÓIS MUTANTES	45
A Herança de Iracema – o estigma da servidão voluntária	49
A Edificação da Ambigüidade – indolência e resistência em um único herói	58
A Ressurreição de Ajuri caba – a restituição da vontade indígena	65
O Diretório dos Índios – historiografia e história	73

PRIMEIRA PARTE

SEGUNDO CAPÍTULO – A ORDEM DOS CONFLITOS	88
O Tratado de Madri, as missões e a fronteira Norte	94
As Diretrizes Metropolitanas: a projeção pombalina	105

As Dificuldades da Prática	115
TERCEIRO CAPÍTULO – UMA LEI COLONIAL	132
Felicidade da Metrópole e Riqueza do Sertão	135
Nem tanto a Terra, nem tanto ao Mar	149

SEGUNDA PARTE

QUARTO CAPÍTULO – OUTRA VIDA	175
O Casamento, a Educação e o Trabalho: vias da transformação	178
O Imenso Portugal: vilas e lugares no Vale Amazônico	196
A Metamorfose Indígena: de guerreiro a <i>Principal</i>	208
QUINTO CAPÍTULO – O GERME DA DESTRUIÇÃO	224
Entre a Projeção e a Realidade: a economia do Diretório dos Índios	230
Os Limites da Igualdade: a inserção indígena na sociedade colonial do Diretório dos Índios	244
Subversão e Submissão: o paradoxo da lei em sua execução	258
CONCLUSÃO	286

REFERÊNCIAS

FONTES	291
BIBLIOGRAFIA	305

ANEXOS

TABELAS	351
GRÁFICOS	375

ABREVIATURAS

AHU	- Arquivo Histórico Ultramarino.
AN	- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
ANPOCS	- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.
ANPUH	- Associação Nacional de História.
APEP	- Arquivo Público do Pará.
BNLCP	- Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina.
CEDEAM	- Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia.
CFCH/UFPa	- Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
CPDOC	- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.
EDIPUCRS	- Editora Universitária da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
EDUERJ	- Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
FAPESP	- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
FFLCH	- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
FGV	- Fundação Getúlio Vargas.
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio.
HAHR	- <u>Hispanic American Historical Review</u> .

IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IPRI	- Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.
IUPERJ	- Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.
MARI	- Grupo de Educação Indígena da USP.
MCM-IHGB	- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. <u>A Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado</u> . Rio de Janeiro: IHGB, 1963. 3 v.
MEC	- Ministério da Educação (Brasil).
N.A.E.A.	- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.
NDIHR	- Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.
NEHD	- Núcleo de Estudos em Demografia Histórica.
SENAC	- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SPVEA	- Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.
UFPA	- Universidade Federal do Pará.
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco.
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
UFRO	- Universidade Federal de Rondônia.
UFU	- Universidade Federal de Uberlândia.
UNAMAZ	- Associação de Universidades Amazônicas.
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas.

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá.

USP - Universidade de São Paulo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Indivíduos Concedidos pelo Bando de 14/02/1754.
Tabela 2	- Bando de 14/02/1754 – Concessão por Etnia e Cor.
Tabela 3	- Bando de 14/02/1754 – Concessão por Etnia e Cor (% Ano).
Tabela 4	- Bando de 14/02/1754 – Concessão por Idade.
Tabela 5	- Bando de 14/02/1754 – Concessão por Gênero.
Tabela 6	- Bando de 14/02/1754 – Concessão de Adultos por Gênero.
Tabela 7	- Bando de 14/02/1754 – Distribuição de Indivíduos pelos Beneficiados.
Tabela 8	- Povoações da Capitania do Pará.
Tabela 9	- Distribuição dos Gêneros Produzidos pelas Povoações do Pará, nos anos de 1761, 1767, 1769, 1771 e 1772.
Tabela 10	- Relação de <i>Descimentos</i> Coligidos.
Tabela 11	- Composição da Receita e Despesa das Povoações da Capitania.
Tabela 12	- Distribuição de Empregados por Famílias.
Tabela 13	- Distribuição de Escravos por Famílias.
Tabela 14	- Distribuição de Empregos por Famílias.
Tabela 15	- Nomeações (1772-1794).
Tabela 16	- Nomeações por Etnia e Cor.

Tabela 17 - Distribuição dos Índios, segundo as solicitações às povoações, nos anos de 1775, 1776, 1777, 1778, 1780, 1781, 1782, 1783, 1788, 1789, 1790, 1791, 1793, 1794 e 1795.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Detalhe da População da Vila de Alenquer.
- Gráfico 2 - Detalhe da População da Vila de Almeirim.
- Gráfico 3 - Detalhe da População da Vila de Alter do Chão.
- Gráfico 4 - Detalhe da População da Vila de Arraiolos.
- Gráfico 5 - Detalhe da População do Lugar de Azevedo.
- Gráfico 6 - Detalhe da População do Lugar de Baião.
- Gráfico 7 - Detalhe da População do Lugar de Barcarena.
- Gráfico 8 - Detalhe da População da Vila de Beja.
- Gráfico 9 - Detalhe da População do Lugar de Benfica.
- Gráfico 10 - Detalhe da População da Vila de Boim.
- Gráfico 11 - Detalhe da População da Vila de Bragança.
- Gráfico 12 - Detalhe da População da Vila de Cametá.
- Gráfico 13 - Detalhe da População do Lugar de Carrazedo.
- Gráfico 14 - Detalhe da População da Vila de Chaves.
- Gráfico 15 - Detalhe da População da Vila de Cintra.
- Gráfico 16 - Detalhe da População da Vila de Colares.
- Gráfico 17 - Detalhe da População da Vila de Conde.

- Gráfico 18 - Detalhe da População da Vila de Espozende.
- Gráfico 19 - Detalhe da População da Vila de Faro.
- Gráfico 20 - Detalhe da População do Lugar de Fragoso.
- Gráfico 21 - Detalhe da População da Vila de Gurupá.
- Gráfico 22 - Detalhe da População da Vila Nova de Mazagão.
- Gráfico 23 - Detalhe da População da Vila de Melgaço.
- Gráfico 24 - Detalhe da População do Lugar de Mondin.
- Gráfico 25 - Detalhe da População da Vila de Monforte.
- Gráfico 26 - Detalhe da População da Vila de Monsarás.
- Gráfico 27 - Detalhe da População da Vila de Monte Alegre.
- Gráfico 28 - Detalhe da População da Vila Nova de El Rei.
- Gráfico 29 - Detalhe da População da Vila de Óbidos.
- Gráfico 30 - Detalhe da População da Lugar de Odivelas.
- Gráfico 31 - Detalhe da População da Vila de Oeiras.
- Gráfico 32 - Detalhe da População da Vila de Ourém.
- Gráfico 33 - Detalhe da População do Lugar de Outeiro.
- Gráfico 34 - Detalhe da População do Lugar de Penha Longa.
- Gráfico 35 - Detalhe da População da Vila de Pinhel.
- Gráfico 36 - Detalhe da População da Vila de Pombal.
- Gráfico 37 - Detalhe da População do Lugar de Ponte de Pedra.
- Gráfico 38 - Detalhe da População da Vila de Portel.

- Gráfico 39 - Detalhe da População da Vila de Porto de Moz.
- Gráfico 40 - Detalhe da População do Lugar de Porto Grande.
- Gráfico 41 - Detalhe da População do Lugar de Porto Salvo.
- Gráfico 42 - Detalhe da População do Lugar de Rebordello.
- Gráfico 43 - Detalhe da População da Vila de Salvaterra.
- Gráfico 44 - Detalhe da População da Vila de Santarém.
- Gráfico 45 - Detalhe da População da Vila de Santarém-Novo.
- Gráfico 46 - Detalhe da População do Lugar de São Bento do Rio Capim.
- Gráfico 47 - Detalhe da População da Vila de São José de Macapá.
- Gráfico 48 - Detalhe da População do Lugar de São José do Piriá.
- Gráfico 49 - Detalhe da População do Lugar de Serzedelo.
- Gráfico 50 - Detalhe da População da Vila de Soure.
- Gráfico 51 - Detalhe da População da Vila de Souzel.
- Gráfico 52 - Detalhe da População da Vila de Veiros.
- Gráfico 53 - Detalhe da População da Vila da Vigia.
- Gráfico 54 - Detalhe da População da Vila de Vilar.
- Gráfico 55 - Detalhe da População do Lugar de Vilarinho do Monte.
- Gráfico 56 - Detalhe da População da Vila de Vistoza.
- Gráfico 57 - Detalhe da População da Capitania do Grão-Pará (1773-1798).

PROLEGÔMENOS

INTRODUÇÃO

As leis devem ser relativas ao físico do país, ao clima frio, quente ou temperado; à qualidade do solo, à sua situação, à sua extensão; ao gênero de vida dos povos, agricultores, caçadores ou pastores; devem relacionar-se, também, com o grau de liberdade que sua constituição pode permitir; com a religião de seus habitantes, suas inclinações, riquezas, número, comércio, costumes, maneiras. Enfim, elas se relacionam entre si e também com sua origem, com o objetivo do legislador, com a ordem das coisas sobre as quais estão estabelecidas. É desses pontos de vista, portanto, que é necessário considerá-las.

Montesquieu

Amazônia.¹ Um nome que evoca diversas imagens. Grande parte delas é colorida em diversos tons de verde. Pensar a Amazônia implica, muito frequentemente, em visualizar uma imensa e pujante floresta – o *pulmão do mundo*. Suas matas e sua extensão parecem ocupar todo o quadro que se forma no pensamento. Inspiram a idéia de que à profusão exuberante de sua natureza corresponda um volume de riquezas proporcionais. A palavra remete, então, à grandeza sem par de suas matas – o esplendor da América do Sul. A Amazônia se concretiza no imaginário, então, como um espaço grandioso, coberto de infinitas florestas, compostas de imensas árvores e entrecortada por rios fabulosos – oceanos de água doce – que guardam tesouros incomensuráveis.

Não é por outra razão, talvez, que uma das palavras mais associadas à Amazônia Brasileira, nos últimos decênios do século XX, tenha sido «biodiversidade»² - signo que tenta resumir as riquezas naturais, visíveis ou não, guardadas no portentoso universo verde. A natureza, ao que parece, domina a imaginação relativa à região, de modo que no mesmo período, as comunidades ali residentes passaram a ser chamadas de «povos da floresta».³

O superlativo presente em tudo o que se refere à natureza amazônica e às riquezas nela contidas não se estende, todavia, ao seu panorama social. As imagens formadas em relação àquela parte do espaço brasileiro são, em grande parte, destituídas de elementos humanos. Os indígenas foram e têm sido, em larga medida, a exceção à regra. Ultimamente, seringueiros, castanheiros e garimpeiros acompanham os índios na condição de habitantes da Amazônia – são os Povos da Floresta. Todos, no entanto, partilham algo mais do que a convivência, nem sempre pacífica naquelas paragens: não são vistos como constituintes do espaço, à medida que não são percebidos como elementos que interferem, ao menos positivamente, na sua conformação. A Amazônia surge na imagem que o Ocidente formula como um espaço sem agente social definido – ela é, antes de tudo, um ecossiste-

¹ A Amazônia, ao contrário do que sugere o orgulho nacional, é uma conformação ecológica que extrapola os limites do território brasileiro. A denominação se refere à área ocupada pela floresta equatorial latifoliada Sul Americana, estendendo-se, portanto, por oito países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. Apesar da antiguidade do termo, a sua remissão a uma conformação ecológica data do século XX. Sobre essas questões ver OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papirus, 1990, p. 9-11.

² Sobre biodiversidade ver, GARCIA, Eloi S. Biodiversidade, biotecnologia e saúde. *Cadernos de Saúde Pública* - Publicação da Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 495-500, jul./set. 1995;

³ A designação é recorrente, especialmente, entre as associações civis, como se pode notar, entre outros exemplos, pelo Documento Final, do II Encontro Interinstitucional dos Povos da Floresta do Vale do Juruá Acreano (mimeografado). Para uma análise da luta dos “povos da floresta”, ver, ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Direitos à Floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - Publicação da ANPOCS, v. 19, n. 55, p. 33-52, julho/2004.

ma.

Euclides da Cunha deu forma a esta idéia, que já não era nova em sua época, ao afirmar que o homem era, ali, um intruso impertinente.⁴ Sua visão da Amazônia,⁵ aliás, é bem representativa do caráter superlativo a ela associado, mesmo quando a adjetivação não é de todo positiva.

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem ... Os mesmos rios ainda não se firmaram nos leitos; parecem tatear uma situação de equilíbrio, derivando, divagantes, em meandros instáveis, contorcidos em *sacados*, cujos istmos a revezes se rompem e se soldam numa desesperadora formação de ilhas e de lagos de seis meses, e até criando formas topográficas novas em que estes dois aspectos se confundem; ou expandindo-se em *furos* que se anastomosam, reticulados e de todo incharacterísticos, sem que se saiba se tudo aquilo é bem uma bacia fluvial ou um mar profusamente retalhado de estreitos. Depois de uma única enchente se desmancham os trabalhos de um hidrografo.⁶

Vasto, luxuoso e opulento são adjetivos que serviram para caracterizar e reconhecer uma natureza que não merecia simpatia. Reproduzindo algumas das teses dos naturalistas do século XVIII, percebeu a natureza amazônica como em estado de formação, do que seria testemunho a quantidade e a corpulência dos anfíbios. A definiu, então, como uma natureza incompleta, ainda que portentosa,⁷ e, mesmo, nociva. A magnificência do rio Amazonas, na visão que construiu, traduzia-se em capacidade destruidora, pois o volume das suas águas – carregadas de nutrientes – alimentava outras plagas, que não as brasileiras, de modo que afirmava: “o rio, que sobre todos desafia o nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos rios”.⁸

Na sua visão, essa natureza extravagante – e perniciosa – inibia a presença humana. Assegurava que a impressão causada por ela era inversamente proporcional a sua receptividade às tentativas de civilização. Classificou de vãos os esforços empreendidos ao

⁴ Devo a Jonas Marçal de Queiroz o aprendizado sobre as reflexões de Euclides da Cunha, acerca da Amazônia Brasileira. Em um trabalho conjunto, elaboramos uma análise sobre a produção historiográfica relativa à Amazônia, partindo do seu conhecimento, já consolidado, sobre a questão. Ver QUEIROZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro Cezar. Fronteiras da história, limites do saber: a Amazônia e seus intérpretes. In: Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX). Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001. p. 159-190.

⁵ Euclides da Cunha fez suas observações como membro da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus.

⁶ CUNHA, Euclides. Terra sem história. In: Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Introdução, organização e notas de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, p. 25-26.

⁷ Ibidem.

⁸ Ibidem, p. 27-30.

tempo da colonização – tudo retornava à “bruteza original”. Daí que imputava à natureza a responsabilidade pela presença rarefeita do homem: sua força e sua inconstância, resultados de sua condição de natureza em formação, tornavam inúteis as tentativas de submetê-la.⁹ Dando continuidade a sua consideração fundamental, presente em *Os Sertões*, via os homens como resultantes do meio.¹⁰ No entanto, enquanto que a aridez do agreste nordestino produzia fortes, a exuberância da selva amazônica resultava em uma humanidade fraca, preguiçosa e lasciva.¹¹

Euclides da Cunha evidencia o modo pelo qual, de par com a natureza espetacular, a imagem da Amazônia vem se constituindo como um quadro livre da presença humana. Evidentemente, a gênese desse processo não remonta a Euclides da Cunha, e tampouco culmina com suas considerações. José de Souza Martins, em texto publicado quase cem anos depois daquele do repórter de Canudos, denuncia como a idéia de Amazônia ainda se relaciona a um território no qual a presença humana é rarefeita. Não somente por esta encontrar-se em número reduzido, mas porque se considera humano apenas o branco, o cristão, sendo o índio mais um testemunho da ausência.¹²

Em meados do século XVIII, uma imagem muito próxima da descrita acima coordenou uma série de iniciativas no sentido de transformar o panorama físico e humano daquela, então, parte da América Portuguesa. Um conjunto de acontecimentos fez com que o Vale Amazônico, mais uma vez já naquele tempo, fosse objeto de um ambicioso projeto de colonização que pretendia enquadrar seus habitantes e a sua natureza no universo do Império Colonial Português. Houve, no entanto, um fator que distinguiu essa iniciativa das que a antecedeu: ela compreendia a inclusão do indígena na sociedade lusa, por meio de um paradigma laico e da prática de um ideal de civilidade, baseado no trabalho e na miscigenação: trata-se do *Directorio que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário*.

Publicado em 1758, o Diretório dos Índios, como ficou conhecido, compreendeu um conjunto de medidas que projetavam regular a liberdade concedida aos índios

⁹ Ibidem, p. 33.

¹⁰ Idem, *Os Sertões*: campanha de canudos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1954.

¹¹ Idem, *Op. cit.*, 1994, p. 35.

¹² MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAES, Fernando A. (dir.); SCHHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 659-726, p. 660-664.

três anos antes.¹³ Seus dispositivos consideravam a educação do índio, tanto no que dizia respeito ao domínio da Língua Portuguesa, quanto no que tangia a adoção de valores europeus (como o apego ao trabalho), como uma estratégia de melhoria das condições de vida. Concebiam a transformação do estatuto do índio, torná-lo vassalo português, passível de receber honrarias e exercer funções nas administrações locais. Aqueles dispositivos recomendavam, ainda, a integração de colonos e índios, por meio do incentivo ao casamento interétnico; e regulavam o controle e a distribuição do trabalho indígena, garantindo a manutenção da condição tradicional das populações indígenas no Vale: mão-de-obra.

O Diretório dos Índios foi estendido ao Estado do Brasil, dois anos após sua promulgação. Foi no Vale Amazônico, todavia, que ele conheceu sua maior expressão. Ali, mais que em outras áreas da América Portuguesa, no século XVIII, as populações indígenas constituíram o esteio da sociedade colonial. O plural, aplicado às populações indígenas, é necessário. O espaço amazônico era ocupado por sociedades distintas, com traços culturais específicos, a documentação sobre o Período Colonial traz referências a várias *nações* indígenas. Um levantamento, feito nos documentos consultados, apontou a existência das seguintes nações, de acordo com a nomenclatura encontrada:¹⁴ *Achouari, Amboá, Anaraguará, Apáma, Arapijô, Ariquêna, Aroaqui, Aru, Ayirini, Baníba, Baré, Bayanai, Cambéba, Carapeuára, Catavixi, Cayarás, Cayuvicêna, Coçá, Cochiuará, Coerumá, Coevaná, Coretú, Grilho, Ie-brié, Iriyu, Juma, Mamayanázes, Manáo, Maué, Mayupi, Mepuri, Miranya, Nheengaibas, Omáua, Pacajaz, Passe, Paráuaaná, Parianá, Saconhapéz, Sorimão, Tamuaná, Tocúná, Topinambá, Uanani, Varaná-cuácena, Vayupi, Urarú, Xomãna, Yupivá, entre outros.*¹⁵

¹³ O termo, diretório, é de ordem jurídica, significando a declaração de leis ou diretrizes a serem seguidas, cfe. BLUTE-AU, D. Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Colégio das Artes, 1712-1721.

¹⁴ Um dos grandes problemas com que o pesquisador se depara é a identificação dos grupos indígenas habitantes do espaço amazônico, ao tempo da colonização. As denominações utilizadas pelos colonizadores são pouco precisas, pois, como apontam Nádia Farage e Paulo Santilli, um etnônimo pode referir-se a grupos distintos ou um grupo pode ser identificado por vários etnônimos (conforme, FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. Estado de sítio: territórios e identidades no valo do rio Branco. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 267-278). O termo *nações* é recorrente na documentação do período, sempre utilizado para identificar grupos indígenas. Ele é resultado, certamente, do esforço europeu em tornar familiar os grupos indígenas com que travava contato, tentando reconhecer características que distinguíssem as diversas populações indígenas. Mesmo diante da ocorrência de outras categorias etnômicas, como as lingüísticas, optei pela utilização do termo *nação*. Ele me pareceu satisfatório, em função dos objetivos da tese e da documentação selecionada – ambas serão de conhecimento dos que percorrerem as páginas que seguem. Sobre como os povos indígenas têm sido identificados, ver, além do texto citado nesta nota, URBAN, Greg. A história da cultura brasileira, segundo as línguas nativas. In: *ibidem*. p. 87-102

¹⁵ Sobre as populações indígenas habitantes do Vale, no período colonial, ver: PORRO, Antônio. História indígena do Alto e Médio Amazonas – séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Op. cit.*, 1992. p. 175-196; TAYLOR, Anne Christine. História pós-colombiana da Alta Amazônia. In: *Ibidem*. p. 213-238; WRIGHT, Robin M. História indígena do noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas. In: *Ibidem*. p. 253-266; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia – Sertões do Grão-Pará, c. 1755 - c. 1823*. 2001. Tese

Essas e as demais nações que habitavam aquela parte da América Portuguesa constituíram o objeto do desejo de colonos e missionários. Em função da disputa que ambos os grupos travaram ao longo de século e meio, e diante das injunções introduzidas pela necessidade de estabelecer limites precisos, separando as possessões espanholas e portuguesas na América, a Metrópole lusa decidiu intervir e introduzir uma nova política indigenista. O Diretório dos Índios é parte desta política. Nesta tese ele é entendido, todavia, como um acrescentamento americano. Ainda que tenha sido formulado pela Metrópole, defendo que seu caráter resultou das injunções impostas pela Colônia.

Esta tese, portanto, trata dessa lei, das relações sociais que a constituíram e que organizaram a sua prática. Nesse sentido, ela considera os representantes metropolitanos, os colonos e as populações indígenas como atores de um drama, no qual todos atuam (ainda que dentro dos limites que a vida em colônias estabelecia) em respeito a seus interesses. Assim, o recorte cronológico adotado inicia-se com a chegada de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do futuro Marquês de Pombal, responsável pela aplicação da política metropolitana naquela área. Ele termina com o fim da vigência da lei do Diretório, em 1798, quando ela fora substituída pela Carta Régia sugerida por Francisco de Souza Coutinho. Tal recorte pretende compreender o Diretório dos Índios como algo mais que uma imposição metropolitana, ele almeja circunscrever as suas matrizes coloniais.

Os leitores familiarizados com as políticas indigenistas ibéricas, certamente perceberão pontos de convergência entre o Diretório dos Índios e diversos aspectos da política espanhola para as populações indígenas. A constatação dessa proximidade pode levar a compreensão de que a Metrópole lusa decidiu, em dado momento, apropriar-se dos parâmetros espanhóis e aplicá-los aqui. Isto, no entanto, levaria a um entendimento parcial do Diretório dos Índios, pois perpetuaria a confusão entre a redação da lei e a sua motivação. A legislação portuguesa, em questão no presente trabalho, foi redigida pelas autoridades lusas, em Portugal, e nesse processo, recebeu as contribuições do tempo e da experiência daquelas autoridades. No entanto, o espírito da lei e da sua prática, como pretendo demonstrar, emergiu e se concretizou na Colônia.

Essa perspectiva distingue o Diretório dos Índios das políticas correlatas adotadas pelos espanhóis. Lá, a Coroa incentivou, de forma sistemática, a inclusão das populações indígenas à sociedade colonial. Desde a Conquista, as formas nativas de apropria-

ção do trabalho, assim como as chefias indígenas, foram incorporadas aos processos de transformação do espaço americano em uma extensão da Metrópole.¹⁶ Nesse sentido, e somente nesse, o Diretório dos Índios aproxima-se daquelas políticas. Ao contrário delas, porém, a lei luso-amazônica decorreu de uma inversão da política indigenista, formulada por Portugal.

A eleição do Diretório dos Índios, como o evento por meio do qual se discute a relação de índios, colonos e colonizadores, se deve a uma pretensão ambiciosa – caso me permitam a ênfase. Por meio da análise da formulação e do exercício da lei pretendo desenvolver uma reflexão que perceba a relação havida entre Portugal e sua colônia americana, a qual fuja dos pressupostos que submetem, de forma absoluta, esta última às determinações impostas pelo primeiro. Assim, sem se constituir em uma tese sobre o conhecimento histórico e suas implicações teóricas e metodológicas, *stricto senso*, ela almeja discutir uma inflexão possível na forma de se pensar a História do Brasil, como algo mais do que os processos ocorridos no litoral.

¹⁶ ELLIOTT, J. H. A conquista espanhola e a colonização da América. In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: A América Latina Colonial I. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. p. 135-194; WACHTEL, Nathan. Os Índios e a Conquista Espanhola. In: *Ibidem*. p. 195-239.

DO SERTÃO AO MAR

Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos.

Frei Vicente do Salvador

As análises sobre o Diretório dos Índios têm se conformado, mais amiúde, a partir do outro lado do Atlântico. Não quero, com essa afirmação, sugerir que a historiografia portuguesa tomou para si a responsabilidade de analisá-lo. Pretendo, isto sim, estender à historiografia sobre o Diretório dos Índios o problema percebido por Manuela Carneiro da Cunha, no que tange ao lugar do índio na historiografia brasileira.

Em História dos Índios no Brasil, Cunha aponta uma distorção na relação de historiadores e populações indígenas, movida por dois equívocos: um político e outro teórico. O primeiro deles residiria na adoção de certo paternalismo, por meio do qual as populações indígenas deveriam ser vistas com alguma indulgência, cabendo-lhes, sobretudo, a condição de vítimas nas mãos dos conquistadores. O segundo consistiria na supressão da figura do índio das narrativas históricas, uma vez que o epicentro da História do Brasil estaria alhures, nos desdobramentos da expansão européia, de forma que os índios seriam meros objetos naquele processo.

Para Manuela Carneiro da Cunha, portanto, o lugar dispensado às populações indígenas, na formulação de uma História do Brasil, especialmente no que tange ao período colonial, decorre de uma visão que organiza a memória histórica nacional sobre dois aspectos: subordinação do índio aos interesses e à vontade alienígena e eliminação paulatina de sua presença das narrativas históricas. Assim, ainda segundo ela, a vontade, o arbítrio, os agentes, as demandas, enfim, tudo o que se reveste de significação positiva seria preponderantemente europeu.¹⁷

Tudo isto se aplica à historiografia sobre o Diretório dos Índios. *Vítima*, tal-

¹⁷ CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). Op. cit. p. 9-24.

vez, do fato de ter emergido junto às políticas formuladas para o Vale Amazônico por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Diretório tem sido visto como uma lei *pombalina*. A força da figura do Marquês de Pombal sobrepõe-se, então, à análise detalhada das fontes, e o Diretório dos Índios é percebido, por muitos, como um desdobramento da Lei de Liberdades de 06 de junho de 1755. Mesmo os que percebem uma descontinuidade entre uma e outra lei, limitam-se à constatação de certa contradição nos termos da política indigenista, sem investigar a sua origem.

Outros associam o Diretório dos Índios à inflexão provocada pelo Iluminismo no pensamento português. Por essa via, o caráter laico da legislação, seu pragmatismo, o destaque dado ao potencial pedagógico do trabalho e a importância da agricultura, seriam índices da índole Ilustrada daquela lei. Há, também, os que a tomam como uma expressão colonial das leis de regulação e disciplinarização do trabalho, também próprias do século XVIII e de uma vertente do Iluminismo.

Assim, a origem, o sentido, a significação proviriam, todas, do outro lado do Atlântico. As aldeias tornar-se-iam vilas, as vilas em pólos de reunião e civilização dos índios, estes em vassalos do rei, tudo, em função dos interesses metropolitanos, especialmente aqueles decorrentes da concretização do previsto pelo Tratado de Madri. Mesmo os insucessos da lei teriam se originado além do Atlântico e contaminado a legislação. Nesse sentido, a exploração colonial teria insuflado a cupidez dos colonos e a insensatez dos administradores coloniais, todos preocupados em auferir o máximo de dividendos, o que teria posto a perder o plano de recuperação do Vale Amazônico e qualquer nobre intenção, essa também metropolitana, subjacente à lei.

Em boa parte dos trabalhos, portanto, a colônia americana surge como o espaço de ação da Metrópole. As manifestações de colonos e missionários são vistas como empecilhos com os quais a política portuguesa lida, sem afastar-se, todavia, de seus objetivos. As populações indígenas, por sua vez, são quase completamente desconsideradas, figurando, no mais das vezes, como o objeto da lei.

Como pretendo apontar no primeiro capítulo, Manuela Carneiro da Cunha tem razão. Nele, situo algumas das razões para a manutenção da visão do Diretório dos Índios como uma legislação pensada e constituída a partir da Metrópole. Agora, é importante indicar, um outro conjunto de razões, este relacionado ao tratamento dispensado à documentação, nos trabalhos que apresentam este aporte.

Mais que formar uma orientação para a seleção dos documentos, o aporte a

que me refiro é responsável, conseqüentemente, pela sua análise. Tome-se o exemplo de Carlos Araújo Moreira Neto e de Rita Heloísa de Almeida. Em Índios da Amazônia,¹⁸ Moreira Neto argumenta que o Diretório dos Índios fora o “instrumento político mais significativo” da ação pombalina,¹⁹ no Vale Amazônico, o qual pretendia a “submissão das comunidades indígenas aos interesses do sistema colonial”.²⁰ Sobre a efetivação da política pombalina, consubstanciada no Diretório, Moreira Neto afirma:

A despeito de todo o esforço da política pombalina na Amazônia em reunir, organizar e engajar índios, a serviço do governo ou de particulares, os resultados concretos foram pouco significativos, se comparados com as grandes massas indígenas, aparentemente disponíveis nos aldeamentos das antigas missões secularizadas por Pombal.²¹

Suas conclusões, no entanto, fundamentam-se, quase exclusivamente, no que afirmam outros autores, tais como: João Capistrano de Abreu, em Capítulos de História Colonial; Arthur Cezar Ferreira Reis, em A formação espiritual da Amazônia; João Lúcio de Azevedo, em Os Jesuítas no Grão-Pará; e, por fim, Agostinho Marques Perdigão Malheiros, em A Escravidão no Brasil.²²

Os documentos citados são poucos: a *Noticia verdadeyra do terrivel contágio*, de 1749, que reporta a epidemia de sarampo de 1748 e 1749; o texto do *Directorio dos Índios*, de 1758; a *Carta Régia*, de 1761, referente à remoção de missionários do espaço colonial; a *Relação de Villas e Lugares e do numero de Índios seus moradores e sua destribuição*, de 1761; cartas do Marquês de Pombal, transcritas nos Anais da Biblioteca Nacional; e, finalmente, a *Carta Régia*, de 1798, a qual abole o Diretório dos Índios. Nenhum deles, porém, fundamenta a tese, segundo a qual a exploração, sofrida pelas populações indígenas ao longo da vigência do Diretório, teria sido em favor do comércio interatlântico; ou, tampouco, a de que teriam sido nulos os resultados esperados pela legislação. Sua função, no texto, parece ser a de ilustrar a tese já consolidada pela bibliografia. As considerações sobre a lei, portanto, prescindem da documentação, fundamentando-se antes no aporte que constitui a bibliografia consultada.

¹⁸ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios na Amazônia: de maioria à minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes, 1988.

¹⁹ Ibidem, p. 20.

²⁰ Ibidem, p. 27.

²¹ Ibidem, p. 29.

²² As edições utilizadas por Carlos Araújo Moreira Neto, foram: ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial. Rio de Janeiro: Brigueit, 1954; REIS, Arthur Cezar Ferreira. A formação espiritual da Amazônia. Rio de Janeiro: SPVEA, 1864; AZEVEDO, João Lúcio de. Os Jesuítas no Grão-Pará, suas missões e a colonização. Coimbra: Universidade, 1930; MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. A Escravidão no Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1867.

O Diretório dos Índios, de Rita Heloísa de Almeida,²³ é um trabalho no qual o recurso aos documentos é extenso. Ofícios, projetos, cartas, memórias, relatórios, instruções, diários e mapas são utilizados em um dos primeiros trabalhos, publicados no Brasil, voltado exclusivamente para a compreensão do Diretório dos Índios. A documentação cobre cerca de três séculos da experiência ultramarina portuguesa e os quarenta anos de vigência da lei.

A riqueza documental não é, neste trabalho, meramente figurativa. Ela serve de fundamento à consideração do Diretório dos Índios como uma legislação metropolitana. Menos que uma legislação pombalina e, portanto, original, Rita Heloísa de Almeida o entende como um “regimento [que] continua e consolida as ações colonizadoras anteriores”.²⁴ Assim, toda a primeira seção de sua obra é destinada a traçar um quadro das intervenções portuguesas em suas possessões ultramarinas, de forma a dar a perceber certa continuidade no trato português com as populações conquistadas.²⁵ Nas duas seções seguintes, o Diretório dos Índios é apresentado como uma manifestação daquele trato português, o qual recebera as contribuições do tempo, como o pensamento Iluminista²⁶ e a necessidade de definição das fronteiras coloniais, imposta pelo Tratado de Madri.²⁷ Sua originalidade é garantida, na visão de Almeida, pelo caráter secular que lhe é subjacente, “compreendendo uma experiência pioneira de formação da idéia de *sociedade civil*”.²⁸

Todos os fatores considerados decorrem do espaço metropolitano. Os índios, os colonos e os missionários são inseridos como reagentes, diante das ações metropolitanas. Suas demandas, investidas, formulações, enfim, as manifestações de sua vontade e arbítrio só são objetos de atenção como respostas ao que a legislação impôs e não como fatores a serem considerados para a análise do processo de constituição da lei. A razão é simples: para Rita Heloísa de Almeida, como para os autores que partilham do aporte indicado por Manuela Carneiro da Cunha, “as leis [indigenistas] são exemplos cristalinos do pensamento do colonizador”.²⁹

Esses dois trabalhos sumarizam parte significativa da bibliografia acerca do Diretório dos Índios, a qual cristalizou algumas conclusões sobre o Diretório dos Índios:

²³ ALMEIDA, Rita Heloísa de. O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

²⁴ Ibidem, p. 14.

²⁵ Ibidem, p. 23-145, especialmente p. 115-145.

²⁶ Ibidem, p. 149-151 e 180.

²⁷ Ibidem, p. 152-153 e 160.

²⁸ Ibidem, p. 128, grifado no original.

²⁹ Ibidem, p. 87.

sua condição Ilustrada, sua origem *pombalina* e seu retumbante fracasso. Conforme afirmei alguns parágrafos acima, o aporte a que me refiro é responsável pelo tratamento dispensado à documentação. No que tange à última das conclusões, relativa ao fracasso da lei, especialmente, esse aporte se manifesta no crédito dispensado ao que disseram os primeiros críticos do Diretório dos Índios, ainda no século XVIII.

Alexandre Rodrigues Ferreira e Francisco de Souza Coutinho podem ser reputados como os fundadores de uma visão pouco acurada do exercício daquela lei. O primeiro, um naturalista que percorreria as capitanias do Norte, entre os anos de 1783 e 1792, teceu uma extensa crítica aos diretores das povoações de índios, acusando-os de serem os responsáveis pelas subversões de que a lei fora objeto.³⁰ O segundo, o último governador da Capitania do Grão-Pará, naquele século, foi o responsável pelo fim daquela política, reputando-a como incapaz de alcançar os objetivos a que se propunha, em função, também, da falta de obediência aos seus dispositivos.³¹

Suas considerações compõem grande parte das análises sobre o insucesso da lei, sem que se tenha apreço ao seu caráter. Ainda que não se possa afirmar que a Viradeira tenha introduzido rupturas importantes na política colonial portuguesa,³² Alexandre Rodrigues Ferreira e Francisco de Souza Coutinho assistiram e participaram de um processo de crítica e revisão do dirigismo pombalino.³³ Francisco de Souza Coutinho viveu, no Pará, quase que a mesma condição de Francisco Xavier de Mendonça Furtado: representante do liberalismo defendido e adotado por seu irmão D. Rodrigo de Souza Coutinho, alçado à condição de Ministro do Reino, cinco anos após a sua chegada ao Vale Amazônico.

Ambos apontaram problemas graves, na aplicação da lei, especialmente os relacionados ao comportamento dos diretores das povoações, os administradores laicos introduzidos pelo Diretório dos Índios. A crítica que estabeleceram, no entanto, era, fundamentalmente, de caráter moral: a legislação estaria sendo subvertida em função da *ambição* dos diretores. Esta encontrava espaço para manifestar-se e desenvolver-se graças ao caráter tutelar da lei. Alexandre Rodrigues Ferreira e Francisco de Souza Coutinho, ainda que tenham realizado avaliações acuradas da sociedade que conheceram de perto, perce-

³⁰ Sobre a crítica de Alexandre Rodrigues Ferreira, ver: COELHO, Mauro Cezar. A civilização da Amazônia – Alexandre Rodrigues Ferreira e o Diretório dos Índios: a educação de indígenas e luso-brasileiros pela ótica do trabalho. Revista de História Regional - Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 149-174, inverno/2000.

³¹ Sobre a crítica de D. Francisco de Souza Coutinho, ver: SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Op. cit., 2001.

³² Cfe. BOXER, Charles. O Império Colonial Português (1415-1825). Lisboa: Edições 70, s.d., p. 193-195.

³³ Ver, especialmente, CARDOSO, José Luís. O pensamento económico em Portugal, nos finais do século XVIII (1780-1808). Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

bendo, inclusive, a participação do próprio Estado metropolitano no processo de subversão (a demanda crescente por trabalhadores índios, para as obras públicas e para as *fábricas* de madeira, desviaria as populações indígenas dos propósitos estabelecidos pela lei do Diretório), não atentaram para as estruturas da sociedade colonial do Vale Amazônico e para a relação havida entre a Colônia e sua Metrópole. Suas considerações apresentam, tal como os demais testemunhos do período, pistas, indícios, vestígios, enfim, dados a serem considerados nas análises sobre aquela lei. Elas têm sido vistas, porém, como testemunhos que fundamentam aquele aporte e, portanto, expressões literais da realidade. Esta tese traz uma postura diversa.

Não se trata, é bom deixar claro, de postura inédita, nem mesmo em relação ao Diretório dos Índios. Autores como Colin MacLachlan,³⁴ Leslie Robinson Anderson,³⁵ John Hemming,³⁶ Maria Regina Celestino de Almeida,³⁷ Nádia Farage,³⁸ Francisco Jorge dos Santos,³⁹ Ângela Domingues,⁴⁰ Patrícia Maria Melo Sampaio⁴¹ e Barbara Sommer⁴² já a adotaram. Ela compreende a elaboração de análises fundadas em ampla pesquisa documental, a qual busca perceber as estruturas que informam as ações dos agentes históricos do Vale Amazônico.

Assim, tal como esses autores, esta tese traz documentos recolhidos em arquivos portugueses e brasileiros. De Portugal, consultei a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, disponibilizada por meio do Projeto Resgate, e a Coleção Pombalina, existente na Biblioteca Nacional, em Lisboa. Dos arquivos brasileiros, foram consultados documentos existentes no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, todos no Rio de Janeiro. A maior parte da documentação, toda-

³⁴ MACLACHLAN, Colin. The Indian Directorate: forced acculturation in Portuguese America (1757-1799). *The Americas* - Publication of The Academy of American Franciscan History, Washington (DC), v. 28, n. 4, p. 357-387, abr. 1972.

³⁵ ANDERSON, Leslie Robinson. *Following Curupira*: colonization and migration in Pará, 1758 to 1930 as a study in settlement of the Humid Tropics. 1976. Dissertation (Doctorate of Philosophy in History) – University of California, Davis.

³⁶ HEMMING, John. *Red Gold*: the Conquest of the Brazilian Indians. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1978; HEMMING, John. *Amazon Frontier*: the defeat of the Brazilian Indians. London: MacMillan, 1987.

³⁷ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Vassalos D'El Rey nos Confins da Amazônia*: a colonização da Amazônia Ocidental, 1750-1798. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

³⁸ FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões*: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

³⁹ SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da Conquista*: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

⁴⁰ DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos*: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

⁴¹ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Op. cit.*, 2001.

⁴² SOMMER, Barbara A. *Negotiated settlements*: native Amazonians and Portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798. 2000. Dissertation (Doctorate of Philosophy, History) - University of New Mexico, Albuquerque.

via, provém do Arquivo Público do Pará, em Belém.⁴³ Ali, encontra-se, certamente, a maior fonte de dados sobre a experiência portuguesa no que hoje denominamos de Amazônia. São cartas, ofícios, relatórios, mapas e devassas elaboradas pelos diretores das povoações, pelas chefias indígenas incorporadas à estrutura de poder da Colônia, pelos fiscais da administração colonial etc. Foram estes documentos que viabilizaram uma visão do Diretório dos Índios a partir do Vale Amazônico.⁴⁴

Esta, entendo, é a singularidade deste trabalho. Nele o Diretório dos Índios não é analisado como uma política metropolitana, a qual fora responsável pela dizimação e desagregação das populações indígenas. Não que tais desdobramentos não tenham ocorrido. Todos nós sabemos da tragédia imposta às populações nativas, pelos processos de conquista e colonização, e a política consubstanciada nos dispositivos do Diretório dos Índios não foi exceção. Como sugere o título da obra de Francisco Jorge dos Santos, porém, *além da conquista*, outros processos ocorreram, nos quais as populações indígenas não ocupam a condição de ingênuos diante da sagacidade alienígena.⁴⁵

A questão inicial, no entanto, pretendia perceber o Diretório dos Índios como uma alternativa ao modelo de colonização adotado no litoral americano – baseado na grande lavoura e no trabalho escravo. Os dispositivos da lei sugeriam o estabelecimento de uma sociedade agrária, de pequenas unidades produtoras, baseada no trabalho livre de índios, tornados camponeses. O objetivo que me coloquei àquela altura era entender as injunções subjacentes ao projeto metropolitano.

O projeto inicial, portanto, não estabelecia uma ruptura com a produção bibliográfica antecedente. A pesquisa, todavia, redimensionou o projeto e resultou no trabalho que ora apresento. Ela consolidou a convicção de que o Diretório dos Índios é uma política importante, um *lugar* por meio do qual se pode pensar não somente as inflexões havidas na sociedade habitante do Vale Amazônico, durante a segunda metade do século

⁴³ As referências à documentação, em notas de rodapé, foram feitas por meio de abreviaturas que indicam o arquivo ou a publicação na qual o documento se encontra. No caso da documentação proveniente dos arquivos Nacional e do Pará e da Biblioteca Nacional de Lisboa, o primeiro número, após a abreviatura, refere-se ao número do códice, enquanto o segundo, refere-se ao número do documento. No caso dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, o primeiro número após a abreviatura indica a caixa e o segundo o número do documento. Os documentos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro estão indicados conforme a referência original.

⁴⁴ Uma consideração deve ser feita, sobre a pesquisa documental, em especial a realizada no Arquivo Público do Pará. Foi por meio da leitura do livro de Laura de Mello e Souza, *O Diabo na Terra de Santa Cruz*, que tomei conhecimento da imagem que melhor expressa o trabalho do pesquisador, naquele arquivo: “método da pesca à linha” (SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 18). O riquíssimo acervo não se encontra totalmente catalogado, de forma que o pesquisador encontra dificuldades para estabelecer séries completas. Busquei contornar essa limitação trabalhando com o maior volume de documentos que pude analisar.

⁴⁵ SANTOS, Francisco Jorge dos. *Op. cit.*, 1999.

XVIII, mas, também, a produção historiográfica sobre a História do Indigenismo e do Brasil.

A pesquisa junto aos documentos evidenciou a importância do Diretório dos Índios, diante das transformações que ele encaminhou no panorama político do Vale Amazônico, na segunda metade do século XVIII. Em primeiro lugar, ele promoveu a transformação das antigas aldeias missionárias em Vilas e Lugares,⁴⁶ as quais passaram a constituir a base sócio-econômica da Colônia: elas proviam tanto os braços necessários para os diversos empreendimentos de interesse do Estado, quanto cumpriam o papel de espaços de socialização e civilização de uma nova sociedade mestiça, promovida pelo Estado – em respeito à lei de incentivo aos casamentos interétnicos, de 1754. Em segundo lugar, ele suscitou a implementação de um programa de inserção das populações indígenas no universo político da Colônia, de, pelo menos, quatro maneiras diferentes: a) por meio do alicenciamento das “elites” indígenas, dos grupos não-descidos, para que se estabelecessem nas Vilas e Lugares; b) por intermédio da distribuição de cargos e funções a elementos dessas “elites”, no âmbito das Vilas e Lugares; c) nomeando para cargos de chefia, na hierarquia militar, a elementos das populações indígenas que demonstrassem lealdade aos interesses metropolitanos; d) por meio da concessão de privilégios de ordem econômica aos elementos citados nos itens anteriores. Em terceiro lugar, e em função dos dois pontos antecedentes, ele engendrou de forma extraordinária, e segundo o que dispunha, a emergência de novas relações sociais, surgidas do convívio, entre os elementos nativos e os colonos. Em quarto, finalmente, ao contrário do que afirma a produção historiográfica, ele não determinou, exclusivamente, a submissão dos interesses nativos aos do colonizador, mas promoveu a emergência de relações diversas, em que os grupos nativos descidos e não-descidos e os colonos estabeleceram alianças e encetaram disputas.

A documentação aponta que a visão do Diretório dos Índios como uma política de submissão e, por extensão, de extermínio das populações indígenas, é uma possibilidade de leitura, mas não a única promissora. Essa visão, na tentativa de resgatar o papel das populações indígenas no mundo colonial, acaba por minimizá-lo, pois relega ao índio o papel de vítima impotente nas mãos do colonizador. Ela desconsidera a capacidade nativa

⁴⁶ De acordo com o dicionário de Antônio Moraes da Silva, as unidades de povoações distinguiam-se em aldeias, lugares, vilas e cidades. As Vilas eram unidades urbanas menores que as cidades, mas contava com juizes, câmaras e pelourinho. Os Lugares eram unidades menores que as vilas e maiores que as aldeias. Conforme SILVA, Antônio Moraes da. *Diccionario da Língua Portuguesa*, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789. Os Lugares do Diretório dos Índios eram administrados, via de regra, por administradores leigos, sem o auxílio de câmaras.

de avaliar o horizonte e estabelecer escolhas, em meio às quais o estabelecer-se nas Vilas e Lugares poderia ser uma delas. Entende, ainda, que as populações indígenas desapareceram em função do que previa o Diretório, sem atentar para o fato de que muitas dessas populações *descidas* deram origem às diversas comunidades ribeirinhas que hoje constituem a sociedade amazônica. Parecem, ainda, desconhecer, que a sociedade amazônica – do Pará até os confins do Amazonas – mantém uma impressionante herança indígena, constituinte não apenas nas formas de fazer, mas na visão de mundo cultivada.⁴⁷

O trabalho concluído distancia-se, então, daquele projeto no seu ponto central – a tese: *o Diretório dos Índios compreende um conjunto de regras que pretendeu regular a liberdade concedida aos índios em junho de 1755. Não pode ser entendido, no entanto, como um desdobramento daquela concessão, pois partiu de um pressuposto distinto. A lei de liberdade dos índios emergiu de um contexto europeu, em meio ao qual a Coroa portuguesa pretendeu se valer das populações nativas como forma de legitimar a posse de territórios coloniais em disputa com a Espanha. O Diretório dos Índios surgiu na Colônia, em função de alguns fatores: a inegável dependência da mão-de-obra indígena, vivida pela sociedade colonial; a necessidade de dar fim à autoridade que os missionários cultivaram, junto às populações indígenas; e por fim, o imperativo de minimizar a resistência dos colonos em se submeter às políticas pombalinas, em especial às que se relacionavam às populações indígenas.*

O Diretório dos Índios é, portanto, uma lei nascida na Colônia, formulada em resposta aos conflitos vividos durante o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Ele representa uma nova associação de interesses, distinta da que havia até então, quando a Metrópole e os Missionários se associavam na proteção das populações indígenas. Metrópole e Colonos dividiram, a partir de sua promulgação, o controle e a distribuição da população nativa. Nesse sentido, ele instaura uma nova ordem de relações sociais, nas quais o acesso à mão-de-obra indígena era determinante para o estabelecimento dos lugares sociais. Mesmo levando-se em consideração que o controle da mão-de-obra indígena foi o mote da vida política no Vale Amazônico desde a sua inclusão no universo colonial, há aqui alguns elementos inéditos: em primeiro lugar, a Metrópole não delega a sua autoridade sobre as populações, como aconteceu antes de 1750; em segundo lugar, a inclusão de elementos indígenas nos quadros da administração colonial faz deles

⁴⁷ TOCANTINS, Leandro. Amazônia: natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982. O que, de resto, em dimensão diversa, pode ser estendido ao restante do Brasil, conforme RIBEIRO, Berta G. O índio na cultura brasileira: pequena enciclopédia da cultura brasileira. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1987.

atores ativos na disputa pela mão-de-obra indígena; em terceiro lugar, uma vez que os índios eram concedidos pelas autoridades coloniais, o Diretório deu início a uma série de práticas, nas quais a participação nos quadros da administração colonial e o estabelecimento de relações de interesse com os componentes daqueles quadros eram fundamentais para o acesso à mão-de-obra indígena.

Finalmente, o Diretório dos Índios representou uma importante política de assimilação, uma vez que buscou incorporar as populações nativas através do casamento, da educação, do poder e do trabalho. Ele se constituiu em um instrumento de civilização, transformando as populações descidas em populações ribeirinhas. Nesse processo, no entanto, as populações nativas desempenharam um papel ativo: por meio da resistência ao descimento,⁴⁸ redimensionando algumas medidas portuguesas; através da manutenção de modos de fazer, os quais promoveram a assimilação inversa; e, principalmente, ao insurgir-se contra todas as investidas que consideravam indevidas. A atuação das populações indígenas, por fim, fez emergir uma economia moral, nas populações descidas, que serviu de crítica à letra da lei.

Assim, defendo que o Diretório dos Índios não fora previsto pela política metropolitana, a qual Francisco Xavier de Mendonça Furtado teve a responsabilidade de implementar. Argumento, nesse sentido, que a legislação em questão emergiu de um contexto de conflitos vividos na Colônia, envolvendo as ordens religiosas, os colonos e a administração metropolitana, o qual conheceu o máximo recrudescimento, ao longo da administração de Mendonça Furtado. Diante disso, assumo que as motivações e o caráter do Diretório são essencialmente coloniais.

Essa, até onde percebo, é a principal contribuição do trabalho que apresento: deslocar o epicentro da lógica que constituiu a lei do Diretório. Ao fazê-lo, pude redimensionar a atuação dos agentes envolvidos e tentar escapar das armadilhas que, amiúde, encerram missionários, colonos, agentes metropolitanos, índios e mestiços em estereótipos muito distantes do que a documentação do período apresenta. Dessa forma, o Diretório dos Índios surge como resultado das relações dos agentes sociais envolvidos e não como manifestação da vontade de um único *esclarecido*.

Entender o Diretório dos Índios desta forma implica em, incorporando a crí-

⁴⁸ O termo *descimento* não consta da obra de Raphael Bluteau. Ao que tudo indica, ele assumiu o significado de deslocamento das populações indígenas, de suas terras tradicionais para as povoações portuguesas, ao longo dos séculos XVII e XVIII. O dicionário de Moraes e Silva, publicado na segunda metade do século XVIII, o define como o ato de transferência dos índios, do sertão, para as aldeias. Conforme SILVA, Antônio Moraes. *Op. cit.*

tica de Manuela Carneiro da Cunha, percebê-lo não mais a partir do Atlântico, mas sim desde o Sertão. Ou melhor, esta tese busca entendê-lo a partir das injunções existentes na América Portuguesa, de modo a identificar as inflexões impostas às projeções metropolitanas. Nesse sentido, ela estabelece um recorte em relação à historiografia sobre o Diretório dos Índios e, também, por vias diversas, à historiografia tida como nacional.

Diante desta afirmação, devo, à partida, esclarecer: esta não é uma tese de história regional, qualquer que seja o sentido dado a essa categoria, mas uma tese sobre uma das dimensões da História do Brasil. Esta tese trata de um conflito presente em todo o período colonial, envolvendo populações indígenas, colonos e colonizadores. Ela trata do estabelecimento de conflitos, do estabelecimento de hierarquias e da constituição e exercício de uma lei, sua singularidade não reside, portanto, no recorte espacial, mas no aporte adotado na análise.⁴⁹

O recorte espacial, todavia, tem algo a ensinar. Desde a sua constituição, a partir da formação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a nossa historiografia tem se constituído a partir do Centro-Sul. Os fatores para tanto são vários e confundem-se com a profissionalização do saber histórico no Brasil. A concentração de centros de produção de saber histórico e de instituições de guarda e conservação de documentos naquela região, fez com a imensa maioria dos trabalhos produzidos versasse sobre processos vividos ali. As demais áreas do país acabaram por ser vistas como áreas de produção de uma história local, a qual teria pouca relevância na consideração dos processos nacionais – esses oriundos dos grandes centros nacionais ou estrangeiros.⁵⁰ Esta tese sugere a necessidade de uma inflexão nessa perspectiva, de modo a considerar as análises sobre os processos vividos em outras áreas, que não exclusivamente o litoral, como constituintes do que se convencionou chamar de historiografia nacional, de modo a reverter um dos desdobramentos possíveis da crítica de Manuela Carneiro da Cunha: a compreensão de que o epicentro da História do Brasil encontra-se alhures, pode relegar para as margens da história, como pretendeu Euclides da Cunha, atores e processos históricos vividos em regiões de fronteira, no imenso sertão brasileiro.⁵¹

⁴⁹ Para uma discussão sobre História Regional, ver: GEBARA, Ademir. História regional: uma discussão. Campinas: Unicamp, 1987; AMADO, Janaína [et. al.]. República em migalhas: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990; MELLO, Evaldo Cabral de. A ferida de Narciso: ensaio de história regional. São Paulo: Editora do SENAC, 2001.

⁵⁰ Ver a análise elaborada em GOMES, Flávio dos Santos, QUEIROZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cezar. Relatos de Fronteira: fontes para a história da Amazônia séculos XVIII e XIX. Belém: Editora Universitária, 1999, p. 11-18.

⁵¹ Ver CUNHA, Euclides da. À margem da História. São Paulo: Cultrix; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975; idem. Op. cit., 1994.

Esse aporte está associado a um outro: as considerações de Edward P. Thompson. A tese aqui defendida apropria-se do argumento de Thompson, segundo o qual os grupos sociais formam-se, associam-se e entram em conflito segundo processos históricos – os quais não podem ser reduzidos a respostas a determinadas conformações teóricas.⁵² Assim, colonos, religiosos e índios não são tomados como categorias estanques e absolutas, mas como grupos que estabelecem relações – de associação e conflito – em acordo com os seus interesses, construídos na relação estabelecida no tempo.

Recorri, também, ao conceito de economia moral, complementar ao conceito de classe de Thompson, segundo o qual os grupos sociais desenvolvem uma noção de legitimidade, por meio da qual balizam seus comportamentos e pautam suas lutas.⁵³ Nesse sentido foi que busquei analisar as demonstrações de insatisfação dos colonos e das populações indígenas *descidas*, as quais se insurgiam contra o que concebiam ser transgressões do que lhe era devido, independentemente do que estipulava a lei do Diretório dos Índios.

Por fim, adotei como principal baliza as reflexões do mesmo Thompson sobre a elaboração da Lei Negra, na Inglaterra do século XVIII. A leitura e a reflexão sobre Senhores e Caçadores,⁵⁴ me fez recusar a idéia de que as leis são reflexos *cristalinos* do pensamento de quem as elaborou. Essa obra foi fundamental na compreensão da lei do Diretório dos Índios como a expressão de um conjunto de relações sociais vividas ao longo de sua elaboração. Fazia-se mister, portanto, entendê-las, para que a lei pudesse ser entendida. Da mesma forma, a mesma obra foi fundamental para compreensão do exercício da lei, o qual é assumido como submetido às mesmas forças que participaram da sua formulação e não como um reflexo dos seus dispositivos legais. Essa obra, por fim, contribuiu para a assunção de que a lei não determina comportamentos, mas os engendra, favorece o surgimento de novas estratégias e permeia, portanto, novas relações sociais.

⁵² THOMPSON, Edward P. La sociedade inglesa del sigos XVIII: ¿Lucha de clases sin clases? In: Tradición, revuelta y consciencia de clase. Barcelona: Crítica, 1979, p. 13-61.

⁵³ Idem. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Destaco, especialmente, os capítulos três e quatro, às páginas 150-266.

⁵⁴ Idem. Senhores e Caçadores: a origem da lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ROTEIRO

A organização da tese corresponde tanto aos fundamentos de uma aula, quanto ao imperativo da defesa do argumento central. A condição de professor de História, em cursos de formação de professores de História interferiu, certamente, na organização dos capítulos. Foi em função dela que me decidi por três seções, cada uma com dois textos, os quais situassem o problema e a sua relação com a produção bibliográfica, a tese central e, por fim, seus desdobramentos. Assim, como se poderá notar, a organização dos capítulos segue, mais que uma seqüência cronológica, as inflexões que o problema impôs e a necessidade de torná-las inteligíveis aos leitores.

Devo reconhecer, todavia, que o argumento que desenvolvi foi determinante na demarcação do *roteiro* da tese. A compreensão de que a lei do Diretório dos Índios é resultado e resultante de um contexto específico, me fez dividir a tese em três segmentos, os quais buscam dar a dimensão do argumento. A tese, então, foi organizada de modo a indicar, desde a partida, dois princípios que foram construídos na lida com os documentos e a bibliografia. O primeiro deles consubstancia a idéia de que a lei não se constituiu a revelia da sociedade colonial, habitante do Vale Amazônico. O segundo decorre do primeiro: se a sociedade colonial participa da elaboração da lei, ela (a sociedade, e não a letra da lei) determina a sua prática.

Os PROLEGOMENOS, além das questões de praxe, situam, especialmente, a relação que a produção historiográfica estabeleceu com um dos agentes da História do Brasil – o indígena. O primeiro capítulo, *Heróis Mutantes*, ocupa-se com o espaço dispensado e a representação construída sobre o índio, na produção da memória histórica sobre o passado brasileiro. Nele, defendo que as representações sobre o índio, presentes na literatura acadêmica, têm relação com as representações correntes no imaginário social.

Assim, argumento, o lugar dispensado ao índio nas narrativas sobre o passado brasileiro decorre da cultura histórica construída pela sociedade, a qual é partilhada, em maior ou menor grau, pela produção acadêmica. Iracema, Peri e Macunaíma são personagens literárias e, também, ícones do imaginário social. Nesta última condição, compuseram parte das leituras sobre o passado brasileiro, as quais recusaram ao índio a condição de agente histórico. Tais leituras consolidaram a idéia do índio passivo, ingênuo, coadjuvante

desinteressado do colonizador português e incapaz de participar ativamente de processo de colonização – razão pela qual teria sido substituído pelo braço africano, nas lavouras de cana-de-açúcar.

O imaginário, no entanto, vive as inflexões que a sociedade lhe impõe. E ela, nas últimas décadas, assiste e participa da elaboração de uma nova representação do índio. Não mais como elemento passivo, ingênuo e incapaz, mas como um agente atuante na defesa de seus próprios interesses. Assim, a reboque dos movimentos indígenas, nascidos na década de 1960, a literatura acadêmica assistiu a emergência de novos campos de interesse dos pesquisadores: História Indígena e do Indigenismo.

O capítulo, portanto, trata das inflexões sofridas pela produção historiográfica, as quais permitiram a construção desta tese. Ele situa os caminhos percorridos pelas representações sobre os índios, naquela produção. Não é seu objetivo elaborar uma crítica condenatória dos autores citados, mas perceber as matrizes que fundaram uma concepção da História do Brasil e as suas conseqüências para um dos agentes históricos que a compõe. O capítulo, neste sentido, demarca o ponto de partida da tese, pois situa a perspectiva que a informa, sem deixar de reconhecer, todavia, o quanto ela é devedora da produção que lhe é antecedente.

A PRIMEIRA PARTE ocupa-se com uma das dimensões do argumento central: a lei do Diretório dos Índios não deve ser percebida como um desdobramento da Lei de Liberdade dos Índios, promulgada em 06 de junho de 1755, mas como uma formulação nascida na Colônia, em função de um contexto que não fora previsto pelo ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo. Assim, esse segmento da tese estabelece dois distanciamentos em relação à bibliografia: em primeiro lugar, ele recusa a tese de que o Diretório constitui uma das leis *pombalinas*; em segundo lugar, ele atribui sentido à descontinuidade, percebida por alguns autores, havida entre a Lei de Liberdades e o Diretório dos Índios.

Assim, o segundo capítulo, *A Ordem dos Conflitos*, trata do contexto encontrado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ao chegar ao Grão-Pará, com a responsabilidade de consolidar as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madri e realizar a inserção do Vale Amazônico na economia do Império. Ele busca demonstrar os percalços enfrentados pelas projeções metropolitanas e a conseqüente inadequação de se tomar o processo histórico vivido como uma conseqüência direta e mecânica das projeções de agentes ou de instâncias.

O terceiro capítulo, *Uma Lei Colonial*, dá conta da elaboração da lei do Di-

retório dos Índios. Ele situa o quanto Francisco Xavier de Mendonça Furtado fora pressionado pelos colonos para flexionar as pretensões metropolitanas em relação às populações indígenas. Ao fazê-lo, o capítulo aborda a gestação dos princípios que compuseram a lei do Diretório dos Índios, demarcando sua relação com a resistência encontrada pelo enviado da Metrópole, e, acima de tudo, baliza o caráter colonial daquela lei.

A SEGUNDA PARTE da tese concentra-se nos desdobramentos da lei. A produção bibliográfica relativa ao Diretório dos Índios partilha a compreensão de que a lei foi constantemente subvertida. Assim, a vigência da lei teria sido marcada pela exploração sem peias da população indígena *descida*, a qual teria provocado a dizimação de grande parte dos índios reunidos nas povoações do Diretório. Essa segunda parte, no entanto, argumenta que essa compreensão toma um projeto metropolitano e colonial por um processo histórico.

O caráter colonial da lei do Diretório dos Índios, mais que a inclusão da demanda dos colonos, comporta a remissão da lei às estruturas da sociedade colonial habitante do Vale Amazônico. Logo, a vigência da lei é percebida na relação com aquela sociedade, jamais como um desdobramento lógico da lei. De forma que, as práticas de colonos e índios, contrastantes e complementares, em graus diversos, são vistas como as balizas que dão vida ao exercício da lei.

Assim, o quarto capítulo, *A Outra Vida*, apresenta as transformações introduzidas pelo Diretório dos Índios, na vida das populações indígenas *descidas*. Seu objetivo é demarcar o caráter original daquela lei, por meio do destaque e da análise das inflexões introduzidas pelo Diretório a formas antigas de assimilação do indígena e das inovações acrescidas, como a introdução da Língua Portuguesa, o patrocínio a casamentos mistos e, principalmente, a transformação no estatuto das chefias indígenas.

O quinto capítulo, *O Germe da Destruição*, complementa o argumento da tese. A vigência do Diretório dos Índios foi marcada pela compreensão, corrente no Vale Amazônico daqueles séculos, de que as populações indígenas constituíam o repositório da riqueza. Tal compreensão não fora subvertida pela lei que regulou a liberdade indígena. Os colonos não deixaram de considerar o índio como mão-de-obra preferencial para suas lavouras e suas expedições ao sertão, como força motriz das canoas, provedores de peixes e frutos para a alimentação e empregados para os trabalhos domésticos. A Metrópole, por sua vez, sem abandonar sua pretensão em utilizá-lo como o povoador do Vale Amazônico, o elegeu o trabalhador exclusivo das expedições oficiais, das obras públicas e dos empre-

endimentos de extração de madeira.

Essa compreensão que a sociedade colonial comungava, sobre o mundo em que vivia e sobre o lugar reservado às populações indígenas, não reinou solitária, ao longo dos anos de vigência do Diretório dos Índios. A política indigenista, da qual essa lei é uma das manifestações, viabilizou outras alternativas às populações indígenas. O reconhecimento e a apropriação das chefias indígenas acarretaram a emergência de forças que redimensionaram as ações de colonos e da Metrópole. O convívio de colonos e índios nas povoações propiciou o afloramento de conflitos antigos, mas também associações inusitadas.

Esse último capítulo, portanto, trata de como a lei do Diretório dos Índios se realizou não como um reflexo de si mesma; suas diretrizes não se desdobraram como um princípio lógico, tal como em uma lei matemática. O capítulo trata de como a prática da lei correspondeu às práticas sociais que a constituíram, fundamentalmente. Foram as práticas sociais, de colonos e índios, que conformaram, em graus diversos, os contornos da sociedade colonial do Vale Amazônico, na segunda metade do século XVIII.

Os limites do argumento, como pretendi tornar evidente, desenharam a estrutura da tese. Em função deles, optei por não me aprofundar em questões correlatas, que podem vir a ser mais bem enfrentadas em trabalhos exclusivos. Assim, sempre que achei prudente, recorri a notas de rodapé para situar discussões relacionadas ao objeto de tese, mas que não interferiam, diretamente, na construção do argumento.

Da mesma forma, optei por utilizar três formatos de letra, na redação do trabalho. Pretendi distinguir, assim, as diversas falas que compõem a tese: as falas presentes na documentação, as que conformam as posições da bibliografia consultada e a reflexão que empreendi. Ainda com esse último objetivo em mente, utilizei o mesmo tipo das citações bibliográficas para as notas de rodapé.

Antes de concluir, devo reafirmar o quanto esta tese deve à produção bibliográfica que lhe é anterior. Neste sentido, ela busca aprofundar a discussão já existente, apresentando uma nova dimensão da vida colonial. Ela não recusa a importância do comércio interatlântico, não diminui a relevância das hierarquias raciais e tampouco subestima os processos de expropriação, dizimação e dominação a que as populações indígenas foram submetidas.

Esta tese, no entanto, tem a pretensão – no melhor sentido da palavra – de apresentar uma análise resultante de uma incursão profunda nos arquivos que guardam a documentação relativa ao Diretório dos Índios. Essa incursão permitiu-me a construção do

argumento que fundamenta esta tese, o qual não pretende denunciar malfeitores, nem amellar simpatia em favor de vítimas. Antes, é seu objetivo evidenciar o quanto a compreensão dos processos históricos exige o recurso ponderado dos aparatos teóricos, de modo a não limitar a análise à constatação de princípios, previamente estabelecidos.

Esta tese pretende, também, evidenciar que a História do Brasil não se fez e nem se faz em via de mão única, a partir do litoral, ou das correntes que vêm do outro lado do Atlântico. Ao longo do vasto território conformado ao tempo da América Portuguesa, no sertão inclusive, os agentes históricos ali reunidos, conformaram-se ou resistiram às pressões que lhes foram impostas por outros agentes. Eles constituíram, também, forças que redimensionaram políticas e conformaram estruturas sociais e culturais que fundamentam, ainda hoje, a propalada diversidade brasileira.

Por fim, devo ressaltar uma escolha. Ao longo da pesquisa referia-me, constantemente, à Amazônia, querendo reportar-me ao universo espacial da pesquisa. Jonas Marçal de Queiroz alertou-me para o equívoco. Aprendi, então, que a noção de Amazônia, como uma região propriamente dita, só se constitui no século XIX. Assim, acatei sua sugestão de valer-me da referência frequentemente utilizada por Arthur Cezar Ferreira Reis – Vale Amazônico. Essa expressão pretende, então, dar conta do recorte espacial da pesquisa: a Amazônia Portuguesa⁵⁵ da segunda metade do século dezoito.

⁵⁵ A expressão tomei emprestada de Patrícia Sampaio, ver SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Entre a tutela e a liberdade dos índios. relendo a Carta Régia de 1798. In: COELHO, Mauro Cezar [et. ali] Meandros da História: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX. Belém: UNAMAZ, 2005 (no prelo).

PRIMEIRO CAPÍTULO

HERÓIS MUTANTES: ÍNDIOS, CULTURA HISTÓRICA E HISTORIOGRAFIA

Índia teus cabelos nos ombros caídos
Negros como as noites que não tem luar
Teus lábios de rosa para mim sorrindo
E a doce meiguice desse teu olhar
Índia da pele morena
Tua boca pequena eu quero beijar
Índia, sangue tupi
Tens o cheiro da flor
Vem que eu quero te dar
Todo meu grande amor

..

J. A. Flores, M. O. Guerreiro

Índia, a canção, não é brasileira. Ou melhor, não era. De melodia paraguaia – trata-se de uma guarânia – nacionalizou-se na versão interpretada por Cascatinha e Inhana.¹ Ao que tudo indica, poucos notaram, e mesmo estes *não se deram por achados*. Não é difícil entender a razão: a mensagem contida em Índia correspondia a uma das versões presentes nas narrativas sobre a formação do Brasil, fazendo parte, portanto, da cultura histórica nacional,² ao tempo em que a canção foi lançada.

Construída desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no século XIX – contando, portanto, perto de 150 anos, quando do sucesso de *Índia* – essa cultura histórica relegou o índio a uma série de condições, todas subalternas: coadjuvante do português; incapaz de gerir seu destino; preguiçoso, indolente e lascivo; débil, fraco e de cultura assaz rudimentar, de modo que teve de ser substituído pelo braço africano na lida agrícola.

Se a primeira destas condições o tornou objeto de um sem número de reflexões ao longo do século XIX, as demais o conduziram para o quase total desaparecimento, nas narrativas que propunham uma História do Brasil, no decorrer da centúria seguinte. Contas feitas, restou-lhe apenas a condição de uma das personagens do drama da formação do povo brasileiro: enquanto o elemento branco teria contribuído com as bases da civilização e o negro com o trabalho, o índio teria adicionado ao caráter nacional sua verve festiva, sua afetividade, sua sensualidade e *sua* preguiça.

Ao longo do século XX, o conhecimento histórico passou pelo que Peter Burke denominou de revolução: incorporou técnicas, procedimentos, dados e perspectivas de outras disciplinas.³ No entanto, sua realização de maior consequência foi a reformulação da idéia de objeto do conhecimento histórico: as ações de todos os homens, de todos os grupos, alcançaram a condição de objeto do interesse dos pesquisadores. Assim, o conhecimento histórico não mais estaria limitado à compreensão das ações das elites. Mas não só: a cultura, o trabalho, a economia, a demografia, além da política, passaram a fazer parte

¹ Devo a Jonas Marçal de Queiroz o aprendizado sobre a trajetória de *Índia*.

² Sobre o conceito de Cultura Histórica ver LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 47-76.

³ BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

das operações dos historiadores.⁴ Todas essas transformações levaram à inclusão do homem comum na elaboração das análises dos processos históricos vividos.⁵

No Brasil, essa revolução acadêmica resultou em uma imensidão de trabalhos que analisaram os escravos, os homens livres e pobres, as mulheres e as crianças, no universo colonial e fora dele. Trabalhadores rurais e urbanos, grupos de interesse – como jornalistas, escritores, políticos e acadêmicos – e minorias étnicas (quase todas do ponto de vista político, bem entendido) foram incluídos em análises sobre o Brasil no século XX: judeus, alemães, italianos, árabes e negros foram incorporados às análises sobre a formação do povo e das instituições nacionais.⁶ Os índios, no entanto, ficaram de fora.

Somente nos últimos 30 anos, o índio passou a fazer parte das análises sobre o período colonial, na condição de agentes de processos históricos.⁷ Alguns intelectuais, dentre os quais se destacam historiadores – seguidores do exemplo valioso dado pelos antropólogos –, construíram narrativas sobre a Colônia, nas quais o índio aparece como um sujeito de vontades próprias, como um articulador do próprio destino.

Este capítulo trata desse processo: de como os índios deixaram de ser os heróis do Brasil (porque sucumbiram à vontade portuguesa e foram alçados ao panteão dos formadores do povo brasileiro – como Araribóia – ou porque resistiram aos invasores lusos, preferindo a morte à escravidão – como Ajuricaba) e tornaram-se homens, que se relacionaram com portugueses, africanos e mestiços, segundo uma agenda própria. Trata-se, reconheço, de um objetivo ambicioso e, antecipo, ele será alcançado nos limites de um

⁴ LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984; idem.. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986; idem. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. Sobre o conceito de *operação histórica* ver CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.) *Op. cit.*, 1984. p. 18-48.

⁵ Ver, sobretudo, RUDÉ, George F. E. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991. Algumas das lições de Rudé podem ser percebidas em HOBBSAWM, E. J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; KRANTZ, Frederick (org.). *A Outra História – ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990; THOMPSON, E. P. *Op. cit.*, 1998.

⁶ Há balanços satisfatórios da produção historiográfica brasileira recente em FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. As minorias étnicas – resultado das correntes migratórias recebidas no Brasil – têm sido exaustivamente analisadas, em especial nas áreas de recepção de imigrantes, destaco entre eles os seguintes trabalhos: SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1990; BOLDIN, Nelma. *Tão fortes quanto a vontade: história da imigração italiana no Brasil: os Vênetos em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999; FAUSTO, Boris. *Negócios e ócios: história da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; CONSTANTINO, Núncia Santori de. *Italianos na cidade: a imigração itálica nas cidades brasileiras*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2000; CUNHA, Jorge Luis da; GÄRTNER, Angelika. *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2003.

⁷ As análises relativas a contextos situados no Império e na República pouca referência fazem ao índio. Segundo Francisca Miller (Apontamentos históricos sobre o surgimento do movimento indígena no Brasil. *Caderno de História - Revista do Departamento de História da UFRN*, Natal, v. 6, n. 1, p. 147-176, jan./dez. 1999, p. 150), desde o Império o índio deixou de ser considerado como força política importante, o que pode ter se constituído em um dos fatores que explicam sua ausência dos estudos relativos a esses dois períodos da História do Brasil.

capítulo – quando deveria ser objeto, ele próprio, de uma tese. No entanto, ainda que minimamente tratado, contemplá-lo me é fundamental.

Esta tese trata das relações sociais vivenciadas sob o contexto de uma lei, a qual é vista, majoritariamente, como um instrumento de desagregação e extinção das populações indígenas no Vale Amazônico. Segundo boa parte da historiografia, ambos os prejuízos foram impostos às populações indígenas – que pouco teriam podido fazer e cuja resistência não fora suficiente para fazer frente à investida portuguesa.

A tese em questão, no entanto, sem esquecer o violento processo de conquista e colonização do território que veio a ser conhecido como América, recusa a idéia do índio como um paciente, um brinquedo ou *coisa que o valha*, nas mãos do colonizador. Seu objetivo é evidenciar que as relações sociais vividas sob a égide daquela lei foram condicionadas, também, pelos interesses das populações indígenas. Nesse sentido, a tese dialoga com a historiografia e por isso é importante situá-la. Vamos, então, a ela.

A HERANÇA DE IRACEMA – O ESTIGMA DA SERVIDÃO VOLUNTÁRIA

Portanto, devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga.

Karl Friedrich Philipp von Martius

A contribuição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para a formação de uma memória nacional é inequívoca. Não é, contudo, fruto do acaso. O instituto constituiu um conjunto de iniciativas que objetivaram formular uma idéia de nação e de nacionalidade, a qual integrasse todos os brasileiros, por meio de uma memória comum. As convulsões políticas, demarcadoras das duas primeiras décadas do Brasil independente, foram determinantes para a sua criação.

Além dos conflitos que marcaram a Independência e culminaram no 7 de abril,⁸ a nação emergente teve de lidar com sublevações que contestavam a ordem política e social e apontavam para a frágil ligação entre as unidades do Império: a *Cabanagem*, no Pará, entre 1831 e 1836; a *Setembrada*, em Pernambuco, no ano de 1832; a *Revolução Farroupilha*, no Sul, iniciada em 1835; mesmo ano em que eclodira a *Revolta dos Malês*, na Bahia; a *Balaçada*, que uniu Maranhão e Piauí, durante os anos de 1839 a 1841; e, por fim,

⁸ Ver, entre outros trabalhos: ARMITAGE, João. História do Brasil: desde o período de chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais, formando uma continuação da História do Brasil de Southey. Belo Horizonte: Editoria Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981; SODRÉ, Nelson Werneck. As razões da independência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969; MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972; COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979; RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

a *Sabinada*, mais uma vez na Bahia, entre 1837 e 1838.⁹

Todos esses episódios apontavam não apenas para a insatisfação de grupos políticos locais, diante dos rumos da política adotada pela Corte, como indicavam, também, a frágil ligação que unia os habitantes do Império e as unidades que o compunham. Eles sugeriam, ainda, a necessidade do estabelecimento de vínculos que se sobrepussem a eventuais conflitos. Aqueles movimentos acenaram com o perigo da cisão e consolidaram a idéia de que era imperativo afastá-lo. Foi nesse contexto que o instituto foi edificado. Sua concepção esteve, desde a partida, vinculada à idéia de fortalecimento da nacionalidade. Sua função política seria a constituição dos vínculos que ultrapassariam as diferenças locais e fundamentariam uma história nacional, responsável pela conformação da unidade.¹⁰

Tendo sido encarregado de tamanho empreendimento, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro acabou por se constituir em estabelecimento único no Império, reunindo uma gama considerável de intelectuais. Suas formulações atravessaram décadas. Nenhuma delas, no entanto, conheceu longevidade semelhante à alcançada pela sugestão de von Martius, a qual deu azo ao aparecimento posterior de uma instituição de nossa memória, conhecida como o Mito ou Fábula das Três Raças.¹¹ Em seu texto premiado no concurso instituído em 1847 com o objetivo de selecionar o melhor plano para a elaboração de uma História do Brasil, von Martius propôs um roteiro no qual interagiam os três grupos étnicos que, entendia, formavam a nacionalidade brasileira: o branco, o negro e o índio.¹²

⁹ Ver sobre o período CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980 e idem. *Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. Ver, também, FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004; PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem*. Manaus: Editora Valer, 2001; ANDRADE, Manoel Correia de. *Movimentos nativistas em Pernambuco: setembro e novembro*. Recife: UFPE, 1998; REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês, 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1987; SANTOS, Maria Januária Vilela. *Insurreições e Balaiada, 1755-1853: consciência escrava na sociedade do Maranhão, do século XIX*. 1980. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo; SOUZA, Paulo Cesar. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia, 1837*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

¹⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 99-100; WEHLING, Arno. *Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 33; REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 26; CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História* – Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2000. Ver, também, DOSSE, François. A identidade nacional como forma organizadora do discurso histórico, na França, nos séculos XIX e XX. In: *A história a prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001. p. 11-38.

¹¹ Para uma reflexão valiosa sobre a importância deste mito no imaginário brasileiro, ver: DA MATTA, Roberto. Digressão: a Fábula das Três Raças ou o Problema do Racismo à Brasileira. In: *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 58-85.

¹² MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, p. 381-403, jan. 1845, (a citação em destaque encontra-se à página

Conforme a análise de Manoel Luís Salgado Guimarães, von Martius propunha que a História do Brasil fosse construída de modo a conformar uma única visão do passado, na qual os três grupos desempenhariam um papel específico: o de civilizador, destinado ao branco; o de heróis nacionais, destinado ao índio; e o de força de trabalho, destinado ao negro. Os dois primeiros deveriam receber a máxima atenção, pela contribuição que ofereciam ao processo de civilização projetado. A participação negra deveria ser limitada, dado a suposta *incompatibilidade atávica* que representava à consecução daquele projeto.¹³

A sugestão de von Martius teve enorme relevância para a constituição de uma memória histórica – ainda que a assertiva do visconde de Porto Seguro, Adolpho Varnhagem, segundo a qual os índios não possuíam história, somente etnografia, tenha alcançado maior repercussão no meio acadêmico.¹⁴ As primeiras reflexões sobre a memória histórica brasileira, após a Independência, delegaram ao índio a condição de herói – do herói que se anula, bem entendido – e, portanto, em total concordância com a sugestão de von Martius.¹⁵ A razão era uma só: o esforço em forjar uma identidade nacional, oposta a da metrópole colonial.¹⁶

O Império inaugurou, assim, o caráter do indigenismo brasileiro. Segundo Oscar Quintanilha, o indigenismo foi uma estratégia, adotada em alguns Estados americanos, a qual elegia o índio como um dos apanágios da identidade nacional.¹⁷ O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi um dos instrumentos de formulação desse indigenismo, por duas razões, ambas apontadas por Manoel Luis Salgado Guimarães. Em primeiro lugar, pela concepção de história em voga no instituto. De influência Iluminista, tal concepção assumia a História como uma progressão linear, representativa do avanço da civili-

384).

¹³ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos* - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988, p. 17.

¹⁴ Sobre a oposição de Varnhagen ante a perspectiva Romântica em relação aos índios ver SILVA, Edson. Bárbaros, Bons Selvagens, Heróis: imagens de índios no Brasil. *Clio - Série História do Nordeste* - Revista do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, n. 15, p. 53-71, 1994, p. 63-68.

¹⁵ REIS, José Carlos. *Op. cit.*, 2000, p. 26.

¹⁶ Segundo Ilmar Rohloff de Mattos essa foi a preocupação de uma geração de intelectuais e políticos do Império. MATOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 1990. Silvana Carrizo e Ana Beatriz Barel aprofundam a tese de Mattos, ao afirmarem que o processo de Independência favoreceu o esforço na construção de uma literatura nativa. Segundo Carrizo, Ferdinand Denis e von Martius foram influências determinantes nesse processo. Ver CARRIZO, Silvana. *Fronteiras da imaginação – os românticos brasileiros: mestiçagem e imaginação*. Niterói: Eduff, 2001 e BAREL, Ana Beatriz. *Um romantismo a Oeste: modelo francês, identidade nacional*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

¹⁷ QUINTANILHA, Oscar Arze. Del indigenismo a la indianidad: cincuenta años de indigenismo continental. In: FRANCH, José Alana. *Indianismo e indigenismo em America*. Madri: Alianza Editorial, 1990. p. 18-33.

zação.¹⁸ O passado indígena, de acordo com tal aporte, ocupava o ponto inicial daquela progressão, a partir do qual a civilização brasileira teria florescido.¹⁹ Em segundo lugar, o passado indígena era o único com o qual os intelectuais do período poderiam lidar, com o objetivo de criar mitos e heróis nacionais livres de quaisquer vínculos com a Metrópole – ponto importante na agenda do instituto, que incluiu a valorização da ação bandeirante.²⁰ Ambas as razões evidenciam, portanto, a contribuição do instituto aos propósitos do Império, e podem ser entrevistas no espaço dispensado à temática indígena pela revista, ao longo do século dezenove.²¹

Foi o Romantismo brasileiro daquele século, no entanto, o fator determinante na conformação do indigenismo nacional – o indianismo, responsável pelo surgimento de um dos mitos da cultura histórica brasileira e um dos pilares de uma definição da identidade nacional: a relação mais que cordial, submissa mesmo, de ameríndios diante de portugueses no período colonial, conforme testemunham as personagens Iracema, da obra homônima, e Peri, de O Guarani, ambas de José de Alencar.²² Alfredo Bosi argumenta terem sido Iracema e O Guarani as obras que fundaram o romance nacional.²³ Entretanto, a importância destas peças literárias reside, mais que na questão estética que inauguram, na representação que trazem do índio e do seu lugar na memória histórica da colonização. Segundo Bosi, as personagens protagonistas de José de Alencar anulam os sinais da relação invasor/nativo, pois encontram a sua razão de ser na submissão ao homem branco; as características positivas das personagens índias – heroísmo, beleza e naturalidade – são valoradas em função do benefício que podem proporcionar aos interesses europeus.²⁴

Iracema e *Peri* *assombram* a memória nacional, representando o que Machado de Assis, referindo-se a *Iracema*, classificara de “doce escravidão” – a servidão vo-

¹⁸ Sobre a concepção de História do Iluminismo ver CASSIRER, Ernest. A filosofia do Iluminismo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 19-63 e 267-313; HADDON, B. A. Uma introdução ao pensamento histórico. Lisboa: Gradiva, 1989. p. 15-65; CARBONELL, Charles-Olivier. Historiografia. Lisboa: Teorema, 1992. p. 105-126;

¹⁹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op. cit., p. 11; SCHWARCZ, Lília Moritz. Op. cit., 1993. p. 111..

²⁰ *Ibidem*. p. 17.

²¹ *Ibidem*. p. 20. Importa não esquecer, todavia, que a atenção aos índios correspondeu, em certa medida, à pretensão em integrá-los ao Império Brasileiro, na condição de defensores das fronteiras nacionais. Ver CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no século XIX. In: _____. Op. cit., 1992. p. 133-154.

²² Ver ALENCAR, José de. Ficção completa e outros escritos. Rio de Janeiro: Aguilar, 1964-1965. 3 v.

²³ BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 179. Sobre os esforços de José de Alencar em fortalecer o *espírito nacional*, através da literatura, ver LIMA, Ivana Stolze. Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 160-170. O início do romance brasileiro é alvo, ainda, de duas análises distintas, as quais se ocupam das matrizes do romance nacional: SUSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui: a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 e SCHWARCZ, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

²⁴ BOSI, Alfredo. Op. cit., 1992. p. 180-1.

luntária do indígena à vontade portuguesa.²⁵ Há de se notar o paradoxo existente na formulação do conceito de servidão, subjacente às duas obras. As construções de José de Alencar acompanharam a inflexão ocorrida na virada dos séculos dezoito para dezenove, no significado da idéia de nobreza, quando aplicada aos selvagens: antes da Revolução Francesa, ela fazia remissão ao vínculo percebido entre as virtudes indígenas e a natureza;²⁶ após a Restauração, passou a conotar valores relativos à nobreza guerreira européia, tais como honra, independência e destreza na guerra.²⁷ Ora, o índio idealizado por Alencar não manifesta sua honra e destreza na guerra em benefício próprio, mas em favor do português. Na busca por um símbolo nacional, um herói que reunisse os valores da nação nascente,²⁸ o Romantismo acabou por suprimir do herói uma de suas características mais importantes, a independência, e, ao fazê-lo, proferiu um veredicto involuntário: tornou-o um herói sem vontade.²⁹

Essa característica – esse estigma da servidão voluntária – será o signo que acompanhará a imagem do índio na cultura histórica e na historiografia, constituindo parte da imaginação que conforma a idéia de nação e de nacionalidade brasileiras.³⁰ *Iracema* e *Peri* acabaram por se constituir em símbolos da contribuição indígena à formação da nacionalidade. As duas personagens estavam em total acordo com a sugestão de von Martius – abriam mão de suas vidas e de seu passado em favor de um futuro no qual não existiriam, senão na memória. Ao branco, ao colonizador, caberia o papel de protagonista do drama nacional.

²⁵ ASSIS, Machado de. «Iracema». por José de Alencar. *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de janeiro de 1866. Apud: BOSI, Alfredo. *Op. cit.*, 1992. p. 179.

²⁶ Esse ponto é desenvolvido em alguns textos da lavra de Denis Diderot. No Discurso Preliminar à Enciclopédia, de 1750, ele e Jean D'Alambert afirmam que as noções de justo e injusto e bem e mal são naturais, o que as tornava acessíveis a todos os homens, incluindo os “povos mais selvagens” (ver DIDEROT, Denis; D'ALAMBERT, Jean Le Rond. *Enciclopédia ou Dicionário raciocinado das Ciências das Artes e dos Ofícios. por uma Sociedade de Letrados*. São Paulo: UNESP, 1989. p. 23-25). Ver a análise de Michèle Duchet sobre Diderot, especialmente a parte relativa aos povos selvagens: DUCHET, Michèle. *Antropologia e Historia en el siglo de Las Luces*: Buffon, Voltaire, Rousseau, Helvecio, Diderot. México: Siglo Veintiuno, 1984. p. 352-411, especialmente p. 384-390.

²⁷ LIEBERSOHN, Harry. Discovering Indigenous Nobility: Tocqueville, Chamisso, and Romantic Travel Writing. *The American Historical Review* - Publication of American Historical Association, Washington (DC), v. 99, n. 3. p. 746-766, jun. 1994.

²⁸ Sobre esse aspecto do Romantismo brasileiro, ver SILVA, Edson. *Op. cit.*, 1994. p. 57-60; SINDER, Valter. A reinvenção do passado e a articulação dos sentidos: o novo romance histórico brasileiro. *Estudos Históricos* – CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26. p. 253-264, 2000. p. 253-255; CARRIZO, Silvina. *Op. cit.*, 2001. p. 39-43.

²⁹ É interessante notar que essa compreensão não é hegemônica, mesmo nos dias que correm. Ypiranga Monteiro. por exemplo, considera um erro as considerações que rejeitam o indianismo de José de Alencar. Afirmar que elas se baseiam em uma visão pejorativa do índio. pois compreende que a integração do índio à sociedade trazida pelo colonizador lusitano foi uma escolha e uma eleição – aquela do índio e esta última do colonizador, dadas as provas de “valentia, coragem, abnegação, resistência [e] sacrifício”, apresentadas pelos nativos aos conquistadores. Ver MONTEIRO, Ypiranga. *Presença do Índio na cultura amazônica*. Manaus: Edições Nheenuatiara, 1985. p. 7-9.

³⁰ O conceito de comunidade imaginada, cunhado por Benedict Anderson, é o suporte utilizado aqui. ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989. p. 13-16.

A idéia da servidão voluntária, não obstante, atribuía o sacrifício indígena, quando menos, ao reconhecimento da superioridade européia. Tratava-se, portanto, de um ato, de uma manifestação de vontade. Segundo essa formulação, o indígena seria um herói – ingênuo, é verdade, mas, ainda, senhor de seu arbítrio. Coisa muito diversa ocorreu com a emergência da República. As transformações ocorridas no último quartel do século XIX contribuíram para a consolidação da representação do índio como uma figura acéfala, fazendo desaparecer os valores que lhe foram atribuídos no Império. A República e as formulações sobre raça e miscigenação foram determinantes, nesse sentido.³¹

Ambas alteraram o lugar do índio. As teorias raciais introduziram o pessimismo nas projeções sobre o futuro brasileiro, diante da mistura racial ocorrida até aquele momento – os que não a condenaram totalmente, viram-na como uma etapa no processo de branqueamento da nação, condição *sine qua non* para o alcance do progresso.³² A República destronou, assim, além do Imperador, o índio de sua condição de herói nacional, elegendo em seu lugar a Tiradentes, cuja participação no movimento inconfidente garantia uma remissão direta às aspirações de independência de uma nação ainda às voltas com a oposição à antiga metrópole. Tiradentes possuía, inclusive, valores adicionais – sua condição de mártir branco e pacífico, em tudo afeita à religiosidade popular.³³

A República e as discussões que embalaram seus primeiros anos de vida alteraram, assim, a imagem do índio, destituindo dela a áurea de heroísmo construída pelo Romantismo. Concomitantemente, e não por acaso, a sugestão de Varnhagem, segundo a qual os índios não possuíam história, mas etnografia, tornou-se premissa seguida pela historiografia nacional. O índio presente nas produções historiográficas do século XX, em maior ou menor grau, padeceu da *herança* que lhe foi deixada por Iracema, depois de banido do panteão de heróis nacionais. *Grosso modo*, como alerta John Monteiro, a historiografia tem representado o índio de duas formas, diante do colonizador: coadjuvante ou vítima/ingênuo.³⁴ Ambas as representações podem ser vislumbradas em vários trabalhos e sintetizam a *herança* a que me refiro.

³¹ AMOROSO, Marta Rosa; SÁEZ, Oscar Calavia. Filhos do Norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu. SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 237-256. p. 251.

³² Sobre as teorias raciológicas e seu impacto no pensamento social brasileiro do período, ver SCHWARCZ, Lília Moritz. *Op. cit.*, 1993.

³³ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 55-73; CALLARI, Cláudia Regina. *Op. cit.*, 2000.

³⁴ MONTEIRO, John Manuel. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1992. p. 105-120, p. 105.

No primeiro caso, alguns analistas o tomam como um associado do português na construção da nacionalidade brasileira. Foi o que fez Jorge Hurley, quando afirmou que o indígena habitante da América Portuguesa possuía um enorme senso de nacionalidade, em função da unidade lingüística existente, a despeito das diversas nações encontradas. Hurley acrescentou, ademais, que a índole dos americanos os predispunha para a cooperação com os portugueses.³⁵ Já Arthur Cezar Ferreira Reis afirmou que a nacionalidade brasileira fora forjada na associação de índios e portugueses com vistas à expulsão dos “entrelopos gauleses”.³⁶ Jaime Cortezão, por sua vez, viu na capacidade de deslocamento e adaptação traços comuns que contribuíram para a aproximação de portugueses e índios.³⁷

No segundo, as análises assumem os índios como *tábulas rasas*, nas quais o colonizador teve total liberdade para inscrever o que bem entendeu. São abordagens que se concentram nos processos de intervenção ocidental e que deduzem serem as ações indígenas meras respostas condicionadas às provocações do colonizador, como aponta Maria Regina Celestino de Almeida.³⁸ É o caso dos trabalhos de Luís Felipe Baeta Neves, no qual as aldeias indígenas surgem como produto exclusivo da intervenção missionária,³⁹ e de Luis Felipe de Alencastro, em que a ação indígena é quase sempre um espasmo resultante de uma provocação portuguesa.⁴⁰

Esses são fatores que contribuem para que a presença indígena na historiografia relativa à História do Brasil seja diminuta. São raros os trabalhos que assumem as populações indígenas como objetos de seus estudos. Mais amiúde, os indígenas fazem parte das análises – relativas a outras questões que não eles próprios – na condição de objetos da atenção do colonizador. A imensa maioria desses trabalhos dá conta da política indigenista, abordando as leis que regulavam a liberdade e o cativeiro indígenas nos séculos XVI

³⁵ HURLEY, Jorge. Noções de história do Brasil e do Pará. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraense, Belém, v. 11, p. 1-576, 1938, p. 6, 11 e 13-16.

³⁶ REIS, Arthur Cezar Ferreira. Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993, v. 1, p. 20-23 e idem. A política de Portugal no Vale Amazônico. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993, p. 47-58.

³⁷ CORTEZÃO, Jaime Zuzarte. Portugueses e índios no Brasil Colonial. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes – USP, 1972, p. 2.

³⁸ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 27.

³⁹ NEVES, Luiz Felipe Baeta. O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978. Ver a crítica feita a Baeta Neves, nesse sentido, em ibidem, p. 135.

⁴⁰ ALENCASTRO, Luís Felipe. A interação européia com as sociedades brasileiras, entre os séculos XVI e XVIII. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. Brasil nas vésperas do mundo moderno. Lisboa: Quetzal Editores, 1991. p. 97-119.

e XVII⁴¹ e a política adotada durante o consulado pombalino.⁴² Outros analisam as formas pelas quais as populações indígenas são percebidas pelos europeus, de modo que, a despeito da presença indígena, o objeto de estudo é a alteridade européia.⁴³

Esse quadro não se constituiu unicamente com as contribuições do Instituto

⁴¹ KIEMEN, Mathias C. The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region, 1614-1693. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 1954; ARNAUD, Expedito. Aspectos da legislação sobre os índios do Brasil. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1973; HEMMING, John. Op. cit., 1978; SCHWARTZ, Stuart B. Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 99-112; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A estrutura social. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. p. 215-260 (SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. (dir.) Nova História da Expansão Portuguesa, v. 8), p. 227; BELLOTO, Heloísa Liberalli. Política indigenista no Brasil colonial (1570-1757). Revista do Instituto do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 29, p. 49-60, 1988; GOMES, Mercio Pereira. Os Índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. Petrópolis: Vozes, 1988; CHAIM, Marivone Mattos. A política indigenista no Brasil. Clio - Série História do Nordeste - Revista do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, n. 15, p. 141-152, 1994; WOLRMER, Antonio Carlos. Pluralidade jurídica na América Luso-Hispânica. In: WOLRMER, Antonio Carlos (org.). Direito e Justiça na América Indígena. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p. 75-93.

⁴² PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977, p. 93-94; MACLACHLAN, Colin. Op. cit., 1972; TOCANTINS, Leandro. Op. cit., 1982, p. 41; AVELLAR, Hélio de Alcântara. História Administrativa do Brasil: a administração pombalina. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público; Editora da Universidade de Brasília, 1983, p. 21-22; TEIXEIRA SOARES, Álvaro. O Marquês de Pombal. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 171; CARDOSO, Ciro Flamarion S. Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 98-99 e 111; ARNAUD, Expedito. Os índios da Amazônia e a Legislação Pombalina. Boletim de Pesquisa do CEDEAM - Universidade do Amazonas, Manaus, v. 3, n. 4, p. 75-125, jan./dez. 1984; idem. A legislação sobre os índios do Grão-Pará e Maranhão nos séculos XVII e XVIII. Boletim de Pesquisa do CEDEAM - Universidade do Amazonas, Manaus, v. 4, n. 6, p. 34-72, jan./jun. 1985; HEMMING, John. Op. cit., 1987; PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 115-132; SOUZA JÚNIOR, José Alves de. O Projeto Pombalino para a Amazônia e a 'Doutrina do Índio-Cidadão'. Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Revista do CFCH/UFGA, Belém, v. 12, n. 1/2, p. 85-98, jan./dez. 1993; DOMINGUES, Ângela. A Educação dos meninos índios do Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (coord.) Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 67-77; MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 53-54; ALMEIDA, Rita Heloísa de. Op. cit., 1997; SILVA, André Mansuy-Diniz. Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808. In: BERTHELL, Leslie (org.). BERTHELL, Leslie (org.) História da América Latina: A América Latina Colonial I. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. v. 1. p. 477-518, p. 486; RAVENA, Nírvia. "Maus vizinhos e boas terras": idéias e experiências no povoamento do Cabo Norte - século XVIII. In: GOMES, Flávio dos Santos. Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFGA, 1999. p. 63-95, p. 67; LANGFUR, Hal. Uncertain refuge: frontier formation and the origins of Botocudo War in Late Colonial Brazil. HAHR - Department of History, University of Maryland, Maryland, v. 82, n. 2, p. 216-256, mai. 2002, p. 217; COUTO, Jorge. O Brasil Pombalino. Camões – Revista de Letras e Cultura Lusófonas - Instituto Camões, Lisboa, n. 15-16, p. 53-74, jan./jun. 2003, p. 56.

⁴³ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. O Índio brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural. Rio de Janeiro: Toopbooks, [s.d.]; DOMINGUES, Ângela. Olhares sobre o Brasil nos séculos XVII e XVIII: os pintores holandeses e portugueses. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. Op. cit., 1991. p. 73-86; PINTO, João da Rocha. O olhar europeu: a invenção do índio brasileiro. In: ibidem. p. 49-72; BELUZZO, Ana Maria de. A lógica das imagens e os habitantes do Novo Mundo. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). Op. cit., 1992. p. 47-58; PERRONE-MOISÉS, Leyla. Vinte-luas: viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; RAMINELLI, Ronald. Imagens da Colonização: a representação do Índio de Caminha à Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. Estes últimos trabalhos estão relacionados a uma forte linha de pesquisa de matriz européia que conhece grande repercussão no Brasil, através de dois autores, em especial: GERBI, Antonello. La disputa del Nuevo Mundo – história de uma polémica (1750-1900) México: Fondo de Cultura Económica, 1993; LESTRINGANT, Frank O canibal: grandeza e decadência. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

Histórico e Geográfico Brasileiro e do Romantismo. Ao longo do século XX, a historiografia o enriqueceu com idéias próprias, mantendo e ampliando aquele estigma, de modo que às vésperas da centúria seguinte, Antonio Carlos de Souza Lima, em estudo sobre a representação do índio no material didático da educação básica no Brasil, chegou à seguinte conclusão:

Há estruturas cognitivas profunda e longamente inculcadas na maneira de pensar a história brasileira que orientam a percepção, e permitem a reprodução, de um certo universo imaginário em que os indígenas permanecem como povos ausentes, imutáveis, dotados de essências a-históricas e objeto de preconceito: nunca saem dos primeiros capítulos dos livros didáticos; são, vaga e genericamente, referidos como *um dos componentes do povo* e da *nacionalidade* brasileiros, algumas vezes tidos como vítimas de uma terrível 'injustiça histórica', os *verdadeiros senhores da terra*. Não surgem enquanto atores históricos concretos, dotados de trajeto próprio, participantes de guerras pelo controle de espaços geográficos específicos, inimigos, mas também muitas vezes aliados, beneficiários e instrumentos dos conquistadores, presentes até hoje em tudo o que se passa em muitas regiões do Brasil. Incapazes de se reelaborarem, eternos portadores de alguns mesmos 'traços' que dariam a especificidade do Brasil, nele se diluíam logo após a chegada do colonizador.⁴⁴

Antonio Carlos de Souza Lima dá conta de uma cultura histórica, a qual organiza a forma de se pensar a inserção do indígena na História do Brasil. Como parte dessa cultura histórica, a produção de conhecimento relativo ao passado colonial brasileiro viveu um processo, no correr do último século, que transformou aquela herança romântica em historiografia e, daí, em conteúdo didático. O inusitado é perceber que tal processo se deu num contexto de valorização da presença indígena. Acompanhem-lo.

⁴⁴ LIMA, Antonio Carlos de Souza. Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil. SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Op. cit.*, 1995. p. 407-419, p. 408-409.

A EDIFICAÇÃO DA AMBIGÜIDADE – INDOLÊNCIA E RESISTÊNCIA EM UM ÚNICO HERÓI

No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uraricoera, que a índia tapanhumas pariu uma criança feia. Essa criança é que chamaram de Macunaíma. Já na meninice fez coisas de sarapantar. De primeiro passou mais de seis anos não falando. Si o incitavam a falar exclamava:

- Ai! que preguiça! ...

Mário de Andrade

Macunaíma, o herói sem caráter, nasceu índio. A preguiça foi a sua condição primeira. Fruto da imaginação de Mário de Andrade, em meados da década de 1920,⁴⁵ ele se adequou à representação relativa ao índio, formulada nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. À exceção de Capistrano de Abreu, para quem a ausência da capacidade de cooperação não se constituía em vício, mas em adaptação ao meio,⁴⁶ a tônica das representações sobre o índio foi o destaque a *sua* afamada preguiça.

De nobre guerreiro, partícipe valoroso da formação da nacionalidade brasileira, herói da integração, o indígena passou a ser visto como um indolente degenerado, incapaz de acompanhar o ritmo exigido por uma nação em progresso constante. A indolência que *lhe era inerente* se incompatibilizava com o *processo de civilização* no qual o país pretendia ver-se inserido. O início desta transformação data do final do século XIX. Evi-

⁴⁵ ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. (Edição crítica de Telê Porto Ancona Lopez) Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria de Cultura e Tecnologia, 1978, p. XV.

⁴⁶ ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 23-24.

dentemente, encontram-se acusações à preguiça e indolência dos índios, ao longo do período colonial; o que se assistiu no momento em questão, no entanto, foi coisa diversa.

A detração levada a cabo nos três primeiros séculos da colonização não foi nem absoluta, nem, tampouco, resultado de uma modificação no contexto político interno a qualquer unidade americana. Ela se constituiu em um longo e acalorado processo de discussão, do qual participaram europeus e americanos.⁴⁷ Nesse processo, o debate, envolvendo a natureza e as aptidões dos indígenas, esteve relacionado à discussão sobre os limites das próprias visões de mundo gestadas na Europa e, certamente, aos interesses econômicos e políticos relacionados às populações nativas americanas.⁴⁸

O que ocorreu no Brasil do final do Oitocentos foi diferente. As teorias racistas demarcaram a emergência de um aporte contrário ao processo de miscigenação vivido pelo país, até aquele momento. Segundo o que Roberto Ventura argumenta, Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha foram os baluartes desse aporte. Suas considerações condenavam o futuro do país, povoado por uma população, *degenerada e estéril*, resultante do cruzamento de *raças* díspares.⁴⁹ Tais considerações foram determinantes na supressão do índio como símbolo da autonomia da ex-Colônia, em relação à Metrópole.⁵⁰

Em Retrato do Brasil, de Paulo Prado (autor a quem Macunaíma, a obra, é dedicada), por exemplo, o índio aparece livre da nobreza que lhe foi atribuída pelo Romantismo. A sensualidade e a selvageria são apontadas como suas características marcantes, às quais (somadas àquelas trazidas pelo colonizador português, este comumente um degredado, livre de valores nobres também) teriam conformado o caráter nacional.⁵¹

O Modernismo, movimento no qual Macunaíma se insere, bem que tentou desvincular a imagem do índio dos conteúdos negativos que lhe eram associados, desde o final do século dezenove. A busca por uma cultura nacional, livre da submissão aos parâ-

⁴⁷ Sobre esse aspecto ver GERBI, Antonello. Op. cit., 1993; PADGEN, Anthony. European encounters with the New World: from Renaissance to Romanticism. New Haven & London: Yale University Press, 1993; TODOROV, Tzvetan. A conquista da América. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

⁴⁸ SOUZA, Laura de Mello e. Op. cit., 1986, p. 49-72; RAMINELLI, Ronald. Op. cit., 1996.

⁴⁹ VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200). Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 329-339, p. 332; ver, também, ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e Identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 13-35. Ainda sobre a questão racial no Brasil, ver HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979 e GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999. Agradeço à Wilma Coelho pelos esclarecimentos, sempre precisos, sobre as discussões relativas à discriminação no Brasil.

⁵⁰ VENTURA, Roberto. Op. cit., 2000, p. 334.

⁵¹ PRADO, Paulo. A luxúria. In: Retrato do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 53-90.

metros estrangeiros e, portanto, original,⁵² não recusava o passado indígena, nem o dene-
gria. Getúlio Vargas não foi infenso à provocação modernista: como parte de sua política
de nacionalização da cultura brasileira, promoveu a representação do índio como um dos
pilares da nacionalidade.⁵³ É verdade, porém, que aquela representação era em tudo similar
à formulada pelo Império.⁵⁴

Surpreendentemente, no entanto, a caracterização do índio como indolente e
a inclusão definitiva desse estigma na memória histórica nacional, contaram com a contri-
buição dos autores que fundaram a moderna tradição historiográfica brasileira. Gilberto
Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda – artífices das obras que promove-
ram uma inflexão estupenda na produção historiográfica⁵⁵ – ratificaram a imagem do índio
indolente.

Gilberto Freyre e suas obras, Casa Grande & Senzala e Sobrados e Mocam-
bos, estão na gênese de uma visão da escravidão como um fenômeno que atingiu, quase
exclusivamente, aos negros trazidos de África, em função da incapacidade do indígena em
suportar os esforços que a lida agrícola exigia. Ainda que a obra de Freyre não tenha como
objetivo principal o estudo da escravidão (pois aborda a gênese do patriarcalismo brasilei-
ro, o qual teria resultado da confraternização ocorrida nas casas grandes e senzalas, a des-
peito da violência inerente ao regime escravista), ela cristalizou a idéia de que as institui-
ções nacionais nasceram da relação estabelecida entre senhores de engenhos e escravos
negros. A participação índia é minimizada em ambas as obras.⁵⁶

Gilberto Freyre criticava os que professavam certo lirismo em relação ao in-
dígena; repudiava as afirmações dos defensores da tese segundo a qual a substituição da
força de trabalho indígena pela do braço escravo africano resultara de “sua altivez diante
do colonizador luso em contraste com a passividade do negro”. Afirmava que fora a inferi-

⁵² MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. Estudos Históricos - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 220-238, 1988.

⁵³ GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. Revista Brasileira de História – Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 13-42, 2000, p. 14.

⁵⁴ Ibidem, p. 16-17; ABUD, Kátia Maria. Formação da alma e do caráter nacional: ensino de História na Era Vargas. Revista Brasileira de História – Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 103-114, 1998.

⁵⁵ Ver a análise de Carlos Guilherme Mota, Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974). São Paulo: Ática, 1985, p. 20-33.

⁵⁶ Na primeira obra, dois capítulos são destinados à análise da contribuição da escravidão negra na formação da família brasileira, enquanto que um é dispensado ao índio. Ver FREYRE, Gilberto. Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1996, “O indígena na formação da família brasileira”, p. 88-187 e “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro”, p. 282-480. Na segunda, o índio aparece em referências esparsas, especialmente no capítulo “Raça, Classe e Região”, cf. FREYRE, Gilberto. Sobrados e mu-
cambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1990, p. 353-423

oridade cultural do ameríndio o que dificultara sua adaptação ao trabalho sedentário.⁵⁷

Caio Prado Júnior tecia argumentação semelhante, assumindo terem sido a ineficiência indígena e sua pouca resistência física as razões para a preferência pelos trabalhadores negros.⁵⁸ Sérgio Buarque de Holanda repetia os argumentos de Gilberto Freyre, com algumas ressalvas que indicavam a importância do ameríndio:

Os antigos moradores da terra foram, eventualmente, *prestimosos colaboradores* na indústria extrativa, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação do gado. Dificilmente se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. Sua tendência espontânea era para atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos. *Versáteis ao extremo, eram-lhes inacessíveis certas noções de ordem, constância e exatidão, que no europeu formam como uma segunda natureza e parecem requisitos fundamentais da existência social e civil.*⁵⁹

Como se pode notar, a formulação de uma imagem do índio caminhou quase que no mesmo sentido – o de atribuir-lhe um papel passivo, quase inexpressivo, na formação histórica do Brasil. Constituiu-se, portanto, uma visão em tudo afeita ao que diziam os primeiros ideólogos de uma História do Brasil no século XIX, para quem o índio representava um ideal de unificação, em função de sua passividade. A falência daquele ideal, como se pode perceber, não promoveu um novo dimensionamento da participação indígena na construção de uma memória histórica nacional; antes contribuiu para a construção de visões que a diminuíam.

Vejamos o caso da historiografia da escravidão e as explicações para a substituição da mão-de-obra indígena pela africana. Os balanços historiográficos sobre a escravidão no Brasil apontam quatro momentos distintos, todos no século passado: os trabalhos de Gilberto Freyre e a visão paternalista; a escola sociológica de São Paulo e a crítica ao modelo de Freyre; os trabalhos voltados para a caracterização da sociedade escravista, dos anos Setenta; e a revisão historiográfica proposta na década de Oitenta.⁶⁰ Uma vez que já abordei a posição de Freyre, permitam-me seguir adiante, tratando das demais.

A escola sociológica paulista ocupou-se, especialmente, com a crítica às

⁵⁷ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, 1996, p. 242-243.

⁵⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 26-7.

⁵⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, p. 17 (grifos meus).

⁶⁰ SOUZA, Laura de Mello e. O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial. *Estudos Históricos* - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 133-152, 1989, p. 134; LARA, Silvia Hunold. Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico. *LPH: Revista de História* - Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, v. 3, n. 1, p. 215-244, 1992, p. 215-217.

proposições de Gilberto Freyre, de forma que a constituição das sociedades escravistas e a denúncia da violência da escravidão foram os temas mais visitados.⁶¹ Ainda que tenham reconhecido a existência da escravidão indígena,⁶² essa escola não alterou o veredicto de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda: como se pode ler na obra de Octavio Ianni, a substituição do escravo indígena pelo africano se deu pela superioridade de deste último, “cujo patrimônio sócio-cultural possibilitava mais rápido ajustamento às condições de trabalho e cuja oferta elástica permitia expansões sucessivas”.⁶³

Na década de 1970, veio a lume uma obra de grande repercussão no meio acadêmico. Refiro-me a Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), de Fernando Novais.⁶⁴ A importância deste trabalho – para a questão que abordo – reside no deslocamento do julgamento étnico – o valor do patrimônio sócio-cultural – como parâmetro de explicação para a substituição da mão-de-obra indígena pela africana. Entendendo a expansão colonial moderna como parte do processo de acumulação primitiva do capital europeu, Novais explica a troca do braço indígena pelo africano como uma estratégia metropolitana de aumento do excedente retirado das colônias. A opção pelo africano se deu em função dos dividendos que o tráfico negreiro poderia trazer ao comércio interatlântico.⁶⁵

As conclusões de Novais foram criticadas, especialmente por Ciro Flamarión Cardoso e Héctor Brignoli, em dois aspectos, ambos relacionados a sujeição à tese de Caio Prado Júnior, consubstanciada no “sentido da colonização”,⁶⁶ e ao conceito de acumulação primitiva de capital:⁶⁷ por um lado, tais aparatos teóricos limitariam a compreensão da economia colonial, restringindo-a à condição de anexo das economias européias; por outro lado, eles desconsiderariam o caráter original das instituições surgidas nas colônias.⁶⁸ É justamente a escassez de braços, reclamada pelos colonos, o que Ciro Cardoso considera ter sido a razão fundamental para a introdução da oferta de escravos africanos.⁶⁹

⁶¹ Ver GRAHAM, Richard. Escravidão, reforma e imperialismo. São Paulo: Perspectiva, 1979.

⁶² CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 69; IANNI, Octavio. As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia e Labor, 1988, p. 116-130.

⁶³ IANNI, Octavio. Op. cit., 1988, p. 123-124.

⁶⁴ NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 92-106.

⁶⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980, p. 22-23.

⁶⁷ MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, v. 2, p. 828-882.

⁶⁸ CARDOSO, Ciro Flamarión S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. História Econômica da América Latina: sistemas agrários e histórica colonial - economias de exportação e desenvolvimento capitalista. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 63 e 69-71.

⁶⁹ *Idem*. Escravo o camponês? O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 138 e 194.

As contribuições de Ciro Cardoso suscitaram uma revisão historiográfica conduzida por João Fragoso e Manolo Florentino, formulada nos anos de 1980, publicadas na década seguinte. Em trabalhos realizados individualmente⁷⁰ e depois em uma obra conjunta,⁷¹ ambos afirmaram a necessidade de se ter em conta o contexto africano, na análise do fato da introdução e da permanência da escravidão negra nas colônias americanas – remetendo, assim, o debate ao lugar que a escravidão ocupava nas sociedades africanas. Segundo aqueles autores, foi a oferta de escravos em África – resultante das relações entre as diversas sociedades da África Negra – o que garantiu a introdução e a manutenção da escravidão nas Américas.⁷²

Os estudos de Fragoso e Florentino colocam em dúvida os argumentos que responsabilizam a ineficiência ou a fragilidade ameríndia, por um lado, e a necessidade de braços e de acumulação de capital, por outro, como fundamentos para a substituição do indígena pelo negro africano. Seus trabalhos, assim como os de Fernando Novais e de Ciro Flamarion Cardoso suscitam novas discussões para o problema da substituição da mão-de-obra, mas não sugerem encaminhamentos que sirvam para a reflexão da permanência do trabalho ameríndio, em outros pontos do território colonial. Suas teses apresentam questões importantes para o debate sobre a economia colonial surgida no litoral; elas não interferem, diretamente, porém, na produção ocupada com a compreensão da presença indígena na economia colonial do Vale Amazônico.

À exceção de Antonio Carreira, para quem a introdução da escravidão africana no Vale decorreu da constatação da incapacidade indígena,⁷³ a produção historiográfica relativa às capitanias do Norte é unânime em afirmar que a opção pelo braço africano decorreu da política de povoamento formulada pela Metrópole, a qual tinha nas populações indígenas o recurso humano escolhido, para o estabelecimento de povoações de homens livres que garantissem a soberania portuguesa na região do Vale Amazônico, diante das pretensões das monarquias confinantes.⁷⁴ Tais análises indicam a existência da escraviza-

⁷⁰ FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁷¹ FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁷² *Ibidem*, p. 118-148.

⁷³ CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: o comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1988, p. 52.

⁷⁴ FARAGE, Nádia. *Op. cit.*, 1991, p. 34; DIAS, Manuel Nunes. Colonização da Amazônia (1755-1778). *Revista de História* - Revista do Departamento de História da FFLCH/USP, São Paulo, v. 34, n. 70, p. 471-490, abril/jun. 1967, p. 478; BRITO, Cecília Maria Chaves. Índios das “corporações”: trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII. In: ACE-

ção do indígena e as razões de sua extinção e da introdução do trabalhador africano. No entanto, a singularidade da economia do Vale Amazônico, a qual poderia servir de contraponto às teses sobre a incapacidade do trabalhador indígena e sua substituição pelo trabalhador africano, não chamou a atenção dos historiadores durante um longo período.

Infelizmente (permitam-me uma manifestação pessoal), não se está diante de um caso específico, de um evento particular que não recebeu a atenção devida dos especialistas. Trata-se, antes, de um problema antigo que atinge a memória histórica da Amazônia como um todo. Euclides da Cunha, no início do século XX, elegia a Amazônia como tema de uma de suas reflexões, em texto intitulado À Margem da História,⁷⁵ como que indicando, já, o lugar dispensado à região, na conformação da historiografia nacional. A distribuição dos centros de produção do saber histórico e a visão de que a História do Brasil se constitui a partir do centro-sul do país contribuem para a marginalização dos estudos envolvendo a Amazônia e outras áreas tidas como periféricas.⁷⁶

As teses de João Fragoso e Manolo Florentino contribuem sobremaneira para a revisão daquela postura a que se referiu Manuela Carneiro da Cunha, a qual será objeto de reflexão, a seguir: seus trabalhos indicam a urgência em investir-se em análises que percebam o universo colonial em sua complexidade. Elas, no entanto, ainda não alcançaram os livros didáticos. Conforme apontou Antonio Carlos de Souza Lima, os livros didáticos permanecem reproduzindo imagens sobre o índio, construídas a partir de perspectivas informadas por pressupostos no mínimo duvidosos. O futuro, todavia, aponta para dias melhores – vamos a eles.

VEDO MARIN, Rosa Elizabeth (org.). A escrita da história paraense. Belém: NAEA/UFGA, 1998. p. 115-137, p. 120; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Op. cit., 2001, p. 48-49; HEMMING, John. Op. cit., 1987, p. 1-7; DOMINGUES, Ângela. Op. cit., 2000, p. 179-180.

⁷⁵ CUNHA, Euclides da. Op. cit., 1975.

⁷⁶ Com Flávio dos Santos Gomes e Jonas Marçal de Queiroz venho desenvolvendo reflexão sobre o lugar da produção historiográfica relativa à Amazônia: GOMES, Flávio dos Santos, QUEIROZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cezar. Op. cit., 1999, p. 11-18; QUEIROZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro Cezar. Op. cit., 2001, p. 159-190.

A RESSURREIÇÃO DE AJURICABA – A RESTITUIÇÃO DA VONTADE INDÍGENA

Tribo dos Carajás
Noite de lua cheia
Aruanã
Menina moça é quem manda na aldeia
A tribo dança e o grande chefe pensa
Em sua gente
Que era dona deste imenso continente
Onde sonhou sempre viver da natureza
Respeitando o céu
Respirando o ar
Pescando nos rios
E com medo do mar
Estranhamente o homem branco chegou
Pra construir, pra progredir, pra desbravar
E o índio cantou
O seu canto de guerra
Não se escravizou
Mas está sumido da face da Terra

Martinho da Vila

Tribo dos Carajás é um samba emblemático, por duas razões: em primeiro lugar, ele demarca uma inflexão ocorrida na cultura histórica brasileira, a partir da década de 1960, na qual a representação do índio é objeto de uma profunda alteração; em segundo lugar – e razão principal de sua escolha como epígrafe desta seção – ele serve de sinal da origem dessa inflexão, iniciada fora do meio acadêmico. Ele remete, ainda, para um dos heróis índios – cujo signo é o inverso do legado por Iracema: Ajuricaba. Herói dos Manaos, Ajuricaba é freqüentemente lembrado como o símbolo da resistência indígena – preferiu a morte à escravidão.⁷⁷ Com a devida licença, o *ressuscito* de modo a evidenciar que

⁷⁷ Uma síntese da resistência imposta pelos Manaos às investidas portuguesas pode ser encontrada em SANTOS,

a morte, nem sempre, foi a única opção para as populações indígenas – a revisão histórica iniciada há alguns anos, o demonstra.

Conforme afirma John Manoel Monteiro, os movimentos indígenas foram os primeiros a reclamar uma revisão na forma pela qual o índio era representado na História do Brasil.⁷⁸ Tais movimentos foram um fenômeno americano daquela década.⁷⁹ No Brasil,⁸⁰ ainda que sua força e representatividade só tenham sido reconhecidas na década seguinte, quatro fatores foram fundamentais na sua constituição, conforme ensina Francisca Miller. O primeiro deles, nos anos Sessenta: a movimentação dos Xavantes, no sentido de defender suas terras de invasores e exigir demarcações. Os demais, na década de Setenta: o papel dos novos missionários do Conselho Indigenista Missionário, decididos a preservar as culturas indígenas com que travassem contato; a disposição das administrações da FUNAI em cumprir a lei, garantindo as terras indígenas; e, por fim, a recusa da mesma instituição em implementar programas de desenvolvimento comunitário que não contassem com a participação efetiva das populações indígenas na sua formulação.⁸¹

Desde então, os movimentos indígenas têm alcançado algumas vitórias. A mais importante delas é, sem dúvida, o direito a uma educação escolar diferenciada e bilíngüe. Essa conquista teve início com a ação dos padres jesuítas nas décadas de Setenta e Oitenta do século passado e encontra-se em curso. Ela diz respeito a uma alteração nas formas de contato entre índios e não-índios. Basicamente, a postura engendrada desde então recusa a educação formal como um meio de substituição dos sistemas culturais indígenas.⁸² As culturas daquelas populações, segundo essa postura, deveriam ser minimamente respeitadas. O momento iniciado com esta inflexão, demarca, então, uma apropriação indígena de instrumentos culturais não-índios, como a leitura/escrita, de modo a subverter, por exemplo, a memória histórica da conquista e da colonização do espaço americano.⁸³

Essa iniciativa indígena vem colocando, diante dos historiadores, dois desafios, segundo John Monteiro: incluir os índios na historiografia e incluir a visão dos índios

Francisco Jorge dos. *Op. cit.*, 1999, p. 29-35.

⁷⁸ MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Op. cit.*, 1995. p. 221-236, p. 223.

⁷⁹ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. La politización de la identidad y el movimiento indígena. In: FRANCH, José Alana. *Indianismo e indigenismo em América*. Madri: Alianza Editorial, 1990. p. 145-161.

⁸⁰ Sobre os movimentos indígenas no Brasil, ver GIRARDI, Giulio. *Os excluídos construirão a nova história?* São Paulo: Ética, 1996.

⁸¹ MILLER, Francisca S. *Op. cit.*, 1999, p. 159-172.

⁸² BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes; SILVA, Adriane Costa da. Perspectivas históricas da Educação Indígena no Brasil. In: PRADO, Maria Ligia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *À Margem dos 500 anos - reflexões irreverentes*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 63-81, p. 64-65.

⁸³ *Ibidem*, p. 68 e 79.

na compreensão do passado histórico.⁸⁴ Sobre o primeiro ponto, vários autores já denunciaram o esquecimento a que o índio é submetido.⁸⁵ Esquecimento inquietante, se considerarmos que Caio Prado Júnior, inegavelmente, a maior influência na historiografia brasileira que lhe é subsequente,⁸⁶ apesar e a despeito de suas considerações sobre o índio, alertou para a singularidade da colonização lusitana, quando em comparação com a ocorrida na América do Norte: ao contrário do que se passou por lá, o colonizador português projetava o aproveitamento do indígena no processo de colonização, como mão-de-obra, guerreiro, povoador ou catecúmeno.⁸⁷

Foi em História dos Índios no Brasil, no entanto, que melhor se formulou aquele desafio. Esse é, sem dúvida, um dos trabalhos mais fecundos sobre o nascente campo da História Indígena e do Indigenismo, em Língua Portuguesa. Publicado em 1992, traz um valioso sumário das questões que importam à produção de um conhecimento sobre a memória histórica das populações indígenas.⁸⁸ O texto – de caráter normativo – que introduz a coletânea, «Introdução a uma História Indígena», de Manuela Carneiro da Cunha,⁸⁹ apresenta, à partida, uma crítica à forma pela qual a História do Brasil consolidou-se: pensada e construída a partir dos elementos “descobridores”, não reservara espaço para as populações ameríndias.⁹⁰ A ausência do indígena, como agente histórico importante, e a representação deturpada de sua participação nos eventos, em parte significativa das obras que expressam a História do Brasil, são, argumenta a autora, resultado da compreensão equivocada de que as sociedades indígenas não possuem história.⁹¹

Mais que um equívoco, essa ausência e deturpação dão conta de uma postura:

⁸⁴ MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). Op. cit., 1995. p. 221-236, p. 227.

⁸⁵ Idem. Vida e morte do índio: São Paulo colonial. In: MONTEIRO, John Manuel [et. all.] - Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração. São Paulo: Yacatu Editora & Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1984. p. 21-44, p. 21; BÔAS, Crisoston Terto Vilas. A questão indígena em Minas Gerais: um balanço das fontes e da bibliografia. LPH: Revista de História – Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, n. 5, p. 42-55, 1992; MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). Op. cit., 1995. p. 221-236, p. 221; GRUPIONE, Luís Donisete Benzi Grupioni. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: ibidem. p. 481-525, p. 489-490

⁸⁶ Sobre Caio Prado Júnior destaque, entre outros trabalhos: REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e “A Revolução brasileira”. Revista Brasileira de História – Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 19, nº 37, p. 245-277, 1999; FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. Op. cit., 2001, p. 25-41; SANTIAGO, Gabriel Lomba. Três leituras básicas para entender a cultura brasileira. Campinas: Editora Alínea, 2001, p. 15-43.

⁸⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. Op. cit., 1977, p. 91.

⁸⁸ CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). Op. cit., 1992.

⁸⁹ Idem. Introdução a uma História Indígena. In: Ibidem, 1992. p. 9-24.

⁹⁰ Ibidem, p. 9.

⁹¹ Ibidem, p. 11-12.

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história, movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro. A periferia do capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura 'politicamente correta' foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos.⁹²

A autora aponta, portanto, uma postura teórica que informa e valida a produção de conhecimento histórico sobre a memória nacional, como sendo uma das responsáveis pela eliminação dos indígenas como sujeitos históricos. As origens de tal procedimento, já o sabemos, data do século dezenove. Sua condenação, no entanto, só muito recentemente tem sido feita, no Brasil⁹³ e na América Latina.⁹⁴

Ainda que a dificuldade em superar essa postura esteja relacionada, em parte, a uma limitação incontornável, como o é a ausência de documentos produzidos pelas próprias populações indígenas,⁹⁵ a provocação de Manuela Carneiro da Cunha tem surtido frutos consideráveis, de modo que já se pode falar na emergência e consolidação de uma outra postura, a qual produz histórias do Brasil, nas quais os elementos indígenas se constituem em agentes históricos.

Já se conta um número significativo de trabalhos, nos quais as populações indígenas não padecem do estigma da servidão voluntária ou professam aquela indolência *macunaímica*. Boa parte deles dá continuidade às considerações de Caio Prado Júnior, para quem a resistência indígena foi uma das primeiras manifestações da luta de classes no Brasil.⁹⁶ Assim, a denúncia da exploração e a afirmação da resistência indígena são os temas mais frequentes. É verdade que alguns autores procederam a análise da exploração e resistência indígenas, antes ou independentemente da configuração de um campo de trabalho

⁹² Ibidem, p. 17-18.

⁹³ CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. Op. cit., 1983, p. 63 e 69-71; SCHWARTZ, Stuart. B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 40; COSTA, Iraci del Nero da. Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Jr. Cadernos NEHD – Publicação do Núcleo de Estudos em História Demográfica, São Paulo, n. 3, p. 1-45, 1995; BERCAMASHI, Heloísa Eberle; GIRON, Lorraine Slomp. Colônia: um conceito controverso. Caxias do Sul: EDUCS, 1996, p. 15-18; FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. Op. cit., 2001, p. 25-36.

⁹⁴ KÖNIG, Hans-Joachim. ¿Bárbaro o símbolo de la libertad? ¿Menor de edad o ciudadano? Imagen del indio y política indigenista em Hispanoamérica? In: KÖNIG, Hans-Joachim (ed.). El indio como sujeto y objeto de la historia latinoamericana: pasado y presente. Frankfurt/Madrid: Centro de Estudios Latinoamericanos de la Universidad Católica de Eichstätt. 1998, p. 13-31, p. 13; BOCCARA, Guillaume. Etnogénesis mapuche: resistencia y restructuración entre los indígenas del centro-sur de Chile (siglos XVI-XVIII). HAHR - Department of History, University of Maryland, Maryland, v. 79, n. 3, p. 425-461, ago. 1999, p. 425.

⁹⁵ SCHWARTZ, Stuart. B. Op. cit., 1999, p. 57; PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e colonização no sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002, p. 79.

⁹⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. Op. cit., 1980, p. 73

voltado para o estudo da participação das populações indígenas nos processos históricos vividos no Brasil.

Domingos Antonio Raiol, João Lúcio de Azevedo e Capistrano de Abreu já haviam denunciado a exploração e a escravização de que elas tinham sido vítimas.⁹⁷ O mesmo fizeram, décadas depois, autores de língua inglesa, ocupados com a análise de processos históricos brasileiros.⁹⁸ Em Língua Portuguesa, a referência à escravidão indígena como fator importante da vida colonial tornou-se mais freqüente.⁹⁹ No entanto, nem sempre ela fora acompanhada de uma perspectiva que reconhecesse nas populações indígenas agentes históricos. Mais amiúde, tais referências concebiam aquelas populações como meros reagentes diante da ação – essa sim afirmada – portuguesa.

Duas obras foram fundamentais na reversão dessa postura. Refiro-me a Segredos Internos, de Stuart B. Schwartz,¹⁰⁰ e Negros da Terra, de John Manuel Monteiro.¹⁰¹ Ambas originalmente escritas em língua inglesa, tiveram enorme repercussão na produção historiográfica subsequente.

O trabalho de Schwartz buscou entender a sociedade da grande lavoura no Brasil, focalizando a formação e a interação dos grupos sociais mais importantes. Trata-se de um estudo da escravidão e de como ela se constitui em resultado de certa conformação social e histórica.¹⁰² Um dos aspectos que justificam sua importância no âmbito dos estudos sobre a colônia diz respeito ao fato de não limitar suas análises ao fenômeno da escravidão africana – a escravidão indígena, que caracterizou os momentos iniciais da grande lavoura açucareira, é vista como algo mais que uma situação transitória, Schwartz a percebe como a origem de uma conformação social que se viu continuada mesmo após a substi-

⁹⁷ RAIOL, Domingos Antonio. *Catechese dos Índios no Pará. Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, Belém, t. 2, p. 117-183, 1968 [Versão, em fac-símile, da edição de 1902], p. 119-124; AZEVEDO, João Lúcio de. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização - bosquejo histórico com vários documentos inéditos*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, 1999, p. 241 [A primeira edição é de 1901]; ABREU, J. Capistrano de. *Op. cit.*, 1998, p. 62-65 [Publicado, originalmente, em 1907].

⁹⁸ KIEMEN, Mathias C. *Op. cit.*, 1954; MACLACHLAN, Colin. *Op. cit.*, 1972; MACLACHLAN, Colin M. The Indian labor structure in the Portuguese Amazon, 1700-1800. In: ALDEN, Dauril (ed.). *Colonial roots of modern Brazil – paper of the Newberry Library Conference*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1973. p. 199-230; HEMMING, John. *Op. cit.*, 1978; DEAN, Warren. Indigenous populations of the São Paulo-Rio de Janeiro coast: trade, aldeamento, slavery and extinction. *Revista de História*, n. 17, jul./dez., 1984.

⁹⁹ SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 312-313; BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Op. cit.*, 1988, p. 50-51 e 56; GOMES, Mercio Pereira. *Op. cit.*, 1988, p. 76; ALENCASTRO, Luís Felipe. A interação européia com as sociedades brasileiras, entre os séculos XVI e XVIII. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. *Op. cit.*, 1991. p. 97-119, p. 100; BRITO, Cecília Maria Chaves. *Op. cit.*, 1998. p. 115-137.

¹⁰⁰ SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, 1988.

¹⁰¹ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹⁰² SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, 1988, p. 10.

tuição do ameríndio pelo escravo trazido da África. Além disso, também é motivo de destaque o fato de não conceber o indígena como presa fácil diante dos interesses dos colonos.

Schwartz oferece mais do que as razões que levaram os portugueses a optar pela mão-de-obra indígena em regime de trabalho escravo. Proporciona aos leitores uma síntese das duas culturas indígenas predominantes no litoral, naquele momento – a Tupi-nambá e a Aimoré¹⁰³ – e discorre sobre as formas de resistência ameríndia, sem adiantar, contudo, qualquer conclusão sobre o modo como os indígenas concebiam a presença portuguesa, além da evidente insatisfação com as transformações que impunham com sua presença.¹⁰⁴

Negros da Terra segue a mesma linha de investigação traçada por Schwartz: pretende entender a conformação da sociedade paulista, nos primórdios de sua constituição, concentrando-se na análise da escravidão indígena. É, portanto, um estudo sobre a escravidão e seu impacto na formação de uma estrutura social, na colônia, de economia não exportadora.¹⁰⁵ Entretanto, John Monteiro ressaltou sua preocupação em redimensionar o lugar do indígena nos estudos sobre o mundo colonial.

Seu trabalho traz uma análise apurada das populações indígenas contatadas por bandeirantes paulistas.¹⁰⁶ Elabora, ainda, uma importante reflexão sobre as relações estabelecidas pelos indígenas com europeus – chama atenção para o fato de que os acordos eram estabelecidos em função das possibilidades que proporcionavam para a “realização de finalidades tradicionais”¹⁰⁷ nativas – de modo a dirimir qualquer noção de que os indígenas constituíram-se em joguetes destituídos de vontade nas mãos dos colonizadores.

A partir da divulgação e do consumo destes dois trabalhos, um conjunto de estudos têm dado conta da escravidão indígena, ressaltando sua importância na conformação de complexos sociais e econômicos. É o caso das contribuições posteriores de John Monteiro¹⁰⁸ e das reflexões de Maria Hilda Baqueiro Paraíso.¹⁰⁹ No entanto, a maior parte dos trabalhos dá destaque aos processos de resistência das populações indígenas. Não se trata, é importante registrar, de afirmar a existência de linhas de pesquisa e correntes histo-

¹⁰³ Ibidem, p. 41-43.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 54-56.

¹⁰⁵ MONTEIRO, John Manuel. Op. cit., 1994, p. 9.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 18-28.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 29-36.

¹⁰⁸ Idem. Escravidão indígena e despovoamento na América portuguesa: São Paulo e Maranhão. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. Op. cit., 1991. p. 137-167; idem. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). Op. cit., 1992. p. 105-120.

¹⁰⁹ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. Revista de História, São Paulo, n. 129-131, p. 179-208, ago.-dez./1993 a ago.-dez./1994.

riográficas ocupadas com uma ou outra questão. Afirmando, isto sim, a emergência de duas formas de tratar ambas as questões, que podem compor uma única obra.

Tais formas se conjugam e se remetem à análise do processo de extinção das populações indígenas – denominado de etnocídio – o qual pode ser entrevisto de duas formas, como ensina Arno Alvarez Kern: do ponto de vista físico ou cultural. No primeiro caso, ressaltam-se a violência do colonizador, a exploração desenfreada da força de trabalho indígena, ocasionando a sua morte e as consequências desastrosas da invasão biológica de vírus trazidos da Europa. No segundo caso, destacam-se as formas de cooptação das populações indígenas, de modo a inseri-las na sociedade colonial emergente por meio da transformação de sua cultura e costumes.¹¹⁰

É a resistência indígena, como afirmei, o tema mais visitado. E aqui, noto a existência de aportes mais complexos, no tratamento do problema. Ela foi referida em vários trabalhos.¹¹¹ Mas é só a partir da década de 1990, que estudos voltados para a compreensão do fato da resistência indígena vieram a público. John Monteiro foi, mais uma vez, um dos que abriram o caminho para os demais. Em análise de 1991, defendeu que a resistência indígena não se deu como uma reação às investidas portuguesas, mas como resultado de uma compreensão do mundo, própria das populações ameríndias.¹¹² No mesmo ano, Ronaldo Vainfas publicou artigo, no qual se detinha no estudo das chamadas “idolatrias” indígenas, entendendo-as como um fenômeno de resistência cultural ao colonialismo.¹¹³ Cinco anos depois, o mesmo autor retornou às “idolatrias”,¹¹⁴ em trabalho no qual analisou o significado assumido pelo mito indígena da *Terra sem Mal*, após o recrudescimento da

¹¹⁰ KERN, Arno Alvarez. Escravidão e missões no Brasil Meridional: impactos e contatos entre as sociedades indígenas ibéricas, no Período Colonial. In: FLORES, Moacyr (org.). *Negros e Índios: história e literatura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 31-52, p. 32. Sobre a denúncia do etnocídio, ver: DEAN, Warren. *Op. cit.*, 1984; MONTEIRO, John Manuel. Escravidão indígena e despovoamento na América portuguesa: São Paulo e Maranhão. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. *Op. cit.*, 1991. p. 137-167; GOMES, Mercio Pereira. *Op. cit.*, 1988; HEMMING, John. *Op. cit.*, 1978; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, 1988; PUNTONI, Pedro. *Op. cit.*, 2002.

¹¹¹ KIEMEN, Mathias C. *Op. cit.*, 1954, p. 22; SIMONSEN, Roberto C. *Op. cit.*, 1978, p. 313; ANDERSON, Leslie Robinson. *Op. cit.*, 1976, p. 127-136; CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811*. São Paulo; Nobel; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983, p. 54; HEMMING, John. *Op. cit.*, 1987, p. 52-55; GOMES, Mercio Pereira. *Op. cit.*, 1988, p. 67; SCHWARTZ, Stuart. B. *Op. cit.*, 1999, p. 54-56; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Op. cit.*, 1990, p. 134; MONTEIRO, John Manuel. Escravidão indígena e despovoamento na América portuguesa: São Paulo e Maranhão. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. *Op. cit.*, 1991. p. 137-167, p. 138, 147-148 e 161-163.

¹¹² MONTEIRO, John Manuel. As populações indígenas do litoral brasileiro no século 16: transformação e resistência. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. *Op. cit.*, 1991. p. 121-136, p. 130-135.

¹¹³ VAINFAS, Ronaldo. Colonialismo e idolatrias: cultura e resistência indígenas no mundo colonial ibérico. *Revista Brasileira de História – Publicação da ANPUH*, São Paulo, v. 11, n. 21, 101-124, set. 90/fev. 91, p. 105 e 123-124.

¹¹⁴ Idem. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

presença colonial no litoral americano e o conseqüente aumento da exploração a que as populações ameríndias eram submetidas: movimento anticolonialista das populações indígenas,¹¹⁵ o qual reuniria, em torno de si, índios cristãos e pagãos, cativos e forros e teria funcionado como refúgio para índios escravizados ou aldeados de toda a Bahia.¹¹⁶

A complexidade a que me refiro pode ser entrevista, todavia, em obras cujas abordagens se concentram nas relações havidas entre populações indígenas e colonizadores. São, sem dúvida, os primeiros trabalhos em cujo rol de agentes, os indígenas desempenham um papel relevante e nos quais suas ações não são lidas a partir de um aporte que os toma como arremedos antigos do trabalhador moderno.¹¹⁷ Proponho abordá-la por meio de uma análise da historiografia relativa ao Diretório dos Índios.

¹¹⁵ Ibidem, p. 64-69.

¹¹⁶ Ibidem, p. 78.

¹¹⁷ Ver a crítica elaborada por Hobsbawm, segundo a qual o avanço dos estudos sobre o homem comum tendeu, em larga medida, a buscar no passado os ancestrais dos movimentos trabalhistas atuais, de modo que muitas das conclusões alcançadas pelos historiadores distanciam-se tanto do homem comum que se pretendia alcançar, quanto do que teriam sido as ações dos trabalhadores do passado. Hobsbawm denuncia como um compromisso ideológico pode embotar a percepção dos pesquisadores, a ponto de negligenciarem os limites impostos pela documentação. HOBBSBAWM, E. J. *Op. cit.*, 1987, p. 17-33.

O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS – HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA

Dá o Governador um Regimento ou Directorio composto de noventa e cinco parágrafos todos próprios de quem se via possuído de grandes ideias, e precisamente accommodados ao regime dos Indianos, que acabam de ser subtraídos da administração temporal dos Regulares pela Lei de 7 de Junho de 1755.

Antonio Ladislau Monteiro Baena

O diretório, aprovado pelo rei, vigorou de 1757 a 1798. As misérias provocadas por ele, direta ou indiretamente, são nefandas. Por fim D. Francisco de Sousa Coutinho teve compaixão dos índios e conseguiu a revogação. Chegava tarde a medida salvadora: o mal estava feito. Em 1850 o Pará e o Amazonas eram menos povoados e menos prósperos que um século antes; as devastações da cabanagem, os sofrimentos passados por aquelas comarcas remotas de 1820 a 1836 contam entre as raízes a malfadada criação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado

Capistrano de Abreu

Antonio Ladislau Monteiro Baena¹¹⁸ e Capistrano de Abreu¹¹⁹ defenderam posições distintas em relação ao significado histórico do Diretório dos Índios. O primeiro, escrevendo no Pará em meio às agitações políticas¹²⁰ a que se refere o autor de Capítulos de História Colonial, defendia ser aquela legislação um mecanismo de integração das populações indígenas à sociedade paraense. O segundo expunha seu julgamento sobre aquela

¹¹⁸ BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Op. cit.*, p. 167.

¹¹⁹ ABREU, J. Capistrano de. *Op. cit.*, 1998, p. 174.

¹²⁰ A primeira publicação da obra data de 1838.

lei em uma obra que pretendeu sintetizar os momentos fundamentais do passado colonial: o Diretório dos Índios faria parte do conjunto de estratégias metropolitanas para conquistar o sertão – sua motivação não seria outra senão a expulsão dos missionários, daí sua ineficácia, pois não resultara de uma preocupação genuína para com as populações indígenas.¹²¹

Baena e Abreu pontuam antecipadamente, com suas considerações, a historiografia acerca do Diretório dos Índios. Em primeiro lugar, essa historiografia se caracterizou pelo aporte – ocorreu, em relação a ela, por assim dizer, o mesmo que Manuela Carneiro da Cunha detectou em se tratando das populações indígenas: a adoção de uma perspectiva, segundo a qual os processos históricos só podem ser explicados a partir do seu epicentro, no caso a Metrópole.¹²² Em segundo lugar, ela pode ser identificada pela inexistência de demarcações precisas, pois a distinção estabelecida a partir dos autores em referência não é, necessariamente, excludente – o mesmo trabalho pode considerar uma e outra das posições em destaque. Finalmente, há de se ter em mente que, em verdade, só muito recentemente - e de forma muito restrita – se pode falar de uma historiografia do Diretório dos Índios. Uma das marcas da compreensão histórica que lhe é relativa é o fato dela ter sido construída através de menções esparsas, em trabalhos que tinham por objeto a trajetória das populações indígenas, a história econômica da Colônia ou, mais amiúde, as chamadas *reformas pombalinas*.

Ainda assim, é possível tratar, em relação a essas menções esparsas, da construção de duas compreensões sobre o significado histórico do Diretório dos Índios: uma o vê como uma política positiva, a qual pretendeu civilizar o ameríndio, garantindo sua inserção na sociedade colonial; outra o percebe como uma estratégia de subordinação das populações indígenas, de forma a extrair delas o trabalho necessário na produção das riquezas da Colônia. A primeira concebe aquela legislação como uma contribuição positiva na formação posterior da nação brasileira, por ela ter proporcionado o amálgama necessário à unidade nacional. A segunda a considera como um fator decisivo no processo de desestruturação e dizimação das populações indígenas do Vale Amazônico.

Essa última compreensão têm sido a mais recorrente. Dois autores contribuíram enormemente para a sua conformação por razões similares: um por se constituir em referência obrigatória para os pesquisadores da Amazônia colonial, o outro pela espetacular importância que suas teses alcançaram na produção historiográfica brasileira. O primei-

¹²¹ ABREU, J. Capistrano de. *Op. cit.*, 1998, p. 171-176.

¹²² CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: _____. *Op. cit.*, 1992, p. 17-18.

ro é João Lúcio de Azevedo, o qual formulou posição muito semelhante a de Capistrano de Abreu, pela mesma época em que Capítulos de História Colonial fora escrita. Em obra que analisa a experiência jesuítica no Grão-Pará, Azevedo condenou o Diretório dos Índios, argumentando que os missionários foram substituídos por “ignorantes e déspotas”, que tinham o exclusivo interesse de explorar os índios.¹²³ O segundo é Caio Prado Júnior, o qual deu continuidade ao mesmo argumento, em análise sobre as estruturas do universo colonial brasileiro – ainda que tenha atribuído uma responsabilidade maior à administração da Colônia, em função da constante requisição de índios para as expedições de demarcação de limites.¹²⁴

A importância de Caio Prado Júnior é inquestionável. Sua tese sobre a colonização portuguesa no Brasil e, por extensão, sobre as estruturas que organizaram a gênese das instituições nacionais, demarcou a produção subsequente. O “sentido da colonização” tornou-se, para muitos, o modelo de apreensão do passado histórico – conformando a história colonial como a história da expropriação da Colônia e de seus habitantes, em favor dos interesses metropolitanos.¹²⁵ São muitos os autores que acompanharam essa perspectiva.

Alguns a conjugam com aquela segundo a qual o Diretório dos Índios seria, também, uma política que planeou a integração das populações indígenas à sociedade colonial, como é o caso de Pedro Octávio Carneiro da Cunha, para quem as instruções, que compunham o Diretório dos Índios, foram negligenciadas em função da exploração a que os nativos foram submetidos.¹²⁶

Outros autores classificam o Diretório dos Índios somente pela ótica negativa, subtraindo-lhe qualquer intervenção no sentido de ter integrado os ameríndios à sociedade colonial; de forma que suas considerações o assumem como o instrumento desagregador, à medida que interferiram no modo de vida tradicional das populações ali residentes.¹²⁷ Ainda com relação a esse grupo, há os que afirmam ter sido, a desagregação, uma

¹²³ AZEVEDO, João Lúcio de. Op. cit., 1999, p. 284-285.

¹²⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. Op. cit., 1977, p. 95-96

¹²⁵ Idem. Op. cit., 1980, p. 22-23.

¹²⁶ CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. Política e Administração de 1640 a 1763. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. T. 1, v. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p. 9-44, p. 43. Posições similares em: SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., 1978, p. 340-341; TOCANTINS, Leandro. Op. cit., 1982, p. 42; CHAIM, Marivone Matos. Op. cit., 1983, p. 129, 139-140; ARNAUD, Expedito. Op. cit., 1985, p. 67-68; GOMES, Mercio Pereira. Op. cit., 1988, p. 77; SOUZA JÚNIOR, José Alves de. Op. cit., 1993, p. 96-98.

¹²⁷ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Op. cit., 1988, p. 20-27; MAXWELL, Kenneth. Op. cit., 1996, p. 60; SANTOS, Francisco Jorge dos. Op. cit., 1999, p. 57 e SEMERENE, Kelerson Costa. Homens e Natureza na Amazônia Brasileira:

decorrência do sentido último da legislação – a submissão do trabalhador indígena.¹²⁸

A hegemonia dessa compreensão, segundo a qual o Diretório dos Índios é percebido como um instrumento de submissão das populações indígenas e, por extensão, de desagregação das suas formas originais de vida pode ser vislumbrada, inclusive, em uma obra de referência – a qual, como se sabe, sintetiza o estado último da produção historiográfica acerca de determinado objeto. O verbete Diretório, no Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil, ensina que os dispositivos previstos na legislação não foram cumpridos (fazendo, ao que parece, uma concessão à compreensão do Diretório dos Índios como política de civilização e integração das populações indígenas), em razão dos interesses dos diretores, que exploravam os índios com o intuito de potencializar a parte que lhes cabia de sua produção. Essa exploração teria ocasionado o fracasso da legislação, impedindo a concretização do programa social que lhe era inerente, e provocado a desagregação das populações nativas.¹²⁹

A outra compreensão a que me referi, a qual percebe o Diretório dos Índios a partir de uma perspectiva positiva, tem sua gênese na obra de Baena. Seu expoente máximo, contudo, é Arthur Cezar Ferreira Reis. Profundamente influenciado pela obra de Gilberto Freire, crítico do liberalismo presente na primeira fase da república brasileira e ideologicamente comprometido com a política de intervenção estatal implementada a partir de 1930, esse historiador da Amazônia viu com extrema simpatia a iniciativa metropolitana representada no Diretório dos Índios. Reis percebeu nele uma estratégia de integração eficaz, que estabeleceu as bases por sobre as quais teriam se constituído o povo e a identidade amazônicos.¹³⁰

dimensões (1616-1920). 2002. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, p. 137.

¹²⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion S. Op. cit., 1984, p. 111; ROSÁRIO, José Ubiratan. Amazônia, processo civilizatório: apogeu do Grão-Pará. Belém: Editora da UFPA, 1986, p. 61; BRITO, Cecília Maria Chaves. Op. cit., 1998, p. 115-137, p. 125 e 135.

¹²⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). Dicionário da História da Colonização portuguesa no Brasil. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 261-262.

¹³⁰ Sobre a produção historiográfica de Arthur Cezar Ferreira Reis ver QUEIROZ, Jonas Marçal e COELHO, Mauro Cezar. Op. cit., 2001, p. 157-190, p. 164-170. A produção de Arthur Cezar é vasta, destaco alguns títulos a seguir, que evidenciam sua preocupação com a temática amazônica: REIS, Arthur Cezar Ferreira. História do Amazonas. Manaus: Oficina Tipográfica de A. Reis, 1931; idem. O seringal e o seringueiro. Rio de Janeiro: [s.n.], 1953; idem. Súmula de História do Amazonas. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1965; idem. Síntese de História do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará e Amazônia Edições Culturais, 1972; idem. A Amazônia e a cobiça internacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; idem. A Amazônia que os portugueses revelaram. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1994; idem. A política de Portugal no Vale Amazônico (Op. cit., 1993); idem. Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira (Op. cit., 1993). Mesmo em seu trabalho voltado para uma temática nacional, Arthur Cezar privilegia um enfoque que destaca aspectos da memória histórica amazônica: idem. Aspectos da formação brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1982.

Alguns autores deram continuidade à tese de Reis, sem contudo partilharem das mesmas matrizes teóricas. Assim, Manuel Nunes Dias, que considerava a Companhia Geral do Comércio como o mais importante instrumento de integração, desenvolvimento, civilização e povoamento do Vale, no período colonial,¹³¹ afirmou que o Diretório dos Índios facultou ao índio as “condições necessárias para sua maior participação na vida social”.¹³² Posição em tudo semelhante a de Hélio Alcântara de Avellar, para quem o “grande sentido das medidas pombalinas foi [ter] institucionalizado a liberdade e a capacidade civil do indígena”.¹³³ Marivone Matos Chaim observou, nesse sentido, que a legislação pombalina preparou, “dentro das possibilidades existentes [...] a integração da massa indígena no processo de colonização”.¹³⁴ Luis Felipe de Alencastro viu nele um código, coerente e articulado, que pretendeu civilizar o índio através de um paradigma laico, no qual a integração era o fim almejado.¹³⁵

O que as duas compreensões expostas anteriormente têm em comum, como antecipei no início desta parte, é o fato de que, independentemente do argumento, a perspectiva adotada é sempre a metropolitana. Aqueles que consideram o Diretório dos Índios um instrumento criado com vistas à integração das populações indígenas à sociedade colonial, evidentemente, falam a partir da Metrópole. Os que o tomam como um instrumento de subordinação das populações indígenas, assumindo as intenções relativas à integração como uma estratégia, um recurso ideológico, agem da mesma forma: a Metrópole é o epicentro da história a ser contada.

Essa perspectiva suscita algumas ponderações. Há, inicialmente, a questão da contradição nos termos em que a historiografia problematiza o Diretório dos Índios: se concordarmos que ambas as compreensões adotaram o aporte adequado, seremos obrigados a considerar que a Metrópole – para usar uma linguagem coloquial – *deu um tiro no próprio pé*. Evidentemente, que o resultado de uma análise relativa aos quarenta anos de vigência do Diretório dos Índios poderia levar à conclusão de que as intenções metropolitanas foram frustradas pela Colônia, ávida por subtrair aos índios a maior carga de trabalho possível – o que, de fato, parece ter ocorrido. No entanto, as considerações que listei acima

¹³¹ DIAS, Manuel Nunes. *Op. cit.*, 1967.

¹³² Idem. *Op. cit.*, 1970, v. 2, p. 83.

¹³³ AVELLAR, Hélio de Alcântara. *Op. cit.*, 1983, p. 25

¹³⁴ CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.*, 1983, p. 94.

¹³⁵ ALENCASTRO, Luís Felipe. A interação européia com as sociedades brasileiras, entre os séculos XVI e XVIII. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. *Op. cit.*, 1991. p. 97-119, p. 111 e 114-118.

não são resultado de uma análise sobre esse período, o que nos leva a uma outra questão: a fragilidade das assertivas. Mesmo os trabalhos que tratam de forma mais pormenorizada a experiência do Diretório dos Índios – como o de Cecília Maria Chaves Brito e José Alves de Souza Júnior – concentram-se, fundamentalmente, no texto da lei e não na sua prática. Francisco Jorge dos Santos, ainda que analise a resistência indígena ao processo de colonização nesse período (o que o coloca como um dos poucos trabalhos em que as populações indígenas assumem um papel ativo, dentro do processo histórico em questão), considera a prática como um reflexo da lei – o que ao final das contas é a mesma coisa. Em larga medida, isto decorreu da compreensão quanto ao lugar do índio, na conformação de uma memória histórica: em sendo o índio um agente passivo, quando não ausente, as políticas indigenistas poderiam ser analisadas sem que ele fosse considerado.

Houve, todavia, uma inflexão na produção historiográfica relativa ao Diretório dos Índios, a partir de meados da década de 1980, impulsionada, particularmente, pela produção em Língua Inglesa, da década anterior. O primeiro desses trabalhos foi um artigo de Colin MacLachlan, na revista *The Américas*, em 1972.¹³⁶ Nele, MacLachlan pontuou e assumiu como objeto de seu trabalho o descompasso havido entre o que previa o Diretório e o que foi efetivamente executado.¹³⁷ Nesse sentido, ele não deixou de considerar as intenções presentes no texto da lei – como a civilização dos índios, a instituição de um novo paradigma de ocupação da terra e a consolidação do poder real, através do controle das populações indígenas.¹³⁸ Avançou, contudo, ao afirmar que o processo de aculturação ocorreu, em muitos casos, no sentido inverso – portugueses adotaram os costumes indígenas, quando se esperava que ocorresse o contrário;¹³⁹ ao sugerir a corrupção, especialmente de diretores e cabos, que desviavam a mão-de-obra indígena, utilizando-a em seu favor, como um dos fatores do insucesso da política;¹⁴⁰ e ao apontar a diversidade cultural e linguística das populações indígenas do Vale – em oposição às do litoral – como um dos contratempos que dificultaram a execução da lei.¹⁴¹

Um ano depois, em 1973, MacLachlan publicou um outro trabalho, no qual colocou à prova, recorrendo à pesquisa documental, um ponto já levantado por Caio Prado Júnior: um dos contribuintes para o fracasso do Diretório dos Índios teria sido a demanda

¹³⁶ MACLACHLAN, Colin. *Op. cit.*, 1972.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 369.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 358-368.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 371-372.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 374-377.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 380-383.

por índios, proveniente do Estado colonial. O resultado foi a confirmação da sugestão do autor brasileiro: as expedições para o Mato Grosso, as obras de fortificação, o estabelecimento de manufaturas de fiação de algodão e de um estaleiro teriam ocupado um número enorme de índios, em detrimento das atividades previstas pelo Diretório.¹⁴²

Em 1978, foi publicado o livro Red gold – the conquest of the Brazilian Indians, de John Hemming.¹⁴³ O título já sugere o teor do trabalho: uma denúncia das atrocidades sofridas pelas populações indígenas, na qual o Diretório dos Índios aparece como uma subversão aos princípios de liberdade formulados por D. José I e Sebastião José de Carvalho e Melo, instituindo uma exploração sem peias, cujos maiores beneficiários teriam sido os diretores – os administradores introduzidos por aquela lei. Um dos seus argumentos nesse sentido é o fato de que a corrupção dos diretores encontrava-se entre as justificativas para por fim à legislação.¹⁴⁴

Quase dez anos depois, Hemming retornou ao tema com o livro Amazon Frontier: the defeat of the Brazilian Indians.¹⁴⁵ Nele reforçou o argumento formulado anteriormente, responsabilizando o Diretório dos Índios pelo processo de desestruturação e expropriação das populações indígenas: considerou que a cessão de índios aos colonos, por tempo determinado e diminuto, potencializou a violência investida no esforço de extrair sobre-trabalho.¹⁴⁶

O livro de Hemming citou, profusamente, o trabalho de um outro autor de Língua Inglesa, Robin Leslie Anderson, que escrevera uma tese sobre a colonização do Pará, em 1979 – Following Curupira.¹⁴⁷ A tese de Anderson também distinguia o texto da lei de sua prática. A primeira teria sido formulada como um plano de colonização, de inspiração Ilustrada, que pretendeu integrar as populações indígenas e os colonos num esforço inédito de ocupação do território amazônico.¹⁴⁸ A segunda compreendeu os abusos e as subversões sofridas pela lei, a partir da sociedade colonial, que a utilizou como um instrumento de exploração da mão-de-obra indígena.¹⁴⁹

Como se pode notar, a bibliografia estrangeira não introduziu nenhuma inovação em relação às duas compreensões a que me referi. Integração e exploração foram,

¹⁴² MACLACHLAN, Colin M. Op. cit., 1973, p. 199-230, p. 216-221.

¹⁴³ HEMMING, John. Op. cit., 1978.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 481-483.

¹⁴⁵ *Idem*. Op. cit., 1987.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 45.

¹⁴⁷ ANDERSON, Leslie Robinson. Op. cit., 1976.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 109.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 138-147.

também para eles, os nexos que fundamentavam o significado histórico daquela lei. No entanto, seus trabalhos apresentaram uma novidade: distinguiram a letra da lei de sua prática, ao construir suas teses a partir do controle da documentação disponível.

Tais trabalhos em Língua Inglesa, de par com a emergência da perspectiva abordada na seção anterior, suscitaram a produção de uma série de obras com uma perspectiva renovada. Baseados em extenso uso da documentação disponível, aquela série propôs análises que – tendo o Diretório dos Índios como parte constituinte do recorte escolhido – incorporavam parte da crítica de Manuela Carneiro da Cunha e percebiam nas populações indígenas agentes históricos plenos. Essa série consubstancia a complexidade a que me referi ao final daquela seção: nela, a atuação das populações indígenas não é percebida como um espasmo diante das ações metropolitanas.

O primeiro deles é o trabalho de Nádia Farage, de 1991.¹⁵⁰ Concebido como dissertação de mestrado, As Muralhas do Sertão, é sob diversos aspectos, um trabalho originalíssimo. Em suas páginas encontra-se uma das primeiras análises de caráter histórico, em Língua Portuguesa, em que a vida colonial é percebida como um processo, no qual os agentes indígenas atuaram positivamente. Nele, os índios não são apresentados, apenas, como objeto de interesse dos colonizadores – holandeses, espanhóis ou portugueses. O interesse português em relação às populações indígenas, de forma a utilizá-las como força de contenção de invasores europeus, é o mote a partir do qual as populações indígenas são apresentadas como detentoras de uma agenda própria, na qual a aliança com os alienígenas passara a ser uma constante considerada no horizonte de alternativas. E de tal forma importante, que alterara, inclusive, o jogo político no interior dos próprios grupos indígenas.¹⁵¹

A obra de Nádia Farage não é voltada, exclusivamente, para a compreensão do Diretório dos Índios, trata-se de uma tentativa, muito bem sucedida, de análise das relações sociais nas fronteiras coloniais e do papel central desempenhado pelas populações indígenas, no processo de definição e defesa das áreas limítrofes. Seu objetivo foi, portanto, analisar um dos desdobramentos da política metropolitana iniciada com a assinatura do Tratado de Madri, da qual resultou o redimensionamento da função dos povos indígenas no processo de ocupação do território colonial português na América.

O Diretório dos Índios era, à época, a legislação que regulava a liberdade

¹⁵⁰ FARAGE, Nádia. *Op. cit.*, 1991.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 145-164.

concedida àquelas populações, de forma que ele é parte da análise desenvolvida.¹⁵² No que tange à significação histórica, Nádia Farage não estabeleceu nenhuma distinção em relação à tese hegemônica, segundo a qual ele teria sido um instrumento de controle do trabalhador índio – sua contribuição à tese reside na consideração de que o Diretório dos Índios equiparava-se às leis que regulavam os trabalhadores europeus, na sociedade industrial em gestação.¹⁵³ Ela inovou, no entanto, ao ampliar o escopo das análises relativas ao Diretório dos Índios, dispensando atenção para as práticas sociais surgidas no período em que ele vigorou. Nesse sentido, Farage analisou o redimensionamento do papel das chefias indígenas, os *principais*, cuja autoridade, “ao invés de emergir unicamente do reconhecimento do grupo, seria estabelecida e respaldada pelo fator externo representado pelos portugueses”.¹⁵⁴

Quando os índios eram vassalos,¹⁵⁵ obra da portuguesa Ângela Domingues, aprofundou o movimento da pesquisa de Nádia Farage, analisando a sociedade colonial amazônica que emergira do Diretório dos Índios. Domingues desviou, portanto, o foco da discussão e da pesquisa relativas ao Diretório, elegendo o período de vigência, e não o de elaboração da lei, como a base por sobre a qual a análise – sobre a colonização implementada a partir do Diretório dos Índios e as relações de poder suscitadas por ele – foi construída. Ela perscrutou uma extensa documentação com vistas a perceber as disputas que opunham os administradores introduzidos por aquela legislação – diretores, párocos, juízes e *principais*;¹⁵⁶ e sopesou a resistência indígena, evidenciando a sua remissão à lei do Diretório: fugas, desrespeito a símbolos cristãos e recurso à legislação como forma de defender seus direitos.¹⁵⁷

Negotiated settlements,¹⁵⁸ de Barbara Sommer, seguiu a mesma linha dos trabalhos anteriores: assumiu o Diretório dos Índios como uma conformação histórica, na qual a lei é parte constituinte. Sua análise concentrou-se na vida nas povoações; na inserção das populações indígenas no processo de ocupação do território, contemplado por aquela lei; e, sobretudo, nas relações de poder envolvendo portugueses, americanos e índios. A tese defendida, em seu trabalho, concebe as relações sociais havidas no âmbito do Dire-

¹⁵² Ibidem, p. 34-53.

¹⁵³ Ibidem, p. 47.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 156-160 (a citação encontra-se à p. 160).

¹⁵⁵ DOMINGUES, Ângela. Quando os índios eram vassalos (Op. cit., 2000).

¹⁵⁶ Ibidem, p. 135-198.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 249-295.

¹⁵⁸ SOMMER, Barbara A. Op. cit., 2000.

tório como resultado de uma negociação constante, em que os diversos elementos habitantes das povoações criadas sob a égide daquela lei estiveram envolvidos.

Sommer foi a primeira pesquisadora a evidenciar, com base em pesquisa sistemática, algo que foi aventado por Capistrano de Abreu. Como atesta a citação que abre esta parte da tese, Abreu sugeria que a origem das violências que levaram à Cabanagem encontrava-se no Diretório dos Índios; pois Sommer demonstrou ter sido, justamente, durante aquele período que se conformaram as relações de produção que fizeram a riqueza da economia da borracha.¹⁵⁹

Espelhos partidos,¹⁶⁰ de Patrícia Maria Melo Sampaio, conclui essa série de trabalhos. Sua tese de doutoramento analisa o processo histórico iniciado com a implementação do Diretório dos Índios, o qual fomentou a emergência de códigos de diferenciação social dentro da sociedade colonial amazônica. Seu trabalho pretendeu avançar para além das

leituras generalizantes e apressadas que [...] dividiram [a sociedade colonial] em dois blocos: de um lado, os dominantes - senhores de todas as prerrogativas de poder, vorazes exploradores de índios, negros e outros desclassificados sociais. Do outro lado, os dominados – massa informe, sem identidade e sem outra perspectiva histórica senão a subordinação ou o extermínio.¹⁶¹

Nesse sentido, considerou que as formas de estabelecimento de diferenciação social foram, em larga medida, construídas pelas comunidades aldeadas ao longo da segunda metade do Setecentos. A liberdade que lhes foi concedida certamente introduziu formas inéditas de distinção, contudo, elas não foram assumidas tal e qual a letra da lei dispunha – foram, antes, lidas e reformuladas, em um processo histórico no qual todos os agentes coloniais interferiram, ainda que de forma desigual.¹⁶²

As duas últimas décadas, portanto, assistiram a uma reformulação da produção historiográfica relativa ao Diretório dos Índios, nos dois hemisférios. Até os anos de 1970, a historiografia brasileira contradisse o veredicto que lhe foi imputado por José Honório Rodrigues – ater-se, fundamentalmente, ao conjuntural.¹⁶³ As duas compreensões a que me referi, atestam que, pelo menos em relação ao Diretório dos Índios, um princípio

¹⁵⁹ Ibidem, p. 122-127.

¹⁶⁰ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Op. cit., 2001.

¹⁶¹ Ibidem, p. 20.

¹⁶² Ibidem, p. 280-293.

¹⁶³ RODRIGUES, José Honório. Filosofia e história. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 9-28.

teleológico organizou a formação de juízos históricos. Caio Prado Júnior e Arthur Cezar Ferreira Reis, expoentes de cada uma daquelas formas de apreensão do Diretório, o perceberam como uma manifestação do sentido último da história brasileira – ambos o compreenderam como uma evidência, para um, do sentido da colonização, para outro, da formação do povo brasileiro. O Diretório dos Índios esteve inserido, por conseguinte, na construção de duas histórias sobre as estruturas que conformaram a sociedade brasileira – em ambas os índios foram classificados segundo os estereótipos criados no século XIX e na primeira metade do século XX: ingênuos ou incapazes.

A apropriação do exemplo contido nas incursões estrangeiras, relativas à análise do Diretório dos Índios, e a adoção de um aporte que recusava o paternalismo dominante em relação aos índios, produziu frutos importantes. Os trabalhos de Nádia Farage, Ângela Domingues, Barbara Sommer e Patrícia Sampaio avançaram em três pontos fundamentais, diante da produção existente. Em primeiro lugar, em relação à historiografia nacional, tais autoras abandonaram a percepção do Diretório como um projeto colonial. A letra da lei, suas intenções, as questões que lhe eram subjacentes continuaram a ser elementos essenciais na construção das análises, no entanto, elas não foram mais confundidas com o processo histórico concretizado. Os trabalhos que desenvolveram caracterizam-se pela extensa pesquisa documental, relativa aos quarenta anos de vigência daquela lei. Ao distinguirem o projeto colonial metropolitano do processo histórico vivido no Vale Amazônico, as pesquisadoras em questão promoveram uma espetacular reviravolta no caminho que as análises futuras (a minha inclusive) deverão percorrer. Em segundo lugar, agora em relação à produção dos dois hemisférios, Farage, Domingues, Sommer e Sampaio enriqueceram as possibilidades de análise do processo: tornaram evidente que o Diretório dos Índios é suscetível a enfoques diversos. Acima de tudo, seus trabalhos rompem com o princípio presente nas compreensões abordadas. O Diretório dos Índios é visto como um processo histórico em si mesmo, não mais como a manifestação de um sentido histórico que lhe é anterior. Por fim, em terceiro lugar, as populações indígenas não surgem, em suas análises, como elementos passivos, massas informes, cuja única propriedade é reagir à ação dos europeus.

Um fator, no entanto, permanece inalterado na produção historiográfica – o lugar relativo à gênese do Diretório dos Índios. Ainda que alguns autores tenham antecipado a enorme distância que esse instrumento impunha à Lei de Liberdade,¹⁶⁴ formulada por

¹⁶⁴ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.*, 1999, p. 284-285; HEMMING, John. *Op. cit.*, 1978, p. 480; CHAIM, *Op. cit.*, 1983, p. 86-87 e 134-135.

Sebastião José de Carvalho e Melo, ele permanece sendo apreendido como parte das *reformas pombalinas*. O que não quer dizer, necessariamente, que se considere Carvalho e Melo como seu autor - exceção feita a Robert Southey.¹⁶⁵ Essa apreensão diz respeito à consideração do caráter metropolitano da lei: os interesses que ela procurou satisfazer teriam sido, em última instância, os da Metrópole.¹⁶⁶ Mesmo a distância demarcada entre a Lei de Liberdades e o Diretório dos Índios, no que tange ao lugar dispensado à autonomia indígena, é atribuída à constatação de Mendonça Furtado da incapacidade indígena de se autogovernar.¹⁶⁷

Outros autores remetem a sua gênese a uma necessidade imposta pelos dobramentos da ação *pombalina* no Vale sem, contudo, atribuir-lhe o caráter de legislação colonial. É o caso de Robin Leslie Anderson, para quem sua formulação decorreu da necessidade de suprir o vazio deixado pela expulsão dos jesuítas, ainda em 1757; Marivone Matos Chaim, Nádia Farage, Antonio César de Almeida Santos e Patrícia Sampaio trabalham no mesmo sentido, pois consideram que Mendonça Furtado o elaborou em reconhecimento à necessidade de regular a liberdade concedida, com vistas a evitar a dispersão, dos índios já aldeados, pela capitania¹⁶⁸ - de forma que sua construção dataria do período posterior à redação da Lei de Liberdades. Assim, o parecer de João Lúcio de Azevedo permanece praticamente inalterado: o Diretório dos Índios teria se originado da instrução passada a fim de regular a administração da Vila de Borba a Nova, fundada em 1756. A perspectiva de que se parte é, ainda, a da Metrópole.

¹⁶⁵ SOUTHEY, Robert. *Op. cit.*, 1965, p. 72.

¹⁶⁶ NABUCO, Joaquim. *O Direito do Brasil*. São Paulo: Progresso Editorial, 1949, p. 38-49; PRADO JÚNIOR, Caio. *Op. cit.*, 1980, p. 72; ANDERSON, Leslie Robinson. *Op. cit.*, 1976, p. 113-114; DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos* (*Op. cit.*, 2000), p. 67-68.

¹⁶⁷ SIMONSEN, Roberto C. *Op. cit.*, 1978, p. 340-341; RODRIGUES, Isabel Vieira. A política de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Norte do Brasil (1751-1759). *Oceano*, n. 40, p. 95-110, out./dez., 1999, p. 107.

¹⁶⁸ CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.*, 1983, p. 134-135; FARAGE, Nádia. *Op. cit.*, 1991, p. 45; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Vadios e política de povoamento na América portuguesa, na segunda metade do século XVIII. *Estudos Ibero-Americanos* - Revista do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 7-30, dez. 2001, p. 10; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Op. cit.*, 2001, p. 129.

O FUTURO

O Movimento Indígena, o investimento dos antropólogos e a tomada de consciência dos historiadores têm, como se pode notar pela produção recente, produzido uma nova historiografia do indigenismo e suscita a produção de História Indígena, nos moldes propostos por Manuela Carneiro da Cunha: uma história construída a partir do ponto de vista das populações indígenas.¹⁶⁹ Passada a empolgação inicial, a qual deu vazão à emergência de visões apaixonadas, Arno Kern nos ensina que a distinção entre vencidos e vencedores é limitada.¹⁷⁰

As populações indígenas que viveram a chegada dos europeus, todos nós sabemos, sofreram enormemente com a violência da conquista do território e da escravidão. No entanto, não o fizeram caladas e nem a submissão foi a única alternativa que conheceram. Simone Dreyfus alertou, já há alguns anos, para o caráter dinâmico das relações que elas estabeleceram com os colonizadores – os interesses dos grupos indígenas foram determinantes na aproximação estabelecida com os europeus, no aprofundamento das relações de troca e no estabelecimento de acordos de guerra e paz.¹⁷¹

Os índios, portanto, não aceitaram, em nenhum momento, o estigma que lhe foi imputado. Iracema e Peri falam de brancos e dos mitos e construções criados por eles para tornar mais palatável a relação com o passado e menos significativo o conteúdo violento das ações coloniais em relação aos índios. Esse não é, definitivamente, o melhor caminho, pois – que os historiadores não se esqueçam – a eliminação simbólica, a exclusão

¹⁶⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In: _____ (org.). *Op. cit.*, 1992. p. 9-24

¹⁷⁰ KERN, Arno Alvarez. Escravidão e missões no Brasil Meridional: impactos e contatos entre as sociedades indígenas ibéricas, no Período Colonial. In: FLORES, Moacyr (org.). *Op. cit.*, 1994. p. 31-52, p. 32.

¹⁷¹ DREYFUS, Simone. Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino), de 1613 a 1796. In: CASTRO, Eduardo Viveiro; CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP; FAPESP, 1993. p. 19-41, p. 31-36. Ver, também, CARVALHO, Marcus. Clientelismo e Contestação: o envolvimento dos índios de Pernambuco nas brigas dos brancos na época da Independência. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel (org.). *Confronto de culturas: conquista, resistência e transformação*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1997 (Coleção América: raízes e trajetórias, v. 7), p. 329-342.

da memória, é uma forma de violência tão virulenta quanto a física.¹⁷²

A tese que apresento a seguir tenta seguir os passos formulados pelos trabalhos pioneiros que restituíram ao índio sua dignidade, sua autonomia e sua condição humana. Ela é devedora, no entanto, do aprendizado construído na relação com essa produção historiográfica que lhe é antecedente. A crítica presente neste trabalho é, portanto, uma homenagem.

¹⁷² Sobre a importância da memória como instrumento político ver VIDAL-NAQUET, Pierre. Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas: Papirus, 1988; VALENSI, Lucette. Fábulas da memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994; LE GOFF, Jacques. Memória. In: Op. cit., 1996, p. 423-483.

PRIMEIRA PARTE

SEGUNDO CAPÍTULO

A ORDEM DOS CONFLITOS: PROJETO E PRÁTICA DA COLONIZAÇÃO SETECENTISTA NO ESTADO DO GRÃO-PARÁ

Chegado a Borja, vi-me num novo mundo, afastado de todo comércio humano, num mar de água doce, no meio de um labirinto de lagos, rios e canais, que penetram em todos os sentidos uma floresta imensa, que só eles tornam acessível.

Charles-Marie de La Condamine

Mar de água doce ... Essa expressão feliz de La Condamine encerra uma série de referências que marcam as representações do Vale Amazônico, desde o início da experiência européia na América:¹ um espaço grandioso – rios e florestas que parecem não ter fim; uma natureza portentosa – a mata densa, a fauna que por mais estudada, nunca é de todo conhecida; um lugar de riquezas – tamanhos rios e florestas acenam possibilidades tão grandes quanto o próprio Vale; e, por fim, um deserto humano.²

Em sua viagem de retorno à França, depois de quase dez anos realizando pesquisas relacionadas à gravidade terrestre, o estudioso francês atravessou o Vale Amazônico, desde os Andes até sua foz.³ Nesse percurso, teceu uma série de considerações sobre a sua natureza e paisagem humana, exercendo o olhar crítico que caracterizava o naturalista Ilustrado do século XVIII⁴ e do qual resultou aquela expressão cujo sentido se vê repetido nas representações subseqüentes do Vale. La Condamine, apesar da propriedade e da longevidade de suas assertivas, não pode ser tido como o melhor informante – se me permitem o empréstimo ao termo – da vida no Vale em meados do Setecentos, em função da brevidade de sua experiência. Suas considerações ganham relevância quando con-

¹ Sobre as primeiras incursões européias ao Vale Amazônico, ver: DAVIES, Arthur. O Capitão Maranhão no Amazonas em 1498. In: DOMINGUES, Francisco Contente; BARRETO, Luís Felipe (Org.). A Abertura do Mundo: estudos de história dos descobrimentos europeus. Lisboa: Editorial Presença, 1987. v. 2. p. 11-19.

² Diversas análises, focalizando as impressões iniciais dos europeus, dão conta das representações sobre o Novo Mundo: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992; GIUCCI, Guilherme. Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; MOLLAT, Michel. Los exploradores del siglo XIII al XVI: primeras miradas sobre nuevos mundos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990; GREENBLATT, Stephen. Possessões maravilhosas: o deslumbramento do Novo Mundo. São Paulo: EDUSP, 1996. Sobre as representações relativas ao Vale Amazônico ver: GONDIM, Neide. A Invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994; NOGUEIRA, Laura Borges. O discurso colonial na literatura de viagem sobre a Amazônia. Caderno de Criação - Revista do Centro de Hermenêutica do Presente da UFRO, Porto Velho, ano 6, n. 19, p. 77-81, ago. 1999; COSTA, Hideraldo Lima da. Amazônia: paraíso dos naturalistas. Amazônia em Cadernos - Revista do Museu Amazônico da Universidade do Amazonas, Manaus, n. 6, p. 229-270, jan./dez. 2000; MATOS, Maria Izilda Santos de. O Rio das Amazonas: gênero e crônicas de viagem. Revista Amazonense de História - Revista do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, v. 1, n. 1, p. 61-98, 2002; PAPEVERO, Nelson (et. al.) O Novo Éden: a fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Idelfonso (1777). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

³ Uma seleção dos textos produzidos por Charles-Marie de La Condamine foi publicada em português sob o título LA CONDAMINE, Charles-Marie de. Viagem pelo Amazonas, 1735-1745. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992. A citação que abre o capítulo foi retirada da página 53. Outra edição do texto da viagem de La Condamine foi feita pelo Senado Federal, ver: LA CONDAMINE, Charles Marie de. Viagem na América Meridional, descendo o Rio das Amazonas. Brasília: Senado Federal, 2000.

⁴ Sobre as considerações de La Condamine ver COELHO, Mauro Cezar. As viagens filosóficas de Charles-Marie de La Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira. In: GOMES, Flávio dos Santos. Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 97-127. Sobre os viajantes Ilustrados ver: SERNA, Gaspar Gomes de La. Los viajeros de la ilustración. Madrid: Alianza Editorial, 1974; SIMON, William Joel. Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808), and the role of Lisbon in the Intellectual-Scientific Community of the late eighteenth century. Lisboa: Centro de Investigação Tropical, 1983; LEONARD, Irving. Viajeros por la América latina colonial. México: Fondo de Cultura Económica, 1992; BOTTING, Douglas. Humboldt y el cosmos: vida, obra y viajes de un hombre universal (1769-1859). Barcelona: Ediciones del Serbal, 1995.

frontadas com as de um outro cronista da vida naquela parte do território colonial português, do mesmo período.

Refiro-me a um jesuíta – o Padre João Daniel, que vivera no Grão-Pará 17 anos – o qual legou às gerações que lhe seguiram uma descrição detalhada e uma análise perspicaz da vida amazônica daquela época. Ainda que muito do que escreveu tenha íntima relação com sua condição de jesuíta – e, portanto, de crítico da política então implementada no Vale – o Tesouro Descoberto no Rio Amazonas⁵ é uma das fontes mais preciosas para os historiadores da colonização portuguesa no que hoje se denomina Amazônia Brasileira.⁶

Trata-se de uma obra estupenda, realizada com o objetivo de dar a conhecer o rio Amazonas e seus afluentes, com informações pormenorizadas da fauna e da flora, considerações de teor semelhante sobre as populações indígenas e uma crítica ponderada sobre a intervenção portuguesa no Vale: recusava, sobretudo, a intromissão metropolitana na relação havida entre índios e missionários e, por conseguinte, condenava a falta de um projeto de colonização que prescindisse das populações indígenas. De suas considerações saltam juízos que podem ser entrevistados em algumas políticas implementadas no período, como se verá ao longo da tese.

João Daniel caracterizou o Vale como um lugar grandioso – cuja enormidade não encontrava rivais. O rio Amazonas, afiançava, superava todos os outros grandes rios, de todas as partes do mundo. Os rios Nilo, Núbia e Zaire, na África, Eufrates, no Oriente, o Ganges, na Índia, o Ródano e o Danúbio, na Europa, o Prata e o Mississipi na América não o igualavam.⁷ Até as chuvas, ali, eram singulares, pois o seu volume e frequência proporcionavam a umidade necessária aos campos, de modo a mantê-los sempre fecundos.⁸ Voltando aos rios, destacava que sua grandiosidade e profusão se via refletida não apenas na quantidade de peixes que viviam em suas águas, mas nos gêneros vegetais que floresciam em suas margens⁹ – gêneros, aliás, abundantes.¹⁰

Essa grandiosidade não se restringia à dimensão dos rios e à imensidão das florestas, pois se fazia sentir na quantidade e qualidade dos recursos. Assim, João Daniel

⁵ DANIEL, Pe. João. *Tesouro Descoberto no Rio Amazonas*. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 95, Tomos I e II, 1976.

⁶ Sobre a obra de João Daniel ver, SEMERENE, Kelerson Costa. *Op. cit.*, p. 118-167.

⁷ DANIEL, Pe. João. *Op. cit.*, v. I, p. 28.

⁸ *Ibidem*, p. 54-55.

⁹ *Ibidem*, p. 72.

¹⁰ *Ibidem*, p. 83-84.

concebia o Vale como um espaço de fartura. As chuvas constantes garantiam a perene verdura das folhas.¹¹ As margens dos rios eram fartas em pedras preciosas que transmitiam suas propriedades às árvores frutíferas.¹² A variedade e volume de gêneros eram tamanhos, de tal forma que os habitantes das margens dos rios só preparavam a janta quando a hora estava próxima, pois os alimentos estavam ao alcance das varandas das casas, exigindo um ínfimo esforço.¹³ Nem mesmo as enchentes anuais, que faziam submergir uma parte das matas durante alguns meses, sustavam o ciclo produtivo das árvores; de modo que naquele Vale, qualquer agricultor europeu faria fortuna.¹⁴

Da mesma forma que La Condamine, porém com uma experiência maior da vida no Vale, João Daniel acusava a ausência de uma presença humana mais efetiva. Apesar da fartura – e talvez por sua causa – denunciava a falta, por exemplo, de uma rede de comércio de peixes: de uma iniciativa que pusesse fim à necessidade de que todas as famílias tivessem seu pescador privado.¹⁵ Essa carência de organização comunitária podia ser percebida, argumentava, na inexistência de mercados, tornando cada família responsável pela satisfação de todas as suas necessidades.¹⁶

De modo que a grandiosidade da natureza, a qual tornava os rios do Vale equiparáveis ao mar, caminhava lado a lado com a pequenez da presença humana – tanto para La Condamine, que atravessara os seus rios, quanto para João Daniel, que nele vivera por quase duas décadas. Outros testemunhos avalizam este quadro. Alguns agentes da administração colonial, que percorreram o Vale na década de cinquenta daquele século garantiam a fartura dos rios;¹⁷ Antonio Nunes de Souza, piloto de algumas viagens pelos sertões do Vale, afirmava que a riqueza dos rios suportaria a edificação de vilas e cidades.¹⁸ Mas o registro de uma intervenção humana efetiva – tal como ela era entendida no Sete-

¹¹ Ibidem, p. 54-55.

¹² Ibidem, p. 77-78.

¹³ Ibidem, p. 83.

¹⁴ Ibidem, p. 301-302.

¹⁵ DANIEL, Pe. João. *Op. cit.*, v. II, 80-83.

¹⁶ Ibidem, p. 87-88.

¹⁷ VIAGEM que se faz para o Maranhão em Canôas e Embarcações pequenas por dentro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 67, p. 245-250, 1906, p. 245; SOUZA, Antonio Nunes de. Viagem que fez o Ilm. Exm. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, do Conselho de Sua Magestade Fidelíssima, Comendador de Santa Marinha de Mattas de Lobos na ordem de Christo. Governador e Capitão General do Maranhão, etc. [24/02/1752 – 23/07/1752] - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 67, p. 251-256, 1906, p. 252; Notícia da Ilha Grande de Joannes dos rios e igarapés que tem na sua circumferencia, de alguns lagos que se tem descoberto e de algumas couzas curiosas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 67, p. 294-301, 1906, p. 295-297.

¹⁸ SOUZA, Antonio Nunes de. Por ordem do Ilm. Exm. Senhor Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, Capitão General do Estado do Maranhão. [14/07/1749] - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 67, p. 256-266, 1906, p. 256.

centos, com o homem submetendo a natureza à sua vontade, por meio da colonização¹⁹ – restringia-se às lavouras nas margens dos rios Guamá, Capim, Acará e Moju, nas proximidades de Belém do Pará e na Ilha do Marajó.²⁰

Inegavelmente, La Condamine e João Daniel referiam-se a uma ausência relativa, ambos sabiam das iniciativas de estabelecimento de europeus no Vale, e João Daniel participara da mais intensiva delas – como português e jesuíta. No entanto, um fator, relacionado à primeira metade do Setecentos, fez com que a idéia do Vale como uma tábula rasa se consolidasse. A necessidade de intervenção provocou a emergência de uma representação, na qual ele aparecia como palco da desordem, da ruína e do desrespeito às determinações metropolitanas.

Este capítulo tem por objetivo evidenciar que as representações formuladas no período tiveram uma origem definida. A historiografia acerca das Reformas Pombalinas normalmente relaciona as políticas implementadas, então, à experiência de Sebastião José de Carvalho e Melo como diplomata português na Inglaterra e em Viena e à herança recebida do reinado de D. João V, notadamente o Tratado de Madri. Meu propósito é o de demonstrar que, pelo menos no que tange à política indigenista concretizada²¹ (consubstanciada no Diretório dos Índios), sua formulação resultou das concessões que a administração pombalina teve de fazer diante das manifestações contrárias dos agentes sociais existentes na Colônia. O caso específico que pretendo evidenciar a seguir elege os missionários, os jesuítas em especial, como a primeira frente contra a qual as projeções pombalinas tiveram de lidar. Pela importância que essa oposição possui na produção bibliográfica e na documentação do período, sirvo-me dela para caracterizar o contexto que deu significado às ações da primeira administração pombalina no Vale, a de Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Nesse sentido, o ponto que pretendo apresentar, em todo o trabalho, consiste na tese de que a política indigenista implementada não refletiu, apenas, as projeções me-

¹⁹ Para uma discussão sobre como essa questão foi tratada no âmbito do Iluminismo, ver: HAZARD, Paul. El pensamiento europeo en el siglo XVIII. Madrid: Alianza Editorial, 1991, p. 119-131. Uma análise sobre a aplicação deste pressuposto, em uma crítica ao estado de decadência do Vale Amazônico, pode ser encontrada em COELHO, Mauro Cezar. A descendência de Noé: a Viagem Filosófica e a promessa de uma Amazônia Iluminada. Amazônia em Cadernos - Revista do Museu Amazônico da Universidade do Amazonas, Manaus, n. 6, p. 67-125, jan./dez. 2000.

²⁰ SOUZA, Antonio Nunes de. Op. cit., p. 252; Notícia da Ilha Grande de Joannes dos rios e igarapés que tem na sua circunferência, de alguns lagos que se tem descoberto e de algumas couzas curiosas. Op. cit., p. 297.

²¹ Sigo a seguir a distinção presente em História dos Índios no Brasil, a qual diferencia História do Indigenismo de História Indígena e Política Indigenista de Política Indígena: Indigenismo conceituaria as formulações sobre os índios, enquanto Indígena, as formulações dos índios. Sobre este aspecto ver, sobretudo, CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: _____. Op. cit., 1992. p. 9-24.

tropolitanas para o Vale Amazônico. A política instituída – o Diretório dos Índios – representou, na sua formulação, o resultado dos conflitos havidos durante a administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado: conflitos que colocavam em campos opostos missionários, colonos e a administração colonial. Neste capítulo, é minha intenção deixar claro que as projeções pombalinas encontraram um espaço dentro do qual outras projeções eram gestadas. De modo que aquelas e estas entraram em conflito.

A tese que defendo considera que as questões que movimentavam os interesses do Império certamente desempenharam papel relevante e se constituíram em argumentos sólidos que favoreciam a Metrópole. No entanto, elas não determinaram a política do Diretório dos Índios. Assim, cabe afirmar logo de início – este trabalho não compreende o Diretório dos Índios como resultado de uma tradição portuguesa no trato com os povos conquistados, tampouco como um testemunho da capacidade lusitana de aglutinar, em torno de sua cultura, os elementos humanos com os quais trava contato. Esta tese pretende afirmar que o Diretório dos Índios foi resultado das disputas das forças sociais reunidas na Colônia – dentre as quais a administração metropolitana exerceu função proeminente – e que essas forças se fizeram sentir no período em que ele vigorou.

A primeira metade do século dezoito assistiu a alguns eventos que suscitaram a disputa ocorrida na década de 1750: a assinatura de um tratado que definia os limites do território colonial português, a consolidação do poderio missionário no Vale Amazônico e a necessidade de ocupar as terras garantidas por aquele tratado. A história que pretendo contar o tem como ponto de partida.

O TRATADO DE MADRI, AS MISSÕES E A FRONTEIRA NORTE

A ponderação dos que dizem, que com a troca não evitamos que os hespanhoes nos venham inquietar nas nossas colonias se satisfaz affirmando-se, que não só nos seguramos melhor das suas hostilidades, e incursões de índios, tendo unidas as nossas forças, tanto para conservar o que está adquirido no Rio Grande de S. Pedro, d'onde teremos com que encher os nossos armazens e manter sufficientes tropas, mas tambem podemos intentar allí algumas conquistas nos vizinhos, quando nos deem motivo para a justa represalia. Que vantagens não tiraram da Capitania de Matto-Grosso sendo-nos commum a navegação dos rios que desagüão no das Amazonas; por onde se tem aberto communição entre o Maranhão e a dita capitania, á qual necessariamente se opporão os hespanhoes por estarem senhores das suas margens, não tendo effeito o referido tratado! Que utilidade não sacariam do commercio por aquella parte, podendo-se livremente affirmar chegariam as fazendas por Santa Cruz de la Sierra e Potozi e a todas as mais cidades que lhe ficam visinhas, menos cento por cento do que lhe pode entrar dos dois portos de Buenos-Ayres e Lima, de cujas costas sómente se pôdem fornecer, pela distancia de mais de 600 léguas que delles dista: alem de segurarmos aquelles rios descobertos, pois os hespanhoes teem feito publicar em varios impressos, que o Cuyabá está dentro dos seus domínios!

Deus queira que o differir-se a execução do tratado dos limites não seja causa de que a côrte de Madrid, informando-se com o tempo do muito que a nosso favor se acha a transação e permutação, admitta idéas menos conciliosas das que nos tem mostrado, e que valendo-se de outros recursos reclame o ajustado, deixando-nos depois de uma tão laboriosa negociação sem uma nem outra cousa.

Alexandre de Gusmão

Os votos de Alexandre de Gusmão, pedindo a Deus que os espanhóis não percebessem as vantagens que o Tratado de Madri reservava a Portugal, consubstanciam muito do que foi a chamada “política pombalina” para a Amazônia: uma estratégia de de-

fesa e consolidação dos limites do território, de modo a assegurar definitivamente os ser-
tões do Mato Grosso e do Grão-Pará e potencializar sua exploração. Em função desses dois
imperativos, a metrópole lusa promoveu, nas duas décadas seguintes à assinatura do trata-
do, um conjunto de transformações que modificaram de forma violenta a sociedade coloni-
al do Vale Amazônico: redimensionamento do poder dos missionários – que compreendeu
a expulsão da Companhia de Jesus e a diminuição do poder das ordens missionárias em
favor do clero secular; modificação do estatuto dos indígenas aldeados – que passaram a
compor um dos elementos basilares na estratégia de ocupação, povoamento e defesa do
Vale; e intensificação dos mecanismos de exploração dos recursos naturais – de forma a
inserir a região, de modo definitivo, no âmbito das trocas interatlânticas.

Assim, o Tratado de Madri,²² assinado em 1750, impôs uma nova agenda à
administração colonial portuguesa em relação às suas colônias na América, particularmen-
te àquelas conquistadas no século anterior. Debatendo-se com a escassez de recursos, pró-
pria do período, a Metrópole teve de encontrar alternativas para povoar e tornar economi-
camente interessantes as vastas áreas que compreendiam todo o território ao Norte e a Oes-
te da América Portuguesa.²³ Importa, portanto, neste momento, recuperar alguns aspectos
dessa ocupação, de modo a evidenciar o quadro a partir do qual se constituiu uma política
indigenista para o Vale, em meados do Setecentos.

A área do Vale Amazônico teve sua conquista associada à preocupação em
defender o território americano do interesse de franceses, holandeses e ingleses,²⁴ enquanto
que as áreas mais ao centro foram resultado da ação bandeirante, na busca por metais pre-
ciosos.²⁵ Essa subordinação a uma pauta majoritariamente política²⁶ fez com que, desde o

²² Sobre o Tratado do Madri ver CORTEZÃO, Jaime Zuzarte. O Tratado de Madrid. Brasília: Senado Federal, 2001; SOARES, José Carlos de Macedo. Fronteiras do Brasil no Regime Colonial. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Edit-
ora, 1939, p. 131-140; CASTELO-BRANCO, Fernando. Tratado de Madri. In: SERRÃO, Joel (dir.). Dicionário de História
de Portugal. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985. v. 4, p. 133-134.

²³ Sobre a expansão portuguesa para além da fronteira estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, ver TAMBS, Lewis A. Brazil's expanding frontiers. The Americas - Publication of The Academy of American Franciscan History, Washington (DC), v. 23, n. 2, p. 165-179, out. 1996; para um trabalho de síntese, tendo por base a bibliografia disponível, sobre a expansão da fronteira na Amazônia e sua consolidação, ver GOES, Synesio Sampaio. Navegantes, bandeirantes, di-
plomatas: aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabele-
cimento das fronteiras da Amazônia. Brasília: IPRI, 1991.

²⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. Op. cit., 1980, p. 69; ANDERSON, Leslie Robinson. Op. cit., 1976, p. 1; SANTOS, Francisco Jorge dos. Op. cit., 1999, p. 15-16; UGARTE, Auxiliomar Silva. Filhos de São Francisco no país das amazonas: cate-
quese e colonização na Amazônia do século XVII. Amazônia em Cadernos - Revista do Museu Amazônico da Universi-
dade do Amazonas, Manaus, n. 6, p. 201-228, jan./dez. 2000, p. 202; GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e
ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. Estudos Avançados - Revista do Instituto de Estudos Avançados da
Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 63-80, mai./ago. 2002.

²⁵ Sobre a expansão portuguesa para o interior, Sérgio Buarque de Holanda elaborou Monções [São Paulo: Editora
Brasiliense, 1989] - Publicou, posteriormente, uma síntese, intitulada As Monções em História da Civilização Brasileira

estabelecimento do primeiro núcleo populacional no Vale, em 1616, o convívio de colonizadores e nativos constituísse um dos principais problemas a ser enfrentado pela administração colonial. As razões para tanto eram três, como aponta a literatura referente aos primeiros tempos da colonização portuguesa: em primeiro lugar, diversas nações indígenas evidenciaram sua insatisfação com a presença alienígena; em segundo lugar (e talvez, o mais importante, diante daquela pauta), as autoridades do Império cedo perceberam o quanto eram dependentes dos mesmos índios para a defesa e a manutenção do território; em terceiro lugar, o índio representava, ali, o que o escravo africano significava nas outras colônias do litoral e das Minas Gerais.²⁷

Pode-se afirmar que nas colônias estabelecidas ao Norte, por mais tempo, talvez, do que em quaisquer outras, assistiu-se a convivência de duas posturas na política indigenista adotada: por um lado, uma posição que sustentava a repressão ao índio e, também, garantia sua oferta como mão-de-obra; e, por outro, uma que defendia sua preservação como o contingente populacional necessário à defesa e ocupação do Vale (por irônico

[São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. t. 1, v. 1, p. 307-321] - Monções oferece um estudo pormenorizado da participação bandeirante no alargamento das fronteiras lusitanas e da emergência de um tipo social que reunia, em si, as contribuições portuguesas e ameríndias. Luiz Palacin produziu um estudo sobre a conformação sócio-econômica de um dos núcleos coloniais surgidos naquela expansão, ver PALACIN, Luiz. Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas. Goiânia: Oriente, 1976; ainda sobre este processo ver SILVA, Jovam Vilela da. A lógica portuguesa na ocupação urbana do território mato-grossense. História & Perspectivas - Revista do Curso de História da UFU, Uberlândia, n. 24, p. 121-143, jan./jun. 2001. Uma crítica às concepções que idealizam o bandeirante e sua afamada contribuição para a ocupação do interior do Brasil pode ser encontrada em MONTEIRO, John Manuel. Escravidão indígena e despovoamento na América portuguesa: São Paulo e Maranhão. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. Op. cit., 1991. p. 137-167.

²⁶ A questão da motivação da conquista – se política ou econômica – tem resultado em posições conflitantes, dentro da obra de alguns autores. Assim, se Caio Prado afirma a preponderância da motivação política em História Econômica do Brasil (PRADO JUNIOR, Caio. Op. cit., 1980), para Arthur Cezar Ferreira Reis ele a caracterizara como econômica em A Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia (PRADO JÚNIOR, Caio. Op. cit., 1977). Ao que parece, Arthur Cezar entendera de modo equivocado uma afirmação de Caio Prado. Esse último afirmava que sem as fontes de riqueza, existentes no Vale, sua ocupação não seria possível – o que é diferente de caracterizar como econômica a motivação da conquista. O próprio Arthur Cezar oscila entre a afirmação do caráter político da expansão portuguesa em direção a foz do Amazonas (cfe. Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. [Op. cit., 1993], [cópia em fac-símile da publicação da Imprensa Nacional, de 1947], p. 20-23) e a denúncia das motivações econômicas (cfe. A Amazônia e a cobiça internacional [Op.cit.], 1982, p. 13-21).

²⁷ Sobre a expansão portuguesa no Vale Amazônico ver de Arthur Cezar Ferreira Reis A política de Portugal no Vale Amazônico (Op. cit., 1993 [cópia em fac-símile, da publicação de 1940]); Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira (Op. cit.) e A ocupação portuguesa no Vale Amazônico. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). História da Civilização Brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. Tomo. 1, v. 1, p. 257-272; CRUZ, Ernesto. História do Pará. Belém: Universidade do Pará, 1963, v. 1, p. 25-65. Um esforço de recuperação dos eventos que culminaram na consolidação da presença portuguesa no Vale encontra-se em STUDART FILHO, Carlos. Fundamentos Geográficos e Históricos do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959. Incursões mais recentes sobre o tema encontram-se em: MEIRA FILHO, Augusto. Pedro Teixeira, o desbravador da Amazônia. Belém: [s.n.], 1980; FERREIRA, Anete Costa. A expedição de Pedro Teixeira: a sua importância para Portugal e o futuro da Amazônia. Lisboa: Ésquilo, 2000; SARAGOÇA, Lucinda. Da Feliz Lusitânia aos confins da Amazônia (1615-1662). Lisboa: Edições Cosmos, 2000; UGARTE, Auxiliomar Silva. Op. cit., 2000.

que pareça ao olhar contemporâneo).²⁸ Foram nelas, também, que o recurso às Ordens Religiosas se fez de modo sistemático, como forma de garantir a preservação dos índios e a sua integração à sociedade colonial.

A especificidade das colônias do Norte pode ser percebida, inicialmente, pela sua conformação política e administrativa. Desde muito cedo, a Metrópole compreendeu ser necessário instalar nela uma administração subordinada diretamente à Coroa, sem a intermediação do Governo Geral, no Brasil. Em 1618, portanto seis anos após a tomada de São Luís e dois após a fundação de Belém do Pará, ordenou-se a criação do Estado do Maranhão. Essa medida foi decretada em 13/06/1621 e concretizada em 1626, com a chegada do primeiro governador, Francisco Coelho.²⁹ O Estado do Maranhão permaneceu independente do Estado do Brasil até 1652, quando foi a ele incorporado. Dois anos depois, no entanto, a independência administrativa foi restabelecida e o Estado do Grão-Pará e Maranhão permaneceu ligado diretamente a Portugal até o fim do período colonial.

Dois fatores são apontados, por Arthur Cezar Ferreira Reis, como determinantes para essa conformação política e administrativa: em primeiro lugar, as correntes marinhas impediam a navegação de São Luís e Belém a Salvador, de modo que era mais fácil conduzir as embarcações para Portugal e de lá retornar à Colônia, no Brasil; em segundo lugar, o manifesto interesse estrangeiro, a proximidade das fronteiras e a enormidade do território aconselhavam um controle efetivo sobre as colônias do Norte.³⁰

Esse último aspecto está intimamente relacionado à presença indígena naquela parte das colônias do Norte, situada no Vale Amazônico, uma vez que as populações nativas eram vistas, ali, como objetos fundamentais para a consolidação do domínio português: era por meio de alianças com as populações indígenas que portugueses, franceses, holandeses e ingleses garantiam sua permanência no Vale; de modo que instituir o controle sobre essas populações resultaria no controle do território. O Vale, antes da chegada dos europeus, era habitado e disputado por três grupos lingüísticos – Tupi, Aruaque e Caraíba³¹ – cujo volume populacional³² é alvo de intensa discussão.³³ De todo modo, em que pese à

²⁸ Beatriz Perrone-Moisés já alertou sobre a coexistência de posturas aparentemente contraditórias, na formulação de políticas indigenistas, mas que, após uma análise pormenorizada, evidenciam a existência de preocupações distintas, relativas a dois grupos de índios: os amigos e os inimigos. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Op. cit.*, 1992. p. 115-132.

²⁹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. A ocupação portuguesa no Vale Amazônico. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *Op. cit.*, 1968. t. 1, v. 1, p. 257-272, p. 265-267.

³⁰ *idem*. A política de Portugal no Vale Amazônico (*Op. cit.*, 1993), p. 23-26.

³¹ HEMMING, J.. Os índios do Brasil em 1500. In: BERTHELL, Leslie (org.) *Op. cit.*, 1998. v. 1, p. 101-127, p. 101-102.

³² Sobre as populações indígenas do Brasil ver NIMUENDAJU, Curt. *Mapa etno-histórico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

³³ Para uma discussão sobre as estimativas populacionais relativas aos povos nativos na América e, em especial, no

disparidade dos números, tratava-se, conforme afiança Antônio Porro, de uma numerosa população, distribuída em extensos povoados que mantinham um comércio intertribal importante.³⁴

Assim, a primeira faceta a destacar do processo de ocupação do Vale Amazônico, decorrido nos cerca de 150 anos antes de 1750, é a importância que a questão indígena assumiu para a defesa e a manutenção do imenso território. Do ponto de vista da Metrópole, preservar as populações parecia o melhor a fazer, à medida que elas poderiam se constituir nas “murallas dos sertões”,³⁵ ou seja, no contingente humano que defenderia o território colonial das investidas de outras nações européias.

Cedo, também, colonos e missionários perceberam a importância do índio.³⁶ Nem foi preciso um esforço complementar para tanto, e a razão era simples: o índio se constituía em um dos sustentáculos das atividades econômicas que se desenvolveram no Vale. Com relação a elas a produção bibliográfica se divide em duas teses distintas: uma que afirma a preponderância da economia extrativa e outra que a redimensiona, defendendo a existência de uma atividade agrícola sistemática, que organizara a sociedade colonial amazônica, especialmente durante o século XVIII.

O ponto de partida da primeira tese é o trabalho de Caio Prado Júnior, Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia.³⁷ Nele, a atividade extrativa é classificada como o terceiro setor da economia brasileira, tendo ocorrido quase que exclusivamente na Amazônia. Nele, também, a economia extrativa é classificada como uma forma de “exploração primitiva e rudimentar, um esboço de organização econômica que não será ultrapassada até o fim da era colonial”³⁸ – o que, por extensão, conceitua a sociedade colonial que a pratica.³⁹

Caio Prado se referia à atividade que acabou conhecida como “Drogas do Sertão” e compreendia a extração de uma série de *especiarias*, tais como o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha e, sobretudo, o cacau; a economia do Vale conhecia, no entanto, outras formas de *coleta*, como a extração de madeiras, a pesca e a caça, o recolhimento de

Brasil, ver HEMMING, John. Op. cit., 1978.

³⁴ PORRO, Antônio. História Indígena do Alto e Médio Amazonas – séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) Op. cit., 1992. p. 175-196, p. 176.

³⁵ Sobre a utilização das populações indígenas como instrumentos de defesa e garantia do território colonial, ver: FARAGE, Nádia. Op. cit., 1991.

³⁶ KIEMEN, Mathias C. Op. cit., 1954, p. 55-56.

³⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. Op. cit., 1977.

³⁸ Ibidem, p. 123-124

³⁹ Caio Prado retornou ao tema em PRADO JÚNIOR, Caio. Op. cit., 1980, p. 69.

ovos de tartaruga, a captura de peixes-boi etc. A participação das populações indígenas na extração dos gêneros era determinante, uma vez que elas detinham o conhecimento dos gêneros da floresta, dos caminhos que deveriam ser percorridos para alcançá-los, dos períodos de frutificação e dos beneficiamentos iniciais a serem realizados para sua durabilidade e utilização; além disto, eram a força motriz que carregava os paneiros com os produtos e impulsionava as canoas, os trabalhadores que serviam aos chefes das expedições de coleta – que duravam de seis a oito meses – mantendo-os alimentados e, não menos importante, protegidos de grupos indígenas resistentes a qualquer presença estranha em suas terras.⁴⁰

As considerações de Caio Prado foram assumidas por Roberto Simonsen, para quem a economia do Vale permaneceu restrita à extração de gêneros da floresta e ao apresamento de indígenas, desde 1616 até meados do século XVIII,⁴¹ e por Roberto Santos, o qual considera que mesmo no período subsequente, a produção agrícola não foi de monta a reverter àquela caracterização prévia da economia amazônica.⁴² Vêm-se, ainda, repetidas por Ciro Flamarion Cardoso, para o período anterior à implementação das políticas pombalinas.⁴³

A segunda tese é resultado, em larga medida, de uma reflexão da historiografia produzida na Amazônia. Inicialmente, a encontrei em Colonização do Pará, de Ernesto Cruz.⁴⁴ Nela o historiador paraense afiança a prosperidade de engenhos de açúcar situados às margens do rio Guamá, ao longo da primeira metade do século XVIII, até que a política indigenista pombalina veio dar fim à oferta de mão-de-obra, interrompendo o ciclo bem-sucedido da cultura da cana na região.⁴⁵ Segundo o mesmo historiador, esse cultivo teria sido introduzido no Vale por franceses e holandeses, cuja presença motivara o interesse lusitano, do qual resultara a ocupação do Vale, de maneira que em 1751 contavam-se 24 engenhos de produção de açúcar e 77 de produção de aguardente.⁴⁶

⁴⁰ Para uma descrição pormenorizada sobre as expedições de coleta das Drogas do Sertão, ver DANIEL, Pe. João. Op. cit., v. II, p. 56-68.

⁴¹ SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., 1978, p. 307-327.

⁴² SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 16-22.

⁴³ CARDOSO, Ciro Flamarion S. Op. cit., 1984, p. 98 e 115-116 e idem. Sobre os modos de produção coloniais da América. In: SANTIAGO, Théo A. (Org.). América colonial. São Paulo: Ícone, 1988. p. 61-84, p. 76.

⁴⁴ CRUZ, Ernesto. Colonização do Pará. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.

⁴⁵ Ibidem, p. 12-13.

⁴⁶ Idem. Op. cit., 1963, v. 1, p. 86-97. Recentemente, Fernando Luiz Tavares Marques realizou interessante pesquisa sobre tais engenhos. Ver, MARQUES, Fernando Luiz Tavares. Modelo de agroindústria canavieira no estuário amazônico, no período colonial. 2003. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

É o trabalho de Dauril Alden, contudo, o que sustenta essa tese.⁴⁷ Tratando da economia do cacau no Vale, Alden afirma que a produção silvestre foi determinante desde o início da sua comercialização, em finais do século XVII. Considera, todavia, ser um exagero classificar a economia do Vale como exclusivamente extrativa, já que o cultivo ocupava terras, braços e capitais em um volume nada desprezível e, principalmente, organizava uma parcela da sociedade colonial em torno de si.⁴⁸

A tese de Alden é levada às últimas consequências por outro historiador paraense, José Ubiratan Rosário.⁴⁹ Profundamente influenciado pelos argumentos de Alden, Rosário recusa a tese de que a economia do Vale tenha se restringido à coleta e defende a ocorrência de uma economia agrícola, baseada no cultivo do cacau, já no início do século XVIII. A prosperidade promovida pelos cacaos teria sido, inclusive, o motor de algumas das políticas pombalinas, como a fortificação das fronteiras e a elaboração do Diretório dos Índios – de modo a defender as plantações e garantir-lhes a oferta de braços.⁵⁰

Enfim, o índio, por onde quer que se posicione o analista da vida econômica no Vale, no período em questão, personificou a ambição de muitos, de forma que a disputa pelo acesso, administração e distribuição de sua força de trabalho foi o principal motor das lutas ocorridas ali. A mais espetacular delas colocou em campos opostos, justamente, colonos e missionários. Ronald Raminelli analisou os projetos coloniais subjacentes a essa oposição, evidenciando o lugar atribuído ao índio em cada um deles: força de trabalho, para os colonos, e catecúmenos, para os missionários.⁵¹ Poder-se-ia acrescentar, ainda, povoadores, para a Metrópole.

Essa última – apesar de buscar equacionar a disputa entre ambos e de estabelecer dispositivos que regulassem as condições em que ameríndios poderiam ser escravizados – tendeu a garantir que as populações indígenas cumprissem aquela função que lhes foi atribuída, segundo alguns historiadores, pelos portugueses, no processo de conquista da América⁵² e, portanto, do Vale: o povoamento e a defesa do território. Nesse sentido, o recurso às ordens religiosas, como aliadas no estabelecimento de vínculos entre ameríndios e portugueses, e, por conseguinte, meio para a edificação e manutenção da autoridade lusa

⁴⁷ ALDEN, Dauril. O significado da produção de cacau na região amazônica, no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada. Belém: UFPA/N.A.E.A., 1974.

⁴⁸ Ibidem, p. 24-39.

⁴⁹ ROSÁRIO, José Ubiratan. Op. cit., 1986.

⁵⁰ Ibidem, p. 52-56 e 61.

⁵¹ RAMINELLI, Ronald. Op. cit., 1996.

⁵² Sobre esse ponto concordam Caio Prado Júnior (Op. cit., 1977, p. 92), Roberto Simonsen (Op. cit., 1978, p. 330-331) e Hélio de Alcântara Avellar (Op. cit., 1983, p. 14-15).

sobre aquela parte do território americano, parece ter sido mais do que resultado da disputa entre colonos e missionários.

Essa suspeita se funda em algumas pistas, surgidas a partir da leitura dos autores que analisaram a ocupação portuguesa: em primeiro lugar, a constatação de que as ordens religiosas foram agentes fundamentais no processo de conquista e manutenção do Vale, até o ano de 1750;⁵³ em segundo lugar, a legislação indigenista relativa aos índios do Estado do Maranhão, desde a sua constituição até a chegada de Mendonça Furtado, foi claramente favorável às ordens religiosas – mesmo com o prejuízo de alguns interesses dos colonos e do desenvolvimento das atividades comerciais da Colônia.⁵⁴ De modo que, no fim das contas, o propalado fortalecimento das ordens religiosas no Vale se deu em função, também, da tolerância da Coroa, a qual não pode ser reputada, unicamente, ao prestígio que alguns dos representantes das ordens detinham junto à Corte ou à religiosidade exacerbada desse ou daquele governante. A força das ordens religiosas em alguns pontos do território colonial americano resultou, como bem aponta Colin MacLachlan, dos interesses metropolitanos: de modo geral, as missões eram toleradas em áreas periféricas, com o objetivo de garantir soberania, tão logo o poder da Coroa se via fortalecido, nas colônias, as hostes missionárias eram substituídas por agentes seculares.⁵⁵

Foi, aliás, num contexto de fortalecimento da posição metropolitana, em relação às colônias, que a situação das ordens religiosas (especialmente a jesuíta) se viu ameaçada em meados do século dezoito. Três conjuntos de fatores caracterizam aquele contexto: a consolidação da soberania portuguesa sobre as áreas conquistadas para além do que previa o Tratado de Tordesilhas; a necessidade de (diante da crise pela qual passava o Império) potencializar a exploração dos recursos coloniais; e, finalmente, a política que se viu instalada na Corte com a ascensão de Dom José I, preocupada com o fortalecimento do poder real e com a racionalização da administração colonial.

Até aquele momento, a Companhia de Jesus detinha o controle sobre os índios do Estado do Maranhão e se constituía em uma das forças econômicas daquela Colônia. Segundo Patrícia Sampaio, o bispado do Pará somava 63 aldeias, pertencentes aos religiosos de diversas ordens, a saber: 19 dos jesuítas, 15 dos carmelitas, nove da Província

⁵³ PRADO JÚNIOR, Caio. *Op. cit.*, 1980, p. 70; MACLACHLAN, Colin M. *Op. cit.*, 1973, p. 200-201; ANDERSON, Robin Leslie. *Op. cit.*, 1976, p. 112; DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos*, (*Op. cit.*, 2000), p. 92-93 e 98.

⁵⁴ O trabalho de Mathias C. Kiemen (*Op. cit.*, 1954) aborda de modo detalhado as disputas envolvendo as ordens religiosas e o modo pelo qual a legislação preservou a autoridade religiosa em relação às questões indígenas.

⁵⁵ MACLACHLAN, Colin. *Op. cit.*, 1972, p. 357.

de Santo Antônio, sete da Conceição, dez da Piedade e três das Mercês.⁵⁶ Roberto Simonsen afirma que, em todo o Vale, o número de aldeias de índios, administradas por missionários, chegava a oitenta, enquanto que as povoações de brancos não passavam de nove, nenhuma delas em condições iguais às de índios.⁵⁷

A literatura ocupada com a discussão das condições econômicas no Vale atribui à Companhia de Jesus uma força incomparável na região – econômica e política. Segundo ela, os jesuítas eram detentores de uma imensa fortuna, resultado do controle que exerciam sobre os índios. Em decorrência da administração temporal das aldeias, carregavam para si a força da mão-de-obra indígena, aplicando-a na coleta dos gêneros da floresta, no plantio e na criação de gado. Além disso, a ordem era isenta do pagamento das taxas que oneravam os demais agentes econômicos.⁵⁸

Os colonos se debateram contra esse poder desde os primeiros anos da colonização e as suas demandas conformaram muitos dos reveses e limites a que os missionários foram submetidos. No entanto, uma mudança decorre, em maior medida e força, de fatores externos às relações vividas no interior da Colônia. Isto não quer dizer, no entanto, que as disputas internas foram sufocadas pelas diretrizes metropolitanas; quer dizer, isto sim, que as diretrizes metropolitanas redimensionaram as disputas existentes. Dito de outra forma: os novos fatores que passariam a nortear a ação administrativa metropolitana, na Colônia, se constituíram em novos elementos com os quais os grupos *nativos* tiveram de lidar, de forma a salvaguardar seus objetivos, reduzindo-os, ampliando-os ou modificando-os, conforme o caso. O primeiro desses fatores foi a definição das fronteiras ibéricas na América, através do Tratado de Madri. Para Dauril Alden, o tratado resultava da compreensão metropolitana de que o futuro de sua possessão americana estava associado ao desenvolvimento do Vale.⁵⁹

Deve se considerar, contudo, que o tratado foi o resultado da disputa diplomática envolvendo os dois países, de modo que o afunilamento do território colonial português ao Sul e o alargamento ao Norte decorreram, em larga medida, tanto do interesse

⁵⁶ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Op. cit.*, 2001, p. 42.

⁵⁷ SIMONSEN, Roberto C. *Op. cit.*, 1978, p. 327.

⁵⁸ Sobre a importância da Companhia de Jesus como um agente econômico e a fortuna que adquirira ver: DIAS, Manuel Nunes. *Op. cit.*, 1967, p. 476; MACLACHLAN, Colin. *Op. cit.*, 1972, p. 357-358; SIMONSEN, Roberto C. *Op. cit.*, 1978, p. 327-330; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, 1988, p. 21; MAXWELL, Kenneth. Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira. In: *Chocolate, pirates e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 89-123, p. 97-96.

⁵⁹ ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil with special reference to the administration of the Marquis de Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968, p. 87.

espanhol em salvaguardar a Bacia do Prata,⁶⁰ quanto do interesse inglês em garantir suas redes de comércio naquela parte da América.⁶¹ De todo modo, é certo que a área ao Norte recebeu atenção complementar, com a fundação de fortes, vilas e o envio de tropas.⁶² Esse interesse adicional, por si só, já impunha certa limitação à liberdade que as ordens religiosas desfrutavam; logo, o tratado desdobrava-se em um entrave significativo à manutenção dos privilégios dos missionários, em razão, principalmente, do conceito que o subsidiava.

O tratado tem uma importância fundamental para a reformulação da política metropolitana por duas razões já estabelecidas pela literatura: em primeiro lugar, ele substancia, senão uma opção, uma reorientação da atenção metropolitana para as colônias do Norte; em segundo lugar, ele baseia a definição dos limites e, conseqüentemente, da soberania recorrendo ao conceito de *uti possidetis*, à medida que tomava a ocupação como índice de definição da posse. Neste sentido viabilizou, num contexto de falta de recursos e de pessoal, a utilização do indígena como o povoador português e, portanto, o instrumento de legitimação da soberania portuguesa sobre as áreas em disputa.⁶³ Conseqüentemente, o poder das ordens religiosas sobre os índios, e especialmente da Companhia de Jesus, estava, desde a formulação do tratado, já ameaçado.

Outra ordem de fatores tinha relação com a necessidade de redimensionar as potencialidades do Império, diante da crise resultante da perda de colônias e da conseqüente diminuição das rendas. Essa necessidade fez com que a extração e o comércio das *Drogas do Sertão* fossem incentivados, como forma de compensar a perda das colônias asiáticas.⁶⁴ Assim, surgiu mais um empecilho à manutenção da posição dos missionários, uma vez que o controle sobre os índios era essencial para a produtividade das atividades de coleta dos gêneros da floresta.

⁶⁰ Conforme SILVA, André Mansuy-Diniz. *Op. cit.*, p. 483. J

⁶¹ Conforme CORTEZÃO, Jaime. *Op. cit.*, 2001, p. 19-36. A dependência portuguesa em relação à Inglaterra é ponto por demais abordado pela historiografia e visto como fator preponderante na política externa portuguesa da época. Ver FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1993, especialmente p. 240-241 e 288-289 (ambas relacionadas aos interesses britânicos na definição das fronteiras entre as colônias ibéricas na América); MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, 1996, p. 4-7 e 51-53 (esta última parte em relação ao Tratado de Madri).

⁶² Conforme SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Op. cit.*, 2001, p. 47. Sobre as fortificações no Cabo Norte, ver: CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O fecho do Império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos. *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/UFP, 1999. p. 129-193.

⁶³ Conforme LEONZO, Nanci. As Instituições. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. p. 300-333, p. 322 (SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. (dir.) *Nova História da Expansão Portuguesa*, v. 8); SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Op. cit.*, dez. 2001, p. 10; DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos* (*Op. cit.*, 2000), p. 169-176.

⁶⁴ SIMONSEN, Roberto. *Op. cit.*, 1978, p. 327; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Op. cit.*, 2001, p. 144-145.

Enfim, a necessidade de garantir o território e de legitimá-lo diante das disputas com a Espanha e, acima de tudo, de torná-lo economicamente interessante para o Império, impuseram uma nova agenda para a colônia do Norte. Nela, não apenas haveria de se processar uma ocupação mais efetiva e muito mais ligada à Coroa, do que havia sido até aquele momento, como esta ocupação deveria corresponder às expectativas de recursos, na forma de uma produção significativa de gêneros interessantes ao comércio internacional. Associado a esses dois fatores havia um terceiro, já indicado, o fortalecimento do poder real em Portugal.

No início da segunda metade do século, o Norte da Colônia americana se configurava, portanto, como um espaço de intervenção, diante da consolidação das fronteiras e do que elas representavam. Além do já exposto, cabe retomar, ao final desta parte, à indicação de Alexandre de Gusmão sobre a importância do Estado do Maranhão: viabilizar a comunicação com as capitanias do interior. Ainda que inicialmente fosse proibida qualquer ligação com o Mato Grosso e Cuiabá,⁶⁵ em função do medo de evasão do ouro das minas, já em 1752 ela era facultada, de modo que já na década de 1750, estabeleceram-se formas de comunicação efetiva entre aquelas e o Pará.⁶⁶

Assim, conforme anunciava Alexandre de Gusmão, um imenso sertão se abria, desde a foz do Amazonas ao Norte até os campos do Mato Grosso e Goiás, incluindo aí as minas de Vila Bela e Cuiabá. Sobre essa vastidão de terras importava inscrever a autoridade da Coroa, expressa, sobretudo, na fidelidade inculcada nas populações indígenas. Daí, a importância dada à política indigenista nas formulações da administração colonial instituída após 1750, como se verá a seguir.

⁶⁵ "Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão", § 30. MCM-IHGB, v. 1, p. 26-38, p. 36.

⁶⁶ LAPA, José Amaral. Economia colonial. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 15-110.

AS DIRETRIZES METROPOLITANAS: A PROJEÇÃO POMBALINA

Abundam todas estas ilhas, e suas matas em baunilha, e é das mais bem creadas e das melhores; como também do bálsamo de umeri; e afirmam ser o mesmo in specie, que o que chamam bálsamo do Puru, mas debalde; porque tanto as baunilhas, como o mesmo bálsamo, se perdem pelo mato, e só servem de pasto ao fogo, quando nas suas matas fazem os moradores roças, como costumam, e em seu lugar diremos, e o mesmo sucede a outras muitas especiarias preciosas em que abundam. São também ótimas terras para todas as sementeiras de mandioca, algodão, tabaco, café, e todas as mais do País. Além disto são excelente terreno para todas as suas fructas, e fructos, de que só são pobres os que, ou por fidalguia se desdouram do trabalho, ou por preguiça lhe fogem com o corpo, contentando-se com o devirtimento da caça pelos matos, ou pelos rios, e praias às gaivotas, maçaricos, e mais aves de que também há cópia nas suas praias, lagos e rios. Além do muito âmbar e tartaruga fina, de que também abundam estas praias, como em seu lugar diremos, é digna de especial menção a pescaria das suas ostras, marisco muito usual, e conhecido. Há muitas, e muitas paragens abundantes delas, e de que alguns se regalam; porque nem todos as conseguem: deixada porém a sua regalia por já sabida, e notória, o predicação, que as faz distinguir das outras, e que as constitui em maior predicamento, é, em que são semelhantes às da Ásia, criando pérolas, e aljófares, como as orientaes, o que não só afirmam muitos dos seus naturaes, mas eu mesmo o posso abonar, e atestar como testemunha ocular em uma, que vi do mesmo feitio, e tamanho das da Índia; se bem que já tinha perdido a sua estimação, porque a tinham cozinhado com a ostra, e se não descobrio, senão depois de vir no prato à mesa. Quando porém não houvesse outros signaes desta especiaria, bastava o advertir-se naquela, para se argumentar para as mais, de que ate agora os moradores daquelas vizinhas povoações não se tem aproveitado, nem ainda advertido.

Padre João Daniel

O padre João Daniel é uma testemunha importante das intervenções realiza-

das no Vale Amazônico, no início do reinado de D. José I. Sua condição de jesuíta faz de seus escritos um registro valioso da posição assumida pela ordem inaciana, diante do desmantelamento dos estabelecimentos que edificara naquela parte da América. Este estudo se apropria de suas formulações, justamente, por essa sua condição, qual seja, o de se constituir, também (e sobretudo), em uma alternativa às inovações decorrentes da assinatura do Tratado de Madri e da adoção, para a Colônia, de uma nova diretriz administrativa levada a cabo por Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Em contraponto a ela, João Daniel sugeria a divisão do território colonial em duas áreas: uma ocupada por colonos de origem europeia, outra ocupada por índios, submetidos aos missionários.

Todavia, o excerto transcrito evidencia um ponto em que convergiam aqueles que se deparavam com a necessidade de ocupar o Vale, em meados do Dezoito: a insistência na ausência de iniciativas que transformassem os gêneros do imenso sertão que margeava o rio das Amazonas e seus afluentes em riqueza. Essa preocupação atravessou a segunda metade do século, consolidando, já naquele período, uma associação que hoje ainda é forte: Amazônia a vazio – de modo que ela é vista como um espaço livre da intervenção humana, necessitando, portanto, de medidas que organizem a exploração de seus recursos e evitem a sua degradação. Data desta época, portanto, a idéia de que essa parte do território americano se constitui em um espaço em branco – em *tábula rasa*.⁶⁷

A partir desse momento, a análise proposta passa a verificar como a necessidade de intervir na região propiciou a constituição de um contexto, que acabará por conformar a política indigenista estabelecida. Este é um passo importante para a compreensão do objeto da tese – qual seja, a constituição de relações sociais engendradas por aquela política. Não é parte dos pressupostos que informam este trabalho, como se verá oportunamente, a consideração de que tais relações decorreram da legislação, ou melhor, que foram determinadas por ela. Ao contrário, a tese que defendo assume a legislação como resultado de uma negociação e, portanto, como a expressão de vontades que lhe são anteriores; logo, não é ela que determina as relações sociais que lhe são subsequentes, mas sim as forças sociais em disputa antes e durante o seu exercício. Por esta razão, é importante entender quais forças agiram quando da formulação do Diretório dos Índios, de modo a compreender que conflitos ele consubstancia, que grupos beneficia, que ações e reações engendra – é dessas forças que trato aqui.

⁶⁷ Essa idéia permanece em voga, ainda que com força reduzida. No final da década de 1970, o governo brasileiro patrocinou uma enorme campanha, visando a ocupação da região, intitulada, “Amazônia: terra sem homens, para homens sem terra”, conforme IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

Tais conflitos foram protagonizados por uma gama diversa de indivíduos, reunidos em grupos de interesses. Os dividiremos, por ora, em três grupos: os colonos, os missionários e a administração metropolitana. Dos três, a administração metropolitana – representada por uma parte da elite portuguesa – foi o mais importante, pelo poder que possuía para formular e aplicar políticas na Colônia.⁶⁸ Neste sentido, sobre ela se concentrará a análise.

O gabinete formado por D. José I recebera uma herança difícil: a perda de várias possessões ultramarinas e, conseqüentemente, a diminuição dos rendimentos coloniais; um reino cujas condições impunham a necessidade de ajustes, de forma a torná-lo menos defasado em relação aos demais reinos europeus; e, por fim, um tratado definindo os limites de suas possessões ultramarinas, que exigia execução.⁶⁹ Diante deste quadro, especialmente do primeiro e do último item, voltar-se para as colônias americanas, procurando fortalecer os vínculos – de modo a evitar o mesmo fim das colônias do Oriente – e incrementar o comércio colonial – com vistas à compensação das perdas e a recuperação do Reino – foi quase uma imposição sofrida pelo gabinete.

Dentre as colônias americanas, a do Norte recebeu atenção especial. O Bispo do Pará, que ocupava o cargo de governador interino da capitania do Grão-Pará, enquanto Mendonça Furtado encontrava-se no Arraial de Mariuá, envolvido com a demarcação das fronteiras, reconheceu esta inflexão da política metropolitana.⁷⁰ A bibliografia sobre o período o acompanhou,⁷¹ informada que foi pelas *Instruções Régias, Públicas e Secretas*

⁶⁸ Vale ressaltar que a administração metropolitana, nesse como em outros períodos, não foi exercida por um grupo homogêneo ou deixou de enfrentar resistências, no âmbito da Corte. Assim, quando me refiro à administração me refiro ao grupo que detinha o poder naquele momento e às disputas em que estavam envolvidos. Sobre as disputas em que a administração metropolitana, no reinado de D. José I, se viu envolvida ver: FALCON, Francisco José Calazans. *Op. cit.*, 1993, p. 213-231; TEIXEIRA SOARES, Álvaro. *Op. cit.*, 1983, p. 177-188; MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, 1996, p. 69-94.

⁶⁹ A discussão sobre a decadência do reino e a defasagem em relação aos demais reinos europeus mobiliza pesquisadores há algumas décadas. Em linhas gerais, o debate se circunscreve em torno do reconhecimento do atraso português, diante de outros países europeus, no século XVIII, por parte dos contemporâneos, e das medidas para revertê-lo – engloba, neste universo, alguns trabalhos que pretendem evidenciar o quanto Portugal vinha desenvolvendo, ainda que timidamente, discussões sobre temas modernos. Sobre a decadência em Portugal, no século XVIII, ver: AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e sua época*. Lisboa: Clássica Editora, 1990, p. 76-87; SILVA DIAS, J. S. da. *Portugal e a cultura européia (século XVI a XVIII)*. *Biblos* – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, v. 28, p. 203-498, 1952; SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1965, p. 59-65; CARVALHO, Rômulo de. *A Física experimental em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982; TEIXEIRA SOARES, Álvaro. *Op. cit.*, 1983, p. 51-58; MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 21-53.

⁷⁰ D. Miguel de Bulhões, Bispo do Pará [Ofício a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 02/08/1755] – AHU, 38, 3561.

⁷¹ DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. v. 1, p. 156; AVELLAR, Hélio de Alcântara. *Op. cit.*, 1983, p. 26-27; COUTO, Jorge. O poder temporal nas aldeias de índios do Estado do Grão-Pará e Maranhão no período pombalino: foco de conflitos entre os jesuítas e a Coroa (1751-1759). In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (coord.) *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 53-66, p. 54; COSTA, Hideraldo Lima da. *Op. cit.*, 2000, p. 229; DOMINGUES,

para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão.⁷²

As *Instruções* ..., assinadas pelo Rei, compõem 38 parágrafos. Neles registram-se as linhas mestras da política metropolitana para a Colônia:

- 1º - Garantir o aumento das povoações do Estado;
- 2º - Garantir a amizade e a paz com as populações indígenas;
- 3º - Garantir a liberdade dos índios, revertendo o quadro de desrespeito às leis promulgadas neste sentido.

A tônica dessa nova diretriz se resumia, portanto, na compreensão de que “o interesse público e as conveniências do Estado [...] estão indispensavelmente unidos aos negócios pertencentes à conquista e liberdade dos índios”.⁷³

As *Instruções* são consideradas, aqui, como um instrumento de luta. Recorriam, de modo lapidar, àquela formulação, segundo a qual o Vale Amazônico achava-se livre de intervenções que concretizassem a sua riqueza latente. Assim, ele se encontrava em “decadência” e “ruína”, fazendo com que os seus habitantes padecessem inúmeras “infelicidades”, como resultado da “má inteligência” que patrocinava o desrespeito às ordens reais.⁷⁴ A reversão deste estado de coisas iniciaria-se com a garantia da liberdade dos índios, conseguida com o respeito às leis do Reino.⁷⁵ As populações indígenas deveriam compor as povoações existentes e iniciar novas, nas quais cultivariam o solo, empregariam-se em troca de salários e permaneceriam disponíveis para os serviços do Estado.⁷⁶

Uma vez que a concessão de liberdade aos índios limitaria a oferta de trabalhadores, as *Instruções* previam a introdução de escravos africanos.⁷⁷ No entanto, recomendavam que os colonos enviados das Ilhas Atlânticas para a região fossem incentivados ao trabalho e ao cultivo de suas terras, denotando uma mudança de atitude em relação ao trabalho, na Colônia.⁷⁸

Elas acautelavam-se, ainda, contra possíveis resistências, especialmente as que poderiam advir das hostes missionárias.⁷⁹ Destes últimos, esperava-se apoio e, sobre-

Ângela. *Op. cit.*, 1995, p. 67; MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, 1996, p. 52; TEIXEIRA SOARES, Álvaro. *Op. cit.*, p. 154; SANTOS, Francisco Jorge dos. *Op. cit.*, 1999, p. 48.

⁷² “Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão”. MCM-IHGB, v. 1, p. 26-38.

⁷³ *Ibidem*, (2º§) p. 26.

⁷⁴ *Ibidem*, (2º§) p. 27.

⁷⁵ *Ibidem*, (3º, 4º e 5º§) p. 27-28.

⁷⁶ *Ibidem*, (6º, 7º, 8º, 9º e 15 §) p. 28-29.

⁷⁷ *Ibidem*, (7º e 11§) p. 28-29.

⁷⁸ *Ibidem*, (12§) p. 29.

⁷⁹ *Ibidem*, (13, 14 e 23 §) p. 29-30.

tudo, participação efetiva na condução das populações indígenas sob a nova política, através da sua catequização, sedentarização e educação para o trabalho – para “serem mais capazes de servirem ao público”.⁸⁰ Os missionários deveriam participar, portanto, do esforço de edificação de povoações, as quais se constituiriam em elementos fundamentais do processo de conquista e ocupação do território,⁸¹ e de soerguimento do Estado, através da administração de estabelecimentos de ensino e educação – resguardando-se, contudo, os limites de seus poderes, de modo a evitar qualquer hipertrofia, como ocorria até então.⁸²

As *Instruções* se ocupavam com a garantia e a proteção do território colonial, por meio das ordens para a edificação de fortalezas,⁸³ da garantia do envio de tropas e da recomendação expressa para que se procedesse ao resgate da disciplina militar e da autoridade do Estado.⁸⁴ Garantida e protegida, a Colônia deveria cumprir sua função: produzir. Neste sentido, dever-se-ia fomentar a produção, através do incentivo ao cultivo de gêneros de interesse comercial.⁸⁵ A agricultura, portanto, surgia como a opção econômica, proibindo-se o desenvolvimento das atividades de mineração, de modo a não permitir qualquer evasão de esforços – além, é claro, de se evitar o contrabando em área de controle tão rarefeito.⁸⁶ Recomendava, no entanto, o estabelecimento de vias de comunicação com o Mato Grosso.⁸⁷

Reafirmava, por fim, a preocupação em restabelecer a economia daquele Estado do Grão Pará e Maranhão e enfatizava a importância da execução do Tratado de Limites.⁸⁸ Os dois últimos parágrafos sinalizavam a importância da cidade de São Luís do Maranhão, a despeito da capital do Estado encontrar-se no Pará.⁸⁹ Estas últimas referências se relacionavam à transferência da capital do Estado para Belém do Pará, ainda em 1737, em função da importância desta cidade como porto de escoamento dos gêneros do sertão.⁹⁰

As *Instruções*, como se vê, compunham um plano de administração que evidenciava a importância das populações indígenas para a consolidação da presença portuguesa, no Vale Amazônico. Em relação a elas, a historiografia enfatizou a ausência de hos-

⁸⁰ Ibidem, (15, 16, 17, 20, 21 e 22 §) p. 30-31.

⁸¹ Ibidem, (18, 19 e 21 §) p. 31-32.

⁸² Ibidem, (24, 25 e 26 §) p. 33-35.

⁸³ Ibidem, (27 e 28 §) p. 35.

⁸⁴ Ibidem, (29 §) p. 35-36.

⁸⁵ Ibidem, (27, 31 e 32 §) p. 35-36.

⁸⁶ Ibidem, (30 e 33 §) p. 36.

⁸⁷ Ibidem, (35 e 36 §) p. 37.

⁸⁸ Ibidem, (34 e 35 §) p. 37.

⁸⁹ Ibidem, (37 e 38 §) p. 37.

⁹⁰ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de M. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 178.

tilidade em relação aos jesuítas e as expectativas positivas quanto a sua participação no processo de ocupação, por meio da condução de duas novas aldeias;⁹¹ destacou sua pretensão em introduzir e incentivar a agricultura;⁹² insistiu em sua preocupação em resguardar o indígena para os propósitos de ocupação e garantia do território.⁹³

Elas devem ser concebidas, conforme afirmei anteriormente, como uma estratégia de luta: suas formulações atingem os dois outros concorrentes pelo domínio das populações indígenas – colonos e missionários. Aos primeiros, a Metrópole acena com a introdução de escravos. Aos segundos, a Metrópole garante, com modificações decisivas, sua permanência no processo de ocupação e desenvolvimento da Colônia – seja na condução de algumas povoações em locais estratégicos, seja na administração de instituições destinadas à formação de uma futura elite administrativa. A ambos os concorrentes, todavia, as *Instruções* impedem o acesso direto aos ameríndios. Pois, segundo elas, foram os abusos envolvendo a administração e a exploração do trabalho indígena que levaram a Colônia ao estado de ruína em que se encontrava.

O discurso que a administração colonial formulara, ao longo dos primeiros anos dessa inflexão – que servem de base para a formulação da política indigenista – fundamentou-se, justamente, no argumento de que a Colônia se encontrava em franco processo de decadência. Em novembro de 1751, logo no início de sua estada no Pará, Mendonça Furtado reportava ao Rei a insistência dos colonos em garantir o fornecimento de escravos índios; dizia retorquir-lhes, afirmando serem os escravos africanos melhores trabalhadores; reconhecia, no entanto, que não havia dinheiro para a aquisição de escravos, diante da miséria em que se encontrava a Colônia. Alertava, inclusive, que a situação dos colonos seria ainda pior, se fossem privados dos trabalhadores indígenas:

Todos êsses homens, se de repente se vissem sem os que êles chamam escravos; as poucas lavouras que há paradas; os outros que não sabem pescar, nem caçar, mortos de fome, sem remédio humano; os índios em virtude de sua liberdade, espalhados pôr êstes sertões, ou talvez em mocambos para o que todos têm propensão, e tudo isto de repente; eu, sem meios de poder juntar os tais índios para os dar por criados àqueles de quem tinham sido escravos, é certo que poderiam progredir aquêles trabalhosos efeitos em que costumam romper muitas vezes as desesperações, e a Praça totalmente sem fôrças para poder

⁹¹ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.*, 1999, p. 238.

⁹² REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A política de Portugal no Vale Amazônico* (*Op. cit.*, 1993), p. 94.

⁹³ RODRIGUES, Isabel Vieira. *Op. cit.*, 1999, p. 100; MAXWELL, Kenneth. Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira. In: *Op. cit.*, 1999, p. 89-123, p. 101-102.

*conter aos moradores de passarem a alguma desordem.*⁹⁴

No discurso em construção, a falta de cabedal dos colonos, para fazer frente à necessidade de aquisição de escravos,⁹⁵ era um dado que se somava à penúria do Estado, que não possuía meios para colocar em prática os seus projetos.⁹⁶ Esta falta de meios tinha como razão o estado da agricultura: as plantações de tabaco encontravam-se em *ruína*;⁹⁷ os colonos, de modo geral, eram todos muito pobres, totalmente dependentes dos índios para aquisição do seu sustento;⁹⁸ as povoações estavam desertas e as fortalezas em completo abandono.⁹⁹

Mendonça Furtado ilustrava em cores fortes o quadro de abandono, mote principal do seu discurso:

À proporção do conhecimento que vou tendo dêste Estado, vou comprehendendo também a sua ruína e me são lástima grande o ver que, bastando só êle para fazer o Reino rico e opulento, chegasse a tal ruína que é preciso que Sua Maj. mande de Portugal com que se sustentem os filhos da fôlha, e com que se façam as Fortificações, se quiser que êle subsista: quando lhe pudera render somas consideráveis se se tivesse cuidado no seu estabelecimento.

*Eu Senhor Excelentíssimo não o considero só morto, mas meio sepultado, e a bom trabalhar tudo quanto se pode fazer por ora, é não deitar mais terra na sepultura e ir depois, pouco a pouco tirando a que nela se achá, e descoberto que seja o cadáver, pedirmos então a Deus que nos ajude com a sua Onipotência, para fazermos o milagre de o ressuscitar.*¹⁰⁰

A Colônia necessitava, portanto, ressuscitar – nascer de novo. Havia de se inscrever nela uma nova ocupação, uma nova presença – produtiva e frutífera. Para tanto, duas medidas eram necessárias: por um lado, recuperar a economia, por outro fortalecer a administração colonial e a autoridade da Metrópole.

Dar fim à ruína implicava incentivo ao trabalho, especialmente ao trabalho agrícola que, segundo esta nova perspectiva, estaria livre dos estigmas atribuídos ao traba-

⁹⁴ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício ao Rei de Portugal, em 30/11/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 83-86, a citação encontra-se na página 84.

⁹⁵ Idem [Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, em 28/01/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 216-217.

⁹⁶ Idem [Ofício a Gonçalo José da Silveira Preto, em 04/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 94-97; Matias da Costa e Sousa [Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, em 12/12/1751] - AHU, 32, 3073; Francisco Xavier de Mendonça [Ofício ao Marquês de Penalva, em 20/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 121; idem [Ofício a Francisco Luís da Cunha e Athayde, em 22/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 125; idem [Ofício de 23/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 132-133; idem [Ofício de 04/01/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 147; idem [Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, em 25/01/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 209; idem [Ofício ao Rei, em 13/11/1752] - AHU, 33, 3146.

⁹⁷ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício ao Conde de Povolide, em 14/01/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 178-179

⁹⁸ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 09/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 278-279.

⁹⁹ Idem [Ofício a Pedro da Mota e Silva, em 19/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 311; Ricardo Antonio da Silva Leytão [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 30/01/1753] - BNLC, 621, 17.

¹⁰⁰ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, em 21/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 314-315.

lho manual.¹⁰¹ Significava, também, introduzir novos gêneros de cultivo, especialmente aqueles de apelo comercial, como o tabaco e o algodão,¹⁰² e fomentar ao comércio.¹⁰³

Restabelecer a autoridade do Estado se constituía em imperativo, à medida que a ruína da Colônia se devia, em parte, à falta de respeito à ordem constituída e às determinações metropolitanas. Logo que chegara à Colônia, no momento mesmo em que fora recebido pelos moradores das capitanias – “com vestidos agaloados e cheios de ouro tecido” – Mendonça Furtado percebera que uma série de dispositivos estabelecidos pela Metrópole não era obedecida.¹⁰⁴

Sobre esta questão Mendonça Furtado reportara, em sua longa correspondência, as dificuldades por que passava para fazer valer sua autoridade, não apenas contra apresadores de índios, como Francisco Portilho de Mello,¹⁰⁵ que representava os interesses dos colonos – mesmo contra as leis de Sua Majestade – mas, principalmente, diante de elementos que compunham a administração colonial, como era o caso do Ouvidor Geral Manuel Luís Pereira de Melo. Segundo Mendonça Furtado, Pereira de Melo, um grande criador de caso,¹⁰⁶ desafiava sua autoridade de modo sistemático.¹⁰⁷

Denúncias suas e de seus subordinados, dão conta da associação havida entre o ouvidor e alguns colonos para o fornecimento de escravos índios;¹⁰⁸ logo rebatidas

¹⁰¹ Idem [“Instruções que levou o capitão-mor João Batista de Oliveira, quando foi estabelecer a nova vila de S. José de Macapá”, em 18/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 116.

¹⁰² Diogo Mendonça de Corte Real [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 22/05/1753] - MCM-IHGB, v. 1, p. 400; Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 30/09/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 610; Diogo de Mendonça Corte Real [Ofício ao Bispo do Pará, em 26/05/1756] - BNLC, 620, 208.

¹⁰³ Dom José I [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 22/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 306; idem [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 22/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 315-316; Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, em 18/01/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 456-459; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 24/01/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 460-464; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 30/01/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 474-477; “Condições com que se deve fundar a nova companhia que os moradores da Capitania do Pará intentam estabelecer para com ela fornecerem de negros o Estado do Maranhão e minas do Mato Grosso” [15/02/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 478-483; Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 20/02/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 506-507; idem [Ofício a Antonio Rolim de Moura, em 28/05/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 543-545; Sebastião José de Carvalho e Melo [Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 14/03/1755] - MCM-IHGB, v. 2, p. 661.

¹⁰⁴ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, em 24/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 135; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 10/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 290-292; idem [Ofício ao Rei, em 03/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 91-92.

¹⁰⁵ Idem [Ofício ao Rei, em 02/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 87-88.

¹⁰⁶ Idem [Ofício ao desembargador João da Cruz Dinis Pinheiro, em 06/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 266-267.

¹⁰⁷ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 06/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 261-264; idem [Ofício a Francisco Luís da Cunha e Ataíde, em 06/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 268-269; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 16/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 303; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 26/02/1753] - MCM-IHGB, v. 1, p. 341-342.

¹⁰⁸ Manoel Machado [Ofício a D. José I, em 08/11/1752] - AHU, 33, 3144; Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 13/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 299-302.

pela Câmara de Belém do Pará,¹⁰⁹ que o defendia e solicitava sua permanência no cargo. Como se não bastasse, Mendonça Furtado reclamava, ainda, que os moradores da Colônia insistiam em considerar os índios escravos, dispensando-lhes o mesmo tratamento destinado aos escravos africanos.¹¹⁰ De modo que, se fazia evidente o confronto entre a administração colonial – comprometida com as novas diretrizes – e os colonos. Significativa, neste sentido, é o ofício de um tenente da Fortaleza do Tapajós para Mendonça Furtado, no qual reclamava que, após ter ido à Belém e ter sido hospedado pelo governador, vinha sendo acusado de espião. Estando a *cama feita*, resolveu *deitar-se nela* e denunciou o seu comandante por utilizar os soldados em negócios particulares, eximindo-os do serviço da fortaleza.¹¹¹

Mendonça Furtado expressou, ainda, as dificuldades resultantes da falta de auxiliares capazes¹¹² e associou a ruína da Colônia à preguiça reinante,¹¹³ tornando ainda mais denso o quadro de desamparo que *pintara* da administração encontrada. Os autores que analisaram a região, no período em questão, concordam que aquela Colônia possuía uma economia frágil, com uma inserção mínima no mercado mundial – do que a ausência de moeda seria o indício mais evidente.¹¹⁴

Insisto, contudo, que as colocações do capitão-general não podem ser tomadas como um reflexo da realidade. A persistência com que afirmou a oposição dos colonos e apontou a resistência missionária, torna clara a existência de algo mais que o espanto diante de um ambiente hostil. Ela é indício de que as forças que se opunham às transformações exigiam reformulações no projeto original, especialmente no que tange à política indigenista.

Costumou-se falar na existência de um projeto pombalino – expressão que denominaria as inovações promovidas durante o reinado de D. José I. Uma ressalva, no entanto, deve ser feita: caso se tome como partes do projeto pombalino a criação da Cia. Geral do Comércio, a promulgação da Lei de Liberdade dos Índios e do Diretório dos Índios.

¹⁰⁹ Oficiais da Câmara de Belém do Pará [Ofício a D. José I, em 08/11/1752] - AHU, 33, 3145.

¹¹⁰ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício ao Rei, em 16/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 304-306.

¹¹¹ Manoel G. da Silva [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 10/12/1752] - BNLC, Códice 621, 2.

¹¹² Ver o item subsequente.

¹¹³ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 30/10/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 256-257; idem [Ofício a Antonio Rolim de Moura, em 22/12/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 334; idem [Ofício a Antonio Rolim de Moura, em 18/04/1753] - MCM-IHGB, v. 1, p. 354-355; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 15/06/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 552-553; Bispo do Pará [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 02/08/1755] - AHU, 38, 3561.

¹¹⁴ DIAS, Manuel Nunes. As frotas de cacau da Amazônia (1756-1777): subsídios para o estudo do fomento ultramarino português no século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, v. 24, n. 49, p. 363-377, jan./mar. 1962; idem. *Op. cit.*, 1967, p. 471; CARDOSO, Ciro Flamarion. *Op. cit.*, 1984, p. 115-116.

dios, a expulsão da Companhia de Jesus e a edificação de uma economia agrícola, e se considere isto tudo como uma projeção - eventualmente resultada da experiência diplomática do, então futuro, Marquês de Pombal - acaba-se por instituir-se uma escolha que privilegiava um dos lados da questão sem a resolver.

Quaisquer que tenham sido as projeções formuladas – e, evidentemente, elas foram muitas – nenhuma delas pode ser confundida com qualquer das ações que acabaram por caracterizar a intervenção metropolitana no Vale Amazônico, naquele período. E isto se deve ao fato de que, ao contrário do que pretendia o discurso de Mendonça Furtado, o Vale não se constituía como tábula rasa. A sociedade colonial amazônica também formulava seus projetos e não assistiu passiva às tentativas de transformação implementadas pela Metrópole. A projeção não se efetivou como reflexo de si mesma, como já apontou Patrícia Sampaio,¹¹⁵ mas como possibilidade, diante das alterações que teve de sofrer, de modo a fazer frente ou conjugar-se com os outros interesses, presentes na sociedade colonial.

A concessão de liberdade aos índios – questão que interessa ao objeto desta tese – não previa o Diretório dos Índios. Esse último resultou de uma construção, na qual as forças que se opuseram às novas diretrizes metropolitanas jogaram uma partida decisiva. Dentre elas, os missionários, jesuítas especialmente, assumiram papel de destaque, na conformação do contexto que permitiu sua emergência. Senão, vejamos a seguir.

¹¹⁵ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Op. cit.*, 2001, p. 218.

AS DIFICULDADES DA PRÁTICA

*Nesta jornada vi o que se não pode nem explicar, nem facilmente compreender, que é um oceano de água doce, um labirinto de ilhas, e um concurso imenso de caudalosos rios. Para se poder tirar um Mapa exato de tudo isto, seriam necessários muitos homens habi-
líssimos, e muito tempo para sair um tal Mapa, com exaçaõ, e tu-
do quanto aqui se pode fazer é dar uma leve idéia do que isto em si
é.*

Francisco Xavier de Mendonça Furtado

Francisco Xavier de Mendonça Furtado não era naturalista, tampouco filósofo Ilustrado. Ainda assim, tal como La Condamine e João Daniel, rendeu-se à paisagem do Vale e associou-a à idéia do superlativo: um oceano de água doce, uma profusão de ilhas e rios caudalosos.¹¹⁶ Mesmo antes de empreender essa que foi sua primeira viagem pelos sertões do Vale,¹¹⁷ havia demonstrado sua admiração pelas dimensões portentosas do Estado do Grão-Pará e Maranhão: em carta ao irmão, descrevera-o como uma vastidão de terras que principiavam no *mar oceano* e estendiam-se por mais de *1.500 léguas de sertões cheios de preciosíssimos terrenos*.¹¹⁸

Com relação à paisagem humana, Mendonça Furtado, por via transversa, dava continuidade ao que conceberam La Condamine e João Daniel. Eles acusavam a ausência relativa da presença humana no Vale, Mendonça Furtado denunciava uma presença nociva – os religiosos, os soldados, os colonos, todos agiam de forma tal que se constituí-

¹¹⁶ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício ao Padre Manuel de Campos, em 18/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 307.

¹¹⁷ SOUZA, Antonio Nunes de. *Op. cit.*, 1906, [24/02/1752 – 23/07/1752].

¹¹⁸ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 21/11/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 63.

am na razão da ruína do Estado. Ao final, o Vale permanecia representado como um espaço de muitos recursos naturais e escassos recursos humanos.

Neste último segmento, é minha intenção aprofundar o ponto apresentado no item anterior, considerando o modo pelo qual a administração colonial, através, principalmente de Mendonça Furtado, lidou com a questão missionária. Conforme já aponte, meu objetivo é tornar claro o contexto de luta, no qual as políticas coloniais, inicialmente pensadas pela administração pombalina, foram reformuladas.

O primeiro ano da administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado certamente foi o que lhe causou maior impacto. Não que os anos subseqüentes tenham lhe proporcionado tranqüilidade, mas a surpresa diante do que encontrou desdobrou-se em algumas imagens muito negativas sobre o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em dezembro de 1751, quatro meses após a sua chegada, lamentava ao pai as dificuldades inerentes à responsabilidade assumida:

*Não só perdido de qualquer modo mas totalmente arruinado, e sem meios alguns para a sua subsistência, havendo ainda nêle outro mal que na minha estimação é maior, qual é o de não achar uma única pessoa que me possa ajudar, nem de que me fie em todo o comum deste povo.*¹¹⁹

Mendonça Furtado dava continuidade a um tópico do discurso político em Portugal: a decadência do reino, em relação às demais Cortes européias, e a decadência das colônias, em relação ao que poderiam render à Metrópole. No início daquele mesmo mês de dezembro, apontou aquilo que viria a se constituir em questão recorrente em suas considerações: a ruína do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em correspondência destinada a Pedro da Mota e Silva, reportou que as fortalezas estavam deterioradas, que os oficiais militares pareciam desconhecer suas obrigações e que não encontrara mestres de ofício, a não ser dentro dos portões dos estabelecimentos da Companhia de Jesus e, portanto, fora do alcance do Estado. Concluiu a sua relação de infortúnios, afirmando que não encontrara ali nada mais que pobreza, miséria e confusão.¹²⁰

A Colônia achava-se em ruína, de modo que não tinha como colocar a máquina administrativa em movimento, pois não conseguia, por exemplo, arrematantes para os díizimos.¹²¹ Àquela altura, porém, Mendonça Furtado ainda não havia entrado pelos sertões do Vale, mesmo assim, duvidava que houvesse solução para a situação de crise em

¹¹⁹ Idem [Carta ao Pai, em 22/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 125.

¹²⁰ Idem [Ofício a Pedro da Mota e Silva, em 02/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 89.

¹²¹ Idem [Ofício a Gonçalo José da Silveira Preto, em 04/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 94-97.

que dizia encontrar-se e só tinha certeza da diminuição progressiva da arrecadação dos dízimos.¹²² Em função disso, o Contrato dos Dízimos da Capitania do Maranhão foi arrematado por 12 mil cruzados, valor que considerava baixíssimo, mas ao qual se submetera diante da penúria dos moradores.¹²³

A falta de recursos impedia a alocação dos casais enviados das ilhas atlânticas para povoar o Estado: ainda em dezembro de 1751, acusava ser impossível estabelecer os recém chegados por não haver como lhes proporcionar canoas, índios, um cirurgião e um boticário.¹²⁴ Em janeiro do ano seguinte, fez nova referência a total ausência de meios que lhe permitissem ordenar o transporte dos ilhéus para Macapá. Na mesma correspondência, reclamou por não ter sido devidamente avisado da vinda daquela população e demandou a ajuda das Ordens religiosas, a fim de dar conta das obrigações do Estado.¹²⁵

Dentre essas, destacou a provisão das expedições responsáveis pela execução do Tratado de Madri: argumentava, em carta escrita ao irmão em novembro de 1752, que não podia exigir canoas dos colonos, porque assim eles ficariam sem o único meio de locomoção no Vale e, conseqüentemente, a capital do Estado ficaria sem a sua subsistência garantida,¹²⁶ por ser alimentada pelas lavouras existentes em seu entorno e na Ilha do Marajó. Na mesma carta, informava que, de todo modo, não havia excedentes consideráveis que pudessem ser recolhidos, pois os habitantes só cultivavam o necessário ao seu sustento imediato. Acrescentava que, diante disto, o Estado deveria providenciar a construção de canoas, mesmo tendo em conta a penúria dos seus cofres.

Mais de um ano após sua chegada, portanto, Mendonça Furtado não havia mudado sua impressão inicial. O Estado, estava certo disso, vivia em total ruína. Naquele mesmo mês de novembro, referindo-se à viagem que fizera a Macapá, informou a Pedro da Mota e Silva que as fortalezas e povoações que visitara estavam ou arruinadas ou totalmente perdidas.¹²⁷ Dias depois, em carta ao irmão, reclamou seriamente das condições em que era obrigado a governar: tendo de dar conta da acomodação de ilhéus que chegavam sem aviso; sem papel suficiente para os trâmites inerentes à administração; sem dinheiro algum que subsidiasse o desempenho das obrigações que lhe foram imputadas. Afiançava ter re-

¹²² Idem [Ofício ao Marquês de Penalva, em 20/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 121.

¹²³ Idem [Ofício ao Rei, em 23/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 132-133. A mesma questão vê-se repetida em sua correspondência de 04/01/1752. MCM-IHGB, v. 1, p. 58.

¹²⁴ Idem [Ofício a Gonçalo José da Silveira Preto, em 04/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 94-97.

¹²⁵ Idem [Ofício a Diogo de Mendonça Côrte Real, em 25/01/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 209-211.

¹²⁶ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 09/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 278-279.

¹²⁷ Idem [Ofício a Pedro da Mota e Silva, em 19/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 311.

corrido às suas próprias economias, para preparar a expedição de execução do tratado de 1750 e terminava com o seguinte desabafo:

Para satisfazer, como sou obrigado, é preciso trabalhar continuamente: neste govêrno não pode haver férias ou descanso algum; tenho, além de um povo rude, ignorante e totalmente corrompido, uma quantidade de frades obsoletos, soberbos, poderosos e cheios de ambição, sem conhecimento algum de justiça, com que lidar; e todos os instantes se apresentam casos que, além de me impacientarem, me não deixam um momento livre: estou metido em um labirinto de desordens, não as devo consentir, e em consequência não posso descansar. Sou só contra todo este tumulto, não tem em quem repouse, se tivesse aqui um ouvidor capaz e um juiz-de-fora, poderiam aliviar-me muito, porém, até a Justiça esta como tenho informado a V. Exa.¹²⁸

Mendonça Furtado fazia alusão, portanto, a uma outra dificuldade que se somava à falta de recursos: escassez de material humano que pudesse auxiliá-lo. Em carta de três de dezembro do ano de sua chegada, três meses após o início de sua administração, afirmou não ter encontrado soldado ou homem que parecesse sê-lo, mas achado alguns que faziam parte da tropa sem, contudo, terem qualquer conhecimento das suas obrigações.¹²⁹ Dias depois, reportou ao Conde de Atalaia o quão difícil era encontrar homens que preenchessem dois postos vagos de sargento, pois nenhum dos que se apresentaram conseguiam êxito em um teste de manejo de armas.¹³⁰

No mesmo dia, em ofício ao Marquês de Penalva, relatou os esforços empreendidos na busca por pessoal qualificado e de confiança para assumir o governo interino de Macapá e acrescentou um dado novo ao corolário de dificuldades no qual afirmava estar envolvido: falta de recursos que lhe permitissem fazer frente ao pagamento de auxiliares.¹³¹ Sobre este aspecto, é significativa a solicitação de aumento de salário para o seu secretário João Antônio Pinto da Silva, acompanhada de argumentação que garantia não ser prudente arriscar-se a perdê-lo, principalmente quando era raro encontrar homens com sua disposição para o trabalho.¹³²

Cerca de um mês depois, Mendonça Furtado elaborou uma avaliação dos homens que encontrou no governo – tantos dos que o deixavam, quanto dos que o deviam acompanhar – evidenciando a escassez de recursos humanos de que reclamava. Apresentou, então, ao irmão uma relação que refletia suas queixas, referentes à falta de auxiliares

¹²⁸ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 22/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 318-323.

¹²⁹ Idem [Ofício ao Marquês Estrebeiro Mor, em 03/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 91-92.

¹³⁰ Idem [Ofício ao Conde de Atalaia, em 20/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 318-323.

¹³¹ Idem [Ofício ao Marquês de Penalva, em 20/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 122.

¹³² Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 28/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 141.

competentes e confiáveis: dos treze nomes listados, somente quatro não eram objetos de alguma desconfiança.¹³³ Um ano depois, em nova correspondência, retornou ao tema, reclamando, novamente, da falta de auxiliares em quem pudesse confiar.¹³⁴

Entre as dificuldades que volta e meia repetia em suas cartas à Corte, a contestação de sua autoridade aparece ao lado da falta de pessoal. Em novembro de 1752,¹³⁵ fevereiro de 1753,¹³⁶ abril do mesmo ano¹³⁷ e março de 1754¹³⁸ reclamara das investidas que sofria de autoridades coloniais, duvidando de suas ordens, desafiando suas determinações e colocando em risco a autoridade do Estado. Nada, contudo, que se comparasse ao que entendia serem afrontas feitas pelos padres da Companhia de Jesus.

Embora as *Instruções* recebidas por Mendonça Furtado não encaminhassem um confronto com as ordens religiosas,¹³⁹ ele parecia evidente. Em outubro de 1751, pouco depois de seu desembarque, aventou a possibilidade de desrespeitar o Regimento das Missões, em proveito do Estado – almejava alterar a repartição de índios, de modo a ter um contingente maior de trabalhadores que pudesse fazer frente às necessidades do governo.¹⁴⁰ Em mais algumas semanas, teceu críticas aos missionários, em carta ao irmão. Argumentou então que os missionários não garantiam liberdade aos índios, pois não lhes acenavam com nenhuma autonomia.¹⁴¹ Continuou a mesma carta, responsabilizando os missionários pela situação em que encontrara o Estado: eles não catequizavam os índios, não lhes ensinavam a Língua Portuguesa e, sobretudo, não possibilitavam qualquer contato entre os colonos e os índios. Terminou, afirmando que os missionários colocaram em risco o progresso daquela parte do Império, pois tendo recebido o controle temporal dos índios, entenderam que tanto eles, missionários, quanto os índios, não tinham qualquer relação com a Coroa ou com os colonos.¹⁴²

Em dezembro daquele mesmo ano, pouco mais de três meses após sua chegada, sentenciou ao irmão:

¹³³ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 21/01/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 196-198.

¹³⁴ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 07/01/1753] - MCM-IHGB, v. 1, p. 334.

¹³⁵ Idem [Ofício a Francisco Luís da Cunha e Ataíde, em 06/11/1752]; [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, 16/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 268-269 e 303.

¹³⁶ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 26/02/1753] - MCM-IHGB, v. 1, p. 341-342.

¹³⁷ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 15/04/1753] - MCM-IHGB, v. 1, p. 352-353.

¹³⁸ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 05/03/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 523-524.

¹³⁹ Desde há muito a produção historiográfica reconhece esta particularidade, ver, por exemplo, SOUTHEY, Robert. *Op. cit.*, 1965, p. 61.

¹⁴⁰ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, em 25/10/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 57-58.

¹⁴¹ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 21/11/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 67-70.

¹⁴² Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 21/11/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 64-78.

Últimamente, mano, é necessário assentar em dois princípios certos, claros e evidentes. O primeiro, que este Estado se fundou floresceu e nêle se estabeleceram infinitos engenhos e plantações, enquanto as Religiões não tiveram este alto e absoluto poder. Segundo: que depois que o tiveram tudo se arruinou, confundiu e finalmente se reduziu a nada, porque se recolheu nas comunidades [Ordens Religiosas] todo o comércio que deveria girar na Praça, e com que deveram enriquecer-se aquêles homens, que nêle traficam com tanto lucro do público e da Fazenda Real.

Nestes termos já V. Exa. compreende que, não havendo comércio, não havendo plantações, também não pode haver subsistência ou adiantamento em corporação alguma, e por essa razão só as comunidades neste Estado florescem, e se adiantam, quando tudo mais se acabou e extinguiu de todo.

Por estes princípios certos e evidentes, não é possível (não digo que eu, a quem Deus não foi servido dar todo aquêlé talento que deve constituir um hábil Governador) mas, ainda vindo a esta terra, não só um homem com todos os requisitos que nêle devem concorrer, mas uma dúzia dêles, como se conserve o poder e os fundos que deveram gerar no público, e se conservam nas Religiões, não sei qual seria o meio que seguiriam para poder ressuscitar o Estado, porque, ainda que pudesse fazer alguma Companhia de grossos fundos para fomentar o comércio, em poucos anos se acharia arruinada pelo das Religiões, que lhes saem os gêneros de graça, e acham as alfândegas livres, quando os outros haviam de comprar os gêneros por grosso dinheiro, e pagar nas alfândegas todos os direitos que justamente devem a S. M.

*Por todo o referido, me persuado a que, nem Governador nem Ministro vêm cá fazer coisa alguma nas circunstâncias presentes, porque nenhum dêstes padres se lhes dá dêles para nada, nem lhes têm respeito algum, porque crêm, e estão persuadidos, que todos lhes são inferiores, e que todos dependem dêles para o seu despacho, e que aquêlé que falou contra êles foi um homem perdido, de que nunca mais ninguém fez caso; assim o imaginam, e assim o fazem crer a todos.*¹⁴³

Cedo, portanto, configurava-se o conflito daquela década e daquela gestão, que acabaria por se constituir em promotor de muitas das ações metropolitanas. A disputa entre a administração colonial, na pessoa de Mendonça Furtado, e a Companhia de Jesus sintetizou o caráter das diretrizes impostas ao Vale Amazônico, a partir de 1750, e os problemas com que elas se depararam e que pretendiam dar fim: a retomada do poder e a consolidação da autoridade metropolitana, através do controle das populações indígenas, em uma imensa área sobre a qual exercia um domínio rarefeito – importa enfatizar que aquelas populações eram objeto de uma disputa violenta entre colonos e religiosos, evidenciando a fragilidade do poder da Coroa, a qual não poderia ter continuidade no momento em que as monarquias ibéricas definiam os limites de seus territórios coloniais.

Na mesma carta em que teceu aquele parecer sobre os danos causados pelas ordens religiosas, Mendonça Furtado recomendou ao irmão que removesse da Colônia os

¹⁴³ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 29/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 145-146.

missionários mais perigosos.¹⁴⁴ Quatro dias depois, acrescentou, em outra carta, que os missionários não respeitavam a sua autoridade.¹⁴⁵ Em outubro do mesmo ano, reconheceu que suas considerações iniciais sobre os religiosos foram inadequadas. Argumentou, então, que a sua experiência no trato com eles, lhe permitia assegurar que eram *petulantes, irreverentes e dispostos ao levante*, pois só respeitavam ao que lhes interessava, sendo capazes de ir contra os desejos de Sua Majestade, quando estes se colocavam em oposição aos seus. Garantia que não tinham nenhum outro interesse na Colônia, que não fosse o de enriquecer – razão pela qual tiranizavam os índios.¹⁴⁶

A organização das expedições previstas pelo Tratado de Madri foi um dos fatores que contribuíram para a conformação da idéia de que os religiosos constituíam uma ameaça à autoridade metropolitana. Um mês após reavaliar sua primeira impressão, Mendonça Furtado sugeria ao irmão duas medidas a serem tomadas a fim de restabelecer a autoridade de Sua Majestade, diante da negativa dos missionários em conceder os índios necessários às expedições: a primeira consistia em ameaçá-los com castigos; a segunda em conceder a ele, a maior autoridade do Estado, poder para retirar índios das aldeias, revogando-se o Regimento das Missões. Aproveitou a oportunidade para, ainda, denunciar a existência de índios escravos nas fazendas dos missionários e o incentivo que davam aos índios para que fugissem do serviço da Coroa.¹⁴⁷

Cinco meses depois, ainda reclamava ao Provincial da Companhia de Jesus o desrespeito às portarias de concessão de índios para a consecução daquele objetivo.¹⁴⁸ Passados mais alguns meses, em correspondência às autoridades em Lisboa, responsabilizava os missionários pelo comportamento dos índios, refratário àquele serviço. Considerava tal comportamento como parte de um estratagema montado pelos religiosos, em associação com alguns homens influentes no Estado, com vistas ao enfraquecimento da sua autoridade e, conseqüentemente, da autoridade da Coroa.¹⁴⁹ Enumerava as dificuldades que se interpunham à execução do disposto na instrução que regulava os preparativos para a acomodação, sustento e locomoção das expedições. Reclamava do número de militares que haviam sido disponibilizados, da quantidade dos gêneros enviados da Corte, da falta de

¹⁴⁴ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 29/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 147.

¹⁴⁵ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 02/01/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 155-156.

¹⁴⁶ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 02/10/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 252-255.

¹⁴⁷ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 11/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 293-298.

¹⁴⁸ Idem [Ofício ao Vice-Provincial da Companhia de Jesus, em 24/02/1753] - MCM-IHGB, v. 1, p. 339-340.

¹⁴⁹ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 18/10/1753] - MCM-IHGB, v. 1, p. 415-418; idem [Ofício a Diogo de Mendonça Côrte Real, em 19/10/1753] - MCM-IHGB, v. 1, p. 419-420; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 08/11/1753] - MCM-IHGB, v. 1, p. 422-426.

dinheiro necessário para pagar índios e soldados e para comprar gêneros, construir palácios, adquirir louça e tudo mais que exigia o decoro real. Porém, só a Companhia de Jesus era acusada de não disponibilizar índios e gêneros.¹⁵⁰

Os inacianos representavam, no quadro que construía sobre as dificuldades enfrentadas, uma ameaça ao Estado. Em janeiro de 1754, considerou junto ao irmão o quanto aquela Ordem se esforçava para minar sua autoridade. A retratou como um corpo poderoso que absorvia para si uma parte da riqueza da Colônia, em detrimento dos demais habitantes, e desprezava o poder de Sua Majestade. Deu como exemplo a questão da introdução da Língua Portuguesa nas aldeias administradas por ela: reportou que a ordem para que a ensinassem, jamais fora cumprida. Alertou, ainda, para o exemplo pernicioso que aqueles missionários representavam, garantindo que qualquer tentativa de recuperação daquele Estado do Grão-Pará e Maranhão não teria sucesso enquanto o poder da Companhia de Jesus não fosse limitado.¹⁵¹

Em fevereiro daquele ano, reportou o respeito que dispensavam às leis do reino, ao relatar o posicionamento assumido pela Companhia, contrário à liberdade dos índios.¹⁵² Insistiu, mais uma vez na ameaça que representavam à autoridade da Coroa, ao relatar os problemas que causaram ao governador do Maranhão,¹⁵³ e ao decidir antecipar sua ida para o Rio Negro, a fim de impor limites à ousadia dos missionários.¹⁵⁴ Cinco meses mais tarde, retornou à mesma questão, ao relacionar os distúrbios ocorridos no Sul¹⁵⁵ com o que vinha ocorrendo no Norte: afirmou que os padres dificultavam, de modo deliberado, os trabalhos das comissões demarcadoras.¹⁵⁶ No mês seguinte, em agosto, apontou diretamente o problema e defendeu a eliminação do poder temporal dos missionários.¹⁵⁷

Em setembro, voltou a denunciar o perigo representado pelos missionários uma vez que tentavam eximir-se do fornecimento dos gêneros e índios necessários, prejudicando o desempenho da administração da Colônia.¹⁵⁸ No mesmo mês, deu conta de como aqueles religiosos colocaram em risco a autoridade de Sua Majestade, diante dos colonos,

¹⁵⁰ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 14/11/1753] - MCM-IHGB, v. 2, p. 437-441.

¹⁵¹ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 26/01/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 465-470.

¹⁵² Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 18/02/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 496-497.

¹⁵³ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 22/02/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 512-513.

¹⁵⁴ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 25/02/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 514-515.

¹⁵⁵ Sobre o episódio que passou à historiografia como Guerra Guaranítica, em função da resistência imposta pelas missões de índios guaranis, atingidas pelo Tratado de Madri, ver PORTO, Aurélio. História das Missões Orientais do Uruguai. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

¹⁵⁶ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 01/07/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 568-572.

¹⁵⁷ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 26/08/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 576-577.

¹⁵⁸ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 10/09/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 584-585.

ao destratarem um oficial que investigava o assassinato de um pároco.¹⁵⁹ Em outra carta, escrita pouco antes de transferir-se para o Rio Negro, a fim de trabalhar nas demarcações previstas pelo tratado de 1750, desabafou com o irmão:

Ilmo. e Exmo. Sr. Meu irmão do meu coração: Vendo-me em vésperas de partir, sem tempo para reconduzir cento e treze índios que me eram precisos para acabar de equipar as canoas que devem ir em minha companhia, não me ocorreu outro meio mais fácil que o de fazer uma Junta de Missões, e pedir ao Bispo quisesse também assistir nela para referir aos prelados destas religiões a necessidade que tinham feito para mandar vir índios; a deserção que tinha havido e a exorbitante despesa que S. Maj. tinha feito em reconduções, e que, supostos estes verdadeiros termos, declarassem os mesmos padres o modo mais pronto e eficaz para me remir no apêto em que me achava.

Apenas fiz esta proposta, o primeiro que entrou a votar foi o Principal da Companhia, dizendo que lhe não lembrava outro meio mais do que o de se repartir aquela falta por tôdas as canoas que deveram ir, saindo daqui com menos equipação e em chegando ao sertão ir tomando os índios de que se carecesse, porque, suposta a angústia do tempo, não lhe parecia que havia outro remédio.

*Todos os mais prelados assentaram no mesmo e vieram assim a reduzir não só ao Capitão-General dêste Estado, mas a um Ministro Plenipotenciário de S. Maj. aos termos de qualquer miserável homem que vai ao sertão à colheita das drogas, que passam por êste infortúnio, indo de umas a outras aldeias buscar índios com que possam fazer a sua viagem.*¹⁶⁰

O texto construído ao longo da correspondência de Mendonça Furtado com as autoridades na Metrópole parece ter alcançado aqui a *sua mais completa tradução* – nenhuma outra imagem poderia ser melhor que esta, na qual os missionários da Companhia de Jesus igualavam a solicitação de um representante de Sua Majestade, requerendo uma demanda de Sua Majestade, a de um colono qualquer. Essa imagem foi reforçada ao longo dos meses seguintes, em que reportou as investidas missionárias contra a liberdade dos índios;¹⁶¹ relatou a resistência em fornecer os índios necessários;¹⁶² e denunciou como estavam decididos a dificultar os trabalhos de concretização do Tratado de Madri, com vistas a se tornarem senhores das terras postas em discussão pelas coroas ibéricas.¹⁶³

Essa última constatação dizia respeito a um problema verificado desde o início de sua administração. Ainda em dezembro do ano em que chegou, Mendonça Furtado

¹⁵⁹ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 12/09/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 586-589.

¹⁶⁰ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 16/09/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 592 (grifos meus).

¹⁶¹ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 19/09/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 597-598.

¹⁶² Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 01/03/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 522; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 01/10/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 611; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 20/10/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 633-635; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 04/01/1755] - MCM-IHGB, v. 2, p. 644-647; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 10/02/1755] - MCM-IHGB, v. 2, p. 650-661; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 06/07/1755] - MCM-IHGB, v. 2, p. 703-705.

¹⁶³ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 07/07/1755] - MCM-IHGB, v. 2, p. 714-721; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 20/07/1755] - MCM-IHGB, v. 2, p. 781-782.

participou ao Rei:

*Aqui não há fortaleza sem ruína; os poucos oficiais militares que há se reduzem a estropiados, velhos e ignorantes. Os soldados sem disciplina nenhuma; os oficiais mecânicos, não só não há Corporação nenhuma desta gente, porém, algum que há não é de momento nenhum, porque a maior parte do que devia ser, com grande utilidade da República, corporações de oficiais mecânicos, está dentro das Religiões entregues aos escravos dos padres e aos seus aldeia-nos, sem utilidade alguma ao público; finalmente, Senhor Excelentíssimo, a-qui não acho mais que pobreza, miséria e confusão.*¹⁶⁴

Os religiosos apareciam como os grandes beneficiários da Colônia – os únicos que teriam conseguido usufruir as riquezas do Vale Amazônico. Eram ingratos, contudo: em carta do início de 1752, reportou ao irmão que os missionários cobravam pela educação dos jovens que recebiam em seu seminário, mesmo quando os pais lhes davam terras em doação.¹⁶⁵ Ambiciosos: em outra carta, de 1753, denunciou que pretendiam o monopólio da navega-ção do Tapajós e, conseqüentemente, a exclusividade dos seus rendimentos;¹⁶⁶ em mais uma, de 1754, relatou a riqueza das fazendas de propriedade dos Jesuítas, nas quais utiliza-vam indiscriminadamente o trabalho indígena.¹⁶⁷

Nesse último ano, tentou esclarecer ao irmão sobre o lugar que os missioná-rios ocupavam na economia e na política do Vale, em resposta à consulta do Conselho Ul-tramarino sobre o que seria mais útil à Coroa, se lhes conceder cômguas com que se sus-tentassem ou permitir que continuassem administrando bens temporais. Iniciou a carta des-culpando-se por retornar à tema já por demais visitado, no entanto, argumentou que os missionários inacianos eram o seu Manoel Pereira de Sampaio – em alusão ao Ministro de Portugal em Roma, que tentara dificultar a incumbência de Sebastião José de Carvalho e Melo em Viena –¹⁶⁸ pois se constituíam em obstáculo a sua administração. Ponderou que o poder daqueles religiosos se baseava em dois pilares: as aldeias que administravam e as fazendas que possuíam – com o trabalho daquelas, tornavam estas produtivas e ricas. Res-pondeu, finalmente, à consulta, afirmando que o melhor seria pagar-lhes cômguas e justifi-cava-se aduzindo que os regulares representavam enorme perigo ao Estado, pois eram ini-migos domésticos; somente o fim de seu poder temporal – representado pelos índios que mantinham e pelas fazendas que detinham – poderia apontar alguma chance de restituição

¹⁶⁴ Idem [Ofício a Pedro da Mota e Silva, em 02/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 89.

¹⁶⁵ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 29/01/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 224-225.

¹⁶⁶ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 26/11/1753] - MCM-IHGB, v. 2, p. 453.

¹⁶⁷ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 08/02/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 485-489.

¹⁶⁸ Sobre a experiência diplomática do futuro Marquês de Pombal em Viena, consultar: TEIXEIRA SOARES, Álvaro. Op. cit., 1983, p. 71-87; MAXWELL, Keneth R. Op. cit., 1996, p. 1-35.

da autoridade do Estado e de afiançar-lhe algum progresso material.¹⁶⁹

Não satisfeito, denunciou o contrabando de ouro patrocinado pelos padres, o que o obrigara estabelecer uma guarda no rio Madeira,¹⁷⁰ a fim de investigar os missionários que circulavam pelo rio.¹⁷¹ Informou ao irmão que os índios fugidos das expedições de demarcação dos limites, entre as fronteiras espanhola e portuguesa, eram imediatamente acolhidos pelos religiosos e empregados na construção de canoas para serem comercializadas.¹⁷² Ponderava que essa ambição dos missionários por bens temporais, não se coadunava com a simplicidade pregada por Cristo¹⁷³ e que ela teria sido a causa da oposição da Companhia de Jesus ao estabelecimento de uma Companhia de Comércio, pois cedo os missionários teriam percebido o quanto o monopólio concedido àquela empresa prejudicaria os seus negócios.¹⁷⁴

Ao longo dos anos, Mendonça Furtado foi consolidando a idéia de que o interesse dos religiosos pelos índios devia-se, unicamente, ao que poderiam auferir do seu trabalho. Não por outra razão, argumentava, tomaram para si a maior parte dos índios *descidos*¹⁷⁵ – denominação dada aos índios trazidos dos matos para as povoações ou aldeias missionárias; disputavam entre si a administração das aldeias;¹⁷⁶ descuidavam da catequese;¹⁷⁷ desrespeitavam o Regimento das Missões, sonhando índios aos colonos e escravizando-os;¹⁷⁸ e, finalmente, colocavam-se contrários à concessão da liberdade aos índios.¹⁷⁹ Daí ser tão importante destituir-lhes o poder que detinham, retirando-lhes a administração temporal sobre os índios.¹⁸⁰

¹⁶⁹ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 18/02/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 498-505.

¹⁷⁰ Idem [Ofício ao Reitor do Colégio da Companhia de Jesus, em 25/05/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 542-543; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, 16/09/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 595-596.

¹⁷¹ Idem [Instrução que levou o tenente D. Antonio de Castro e Menezes, que foi estabelecer a guarda na Aldeia do Trocano, rio Madeira, em 27/05/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 540-542.

¹⁷² Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 14/06/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 554-555.

¹⁷³ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 18/06/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 559-560.

¹⁷⁴ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 10/11/1755] - MCM-IHGB, v. 2, p. 812-813.

¹⁷⁵ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 26/01/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 212-213.

¹⁷⁶ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 01/02/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 237.

¹⁷⁷ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 02/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 256-257.

¹⁷⁸ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 08/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 272-277; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 10/02/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 490-493; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 10/09/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 582-583; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 21/09/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 600-601.

¹⁷⁹ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 28/09/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 607-608; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 08/07/1755] - MCM-IHGB, v. 2, p. 736-737.

¹⁸⁰ Idem [Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, em 20/01/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 190-195; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 29/01/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 223; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 02/04/1753] - MCM-IHGB, v. 1, p. 348-350; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 06/03/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 525-527; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 08/03/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p.

Ao dar tamanha atenção ao discurso de Mendonça Furtado, acerca das dificuldades interpostas pelos missionários, minha intenção foi caracterizar uma construção intencional. Isto não quer dizer que as considerações de Mendonça Furtado sejam ficções levadas a cabo com o único objetivo de atacar as ordens religiosas, pois muito do que apontara corresponde ao que as fontes indicam e ao que a produção literária argumenta. Antes, quis enfatizar que a pretensão de Mendonça Furtado foi aproveitar-se de um conflito existente há século e meio para implementar algumas das medidas definidas pela Metrópole.

Desde o início da colonização do Vale Amazônico, a relação entre colonos e missionários foi violenta. Mathias C. Kiemen reporta que a Companhia de Jesus foi expulsa duas vezes, ao longo do século XVII, em 1622 e 1662,¹⁸¹ pela mesma razão: sua introdução na relação que os colonos pretendiam estabelecer com os índios. São diversos os autores que afirmam que os missionários detinham um virtual monopólio sobre a distribuição de mão-de-obra, desde que o Regimento das Missões passou a vigorar, em 1686, e, com isso, garantiram para si uma fortuna considerável.¹⁸² Alguns, sem discordar da tese anterior, ressaltam a importância do empreendimento missionário, tanto no que se refere à manutenção dos territórios que compunham o Vale, quanto aos esforços de inserção das populações indígenas na sociedade colonial.¹⁸³ Todos concordam que a posição alcançada pelos missionários angariava o ódio dos colonos e a insatisfação da Metrópole.

É mister retornar às considerações do Padre João Daniel, a fim de compreender a importância da mão-de-obra indígena e os conflitos que o seu controle pressupunha. Os índios eram necessários em todos os níveis da vida colonial – eles realizavam tanto as atividades cotidianas, como a caça e a pesca para a subsistência familiar, a condução de canoas (sem as quais não havia deslocamentos numa terra onde os rios são as vias de comunicação), além de tecer, construir, lapidar e carregar tudo o que fosse necessário, quanto participavam como a mão-de-obra fundamental das atividades de coleta de gêneros nativos e de cultivo nas plantações de cana-de-açúcar e cacau.

528-529; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 29/06/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 561-563.

¹⁸¹ KIEMEN, Mathias C. *Op. cit.*, 1954, p. 82 e 111-117.

¹⁸² CRUZ, Ernesto. *Op. cit.*, 1958, p. 9; DIAS, Manuel Nunes. *Op. cit.*, 1967, p. 476; idem. *Op. cit.*, 1970, v. 1, p. 177-192 e v. 2, p. 83; SIMONSEN, Roberto C. *Op. cit.*, 1978, p. 327-330; TEIXEIRA SOARES, Álvaro. *Op. cit.*, 1983, p. 151; CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os Direitos do Índio: ensaios e documentos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 103-117, p. 103-104; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, 1988, p. 21; MAXWELL, Kenneth R. *Op. cit.*, 1995, p. 28.

¹⁸³ ANDERSON, Robin Leslie. *Op. cit.*, 1976, p. 112; SOBRAL, Maria de Lourdes Sampaio. *As Ordens Religiosas e o Barroco no Pará*. 1982. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo; TOCANTINS, Leandro. *Op. cit.*, 1982, p. 18.

O controle exercido pelas ordens missionárias, por si só, já representava uma ameaça aos interesses metropolitanos, que associavam o destino da Colônia à liberdade dos índios. Segundo Domingos Antonio Raiol, autor de uma alentada obra sobre a Cabanagem,¹⁸⁴ os missionários chegaram a reunir 54.264 índios em suas aldeias. Argumentava indignado, que em 1823 havia pouco mais de trinta mil índios aldeados e a responsabilidade pelo decréscimo cabia, também, aos missionários que empregavam os índios em seus empreendimentos. Raiol arrolou, então, os bens das ordens missionárias, de modo a dar a dimensão da exploração a que os índios foram submetidos. A Companhia de Jesus possuía fazendas em Tabatinga, São Caetano, Durajuba, Jaguarary, Guamá, Gebrié e Marajó; um Cacoal no Igarapé de Maria Nunes e um pesqueiro no rio Tocantins; 134 mil reses nos currais de São José, Santo Ignácio, Menino Jesus e nos dos rios Arari e Marajó-assu. Os religiosos das Mercês tiveram uma olaria em Tucunduba, fazendas no rio Arari e em localidades como São Pedro, São João, São José, São Joaquim, Santo Antonio, São Lourenço e São Macário. Os Carmelitas foram donos de fazendas no Igarapé de Santa Cruz e nos rios Santa Cruz, Guajará e onde depois se edificou a Vila de Monte Alegre. Os jesuítas dominaram, ainda, o comércio do azeite de andiroba, da manteiga e da carne de tartaruga, a salga de peixe, a produção de farinha e arroz. Tiveram, também, enorme importância na produção de algodão, açúcar, aguardente e na oferta de artesãos.¹⁸⁵

Sobre estes últimos, Mendonça Furtado afirmou que chegaram a contar 12 mil homens, além de suas famílias, em suas aldeias, que trabalhariam continuamente em favor dos religiosos¹⁸⁶ e assumiu como verdadeiras as informações sobre o volume do gado reunido nas fazendas de todas as ordens religiosas, reportando à Secretaria do Ultramar a existência de quase cem mil cabeças de gado bovino.¹⁸⁷ A enormidade dos números sustentou o discurso contrário à manutenção do estatuto alcançado pelos missionários.

Por estes princípios certos e evidentes, não é possível (não digo eu, a quem Deus não foi servido dar todo aquele talento que deve constituir um hábil Governador) mas, ainda vindo a esta terra, não só um homem com todos os requisitos que nele devem concorrer, mas uma dúzia deles, como se conserve o poder e os fundos que deveram gerar no público, e se conservam nas Religiões, não sei qual seria o meio que seguiriam para poder ressuscitar o Estado, porque, ainda que pudesse fazer alguma Companhia de grossos fundos para fo-

¹⁸⁴ RAIOL, Domingos Antônio. Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. 3 v.

¹⁸⁵ Idem. Op. cit., 1968, p. 132-139.

¹⁸⁶ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 21/11/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 63-78, p. 72.

¹⁸⁷ Idem [Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, em 23/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 131-132, p. 132.

*mentar o comércio, em poucos anos se acharia arruinada pelo das Religiões, que lhes saem os gêneros de graça, e acham as alfândegas livres, quando so outros haviam de comprar os gêneros por grosso dinheiro, e pagar nas alfândegas todos os direitos que justamente devem a S. M.*¹⁸⁸

Pois além do acesso irrestrito aos índios – resultando em uma produção sem concorrência – os religiosos, ao deterem o privilégio da isenção de tributos, tornavam-se uma ameaça para qualquer empreendimento comercial que se quisesse estabelecer no Vale – e a referência a *alguma Companhia* deixa claro que as projeções existiram, mas não se realizaram sem os ajustes que o universo colonial impôs. Esse excerto de uma carta de dezembro de 1751, assim como as duas referências anteriores, todos datando do início da experiência *pombalina* evidenciam, ainda, o impacto exercido pelos primeiros meses da administração de Mendonça Furtado, na reformulação de algumas premissas metropolitanas: enquanto as *Instruções*, formuladas menos de um ano antes, elegiam os missionários como associados necessários, no processo de civilização das populações indígenas e, portanto, de soerguimento do Estado, essas falas declaravam a absoluta incompatibilidade de interesses que separava Metrópole e Missionários.

Esta incompatibilidade, contudo, já foi objeto de inúmeros trabalhos.¹⁸⁹ A novidade está em percebê-la como o contexto a partir do qual o propalado *projeto pombalino* se constituiu e, particularmente, como o Diretório dos Índios se conformou. É oportuno lembrar que Dauril Alden, apoiando-se nas pesquisas sobre a produção de cacau no Vale Amazônico e diante das estatísticas de exportação analisadas, afirmou que as alegações de que as ordens religiosas monopolizaram a produção e o comércio de cacau eram sem fundamento, mas foram aproveitadas por Mendonça Furtado em sua luta contra os missionários.¹⁹⁰ Argumento, em adição, que ao eleger os missionários como inimigos preferenciais, a administração colonial teve de redimensionar os seus projetos em favor de outros aliados possíveis, os colonos, e, assim, modificar o conteúdo da liberdade inicialmente pensada para os índios.

Em suma, a luta que se estabeleceu, entre a administração colonial e os religiosos missionários, é elucidativa, porque evidencia o redimensionamento dos planos ini-

¹⁸⁸ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 29/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 143-148, p. 146.

¹⁸⁹ KIEMEN, Mathias C. *Op. cit.*, 1954; CRUZ, Ernesto. *Op. cit.*, 1963; CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. *Op. cit.*, 1968, p. 9-44; DIAS, Manuel Nunes. *Op. cit.*, 1970; HOPPE, Fritz. *A África Oriental Portuguesa no tempo do Marquês de Pombal (1750-1777)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970; VARNHAGEN, Francisco Adolfo, Visconde de Porto Seguro. *História Geral do Brasil – antes de sua separação e Independência de Portugal*. São Paulo: Melhoramentos, 1975; HEMMING, John. *Op. cit.*, 1978; MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, 1996.

¹⁹⁰ ALDEN, Dauril. *Op. cit.*, 1974, p. 33-37.

ciais, traçados pela Metrópole, em função das disputas havidas na Colônia. A participação missionária, prevista nas *Instruções*, foi descartada, em favor de um outro paradigma de assimilação, calcado em outros valores, que não estritamente cristãos, como o casamento interétnico, a educação para o trabalho e a subordinação às autoridades administrativas – todos presentes na política indigenista adotada.

DESDOBRAMENTOS FUTUROS

Iniciei o capítulo com um fragmento de La Condamine que associava o rio das Amazonas ao mar e busquei demonstrar que sua impressão foi seguida de perto por aquele que foi um dos mais importantes cronistas da vida amazônica do século XVIII. João Daniel enfatizou a grandeza natural e a diminuta presença humana – equiparou a generosidade daquela à mesquinhez desta última. Esse discurso – que acabou por se tornar um tópico das representações sobre a Amazônia, nos séculos seguintes – conheceu uma dimensão espetacular nas considerações de Mendonça Furtado – e nesse aspecto, apesar de estarem em campos opostos da disputa em torno do índio, parece que João Daniel e Mendonça Furtado recorreram à mesma estratégia de luta.

Um e outro reforçaram os vícios da presença européia no Vale, de modo a garantir a eliminação de seus oponentes no que seria o prêmio da disputa – o controle sobre as populações indígenas *descidas* para as povoações coloniais: João Daniel condenou a administração metropolitana, Mendonça Furtado a atuação missionária. Uma impressão equivocada – diante do fato conhecido de que os jesuítas foram expulsos em 1759 – seria a consideração de que Mendonça Furtado ganhou a disputa. Enfraquecidos os missionários, os colonos exigiram para si o controle daquelas populações, impondo uma outra frente de negociações, com a qual Mendonça Furtado teve de lidar.

A historiografia acerca das “reformas pombalinas” tende a relacionar às inovações introduzidas pela administração de Sebastião José de Carvalho e Melo a sua experiência como embaixador português em Londres e Viena. Muitas de suas políticas são percebidas como tendo se originado da observação acurada sobre o modo pelo qual a Inglaterra, especialmente, lidava com as suas colônias e com as outras nações européias – o que é muito procedente. Todavia, a análise detida da aplicação dessas políticas torna clara a existência de outros fatores, surgidos em decorrência da ação efetiva dos demais agentes históricos.

Nesse capítulo, minha intenção foi dimensionar o contexto sobre o qual o

Diretório dos Índios se constituiu, por meio da análise de um embate que deu significado à década de Cinquenta do século XVIII na Amazônia. Não quis, evidentemente, propor uma nova análise da relação conflituosa que opôs a Metrópole e a administração colonial, por um lado, e as ordens missionárias, por outro. Meu objetivo foi afirmar a importância dessa relação para a reformulação das intervenções projetadas para a Colônia – com destaque para a lei de Liberdade dos Índios. A disposição em tornar os índios livres da escravidão e vassalos portugueses pode ser descrita como uma decisão das autoridades metropolitanas, com vistas a garantir a autoridade lusa sobre os territórios em disputa, no contexto da execução do que previa o Tratado de Madri.

No capítulo que segue, pretendo demonstrar como o conteúdo dessa liberdade, porém, foi dado pela atuação, desigual, mas consistente, dos elementos reunidos na Colônia. De modo que o reconhecimento de que os índios se associavam aos europeus em função de interesses que lhes eram particulares, fez com que a liberdade vislumbrada em princípio fosse reformulada, com a introdução de uma regulação, dimensionando os limites além dos quais os índios não poderiam exercer sua vontade. Da mesma forma, o imperativo da ocupação teve de ser redimensionado pela insistência dos colonos em garantir uma oferta regular de índios trabalhadores. Por outro lado, as suas demandas não foram totalmente satisfeitas, uma vez que o acesso à mão-de-obra ameríndia não se concretizou da forma como esperavam: a administração colonial tomou para si o monopólio da concessão e do controle do trabalho indígena, reforçando ainda mais sua autoridade.

TERCEIRO CAPÍTULO

UMA LEI COLONIAL: A OFENSIVA DOS COLONOS E O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS

O interesse público e as conveniências do Estado que ides governar, estão indispensavelmente unidos aos negócios pertencentes à conquista e liberdade dos índios, e juntamente às missões, de tal sorte que a decadência e ruína do mesmo Estado, e as infelicidades que se tem sentido nele, são efeitos de se não executarem, por má inteligência, as minhas reais ordens que sobre estes tão importantes negócios se têm passado.

Rei

As *Instruções* passadas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado relacionam, como deixa claro o excerto em destaque,¹ o restabelecimento do Estado do Grão Pará e Maranhão à concessão da liberdade aos índios. Os motivos são vários. Livres, os índios poderiam ser alçados à condição de vassalos do rei e garantir para Portugal a posse dos territórios coloniais ocupados por eles. O Tratado de Madri indicava que a demarcação das fronteiras respeitaria a ocupação prévia dos territórios – quando esta tivesse sido realizada em nome de um dos reis ibéricos.² Logo, índios sem lei e sem rei não serviam a nenhuma das duas Coroas e Portugal apressava-se a garantir para si a fidelidade dos índios habitantes do Vale Amazônico.

Livres, os índios ficariam isentos do trabalho servil – sua força de trabalho deveria ser, ora em diante, remunerada. Mais que a introdução do salário, sua libertação suscitaria duas outras questões: em primeiro lugar, tornaria a comercialização de escravos africanos um compromisso metropolitano;³ em segundo lugar (e em total relação com a questão anterior), franquearia as terras do Vale ao cultivo, em larga escala, de gêneros caros ao comércio colonial.⁴ A liberdade dos índios redundaria, ainda, num golpe fulminante no poder que as ordens missionárias haviam construído no Vale.⁵ Como vassalos do rei, estariam submetidos à autoridade do monarca e das suas leis e não mais às determinações dos missionários, que detinham a administração temporal das aldeias, até aquele momento.

A concessão da liberdade implicaria, portanto, a transformação radical da vida no Vale: fim do poder político e econômico das ordens missionárias, introdução sistemática de escravos africanos, redimensionamento da economia agrícola e ocupação efetiva do território. Não era pouca coisa. Sebastião José de Carvalho e Melo parece tê-la entendido dessa forma, porque a Lei de Liberdades, promulgada quatro anos depois da redação daquelas *Instruções*, em seis de junho de 1755, não trazia nenhum elemento adicional. Para ele, a concessão da liberdade era um fim em si mesmo – ela viabilizaria a riqueza da Colônia e resultaria na felicidade da Metrópole.

A questão candente – aquela que aticava a preocupação da Colônia desde a sua fundação, o acesso à mão-de-obra indígena – seria resolvida pela Lei de Liberdades

¹ “Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão”, em 31/05/1751. MCM-IHGB, v. 1, p. 26-38, 2º §, p. 27.

² Sobre a aplicação do princípio do *Uti possidetis*, naquele tratado, ver CORTEZÃO, Jaime Zuzarte. *Op.cit.*, 2001.

³ “Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão”, em 31/05/1751. MCM-IHGB, v. 1, p. 26-38, 7º e 11 §§, p. 29.

⁴ *Ibidem*, (31 e 32 §§) p. 36.

⁵ *Ibidem*, (13 e 14 §§) p. 29-30.

por meio do recurso a uma outra lei, de 1647, a qual obrigava a remuneração do trabalhador indígena, diante de sua condição de liberto. Essa lei estipulava que os índios poderiam *livremente servir e trabalhar com quem bem lhes estiver, e melhor lhes pagar seu trabalho*.⁶ Livres, então, os índios buscariam a melhor remuneração.

Livres, eles estariam, ainda, equiparados aos demais vassalos e, conseqüentemente, submetidos às mesmas leis e sujeitos as mesmas obrigações, honrarias e privilégios.⁷ Livres, portanto, estariam alçados à condição de *cidadãos* portugueses – participantes interessados no progresso do reino e de suas colônias.

Eis, no entanto, que três anos após a promulgação dessa lei, o mesmo Rei e o mesmo ministério promulgam uma outra, dimensionando a liberdade concedida. Mais que sistematizar os esforços para a civilização do indígena, essa nova lei regulamentava a distribuição dos trabalhadores indígenas, de forma diversa da estipulada pela lei de 1755: os índios não se empregariam mais segundo os seus interesses – escolhendo as melhores ofertas de remuneração – mas em obediência às determinações da administração colonial.

Este capítulo trata das circunstâncias que condicionaram essa revisão da posição metropolitana. Minha intenção é demonstrar o quanto ela foi provocada pelo contexto de conflitos envolvendo o acesso à mão-de-obra indígena, percebido por Francisco Xavier de Mendonça Furtado e por D. Miguel de Bulhões. Esses dois interlocutores na Colônia agiram e reagiram diante da resistência dos colonos em considerar os índios algo que não os restringisse à condição de escravos e insistiram, junto à Metrópole, na necessidade de mecanismos que garantissem a oferta de trabalhadores índios, de modo a evitar a eclosão de revoltas em defesa da escravidão indígena. Nesse sentido, o capítulo pretende demonstrar o caráter colonial do Diretório dos Índios.

⁶ LEI porque V. Magestade ha por bem restituir aos Índios do Grão Pará e Maranhão a liberdade de suas pessoas, bens e commercio. [06/06/1755] - In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op.cit.*, 1988. p. 152-164, p. 156.

⁷ *Ibidem*, p. 157.

FELICIDADE DA METRÓPOLE E RIQUEZA DO SERTÃO

Tôda esta gente é ignorante em infimo gráu, imagina que tôda a sua fortuna lhe há de vir dos sertões, não, extraindo drogas, mas aprisionando índios, com os quais se propõem fazer grandes progressos nas suas fábricas e lavoura.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado

A constatação de Mendonça Furtado pode parecer, para alguns, como que a expressão da importância dada às populações indígenas, no processo de ocupação e colonização do que hoje conhecemos como a Amazônia Brasileira. E é verdade - no Estado do Grão-Pará e Maranhão, o indígena constituiu, em quase todo o período colonial, a força motriz de um sem número de atividades. Segundo o Padre João Daniel, o recurso à mão-de-obra indígena era indispensável: a ausência de mercados públicos e a falta de um sistema de abastecimento para a cidade e as vilas, tornavam o indígena imprescindível, não apenas para a obtenção dos alimentos – por meio da caça, pesca e da elaboração de roças – mas, para os serviços ordinários como os de tecelão, carpinteiro, ferreiro etc.⁸

Contudo, em outras áreas da América Portuguesa, o indígena representou, também, a força de trabalho e um fator fundamental no processo de produção da riqueza. A economia canavieira, instalada no Recôncavo Baiano, ainda no século XVI, introduziu a escravidão por meio do recurso ao braço indígena.⁹ Em São Paulo, se constituiu uma sociedade colonial escravista, a qual tinha por base a submissão de populações indígenas. John Manuel Monteiro analisou-a, evidenciando a importância das atividades de apresamento e

⁸ DANIEL, Pe. João. *Op. cit.*, 1976, Tomo 2, p. 87.

⁹ SCHWARTZ, Stuart. B. *Op.cit.*, 1999, p. 21-73; VAINFAS, Ronaldo. *Op.cit.*, 1995; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Op.cit.*, 1994.

comercialização de indígenas na conformação das relações sócio-econômicas.¹⁰

A asserção de Mendonça Furtado ressalta, antes que uma especificidade do Estado do Grão-Pará e Maranhão, o problema diante do qual a sua administração se depa-
rava: as *Instruções* que recebera vinculavam a liberdade dos índios à existência da Colônia, de modo que a pretensão daquela *gente* significava um entrave a ser contornado – e não de pouca monta! – para a consecução do projeto metropolitano. A resistência dos colonos fora construída num longo processo, cujo início data do princípio da ocupação do Vale, no qual foi atribuída ao indígena a condição de força motriz.

Em que pesem os conflitos ocorridos nos primeiros anos, nos quais os portugueses defenderam suas posições dos ataques dos Tupinambá,¹¹ e os freqüentes ataques impetrados contra as áreas ocupadas por colonos,¹² os índios foram vistos menos como inimigos a serem eliminados e mais como trabalhadores. Arthur Cezar Ferreira Reis é um dos defensores dessa tese, segundo a qual, passadas as tentativas iniciais de expulsar os “novos senhores”, os povos indígenas foram incorporados para uma “colaboração útil e sem a qual nada poderia ser realizado definitivamente”.¹³ De modo que para Arthur Cezar, como para a historiografia subsequente, o conflito que marcara aquela Colônia portuguesa foi o que confrontara colonos e missionários, em disputa pelo controle das populações indígenas.¹⁴

A importância dos conflitos em torno do acesso às populações indígenas, no universo colonial português, foi tanta que serviu de base à distinção proposta por Caio Prado Júnior para diferenciar a colonização portuguesa da ocorrida nas 13 Colônias Americanas, a qual já mencionei. Conforme afirmou, “lá nunca se pensou em incorporar o índio, fosse a que título, na obra colonizadora do branco”. Nas colônias ibéricas, portuguesas em especial, ao contrário, o indígena foi, por razões distintas, o objeto de interesse da Metrópole, dos colonos e dos missionários – povoador, trabalhador e catecúmeno.¹⁵

¹⁰ MONTEIRO, John Manuel. *Op.cit.*, 1994; sobre a exploração da mão de obra indígena no Sul e no Norte, ver BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Op.cit.*, 1988, p. 56.

¹¹ BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969, p. 21-26.

¹² SANTOS, Francisco Jorge dos. *Op.cit.*, 1999.

¹³ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira* (*Op.cit.*, 1993), v. 1, p. 27-31.

¹⁴ Idem. *A política de Portugal no Vale Amazônico* (*Op.cit.*, 1993), p. 35-45.

¹⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *Op.cit.*, 1977, p. 91. Vale notar a proximidade da posição defendida por Caio Prado com a de Gilberto Freire, ao considerar ter sido a incorporação indígena resultado, também, do “impulso fisiológico de um raça de instinto sexual tão aguçado como a portuguesa”. Ver *Ibidem*, p. 98 e FREYRE, Gilberto. *Op.cit.*, 1996, p. 9-10. Sobre a importância dispensada pela Coroa espanhola à catequização e incorporação das populações indígenas no processo de ocupação e exploração do território americano ver ELLIOTT, J. H. *Op.cit.*, 1998, p. 135-194; WACHTEL, Nathan. Os Índios e a Conquista Espanhola. In: *Ibidem*, p. 195-239.

No Vale Amazônico, esse interesse sofreu a inflexão promovida pela pequena oferta de qualquer outro trabalhador e pela posição delicada que a condição de área de fronteira impunha àquele território.¹⁶ Mathias C. Kiemen reporta os conflitos havidos, ao longo do século XVII, tendo a submissão dos indígenas como estopim. Foram de tal ordem, que a política indigenista daquele período refletiu, para além das injunções sugeridas por Beatriz Perrone Moisés, a força dos contendores.¹⁷ Senão, vejamos:

Inicialmente, os indígenas deveriam ser considerados livres e administrados por um colono ou um missionário, mas os abusos reportados à Metrópole fizeram com que o administrador leigo fosse suprimido, ainda em 1624.¹⁸ As décadas de Quarenta e Cinquenta foram marcadas pelas disputas que resultaram na primeira vitória dos missionários, por meio da lei de 1655, a qual fortalecia sua intervenção nos procedimentos que regulavam a distribuição dos índios.¹⁹ Em 1663, no entanto, sob a pressão das câmaras de Belém e São Luís, seu poder foi revogado e, até a década de Oitenta, as duas câmaras disputaram acirradamente o controle sobre as populações indígenas aldeadas.²⁰

Nesta última década, o Regimento das Missões foi elaborado – esse instrumento organizou a administração dos índios inseridos na sociedade colonial, até o advento do Diretório dos Índios. Resultado, em larga medida, das instâncias do Padre Antonio Vieira junto à Corte, o regimento introduzia, mais uma vez, a autoridade missionária no controle das populações indígenas *descidas* dos matos. A Companhia de Jesus, dentre todas as ordens missionárias, controlava, além das aldeias que lhe cabiam,²¹ a Junta das Missões – instância responsável pelo julgamento da condição dos índios recolhidos pelas tropas de resgate, se livres ou escravos, e pela divisão dos índios entre as aldeias missionárias e os colonos.²²

Entre os anos de 1680 e 1750 as disputas envolvendo missionários e colonos se acirraram, posto que estes reclamassem do excessivo controle daqueles – os quais detinham em suas aldeias dois terços dos índios em idade produtiva. Ainda que tivesse sido

¹⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Op.cit.*, 1984, p. 115-116.

¹⁷ Beatriz Perrone-Moisés [PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Op.cit.*, 1992. p. 115-132] sugere que a propalada inconstância da legislação indigenista se deveu ao fato dela estar referida a duas categorias de índios – os aliados e os inimigos. Sugiro que em relação à política indigenista aplicada ao Estado do Grão Pará e Maranhão, as disputas envolvendo o acesso à mão-de-obra indígena foram determinantes para as oscilações percebidas na legislação.

¹⁸ KIEMEN, Mathias C. *Op.cit.*, 1954, p. 6-8 e 31-33.

¹⁹ *Ibidem*, p. 96-104.

²⁰ *Ibidem*, p. 119-138.

²¹ Em 1693, a Coroa dividiu o território colonial do vale em províncias missionárias, cabendo cada uma delas a uma ordem religiosa, ver *ibidem*, p. 177 e segs.

²² Sobre o Regimento das Missões e a atuação da Companhia de Jesus ver AZEVEDO, João Lúcio de. *Op.cit.*, 1999, p. 155-187 e BEOZZO, José Oscar. *Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983.

aberta a possibilidade, em 1686, de os colonos promoverem *descimentos* por conta própria, tais empreendimentos requeriam um investimento prévio que limitava enormemente as expectativas da maior parte dos que dependiam da mão-de-obra ameríndia.²³ Assim, ao assumir o governo, Mendonça Furtado encontrara um ambiente, já há muito consolidado, de disputas e confrontos em torno do controle das populações indígenas, envolvendo diversos setores da sociedade colonial do Vale.

Colonos e missionários têm sido vistos como os protagonistas dos ataques que conformaram aquele ambiente. Certamente, ambos atuaram de forma estanque em diversos episódios que culminaram em derrotas de parte a parte – por duas vezes a Companhia de Jesus foi escorçada da Colônia, antes da derradeira expulsão, em ações em que os colonos agiram como que movidos por um único interesse; por duas vezes, também, os religiosos retornaram protegidos por leis que garantiam sua interferência nos processos de arregimentação e controle das populações ameríndias *descidas*.

Todavia, o ambiente a que me refiro é mais complexo do que a dicotomização por vezes proposta, a qual separa colonos e missionários, entendendo-os como unidades homogêneas e antagônicas. A referência aos missionários, eventualmente, leva à consideração de que a Igreja agia de forma unitária. Ledo engano. Seculares e regulares mantiveram uma disputa constante, em que os primeiros insistiam na subordinação dos segundos. Entre estes últimos, eram freqüentes as disputas por áreas, nas quais pudessem exercer sua autoridade sem o concurso de qualquer outra Ordem. No que tange aos colonos, a unanimidade na demanda pela escravização indígena não significou uniformidade de interesses – a grita geral por índios resultou em uma disputa pela mão-de-obra disponível que opunha, em certos casos, donos de engenho, *empresários* de expedições ao sertão e povo em geral, uma vez que em todos os trabalhos a mão-de-obra indígena era necessária. Contra todos eles colocava-se a administração colonial, requerendo índios em escala crescente.

Mendonça Furtado teve de lidar, portanto, com um universo de disputas, no qual desempenhou o papel de inimigo comum de todos. Ao deixar claro que trabalhava no sentido de modificar o estatuto das populações indígenas, resguardando-as das disputas travadas pelos diversos segmentos da Colônia, atraía para si a ofensiva geral. Especialmente, porque a política delineada nas *Instruções* que trouxera – e concretizada em suas falas e atos – indicava uma transformação muito mais profunda do que o fim da possibilidade de escravizar índios.

²³ MACLACHLAN, Colin M. *Op.cit.*, 1973. p. 199-230, p. 201-208.

Ao defender a equiparação dos indígenas *descidos* à condição de vassalos, responsáveis pela defesa das fronteiras, a Metrópole dava fim, mais que a uma fonte de trabalhadores, à relativa autonomia usufruída pela Colônia. Considere-se o fato de que a defesa das fronteiras estava sendo construída, também, através de uma presença mais efetiva do poder metropolitano e da implementação de um novo modelo econômico – não mais, somente, a economia de coleta, baseada na mão-de-obra indígena, sobre a qual a Metrópole tinha um controle rarefeito, mas uma economia monocultora, nascida da colonização dos gêneros do sertão, cultivados pelo braço escravo africano.²⁴

Colonos e missionários parecem ter percebido o quanto a administração de Mendonça Furtado os afetava. Ameaçava retirar-lhes a fonte de suas riquezas – o braço que colhia as drogas, conduzia as canoas, buscava e preparava o alimento – e suprimir-lhes a autonomia. A grita em relação aos índios, na verdade, pretendia atacar a face superficial de um conjunto de mudanças que a política indigenista trazia a reboque – e os colonos, tanto quanto os missionários não pouparam forças, tentando defender os seus interesses: o acesso à mão-de-obra e a garantia da reprodução do seu modo de vida.

Mendonça Furtado percebeu cedo, portanto, que para garantir a liberdade daqueles ameríndios deveria lutar em duas frentes, como evidenciam as suas considerações sobre o perfil que deveria ter o novo Procurador dos Índios: *independência dos Moradores e das Religiões, para que, com todo o desembaraço, e sem respeito particular, possa requerer o que fôr a bem dos mesmos índios.*²⁵ O bem a que se referia, evidentemente, nada tinha a ver com o que os índios pensavam ser o melhor para si mesmos, mas com o que a administração colonial pressupunha. Porém a administração, da qual era a máxima autoridade na Colônia, estava ciente de que não poderia suprimir a escravidão indígena de uma hora para outra:

*Todos êsses homens, se de repente se vissem sem os que êles chamam escravos; as poucas lavouras que há paradas; os outros que não sabem pescar, nem caçar, mortos de fome, sem remédio humano; os índios em virtude de sua liberdade, espalhados pôr êstes sertões, ou talvez em mocambos para o que todos têm propensão, e tudo isto de repente; eu, sem meios de poder juntar os tais índios para os dar por criados àqueles de quem tinham sido escravos, é certo que poderiam progredir aquêles trabalhosos efeitos em que costumam romper muitas vezes as desesperações, e a Praça totalmente sem fôrças para poder conter aos moradores de passarem a alguma desordem.*²⁶

²⁴ Sobre a introdução da escravidão africana no Vale Amazônico e a instituição de uma economia monocultura de gêneros exportáveis ver DIAS, Manuel Nunes. *Op.cit.*, 1970 e CARREIRA, António. *Op.cit.*, 1988.

²⁵ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício de 25/10/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 55-57.

²⁶ Idem [Ofício a Diogo Mendonça de Corte Real, em 30/11/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 83-83

O passado estava repleto de revoltas suscitadas pelas tentativas de por fim à escravização indígena, de forma que Mendonça Furtado apontava um perigo concreto, o qual se tornava cada vez mais evidente, à medida que constatava a insistência dos colonos em escravizar os índios. No mesmo ofício do qual retirei o excerto acima, o capitão-general do Estado afirmava que em todas as conversas mantidas com os colonos sobre a impropriedade de se submeter os índios à escravidão, argumentando ser o escravo africano a melhor alternativa para suplantiar o braço indígena, ouvia sempre a mesma resposta: não havia recursos que permitissem a compra de escravos africanos ou mesmo atividades que remunerassem a sua aquisição. O caso de Francisco Portilho de Mello evidencia o quanto a submissão das populações indígenas era prezada pelos colonos, o tanto que resistiam às iniciativas em contrário e o quanto a tenacidade demonstrada (e cultivada em século e meio de querelas) lhes valeu o redimensionamento da política indigenista.

Em dezembro de 1751, alguns meses após ter chegado à Colônia, Mendonça Furtado confessava ter poder limitado para coibir a ação de Portilho de Mello – um grande apresador de índios na área do rio Negro, chegando a ter 700 deles sob seu controle. Ângela Domingues registra que Portilho de Mello, ao lado de Pedro de Braga, fora responsável pelo *descimento* forçado de milhares de índios para os arredores de Belém do Pará.²⁷ Mendonça Furtado reclamava que o poder de Portilho era tanto que nenhum dos seus antecessores, na chefia do Estado, pôde fazer frente às suas investidas e trazê-lo à Cidade do Pará, acrescentando: *sem embargo que tudo acho dificultoso, pelas razões referidas, e também porque o dito Portilho tem pessoas poderosas que o favorecem e avisam.*²⁸

Portilho de Mello parece, mesmo, ter se beneficiado da proteção de pessoas poderosas, pois a documentação só registra sua presença mais de um ano após àquela data, quando ele resolvera encontrar-se com Mendonça Furtado. Segundo Palma Muniz, sua decisão decorreria da constatação de que as autoridades coloniais estavam muito interessadas nas atividades que desenvolvia, de maneira que, ao invés de lutar contra o inimigo, optou por juntar-se a ele.²⁹ Naquela ocasião, registra-se a sua passagem pela Fortaleza de Pauxis;³⁰ pela Aldeia de Mariuá, às margens do rio Negro;³¹ e pela Fortaleza do Rio Negro, com grande quantidade de índios, afirmando a quantos lhe perguntavam que os levaria à

²⁷ DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos* (Op.cit., 2000), p. 33.

²⁸ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício ao Rei, em 02/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 87-88.

²⁹ MUNIZ, João Palma. Limites Municipais do Estado do Pará. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, Belém, t. 9, p. 1-808, 1916, p. 389-408.

³⁰ Ricardo Antonio da Silva Leitão [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 28/01/1753] - BNLC, 621, 9.

³¹ Joseph da Natividade [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 30/01/1753] - BNLC, 621, 20.

presença de Mendonça Furtado.³²

Um problema, no entanto, surgira no trajeto: Portilho de Mello recusou-se a permitir que os índios fossem contados,³³ sob a alegação de que qualquer conferência sugeria aos índios sua distribuição imediata para trabalharem nas roças dos colonos.³⁴ De fato, a contagem não foi feita.³⁵ No entanto, a recusa não resultara em uma reação violenta da administração colonial. Ao contrário, em abril de 1753, Portilho de Mello era saudado por Mendonça Furtado como um grande colaborador da administração colonial.

Uma carta do capitão-general o cumprimentava por ter abandonado a vida errante e por ter decidido utilizar a experiência adquirida junto aos índios a serviço dos interesses da Metrópole. Continha, ainda, uma série de recomendações que deveriam ser adotadas, no sentido de transformar os índios *descidos* em vassalos do Rei, integrados à sociedade portuguesa.³⁶ Assim, Portilho de Mello, de apresador de índios passou a agente civilizador; de homem do sertão, famoso pelas violências que impetrava, passou a responsável por inculcar, nas populações que *descera* recentemente, valores europeus.

O caso de Francisco Portilho de Mello não é singular – ele sintetiza o revés vivido pela política indigenista projetada. Ele representa o quanto a resistência imposta pelos colonos suscitou o redimensionamento das projeções metropolitanas, de forma a incorporar – como demonstrarei no próximo tópico – as demandas da Colônia. O sertão, se me permitem a licença poética, resistia às mudanças trazidas pelo Atlântico e não se submetia de todo aos seus caprichos. Nesse sentido, acabava por barganhar com a administração colonial concessões que, ao final das contas, alteravam os planos iniciais da Coroa. Francisco Portilho não protagonizou um episódio único porque, como ele, os representantes metropolitanos colecionaram evidências que demonstravam o apego dos colonos na defesa do que entendiam ser seu direito de utilizar-se dos índios como trabalhadores.

Em uma ocasião, o Procurador dos Índios, Manoel Machado, denunciou o já famoso Ouvidor Geral, Manoel Luís Pereira de Mello, por tê-lo mandado prender quando se encontraram para tratar de algumas questões relativas à liberdade dos índios.³⁷ O mesmo ouvidor, conforme relatei no capítulo anterior, esteve envolvido no tráfico de escravos ín-

³² João Rodriguez da Cruz [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 05/02/1753] - BNLC, 621, 22.

³³ Manoel G. da Silva [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 13/02/1753] - BNLC, 621, 31; Jozé Antonio de Freitas Guimarães [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 13/02/1753] - BNLC, 621, 33.

³⁴ Francisco Portilho de Mello [Ofício ao Capitão José Antonio de Freitas Guimarães, em 11/02/1753] - BNLC, 621, 29.

³⁵ Ricardo Antonio da Silva Leytão [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 09/02/1753] - BNLC, 621, 25.

³⁶ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício a Francisco Portilho de Mello, em 24/04/1753] - MCM-IHGB, v. 1, p. 356-357.

³⁷ Manoel Machado [Ofício a D. José I, em 08/11/1752] - AHU, 33, 3144.

dios, tendo recebido o apoio da Câmara de Belém. Daquela feita, ele fora acusado de embaraçar a libertação dos índios que pertenceram a Antonio Correa Nunes.³⁸ O caso em questão levantava um outro problema, em relação à questão da liberdade indígena: o direito de herança – Manuel Luís Pereira de Mello questionava como ficariam os herdeiros de patrimônios que incorporavam escravos índios, apontando mais uma frente contra a qual o governo deveria ocupar-se.³⁹

Mesmo quando os colonos propunham associarem-se às pretensões da nova política implantada pela administração de Mendonça Furtado, o interesse em garantir acesso às populações indígenas estava presente. É o caso de João de Souza Azevedo, que solicitara autorização para implantar uma fábrica de anil – sua petição incluía permissão para efetuar *descimentos*, por conta própria.⁴⁰ Mesmo os que participavam da administração colonial subvertiam as ordens, de forma a obter índios. Mendonça Furtado denunciou, em certa feita, que tivera de suspender a ofensiva contra os índios hostis, da Nação Gueguê, porque a sua ordem havia sido adulterada e o capitão João do Rego Castello Branco atacara índios Gueguê, Acorôa e Timbira, fazendo tantos cativos quanto pôde.⁴¹

D. Miguel de Bulhões, o Bispo do Pará, logo após assumir o governo, substituindo Mendonça Furtado quando da sua permanência no rio Negro, lidara com questões semelhantes. O alferes Diogo Luiz, tendo sido mandado para buscar alguns índios nas aldeias da Conceição, retornara com um a menos, alegando ter ocorrido uma fuga, na qual um dos índios se evadira – dias depois o desaparecido fora encontrado trabalhando em sua casa. Todos os estabelecimentos públicos e particulares possuíam canoas (a conformação geográfica do Vale tornava os rios vias de comunicação e escoamento), as quais eram conduzidas pelo que se chamava, à época, *equipação* – um grupo de índios remadores – submetida a um cabo, o qual era denominado *cabo da canoa*. Pois bem, segundo Miguel de

³⁸ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 13/11/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 299-302.

³⁹ O estudo da questão indígena nas colônias que compunham o Estado do Grão-Pará e Maranhão tem, diante de si, muitas frentes a vencer. Uma análise das implicações econômicas introduzidas pela libertação dos índios na sociedade colonial daquela região seria bem vinda, pois revelaria, por exemplo, uma outra dimensão das concessões da Metrópole aos colonos, de forma a evitar a repetição dos confrontos havidos no século XVII, resultando num retrocesso completo da política projetada. Talvez, a divulgação da documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino, através do Projeto Resgate, viabilize estudos que contemplem questões como essa. No entanto, a investigação no Arquivo Público do Pará certamente redundará em análises inovadoras, dada a dimensão micro-cósmica que a documentação em seu acervo permite alcançar.

⁴⁰ Parecer do Conselho Ultramarino [09/05/1753] - AHU, 34, 3195; Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício ao Rei, em 31/01/1754] - AHU, 36, 3321; Bispo do Pará [Ofício a Diogo Mendonça de Corte Real, em 08/03/1754] - AHU, 36, 3359.

⁴¹ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, em 03/11/1753] - Documento 60. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, Belém, Tomo II, p. 92-93, 1968.

Bulhões as canoas do Açougue de Belém eram a fonte de algumas irregularidades envolvendo a utilização indevida da mão-de-obra indígena: um dos cabos obrigava os índios sob seu comando a trabalharem em suas roças e outro distribuía a *equipação* da sua canoa por entre a população⁴² – ao que tudo indica, o cabo alugava os índios às pessoas interessadas. D. Miguel de Bulhões denunciara, ainda, o caso de um sargento que insuflava os índios para que fugissem.⁴³

O governo, todavia, não permaneceu infenso a essa insistência dos colonos em garantir para si os trabalhadores necessários. Em fevereiro de 1754, Mendonça Furtado procurou arrefecer a ansiedade generalizada e, ao mesmo tempo, eliminar o problema dos índios livres e ociosos que perambulavam pela Colônia – especialmente por Belém.⁴⁴ Concebera, então, um bando, que estipulava a distribuição dos índios livres ou alforriados pelos moradores, mediante o pagamento de salário.⁴⁵

Entre a 1754 e 1756, um ano antes da execução do Diretório dos Índios, foram distribuídos 930 indivíduos entre 307 colonos. A análise da execução desse bando elucida algumas das preocupações de Mendonça Furtado em contornar a demanda dos colonos por trabalhadores índios (vale ressaltar, contudo, que do total de indivíduos concedidos, 24 eram mestiços – na nomenclatura utilizada, cafuzos, mamelucos e mulatos).

Em primeiro lugar, conforme aponta a **Tabela Um**,⁴⁶ o número de concessões diminuiu ao longo do tempo – em 1756 foram concedidos perto de cinquenta por cento menos indivíduos, que em 1754, para um grupo de colonos que equivalia à metade do registrado no primeiro ano. O decréscimo no número de indivíduos concedidos e de beneficiados pode ser lido como uma manifestação da tentativa de Mendonça Furtado em diminuir a dependência colonial nos nativos – conforme as **Tabelas Dois e Três**,⁴⁷ os classificados como índios corresponderam, em média, a 97,31%.

Em segundo lugar, Mendonça Furtado procurou impor aos beneficiados um padrão de concessão que subvertia, em certa medida, as expectativas dos colonos. Conforme as **Tabelas Quatro, Cinco e Seis**⁴⁸ apontam, dos 930 indivíduos concedidos, 798

⁴² Bispo do Pará [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 30/11/1754] - BNLC, 627, 68.

⁴³ Idem [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 01/12/1754] - BNLC, 627, 76.

⁴⁴ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício de 14/02/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 494-495.

⁴⁵ Idem [Ofício ao Rei, em 12/02/1754] - AHU, 36, 3340; idem [Bando de 14/02/1754] - AHU, 36, 3339.

⁴⁶ Ver em ANEXOS – Tabelas: Tabela 1 – **Indivíduos Concedidos pelo Bando de 14/02/1754**.

⁴⁷ Ver em ANEXOS – Tabelas: Tabela 2 – **Bando de 14/02/1754 – Concessão por Etnia e Cor**; Tabela 3 – **Bando de 14/02/1754 – Concessão por Etnia e Cor (% ano)**.

⁴⁸ Ver em ANEXOS – Tabelas: Tabela 4 – **Bando de 14/02/1754 – Concessão por Idade**; Tabela 5 – **Bando de 14/02/1754 – Concessão por Gênero**; Tabela 6 – **Bando de 14/02/1754 – Concessão de Adultos por Gênero**.

(85,8%) eram adultos, homens em sua maioria (53,33%); o percentual de mulheres, no entanto, é significativo (46,67%). A absoluta maioria de adultos entre os concedidos tem uma razão óbvia – quase todos se destinavam ao trabalho. A presença significativa de mulheres diz respeito a duas questões que elucidam algo sobre a demanda por trabalhadores no Grão-Pará colonial.

A presença feminina indica, por um lado, que grande parte dos indivíduos demandados estava destinada ao trabalho doméstico ou ao trabalho nas roças - ambas atividades que cabiam às mulheres, inicialmente na divisão de trabalho indígena e depois na divisão sexual do trabalho que se instituiu na Colônia. Os indivíduos do sexo masculino eram ocupados, no mais das vezes, na coleta das drogas, na condução de canoas e nas atividades de caça e pesca, enquanto que os do sexo feminino lidavam com as atividades de cultivo e de beneficiamento da produção agrícola e com a preparação de utensílios domésticos.⁴⁹ Por outro lado, o número expressivo de mulheres, entre os indivíduos concedidos, dá conta de que uma parte considerável da demanda por trabalhadores não estava destinada, como já afirmei, às atividades de produção de gêneros para o comércio colonial de exportação, mas para atividades relacionadas à subsistência – plantar e colher mandioca, preparar farinhas, caçar e pescar.

A **Tabela Sete**⁵⁰ permite aprofundar esse último ponto: 63,19% dos beneficiados com concessões receberam apenas 26,45% dos indivíduos concedidos, enquanto que 17,27% receberam 51,4%. Ou por outra, a grande maioria dos concessionários recebeu um (142 pessoas) ou dois (52 pessoas) indivíduos, enquanto que 52 pessoas e uma instituição receberam de cinco a 38 indivíduos. Logo, uma parcela substancial da demanda dizia respeito à necessidade de trabalhadores que realizassem atividades cotidianas voltadas para a subsistência dos núcleos familiares.

A mesma tabela indica, ainda, que já neste momento se institui uma hierarquia social, cujos critérios a documentação não permite vislumbrar, a qual possibilitou o acúmulo de trabalhadores por um reduzido número de pessoas. Tais privilegiados correspondiam a menos de um quarto do total de beneficiados e foram premiados com mais da metade dos indivíduos disponíveis. Como tentarei demonstrar mais adiante, ao longo do período de vigência do Diretório dos Índios, a concessão de trabalhadores índios reforçará,

⁴⁹ Sobre a divisão sexual do trabalho, entre as populações indígenas ver FERNANDES, Florestan. Organização social dos Tupinambá. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1981, p. 109-120; sobre a forma como a sociedade colonial reagiu a esta divisão, ver DOMINGUES, Ângela. Quando os índios eram vassalos (Op.cit., 2000), p. 253 e SOMMER, Barbara A. Op.cit., 2000, p. 125-127.

⁵⁰ Ver em ANEXOS – Tabelas: Tabela 7 – **Bando de 14/02/1754 – Distribuição dos Indivíduos pelos Beneficiados**.

também, a posição de um grupo específico – no entanto, para o período que trato neste momento, as matrizes que determinam a formação do grupo de privilegiados não podem ser, ainda, denominadas.

De todo modo, a presença feminina corresponde a um padrão de concessão de trabalhadores índios que pretendia incentivar, também, a sua integração à sociedade colonial. Das 308 concessões, 49 incluíam, pelo menos, um indivíduo com idade abaixo dos 14 – a idade em que se iniciava a vida produtiva. Desse montante, 15 receberam a criança acompanhada de um adulto, geralmente uma mulher, e 31 a receberam acompanhada de, pelo menos, um casal. De modo que, ao que tudo indica, Mendonça Furtado preocupou-se com a manutenção dos vínculos familiares – o que pode ser entendido como uma garantia para as populações indígenas de que sua incorporação à sociedade colonial não se daria nos termos até então vigentes, quando a condição de trabalhador estava associada à supressão de direitos e à expropriação dos vínculos familiares.

Assim, a concessão de índios livres e forros, instituída em 1754 e estendida por três anos, evidencia que Mendonça Furtado buscou satisfazer o interesse dos colonos, sem deixar de lado a grande preocupação da Metrópole, segundo a qual a população indígena deveria ser integrada à sociedade colonial. Os colonos, no entanto, não assistiram às investidas do capitão-general de braços cruzados. Em setembro de 1754, Mendonça Furtado recebeu um ofício assinado por vários colonos que, sabendo do seu interesse em conhecer as cabeceiras dos rios Mearim e Gajaú, se ofereciam a conduzi-lo, tendo por base o conhecimento que tinham daquele território. Aproveitavam a ocasião para oferecer-se para povoar as mesmas terras com os seus 95 homens armados e com as 345 famílias que comandavam. Solicitavam autorização para submeter os índios daquela parte do território, tendo em vista o interesse de Sua Majestade, afirmando, contudo, que seu objetivo era ocupar aquelas terras e torná-las produtivas – diante do que solicitavam Cartas de Data para os primeiros povoadores.⁵¹

Como se pode notar, a tentativa de servir aos interesses de Sua Majestade não significava abandonar o interesse pelos índios – muito ao contrário, à medida que Mendonça Furtado se mantinha firme, restringindo o acesso aos índios, tanto por meio da concessão e do pagamento de salários, quanto por meio da requisição de um volume cada vez maior de trabalhadores, a fim de fazer frente às necessidades do processo de demarcação, os colonos também endureciam o seu discurso. No mesmo mês de setembro em que

⁵¹ Vários [Ofício enviado a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 18/09/1754] - AHU, 37, 3441.

recebera a proposta dos colonos para a ocupação dos rios Mearim e Gajaú, Mendonça Furtado notificava ao irmão as atividades de um certo João Batista Gomes, protegido da Companhia de Jesus, que insuflava a população contra as propostas de libertação dos índios.⁵²

Essa, que pode ser classificada como uma associação inesperada, foi a tônica dos anos que precederam à concretização da libertação dos índios da condição de escravos: colonos e missionários unidos em defesa dos mesmos interesses. Essa nova parceria, entre alguns colonos e os padres missionários da Companhia de Jesus, foi denunciada à Corte em algumas cartas e ofícios.⁵³ Ela tornou-se evidente em meados de 1755.

Em julho daquele ano, D. Miguel de Bulhões, ainda governando interinamente o Estado, comunicou a Francisco Xavier de Mendonça Furtado ter sido informado que alguns moradores planejavam oferecer a Colônia ao rei da França, mediante a promessa da manutenção da escravidão indígena. D. Miguel mandara prender os suspeitos e procedeu a uma investigação, em função da qual classificara a notícia de fantasiosa.⁵⁴ O ouvidor do Estado, no entanto, confirmou que em um dos exercícios de Santo Inácio, realizado pelo padre Roque Hunderpfundt, em um engenho no rio Acará, alguns colonos decidiram a conjuração, inclusive determinando que três índios levassem a proposta até Caiena. Considerou o ouvidor, porém, que o delito não foi concretizado.⁵⁵

Mendonça Furtado tomou esse episódio como a prova cabal de que a Colônia acostumara-se a viver sem respeitar as leis da Metrópole, fazendo, sempre que podia, prevalecer a sua vontade.⁵⁶ Passados cinco anos de sua chegada ao Pará, o capitão-general do Estado consolidava a idéia inicial de que faltava à Colônia o respeito às determinações da Metrópole. Fazia-se, mister, portanto, encontrar um meio de incuti-la e a questão dos índios parecia ser o caminho, porque a despeito de todas as suas intervenções, os índios continuavam a ser tratados como escravos, sendo comercializados por toda parte.⁵⁷

Assim, a questão indígena acabou por significar, para aquela administração

⁵² Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 19/09/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 597-598.

⁵³ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 28/09/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 607-608; João da Cruz Dinis Pinheiro [Ofício a Diogo Mendonça de Corte Real, em 30/09/1754] - AHU, 37, 3455; Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 08/07/1755] - MCM-IHGB, v. 2, p. 736-737; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 13/10/1756] - MCM-IHGB, v. 3, p. 979.

⁵⁴ D. Miguel de Bulhões, Bispo do Pará [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 29/07/1755] - BNLCP, 624, 155.

⁵⁵ João da Cruz Dinis Pinheiro [Ofício de 10/09/1755] - AHU, 39, 3649.

⁵⁶ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício ao Governador Geral da Capitania do Mato Grosso, em 11/10/1755] - MCM-IHGB, v. 2, p. 798-800.

⁵⁷ Idem [Ofício ao Governador Geral da Capitania do Mato Grosso, em 13/10/1755] - MCM-IHGB, v. 2, p. 810; D. Miguel de Bulhões, Bispo do Pará [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 30/01/1756] - MCM-IHGB, v. 3, 902-904; idem [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 07/02/1756] - MCM-IHGB, v. 3, 908-909.

(comprometida com um empreendimento de suma importância, qual seja a definição e a garantia dos territórios coloniais próximos às áreas de fronteira), como que a chave por meio da qual a Metrópole deveria construir uma nova relação com a Colônia. A resistência dos colonos, a associação com os missionários, o prestígio dos que afrontavam as autoridades, defendendo o *direito* de tomar índios e escravizá-los, tudo contribuía para que, tanto na América quanto em Portugal, as autoridades metropolitanas reconhecessem o lugar estratégico que as populações indígenas ocupavam na correlação das forças atuantes na Colônia e trabalhassem no sentido de intervir, de modo a eliminar essa fonte de riqueza e poder.

Dessa forma, por se constituir em objeto de inúmeros conflitos, envolvendo colonos, missionários e a administração colonial, a questão indígena provocou uma modificação na forma como esses três agentes se relacionavam: até a chegada de Mendonça Furtado ao Vale, a Metrópole distribuiu seu apoio, ora aos colonos, ora aos missionários, sempre buscando satisfazer seus próprios interesses. Daquele momento em diante, ela percebeu, através do próprio Mendonça Furtado, que não poderia mais agir da mesma forma, porque seus interesses se contrapunham aos dos dois outros agentes.

*O interesse público e as conveniências do Estado que idês governar, estão indispensavelmente unidos aos negócios pertencentes à conquista e liberdade dos índios, e juntamente às missões, de tal sorte que a decadência e ruína do mesmo Estado, e as infelicidades que se tem sentido nele, são efeitos de se não acertarem ou de se não executarem, por má inteligência as minhas reais ordens que sobre estes tão importantes negócios se têm passado.*⁵⁸

Isso era o que diziam as *Instruções* recebidas por Mendonça Furtado em 1751. O tempo passado na Colônia, no entanto, demonstrava que os interesses da Metrópole encontravam resistência nos anseios dos colonos. Para ela, os índios representavam a possibilidade de garantir as fronteiras e, por extensão, o alargamento do território colonial – além de representarem um acréscimo populacional que (em acordo com as formulações da época)⁵⁹ geraria riquezas. Para eles, as populações indígenas significavam uma fonte de riqueza, já que os tomavam como a força motriz que movimentava todas as atividades da Colônia.

⁵⁸ “Instruções régias, públicas e secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão”, em 31/05/1751, § 2º. MCM-IHGB, v. 1, p. 26-27.

⁵⁹ O século XVIII foi profícuo em reflexões que associavam o crescimento populacional ao aumento da riqueza - QUESNAY, François. Cereais (Artigo publicado na *Encyclopédie*, em 1757). In: *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 267-312; SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações* [Publicada, pela primeira vez, em 1776] - São Paulo: Nova Cultural – série Os Economistas, 1996. 2 v.

Os interesses da Metrópole, enfim, afrontavam as pretensões coloniais – a felicidade de uma limitava a riqueza dos outros. De modo que Francisco Xavier de Mendonça Furtado pretendeu tornar equivalentes dois conjuntos de interesses conflitantes: o metropolitano – no qual se destacavam a garantia da ocupação do território e a consolidação do poder da Coroa; e o colonial – em que despontavam o penhor da escravidão indígena e a manutenção de uma autonomia, expressa no pouco apreço dispensado às determinações da Metrópole. Mendonça Furtado e D. Miguel de Bulhões foram os artífices de um plano que satisfazia as demandas de um e contemplou parte das demandas do outro – nem tanto o que pretendia a Metrópole, nem tanto o que reclamava o sertão: a sugestão de estratégias que vieram a conformar o Diretório dos Índios.

NEM TANTO A TERRA, NEM TANTO AO MAR

Em huma das cartas diz V. Ex^a. ao S^{nr}. General, que lhe remete duas Leys, huma a respeito da Liberdade dos Indios, e outra do dominio temporal das Aldeas. Protesto em primeiro Lugar, que não posso discorrer nesta materia com aquelle acerto, que desejáva, porque como as ditas Leys me não forão dirigidas, ignoro totalmente o modo e as Circunstancias, com que S. Mage. he Servido mandallas publicar. Mas sempre devo dizer a V. Ex^a., que supposto a Lastimosa miseria, a que se acha reduzida esta Cappitania por falta de Operarios, e a grande demora, q perczamente hade haver na introdução dos Pretos, publicada a Ley de Liberdade sem modificação, que a suavize, causará sem duvida nestes moradores a ultima Consternação, e o Estado todo por falta de agricultores experimentará por alguns tempos consideravel ruina. Vivem estes Indios totalmente privados dos sentimentos da racionalidade, e daquella virtuosa ambição, que desterra a occiosidade das Repubblicas, effeito, que tem produzido nelles a barbaridade, com que ate agora forão educados. Tudo supposto, persuado-me evidentemente, que reduzidos elles a huã plena Liberdade pela publicação da Ley se retirem para os mattos a engrossar os grandes mocambos, que há nelles, para onde os Leva naturalmente a enclinação do genio com aquelle mesmo impulso, com que o peixe busca o mar, sem mais ditame, que o proprio instinto, Esta deserção dos Indios, que supponho inevitavel, não havendo alguma providencia ou cautella moverá sem duvida a estes moradores, ou a desampararem o Estado, retirando-se para as Collonias visinhas, ou a romperem em outro Semelhante dezatino, administrado pela funebre, e infeliz idea, de que na falta de Operarios tem perdido todos os Seus havêres. Alem deste ponderado damno me persuado tambem, que publicada a dita Ley, sem embargo do Bando, que V. Ex^a. aponta, como ficão Livres os Indios para servirem estes, ou aquelles moradores, dentro dos Limites do mesmo territorio, cada hum dos ditos moradores practicará os Indios, que lhe parecer, perturbando-se mutuamente huns os outros, de que naturalmente se hade seguir huma total desordem, e confusão.

D. Miguel de Bulhões – Bispo do Pará

O excerto em destaque foi retirado de um ofício enviado ao ministro Sebastião José de Carvalho e Melo por D. Miguel de Bulhões, governador interino da Capitania

do Grão-Pará, em fins de 1755. Nela, o bispo expunha sua preocupação, diante do recebimento das duas leis que, finalmente, concretizavam a intenção metropolitana de libertar os índios e incorporá-los à política de defesa do território colonial, através da suspensão da autoridade missionária. Argumentava, como deixa claro o excerto, que a libertação dos índios poderia acarretar o desmantelamento da já precária economia da Colônia. Libertá-los, sem qualquer instrumento que os obrigassem ao trabalho, despovoaria os engenhos e as lavouras e provocaria, ao final, a revolta dos colonos.⁶⁰

D. Miguel, no entanto, não se limitou a apontar os perigos que a publicação da Lei de Liberdade e da lei que dava fim à autoridade temporal dos missionários provocaria na Colônia e sugeriu uma série de medidas que pudessem evitá-los. Em primeiro lugar, alertou para o fato de que a suspensão da autoridade temporal dos missionários e a manutenção de sua autoridade religiosa traria um enorme risco: garantida a sua permanência nas aldeias, de forma a ministrar os ensinamentos cristãos, os missionários poderiam insuflar os índios contra as medidas metropolitanas e provocar uma debandada de tal ordem que deixaria o Estado do Grão-Pará e Maranhão sem trabalhadores. Diante desse perigo, defendia a substituição dos missionários por párocos – ou seja, advogava que os padres seculares, submetidos a sua autoridade, assumissem o controle da vida religiosa nas povoações, em lugar dos missionários, em relação aos quais não exercia quase nenhum poder. Em segundo lugar, chamava atenção para o perigo de as aldeias serem governadas pelos *Principais* – as chefias indígenas – pois sozinhos os índios estariam sujeitos não somente à influência danosa de qualquer missionário resistente, mas isentos da supervisão necessária dos brancos, sem a qual se eximiriam dos trabalhos que lhes eram destinados. Assim, propunha a introdução de administradores temporais, responsáveis pelo incentivo ao trabalho, os quais seriam remunerados por uma parcela da produção dos índios.⁶¹

A carta de D. Miguel de Bulhões sugere duas questões, uma das quais será aprofundada a seguir. O que, inicialmente, chama a atenção no documento é a evidência de que a Lei de Liberdades, como já antecipei, não pressupunha nenhuma outra lei complementar que regulasse a liberdade concedida. De ora em diante, porém, ater-me-ei à análise do segundo aspecto relevante, apontado pela fonte, qual seja o fato dessa lei complementar ter sido construída a partir da experiência colonial, em uma tentativa de equacionar as demandas locais e metropolitanas.

⁶⁰ D. Miguel de Bulhões, Bispo do Pará [Ofício a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 16/12/1755] - AHU, 39, 3693.

⁶¹ Ibidem.

D. Miguel ficara extremamente abalado pela tentativa de conjuração que denunciara em julho daquele mesmo ano de 1755. Apesar de, inicialmente, ter considerado que tudo não passara de *fantasia*, reconheceu, posteriormente, a maquinação dos colonos e solicitou, inclusive, que a capitania não fosse desfalcada de nenhum efetivo militar, de forma que pudesse fazer frente a qualquer tentativa de levante.⁶² Das 23 pessoas acusadas, além do Padre Roque Hunderpfundt, tido como o insuflador da insurreição, onze haviam sido detidas, inclusive o seu principal articulador, Manoel Pinheiro Moniz.⁶³

As preocupações de D. Miguel, ao que tudo indica, parecem ter contagiado a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o qual apresentara, meses após a promulgação da Lei de Liberdades, em inícios de 1757, um instrumento que regulava a liberdade concedida aos índios – posteriormente convertido no Diretório dos Índios. Essa inflexão na política indigenista decorreu da apreensão dos dois administradores da Colônia quanto a possível reação dos colonos, suscitada tanto pela ameaça de conjuração detectada pelo Bispo do Pará, quanto pela memória histórica de então, que computava pelo menos duas grandes sublevações resultantes de tentativas de regular o acesso à mão-de-obra indígena.

A análise da construção desse instrumento pretende evidenciar o quanto ele correspondeu à pressão exercida pelos colonos e, portanto, o seu caráter eminentemente colonial – o fato de a Metrópole incorporá-lo serve de argumento adicional ao aporte que sustenta esta tese, pois indica o quanto a relação entre a Metrópole portuguesa e sua Colônia americana esteve permeada de conflitos, os quais nem sempre resultaram em fragorosa derrota e total subserviência dos interesses americanos diante dos anseios europeus. Ela sustenta a tese de que o Diretório dos Índios procedeu da apropriação de diversas experiências, postas em prática nos anos que antecederam a sua promulgação, com o objetivo de diminuir o poder dos missionários e incorporar antigos inimigos das pretensões metropolitanas, como Francisco Portilho de Mello.

Essa tese se distancia de algumas posições presentes na historiografia sobre o tema – no que ela não está sozinha. Eu defendo que o Diretório dos Índios não havia sido previsto pela política pombalina, antes da sugestão de D. Miguel de Bulhões. John Hemming tem posição parecida, ao considerar que a relação de Mendonça Furtado com os missionários modificou-se em 1754, diante das dificuldades que encontrava para administrar o Estado e cumprir com as diretivas metropolitanas; e, também, por afirmar que o Diretório

⁶² Idem [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 10/08/1755] - BNLCP, 627, 218.

⁶³ "Rol das pessoas de que há notícia se [ilegível] na Conspiração". BNLCP, 627, 208.

dos Índios constitui uma contradição aos princípios de autonomia indígena, contidos na Lei de Liberdades.⁶⁴

Considero, também, que a sua construção recupera a experiência anterior de Mendonça Furtado na administração do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Rita Heloísa de Almeida afirmou o mesmo:

Seus opiniões foram tomando forma no dia-a-dia, vivendo no Arraial de Mariuá, antiga aldeia missionada, bem suprida de mantimentos e em posição geográfica apropriada para ser local de conferências entre os comissários da execução do Tratado de Limites. Ali, na qualidade de representante do rei, com atribuições de observar posturas e situações favoráveis ou desfavoráveis ao domínio de Portugal, ele fez de suas observações a base sobre a qual foi construída a nova experiência.⁶⁵

Em seu trabalho, Almeida afirma que o Diretório dos Índios encontrava-se presente, também, nas *Instruções* enviadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, mas foram os percalços vividos na Colônia que o delinearam.⁶⁶ Ângela Domingues partilha o mesmo argumento, ao considerar que o instrumento legal em questão incorpora proposições presentes nos diálogos que Mendonça Furtado travava com as autoridades metropolitanas.⁶⁷

No entanto, me distancio dos autores em referência, à medida que, ao assumir a experiência da administração de Mendonça Furtado como sendo o suporte fundamental para a construção do Diretório, atribuo ao contexto imediato da Colônia – os conflitos vividos em torno do controle da mão-de-obra indígena, os quais condicionaram aquela administração – o estatuto de fator constituinte do Diretório dos Índios. Ou, sendo mais claro: considero, tal como Hemming, que o Diretório dos Índios representa uma alteração dos princípios que regulavam a Lei de Liberdades e, da mesma forma que Rita Heloísa e Ângela Domingues, que as suas disposições foram elaboradas ao longo da administração de Mendonça Furtado; no entanto, defendo que aquela alteração e essa elaboração foram promovidas pelos conflitos havidos na Colônia, nos quais os diversos grupos sociais manifestaram suas posições diante da questão indígena. Distancio-me, ainda, ao atribuir a D. Miguel de Bulhões um papel decisivo na elaboração daquele instrumento regulador. Vejamos, então, como ela se deu.

Já em agosto de 1751, logo no princípio de sua administração, Mendonça

⁶⁴ HEMMING, John. *Op. cit.*, 1978, p. 452-459 e 480; *idem*. *Op. cit.*, 1987, p. 11.

⁶⁵ ALMEIDA, Rita Heloísa de. *Op. cit.*, 1997, p. 160.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 152-153 e 162.

⁶⁷ DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos* (*Op.cit.*, 2000), p. 67.

Furtado recomendava ao Padre Antonio Machado – responsável pela edificação de uma aldeia no rio Mearim, a qual já estava prevista nas *Instruções* recebidas em Lisboa⁶⁸ – que os índios fossem incentivados a produzir o seu próprio sustento.⁶⁹ Insistia, também, que o padre tornasse claro para os índios *descidos* a intenção de Sua Majestade, ao promover aldeamentos e sugerir que trabalhassem: garantir a sua liberdade e equipará-los aos seus demais vassalos. Na mesma ocasião, ordenava que a Língua Portuguesa fosse ensinada, para que os índios prescindissem de intermediários no contato com o monarca.⁷⁰

O padre Antonio Machado agiu conforme as ordens recebidas. Depois de ter sido recebido com bolos, batatas e amendoins assados, pelos índios daquele rio, e de tê-los presenteado com facas, espelhos e anzóis, tratou de dirimir quaisquer dúvidas sobre suas intenções. Ordenou aos soldados que se desfizessem de suas armas, atirando-as ao rio. Convidou, então, os índios a acompanharem a ação dos soldados e lançassem suas armas também. Após a prova de aliança, passou cartas de vassalagem aos *Principais* (não deixou de notar, porém, que os índios estavam interessados em uma aliança que lhes tornassem mais fortes em uma guerra que planejavam contra índios seus inimigos).⁷¹

Insinuam-se nas recomendações de Mendonça Furtado três preocupações presentes na política indigenista formulada pela Metrópole: primeiramente, o estabelecimento das populações indígenas em unidades populacionais fixas, de forma a proteger o território colonial, por meio da ocupação efetiva; em seguida, a sua incorporação ao modelo de civilização europeu, pautado no trabalho – especialmente o agrícola – percebido não mais, somente, como instrumento de exploração de riquezas, mas como mecanismo de desenvolvimento de valores ocidentais, especialmente a idéia da poupança e do enriquecimento; por fim, a introdução e o fortalecimento da autoridade metropolitana, através do ensino da Língua Portuguesa.

Todas elas apontam, certamente, para o desmantelamento das culturas indígenas – e, evidentemente, era o que pretendia a política portuguesa daquele período. Im-

⁶⁸ “Instruções régias, públicas e secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão”, em 31/05/1751, § 19-22. MCM-IHGB, v. 1, p. 31.

⁶⁹ As “Instruções régias, públicas e secretas” recomendavam o povoamento dos rios Mearim, Solimões e Javari, além das chamadas Terras do Cabo do Norte. Assim que chegou ao Pará, Mendonça Furtado ordenara uma expedição ao rio Mearim, comandada pelo padre Antonio Machado e da qual fizeram parte 13 soldados e um sargento, a fim de contatar os índios Gamela (Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício ao Rei, em 29/10/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 58). O padre comunicara o sucesso da expedição em setembro daquele ano, reportando ter contactado os referidos índios e tê-los convencido a se estabelecerem em uma povoação situada às margens daquele rio Mearim (conforme os ofícios que enviara em 1751, existentes no Arquivo Público do Pará, conforme APEP, 279, docs. 17 e 18).

⁷⁰ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Instrução passada ao Padre Antonio Machado, em 14/08/1751] - AHU, 33, 3080.

⁷¹ Antonio Machado, padre [Ofício escrito em 1751] - APEP, 279, 17.

porta reter, sobretudo, o quanto essa primeira intervenção de Mendonça Furtado, relativa às práticas de estabelecimento de núcleos populacionais e elaboração de estratégias de civilização, está informada pelas projeções metropolitanas – ela consubstancia os ditames que compunham as *Instruções* que pontuavam a ação de Mendonça Furtado no que tangia à questão indígena. Em respeito àquelas instruções, ele ordenava a introdução das práticas que entendia serem necessárias para a consecução daqueles ditames, especialmente as que resultariam na transformação do ameríndio em um novo elemento: o colono.⁷² Nesse sentido, dois meses depois, Mendonça Furtado, criticando os regimentos formulados pelos seus antecessores, ampliava as expectativas da Metrópole ao defender que a transformação dos índios em vassalos deveria incluir a obrigação em pagar tributos.⁷³

Foi por essa época que o capitão-general formulou, pela primeira vez, a idéia de criar-se um instrumento que regulasse a administração das populações indígenas *descidas*, em oposição ao Regimento das Missões, que vigorava naquele momento. Data de então, portanto, o início de uma reflexão que propunha políticas que não compunham as *Instruções*. Reflexão nascida do contexto colonial e por ele alimentada.

Após ter reclamado, junto ao Vice-provincial da Companhia de Jesus que os missionários não ensinavam a Língua Portuguesa aos índios, nem os formavam artífices, de modo que pudessem ser úteis à Colônia,⁷⁴ e ter denunciado ao irmão que aquele regimento se constituía em entrave à consecução da liberdade pretendida,⁷⁵ sugeriu a criação de um instrumento, contemplando os seguintes pontos: equiparação dos índios aos demais vassalos do rei, habilitando-os a todas honrarias civis; concessão de privilégios aos *Principais*; submissão dos administradores da Colônia à autoridade do governador; e, finalmente, a supressão da autoridade temporal dos missionários.⁷⁶

Mendonça Furtado colocou parte deles em prática, já no mês seguinte, ao elaborar as instruções passadas a João Batista de Oliveira, para estabelecer a Vila de São José de Macapá. Nelas, pela primeira vez também, ele reagia às pretensões dos colonos em obter índios:

⁷² Alguns autores viram essa política positivamente, pois a perceberam como um mecanismo que favoreceu a integração do índio na etnia dominante. Além de Gilberto Freire – para quem a universalização da Língua Portuguesa foi um fator de integração, especialmente, porque, à proporção que ela se expandia, perdia a sua pureza ibérica e ganhava uma cor exclusivamente local (FREYRE, Gilberto. *Op.cit.*, 1996) – Caio Prado Júnior atribuiu à política pombalina o mérito de, em oposição à prática jesuítica, incorporar a população indígena às demais etnias existentes na Colônia (PRADO JÚNIOR, Caio. *Op.cit.*, 1977, p. 97).

⁷³ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício de 25/10/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 55-57.

⁷⁴ Idem [Ofício ao Vice-provincial da Companhia de Jesus, em 18/11/1751] - AHU, 32, 3063.

⁷⁵ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 21/11/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 67-70.

⁷⁶ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 21/11/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 79-82.

*Por ser preciso e conveniente aos serviços de S. Maj. que na nova povoação e fortaleza do Macapá haja uma pessoa que não só contenha aqueles novos moradores em paz, mas que também os persuada ao trabalho e cultura das terras, não deixando precipitar esta gente no abominável vício da preguiça, nem no outro igualmente pernicioso que é o do desprezo do trabalho manual, o qual tem sido muita parte de se reduzirem estas terras à penúria e miséria em que se acham.*⁷⁷

Esse trecho introduz um aspecto que esteve permanentemente em pauta, nas confabulações sobre os caminhos para o desenvolvimento da Colônia, nas quais Mendonça Furtado esteve envolvido: uma transformação na forma como o trabalho era apreendido pelos colonos. As instruções que recebia de Lisboa – especialmente as transmitidas por seu irmão – já apontavam para a necessidade de se modificar um dos pilares da cultura portuguesa do período: a idéia de que o trabalho manual era desonroso. Mendonça Furtado reproduzia, em uma política de colonização, a crítica já consolidada em Portugal sobre uma das causas da defasagem lusa em relação às demais monarquias européias – a resistência ao trabalho e a expectativa em se viver de renda.⁷⁸ Enquanto que lá, os críticos pretendiam atingir a nobreza e o clero, vistos como aqueles que semeavam o vício da ociosidade, na Colônia, Mendonça Furtado atribuía o mesmo vício aos colonos, que se recusavam a trabalhar na cultura de suas terras, exigindo que os índios o fizessem em seu lugar.

A instrução proibia, expressamente, então, que os colonos tivessem acesso aos índios para o trabalho nas lavouras – exceção feita, exclusivamente, quanto à concessão de índios pescadores e caçadores, os quais deveriam ser concedidos, somente, enquanto os colonos não adquirissem a destreza necessária para realizar aquelas atividades por conta própria. Estipulava, ainda, que os índios que quisessem se estabelecer, ali, deveriam receber o mesmo tratamento dos demais colonos, sendo-lhes garantido o mesmo acesso ao trabalho e as mesmas remunerações.⁷⁹

Pouco depois, retomando as discussões iniciadas com a expedição coman-

⁷⁷ Idem [Instrução que levou o Capitão-mor João Batista de Oliveira quando foi estabelecer a nova Vila de São José de Macapá, em 18/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 115.

⁷⁸ Sobre essa questão a bibliografia tem ressaltado a crítica de Luis António Verney à sociedade portuguesa de então em VERNEY, Luis António. Verdadeiro Método de Estudar, para ser útil à República, e à Igreja: proporcionado Ao estilo, e necessidade de Portugal. Exposto em várias cartas, escritas pelo R. P. xxx Barbadinho da congregação da Itália, ao R. P. xxx Doutor da Universidade de Coimbra. Lisboa: Edição de Sá da Costa (Organizada por António Salgado), 1950; ver também FALCON, Francisco José Calazans. Op.cit., 1993 e HESPANHA, António Manuel; SILVA, Ana Cristina Nogueira da. A identidade portuguesa. In: MATTOSO, José (Org.). História de Portugal - O Antigo Regime. v. 4. Lisboa: Estampa, 1993. p. 19-37 e, sobretudo, as obra de Banha de Andrade: ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. Vernei e a filosofia portuguesa no 2º centenário do aparecimento do Verdadeiro Método de Estudar. Braga: Livraria Cruz, 1946 e idem. Vernei e a cultura do seu tempo. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1966.

⁷⁹ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Instrução que levou o Capitão-mor João Batista de Oliveira quando foi estabelecer a nova Vila de São José de Macapá, em 18/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 115-116.

dada pelo Padre Antonio Machado para a fundação de uma vila na região do rio Mearim, Mendonça Furtado entrara em contato com o Vice-provincial da Companhia de Jesus. Em ofício, o notificava que aquela vila não seria administrada por qualquer missionário, em função de sua localização estratégica próxima da fronteira da Colônia.⁸⁰ O vice-provincial, ao que parece, não se convencera, pois recebera outra carta do capitão-general, na qual alertava que o Regimento das Missões – a base por sobre a qual o missionário argumentava a impropriedade da medida – não anulava o poder absoluto dos reis.⁸¹

O procedimento adotado por Mendonça Furtado nesse episódio dá conta de como o universo colonial o fez alterar as disposições metropolitanas, ainda que se sustentasse nelas. O parágrafo 22, das *Instruções régias, públicas e secretas* ..., estipulava que os estabelecimentos fundados nas fronteiras do território colonial deveriam ser entregues à Companhia de Jesus, com o cuidado de restringir, tanto quanto possível, o poder temporal dos missionários.⁸² Mendonça Furtado classificou os novos estabelecimentos que seriam fundados nos rios Mearim e Javari como áreas fronteiriças, de forma a evitar a intervenção missionária, e argumentou, ainda, que todos os demais a serem erguidos deveriam seguir a mesma orientação.⁸³

Na semana seguinte, em função da reunião que tivera com os colonos mais importantes, residentes em Belém, retornara ao argumento acerca da impropriedade da escravidão indígena, expondo as vantagens que a introdução de escravos africanos representava. Os colonos, no entanto, afirmaram não possuir os cabedais necessários à aquisição de escravos africanos, ponderaram que os missionários realizavam *descimentos* em benefício próprio, de modo que os seus estabelecimentos estavam repletos de índios, e reclamaram o direito de fazer o mesmo, conseguindo índios para trabalharem em suas fazendas. Mendonça Furtado então, articulando pela primeira vez a postura que conformará o Diretório dos Índios, propôs ao Conselho Ultramarino atender aos colonos.

Em carta a Diogo de Mendonça Corte Real sugeriu que os *descimentos* fossem autorizados, mas que as populações arregimentadas fossem estabelecidas em vilas, nas quais os missionários não tivessem qualquer jurisdição. Com relação à distribuição dos

⁸⁰ Idem [Ofício ao Vice-provincial da Companhia de Jesus, em 27/12/1751] - AHU, 33, 3080.

⁸¹ Idem [Ofício ao Vice-provincial da Companhia de Jesus, em 13/01/1752] - AHU, 33, 3088. Dias depois, Mendonça Furtado insistia na mesma posição, junto a um interlocutor não identificado [Ofício de 20/01/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 195.

⁸² "Instruções régias, públicas e secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão", em 31/05/1751, § 22. MCM-IHGB, v. 1, p. 33.

⁸³ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, em 20/01/1752] - MCM-IHGB, p. 190-195.

índios, arrogava para si a autoridade para concedê-los e condicionava o acesso a eles ao pagamento de salários.⁸⁴ Ambas as sugestões foram incorporadas, posteriormente, à lei do Diretório, evidenciando, assim, o caráter colonial da legislação reguladora da liberdade concedida aos índios em 1755. A sugestão de Mendonça Furtado buscava articular o interesse dos colonos às prescrições metropolitanas, referentes ao destino das populações indígenas (estabelecê-las em vilas e introduzi-las na cultura européia – através do trabalho, remunerado), e, ao mesmo tempo, diminuir a resistência dos colonos em relação ao novo papel que se delineava para elas.

Mendonça Furtado não desistira da introdução de escravos africanos, uma das principais projeções metropolitanas. No mesmo ofício, pedia urgência no envio daqueles escravos, de forma a demonstrar aos colonos o quanto o trabalho assalariado era mais dispendioso. Aquela reunião, no entanto, produziu efeitos mais importantes que a retificação do que pretendia a Metrópole. Ela consolidou a constatação de que a liberdade dos índios não poderia se concretizar, tal como pretendia Sebastião José de Carvalho e Melo. Mas, não só. Ela suscitou a base por sobre a qual se formulará, quase seis anos depois, o Diretório dos Índios: um instrumento que regulamentaria a distribuição das populações *descidas* pelas povoações e estabeleceria as formas de distribuição de índios pelas diversas atividades econômicas da Colônia.

O ano de 1752 apresentara a Mendonça Furtado uma outra situação que acrescentará um ponto novo às suas reflexões sobre a relação da Metrópole com as populações indígenas e os colonos. Em outubro daquele ano, ele passava duas cartas-patentes, que nomeavam Ignácio Coelho e Luis de Miranda *Principais* de suas aldeias. A carta exaltava a colaboração da futura chefia indígena para com Sua Majestade, relacionando-a ao fato de que ambos eram filhos de antigos aliados, como Antonio Coelho e Ignácio Manajacaba, os quais serviram *ao mesmo Senhor com bom procedimento, sendo [leais] aos brancos e muito obediente[s] aos Seus Missionários; e por esperar dele[s] que daqui em diante se haver[ão] na mesma forma segundo a confiança que faço de Sua[s] pessoa[s]*.⁸⁵

Por meio daquele documento, Mendonça Furtado reconhecia a ambos como as únicas autoridades ameríndias, em meio aos índios *descidos* em suas respectivas aldeias, iniciando um processo que, como demonstrou Nádia Farage e oportunamente abordarei,

⁸⁴ Idem [Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, em 28/01/1752] - MCM-IHGB, p. 216-217.

⁸⁵ Idem [Carta Patente, passada a Ignácio Coelho em 06/10/1752; Carta Patente, passada a Luis de Miranda em 06/10/1752] - AHU, 38, 3525.

não resultou, unicamente, no que a Metrópole esperava. Farage demonstrou que as autoridades índias subvertiam muitas vezes as expectativas da administração colonial em favor de suas próprias alianças. Além disso, considerou que o poder dessas chefias tendia a diminuir à medida que as populações indígenas não contatadas diminuía.⁸⁶ Ao que parece, Mendonça Furtado pretendeu fortalecer uma política de assimilação semelhante à levada a cabo nas colônias espanholas, em que as lideranças indígenas eram integradas nas estruturas de poder.⁸⁷

A preocupação com a inserção das populações indígenas em parâmetros distintos dos que vinham sendo praticados até aquele momento e, acima de tudo, com a cooperação das lideranças indígenas, esteve presente nas instruções passadas a Francisco Portilho de Mello, o apresador de índios, agora travestido em administrador de povoação. Naquela carta, Mendonça Furtado ordenava:

*V. M. segurará a esses Principais que S. Maj. lhes manda observar inviolavelmente todas as condições com que se desceram, e que os manda tratar como aos seus Vassallos brancos, e que para se fazerem capazes, assim das honras que o mesmo Senhor for servido fazer-lhes, como de comerciarem, e serem homens livres, Ordena que seus filhos aprendam a Ler e Escrever a língua Portuguesa, para o que vai um Mestre para abrir escola.*⁸⁸

A preocupação metropolitana com a introdução da Língua Portuguesa, extensiva a todas as populações indígenas, ganhou um valor adicional em relação aos *Principais* e a seus filhos. Mendonça Furtado sugeria que aquele recurso deveria ser utilizado de modo a fortalecer a posição dessas chefias nos aldeamentos; procedendo dessa forma, acabou por encaminhar uma política similar àquela que os espanhóis dispensavam às suas chefias indígenas.⁸⁹ Como evidenciam as petições de Ignácio Coelho e Luis de Miranda, as iniciativas em proporcionar-lhes uma posição de destaque encontrava eco entre os ameríndios. Não por outra razão, elas constarão do Diretório dos Índios.

As considerações vindas da Colônia, relativas à resistência que os colonos

⁸⁶ FARAGE, Nádia. *Op.cit.*, 1991, p. 156-162.

⁸⁷ Sobre essa questão ver BRUNKE, José de la Puente. "Los vasallos se desentrañan por su rey": notas sobre quejas de curacas em el Peru del siglo XVII. *Anuário de Estudos Americanos*, Sevilla, LV-2, p. 459-473, Julio.diciembre/1998.

⁸⁸ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício a Francisco Portilho de Mello, em 24/04/1753] - MCM-IHGB, v. 1, p. 356-357.

⁸⁹ HASKETT, Robert S. Indian Town Government in Colonial Cuernavaca: persistence, adptation, and change. *HAHR* - Department of History, University of Maryland, Maryland, v. 67, n. 2, p. 203-231, 1987; BERNAL, Manuela Cristina García. Las elites capitulares indianas y sus mecanismos de poder em el siglo XVII. *Anuario de Estudios Americanos* - Publicacion de la Escuela de Estudios Hispanoamericanos, Sevilla, v. 57, n. 1, p. 89-110, jan./jun. 2000; STAVIG, Ward. Ambiguous visions: Nature, Law, and Culture in Indigenous-Spanish Land Relations in Colonial Peru. *HAHR* - Department of History, University of Maryland, Maryland, v. 80, n. 1, p. 77-111, 2000.

impunham à pretensão metropolitana de pôr fim à escravidão indígena, assim como as denúncias do comportamento missionário, suscitaram uma reavaliação da posição inicial do ministro de D. José. Em maio de 1753, por meio de carta a seu irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo sugeria alternativas para a resolução dos problemas reportados por Mendonça Furtado. A missiva se iniciava com a afirmação de que a liberdade dos índios era garantida tanto pelo direito natural, quanto pelo direito divino. Reconhecia, no entanto, que apesar disso, três fatores colocavam-na em risco: o perigo que a sua concretização representava para a continuidade da vida econômica do Estado; a resistência missionária; e a possibilidade de sublevações, tais como as que ocorreram nos anos anteriores, sempre que a liberdade indígena fora objeto de discussão.⁹⁰

Como podem notar, o trabalho de Mendonça Furtado, ao longo dos dois anos anteriores, não passou despercebido. Carvalho e Melo o tomara como objeto de uma longa reflexão, da qual resultara um plano com vistas a serenar os ânimos coloniais e prepará-los para a promulgação da liberdade dos índios. A Metrópole reconhecia, então, que seus projetos não poderiam ser colocados em prática sem a concordância – tácita, pelo menos – da Colônia, de forma que o plano pretendia alcançar a anuência dos colonos. Ele continha seis pontos – ou meios, como definira o próprio Carvalho e Melo – que se fundamentavam em quatro pressupostos: fortalecimento do poder metropolitano; respeito às leis e determinações reais; exposição das intenções missionárias; e, finalmente, o convencimento dos colonos.

O primeiro meio resultava da consideração de que as revoltas e levantes coloniais, ocorridos no passado, tiveram origem na falta de tropas que obrigassem à obediência às ordens reais e no fato de que muitas delas não eram cumpridas, em função da falta de ministros e colaboradores capazes. Assim, o ministro notificava o envio de tropas e oficiais e recomendava o recurso à experiência de D. Miguel de Bulhões, de cuja prudência havia *grandes provas*.⁹¹

O segundo meio alertava para o papel fundamental de tais oficiais e ministros, assim como do próprio interlocutor, no desenvolvimento de atividades que minassem a resistência dos colonos. Carvalho e Melo afirmava que, nesse sentido, Sua Majestade esperava que aumentasse:

⁹⁰ Sebastião José de Carvalho e Melo [Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 15/05/1753] - MCM-IHGB, v. 1, p. 387-393.

⁹¹ Ibidem, p. 388-389.

*vossa moderação e de todos os oficiais e ministros em que haveis de ter influência; fugindo-se quanto fôr possível de tudo o que puder parecer despotismo; não se obrando coisa alguma pública que não conste que é literalmente estabelecida nas leis desse Estado, e nas ordens que para ele se acham expedidas.*⁹²

Submissão às leis e às determinações reais, portanto, se constituíram em estratégia pedagógica, com o objetivo de incutir na Colônia o respeito pela autoridade do monarca e consolidar o poder metropolitano.

Ora, torna-se claro que as autoridades em Lisboa, Carvalho e Melo especialmente, entenderam as notícias, enviadas por Mendonça Furtado, como um alerta sobre a resistência dos colonos. A estratégia adotada não pressupunha, como se poderia pensar, a subordinação compulsória dos interesses coloniais às projeções metropolitanas. A Metrópole procurou subverter e subordinar aqueles interesses; os mecanismos adotados, porém, evidenciam uma dinâmica relação de forças – desigual, mas nem por isso irrelevante.

Os dois outros meios estão relacionados à tentativa de convencer os colonos de que a libertação dos índios era a melhor alternativa para fomentar a riqueza na Colônia; para tanto, Sebastião José de Carvalho e Melo recomendava ao irmão que trabalhasse em duas frentes: a primeira (o terceiro ponto do plano traçado) sugeria que Mendonça Furtado aproveitasse todas as oportunidades para responsabilizar os missionários pela miséria da Colônia. – os missionários deveriam ser vistos como os reais inimigos do Estado, como aqueles que não almejavam nem a liberdade dos índios, nem a felicidade dos colonos; a segunda (o quarto ponto) recomendava que Mendonça Furtado recorresse, secretamente, a algumas pessoas de reconhecida autoridade, detentoras do respeito público, para que elas convencessem aos colonos mais influentes o quanto eles estavam enganados ao acreditarem que a riqueza proviria da escravidão indígena.⁹³

Com relação a este último ponto, Carvalho e Melo ponderou que o recurso a exemplos do passado seria suficiente para evidenciar o quanto à escravização do indígena se constituía em equívoco. Fazia referências, especialmente, ao caso do Império Romano que florescera a partir da conquista de territórios, os quais teriam sido integrados, sem que suas populações fossem escravizadas, conformando um único corpo político. Caso os colonos não ficassem convencidos, os dois últimos pontos do plano pretendiam-se definitivos.

⁹² Ibidem, p. 389.

⁹³ Ibidem, p. 388-389.

O quinto garantia que a concessão de liberdade disponibilizaria muito mais índios do que a manutenção da escravidão o fazia – mais uma vez o recurso à *historia magistra vitae*:⁹⁴ o caso europeu demonstraria que a integração dos conquistados ao universo do conquistador beneficiaria a todos. Carvalho e Melo argumentou que todos os europeus foram tão bárbaros quanto os povos indígenas, exceção feita à prática da antropofagia:

*Porém, porque no tempo em que nos invadiram e dominaram os romanos em vez de nos fazerem servos da pena ou servos adscritícios, nos deixaram em plena liberdade, unindo-se e aliando-se conosco, todos nós fomos civilizados; todas as nossas terras prosperaram em povoação e em lavoura e todos tivemos sempre quem nos servisse em todos os ministérios sem haver falta de gente para eles.*⁹⁵

A sinalização é clara: a libertação dos índios não pressupunha o fim do acesso aos índios, mas sua regulamentação. A referência à função civilizadora e ordenadora do Império Romano pretendia indicar uma nova relação entre a Colônia e a Metrópole, no que tangia, especialmente, ao lugar das populações indígenas no universo colonial: não mais a mão-de-obra ao alcance dos colonos ou dos missionários, mas o meio pelo qual a Metrópole recuperava a sua condição de autoridade, em uma área periférica do Império.

O sexto ponto do plano elaborado por Carvalho e Melo é elucidativo sobre esse último aspecto. O ministro considerava que, após terem sido esgotados todos os meios de convencimento, os colonos concordariam, finalmente, com os benefícios da libertação dos índios. Mendonça Furtado deveria, então, persuadir os colonos mais influentes que solicitassem à Sua Majestade o seguinte: 1º - a abolição da escravidão indígena; 2º - a estipulação de salários para o trabalho dos índios; 3º - autorização para realizar *descimentos*; 4º - a repartição dos índios *descidos* entre os colonos e os serviços do Estado; 5º - a regulação do tempo de serviço dos índios por nove anos, depois dos quais eles estariam cristianizados, dominando a Língua Portuguesa e treinados em um ofício; 6º - a proibição de qualquer forma de escravização dos índios, recomendando tratamento idêntico ao dispensado pelos artífices e mestres mecânicos aos seus aprendizes e discípulos; 7º - a permissão para que todos os índios que andam dispersos pelo Estado empreguem-se pelo salário que conseguirem.⁹⁶

⁹⁴ Sobre a constituição de uma visão da história como um arcabouço de experiências e um recurso pedagógico que organiza o futuro ver KOSELLECK, Reinhart. *Futures past*. Massachusetts and London: MIT Press Cambridge, 1985, p. 21-38; HADDOCK, B. A. *Op.cit.*, 1989, p. 15-65; CARBONELL, Charles-Olivier. *Op.cit.*, 1992, p. 61-72.

⁹⁵ Sebastião José de Carvalho e Melo [Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 15/05/1753] - MCM-IHGB, v. 1, p. 391.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 391-392.

Tendo o rei concedido aos colonos tudo o que *pediram*, Mendonça Furtado fundaria vilas, que estariam submetidas ao Estado e cuja administração seria entregue aos nobres da Colônia. Uma vez que a escravidão estaria banida de tais vilas, para elas convergiriam todos os índios, os quais deveriam ser tratados como os colonos trazidos das Ilhas Atlânticas – recebendo terras e ferramentas, para o trabalho agrícola.⁹⁷

Esse documento é de suma importância para a compreensão das forças que se confrontaram, durante a administração de Mendonça Furtado, de forma a conformar o conteúdo da liberdade dispensada aos indígenas. Primeiramente, ele esclarece alguns pontos muito importantes sobre as chamadas Reformas Pombalinas na Amazônia, em especial, no tocante à relação estabelecida com os religiosos. A partir do momento em que Mendonça Furtado sinalizou a resistência dos missionários aos projetos metropolitanos, ele e seu irmão não se furtaram a atribuir aos missionários e à Companhia de Jesus, particularmente, toda a sorte de vícios que explicariam a situação precária em que se encontrava a Colônia. O documento em questão deixa isso evidente, ao demonstrar como Carvalho e Melo sugeriu que Mendonça Furtado se aproveitasse de um histórico de conflitos, envolvendo colonos e missionários, com o objetivo de angariar apoio para as reformas planejadas – com destaque para os planos envolvendo as populações indígenas.

Em segundo lugar, ele permite o aprofundamento do ponto que venho defendendo, qual seja o de que o Diretório dos Índios é resultado de um contexto de conflitos, envolvendo os diversos agentes existentes no universo colonial, à medida que expõe a tentativa da Metrópole (ela mesma um dos agentes) em cooptar aliados. O documento deixa claro como as denúncias de Mendonça Furtado, sobre a oposição dos colonos à concessão da liberdade indígena, suscitaram uma resposta metropolitana, no sentido de minar essa oposição através da concessão de algumas das demandas dos colonos, especialmente o acesso – mediado pelo salário – à mão-de-obra indígena.

Em terceiro lugar, o documento é importante porque muitas das questões que posteriormente farão parte do Diretório dos Índios já se encontram formuladas ali: a regulação do trabalho indígena, através do salário; a distribuição dos trabalhadores indígenas por colonos e administração pública; a obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa; a concentração dos índios em vilas, administradas por um representante do Estado; e, finalmente, o incentivo à produção agrícola. Mas, quatro anos ainda se passariam, antes que o Diretório dos Índios fosse introduzido. Até lá, as questões apontadas nesse documen-

⁹⁷ Ibidem, p. 393-393.

to seriam debatidas e aprofundadas.

D. Miguel de Bulhões deu início a esse debate em novembro do mesmo ano de 1753. Naquele mês, o bispo manifestou sua satisfação pelo fato de a Vila de Cametá estar isenta da intervenção missionária. Sugeriu, pois, que o mesmo se fizesse em todas as povoações da Colônia, antecipando um dos pontos presentes no Diretório dos Índios: a transformação das aldeias missionárias em vilas, administradas por representantes de Sua Majestade, nas quais os párocos – nomeados pelo bispo – seriam os responsáveis pela educação religiosa.⁹⁸

Mendonça Furtado, por sua vez, tornou a insistir junto à Metrópole, sobre a necessidade de distinguir alguns índios, concedendo-lhes privilégios, de forma a evidenciar o interesse de Sua Majestade em tratá-los como vassalos. Dias depois do Ofício de D. Miguel de Bulhões, Mendonça Furtado solicitava ao Conselho Ultramarino e ao Rei a ida à Lisboa dos índios Ignácio Coelho, Luis de Miranda e Francisco de Souza Menezes – todos filhos e netos de *Principais* – para que fossem recebidos por Sua Majestade e apresentassem suas demandas. Considerava que, assim, os índios perceberiam a importância que o Rei dispensava aos seus vassalos índios – o que pressupunha ser uma contribuição valiosa em um momento em que os missionários espalhavam, junto às populações aldeadas, idéias contrárias ao Rei e à administração colonial, representada pelo próprio Mendonça Furtado.⁹⁹

No início de dezembro, Francisco Portilho de Mello recebeu um novo ofício. Dessa vez, mais que recomendações, ele continha uma série de instruções que deveriam ser guardadas por ele. O documento definia as ações a serem executadas na administração dos índios da Aldeia de Sant'Anna de Macapá, a qual lhe tinha sido entregue.¹⁰⁰ As discussões havidas até aquele momento, dois anos e meio após a chegada de Mendonça Furtado à Colônia, começavam a transformar-se em políticas que consubstanciavam as projeções metropolitanas e as demandas coloniais.

O documento determinava a edificação de uma igreja, na qual os índios pudessem receber os ensinamentos cristãos e as missas fossem celebradas. O pároco responsável por ela deveria receber dois índios a seu serviço – um caçador e um pescador, os quais seriam pagos pelo trabalho realizado – e não deveria exceder as suas atribuições reli-

⁹⁸ D. Miguel de Bulhões, Bispo do Pará [Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, em 21/11/1753] - AHU, 35, 3310.

⁹⁹ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício a Sua Majestade, em 26/11/1753] - Documento 74. *Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará*, Belém, tomo II, p. 106-107, 1968.

¹⁰⁰ Idem [Instrução que levou Francisco Portilho e Melo para administrar os índios na Aldeia de Santa Ana de Macapá, em 02/12/1753] - MCM-IHGB, v. 2, p. 454.

gias. A restrição do papel dos religiosos significava uma enorme inflexão no processo de civilização das populações *descidas*. A catequese deixava de ser o instrumento fundamental de inserção dos índios no mundo ocidental, para se conformar em um elemento constituinte da educação proposta.

Com relação a esta última, o documento introduzia novas estratégias de civilização – o trabalho, o exemplo e o convencimento: os índios deveriam ser compelidos ao trabalho, de forma que dele retirassem o próprio sustento; haviam de perceber, também, que o trabalho era estimado pelos portugueses; e deveriam ser exortados, continuamente, sobre os benefícios que lhe eram subjacentes, tais como a garantia da subsistência e a possibilidade de enriquecimento. Ele tornava obrigatória uma medida sugerida na correspondência de Mendonça Furtado, D. Miguel de Bulhões e a Metrópole: a submissão das concessões de índios aos colonos à autorização expressa do governador.¹⁰¹

Em fevereiro do ano seguinte, Mendonça Furtado defendeu junto ao irmão uma das sugestões apresentadas por D. Miguel de Bulhões. Insistiu que as propriedades dos missionários – suas fazendas e aldeias – deveriam ser transformadas em vilas, seus escravos libertados e tornados trabalhadores livres, entregues a um administrador leigo.¹⁰² Na semana seguinte, notificou sua transferência para o Rio Negro, de modo a dar fim às evasões indígenas, ocorridas nas aldeias missionárias, e a convencer os colonos de que o objetivo de Sua Majestade não era privá-los do recurso aos índios – consolidando a disposição em atender a demanda colonial. Em maio, quando da construção de uma guarda no rio Madeira, próxima a Aldeia de Trocano, Mendonça Furtado recomendara ao tenente Antonio de Castro Menezes que o trabalho dos índios empregados na construção do estabelecimento deveria ser remunerado.¹⁰³ Em agosto de 1755, ainda sem ter conhecimento de que a Lei de Liberdade dos Índios já havia sido assinada por Sua Majestade, D. Miguel de Bulhões voltara à carga, sugerindo a distribuição de índios aos moradores.¹⁰⁴

Naquele mesmo mês de agosto, Sebastião José de Carvalho e Melo finalmente comunicava ao irmão a concretização de dois dos pontos das *Instruções* passadas em 1751. Em várias cartas,¹⁰⁵ todas datadas de 04 de agosto, Carvalho e Melo noticiava o en-

¹⁰¹ Ibidem, p. 454.

¹⁰² Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 18/02/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 498-505.

¹⁰³ Idem [Instrução que levou o tenente D. Antonio de Castro e Menezes, que foi estabelecer a guarda na Aldeia de Trocano, rio Madeira, em 27/05/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 540-542.

¹⁰⁴ D. Miguel de Bulhões, Bispo do Pará [Ofício a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 02/08/1755] - AHU, 38, 3561.

¹⁰⁵ Sebastião José de Carvalho e Melo [Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 04/08/1755] - MCM-IHGB, v. 2, p. 784-788; idem [Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 04/08/1755] - MCM-IHGB, v. 2, p. 789-791;

vio da Lei de Liberdades, assinada de 06/06/1755, e da Lei de 07/06/1755: a primeira abolia a escravidão indígena e a segunda o poder temporal dos missionários. As cartas traziam, ainda, a notícia da aprovação da criação da Companhia de Comércio, a qual, segundo uma delas, poderia ser divulgada imediatamente, enquanto que a publicação das duas outras leis – que haviam sido formuladas em segredo, na Corte – deveria se dar quando Mendonça Furtado achasse conveniente.

Em relação a elas, Carvalho e Melo ponderava que suas considerações de maio de 1753 já teriam surtido o efeito necessário. Em caso de necessidade, autorizava o uso da força para coibir qualquer tentativa de insurreição, no entanto, acreditava que os colonos seriam convencidos dos benefícios da lei. Seu maior argumento, nesse sentido, era a convicção de que a lei beneficiava, antes que os colonos, aos índios, e que, portanto, a apreensão corrente de que eles abandonariam as terras e fazendas, privando a Colônia de trabalhadores, não se concretizaria. Carvalho e Melo afirmava que a lei não provocaria a debandada geral dos ameríndios, porque *“se lhes dão fazendas para se sustentarem e se lhes segura o comércio dos frutos dela para enriquecerem”*.¹⁰⁶ Aos que afirmavam que os índios não trabalhavam de moto próprio, porque *“são muito propensos à preguiça e a viver na inação, fazendo-os a sua mesma barbaridade carecer daquela nobre e virtuosa ambição que faz aplicar os homens ao trabalho”*, sugeria a persuasão, através do estímulo aos laboriosos e da coerção aos resistentes.¹⁰⁷

Mendonça Furtado concordou, prontamente, com a protelação da divulgação das duas leis referentes aos índios, mas insistiu que os índios fossem obrigados a servir nas fazendas onde se encontravam, mesmo depois da promulgação da lei.¹⁰⁸ Argumentava, tal como D. Miguel de Bulhões fizera dias antes de Carvalho e Melo enviar as cartas notificando a assinatura das leis por Sua Majestade, ser esse um meio de possibilitar aos colonos a formação do pecúlio necessário para a aquisição de escravos africanos. Acima de tudo, Mendonça Furtado insistia ser fundamental garantir aos colonos a oferta de trabalhadores e para tanto sugeria um cronograma para a divulgação da lei de liberdades:

1º - Publicação da lei que instituía as cômguas para os missionários, em troca de suas fazendas. Essas fazendas seriam distribuídas, na Corte, àqueles que quisessem se es-

idem [Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 04/08/1755] - MCM-IHGB, v. 2, p. 792-795; idem [Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 04/08/1755] - MCM-IHGB, v. 2, p. 796-797.

¹⁰⁶ Sebastião José de Carvalho e Melo [Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 04/08/1755] - MCM-IHGB, v. 2, p. 794.

¹⁰⁷ Idem [Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 04/08/1755] - MCM-IHGB, v. 2, p. 794.

¹⁰⁸ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 12/11/1755] - MCM-IHGB, v.2, p. 823-824.

tabelecer na Colônia e, na Colônia, aos homens honrados e em dificuldades.

- 2º - Publicação da lei que priva os regulares da administração temporal dos índios, sem qualquer menção à lei de liberdades. Mendonça Furtado afirmava que essa medida e a anterior revogariam qualquer suspeita de que Sua Majestade pretendia prejudicar os colonos, como afirmavam os missionários. Cientes de que a Metrópole trabalhava no sentido de ampliar suas riquezas, os colonos consolidariam sua confiança nas leis de Sua Majestade.
- 3º - Publicação da lei de liberdades, após alguns meses ou um ano da publicação das duas leis antecedentes. Esse tempo, considerava o capitão-general, seria necessário para que os colonos finalmente fossem convencidos das boas intenções de Sua Majestade, diante da não concretização das ameaças vislumbradas pelos padres missionários. Nele, também, a Companhia de Comércio introduziria um número suficiente de escravos africanos, confirmando as intenções reais em não deixar faltar trabalhadores.¹⁰⁹

Mendonça Furtado mantinha-se firme, portanto, na defesa de medidas que amortecessem a resistência dos colonos à libertação dos índios. Não partilhava da certeza do irmão de que índios e colonos se renderiam aos benefícios da lei. Acreditava que uns e outros a entenderiam de forma distinta – os índios como o fim de sua relação com os colonos e esses como a *pá de cal* em sua já precária condição econômica. Insistia, então, em medidas que contornassem ambos os problemas.

A transformação da Aldeia do Trocano em Vila de Borba, a Nova, lhe rendeu a oportunidade de introduzir algumas medidas ensaiadas anteriormente, com aquele objetivo. As instruções que passara ao tenente Diogo Antonio de Castro pontuavam:

- a) Garantia e incentivo à paz e amizade entre índios e brancos;
- b) Incentivo ao trabalho, tanto de brancos como de índios, garantindo aos primeiros que o trabalho agrícola não acarretaria desonra e distribuindo os segundos pelos colonos que não se recusarem ao trabalho manual;
- c) Incentivo aos casamentos mistos, de forma a evitar que os homens brancos, casados com índias, escravizem as suas mulheres, corrompendo, dessa forma, o princípio de amizade e igualdade que fundaram aquelas uniões;

¹⁰⁹ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 12/11/1755] - MCM-IHGB, v. 2, p. 822-823.

- d) Conquista da amizade dos índios, especialmente das chefias indígenas, garantindo-lhes o acesso a todas as honras e distinções a que os portugueses têm acesso;
- e) Garantia de meios de enriquecimento e supervisão de suas relações comerciais, de forma a evitar qualquer engano, promovido pela má fé dos brancos;
- f) Introdução do pagamento dos dízimos, pelos índios, de forma a igualá-los aos demais vassallos de Sua Majestade;
- g) Introdução de um método de avaliação da produção indígena, de forma a calcular-se os tributos a serem pagos por eles;
- h) Edificação de prédios públicos, tais como a igreja, a câmara e a cadeia.¹¹⁰

Meses depois, notificou ao irmão ter integrado à câmara daquela vila, como vereador, um dos seus *Principais*:

*desta sorte me pareceu que, admitindo-os com os portugueses nos governos civis, se irão desembaraçando e tomando o conhecimento de como nos governamos ultimamente: terão boa fé em nós e tomarão amor à nação, quando vêem que fazemos as honras e os interesses comuns, finalmente tratando-os totalmente ao contrário do que até agora se tem feito, e cujos fatos abomináveis nos têm pôsto no último ódio, com tôdas estas imensas e desgraçadas gentes.*¹¹¹

Mendonça Furtado, dessa forma, ultimava uma reflexão já antiga, aquele momento: a necessidade de integrar as populações indígenas à sociedade portuguesa. Essendia, neste momento, um princípio iniciado anos antes, qual seja, o de tornar a Metrópole a instância que reconhecia as autoridades ameríndias *descidas*, através da concessão da patente de *principal*:¹¹² inseria as autoridades indígenas no aparato administrativo da Colônia, consumando, assim, o processo de desmantelamento das estruturas trazidas pelas populações *descidas*.

A experiência representada pela Vila de Borba, a Nova foi em tudo positiva, na avaliação de Mendonça Furtado. Ela confirmava o acerto de suas iniciativas, uma vez que a arrecadação dos dízimos indicava ser a vila capaz de subsistir, sem qualquer recurso da Fazenda Real, antes contribuindo para ela. Da mesma forma, o comportamento do *Prin-*

¹¹⁰ Idem [Instrução passa ao tenente Diogo António de Castro para estabelecer a vila de Borba, a Nova, antiga Aldeia de Trocano, em 06/01/1756] - MCM-IHGB, v. 3, p. 895-900.

¹¹¹ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 12/10/1756] - MCM-IHGB, v. 3, p. 942.

¹¹² O termo principal está relacionado à idéia de distinção. Foi associado às chefias indígenas, desde o início da colonização, mas não se restringia a elas. Conforme SILVA, Antonio de Moraes. *Op. cit.*.

cipal tornado vereador:

*O dito Diogo Antônio me dá conta que aquele Principal que eu fiz vereador se houve com uma ânsia e zêlo nas avaliações a favor da Fazenda Real qual ele não imaginava, e que tinha servido a S. Maj. como qualquer branco honrado, do que se vê que não há homem inútil, e que a êstes os tem feito a ignorância e a rusticidade em que os criam; quando, se fizessem o contrário, poderíamos de entre eles tirar alguns que fossem de grande proveito, assim ao serviço de S. Maj. como ao comum dêste Estado.*¹¹³

Esse *inquestionável* sucesso fez com que Mendonça Furtado sugerisse ao irmão a transformação das instruções, que passara ao tenente Diogo Antônio de Castro, em regra seguida em todos os estabelecimentos do Estado.¹¹⁴ Mais que a gênese do Diretório dos Índios¹¹⁵ (a qual, como venho afirmando, data do início do governo de Mendonça Furtado) esse episódio situa a consolidação de uma reflexão gestada desde a sua chegada à Colônia e partilhada, depois, com D. Miguel de Bulhões.

Ele finaliza, portanto, um processo, no qual se evidencia o caráter eminentemente colonial do Diretório dos Índios. Os episódios de conflito, vividos tanto com missionários, quanto com colonos, suscitaram a mediação de Mendonça Furtado e de D. Miguel de Bulhões, posto que ambos ocupassem o governo da Colônia. Ambos perceberam a insatisfação dos colonos em relação a qualquer lei que perpetuasse as restrições ao acesso à mão-de-obra indígena, tal como acontecia com o Regimento das Missões. Por isso, resistiram, também eles, à promulgação da lei de liberdades e do fim do poder temporal dos missionários. Insistiam ser necessário introduzir um mecanismo que garantisse a demanda dos colonos – trabalhadores.

Esse mecanismo parece ter surgido das reuniões havidas entre os dois, a partir do fim de 1756. Dois dias depois de ter sugerido ao irmão a consideração do regulamento passado ao comandante da Vila de Borba, a Nova, solicitara-lhe, também, que autorizasse sua saída da capitania do Rio Negro, para que, em Belém do Pará, pudesse organizar a promulgação das duas leis relativas aos índios, junto com D. Miguel de Bulhões.¹¹⁶ No ano seguinte, já em Belém, reportava a publicação das leis de Liberdade e do fim do poder tem-

¹¹³ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 12/10/1756] - MCM-IHGB, v. 3, p. 945.

¹¹⁴ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 12/10/1756] - MCM-IHGB, v. 3, p. 943.

¹¹⁵ Alguns autores afirmam ter sido este instrumento a base por sobre a qual o Diretório dos Índios foi elaborado: AZEVEDO, João Lúcio de. *Op.cit.*, 1999, p. 284-285; ARNAUD, Expedito. *Op.cit.*, 1985, p. 60; RODRIGUES, Isabel Vieira. *Op.cit.*, 1999, p. 108; SOMMER, Barbara A. *Op.cit.*, 2000, p. 67-68.

¹¹⁶ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 14/10/1756] - MCM-IHGB, v. 3, p. 992.

poral dos missionários, ocorrida em fevereiro.¹¹⁷ Manifestou, então, a resistência dos missionários em deixar as aldeias¹¹⁸ e as medidas que tomou para organizá-las, sem a presença dos regulares.

Em ofício a Sua Majestade, Mendonça Furtado ponderou que a execução das leis de 06 e 07 de junho de 1755, especialmente no que tangia à administração das povoações, acarretava a entrega do poder temporal às justiças, no caso das vilas, e aos *principais* no caso das aldeias. O convívio de dois anos entre os índios, na Aldeia de Mariuá, no entanto, havia lhe demonstrado que as intenções, contidas nas leis, seriam frustradas, caso seus dispositivos fossem respeitados e o governo das aldeias lhes fosse entregue: os índios não possuíam, segundo ele, o conhecimento necessário para governarem-se, permanecendo em paz, e tampouco a motivação exigida para trabalharem. Uma vez que a manutenção da paz e promoção da riqueza teriam sido as únicas razões que motivaram aquelas leis, entendeu que preservaria a intenção real se trabalhasse com o objetivo de alcançá-las.

Nesse sentido, reportou ter tomado a iniciativa de colocar, em cada povoação, um administrador leigo, um diretor que auxiliasse aquelas populações, no processo de aquisição da autonomia prevista na lei. Reconhecendo a ausência de homens capazes dessa tarefa, relatou ter se decidido a instruí-los, pormenorizadamente, através de um documento que instituísse todas as obrigações e procedimentos a serem adotados, na administração das povoações.¹¹⁹ Eis aqui, portanto, o substrato do Diretório dos Índios – um instrumento que, contrariando as leis formuladas em Portugal, fundava uma regulação da liberdade concedida aos índios: a tutela. Esta seria exercida em favor do Estado e dos colonos, através da codificação dos mecanismos pelos quais um e outros induziriam os índios ao desenvolvimento de valores ocidentais.

Tal documento não me parece ser, já, o Diretório dos Índios. Este, ao que tudo indica, foi redigido na Corte, tendo as instruções de Mendonça Furtado por base. O

¹¹⁷ Idem [Ofício a Sua Majestade, em 08/04/1757] - Documento 155. Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará, Belém, Tomo IV, p. 182-184, 1968.

¹¹⁸ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 09/04/1757] - MCM-IHGB, v. 3, p. 1025-1028; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 25/04/1757] - MCM-IHGB, v. 3, p. 1034-1038; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 02/05/1757] - MCM-IHGB, v. 3, p. 1039-1040; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 04/05/1757] - MCM-IHGB, v. 3, p. 1041-1048; idem [Ofício a Thomé Joaquim da Costa Corte Real, em 26/05/1757] - Documento 165. Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará, Belém, Tomo V, p. 193-207, 1906; idem [Ofício a Thomé Joaquim da Costa Corte Real, em 20/10/1757] - Documento 183. Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará, Belém, Tomo V, p. 256-261, 1906.

¹¹⁹ Idem [Ofício a Sua Majestade, em 21/05/1757] - Documento 156. Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará, Belém, Tomo IV, p. 184-188, 1968.

texto do Diretório constitui-se de 95 parágrafos, assim distribuídos:¹²⁰

✓ Da incapacidade indígena em exercer o governo das povoações e da necessidade de um diretor, assim como da sua qualificação, obrigações e interditos:	5 Parágrafos (1º/5º)
✓ Das estratégias de civilização do indígena e das responsabilidades do diretor, do pároco, do mestre-escola e dos colonos:	11 Parágrafos (6º/16)
✓ Da introdução do trabalho como forma de civilização e melhoria das condições de vida das populações <i>descidas</i> e do Estado:	10 Parágrafos (17/26)
✓ Da introdução da cobrança de dízimos e do pagamento dos diretores:	8 Parágrafos (27/34)
✓ Da necessidade de fomento às relações de comércio, sua regulamentação, estratégias de incentivo:	23 Parágrafos (35/57)
✓ Do trabalho indígena – remuneração, distribuição e controle:	16 Parágrafos (58/73)
✓ Das povoações – organização, administração e povoamento:	6 Parágrafos (74/79)
✓ Do convívio de colonos e ameríndios:	12 Parágrafos (80/91)
✓ Do controle do trabalho dos diretores:	4 Parágrafos (92/95)

A análise do conteúdo desta lei será feita oportunamente, no momento importa destacar o que nele é oriundo das considerações surgidas na Colônia e o que foi inserido na Corte. Mendonça Furtado e D. Miguel de Bulhões introduziram as questões relativas ao controle das populações ameríndias, enquanto que a Corte sistematizou a inserção do indígena na sociedade portuguesa – sua civilização e participação na política de ocupação e defesa do território colonial. Senão vejamos:

Diretrizes Metropolitanas

Diretrizes Coloniais

¹²⁰ DIRECTORIO que se deve observar nas Povoaçoens dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, 1988, p. 166-205.

- Extensão da vassalagem aos índios, transformando-os em instrumentos valiosos no processo de definição do território colonial;
- Modificação do estatuto do trabalho no universo colonial, retirando-lhe a conotação negativa e o elevando a condição de meio de enobrecimento e dignificação;
- Introdução da Língua Portuguesa como idioma único, excluindo o uso da Língua Geral, ou *Nheengatu*, como estratégia principal de dominação portuguesa sobre os territórios conquistados;
- Incentivo aos casamentos interétnicos, como forma de promover o povoamento e diminuir as distinções entre as populações européias e americanas.
- Substituição dos missionários por párocos, como forma de eliminar a influência perniciosa daqueles e minimizar a sua presença política;
- Introdução de administradores temporais, responsáveis pela condução das estratégias de civilização e controle das populações indígenas;
- Inclusão das populações indígenas entre os agentes econômicos tributáveis;
- Transformação das chefias indígenas em autoridades coloniais, através da delegação de obrigações e concessão de privilégios;
- Distribuição da mão-de-obra indígena pelos colonos, através de concessão direta do governador.

A lei do Diretório dos Índios relacionou, portanto, demandas metropolitanas e coloniais. A pretensão inicial, de relegar ao índio a responsabilidade pela ocupação e defesa do território colonial, equiparando-os a quaisquer outros vassalos do rei, foi associada à exigência da Colônia por trabalhadores. Nesse sentido, a eliminação da autoridade missionária, a introdução de administradores laicos e o incentivo à formação de chefias indígenas foram elementos incorporados à política indigenista implementada. Assim, o epíteto de política metropolitana não faz jus aos esforços e à luta dos colonos para verem contempladas as suas aspirações. O Diretório dos Índios é, antes de tudo, uma legislação forjada diante da ofensiva colonial na defesa do que entendiam ser seus interesses – seu caráter, portanto, é colonial.

O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS – PROJETO E PROCESSO

Neste capítulo, minha intenção foi evidenciar o caráter colonial da lei do Diretório dos Índios na sua origem. Essa intenção é justificada pela inflexão que este trabalho sugere: a abordagem daquele instrumento jurídico como resultado e resultante de um processo histórico, cujas forças estiveram presentes nos quarenta anos em que ele esteve em vigor. Tal aporte tem por objetivo evitar algumas ciladas: em primeiro lugar, o julgamento – a utilização da história como um suporte moral, através do exemplo a faz retornar a sua condição de mestra da vida e submetida, portanto, a parâmetros outros que não os que a pesquisa pode suscitar – daí que não é minha intenção saber se o Diretório dos Índios foi justo ou injusto (ainda que, pessoalmente, eu tenha uma opinião muita bem definida sobre a ação dos colonizadores e dos índios, mas ela, evidentemente, não é objeto de tese); em segundo lugar, a assunção do dito, pelo feito – o Diretório dos Índios consubstancia intenções e projetos que não foram concretizados, de modo que só a análise da experiência vivida pelas populações atingidas por seus dispositivos pode indicar que processos históricos foram conformados enquanto ele vigorou; em terceiro lugar, a submissão do agente histórico à condição de joguete diante de forças que lhe são superiores – a Colônia diante da Metrópole, os índios diante dos colonos etc.

A análise da documentação sugere que a experiência vivida no Grão-Pará, em meados do Setecentos, foi mais complexa do que a compreensão – correta, em certa medida, mas não completa – de que o Diretório dos Índios se constituiu em estratégia para submissão dos índios e operacionalização da exploração de sua força de trabalho. O Diretório dos Índios foi, também, uma política de integração das populações ameríndias ao modo de vida português e uma tentativa de subversão do modelo de economia colonial até então presente no território colonial português, na América. Nesse sentido, ele pretendeu ser uma política de submissão das populações indígenas, portuguesas e americanas, reunidas na Colônia, a um novo parâmetro social, baseado no trabalho e na miscigenação.

A sua formulação, condicionada que foi pelos conflitos havidos já há mais

de século na Colônia e pelos representados pelas diretrizes da nova administração, indica, ainda, que muito do que ele prescreveu não foi concretizado, porque o contexto histórico que o suscitou não foi alterado pela lei. Ao contrário, ele engendrou uma conformação social original. O Diretório dos Índios favoreceu a emergência de questões latentes na sociedade colonial paraense – ao invés de criá-las – tais como a emergência de uma hierarquia social, na qual o acesso à mão-de-obra indígena e o pertencimento aos quadros da administração pública colonial – suscitada por aquele mesmo instrumento – conformaram-se no nexos a partir do qual as posições sociais eram reconhecidas e na base das disputas ocorridas. De projeto colonial o Diretório se constituiu então, em processo histórico. Deixemos, pois a lei e dominemos a sua prática.

SEGUNDA PARTE

QUARTO CAPÍTULO

OUTRA VIDA: AS POVOAÇÕES DE ÍNDIOS E AS CHEFIAS INDÍGENAS, NO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS

Não se podendo negar, que os Índios deste Estado se conservarão até agora na mesma barbaridade, como se vivessem nos incultos Sertoens, em que nascerão, praticando os pessimos, e abominaveis costumes do Paganismo, não só privados do verdadeiro conhecimento dos adoráveis mysterios da nossa Sagrada Religião, mas até das mesmas conveniencias Temporaes, que só se podem conseguir pelos meios da civilidade, da Cultura, e do Commercio: E sendo evidente, que as paternaes providencias do Nosso Augusto Soberano, se digigem unicamente a christianizar, e civilizar estes até agora infelices, e miseraveis Povos, para que sahindo da ignorancia, e rusticidade, a que se achão reduzidos, possam ser úteis a si, aos moradores, e ao Estado: Estes dous virtuosos, e importantes fins, que sempre foi a heroica empreza do incomparável zelo dos nossos Catholicos, e Fidelíssimos Monarcas, serão o principal objecto da reflexão, e cuidado dos Directores.

Diretório dos Índios

Uma questão pode intrigar aos que percorrem estas linhas: tendo sido uma política surgida das demandas coloniais, como o Diretório dos Índios pôde pretender a satisfação dos interesses da Metrópole? Como fora possível ele ser concebido como um instrumento que, a um só tempo, atendia às exigências dos colonos, com a oferta regular de trabalhadores índios, e cumpria uma das premissas da política indigenista formulada pelo ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, qual seja a integração das populações indígenas à política de consolidação da presença portuguesa no Vale Amazônico? Afinal de contas, qual terá sido o significado histórico do Diretório dos Índios?

A questão é procedente. No entanto, ela indica uma compreensão restrita dos processos históricos. Tenho tentado, neste trabalho, demonstrar que as projeções, coloniais ou metropolitanas, não se realizaram como um reflexo de si mesmas. Entre a formulação de expectativas e a sua concretização em políticas aplicadas, os projetos, de um e outro lado, depararam-se com a resistência, organizada ou não, de interesses diversos daqueles que lhe eram subjacentes.

Os desdobramentos das lutas sociais, ocasionadas pelos embates entre projeções diversas, podem – atente para o caráter facultativo – resultar em mediações, como foi o caso da legislação do Diretório dos Índios. Esse aparato pretendeu conjugar, em uma única política, as pretensões coloniais e metropolitanas em relação aos índios. Assim, a autonomia das populações indígenas foi abandonada, pela Metrópole, e o acesso irrestrito a sua força de trabalho não foi alcançado pelos colonos. Nesse sentido, a política indigenista metropolitana sofreu um redimensionamento e uma legislação específica – não projetada, inicialmente – foi formulada, em função da resistência dos colonos às projeções da Metrópole. Daí decorre, como já demonstrei, o caráter colonial da lei do Diretório.

Este caráter, no entanto, não fez com que as pretensões metropolitanas fossem suprimidas. Como pretendi demonstrar, a exigência de oferta regular de trabalhadores índios, feita pelos colonos, foi incorporada na legislação formulada e assumida como parte do processo de integração daquelas populações à sociedade lusa. Isto não significou o abandono da pretensão metropolitana de valer-se das populações indígenas com um fator de povoamento e de transformação do Vale em um espaço português. Muito ao contrário, a legislação resultante elaborou, como se verá em seguida, uma série de estratégias com vistas à consecução daquele objetivo.

Assim, o Diretório dos Índios se configura em uma legislação de caráter colonial, tendo a responsabilidade de executar uma pretensão metropolitana. Ela surge de um

conflito de interesses, procura mediá-los, sem, contudo, resolvê-los, pois Metrópole e Colônia permaneceram com expectativas distintas em relação aos índios e isto demarcará sua concretização.

Tendo já demonstrado, o caráter colonial do Diretório dos Índios, me cabe tratar de sua condição de política de incorporação das populações indígenas contatadas e reunidas nas povoações do Vale Amazônico. Nas páginas que seguem, relaciono e analiso as estratégias de integração e as formas pelas quais elas se processaram junto às populações indígenas *descidas*.

O CASAMENTO, A EDUCAÇÃO E O TRABALHO: VIAS DA TRANSFORMAÇÃO

Amanham-se as plantas pela cultura e os homens pela educação.

Jean-Jacques Rousseau, no *Emílio*

A chegada dos europeus, ao Novo Mundo, trouxe mudanças definitivas na vida das populações que o habitavam. Em alguns casos, as transformações significaram o desaparecimento absoluto de etnias e comunidades, em outros a alteração profunda dos modos de vida – uma morte ou outras vidas. Mesmo as populações que resistiram ao contato e que se mantiveram infensas às investidas alienígenas, assumiram a resistência como uma nova dimensão de seu presente e futuro.¹ Logo, de uma forma ou de outra, todos aqueles antigos habitantes viram suas existências alteradas (ou extintas!), em decorrência da presença dos invasores.

Na América Portuguesa, as populações indígenas vivenciaram um sem número de mudanças, todas provocadas pelos europeus: o interesse pela mão-de-obra nativa fomentou guerras entre nações rivais, de forma a escravizar os prisioneiros;² as epidemias, causadas pelos vírus e bactérias trazidas pelos conquistadores, alteraram o imaginário indígena e fizeram surgir entidades relacionadas às enfermidades;³ as relações de comércio –

¹ Sobre as transformações sofridas pelas populações indígenas, ver: MONTEIRO, John Manuel. Vida e morte do índio: São Paulo colonial. In: MONTEIRO, John Manuel [et. all.] - *Índios no Estado de São Paulo* (Op. cit., 1984). p. 21-44; idem. As populações indígenas do litoral brasileiro no século 16: transformação e resistência. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. Op. cit., 1991. p. 121-136; idem. Escravidão indígena e despovoamento na América portuguesa: São Paulo e Maranhão. In: Ibidem. p. 137-167; PREZIA, Benedito; HOORNAERT, Eduardo. *Brasil indígena: 500 anos de resistência*. São Paulo: Editora FTD, 2000.

² RAIOL, Domingos Antonio. Op. cit., 1968, p. 119-124.

³ ALENCASTRO, Luís Felipe. A interação européia com as sociedades brasileiras, entre os séculos XVI e XVIII. In:

de gêneros e escravos – estabelecidas com os europeus redimensionaram o equilíbrio de poder entre as nações indígenas, como foi o caso dos Manao, que lutaram pela supremacia política na região onde viviam e pelo acesso privilegiado ao tráfico de escravos, travando conflitos com os Puinave e outros grupos do Alto Ventuari e Alto Caura – áreas de *reserva* de cativos.⁴

Além dessas, outras transformações foram introduzidas arbitrariamente, dado o interesse ibérico no aproveitamento das populações nativas no processo de colonização.⁵ Segundo Colin MacLachlan, o interesse português e espanhol derivava da importância que ambas as monarquias atribuíram à questão indígena para a definição da soberania sobre as áreas conquistadas. E não só, a cristianização e a afirmação dos direitos econômicos sobre a riqueza e o trabalho indígenas deram forma a uma série de políticas que pretendeu regular a vida ameríndia.⁶ No caso da América Portuguesa, os três séculos de colonização resultaram em uma profícua legislação que interferiu sobremaneira nas relações que aquelas populações mantinham entre si e com os colonizadores.⁷ O que não quer dizer, evidentemente, que não houvesse transformações em curso, iniciadas antes do advento da colonização européia ou que todas as transformações tenham decorrido da presença alienígena.⁸ Quer dizer, isto sim, que a presença européia interferiu nos processos históricos das populações nativas, fosse pela simples presença dos colonos, fosse pelas políticas indigenistas implementadas.

O Diretório dos Índios, no entanto, introduziu uma inovação na forma pela qual tais modificações se conduziam. Em que pese o caráter normativo dos aparatos legislativos indigenistas, nenhum dos que lhe antecedeu teve a pretensão de implementar uma transformação tão radical na vida indígena. Parte da originalidade da lei do Diretório decorre de sua condição de legislação Ilustrada. Peço atenção, porque essa condição não lhe é dada pelo tempo. A rigor, o Diretório dos Índios não *nasce* como produto do Iluminismo.

COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. *Op. cit.*, 1991. p. 97-119, p. 99-100; idem. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 127-138.

⁴ DREYFUS, Simone. *Op. cit.*, p. 26-28 e 36.

⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *Op. cit.*, 1977, p. 91.

⁶ MACLACHLAN, Colin. *Op. cit.*, 1972, p. 357

⁷ Sobre as políticas indigenistas promulgadas no período colonial, ver: KIEMEN, Mathias C. *Op. cit.*, 1954; ARNAUD, Expedito. *Op. cit.*, 1973; SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, 1979, p. 99-112; PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Op. cit.*, 1992. p. 115-132; NEVES, Luiz Felipe Baêta. *Vieira e a imaginação social jesuítica – Maranhão e Grão-Pará no século XVII*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 251-276.

⁸ Sobre as sociedades indígenas e seus processos históricos, vividos antes ou independentemente da chegada dos europeus ver: ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia amazônica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Op. cit.*; FA-PESP, 1992. p. 53-86; PORRO, Antonio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 9-36.

Tendo sido formulado como resposta à pressão dos colonos para que a concessão de liberdade aos índios não resultasse em escassez de trabalhadores, ele é, muito propriamente, uma lei colonial, cuja origem decorre da antiga demanda por mão-de-obra.

O que lhe garante a condição de legislação Ilustrada é o que lhe foi acrescentado com o objetivo de, satisfazendo-se alguns dos anseios dos colonos, concretizarem-se as projeções da Metrópole. A formulação inicial de Sebastião José de Carvalho e Melo previa a concessão da liberdade aos índios e o estabelecimento das populações contatadas em povoações administradas pelas próprias chefias indígenas. O convívio com os colonos e a conseqüente participação na sociedade portuguesa faria com que os índios, por meio da Razão (a qual conduziria a *melhor* alternativa), percebessem as virtudes da cultura lusitana e da civilização européia e adotassem uma e outra. Carvalho e Melo formulara, portanto, um cogito genuinamente Ilustrado, uma vez que pressupunha que a Razão, inerente ao homem e, portanto, extensiva aos índios, prevaleceria sobre a *barbárie* e, assim, a cultura e os costumes europeus seriam adotados.⁹

Ainda que ao final, o Diretório dos Índios tenha adotado a tutela como pressuposto de intermediação, baseando-se na idéia da incapacidade relativa dos índios e na conseqüente necessidade de que fossem conduzidos à vida civilizada, seus parágrafos incorporam uma questão fundamental no âmbito da filosofia das Luzes.¹⁰ O redimensiona-

⁹ O caráter Ilustrado da lei do Diretório dos Índios é tema que exige uma reflexão exclusiva. Não é meu objetivo desenvolvê-la neste trabalho. No entanto, não me privo de adiantar a minha posição, uma vez que a historiografia o dimensiona, também, por esse caráter. O que pretendo enfatizar no parágrafo em questão é o fato de o Diretório dos Índios não ter resultado de uma demanda do Iluminismo e de seus agentes, tal como o foi a Enciclopédia, por exemplo. Mesmo considerando a proposição de Carl Becker, segundo a qual o Iluminismo deve ser pensado como uma questão – um clima de opinião, uma atitude de pensamento – a qual poderia ter sido compartilhada pelos intelectuais da Colônia, postulo que o Diretório não resultou dela. A lei do Diretório dos Índios resultou de questões que datam do início da colonização do Vale Amazônico – como o controle e a distribuição da mão-de-obra indígena – acrescidas de outras oriundas da geopolítica ibérica no continente americano – o Tratado de Madri e a delimitação das fronteiras. A formulação de Sebastião José de Carvalho e Melo, no entanto, ainda que condicionada pela conjuntura ibérica a que me refiro, introduziu uma questão – uma atitude em relação ao homem americano – original: mesmo tendo como horizonte a ocupação do território colonial, ela assumiu os índios como homens suscetíveis de ingressarem na sociedade portuguesa, e de assimilarem os valores europeus, dado o fato de que podiam aprender. Seu cogito pressupunha que a experiência – esse avatar do pensamento Ilustrado –, temperada pela Razão, os transformaria. Isto não quer dizer que o texto da lei não tivesse sido acrescido com questões próprias do Iluminismo, não apenas em função da formulação inicial de Carvalho e Mello, mas pelos próprios objetivos que ela se propôs, como veremos a seguir. O *pecado original* que suscitou o Diretório dos Índios, insisto, porém, não foi o pensamento Ilustrado.

Essa reflexão, que será desenvolvida em outro trabalho, tem como base, além da bibliografia relativa ao Iluminismo e já citada, três obras, fundamentais: BECKER, Carl L. *The heavenly city of the eighteenth century philosophers*. New Haven: Yale University Press, 1960; FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ática, 1990. Essa reflexão originou-se das discussões travadas no âmbito do mestrado, sob a orientação da professora Berenice Cavalcante, a quem agradeço os ensinamentos, e a lição presente em um de seus artigos, sobre como se conformara o pensamento Ilustrado na Colônia, conforme: CAVALCANTE, Berenice. Os 'letrados' da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, nº 1-2, p. 53-66, jan/dez. 1995.

¹⁰ Assim como o caráter Ilustrado do Diretório dos Índios, a questão da tutela requer uma reflexão exclusiva. A seguir,

mento do papel missionário e o estabelecimento de valores laicos, como as bases sobre as quais se resgataria o indígena da condição de *miséria e selvageria* em que se encontrariam e o introduziriam no mundo civilizado, tornam o Diretório dos Índios uma peça expressiva do Século das Luzes.¹¹

ofereço o estado da discussão e a minha posição, diante dele. Em ocasião oportuna, mas não neste trabalho, realizarei a reflexão que a questão exige. Peço que compreendam, portanto, a extensão da nota.

A questão da tutela nas políticas indigenistas tem sido debatida, já há bastante tempo, pela literatura especializada. Boa parte dos autores considera que a tutela fez parte das políticas indigenistas, desde o início da colonização. Assim, entre os que tratam do Diretório dos Índios, João Lúcio de Azevedo, Colin MacLachlan, Ciro Flamarion Cardoso, José Alves de Souza Júnior, Rita Heloísa de Almeida, Nirvea Ravena e Ângela Domingues consideram que o Diretório deu continuidade às legislações que o antecederam, à medida que manteve a condição de tutelados, atribuída às populações indígenas pelo Regimento das Missões [conforme: AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.*, 1999, p. 284-285; MACLACHLAN, Colin. *Op. cit.*, 1972, p. 378; CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Op. cit.*, 1984, p. 103; SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Op. cit.*, 1993; ALMEIDA, Rita Heloísa de. *Op. cit.*, 1997, p. 36-37, 151-152 e 164; RAVENA, Nirvea. *Op. cit.*, 1999, p. 63-95, p. 67; DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos* (*Op. cit.*, 2000), p. 184;]. Alguns autores, dentre os quais encontram-se vários dos acima referidos, distinguem o caráter da tutela instituída pelo Regimento das Missões da que foi introduzida pelo Diretório dos Índios: este último teria considerado a tutela como uma fase de transição entre a barbárie e a civilização, entre a margem e o âmago da sociedade colonial [BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Representação ao Conselho Geral da Província do Pará sobre a especial necessidade de um novo regulamento promotor da civilização dos índios da mesma província. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, Belém, t. 2, 241-292, 1968, p. 242-244; MACLACHLAN, Colin. *Op. cit.*, 1972, p. 369-371; ANDERSON, Leslie Robinson. *Op. cit.*, 1976, p. 138-147; CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.*, 1983, p. 139-140; RODRIGUES, Isabel Vieira. *Op. cit.*, 1999, p. 107; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Op. cit.*, 2001, p. 71, 129 e 276]. John Hemming é um dos poucos que considera a manutenção da tutela, pelo Diretório, uma subversão da Lei de Liberdades de 1755 [HEMMING, John. *Op. cit.*, 1978, p. 480] – no que eu o acompanho. O debate, no entanto, diz respeito ao alcance da tutela. Manuela Carneiro da Cunha, Nádya Farage e Patrícia Sampaio consideram que a tutela instituída pelo Diretório dos Índios só se aplicava aos índios aldeados. As populações que se mantinham infensas ao jugo daquela lei estariam infensas ao seu domínio [CUNHA, Manuel Carneiro da; FARAGE, Nádya. *Op. cit.*, 1987, p. 111; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Op. cit.*, 2001, p. 276]. Duas questões devem ser discutidas aqui: em primeiro lugar o caráter da tutela quando aplicado aos índios, desde o início da Conquista; em segundo lugar, o caráter da tutela no âmbito do Diretório dos Índios. No primeiro caso, alguns autores tem se encaminhado no sentido de afirmar que a inferioridade foi uma condição atribuída ao índio, pelo europeu, não importando a relação construída – se associado ou submetido. Tzvetan Todorov já demonstrou que colonos e missionários, desde o início, tomaram os índios por inferiores e incapazes, ainda que por razões distintas [TODOROV, Tzvetan. *Op. cit.*, 1993, p. 123-164]. Ronald Raminelli chegou às mesmas conclusões, ao analisar o caso colonial brasileiro [RAMINELLI, Ronald. *Op. cit.*, 1996]. Frank Lestringant, analisando os processos da alteridade européia em relação ao *selvagens* americanos, sublinha o lugar subordinado a que foram relegados estes últimos [LESTRINGANT, Frank. *Op. cit.*, 1997]. No segundo caso, temos de considerar a interferência do Iluminismo na discussão, já antiga aquele momento, sobre a natureza do índio. A obra clássica de Antonello Gerbi evidencia que a discussão em torno da natureza do homem americano dividiu os filósofos Ilustrados – uns consideravam-no a manifestação da decadência e da degeneração, como De Paw e Buffon (cuja posição oscilou ao longo do século), outros, como Robertson, defendiam que eles se encontravam na infância da civilização [ver GERBI, Antonello. *Op. cit.*, 1993 e DUCHET, Michèle. *Op. cit.*, 1984]. No âmbito do pensamento Ilustrado, portanto, uma e outra visão o colocavam no lugar do subordinado – porque decrepito, degenerado, impotente e incapaz, ou porque infante, ingênuo e incorrupto. De forma que acompanho a posição defendida por Thaís Colaço, segundo a qual a posição do índio, independentemente de seu estatuto, diante do colonizador, foi sempre a de subordinado e, portanto, suscetível à tutela [COLAÇO, Thaís Luzia. *Incapacidade indígena: tutela religiosa e violação do direito guarani nas missões Jesuíticas*. Curitiba: Juruá, 1999]. Reitero meus agradecimentos à Patrícia Maria Melo Sampaio, pela oportunidade de refletir sobre a tutela indígena, em inúmeras conversas.

¹¹ Esta assertiva ganha relevância adicional, se considerarmos que o Diretório dos Índios consubstancia uma das manifestações do pensamento Ilustrado, por um outro viés. Frank e Fritzie Manoel destacam a importância do pensamento utópico, no âmbito das reflexões Ilustradas. O caráter revolucionário do Iluminismo residiria, não somente, na crítica ao argumento de autoridade, representado pela Igreja, mas, também e sobretudo, no aporte transformador que lhe era subjacente. Redimir a sociedade por meio da Razão, tornando-a menos suscetível aos vícios da superstição, da autoridade usurpada, do desregramento moral – este era o escopo político do Iluminismo. Nesse sentido, o pensamento utópico compôs parte relevante das reflexões do Século das Luzes.

Há, certamente, um componente utópico, subjacente à lei do Diretório dos Índios. Ele projeta uma sociedade na qual

Com ele, a cristianização, único caminho de acesso à civilização até então, passou a ser vista como parte do processo de transformação do indígena – essencial, mas não a mais importante. O casamento, a educação e o trabalho assumiram lugar de destaque entre as estratégias vislumbradas pela legislação. Tais instituições situaram o processo de civilização como um empreendimento laico, no qual a experiência, o exemplo e a adoção de valores civis se tornaram preponderantes.

O Diretório dos Índios, como lei colonial e ilustrada, não apenas acentuou as transformações sofridas pelas populações indígenas, como se verá em seguida, mas também promoveu uma enorme inflexão na estratégia das políticas indigenistas até então promulgadas. Todas elas atuavam sobre a arregimentação, controle e distribuição da mão-de-obra. Quando legislavam sobre os mecanismos de transformação das formas de vida das populações contatadas e submetidas, elas limitavam-se a determinar que a cristianização fosse garantida. Os processos de transformação cultural – de um e de outro lado – ocorreram, no mais das vezes, à revelia da lei.¹² A apropriação de costumes e objetos e a instituição de uniões interétnicas resultaram do convívio – freqüentemente violento – de colonos e indígenas, sem que a legislação tivesse qualquer participação positiva.

Pois, a política indigenista, associada ao Diretório dos Índios, assegurou a miscigenação, por meio do casamento interétnico, como uma estratégia de civilização. A lei de 04 de Abril de 1755 pôs fim ao caráter negativo atribuído às uniões mistas até aquele momento.¹³ O texto remetia a decisão à necessidade de povoar o território.¹⁴ A lei do Diretório reeditou a medida, situando-a, no entanto, como uma estratégia de erradicação da diferença entre índios e brancos e como uma afirmação da boa vontade portuguesa, para

índios, americanos e portugueses, associados, conformariam um corpo redimido dos vícios que a presença missionária, a cupidez dos colonos e a ignorância indígena haviam feito germinar no Vale Amazônico.

Sobre o caráter crítico do pensamento Ilustrado ver KOSELLECK, Reinhart. *Crítica y crisis del mundo burguês*. Madrid: Ediciones Rialp, [c1965]. Sobre o lugar da utopia ver MANUEL, E. Frank; MANUEL, P. Fritzie. *Utopian thought in the western world*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University, 1979; e STAROBINSKY, Jean. *A invenção da liberdade: 1700-1789*. São Paulo: Unesp, 1994. Iniciei esta reflexão em COELHO, Mauro Cezar. Um conhecimento sobre o homem: os indígenas do Rio Negro nas reflexões de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Anais do Arquivo Público do Pará*, v. 3, t. 2, p. 215-237, 1998.

¹² Sobre a apropriação de práticas e costumes indígenas, pela população colonial e emergência de um tipo social novo ver, especialmente, FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, 1996, p. 88-187; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; e KERN, Arno Alvarez. Cultura européia e indígena no rio da Prata nos séculos XVI/XVIII. *Estudos Ibero-Americanos* - Revista do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto alegre, v. 19, n. 2, p. 5-18, dez./1993.

¹³ Há que se notar que em uma sociedade hierárquica e discriminatória como era a colonial, cingida por distinções de cor e raça, os casamentos envolvendo indivíduos tidos por inferiores não eram bem vistos. No entanto, como já alertou Sérgio Buarque de Holanda, tais enlacs foram comuns em certas áreas e não impediram a promoção social dos envolvidos – HOLANDA, Sérgio Buarque. *Op. cit.*, 1979, p. 26.

¹⁴ AHU, 38, 3568.

com as populações indígenas. A transcrição dos parágrafos 88 e 91 é fundamental para que se compreenda o alcance pretendido.

88 – Entre os meios, mais proporcionados para se conseguir tão virtuoso, útil e santo fim, nenhum he mais efficaz, que procurar por via de casamentos esta importantíssima união. Pelo que recommendo aos Directores, que appliquem hum incessante cuidado em facilitar, e promover pela sua parte os matrimonios entre os Brancos, e os Índios, para que por meio deste sagrado vinculo se acabe de extinguir totalmente aquella odiosissima distinção, que as Nações mais polidas do Mundo abominarão sempre, como inimigo commum do seu verdadeiro, e fundamental estabelecimento.

91 – Deste modo acabarão de comprehender os Índios com toda a evidencia, que estimamos as suas pessoas; que não desprezamos as suas allianças, eo seu parentesco; que reputamos, como próprias as suas utilidades; e que desejamos, cordial, e sinceramente conservar com elles aquella recíproca união, em que se firma, e estabelece a sólida felicidade das Repúblicas.¹⁵

A instrução passada ao Tenente Diogo Antonio de Castro, quando este assumira a administração da Vila de Borba, a Nova, em 1756, já incorporava esse princípio. Ela recomendava ao tenente, que cuidasse para que os homens brancos, casados com índias, não abandonassem as suas mulheres, nem as obrigassem ao trabalho.¹⁶ Francisco Xavier de Mendonça Furtado alertava para um risco subjacente aos casamentos mistos – os *cunhamemas*: homens que utilizavam o casamento como meio de arregimentação de mão-de-obra, submetendo suas mulheres e a sua parentela ao trabalho.¹⁷ Patrícia Sampaio narra um episódio envolvendo o *cunhamema* João Portez Arzão e suas duas esposas. Ao casar-se com a filha do *Principal* Sanidato, Arzão recebera ferramentas, terras e índios para dar início às roças da nova família. O pai da noiva, no momento da cerimônia, garantiu que criaria uma povoação, junto com sua gente, a qual empregara, imediatamente, nas roças do genro. Ocorreu, todavia, que um outro *Principal* surgiu, dias depois, reclamando o noivo – alegava ser ele marido de sua filha.

Os desdobramentos desse episódio resultaram na morte do *cunhamema*, assassinado por um de seus sogros, na ameaça de quebra da promessa do *Principal* Sanidato, de erigir uma povoação, e nos esforços do governador, Joaquim de Mello e Povoas, em por um fim à onda de violência, providenciando novos noivos para as viúvas.¹⁸ João Portez Arzão, suas esposas e sogros dão conta da importância de tais casamentos, na segunda me-

¹⁵ DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, p. 201-202.

¹⁶ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Instrução passada ao Tenente Diogo Antonio de Castro para estabelecer a Vila de Borba, a Nova, antiga Aldeia Trocano] - MCM-IHGB, v. 3, p. 895-900.

¹⁷ HURLEY, Jorge. *Op. cit.*, 1938, p. 204-205.

¹⁸ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Op. cit.*, 2001, p. 200-201.

tade do Setecentos. Antes realizados à revelia do Estado e movidos pelos interesses dos indivíduos imediatamente envolvidos – homens, mulheres e suas parentelas – os casamentos interétnicos passaram a ser vistos como uma política de aproximação e aliança entre brancos e índios.

Mas não só. D. Miguel de Bulhões, Bispo do Pará, considerava tais casamentos a forma mais eficaz de povoar as terras da Colônia com elementos brancos e de torná-las civis.¹⁹ Sua consideração apresentava uma outra faceta da política de incentivo aos casamentos: a eliminação física e cultural das populações indígenas, por meio da miscigenação. Os casamentos deveriam prover as terras da Colônia de habitantes que recusavam a herança materna. Os pais, os brancos, deveriam fazer com que a esposa e seus familiares abandonassem os seus costumes, em favor dos deles, conforme se verifica na crítica de Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista que percorrer o Vale na década de 1780, relativa ao comportamento dos brancos, depois de casados:

*[...] Europeos, estabelecidos, os quaes se despressão de trabalhar. Sendo alias a maior parte d'elles de natureza tal, que em vez de ensinarem as Indias suas mulheres e aos Mamelucos seus filhos, os Costumes dos Brancos, pelo contrario são elles os que adoptaõ os Costumes dos Indios, e ficaõ tálvéz um pouco peiores.*²⁰

O Frei João de de São José, teceu crítica semelhante:

*[...] me presuado que em Constantinopla com grande indifferença se fariam turcos, e com a mesma protestantes em Inglaterra; sem verdade nos juramentos, que ainda assim costumam observar os que seguem Mafoma e Luthero, principalmente os que entre estes se dizem de probidade e honra. Para os costumes dos indios estes são pessimos missionarios, vivendo em uma ociosidade continua, occupando o tempo em tocar viola, fumar tabaco, e balanço de rede..*²¹

Ao que parece, por conseguinte, os homens dispostos a unirem-se às índias não partilhavam as mesmas preocupações que a Metrópole. As questões que os motivaram podem ter sido outras: em primeiro lugar, a vontade e a necessidade de constituir uma fa-

¹⁹ D. Miguel de Bulhões, Bispo do Pará [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 27/02/1756] - BNLC, 628, 81.

²⁰ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Participação Geral do Rio Negro, e seu Território. Extrato do Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de S. José do Rio Negro. Com a Informação do Estado Presente dos Estabelecimentos Portuguezes no Sobredito Rio, nos Anos de 1785 e 86. Datada de Barcelos, 28 de Outubro de 1787; BN, SM, 21, 1, 9, 22º Título - "Agricultura".

²¹ VIAGEM e visita do Sertão, em o Bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763, escripta pelo Bispo D. Fr. João de S. José, monge beneditino. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 9, p. 43-107, 179-227, 328-375 e 476-527, 1869.

mília, a qual lhe garantisse afetividade e um lugar social.²² Como o exemplo de João Portez Arzão sugere, o casamento implicava o estabelecimento de solidariedades importantes, oferecidas pelos sogros, cunhados, primos etc. Em segundo lugar, o patrocínio do Estado se fazia através de benesses cobiçadas: a suspensão do caráter infame, normalmente imputado aos matrimônios mistos; o dote, composto de roupas ou tecidos, ferramentas, uma medida de sal, terras e animais;²³ e a isenção do serviço militar, concedida em alguns casos.²⁴

A despeito dos interesses distintos, as autoridades coloniais reportaram a promoção de tais uniões, ao longo dos primeiros anos de vigência do Diretório dos Índios. Francisco Xavier de Mendonça Furtado notificou a realização de vinte e três uniões, em 1757²⁵ e de cinquenta e três em 1759.²⁶ O mesmo fizera o seu sucessor no governo do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Manoel Bernardo de Mello e Castro, em 1759 e 1760. No primeiro caso, reportou a realização de 33 uniões, envolvendo soldados e índias;²⁷ no segundo, garantiu seu empenho em promover casamentos.²⁸

A política de incentivo aos casamentos mistos não vigorou solitária. Associada a ela implementou-se a adoção da Língua Portuguesa. Com relação a esta última, percebo outra inflexão introduzida pelo Diretório dos Índios. Na América Ibérica, os missionários realizaram um enorme investimento no domínio da língua e da cultura ameríndias, de forma a poder utilizá-las em favor da cristianização.²⁹ No território americano-português, os missionários constituíram táticas de assimilação originais ao dominarem as línguas indígenas e as utilizarem para a transmissão de valores cristãos.³⁰ Nesse contexto, a língua era tida como o veículo para a consecução do empreendimento mais importante – a catequização.

A política indigenista iniciada com o ministério pombalino, no entanto, as-

²² MACLACHLAN, Colin. *Op. cit.*, 1972, p. 371-2; FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 146-156.

²³ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 13/10/1756] - MCM-IHGB, v. 3, p. 977; idem [Ofício a Manoel Bernardo de Mello e Castro, em 18/06/1760] - APEP, 103, 46.

²⁴ Feliciano Ramos Nobre Mourão [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 10/11/1760] - AHU, 48, 4362.

²⁵ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 13/10/1756] - MCM-IHGB, v. 3, p. 977.

²⁶ Idem [Destinatário não identificado, em 20/10/1757] - Documento 198. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*, Belém, Tomo V, p. 305-306, 1906 e Idem [Ofício a Thomé Joaquim da Costa Corte Real, em 10/02/1759] - AHU, 44, 4002.

²⁷ Manoel Bernardo de Mello e Castro [Ofício a Thomé Joaquim da Costa Corte Real, em 31/07/1759] - AHU, 45, 4100.

²⁸ Idem [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 18/10/1760] - Documento 426. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*, Belém, Tomo X, p. 303, 1968.

²⁹ TODOROV, Tzvetan. *Op. cit.*, 1993, p. 183-238.

³⁰ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes; SILVA, Adriane Costa da. *Op. cit.*, p. 65-66.

sumiu o ensino da Língua Portuguesa como uma estratégia de afirmação da soberania lusitana. Francisco Xavier de Mendonça Furtado o recomendara antes mesmo da formulação do Diretório dos Índios.³¹ Os parágrafos seis e sete desta lei, todavia, dão total conta da forma pela qual aquela pretensão metropolitana foi incorporada:

6 – Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Naçoens, que conquistarão novos Domínios, introduzir logo nos Póvos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este he hum dos meios mais efficazes para desterrar dos Póvos rusticos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiencia, que ao mesmo passo, que se introduz nelles o uso da Lingua do Principe, que os conquistou, se lhes radica tambem o affecto, a veneração, e a obediencia ao mesmo Principe.[...]

*7 – E como esta determinação he a base fundamental da Civiliadade, que se pertende, haverá em todas as Povoaçãoens duas Escolas públicas, huma para os Meninos, na qual se lhes ensine a Doutrina Christãa, a ler, escrever, e contar na fôrma, que se pratica em todas as Escolas das Naçoens civilizadas; e outra para as Meninas, na qual, além de serem instruidas na Doutrina Christãa, se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, custura, e todos os mais ministérios proprios daquelle sexo.*³²

O ensino da doutrina cristã, como se vê, passou a ser visto como parte do processo de inclusão do indígena na sociedade portuguesa. O domínio da língua, nesse sentido, deixou de constituir um acesso à salvação da alma e significou a afirmação da soberania metropolitana.³³ Os mestres-escola deveriam ensinar, especialmente às crianças, a língua da Metrópole. Os meninos aprenderiam a contar, somar e subtrair, enquanto as meninas deveriam dominar as habilidades que lhes garantiriam o lugar de esposa e mãe.³⁴

Nos primeiros anos de vigência daquela lei, a preocupação em garantir o su-

³¹ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício ao Padre Antonio Machado, em 14/08/1751] - AHU, 33, 3080; idem [Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, em 08/01/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 147; idem [Ofício a José de Barros, em 21/10/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 636.

³² DIRECTORIO que se deve observar nas Povoaçãoens dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, p. 168-169.

³³ Sobre a utilização da língua por missionários e colonos, no trato com as populações indígenas, ver PADGEN, Anthony. *Op. cit.*, 1993, p. 117-140. Sobre a utilização da língua como estratégia de afirmação de poder conquistador ver KIERNAN, Víctor. Línguas e conquistadores. In: BURKE, Peter; PORTER, Roy (org.) *Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 259-284. Sobre o lugar da língua como elemento de unificação ver BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 89-117.

³⁴ Sobre o lugar fundamental que as diversas línguas faladas no Vale ocuparam nos processos sociais ver BESSA FREIRE, José Ribamar. Da “fala boa” ao português na Amazônia Brasileira. *Amazônia em Cadernos* - Revista do Museu Amazônico da Universidade do Amazonas, Manaus, n. 6, p. 1-66, jan./dez. 2000 e idem. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Atlântica, 2004. Sobre a importância do ensino da Língua Portuguesa para a afirmação da soberania portuguesa na região ver HEMMING, John. *Op. cit.*, 1978, p. 482-483; DOMINGUES, Ângela. A Educação dos meninos índios do Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. cit.*, 1995. p. 67-77, p. 69. Sobre a educação de homens e mulheres, ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Educação feminina e educação masculina no Brasil Colonial. *Revista de História* - Revista do Departamento de História da FFLCH/USP, São Paulo, v. 55, n. 109, ano 28, p. 149-164, jan/mar. 1977.

cesso dessa iniciativa foi uma constante. Em 1759, Francisco Xavier de Mendonça Furtado reportava ao secretário do Ultramar os resultados positivos da introdução da Língua Portuguesa e a sua eficácia na consolidação da união de brancos e índios.³⁵ No ano seguinte, chefiando aquela Secretaria de Estado, notificou a Manoel Bernardo de Mello e Castro a ida do professor de gramática, Euzébio Luiz Pereira Ludon, com o objetivo de introduzir um novo método de estudos, e o envio de material de ensino matemático.³⁶

Manoel Bernardo de Mello e Castro, além de garantir à Metrópole o cumprimento da política educacional,³⁷ sugeriu a fundação de um seminário destinado à educação da infância indígena.³⁸ Da Vila de Cametá, no Pará, o capelão Manoel Eugênio da Cruz afiançou a Mendonça Furtado que o governador estabeleceria duas escolas naquela vila.³⁹ O ouvidor da capitania, Feliciano Ramos Nobre Mourão, reportou a iniciativa do governador em distribuir os filhos dos *Principais*, Capitães e demais oficiais índios pelas casas do Bispo, Coronéis e outras autoridades, para que recebessem educação adequada. Contou que o próprio governador mantinha nove meninos em sua casa, os quais freqüentavam a escola e a missa dominical, vestidos e calçados.⁴⁰

Tais manifestações da preocupação de Mello e Castro com a questão educacional dão testemunho maior da importância do ensino da Língua Portuguesa, do que do engajamento do governador à política de assimilação. A rigor, a edificação de escolas e o preenchimento dos cargos de mestres não eram tarefas fáceis, mesmo nas povoações de brancos. Em novembro de 1761, Mello e Castro notificava Mendonça Furtado da dificuldade em prover as funções de mestre-escola e solicitava autorização para que pudesse empregar párocos. Em anexo, afirmava que além da capital, Belém, havia demanda de professores nas vilas de Bragança, Ourém, Macapá, Vistoza, Mazagão, Santarém e Cametá.⁴¹

Por meio daquela notificação, Mello e Castro respondia a uma ordem do Rei, recebida em nove de junho daquele ano, a qual determinava o provimento de escolas e professores nas povoações do Estado. A mesma ordem fora transmitida ao Bispo do Pará, o

³⁵ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício a Thomé Joaquim da Costa Corte Real, em 27/03/1759] - *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, Belém, t. 7, p. 38-41, 1913.

³⁶ Idem [Ofício a Manoel Bernardo de Mello e Castro, em 04/07/1760] - APEP, 103, 63; idem [Ofício a Manoel Bernardo de Mello e Castro, em 04/07/1760] - APEP, 103, 65.

³⁷ Manoel Bernardo de Mello e Castro [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 13/10/1760] - *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, Belém, t. 10, p. 301-302, 1968.

³⁸ Idem [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 11/11/1760] - *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, Belém, t. 10, p. 307-308, 1968.

³⁹ Manoel Eugênio da Cruz [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 20/06/1761] - AHU, 49, 4511.

⁴⁰ Feliciano Ramos Nobre Mourão [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 28/06/1761] - AHU, 49, 4523.

⁴¹ Manoel Bernardo de Mello e Castro [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 17/11/1761] - AHU, 51, 4690.

qual se prontificara a contribuir no que pudesse para o estabelecimento de escolas naquela capitania.⁴² Muito provavelmente, as autoridades metropolitanas já haviam sido informadas do que ocorria nos sertões do Vale Amazônico. Em alguns lugares a língua-geral, o Nheengatu, permanecia o idioma corrente.⁴³ Em 1766, Mendonça Furtado exigia do governador de então, Fernando da Costa de Ataíde Teive, um relatório sobre as escolas existentes nas povoações e já adiantava que a resistência infantil à escola era comum mesmo entre os portugueses, como que indicando a quem cabia a responsabilidade por qualquer eventual insucesso.⁴⁴

O relatório pedido, se elaborado, reportaria que em algumas povoações, como as de Lamalonga e São José do Javari, a função de mestre era ocupada, quando o era, por um soldado.⁴⁵ Em outras, como o Lugar de Moreira, não havia mestre algum.⁴⁶ A dificuldade de se prover os cargos de mestre-escola pode ser vislumbrada pelo número de nomeações para o cargo, encontrado entre as 1735 nomeações relacionadas em uma série localizada nos Códices do Arquivo Público do Pará, compreendendo o período de 1772 a 1794: uma – de Percúcio Rodrigues, para a Vila de Almeirim, em 1779.⁴⁷

Não por outra razão o trabalho constituiu o principal recurso para a transformação do indígena em um elemento útil ao Império. O incentivo aos casamentos interétnicos e a introdução da Língua Portuguesa, apesar de sua importância política, não receberam a mesma atenção que a atividade agrícola, a qual agregava valor econômico a sua condição de estratégia pedagógica. Mais uma vez, não há originalidade no recurso à agricultura, pois as iniciativas missionárias compreendiam além da catequese, o aprendizado de artes mecânicas e técnicas agrícolas.⁴⁸ E elas foram vistas, desde cedo pelas coroas ibéricas, como estratégias necessárias no processo de transformação do indígena em um elemento dócil às investidas dos colonizadores.⁴⁹ A potencialidade da atividade agrícola, como fator gerador de recursos e de comportamentos, foi o que fez dela um dos pilares da política de transformação da vida indígena, projetada pela Metrópole, e o que lhe garante a

⁴² Fr. São José de Queiroz [Ofício ao Rei, em 21/11/1761] - AHU, 51, 4701.

⁴³ Luis Gomes de Faria e Souza (Intendente Geral do Comércio) [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 15/09/1762] - AHU, 53, 4839.

⁴⁴ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício a Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 23/07/1766] - APEP, 166, 84.

⁴⁵ Philippe Serrão de Castro (diretor do Lugar de Lamalonga) [Ofício ao governador, em 23/07/1770] - APEP, 217, 19; Jozé Agostinho (diretor da Vila de São Jozé do Javari) [Destinatário não identificado, em 25/07/1772] - APEP, 217, 37.

⁴⁶ Jozé Gomes da Silva (diretor do Lugar de Moreira) [Ofício ao governador, em 25/07/1770] - APEP, 217, 51.

⁴⁷ As nomeações compõem os códices 251, 368 e 514, do Arquivo Público do Estado do Pará.

⁴⁸ RAIOL, Domingos Antonio. *Op. cit.*, 1968, p. 127.

⁴⁹ SCHWARTZ, Stuart. B. *Op. cit.*, 1999, p. 45-46; DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos* [Op. cit., 2000], p. 92-93.

originalidade, no novo contexto: ela assumiu o lugar do catecismo, pois seria o trabalho, mais que todo o resto, o que tornaria *civilizado* o índio.

Reparem, aqui, que a pretensão é maior do que a em pauta no passado, quando a introdução das práticas agrícolas nas aldeias de índios, pelos missionários, tinha por objetivo torná-los afeitos à disciplina e dóceis aos anseios coloniais. A agricultura surge, no Diretório dos Índios, como o meio pelo qual o índio se tornava, mais que trabalhador, um elemento positivo do Império. Independentemente dos desdobramentos futuros – quaisquer que tenham sido – a aplicação do indígena no trabalho agrícola – e nas demais atividades laborais – não pode ser vista como deslocada da projeção inicial de, em primeiro lugar, torná-lo um vassalo do rei e, em segundo lugar, de incutir valores que a catequização recusava, como a ambição, o entesouramento, além do espírito pragmático que os filósofos Ilustrados viam como *locus* do desenvolvimento das capacidades do homem.⁵⁰

Conforme defendeu Alexandre Rodrigues Ferreira, ao projetar uma história da indústria americana, trinta anos depois de promulgada a lei do Diretório, seria função do trabalho exercitar o gênio⁵¹ – a capacidade humana de inventar, de produzir, de superar-se.⁵² A agricultura, segundo o mesmo naturalista, cumpriria esse papel, uma vez que implicaria (para além do evidente investimento em trabalho, necessário para a domesticação de plantas e animais) na afirmação da racionalidade e do gênio humano em submeter a natureza – em dominá-la e colocá-la a seu serviço.⁵³

As *Instruções* trazidas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado já recomendavam o fomento à agricultura,⁵⁴ o que o levou a aplicá-las imediatamente, tendo em vista a necessidade de reverter o quadro de escassez de gêneros que encontrara ao assumir o governo.⁵⁵ Mendonça Furtado não apenas incentivara a aplicação dos índios na agricultu-

⁵⁰ Sobre o lugar da educação no pensamento Ilustrado ver VINCENT, Luc. Educação e Liberdade: Kant e Fichte. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

⁵¹ Sobre as reflexões relativas à imaginação criativa, no século XVIII, ver DOBRÁNSKY, Enid Abreu. No tear de Palas – imaginação e gênio no século XVIII: uma introdução. Campinas: Papirus, 1992.

⁵² FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Memória sobre os gentios Uerequena que habitam os Rios Içana e Xiê, afluentes do Rio Negro, Barcelos, 29/08/1787. In. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Viagem filosófica pelas Capitânias do Grão-Pará, Rio Negro e Cuiabá – memórias – antropologia. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1974, p. 72-73.

⁵³ COELHO, Mauro Cezar. A diligência do saber: uma viagem ilustrada pelo Brasil no século XVIII. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, p. 73-143; COELHO, Mauro Cezar. Op. cit., 2000.

⁵⁴ “Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão”. MCM-IHGB, v. 1, p. 26-38, parágrafos 12, 19 e 30-33.

⁵⁵ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 09/11/1752. MCM-IHGB, v. 1, p. 278.

ra, como forma de abastecer a Colônia,⁵⁶ mas procedera a um levantamento minucioso das perspectivas agrícolas, no Vale Amazônico.⁵⁷ Tratou, cedo, de enviar amostras de gêneros cultivados no Vale, a fim de que a Metrópole averiguasse a sua qualidade e adequação para o comércio, como fez com o café,⁵⁸ e de testar as possibilidades de cultivo de gêneros como a amora⁵⁹ e o algodão.⁶⁰ No entanto, foram as instruções passadas pelo próprio Mendonça Furtado a João Batista de Oliveira, quando este fora estabelecer a Vila de São José de Macapá, as que, inicialmente, se referiram à agricultura como algo mais que uma atividade econômica. As instruções retiravam da faina agrícola o caráter negativo que lhe era atribuído, habilitando os agricultores a todas as honras a que pudessem aspirar.⁶¹

Foi a lei do Diretório dos Índios, porém, que, dispensando boa parte dos seus parágrafos à agricultura, evidenciou o lugar ocupado por essa atividade na política indigenista implementada: dos 95 parágrafos que a compõem, 11 tratam exclusivamente da questão agrícola – do décimo sexto ao vigésimo sexto, inclusive, todos incentivam, regulam e ordenam aquela atividade.⁶² O parágrafo décimo sétimo, no entanto, sintetiza o sentido que se pretendeu atribuir-lhe:

*17 – Em primeiro lugar cuidarão muito os Directores em lhes persuadir [aos índios] o quanto lhes será útil o honrado exercicio de cultivarem as suas terras; porque por este interessante trabalho não só terão os meios competentes para sustentarem com abundancia as suas casas, e familias; mas vendendo os gêneros, que adquirirem pelo meio da cultura, se augmentarão nelles os cabe-dães á proporção das lavouras, e plantações, que fizerem. E para que estas persuasoens cheguem a produzir o effeito, que se deseja, lhes farão comprehender os Directores, que a sua negligencia, eo seu descuido, tem sido a causa do abatimento, e pobreza, a que se achão reduzidos; não omitindo finalmente diligencia alguma de introduzir nelles aquella honesta, e louvável ambição, que desterrando das Republicas o pernicioso vicio da ociosidade, as constitue populosas, respeitadas e opulentas.*⁶³

A agricultura, portanto, ocupava lugar de destaque no programa de transformação do indígena. Ela deveria incutir nele a disciplina – livrando-o da preguiça *atávica* – e a ambição (variável original), tornando-o um membro produtivo e valioso do Império.

⁵⁶ Idem [Ofício ao Padre Antonio Machado, em 14/08/1751] - AHU, 33, 3080.

⁵⁷ Idem [Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, em 22/01/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 199-204.

⁵⁸ Idem [Ofício ao Rei, em 03/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 91-92.

⁵⁹ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 08/03/1754] - MCM-IHGB, v. 2, p. 532-534.

⁶⁰ Diogo de Mendonça Corte Real [Ofício a D. Miguel de Bulhões, em 26/05/1756] - BNLC, 620, 208.

⁶¹ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Instruções que levou o capitão-mor João Batista de Oliveira quando foi estabelecer a nova Vila de São José de Macapá, em 18/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 115.

⁶² DIRECTÓRIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, 1988, p. 173-177.

⁶³ Ibidem, 1988, p. 166-205, p. 173.

Para tanto, a lei do Diretório retirava da lida agrícola o caráter infame e revertia a concepção corrente acerca do trabalho, na Colônia: de atividade purgativa, meio de expiação dos pecados,⁶⁴ ela passava a condição de redentora. A agricultura, naquele novo contexto, era apresentada não como o lugar do sofrimento, mas do enobrecimento, do enriquecimento, da fartura. A inflexão não se deve, única e exclusivamente, à influência dos valores Ilustrados, insistentemente debatidos pelos filósofos das Luzes. Ela decorreu, também e sobretudo, da necessidade de fazer das populações indígenas recursos produtivos para a Metrópole.

O conteúdo pedagógico, assim, esteve sempre associado ao imperativo econômico. Perto de vinte anos após a promulgação do Diretório dos Índios, o governador João Pereira Caldas insistia que as demais atividades nas quais a população indígena fosse empregada não deveriam impedir a sua aplicação na agricultura.⁶⁵ Afinal, o abastecimento da Colônia dependia, em larga medida, da produção agrícola indígena. Quatro anos depois daquela manifestação, outro governador, Jozé de Nápoles Tello de Menezes, voltava ao tema, condenando a ocupação das populações indígenas em outras atividades que não a agrícola.⁶⁶ No ano seguinte, em 1781, ele isentava os índios militares de qualquer outra ocupação que não as suas roças.⁶⁷ Quase dez anos depois, Francisco de Souza Coutinho, último governador sob a vigência do Diretório dos Índios e o autor da legislação que o aboliu, conclamava os diretores para que não se descuidassem das atividades agrícolas.⁶⁸

Souza Coutinho concluía, aliás, uma das críticas contumazes ao Diretório dos Índios, a de que as lavouras dos moradores brancos, a coleta das Drogas do Sertão e as diversas expedições realizadas ao Mato Grosso e ao Rio Negro impediam que os índios fossem aplicados na lida agrícola. O diretor da Vila de Colares, em 1772, Agostinho Antonio de Lyra Barros, por exemplo, denunciara que ao assumir a diretoria da vila não encontrara roça feita ou qualquer gênero agrícola armazenado.⁶⁹ Alexandre Rodrigues Ferreira acusava a coleta das Drogas do Sertão de ser o maior empecilho ao desenvolvimento da agricultura, em função do que consumia em tempo e recursos humanos.⁷⁰ Uma reflexão

⁶⁴ Ver SOUZA, Laura de Mello e. *Op. cit.*, 1986, p. 72-85.

⁶⁵ João Pereira Caldas [Ofício a Martinho de Melo e Castro, em 06/08/1776] - APEP, 291, 249.

⁶⁶ Jozé de Nápoles Tello de Menezes [Ofício a todos os Diretores de Índios, em 09/06/1780] - APEP, 356, 85.

⁶⁷ Idem [Ofício ao diretor da Vila de Cintra, em 17/05/1781] - APEP, 356, 259.

⁶⁸ Francisco de Souza Coutinho [Ofício circular a todos os Diretores de Índios, em 01/09/1790] - APEP, 466, 30.

⁶⁹ Agostinho Antonio de Lyra Barros [Ofício a Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 20/07/1772] - APEP, 243, 19.

⁷⁰ Alexandre Rodrigues Ferreira [Ofício a Martinho de Melo e Castro, em 10/10/1784] - AHU, 93, 7450; idem. *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 48, v. 70, p. 1-234, 1885, p. 63-65.

semelhante, mas de autor anônimo, elaborada na década de 1790, sem esquecer a importância negativa da coleta das Drogas do Sertão, reputa o Estado como o maior responsável pelas dificuldades vividas pela agricultura, pelo uso excessivo que fez da mão-de-obra indígena.⁷¹

Uma e outra acusação foram incorporadas pela historiografia – a qual considerou a utilização da mão-de-obra indígena, no volume e na intensidade ocorrida, um desvio das intenções originais do Diretório dos Índios.⁷² No entanto, dada a compreensão de que o trabalho cumpria papel relevante na transformação da cultura e dos costumes índios, não se pode afirmar que tenha havido uma total descaracterização das pretensões iniciais dos legisladores. Além do mais, a lei do Diretório dos Índios surgiu como uma resposta à resistência dos colonos em abrir mão da força de trabalho indígena. E depois, num contexto de fomento ao cultivo de gêneros que tivessem aceitação no mercado Atlântico, a Metrópole incentivou – diretamente ou através dos governadores enviados ao Vale Amazônico – a cultura do algodão, arroz, anil e urucum,⁷³ os quais demandavam uma oferta regular de trabalhadores.

A Metrópole garantiu, por meio de seus representantes, que essa oferta não conhecesse solução de continuidade: a relação de documentos concedendo índios para o trabalho nas culturas referidas é grande. A área do Cabo Norte consumiu grande parte deles, uma vez que lá se concentrava a produção de arroz – item que se tornara importante na pauta de comércio do Estado.⁷⁴ Os índios foram distribuídos, no entanto, por onde quer que fossem necessários: além das vilas de São José de Macapá, Mazagão e Vistoza – no Cabo Norte – Bragança, Santarém Novo, Serzedelo e Cametá foram agraciadas com índios pro-

⁷¹ Memória anônima [datada de 01/01/1790] – IHGB, lata 284, pasta 3, doc. 31.

⁷² Ver Primeiro Capítulo.

⁷³ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício aos Diretores da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 10/05/1757] - MCM_IHGB, v, 3, p. 1049-1052; Martinho de Melo e Castro [Ofício a João Pereira Caldas, em 01/09/1774] - APEP, 279, 14; João Pereira Caldas [Ofício a todos Diretores das Povoações de Índios da Capitania do Pará, em 23/10/1774] – IHGB, lata 284, pasta 3, documento 13; idem [Ofício aos oficiais do Senado da Câmara da Vila de Mazagão, em 22/01/1776] - APEP, 291, 249; idem [Ofício aos oficiais do Senado da Câmara da Vila de São José de Macapá, em 27/01/1776] - APEP, 291, 232; idem [Ofício ao governador de Macapá] - APEP, 306, 161; idem [Ofício ao Diretor da Vila de Portel, em 27/11/1776] - APEP, 306, 168; idem [Ofício ao governador de Macapá, em 22/12/1776] - APEP, 306, 207; idem [Ofício ao governador de Macapá, em 11/08/1777] - APEP, 319, 13; idem [Ofício ao governador de Macapá, em 05/12/1777] - APEP, 319, 167; idem [Ofício ao governador de Macapá, em 10/06/1778] - APEP, 319, 366; idem [Ofício ao comandante da Vila de Mazagão, em 19/06/1778] - APEP, 319, 385; Jozé de Nápoles Tello de Menezes [Ofício ao Diretor da Vila de Oeiras, em 29/07/1780] - APEP, 356, 97; idem [Ofício ao Diretor da Vila do Lugar de Porto Salvo, em 07/12/1780] - APEP, 356, 140; idem [Ofício ao Diretor da Vila de Pombal, em 15/12/1780] - APEP, 356, 151; Francisco de Souza Coutinho [Ofício ao *Principal* da Vila de Melgaço, em 18/12/1790] - APEP, 466, 127.

⁷⁴ Sobre a cultura do arroz na região das Terras do Cabo Norte, onde tais vilas se encontravam ver ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. In: *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 53-91.

venientes de diversas localidades.⁷⁵

Durante a vigência do Diretório dos Índios a preocupação em civilizar, por meio da agricultura, nunca esteve distante da necessidade de manter a Colônia abastecida de gêneros para o consumo interno e para o comércio inter-Atlântico. Mesmo no governo de Francisco de Souza Coutinho, que assistiu a última década de vigência do Diretório, essa associação esteve presente. Os diretores de Portel, Salvaterra, Pombal e Melgaço e os *principais* de Mondim, Soure e Melgaço foram convocados a submeterem as populações sob sua autoridade ao trabalho agrícola.⁷⁶

A lei do Diretório dos Índios, portanto, constituiu um programa original de inserção do indígena na sociedade colonial portuguesa, o qual coloca, pelo menos, uma questão interessante para a historiografia brasileira: o lugar que os casamentos mistos ocuparam nas diversas colônias portuguesas na América. A extensão do território português na América, a despeito da uniformidade no aporte metropolitano, o qual pretendeu retirar da sua possessão o máximo em riquezas, acabou por suscitar a emergência de conformações sócio-econômicas diversas.⁷⁷ A historiografia sobre a colonização portuguesa, contudo, tem assumido algumas generalizações que, em verdade, são aplicáveis a algumas colônias e não a todas. Uma delas afirma que as uniões inter-raciais decorreram da escassez de mulheres brancas na Colônia, outra sustenta que boa parte daquelas uniões tinha como objetivo a produção de trabalhadores escravos.

A escassez de mulheres brancas foi, certamente, um dado com o qual a soci-

⁷⁵ João Pereira Caldas [Ofício ao comandante da Vila Vistoza, em 22/01/1776] - APEP, 306, 48; idem [Ofício ao diretor do Lugar de Serzedelo, em 01/09/1777] - APEP, 319, 54; idem [Ofício ao governador da Vila de São José de Macapá, em 11/04/1778] - APEP, 319, 304; Jozé de Nápoles Tello de Menezes [Ofício ao comandante da Fortaleza do Gurupá, em 06/04/1780] - APEP, 356, 20; idem [Ofício ao comandante da Vila de São José de Macapá, em 06/04/1780] - APEP, 356, 21; idem [Ofício ao comandante da Vila Vistoza, em 06/04/1780] - APEP, 356, 25; idem [Ofício ao comandante da Vila de Mazagão, em 27/04/1780] - APEP, 356, 26; idem [Ofício ao comandante da Vila de Mazagão, em 22/06/1780] - APEP, 356, 68; idem [Ofício ao prático das Salinas, Domingos Ferreira, em 16/08/1780] - APEP, 356, 103; Martinho de Souza e Albuquerque [Ofício ao senado da Câmara de Bragança, em 03/09/1789] - APEP, 456, 237; idem [Ofício aos *principais* das povoações de Bragança e Serzedelo, em 03/09/1789] - APEP, 456, 238; Francisco de Souza Coutinho [Ofício ao Juiz ordinário da Vila de Cametá, Pedro da Silva Fonseca, em 30/11/1790] - APEP, 466, 106.

⁷⁶ Francisco de Souza Coutinho [Ofício a Jozé Cavalcante de Albuquerque, em 10/09/1790] - APEP, 466, 35; idem [Ofício ao diretor da Vila de Salvaterra, em 20/09/1790] - APEP, 466, 50; idem [Ofício ao *principal* do Lugar de Mondim, em 24/09/1790] - APEP, 466, 54; idem [Ofício ao *principal* da Vila de Soure, em 07/10/1790] - APEP, 466, 64; idem [Ofício ao diretor da Vila de Pombal, em 04/11/1790] - APEP, 466, 89; idem [Ofício ao *principal* da Vila de Melgaço, em 18/12/1790] - APEP, 466, 127; idem [Ofício ao diretor da Vila de Melgaço, em 11/02/1798] - APEP, 551, 14.

⁷⁷ Além das obras de Caio Prado Júnior, já extensivamente citadas, reporto-me a duas obras que oferecem uma visão da diversidade a que me refiro: a obra de Amaral Lapa, LAPA, J. R. Amaral. *Op. cit.*, 1973 e a coletânea de textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica, SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Edusp; Imprensa Oficial, 2003.

idade colonial teve de lidar.⁷⁸ As mulheres não vinham do reino em número igual ao de homens⁷⁹ e estes buscaram nas índias, cafuzas, mamelucas, negras e mulatas a saída para a satisfação dos seus desejos.⁸⁰ O que não quer dizer que não tenham existido uniões duradouras, ainda que marginais.⁸¹ A escassez de mulheres brancas, no entanto, não é a única razão indicada pela literatura para a ocorrência de tais uniões. O interesse em explorar índias e negras, seja submetendo-as ao trabalho, seja utilizando-as para a geração de futuros trabalhadores, tem sido apontado com certa frequência.⁸²

As uniões mistas são normalmente percebidas, portanto, como ações voluntárias, porém condenadas pelo Estado português e pela sociedade colonial. A posição de Luciano Raposo sintetiza essa visão quando afirma que o Estado e a Igreja teriam se oposto às uniões consensuais e mistas, por verem-nas tanto como uma subversão dos valores cristãos, quanto como uma ameaça aos interesses metropolitanos, que viam na miscigenação a possibilidade de fortalecimentos de interesses contrários aos do reino.⁸³

A política indigenista pombalina e o Diretório dos Índios colocam, então, um problema inédito para a historiografia, pois introduzem o casamento misto como uma política de Estado.⁸⁴ Em uma parte do território colonial, a afamada lubricidade portuguesa foi posta a serviço dos interesses da Metrópole, que pretendeu aproveitá-la para implementar seu programa de povoamento e de transformação do indígena em um vassalo português. Assim, aquela política e aquela lei redimensionam o lugar das generalizações e enfatizam a necessidade de se pensar a Colônia portuguesa como um conjunto de conformações com-

⁷⁸ ABREU, J. Capistrano de. *Op. cit.*, 1998, p. 28-30; FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, 1996, p. 91-93; SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, 1979, p. 25-26; SAMARA, Eni de Mesquita. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História* – Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 91-105, set. 87/fev.88, p. 96-97; WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de M. *Op. cit.*, 1994, p. 234-239; FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 135-136; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 17-18.

⁷⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. cit.*, 1998.

⁸⁰ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil-Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 49-68.

⁸¹ Sobre o concubinato ver, *ibidem*, p. 69-106; PRIORE, Mary Del. *Mulheres no Brasil colonial*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 47-61. Sobre as relações amorosas entre grupos étnicos distintos, ver MOTA, Antonia da Silva Mota. O paradoxo do sentimento amoroso nas relações escravistas. *Ciências Humanas em Revista* – Revista do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, v. 2, n. 2, p. 67-77, dezembro, 2004.

⁸² VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.*, 1989, p. 76-81; NOVAIS, Fernando A. Condições de privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 13-39. (*História da vida privada no Brasil*; 1), p. 28; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. cit.*, 1998, p. 182-188.

⁸³ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Op. cit.*, 1997, p. 21 e 28-29.

⁸⁴ Importa esclarecer que Sergio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, já referia a lei de 1755 e a promoção dos casamentos mistos. Portanto, não quero dizer que tal política indigenista seja desconhecida. Insisto que ela não tem sido estudada, de modo que as uniões interétnicas permanecem vistas, grosso modo, como resultado exclusivo dos desejos dos envolvidos, quando o foram, também, resultado da política metropolitana. Esse último aspecto é que permanece carente de reflexão.

plementares, porém distintas.

Por fim, ainda que consideremos os limites de execução do Diretório dos Índios – seja pelas deturpações e subversões sofridas pela lei, seja pela própria resistência das comunidades indígenas atingidas por ela – havemos de reconhecer o quanto ela obteve sucesso no que pretendeu essencialmente: consolidou, ao longo de todo o Vale Amazônico, um conjunto de estabelecimentos portugueses, povoado por elementos índios, negros, brancos (portugueses e americanos) e mestiços. Reinóis, brancos nascidos na Colônia, negros, índios e mestiços acabaram por constituir uma sociedade original, a qual incorporou valores dos elementos que a constituíram. As vilas e lugares, introduzidas no âmbito da lei do Diretório, fizeram do Vale Amazônico um lugar distinto do que Mendonça Furtado encontrara em 1751. Vamos conhecê-lo.

O IMENSO PORTUGAL: VILAS E LUGARES NO VALE AMAZÔNICO

Oh musa do meu fado!
Oh minha mãe gentil!
Te deixo consternado
No primeiro abril
Mas não se tão ingrata
Não esquece quem te amou
E em tua densa mata
Se perdeu e se encontrou
Ai esta terra ainda vai cumprir seu ideal!
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal!

Fado Tropical – Chico Buarque

Capistrano de Abreu pontuava, como marco inicial da ocupação lusitana no Vale Amazônico, a consolidação da presença portuguesa no litoral pernambucano. A expansão rumo ao Vale Amazônico teria partido dali, na luta contra invasores europeus e na lida com as populações indígenas – por meio do estabelecimento de alianças ou da submissão dos resistentes. A relação com os índios fora vista como fundamental, uma vez que por meio dela os portugueses teriam esperado conter as invasões estrangeiras ao território colonial.⁸⁵ A remissão às populações indígenas como fator determinante na conquista do Vale foi, desde então, freqüente.

Elas têm sido vistas, desde Caio Prado Júnior, como a razão para o fortalecimento do empreendimento missionário na região – o qual contribuiu decisivamente para a ocupação do Vale.⁸⁶ Caio Prado destacou, ainda, o papel fundamental dos rios nesse pro-

⁸⁵ ABREU, J. Capistrano de. *Op. cit.*, 1998, p. 67-78.

⁸⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *Op. cit.*, 1977, p. 37.

cesso: os núcleos populacionais, religiosos ou leigos, seguiram os cursos dos rios, que se apresentavam como as melhores vias de comunicação.⁸⁷ Arthur Cezar Ferreira Reis ressaltou, no entanto, que a despeito da importância missionária, ela não constituiu o único recurso adotado pela Metrópole para o povoamento daquela área. Segundo ele, os colonos açorianos foram vistos, desde 1616, como uma das soluções para o problema: já no século XVII, levas de açorianos teriam aportado no vale em 1620, 1621, 1667 e 1676.⁸⁸

A bibliografia é unânime, todavia, em apontar o papel central que a assinatura do Tratado de Madri e o conseqüente processo de delimitação das fronteiras desempenharam na projeção de uma nova política de ocupação do território.⁸⁹ Antes dele, a ocupação da imensa área que se estendia do Gurupi até perto das cabeceiras do Japurá⁹⁰ se resumia a uma cidade, Belém; quatro vilas – Caeté, Cametá, Gurupá e Vigia; oito fortificações – Presépio, São Pedro Nolasco, Barra, Gurupá, Desterro, Araguari, Rio Negro e Pauxís; e cerca de setenta estabelecimentos missionários.⁹¹

O empreendimento conduzido por Francisco Xavier de Mendonça Furtado pretendeu – e, em larga medida, conseguiu – transformar esse quadro. A conversão das aldeias missionárias em vilas e lugares facultou um intenso convívio entre colonos e populações indígenas,⁹² quase inexistente no passado.⁹³ Enquanto que aqueles aldeamentos gozavam de uma autonomia relativa, as povoações instituídas pela política pombalina pretendiam integrar suas populações ao universo colonial, de maneira inequívoca.⁹⁴

As povoações pombalinas se distinguiam em vilas e lugares. Segundo Eliane Ramos Ferreira, as vilas eram unidades de povoamento, enquanto que os lugares eram centros de arregimentação, organização e distribuição da mão-de-obra indígena.⁹⁵ A despeito da propriedade da distinção, tratava-se, a rigor, de espaços complementares, em acor-

⁸⁷ Ibidem, p. 69; idem. *Op. cit.*, 1980, p. 70; SIMONSEN, Roberto C. *Op. cit.*, 1978, p. 330-331.

⁸⁸ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A política de Portugal no Vale Amazônico* [Op. cit., 1993], p. 106-109; RODRIGUES, José Damião. Entre duas margens: a circulação atlântica dos açorianos nos séculos XVII e XVIII. *Arquipélago. História*, Ponta Delgada, 2ª Série, v. 6, p. 225-245, 2002.

⁸⁹ Acrescento, às indicações já fornecidas nos capítulos anteriores, o trabalho de Jorge Couto: COUTO, Jorge. *Op. cit.*, 1995, p. 53.

⁹⁰ Atualmente, as duas unidades da federação brasileira, correspondentes ao território colonial que me refiro, perfazem, segundo dados do IBGE, mais de dois milhões de quilômetros quadrados.

⁹¹ ARAÚJO, Renata. A Razão na Selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia. *Camões – Revista de Letras e cultura Lusófonas*, Lisboa, n. 151-165, p. 53-74, jan./jun., 2003, p. 155.

⁹² PRADO JÚNIOR, Caio. *Op. cit.*, 1980, p. 72; DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos*: [Op. cit., 2000], p. 82-83.

⁹³ BELLOTO, Heloisa Liberalli. *Op. cit.*, 1988, p. 53.

⁹⁴ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, p. 25.

⁹⁵ FERREIRA, Eliane Ramos. Estado e administração colonial: a vila de Mazagão. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFGA, 1998, p. 93-114, p. 98.

do com o projeto de ocupação do território, integração da população indígena e utilização de sua força de trabalho.⁹⁶ Vilas e Lugares serviram aos propósitos de povoamento, de irradiação da cultura portuguesa e de ordenação dos índios e colonos, segundo os ditames metropolitanos.⁹⁷

As povoações pombalinas concretizaram, ainda que não de todo, as projeções de recriação do espaço colonial à imagem da Metrópole. O imenso Portugal projetado e semeado em mais de cinquenta unidades urbanas está, segundo Palma Muniz, na origem das municipalidades paraenses.⁹⁸ Ele se encontrava formulado, já, nas *Instruções Régias Públicas e Secretas*, recebidas por Mendonça Furtado. Elas ordenavam o estabelecimento de novas aldeias para os índios, especialmente nas regiões de fronteira, como os rios Mearim, Solimões e Japurá e na área do Cabo Norte.⁹⁹

Mendonça Furtado acatou-as de imediato. Em novembro de 1751, preparava a fundação de aldeias nos rios Japurá e Solimões.¹⁰⁰ Em janeiro de 1752, encaminha a fundação da vila de São José de Macapá¹⁰¹ e, um ano depois, da Aldeia de Santana,¹⁰² ambas no Cabo Norte. No mesmo ano de 1753, informava a transformação da Vila do Caeté em Vila de Bragança.¹⁰³ A fundação da Vila de Bragança, aliás, acarretou a distinção a que me referi há dois parágrafos: após recomendar que ela fosse povoada com colonos remetidos das ilhas, sugeria a edificação de uma aldeia de índios que lhe fosse anexa, a fim de supri-la de trabalhadores – encontra-se aqui, talvez, a gênese da distinção de vilas e lugares.¹⁰⁴

Logo no início, apesar da preferência pela criação de estabelecimentos livres da participação missionária, ela não foi descartada. Só em 1753, já num contexto de conflitos com os missionários, sugeriu-se a transformação das aldeias em vilas, isentas da sua

⁹⁶ Ver sequência de gráficos sobre a composição populacional das povoações do Diretório dos Índios (ANEXOS - Gráficos). Tais gráficos fundamentam o ponto que defendo. A despeito do limitado crescimento populacional, ocorrido ao longo do período de vigência da lei, o convívio de diferentes etnias foi uma constante, nas vilas e lugares. Sobre os limites do crescimento populacional, ver ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A falácia do povoamento: ocupação portuguesa na Amazônia Setecentista. In: COELHO, Mauro Cezar [et. ali]. *Meandros da história: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX*. Belém: UNAMAZ, 2005 (no prelo).

⁹⁷ SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Op. cit.*, 2001, p. 24; ARAÚJO, Renata. *Op. cit.*, 2003, p. 151 e 158-161.

⁹⁸ MUNIZ, João Palma. *Op. cit.*, 1916, p. 3.

⁹⁹ "Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão". MCM-IHGB, v. 1, p. 26-38, parágrafos 8, 9 e 19.

¹⁰⁰ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício ao Provincial da Companhia de Jesus, em 08/11/1751] – AHU, 32, 3059.

¹⁰¹ Idem [Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, em 25/01/1752] - MCM-IHGB, v. 1, p. 210.

¹⁰² Idem [Ofício a Francisco Portilho de Mello, em 02/12/1753] - MCM-IHGB, v. 2, p. 454.

¹⁰³ Idem [Destinatário não identificado, em 11/10/1753] - MCM-IHGB, v. 1, p. 413-414. A Vila de Caeté era, na verdade, a capital da Capitania do Caeté, concedida ao donatário Manoel Antonio de Melo e Souza. Ela foi reincorporada à Coroa, em 1753, através de indenização ao donatário. Cfe. AHU, 40, 3739.

¹⁰⁴ Conselho Ultramarino [Parecer, em 18/05/1756] - AHU, 40, 3739.

autoridade.¹⁰⁵ Em 1756, Sebastião José de Carvalho e Melo noticiou a concordância de Sua Majestade, autorizando a transformação das aldeias e fazendas missionárias em povoações civis.¹⁰⁶ Mendonça Furtado, contudo, havia se antecipado, solicitando aos missionários que fornecessem relatórios minuciosos sobre os seus estabelecimentos, de modo a tomar pé do que assumiria.¹⁰⁷

Ele formulara, ao longo dos primeiros anos de seu governo, a idéia de que os estabelecimentos missionários não contribuíam para a consecução das projeções metropolitanas. Entendera, cedo, que as aldeias não facultariam a emergência do vínculo que pretendia ver constituído entre as populações indígenas e os colonos:

*Não podemos fazer um estabelecimento sólido [...] se os Índios não concorrerem conosco igualmente, para a causa comum, fazendo os interêsses recíprocos; é preciso que nos benquistemos com eles, e que façamos todo o possível para que eles conheçam, não só que os estimamos, mas que buscamos todos os meios de os fazer ricos e opulentos.*¹⁰⁸

Mendonça Furtado entendeu, portanto, que os casamentos interétnicos, a introdução da Língua Portuguesa e o trabalho agrícola só cumpririam o seu papel em um espaço propício – as povoações civis. No entanto, os missionários resistiram em abrir mão do que entendiam ser seu patrimônio. Antes de partir, tentaram levar o que podiam: segundo o Bispo do Pará, o missionário da antiga Aldeia Trocano (convertida em Vila de Borba, a Nova) cobrara, dos índios, supostas dívidas de comércio;¹⁰⁹ outro, da mesma vila, segundo Mendonça Furtado, arrancou as fechaduras das casas e reclamara para a sua Ordem os benefícios existentes na aldeia;¹¹⁰ ainda outros, segundo o mesmo Mendonça, tentavam convencer os índios a se transferirem para os domínios espanhóis.¹¹¹ A grita dos missionários foi tanta que Mendonça Furtado publicou uma Carta Circular alertando que os bens das missões não eram privativos dos padres missionários, como alegavam alguns religiosos.¹¹² A *emenda não consertou o soneto*, de modo que tivera de lidar com as dificuldades

¹⁰⁵ Bispo do Pará [Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, em 21/11/1753] – AHU, 35, 3310.

¹⁰⁶ Sebastião José de Carvalho e Melo [Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 14/03/1755] – MCM-IHGB, v. 2, p. 660.

¹⁰⁷ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício a Sua Majestade, em 31/01/1754] *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, Belém, t. 3, p. 119, 1968.

¹⁰⁸ Idem [Instrução passada ao Tenente Diogo António de Castro para estabelecer a Vila de Borba, a Nova, antiga Aldeia Trocano, em 06/01/1756] – MCM-IHGB, v. 3, p. 897.

¹⁰⁹ Bispo do Pará [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 27/09/1756] – BNLC, 628, 216.

¹¹⁰ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 12/10/1756] – MCM-IHGB, v. 3, p. 941.

¹¹¹ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 12/10/1756] – MCM-IHGB, v. 3, p. 934-936.

¹¹² Idem [Carta Circular, em 13/10/1756] – MCM-IHGB, v. 3, p. 955.

interpostas pelos regulares até o último momento.¹¹³

A conversão das aldeias missionárias em estabelecimentos laicos, mais que culminar um processo de disputas que opôs missionários e administração colonial – como pretendeu Colin MacLachlan¹¹⁴ – teve por objetivo implementar a ocupação do território, no contexto político instituído pelo Tratado de Madri.¹¹⁵ Em função do que ele dispunha, os espaços urbanos, as vilas e lugares, foram projetados como centros de irradiação da autoridade metropolitana. E, nesse caso, não houve novidade: A. J. R. Russel-Wood, Ronald Raminelli e Luiz Centurião afirmam ter sido este um recurso freqüente no processo de ocupação e consolidação da presença portuguesa na América.¹¹⁶

As notícias sobre a fundação de vilas são constantes, em meio à documentação. Dão conta do estabelecimento das vilas de São José do Jaguaribe, Borba, a Nova, Portel, Poiares, Conde, Chaves, Melgaço, Vistoza, Nossa Senhora do Socorro das Salinas, Vizeu e Aveiro.¹¹⁷ Tais notícias indicam a preocupação que norteou a ação metropolitana,

¹¹³ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 02/05/1757] – MCM-IHGB, v. 3, p. 1039-1040; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 04/05/1757] – MCM-IHGB, v. 3, p. 1041-1048.

¹¹⁴ MACLACHLAN, Colin. *Op. cit.*, 1972, p. 360.

¹¹⁵ DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos*: [Op. cit., 2000], p. 87; ver também AVELLAR, Hélio de Alcântara. *Op. cit.*, 1983, p. 26-27.

¹¹⁶ RUSSEL-WOOD, A. J. R. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, v. 55, n. 109, ano 28, p. 25-79, jan/mar. 1977, p. 35; RAMINELLI, Ronald. Simbolismos do espaço urbano colonial. In: VAINFAS, Ronaldo. *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. p. 163-175; CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. A cidade na América Colonial portuguesa. *Estudos Ibero-Americanos* - Revista do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 121-133, jun./1996, p. 131; CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. *A cidade colonial no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 211, 214-215 e 229-232.

¹¹⁷ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 12/10/1756] – MCM_IHGB, v. 3, p. 922; idem [Ofício ao Bispo do Pará, em 11/05/1756] – BNLC, 628, 156; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 12/10/1756] – MCM_IHGB, v. 3, p. 939; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 12/10/1756] – MCM_IHGB, v. 3, p. 934; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 12/10/1756] – MCM_IHGB, v. 3, p. 981; Bispo do Pará [Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, em 13/11/1756] – AHU, 41, 3814; Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 04/05/1757] – MCM_IHGB, v. 3, p. 1041; Manoel Bernardo de Melo e Castro [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 03/07/1761] – AHU, 50, 4550; idem [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 23/11/1761] – AHU, 51, 4705; Provavelmente do Conselho Ultramarino [Ofício a Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 14/06/1763] – APEP, 103, 76; Fernando da Costa de Ataíde Teive [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 17/04/1765] – AN, 99, 01, p. 7; idem [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 16/10/1766] – AN, 99, 01, p. 52; idem [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 19/10/1767] – AN, 99, 01, p. 211; José de Nápoles Tello de Menezes [Ofício ao Prático das Salinas, em 21/10/1780] – APEP, 356, 124; idem [Ofício ao Prático das Salinas, em 27/11/1780] – APEP, 356, 137; idem [Ofício ao Intendente dos Armazéns Reais, em 28/11/1780] – APEP, 358, 188; idem [Ofício a Martinho de Mello e Castro, em 27/01/1781] – AN, 99, 03, p. 12; idem [Ofício ao sargento mor Diogo Luiz Rabello de Vasconcellos, em 10/07/1781] – APEP, 356, 294; idem [Ofício a D. Maria I, em 16/12/1781] – AHU, 88, 7159; Joaquim de Melo e Povoas [Ofício a D. Maria I, em 06/01/1782] – AHU, 88, 7170; D. Francisco de Souza Coutinho [Ofício ao Juiz e mais oficiais do Senado da Câmara de Santarém, em 19/04/1791] – APEP, 466, 241; idem [Ofício sem identificação de destinatário, em 12/06/1797] – IHGB, 281, 4, 4; idem [Ofício a D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 24/06/1797] – IHGB, 281, 4, 10; Príncipe [Ofício a D. Francisco de Souza Coutinho, em 12/05/1798] – APEP, 548, 82; idem [Ofício ao governador de Macapá, em 08/07/1798] – APEP, 551, 336.

no sentido de ocupar o território. A **Tabela Oito** o demonstra.¹¹⁸ Até o final do século, o Estado contava com mais de noventa povoações, sessenta delas na Capitania do Pará, grande parte das quais fundadas no governo de Mendonça Furtado. Por meio delas, aquele governador pretendeu fortalecer a presença do poder metropolitano, denominando-as com nomes portugueses, escolhidos dentre os das terras da Real Casa de Bragança, da Coroa e da Rainha.¹¹⁹

A edificação dessas povoações dá conta de uma outra faceta do processo de dominação iniciado com a Conquista. O recurso àqueles topônimos portugueses teve a intenção de tornar mais forte a relação entre a Colônia e a Metrópole. Evidentemente, a disputa por terras com a Coroa espanhola, no contexto de concretização do disposto pelo Tratado de Madri foi decisiva: a nomeação se constituía em mais uma estratégia para afirmar a antiguidade da ocupação portuguesa e a sua autoridade sobre o território. Mas, dar nomes portugueses às novas vilas cumpria, também, um importante papel no desmantelamento das culturas nativas, pois as populações passariam, progressivamente, a se reconhecer pelo lugar de moradia, deixando de lado a identificação primeira – com os seus grupos de origem. A nomeação com topônimos portugueses foi, portanto, mais um movimento, no processo de integração das populações indígenas na sociedade colonial portuguesa.¹²⁰ E não foi o único: aqueles estabelecimentos foram planejados. Ao contrário da falta de ordenação, comumente atribuída às cidades coloniais portuguesas,¹²¹ as vilas e lugares introduzidos no Vale Amazônico na segunda metade do século dezoito obedeceram a um minucioso planejamento. Ruas e casas foram projetadas, de modo a maximizar o potencial pedagógico das povoações.¹²²

A preocupação com o delineamento de ruas, edificação de casas, preparação

¹¹⁸ Ver ANEXOS – Tabelas: Tabela 8 – **Povoações da Capitania do Pará**.

¹¹⁹ ARAÚJO, Renata Malcher de. As cidades da Amazônia no século XVIII. Porto: FAUP Publicações, 1998, p. 122; RODRIGUES, Isabel Vieira. Op. cit., 1999, p. 106. Cai por terra, então, a sugestão de Rita Heloísa de Almeida, segundo a qual a substituição dos nomes indígenas por portugueses refletiu os locais de origem dos povoadores portugueses que ocuparam aqueles estabelecimentos (ALMEIDA, Rita Heloísa de. Op. cit., 1997, p. 67).

¹²⁰ Sobre como a ação de nomear se constituiu em mecanismo de dominação colonial, ver PADGEN, Anthony. Op. cit., 1993, p. 27-33.

¹²¹ Além do capítulo consagrado de Sérgio Buarque de Holanda “O Semeador e o Ladrilhador” (HOLANDA, Sérgio Buarque. Op. cit., 1979, p. 61-100), outros trabalhos enfatizam essa característica das cidades coloniais portuguesas, na América: CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. Op. cit., 1999, p. 217; COSENTINO, Francisco Carlos. *Diversidade americanas: ensaio comparativo a respeito da colonização portuguesa e espanhola (séculos XVI a XVII)*. In: COSENTINO, Francisco Carlos; SOUZA, Marco Antonio de. 1500/200: trajetórias. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 1999, p. 83-101, p. 89-91; MARINS, Paulo César Garcez. Através da rótula: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 46-50.

¹²² SOMMER, Barbara A. Op. cit., 2000, p. 108-109; ARAÚJO, Renata. Op. cit., 2003, p. 162.

de roças e manutenção das igrejas foi constante.¹²³ Em 1764, o Ouvidor Geral, Feliciano Ramos Nobre Mourão, percorreu as vilas de Monsarás, Salvaterra, Monforte, Colares, Cintra, Bragança, Nova d'El Rei, Ourém e Soure.¹²⁴ Em relação a todas, o ouvidor atentou para a necessidade de se edificarem prédios públicos, para servirem de câmara e cadeia; afirmou ser imperativo traçar ruas, capinar o entorno das vilas, reparar os cais, aprontar roças e edificar casas para colonos e índios, sugerindo, inclusive a construção de olarias que suprissem a demanda por telhas – em substituição à palha, que requeria trocas frequentes – e tijolos – em lugar da madeira e barro – e que viabilizasse o fabrico de louças.

O fortalecimento do poder metropolitano era percebido, portanto, como algo mais que a presença dos seus representantes – juízes, vereadores e procuradores (componentes das câmaras e portadores das chaves da cadeia). A Metrópole se fortalecia com a transformação do sertão amazônico em uma paisagem domesticada: com as aldeias volvidas vilas e as matas tornadas roças. Umas e outras teriam de evocar, continuamente, a presença do poder metropolitano, por meio de suas denominações, traçado urbano e arquitetura. As igrejas cumpririam papel relevante nesse processo. Em lugar dos missionários – que representavam as Ordens às quais pertenciam – os párocos, seus substitutos, deveriam fazer valer os interesses da Metrópole: cristianizar e contribuir para a transformação do índio em vassalo. Daí decorreu a preocupação constante com a construção e manutenção das igrejas, manifesta pelos governadores e, em grau diverso, pelos diretores.¹²⁵

Como aponta Bárbara Sommers, todavia, as vilas não se constituíram tal e qual a projeção portuguesa. A uniformidade esperada não foi de todo alcançada, uma vez que as povoações investiam de modo distinto em melhorias. Assim, algumas se desenvolveram mais que outras, e todas sofreram de forma similar a deteriorização imposta pelo clima do Vale.

¹²³ Provavelmente o diretor da Vila de Soure [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 08/03/1757] – BN-LCP, 622, 226; Manoel Bernardo de Melo e Castro [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 18/06/1761] – AHU, 49, 4504; ; idem [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 18/06/1761] – AHU, 52, 4815; Provavelmente Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício a Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 14/06/1763] – APEP, 103, 81.

¹²⁴ Autos de Devassa. Transcritos por Aluisio Fonseca de Castro. *Anais do Arquivo Público do Pará*, Belém, v. 3, n. 1, p. 9-211, 1997.

¹²⁵ Thomé Joaquim da Costa Corte Real [Ofício a Manoel Bernardo de Mello e Castro, em 12/04/1760] – APEP, 103, 15; Jozé Agostinho [Ofício enviado, provavelmente, ao governador do Estado, em 22/03/1772] – APEP, 243, 37; Jozé do Sacramento [Ofício enviado, provavelmente, ao governador do Estado, em 13/10/1772] – APEP, 244, 40; João Pereira Caldas [Ofício ao Comandante da Vila de Mazagão, em 02/12/1776] – APEP, 306, 179; Governador [Ofício ao Intendente dos Armazéns Reais, em 27/02/1777] – APEP, 309, 109; João Pereira Caldas [Ofício ao Governador de Macapá, em 05/12/1777] – APEP, 319, 167; idem [Ofício ao Vigário do Lugar de Penha Longa, em 27/04/1778] – APEP, 319, 324; Jozé de Nápoles Tello de Menezes [Ofício ao Comandante da Vila Vistoza, em 07/10/1780] – APEP, 356, 111; Martinho de Souza e Albuquerque [Ofício ao Comandante de Macapá, em 11/03/1789] – APEP, 456, 134.

Da mesma forma, a esperada integração não foi absoluta, porque algumas povoações adotaram uma distribuição espacial, a qual separava brancos e índios em bairros distintos. Independentemente da ocorrência de divisões como essas, a viabilidade das povoações como instrumentos integradores foi posta à prova. A maior parte da população vivia, grande parte do tempo, junto às suas roças, de forma que os contatos entre os habitantes restringiam-se aos domingos e dias santos, quando as vilas tornavam-se pólos de reunião.¹²⁶

Edificar e manter as povoações não foi, então, tarefa fácil. Havia que se rasgar ruas, levantar casas, erguer igrejas e prédios públicos – *casas de Camera, e Cadêas públicas, cuidando muito em que estas sejam erigidas com toda a segurança, e aquellas com a possível grandeza*.¹²⁷ Para tudo – cortar madeira, trançar folhas para elaboração de coberturas das construções etc. – o índio era necessário; sem esquecer, evidentemente, sua importância como povoador.

A política indigenista introduzida por Francisco Xavier de Mendonça Furtado alterou, profundamente, as formas pelas quais as populações indígenas eram contatadas e convencidas a habitarem as povoações. Os *descimentos*, termo que designava o processo de convencimento e alocação das populações nas povoações coloniais, sofreram uma inflexão significativa. Antes de 1750, eram três os meios de arregimentação das populações indígenas: a *guerra justa*, as *tropas de resgate* e os *descimentos* promovidos por missionários ou particulares. A *Guerra Justa* (sic) se aplicava, grosso modo, às populações indígenas refratárias ao contato com os representantes coloniais – leigos ou religiosos – e facultava a escravidão dos vencidos. As *Tropas de Resgate* (sic) tinham por objetivo a compra de índios escravizados em guerras intertribais.¹²⁸ Os *descimentos* constituíam um conjunto de práticas com vistas à alocação de populações indígenas em povoações coloniais, com fins catequéticos e de constituição de reserva de mão-de-obra.¹²⁹

Guerra justa e resgate foram, praticamente, deixados de lado. A primeira passou a ser aplicada, quase que exclusivamente, às populações promotoras de ataques às

¹²⁶ SOMMER, Barbara A. *Op. cit.*, p. 108-116.

¹²⁷ DIRECTORIO que se deve observar nas Povoaçoens dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, p. 196-197.

¹²⁸ Sobre os conceitos de Guerra Justa e Resgate ver FARAGE, Nádia. *Op. cit.*, 1991, p. 27-28 DOMINGUES, Ângela. Os conceitos de guerra justa e resgate e os ameríndios do Norte do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 45-56.

¹²⁹ DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos* [*Op. cit.*, 2000], p. 33; ALENCASTRO, Luís Felipe. *Op. cit.*, 1991, p. 103.

povoações, a despeito das iniciativas de estabelecimento de paz – como os Mundurucus. A escravização dos vencidos foi, evidentemente, abolida, diante do contexto de liberdade, já previsto nas *Instruções* recebidas por Mendonça Furtado. O segundo foi abandonado formalmente em 1753.¹³⁰ Os *descimentos*, ao contrário, foram expressamente ordenados pelas mesmas *Instruções*, as quais recomendavam o recurso aos missionários, de modo que estes convencessem aos índios da conveniência de se estabelecerem junto aos portugueses.¹³¹

Mendonça Furtado cumpriu imediatamente tal dispositivo, enviando o padre Antonio Machado ao rio Mearim, a fim de que ele promovesse o *descimento* dos índios Gamela.¹³² Antonio Machado, em relatório sobre suas atividades, no entanto, sugeriu que as populações refratárias fossem submetidas à força.¹³³ Mendonça Furtado recusou prontamente a sugestão, uma vez que ela colocava em risco a política de paz e amizade com os indígenas, os quais eram essenciais para as projeções de ocupação do território colonial. A insistência na manutenção daquela política fora incorporada, posteriormente, ao texto do Diretório dos Índios¹³⁴ e compuseram o discurso da administração colonial até o fim do século.¹³⁵

Tantas povoações exigiam habitantes. Assim, ao longo da vigência da lei do Diretório, a administração colonial se manteve firme no incentivo à realização de *descimentos*.¹³⁶ E muitos ocorreram. A documentação coligida por mim, registra trinta *descimentos*, totalizando cerca de dois mil indivíduos.¹³⁷ Tais *descimentos*, no entanto, diferiam daqueles promovidos antes de 1750. Segundo a informação de João Daniel, a qual se refere

¹³⁰ Diogo de Mendonça Corte Real [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 28/04/1753] - AHU, 34, 3185.

¹³¹ “Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão”. MCM-IHGB, v. 1, p. 26-38, parágrafos 8-9, p. 28-29.

¹³² Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício ao Rei, em 29/10/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 58.

¹³³ Padre Antonio Machado [Ofício endereçado, provavelmente, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 22/09/1751] - APEP, 279, 18.

¹³⁴ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Instrução que levou o capitão-mor João Batista de Oliveira, quando foi estabelecer a nova vila de São José de Macapá, em 18/12/1751] - MCM-IHGB, v. 1, p. 115-116; idem [Instrução passada ao tenente Diogo Antonio de Castro para estabelecer a vila de Borba, a Nova, antiga aldeia de Trocano, em 06/01/1756] - MCM-IHGB, v. 3, p. 897.

¹³⁵ D. Francisco de Souza Coutinho [Ofício ao Comandante de Alcobaça, em 19/08/1790] - APEP, 466, 14.

¹³⁶ Sem identificação de autoria, provavelmente do Conselho Ultramarino [Ofício a Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 14/06/1763] - APEP, 103, 83; José de Nápoles Tello de Menezes [Carta circular a todos os Diretores, em 09/06/1780] - APEP, 356, 85; idem [Ofício ao Diretor de Vila Boim, em 16/10/1780] - APEP, 356, 114; idem [Ofício ao Diretor da Vila de Portel, em 22/06/1781] - APEP, 356, 283; D. Francisco de Souza Coutinho [Ofício ao Comandante de Alcobaça, em 19/08/1790] - APEP, 466, 14; idem [Ofício a Domingo Pereira Louzada, em 24/08/1790] - APEP, 466, 18; idem [Ofício a Manoel de Souza da Piedade, em 16/10/1791] - APEP, 466, 350; idem [Ofício a Martinho de Melo e Castro, em 08/03/1793] IHGB, 281, 4, 1.

¹³⁷ Ver ANEXOS – Tabelas: Tabela 10 – **Relação de Descimentos Coligidos**. O investimento em pesquisa no Arquivo Público do Estado do Pará certamente viabilizará um quadro muitíssimo mais vasto do que o apresentado aqui. Para tanto, todavia, é necessário que a catalogação do acervo Período Colonial, já iniciada pela administração daquele arquivo, se conclua, de forma a permitir um controle sistemático sobre a documentação ali existente.

aquele período, o ponto de partida para o sucesso de um *descimento* era o estabelecimento da confiança. Para construí-la, os missionários transferiam-se para junto das populações ou recorriam ao auxílio de um índio, já cristianizado, ou de algum colono com quem mantivessem relações de comércio. De todo modo, a confiança era alimentada com presentes, garantia de abrigo contra os inimigos, oferta de ferramentas para elaboração de roçados e promessa de fartura de gêneros. As chefias indígenas eram especialmente seduzidas, sendo as principais beneficiárias dos presentes, promessas e garantias. Nada disso, no entanto, tornava certo o sucesso do empreendimento, pois freqüentemente as populações *descidas* retornavam a sua condição original. Isto acabou por consolidar como que uma norma: o estabelecimento das populações *descidas* em áreas distantes daquelas das quais provinham, de forma a dificultar qualquer eventual retorno.¹³⁸

Nos *descimentos* ocorridos durante a vigência do Diretório dos Índios, a oferta de presentes permaneceu intocada, como um dos momentos fundamentais do processo de convencimento. Roupas, tecidos, chapéus, machados, foices, barbantes, granadas, pólvora, espelhos etc. faziam parte da relação de bens que eram oferecidos aos índios.¹³⁹ A primeira distinção, no entanto, se dava na relação que se estabelecia com as chefias indígenas. Além da atenção especial que já lhes era dispensada pelos missionários, concretizada na oferta de mais ou melhores tecidos, roupas e chapéus – e tudo o mais que pudesse distinguí-los dos demais – Francisco Xavier de Mendonça Furtado lhes acenou com a manutenção de sua autoridade.

Em um dos *descimentos* em que esteve envolvido, Mendonça Furtado relatara ao irmão o encontro que tivera com várias chefias indígenas. Ouçamo-lo:

Os primeiros três me disseram que me vinham ver e saber o que queria dêles, e respondendo-lhes eu que desejava muito conhecê-los e ter trato com êles e pedir-lhes que se quisessem descer para o grêmio da Igreja, porque além de interessarem o fazerem-se filhos de Deus e salvarem as suas almas, se lhes seguissem muitos bens temporais, sendo os primeiros e mais importantes os de se livrarem de seus inimigos e viverem entre nós com descanso e em vida civil, e que com todas as conveniências, não perdiam a autoridade do governo dos seus vassallos, por que Sua Majestade os ficava conservando nêles, devendo, porém, regular-se pelas suas reais leis: ao que me responderam todos que eles não teriam dúvidas a descer-se, porém, que por ora lhes era impossível, dando-

¹³⁸ DANIEL, Pe. João. *Op. cit.*, Tomos II, 1976, p. 40-45.

¹³⁹ Padre Antonio Machado [Ofício provavelmente enviado a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 22/09/1751] - APEP, 279, 12; Manoel Bernardo de Melo e Castro [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 13/08/1759] - AHU, 45, 4108; idem [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 05/11/1760] - AHU, 47, 4346; Jozé Caetano [Ferreira] da Silva [Relação de gastos com *descimentos*, oferecida a Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 21/09/1772] - APEP, 244, 19; Governador [Ofício ao Intendente dos Armazéns Reais, em 20/12/1777] - APEP, 309, 409; idem [Ofício ao Intendente dos Armazéns Reais, em 30/11/1778] - APEP, 309, 7.

*me algumas desculpas, ainda que frívolas, para pretextarem aquela dilação, sem embargo de cujo desengano os tratei muito bem, e quando se despediram lhes fiz seus presentes e no exterior foram alegres, porém, não fizeram nada das esperanças que deram..*¹⁴⁰

A fala de Mendonça Furtado sinaliza a permanência de outros momentos do processo de convencimento das populações que se pretendiam *descer*: oferta de abrigo diante dos inimigos, garantia de oferta regular de alimentos e de condições para cultivá-los. O destaque, todavia, é dado ao penhor da manutenção da autoridade das chefias indígenas¹⁴¹ – e nisto reside uma enorme distinção, em relação ao período anterior à introdução do Diretório dos Índios. Enquanto que os missionários seduziam as chefias pelo acesso que elas facultavam às populações sob sua autoridade, Mendonça Furtado as valorizava pela participação que elas poderiam ter no processo de ocupação do território de controle das populações *descidas*. Daí decorreu, em larga medida, a atenção de que foram objeto.

O Diretório dos Índios sinalizou, depois, o quanto elas seriam importantes, pois transferia para elas e para os diretores a responsabilidade pela promoção dos *descimentos*.¹⁴² E eles foram fundamentais. *Principais*, sargentos-mores, capitães e alferes – os oficiais índios – estiveram envolvidos na realização de *descimentos*, ao longo de todo o período de vigência da lei.¹⁴³ Muitos saíam das vilas com o objetivo de convencer primos, tios e irmãos a juntarem-se aos estabelecidos nas povoações portuguesas.¹⁴⁴

Sua participação, todavia, não era sinônimo de sucesso. Este, aliás, dependia do interesse das populações indígenas, que pareciam levar em conta os dividendos provenientes dos *descimentos*, antes de qualquer decisão definitiva. Frequentemente, como apontou o testemunho de Mendonça Furtado, as confabulações com vistas ao estabelecimento em alguma povoação eram apenas um meio de subtrair dos colonos aquilo que lhes interessava. Ainda em 1755, os índios Gamela aceitaram presentes e recusaram a vida nas povoações.¹⁴⁵ Em 1766, o governador da Capitania do Grão-Pará reportava o assassinato

¹⁴⁰ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 15/11/1755] – MCM-IHGB, v. 2, p. 841-848.

¹⁴¹ Idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 08/07/1755] – MCM-IHGB, v. 2, p. 732-733; idem [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 16/11/1755] – MCM-IHGB, v. 2, p. 853-855.

¹⁴² DIRECTÓRIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, 1988, p. 166-205, p. 198-199.

¹⁴³ Ver Anexos – Tabelas: Tabela 10 – **Relação de Descimentos Coligidos**.

¹⁴⁴ Francisco da Fonseca Ferreira [Ofício a Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 20/07/1770] - APEP, 217, 6; Lucas José Espinoza de Brito Coelho Falgman [Ofício a Fernando da Costa de Ataíde Teive, 25/09/1772] - APEP, 244, 21; idem [Ofício endereçado, provavelmente, a Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 12/10/1772] - APEP, 244, 39; Jozé de Nápoles Tello de Menezes [Ofício ao Diretor da Vila de Oeiras, em 07/03/1781] - APEP, 356, 221.

¹⁴⁵ Sem identificação de remetente, provavelmente de autoria do padre Antonio Machado [Ofício a Francisco Xavier de

de Francisco Rodrigues, durante a tentativa de *descimento* dos índios Mobiú.¹⁴⁶ O mesmo teriam feito os índios Sumaúma, tomando para si tudo o que os representantes coloniais carregavam.¹⁴⁷

Os *descimentos*, contudo, mantiveram vivas as povoações do Vale Amazônico, ao longo daquela metade de século.¹⁴⁸ Para as populações indígenas, o *descimento* podia se constituir em uma alternativa proveitosa, diante de seu horizonte imediato. Como sinalizou Bárbara Sommers, os *descimentos* ocorriam após intensas negociações, nas quais as populações indígenas consideravam as suas demandas imediatas, acima de tudo.¹⁴⁹

O Diretório dos Índios estipulava um número mínimo de habitantes, para cada uma delas: 150 indivíduos.¹⁵⁰ As chefias indígenas foram fundamentais para a consecução do patamar estabelecido pela Metrópole. Entender a sua participação e o quanto ela contribuiu para a alteração dos padrões de conduta das populações contatadas é o objetivo da parte que segue.

Mendonça Furtado, em 07/06/1755] - BNLCP, 622, 56;

¹⁴⁶ Fernando da Costa de Ataíde Teive [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 16/10/1766] AN, 99, 01, p. 86.

¹⁴⁷ João Saraiva da Silva [Ofício ao Rei D. José I, em 09/07/1774] - AHU, 73, 6150.

¹⁴⁸ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A falácia do povoamento: ocupação portuguesa na Amazônia Setecentista. In: COELHO, Mauro Cezar [et. alii]. *Op. cit.*, 2005 (no prelo).

¹⁴⁹ SOMMERS, Bárbara. *Op. cit.*, p. 102-108.

¹⁵⁰ DIRECTÓRIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, 1988, p. 166-205, p. 197-198.

A METAMORFOSE INDÍGENA: DE GUERREIRO A *PRINCIPAL*

Meu canto de morte,
Guerreiros, ouvi:
Sou filho das selvas,
Nas selvas cresci;
Guerreiros, descendo
Da tribo tupi.

Da tribo pujante,
Que agora anda errante
Por fado inconstante,
Guerreiros, nasci;
Sou bravo, sou forte,
Sou filho do Norte;
Meu canto de morte,
Guerreiros, ouvi.

I Juca Pirama - Gonçalves Dias

Bravura, brio, inconformismo e resistência são valores e categorias associados à figura do índio, há mais de dois séculos. O *bom selvagem* de Rousseau¹⁵¹ e o chefe indígena de Diderot¹⁵² exibiam-nos como símbolos de sua Liberdade.¹⁵³ No Brasil, tais valores compuseram o perfil do contraponto à Iracema: opondo-se à heroína da *servidão voluntária*, subsistiu a figura do herói guerreiro, orgulhosa de sua condição a ponto de preferir a morte à escravidão. Mais de um século depois da criação da obra-prima de Gonçalves

¹⁵¹ Sobre a construção de Jean-Jacques Rousseau ver FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Op. cit.*, p. 265-307 e STA-ROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*; seguido de sete ensaios sobre Rousseau. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹⁵² DIDEROT, Denis. *Supplément au voyage de Bougainville*. Paris: Flammarion, 1972.

¹⁵³ Ver a interessante análise de Hayden White sobre o tema do *bom selvagem*: WHITE, Hayden. O tema do nobre selvagem como fetiche. In: *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 203-217.

ves Dias, um samba-enredo carioca parafraseava seus versos, alimentando a representação do índio guerreiro. Assim dizia o samba de Márcio André, Alvinho, Aranha e Alexandre da Imperatriz, para o carnaval de 1994: “Sou índio, sou forte/ Sou filho da sorte, sou natural/ Sou guerreiro/ Sou a luz da liberdade, carnaval!”

As razões para a permanência desses heróis – servis ou não – são várias e já aponte algumas delas.¹⁵⁴ Importa reafirmar, todavia, o quanto tais representações prejudicam a visão de outras dimensões da relação que acabou por se estabelecer entre as populações nativas e os colonizadores. Não são poucas as vezes em que, para além do esquecimento, as populações nativas são apresentadas como destituídas de arbítrio, adicionando ao veredicto colonial de que não possuíam fé, lei e rei a pecha de terem se comportado como marionetes nas mãos dos europeus. Há que se ressaltar o quanto há de pernicioso nessa última atitude: ela assume como verdadeiras as representações formuladas com o objetivo claro de subjugar as populações ameríndias, ao tempo da Colonização.

As alterações ocorridas na base do poder das chefias indígenas são indicativas do quanto as sociedades indígenas – sempre que possível – submeteram a uma agenda política própria, sua relação com o colonizador. A constatação não é nova: Nádia Farage e John Monteiro já a fizeram no início da década de 1990.¹⁵⁵ Nádia Farage reconheceu, também, que, do ponto de vista dos índios, a colonização portuguesa representava uma faca de dois gumes: dismantelar-se ou desaparecer.¹⁵⁶ Esse ponto de vista, no entanto, não impediu que associações fossem estabelecidas, com a expectativa de dividendos concretos. As guerras interétnicas contribuíram, sobremaneira, para a busca e a aceitação do apoio europeu.¹⁵⁷ Mas não só. O caso dos índios Guaicurus é elucidativo.

Essa nação indígena viu-se no epicentro das disputas territoriais que agitaram a região do rio Paraguai. De um lado os espanhóis, de outro os portugueses. A presença destes últimos, mais belicosa, fora vista como uma ameaça à posição política guaicuru naquela área. Por outro lado, ela era vista, também, como uma oportunidade para a aquisição de bens importantes para a vida comunitária e para o estabelecimento de novas alianças. Diante disso, os Guaicurus se decidiram pela aliança com os lusitanos – assim, manti-

¹⁵⁴ Ver Primeiro Capítulo.

¹⁵⁵ FARAGE, Nádia. *Op. cit.*, 1991, p. 152; MONTEIRO, John Manuel. Escravidão indígena e despovoamento na América portuguesa: São Paulo e Maranhão. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. *Op. cit.*, 1991, p. 137-167, p. 138.

¹⁵⁶ FARAGE, Nádia. *Op. cit.*, 1991, p. 67.

¹⁵⁷ DOMINGUES, Ângela. As sociedades e as culturas indígenas face à expansão territorial *Luso-brasileira* na segunda metade do século XVIII. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. *Op. cit.*, 1991, p. 183-207, p. 204-207.

nham uma relativa autonomia e não viam enfraquecida sua posição, diante de outros grupos indígenas.¹⁵⁸

O mesmo pode ser dito das nações que habitavam a região de Pernambuco. Em relação a elas, Marcus Carvalho sugere que tomaram o partido português, nos eventos da Independência, por entenderem que os brasileiros representavam um grande risco à manutenção da posse de suas terras.¹⁵⁹ Da mesma forma, Maria Regina Celestino de Almeida argumenta que a defesa oferecida pelos índios às igrejas dos aldeamentos missionários, estava diretamente relacionada à compreensão de que, defendendo os templos, mantinham suas terras.¹⁶⁰

Esta última autora acrescenta que a associação com os portugueses teria representado, para as populações indígenas, um prejuízo menor que a oposição contumaz: diante das inúmeras identidades existentes no universo colonial, a condição de índios aldeados, por exemplo, se lhes afiguraria melhor que a de escravo.¹⁶¹ Além do mais, ela aduz, os europeus traziam consigo instrumentos e técnicas que se tornaram objeto do interesse das populações indígenas e cujo acesso se dava por meio do estabelecimento de relações de amizade – as quais, por sua vez, tinham um enorme valor para a política de amizades e confrontos das nações indígenas que habitavam o que acabou por se constituir a América Portuguesa.¹⁶²

Os estudos de Nádia Farage, John Monteiro, Marcus Carvalho e Maria Regina Celestino de Almeida indicam a necessidade de que os historiadores enfrentem o problema das associações entre populações indígenas e europeus. Conforme afirmou Arno Kern, a colonização moderna implicou em duas facetas: por um lado, o etnocídio que aniquilou, física e culturalmente, centenas de grupos indígenas; por outro, um processo longo e gradual de agregação forçada ou integração de vários daqueles grupos.¹⁶³ De forma que subsistem enormes lacunas a serem preenchidas, no que tange à compreensão das diversas dimensões assumidas pelas relações que emergiram do processo de Conquista.

Um dos pontos cruciais nessa questão diz respeito ao papel das chefias indígenas. Nadia Farage apresentou, mais uma vez, uma contribuição importantíssima. Ela

¹⁵⁸ VANGELISTA, Chiara. Los Guaikurú, Españoles y Portugueses em uma región de frontera: Mato Grosso, 1770-1830. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, 3ª Série, n. 8, p. 55-76, 2º sem./1993.

¹⁵⁹ CARVALHO, Marcus. *Op. cit.*, 1997, p. 329-342.

¹⁶⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Op. cit.*, 2003, p. 242.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 263-264.

¹⁶² *Ibidem*, p. 55.

¹⁶³ KERN, Arno Alvarez. *Op. cit.*, 1994, p. 36.

apontou a relevância dispensada pela política portuguesa à cooptação das chefias. Considerou, então, que estas últimas se constituíam em *intermediários políticos*: personagens que articulariam as demandas do seu grupo de origem às trazidas pela nova ordem que se instalava.¹⁶⁴ Rita Heloisa de Almeida a acompanha, ainda que por outros caminhos: atribui a cooptação e o fortalecimento das chefias indígenas à tradição do Estado monárquico português no trato com as populações conquistadas.¹⁶⁵ Protásio Langer também ressaltou o destaque dado às chefias indígenas, especialmente no que tangia à arregimentação de grupos indígenas e à manutenção da ordem nos estabelecimentos coloniais.¹⁶⁶

Conhecer mais de perto o processo de incorporação daquelas chefias, nos conduzirá a uma visão um pouco mais precisa sobre as transformações trazidas pela colonização e, especialmente, pela introdução do Diretório dos Índios, no Vale Amazônico. Recorro a João Daniel e a Alexandre Rodrigues Ferreira, a fim de estabelecer um quadro das chefias indígenas daquela área.

Ainda que João Daniel tenha afirmado que as populações indígenas viviam sob a *lei da natureza*,¹⁶⁷ os registros de suas observações arrolam um conjunto de artifícios que indicam a presença da autoridade e da hierarquia, em meio àquelas populações. Uma das questões que lhe chamou atenção, nesse sentido, foi o profundo respeito de que os mais velhos eram credores. A obediência que lhes era devida seria tanta, que João Daniel não resistiu a acrescentar, com certa dose de humor: *se alguma velha levantou a voz, e diz morram os missionários, tenham estes paciência, porque lhe será difícil o escapar*.¹⁶⁸ A suspeita da existência da diferença – entrevista na relação de jovens e velhos – a qual pressupunha uma hierarquia etária, se via consolidada em outros índices. Colares, gargantilhas, penas etc. seriam símbolos de distinção.¹⁶⁹ O mesmo poderia ser dito em relação à valentia e à coragem – ambos os fatores eram índices de honra e do lugar ocupado pelos homens na comunidade.¹⁷⁰

As guerras – frequentes – seriam não somente momentos de confirmação da coragem e da valentia, já demonstrada em um conjunto enorme de situações, mas de afir-

¹⁶⁴ FARAGE, Nádia. *Op. cit.*, 1991, p. 156-157. Quase uma década mais tarde, Bárbara Sommers chegou à mesma conclusão, por meio da análise de outro escopo documental, ver SOMMERS, Barbara. *Op. cit.*, p. 221.

¹⁶⁵ ALMEIDA, Rita Heloisa de. *Op. cit.*, 1997, p. 250 e 255.

¹⁶⁶ LANGER, Protasio Paulo. *A aldeia de Nossa Senhora dos Anjos: a resistência do Guarani-Missioneiro ao processo de dominação do sistema colonial luso (1762-1798)*. Porto Alegre: Est Edições, 1997, p. 53.

¹⁶⁷ DANIEL, Pe. João. *Op. cit.*, Tomo I, 1976, p. 198.

¹⁶⁸ *Ibidem*, 1976, p. 198.

¹⁶⁹ *Ibidem*, 1976, p. 206-207.

¹⁷⁰ *Ibidem*, 1976, p. 200-201.

mação das chefias.¹⁷¹ Tais chefias possuiriam signos que as distinguiriam dos demais membros da comunidade: conduziriam os homens às guerras, liderariam os rituais antropológicos e teriam direito a mais de uma esposa.¹⁷² Alexandre Rodrigues Ferreira, além de considerações similares sobre a importância das guerras,¹⁷³ acrescentou que até mesmo as cuias dos chefes eram ornadas de forma distinta, sendo elas, também, símbolos de prestígio – sugerindo uma sociedade hierárquica.¹⁷⁴

A literatura acadêmica relacionada ao tema enfatiza, já há algumas décadas, o papel da hierarquia nas relações sociais, endógenas e exógenas. Florestan Fernandes destacou o quanto o universo político Tupinambá era permeado por protocolos que enfatizavam a posição ocupada pelas chefias – os caciques e os velhos.¹⁷⁵ Antonio Porro afirma que as populações indígenas, habitantes do Vale Amazônico, eram organizadas por meio de chefias regionais e locais – estas submetidas àquelas.¹⁷⁶ É o trabalho de Pierre Clastres,¹⁷⁷ no entanto, que me serve de sustentação para uma reflexão circunstanciada sobre as alterações ocorridas na base do poder das chefias indígenas, no âmbito do Diretório dos Índios.

Segundo Clastres, o maior problema enfrentado pelos analistas das sociedades indígenas é o da definição das relações de poder. Seu trabalho se inicia com o seguinte questionamento: uma vez que a literatura assume a violência e a coerção como a base do poder, será possível haver relações de poder na ausência da coerção e da violência?¹⁷⁸ Essas duas últimas características parecem estar ausentes do universo político indígena, uma vez que, sempre segundo Clastres, a literatura assume que as populações indígenas da América do Sul são, grosso modo, livres de estratificação social e de autoridade.¹⁷⁹

As chefias indígenas, segundo a literatura referida por Clastres, teriam como traços característicos a manutenção da paz, a generosidade e a oratória.¹⁸⁰ Clastres acres-

¹⁷¹ Ibidem, 1976, p. 201 e 233-236.

¹⁷² Ibidem, 1976, p. 211 e 227.

¹⁷³ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Sobre o Gentio Mura. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá – Memórias: Antropologia. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1974. p. 59-67, p. 59-64.

¹⁷⁴ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Sobre as cuias que fazem as índias de Monte Alegre e de Satarém. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Op. cit., 1974, p. 35-39, p. 38.

¹⁷⁵ FERNANDES, Florestan. Op. cit., 1981, p. 261-294.

¹⁷⁶ PORRO, Antônio. História Indígena do Alto e Médio Amazonas – séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) Op. cit., 1992. p.175-196.

¹⁷⁷ CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 10.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 22.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 23-24.

centa a poliginia, como traço distintivo das chefias sul-americanas.¹⁸¹ Apesar de reconhecer nos traços arrolados pela literatura consultada e relacionar um dado adicional, considerando-os atributos das chefias, Clastres pondera que eles não ajudam a compreender a base do poder das sociedades em questão. Segundo ele, a partir de tais traços, a literatura assume ser a troca a base da relação de poder indígena: em função do talento oratório e da generosidade a comunidade retribuiria com o direito de as chefias possuírem um número anormal de mulheres.¹⁸² Ocorre, porém, contrapõe Clastres, que o poder das chefias é frágil – nem o talento oratório, nem a generosidade, nem mesmo a manutenção da paz se constituem em garantias de poder. As chefias são permanentemente contestadas, sem que o exercício do poder – a concretização dos traços característicos da chefia – seja determinante para a sua longevidade.¹⁸³

Isso se dá, segundo Clastres, porque, ao contrário do que pensam alguns, o poder não repousa numa relação de troca. As chefias não recebem um número maior de mulheres em retribuição ao seu talento oratório e a sua generosidade. Deixando de lado a questão da oratória, Clastres argumenta que a generosidade da chefia nunca pôde ser satisfeita a contento, uma vez que nas sociedades indígenas nenhum indivíduo teria chances de acumular bens o bastante para poder distribuí-los de forma a garantir o seu poder. Não se trataria, portanto, de um poder de base econômica, no qual a riqueza de um indivíduo justificaria a sua autoridade sobre os demais.

Tendo recusado a troca como a base do poder nas sociedades indígenas, Clastres aponta a recusa da coerção como sendo o seu fator estruturante. A ausência da troca, a contestação permanente – com a decorrente fragilidade imposta ao exercício do poder – e a transitoriedade da chefia seriam indicativos de que a recusa da coerção seria a base do poder naquelas sociedades. Assim, para ele, a manutenção da paz, a oratória, a generosidade e a poliginia seriam traços característicos das chefias, porque serviam ao propósito político indígena: manter a coerção e a violência de fora da relação política.¹⁸⁴

Alexandre Rodrigues Ferreira chegou às mesmas conclusões, dois séculos antes. Em um dos seus escritos, destacou que a idéia da subordinação civil – tal como era conhecida na Europa – não era comum entre as populações indígenas. A consulta à experiência dos mais velhos, na grande maioria dos casos, esgotava quase que todos os laços

¹⁸¹ Ibidem, p. 24-27.

¹⁸² Ibidem, p. 27.

¹⁸³ Ibidem, p. 27-28.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 28-35.

políticos, os quais não incluíam a subordinação. A escolha das chefias, segundo ele, segundo ele seria significativa do quanto aquelas populações rejeitavam a idéia da coerção, ao valorizar na chefia um outro atributo – a paciência:

*O noviciado do posto de chefe ou de capitão [na guerra] consiste em uma rigorosa repetição de atos, não de valor mas de paciência. O menor sinal de falta dela é o quanto basta para o inabilitar. Se ele passa muitos dias sem comer, nem beber e guardar o jejum que se lhe impõem por ordem para prova do seu sofrimento; se por muitas horas que o estão flagelando, não produz um só gemido; se na sua maca onde o deitam e o cobrem de formigas, as mais vorazes, se deixa estar tranqüilo, sem emoção nem de espírito nem de corpo; se ao fumo de algumas ervas de mau cheiro ele nem se sufoca nem volta a cara, então se julga digno do posto.*¹⁸⁵

De acordo com Pierre Clastres, portanto, o poder político indígena não se funda na coerção e nem na hereditariedade.¹⁸⁶ Pois são esses os dois fatores que sofreram a maior inflexão com a introdução do Diretório dos Índios. Devo reafirmar, para que todos entendam, o fato de que o Diretório dos Índios não inaugura a inflexão havida nas relações de poder das populações indígenas. O caso de Araribóia é exemplar, pois este chefe indígena construiu seu prestígio e poder na relação que mantinha com os portugueses, no processo de conquista e pacificação do Rio de Janeiro do Seiscentos.¹⁸⁷ Ocorre, porém, que a política indigenista inaugurada pelo governo pombalino, da qual o Diretório dos Índios é parte integrante, previu não somente a submissão das populações indígenas, mas, sobretudo, a sua integração à sociedade colonial portuguesa. Nesse sentido, o papel das chefias deixa de se circunscrever à participação nas investidas portuguesas contra comunidades – nativas ou alienígenas – resistentes à expansão do território colonial português e passa a constituir os projetos e as iniciativas de ocupação e reprodução da sociedade colonial – material e culturalmente. Vejamos, então.

Logo no início de seu governo, Mendonça Furtado se deparou com demandas de algumas chefias indígenas, as quais pediam que Sua Majestade reconhecesse suas lideranças diante das comunidades a que pertenciam. Foi o caso de Ignácio Coelho, que solicitou patente de *Principal* da Nação Aruan, da Aldeia de São José do Igarapé Grande. Isto, em 1752 – quando justificara seu pedido na fidelidade mantida pelo seu pai, Antonio

¹⁸⁵ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Observações gerais e particulares, sobre a classe dos mamíferos observados nos territórios dos três rios das Amazonas, Negro, e da Madeira: com descrições circunstanciadas, que quase todos eles, deram os antigos, e modernos naturalistas, e principalmente com a dos Tapuios. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Op. cit.*, 1972. p. 67-204, p. 99.

¹⁸⁶ Conforme, também, MELATTI, Júlio César. *Índios no Brasil*. Brasília: Coordenada, 1972, p. 105-113.

¹⁸⁷ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Op. cit.*, 2003, p. 150-168; SOMMERS, Barbara. *Op. cit.*, p. 190-197.

Coelho, e por seu avô, Ignácio de Manajacaba. Três anos depois, o mesmo Ignácio apresentou requerimento, pleiteando uma ampliação de sua patente: almejava ser o *Principal* de todos os índios da Nação Aruan – não somente os da aldeia em que residia, mas de toda a capitania. Ignácio não obteve sucesso, pois morrera em seguida. Mas a *dinastia* familiar fora resguardada, pois seu irmão, Alberto Coelho fora agraciado com a patente de *Principal* da Nação Aruan.¹⁸⁸

Nessa primeira década de execução da política pombalina, parece ter se consolidado a idéia do parentesco, como base para a transmissão e nomeação de cargos e funções.¹⁸⁹ Em 1755, o índio Francisco de Souza e Menezes era promovido da função de Sargento Mor para a de *Principal* da Nação Maracanã. Seu filho, Gonçalo de Souza de Menezes, herdou a patente de Sargento Mor, vaga com a promoção do pai. Luiz de Miranda, tio de Ignácio Coelho, fora promovido à mesma função, em consideração aos serviços prestados por seu pai, Ignácio de Manajacaba. Tudo resultado de suas demandas diante de Sua Majestade.¹⁹⁰

Francisco de Souza e Menezes deixou claro o caráter hereditário de sua condição de *Principal*, o qual, não obstante, deveria ser referendado pelo Rei. Seu pai, antes dele, e seu avô, antes de seu pai, haviam sido *Principais* de suas aldeias e, como tais, mantiveram nelas os índios e os submeteram aos serviços solicitados por Sua Majestade, como buscar índios em mocambos e edificar fortificações que defendessem as cidades do Pará e de São Luís. Sua solicitação, como a dos demais, aponta para o fato de que as chefias indígenas não se constituíam mais, segundo os costumes tradicionais. O reconhecimento da hereditariedade e o referendo de Sua Majestade indicam o redimensionamento da política indígena de algumas das populações ameríndias.

Notem que distingo, aqui, política indigenista de política indígena, conforme a indicação de Manuela Carneiro da Cunha. Considero a primeira uma instância colonial, enquanto que a segunda é resultado de uma formulação particular das próprias populações indígenas. Outrossim, não concebo a existência de uma única política indígena, co-

¹⁸⁸ AHU, 38, 3525: [Carta Patente de *Principal*, passada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 06/10/1752]; [Petição de Ignácio Coelho, em 15/03/1755]; [Ordem de Sebastião José de Carvalho e Melo ao Conselho Ultramarino, em 15/03/1755].

¹⁸⁹ Barbara Sommers afirma que a adoção do parentesco, como critério para a transmissão de cargos e funções, é anterior ao Diretório dos Índios. Ela, provavelmente, teria sido introduzida pelo Padre Antonio Vieira (ver SOMMERS, Barbara. *Op. cit.*, p. 211-213). O que argumento como sendo uma característica original, daquela lei, é o fato de tal transmissão servir a um propósito novo: a inserção das chefias indígenas no processo de disciplinarização das populações indígenas e de consolidação da presença portuguesa no Vale Amazônico.

¹⁹⁰ AHU, 38, 525: Solicitação de Francisco de Souza de Menezes ao Rei, em 15/03/1755; Solicitação de Luiz de Miranda ao Rei, em 15/03/1755.

num a todas as populações ameríndias. Entendo que alguns grupos consideraram, não pelas mesmas razões, necessariamente, a possibilidade de se associarem com os colonizadores. Conforme já afirmei, a promessa de oferta regular de alimentos, segurança contra inimigos e, até mesmo, o interesse de alguns grupos de aumentar o seu poder, tendo por base a associação com os portugueses, foram fatores que contribuíram para a formulação das políticas indígenas.

Tais políticas, apesar de inferidas, não podem ser estabelecidas, com o controle atual sobre a documentação existente nos arquivos consultados. O que a documentação coligida pode nos informar, até o momento, é que o evento do Diretório dos Índios promoveu uma inserção profunda de índios e mestiços de índios na sociedade colonial paraense. Tal inserção, assumo em concordância com as considerações de autores como Nádia Farage, Francisco Jorge dos Santos, Patrícia Sampaio e Bárbara Sommers, não se deu, somente, pela restrição do horizonte indígena. Ela decorreu, infiro, da decisão das populações indígenas de transferirem-se para as povoações coloniais e do processo de assimilação decorrente da submissão às diretrizes da política consubstanciada no Diretório dos Índios.

O processo de inserção das populações *descidas* à sociedade colonial, em função da política indígena adotada, pode ser percebido por meio do reconhecimento da autoridade metropolitana, como uma instância decisória e legitimadora. Foi sob a administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que o *Principal* da Aldeia de Mortiguara, posteriormente Vila do Conde, solicitou autorização para reedificar a Aldeia de Anaticu.¹⁹¹ Já sob a vigência do Diretório dos Índios, o Conselho Ultramarino reconheceu a patente de *Principal*, passada a Jeronimo Antonio Rodrigues, em Maio de 1759.¹⁹² Francisco de Souza e Menezes, *Principal* da Vila de Cintra, pediu proteção a Mendonça Furtado, agora Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, contra as maquinações do Diretor e do Vigário, os quais se opunham aos interesses dos povoadores índios.¹⁹³ A índia Petronilha, moradora da vila de Beja, requereu, à D. Maria I, o direito de permanecer a serviço de Antonio Jozé de Carvalho, contra a vontade do Diretor, que pretendia empregá-la em outra ocupação, retirando-a da casa em que fora criada.¹⁹⁴

A índia Jozefa Martinha intercedeu junto à mesma Senhora, solicitando o contrário: o direito ao gozo de sua liberdade, desobrigando-a do trabalho para o senhor de

¹⁹¹ Apolinário Rodrigues [Requerimento, de 09/03/1757] – AHU, 42, 3841.

¹⁹² Aviso do Conselho Ultramarino [06/04/1762] – AHU, 52, 4766.

¹⁹³ Francisco de Souza e Menezes [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 24/06/1765] – AHU, 58, 5219.

¹⁹⁴ Petronilha [Requerimento apresentado a D. Maria I, em 06/01/1779] – AHU, 81, 6700.

engenho Hilário de Moraes Bitancourt.¹⁹⁵ O *Principal* da Vila de Portel, Cipriano Ignacio de Mendonça (que herdara a condição de *principal* de seu pai, Anselmo de Mendonça), requereu, também à D. Maria I, para que lhe fossem concedidos tantos índios quantos o eram ao *Principal* da Vila de Oeiras, Manoel Pereira de Faria.¹⁹⁶ A índia Madalena, da Vila da Vigia, fez o mesmo, solicitando proteção contra o Diretor, o qual pretendia retirá-la do serviço, na casa em que fora criada, para empregá-la onde melhor lhe parecesse.¹⁹⁷

O índio Manoel Pereira de Faria, o já mencionado *Principal* da Vila de Oeiras, fez denúncia, junto à Rainha, contra o Governador e Capitão-General da Capitania, Martinho de Souza e Albuquerque, o qual o ofendera, assim como fizera a outros *principais*, por opor-se às negociatas propostas pelo supremo mandatário da Capitania.¹⁹⁸ Maria Silvana, índia Mura, residente na Vila de Cintra, viúva do índio Eleutério Jozé da Serra, denunciou à D. Maria I o fato de ter sido retirada de sua lavoura, no rio Cuinarana, juntamente com sua família, para que todos fossem empregados em obras públicas. Requeria, então, que lhes fosse garantida a liberdade, expressa na lei, e permitido o retorno às suas lavouras; apontava, ainda, o governador, Jozé de Nápoles Tello de Menezes, como o responsável pelos contratempos pelos quais passava.¹⁹⁹

O índio Jozé Francisco de Brito reclamava não poder transitar de uma povoação à outra, senão por meios escusos, como a fuga.²⁰⁰ A mesma consideração, acompanhada de requerimento enviado à D. Maria I, foi feita pelo índio Antonio José.²⁰¹ Finalmente, Frei Caetano Brandão, cumprindo uma determinação de Sua Majestade, confirmou às denúncias feitas pelo *Principal* da Vila de Colares, o índio Diogo de Souza, sobre o estado de abandono da povoação.²⁰²

Suspeito que tais demandas, se investigadas, podem suscitar, em pesquisas futuras, descobertas importantes sobre as disputas envolvendo populações *descidas* e colonos e, sobretudo, sobre algumas das compreensões formuladas sobre a lei do Diretório dos Índios. Sua ocorrência em meio à documentação, associada às solicitações por patentes, me permite assumir, neste momento, que aquelas populações consideraram a nova ordem, na qual se incorporavam, muito seriamente – sublevando-se contra o que consideravam injus-

¹⁹⁵ Jozefa Martinha [Requerimento apresentado a D. Maria I, em 11/02/1779] – AHU, 82, 6716.

¹⁹⁶ Cipriano Inácio de Mendonça [Requerimento apresentado a D. Maria I, em 07/09/1779] – AHU, 83, 6839.

¹⁹⁷ Madalena [Requerimento apresentado a D. Maria I, em 15/09/1779] – AHU, 83, 6853.

¹⁹⁸ Manoel Pereira de Faria [Requerimento apresentado a D. Maria I, em 01/03/1785] – AHU, 94, 7484.

¹⁹⁹ Maria Silvana [Requerimento apresentado a D. Maria I, em 07/06/1785] – AHU, 94, 7507.

²⁰⁰ José Francisco de Brito [Requerimento apresentado a D. Maria I, em 23/11/1786] – AHU, 96, 7606.

²⁰¹ Antonio José [Requerimento apresentado a D. Maria I, em 23/11/1786] – AHU, 96, 7607.

²⁰² Frei Caetano da Anunciação Brandão [Requerimento apresentado a D. Maria I, em 01/08/1787] – AHU, 96, 7663.

to, mas decididos a permanecer em sua nova vida.²⁰³

Assim, se a autoridade colonial era, agora, preponderante, era também em relação a ela que as novas chefias se constituíam. Isto não quer dizer, como se pode querer entender, que as autoridades coloniais estabeleceram, aqui, um monopólio, por meio do qual detinham todo o controle sobre a edificação das chefias. Significa, isto sim, que a edificação das chefias indígenas, no âmbito de ação da lei do Diretório, pautava-se em dois pilares de sustentação: as bases tradicionais, próprias das populações indígenas, e o reconhecimento das autoridades metropolitanas. Este último, garantido por meio da colaboração nos projetos de ocupação e exploração do território colonial.

A importância dos *descimentos* para o aporte populacional das Vilas e Lugares fez com que muitas das chefias indígenas mantivessem sua condição original, ainda que significativamente alterada pelas novas relações existentes na sociedade colonial paraense. E as chefias indígenas mantiveram-se cientes da sua importância, como demonstram os recenseamentos de moradores, ocorridos nas vilas de Lamalonga e Barcelos, no Rio Negro. Tais levantamentos arrolam os habitantes, segundo os vínculos mantidos com os *principais*: assim, em Lamalonga, o *Principal* Miguel Azevedo controlava 118 pessoas; Manoel da Silva, setenta; Joaquim Tinoco Valente, 18, Anna Maria de Ataíde, vinte; Ignácio de Castro, 15 e o *Principal* Jaguaracy, 14; em Barcelos, Manoel de Oliveira controlava 115 pessoas; André de Vasconcelos, 71; Theodozio Jozé dos Santos, 105; Thomas Pinto Brandão, 67 e Luiz da Costa, 95.²⁰⁴ O quadro populacional, assim disposto, evidencia, em uma região ocupada tardiamente, a importância das chefias indígenas para a consecução do projeto de consolidação da presença lusitana no Vale Amazônico.

Tal quadro me leva a considerar – diante dos indícios presentes na documentação e já apresentados anteriormente – que, ao menos inicialmente, as chefias formadas no seio da comunidade eram incorporadas à sociedade colonial e nelas, ao longo dos anos, subvertidas. Ou seja, as estratégias de *descimento* e de incorporação das populações se apropriavam das chefias constituídas segundo os padrões tradicionais. Uma vez incorporadas, no entanto, elas passariam a depender da legitimação metropolitana. Essa minha consideração está apoiada em duas evidências. Uma já apresentei: a preponderância das autoridades coloniais, na mediação dos problemas enfrentados pelas populações *descidas*, torna claro o quão estas últimas estavam inseridas na sociedade colonial e o quão conside-

²⁰³ Retornarei a este ponto no próximo capítulo.

²⁰⁴ Philippe Serrão de Castro [Ofício ao governador da Capitania, em 07/01/1770] – APEP, 217, 17; Bernardo Toscano de Vasconcelos [Ofício a Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 20/07/1770] – APEP, 217, 43.

ravam as autoridades metropolitanas, vendo nelas a última instância a que podiam recorrer. As chefias, portanto, deveriam estar inseridas na nova base de poder, de forma a se legitimarem.

A outra, apresento agora. No correr dos anos de vigência do Diretório dos Índios, ocorreu uma outra forma de incorporação das populações indígenas, além daquelas já existentes na sociedade colonial paraense, do Seiscentos e início do Setecentos. Para além da condição de trabalhador (condição acessória ao estatuto de escravo), havia poucas alternativas de mobilidade social, para os índios incorporados, no mundo colonial paraense de antes de 1750. Após o Diretório dos Índios, o processo de incorporação se deu de forma mais consecutiva, com o controle efetivo das autoridades metropolitanas. Assim, as populações indígenas *descidas* viram-se, gradativamente, cada vez mais dependentes das formas de inserção social introduzidas pelo universo colonial. Nesse sentido, os lugares sociais passaram a ser definidos, cada vez mais, pelo aporte metropolitano.

Em setembro de 1760, os religiosos da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco defendiam-se da acusação de recusarem o ingresso de índios naquela Ordem. E o faziam em carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, na qual arrolavam os nomes dos índios incorporados nos anos de 1759 e 1760: Diogo Antonio Pimentel, Jozé Bazisto de Oliveira, Laurentina Maria Correia, Manoel dos Reis da Conceição, Manoel Ferreira Ribeiro, Anna Correa, Maria da Trindade, Cecília Maria do Nascimento, Maria do Nascimento, Jozé Rodrigues da Fonseca, Ursulla [ilegível], Catherina Francisco Xavier e Miguel Ribeiro Roza.²⁰⁵

Para a composição das câmaras das vilas, fora garantida a eleição de indígenas. Assim, em 1761, as Vilas de Melgaço e Portel elegeram, para os cargos de juízes, os índios Alexandre Mascarenhas e Vital da Costa e, para vereadores, os índios, Pedro Mascarenhas, Paullo Pitta, João de Barros e Paullo da Silva.²⁰⁶ Em 1764, na Vila de Salvaterra, dos seis juízes ordinários, quatro eram índios e seis, dos nove vereadores, também. No mesmo ano, na Vila de Monforte, contava-se pelo menos um índio entre os juízes, e quatro entre os vereadores. Na Vila de Colares, três índios eram juízes, enquanto que entre os nove vereadores, somente três tiveram sua condição étnica especificada: eram brancos. Na Vila de Cintra, o *Principal* Francisco de Souza e Menezes ocupava a função de juiz ordiná-

²⁰⁵ Ordem Terceira da Penitência de São Francisco [Ofício a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 11/09/1760] – AHU, 47, 4275.

²⁰⁶ Termo de Eleição dos Oficiais da Câmara da Vila de Melgaço [28/03/1761]; Termo de Eleição dos Oficiais da Câmara da Vila de Portel [02/04/1761] – AHU, 49, 4504.

rio; quatro índios e um mameluco ocupavam a vereança. Em Vila Nova d'El Rei, três índios foram eleitos para juízes ordinários e três, pelo menos, ocupavam a condição de vereadores. Na Vila de Soure, entre os juízes contavam-se dois índios e entre os vereadores, cinco.²⁰⁷

Ao longo de todo o período de vigência do Diretório dos Índios, as populações indígenas foram incorporadas à sociedade colonial, por meio da inclusão nas forças militares, na condição de ajudantes, alferes, sargentos-mores, capitães e mestres de campo. Alguns poucos índios exerceram as ocupações de Meirinho e Diretor. Essas incorporações representaram, em vários casos, uma chance de mobilidade, para os índios descidos: Christovão Rodriguez foi nomeado alferes, em 1781, após sete anos de serviço como ajudante – o que acarretou sua transferência do Lugar de Barcarena, para a Vila de Beja; Ciprianno de Souza, residente na Vila de Soure, permaneceu cinco anos na condição de alferes, antes de ser nomeado capitão, em 1792; Domingos Álvares era sargento-mor em Soure, desde 1774, até que em 1781, fora nomeado para ser capitão, na Vila de Monforte; Jerônimo de Magalhães Brito, da Vila de Alenquer, foi nomeado capitão, em 1791, depois de dezesseis anos como alferes; João Luis da Costa, do Lugar de Vizeu, teve a sua nomeação para o cargo de ajudante, em 1782 – dois anos depois, fora nomeado capitão; Jozé da Silva foi nomeado ajudante em 1787, cinco anos depois, tornou-se capitão; Pascoal de Carvalho, nomeado capitão, no Lugar de Outeiro, em 1789, passara três anos como alferes; Salviano de Souza iniciou como ajudante, nomeado em 1783, dez anos depois fora nomeado sargento-mor, após cinco anos como capitão.²⁰⁸

O Principalato, nesse novo contexto, foi ocupado, também, por indivíduos, cujas prerrogativas para o exercício da função não decorriam de sua condição de chefe de uma população descida. Em pelo menos um caso, apontado pela documentação, o principalato foi alcançado em função da participação bem sucedida em um processo de *descimento*.²⁰⁹ Em alguns casos, ele representou o ápice de uma *carreira*, iniciada como alferes ou ajudante. Foi assim com Aurélio da Gama, alçado à função de *Principal*, em 1793, após um ano como alferes. O mesmo se deu com Chrispim de Carvalho, em 1792, quando foi nomeado *Principal*, após cinco anos como alferes no Lugar de Outeiro, e com João Gonçalves, o qual foi alferes durante dez anos, antes de ser nomeado como *Principal*, em 1791.

²⁰⁷ Autos de Devassa. Transcritos por Aluisio Fonseca de Castro. *Anais do Arquivo Público do Pará*, Belém, v. 3, n. 1, p. 9-211, 1997.

²⁰⁸ APEP: Códices 251, 368 e 514.

²⁰⁹ Manoel Bernardo de Melo e Castro [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 05/11/1760] – AHU, 47, 4281.

Francisco Xavier da Silva fora nomeado, inicialmente, para a função de sargento; dois anos depois, em 1776, alcançara a condição de *Principal*, do Lugar de Ponte de Pedra. Alguns poucos índios exerceram, até, a condição de diretores, como foi o caso de Domingos Barbosa, nomeado Diretor da Vila de Monsarás, depois de dezessete anos como *Principal*. Joaquim Jozé Teixeira permaneceu dezesseis anos como *Principal*, antes de ser nomeado Diretor do Lugar de Santa Ana do Cajari, em 1791. Felipe de S. Thiago foi nomeado diretor da Vila de Monforte, depois de exercer a função de alferes.²¹⁰

Bravura, coragem, talento oratório e generosidade foram, tradicionalmente, valores das chefias, os quais foram subvertidos, em favor de outros, mais afeitos à vida nas povoações coloniais: a capacidade de arregimentar índios e incitá-los ao trabalho. Ao longo de todo o período de vigência do Diretório dos Índios, os *descimentos* foram necessários e incentivados, em função da demanda crescente por braços. Isto fez com que as chefias originais, nascidas no contexto da política tradicional das populações indígenas, ou mesmo de lideranças de pequenos grupos familiares, fossem integradas à sociedade colonial. Uma vez integradas, aquelas populações *descidas* se acomodavam à nova vida e viam as autoridades coloniais como instâncias legítimas, junto às quais poderiam apresentar suas demandas.

Esse último movimento do processo de integração, no entanto, não implicou na eliminação da presença indígena, como instância de autoridade. Os *Principais*, os membros dos Conselhos de Velhos, os filhos dos *principais*, seus sobrinhos e netos ocuparam as funções de alferes, sargentos, capitães e até diretores, confundindo a autoridade ameríndia e a autoridade colonial. Os índios, como se verá oportunamente, foram os trabalhadores preferenciais daquele mundo e exerceram, nessa condição, preferencialmente, os ofícios e ocupações que mais dividendos poderiam trazer à vida econômica da Colônia e da Metrópole. No entanto, não estavam mais, como ocorria no passado, restritos à condição quase exclusiva de força de trabalho.

²¹⁰ APEP: Códices 251, 368 e 514.

DESDOBRAMENTOS DA VIDA NOVA

A inserção das populações indígenas deu-se, como se viu, em um duplo movimento. Um partiu da Metrópole e consubstanciou uma série de estratégias de integração daquelas populações à sociedade colonial e ao universo lusitano: casamentos interétnicos, aprendizado da Língua Portuguesa, utilização do trabalho como um instrumento pedagógico (para além da sua condição de fator econômico de produção de riqueza) e arregimentação das chefias. Tal movimento procurou concretizar a política indigenista projetada, no contexto da efetivação do Tratado de Madri, com vistas à consolidação e a ampliação do domínio português sobre as terras do Vale Amazônico. As populações indígenas formariam, como muito bem mostrou Nádia Farage, as *muralhas* do sertão amazônico e, nesse processo, conformariam os limites do Império Português no Vale.

Um outro movimento partiu das populações indígenas. *Descer*, casar-se, abandonar suas línguas nativas e submeter-se ao trabalho compulsório pareceu, para algumas daquelas populações, uma alternativa viável, especialmente diante das promessas de oferta regular de alimentos e de proteção contra os inimigos. Para muitos indígenas, que sentiam os prejuízos da presença alienígena, e viviam dispersos em pequenos grupos, familiares ou não, como o grupo de seis índios *descidos* para o Lugar de Fragoso, em 1775,²¹¹ a vida nas povoações pode ter se afigurado um mal menor que a vida errante pelas matas, a mercê de etnias guerreiras poderosas, como os Mura, por exemplo. Para outros, a possibilidade de associar-se aos portugueses pode ter sido vista como mais vantajosa, diante das políticas holandesa e espanhola. Para outros, as povoações foram o único caminho possível de sobrevivência e, menos que uma escolha, elas se configuraram uma imposição, ante a ameaça de desaparecimento.

Ambos os caminhos convergem para a emergência de uma conformação social original, edificada nas povoações que margeavam os rios do Vale Amazônico. Nelas, índios, brancos e mestiços acabaram por reunir suas expectativas. Nelas, viveram suas lu-

²¹¹ João Pereira Caldas [Ofício ao diretor de Porto Salvo, em 21/10/1775] – APEP, 291, 101.

tas, estabeleceram suas associações e formularam – ao longo do tempo – formas de convivência próprias. O meu próximo movimento será, nesse sentido, descobri-las e analisá-las.

QUINTO CAPÍTULO

O GERME DA DESTRUIÇÃO: OBEDIÊNCIA E SUBVERSÃO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS

Bem sensíveis e publicos tem sido os effeitos da indigna ambição da maior parte dos Directores, o total desamparo das Povoações, o abandono da Cultura e do Commercio são menores mas em comparação daquelle, que rezulta pela perdição de tantas almas, que fogem a Luz do Evangelho embrenhando-se pelos matos, para evitarem a barbaridade, a tirania e opressão, que soffrem nas Povoações. Tenho particular, e miuda noticia de todas essas desordens, sei que não tem cuidado senão em fazer Rossas, e Canoas por sua conta, em negociar com os mesmos Índios da sua Povoação, regatando com Agoas ardentes os Effeitos que a limitada industria destes miseraveis lhes procura

D. Francisco de Souza Coutinho

O excerto em epígrafe inicia a Carta Circular a todos os diretores das povoações do Grão-Pará, escrita em primeiro de setembro de 1790. Nela, D. Francisco de Souza Coutinho robustecia a tônica de sua administração, como governador e capitão general daquela capitania: a crítica ao Diretório dos Índios.¹ O governador, neste e em outros documentos, alguns redigidos no mesmo ano de 1790, responsabilizava os diretores das povoações pelo estado de decadência da região, o qual derivava do decréscimo populacional. Motivados por uma ambição desmedida, aqueles agentes administrativos teriam colocado os seus interesses econômicos acima do cumprimento da lei.²

As considerações de D. Rodrigo de Souza Coutinho, no entanto, não constituíam surpresa. Ao longo dos quarenta anos de vigência, o Diretório dos Índios foi desrespeitado. Diretores, vigários, cabos de canoas, mestres-escola, sargentos mores e *principais* subverteram alguns dos princípios da lei, em proveito próprio. Assim, ao assumir o governo da capitania, D. Rodrigo já havia sido informado das práticas nocivas que colocavam em risco o sucesso do projeto que a lei consubstanciava. Isto, todavia, não impediu que fosse informado sobre as causas do estado de decadência, no qual a região se encontrava. Uma memória anônima, datada de primeiro de janeiro de 1790, e dois relatórios de João Vasco Manoel de Braun, escritos em novembro do mesmo ano, detalharam-na: a ausência de índios, provocada tanto pelos desvios promovidos pelos diretores, quanto pela demanda intensiva da administração colonial.³

As informações recebidas por D. Francisco de Souza Coutinho e o juízo formulado por ele foram determinantes para que o Diretório dos Índios fosse revogado. D. Francisco, pautado nas denúncias dos que lhe antecederam e no estado em que encontrara a capitania, viu, no desrespeito daquele instrumento legal, a raiz de todo o mal. A tutela exercida pelos diretores seria, entre todos os dispositivos legais, o que viabilizaria os maiores desvios. Assim, a *criança* e a *água* foram postas fora pela Carta Régia de 12 de Maio de 1798, a política indigenista que sucedeu o Diretório dos Índios.⁴ Findo o século XVIII, portanto, e extinta lei de 1758, juízos coevos já atribuíam aos diretores e à administração

¹ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Op. cit.*

² Ver, D. Francisco de Souza Coutinho [Ofício Circular a todos os Diretores, em 01/09/1790] – APEP, 466, 30; idem [Ofício ao diretor de Alenquer, em 24/12/1790] – APEP, 466, 133; idem [Ofício ao comandante de Santarém, em 15/02/1791] – APEP, 466, 202; idem [Ofício a D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 03/08/1797] – APEP, 549, 97; idem [Ofício a D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 20/04/1798] – APEP, 552, 60.

³ Memória anônima [datada de 01/01/1790] – IHGB, lata 284, pasta 3, doc. 31; João Vasco Manoel de Braun [Ofício a D. Francisco de Souza Coutinho, em 04/11/1790] – IHGB, lata 280, pasta 7, doc. 1; João Vasco Manoel de Braun [Ofício a D. Francisco de Souza Coutinho, em 08/11/1790] – IHGB, lata 280, pasta 7, doc. 2.

⁴ Carta Régia ao capitão-general do Pará, acerca da emancipação e civilização dos Índios. Apud. MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, 1998. p. 220-232.

colonial a responsabilidade pelo seu insucesso e sua extinção.

Análises presentes na historiografia acerca do Diretório dos Índios acompanham o parecer de D. Francisco de Souza Coutinho e confirmam os limites do aparato legal. De acordo com elas, os objetivos que constituíram a lei não teriam sido alcançados: expansão e consolidação do povoamento do Vale Amazônico; integração das populações indígenas à sociedade colonial; conformação de uma economia agrícola; e, a integração da região à economia colonial interatlântica. Isto teria tido por causa a malversação dos diretores e a excessiva demanda por trabalhadores índios, de parte da administração colonial.

Diversos autores partilham da compreensão coeva acerca do Diretório dos Índios:⁵ uma política que fracassara em função dos desvios dos agentes administrativos e da política de utilização da mão-de-obra indígena, por parte da administração colonial. Não é minha intenção proceder a uma análise historiográfica, neste momento. Importa-me ressaltar, tão somente, os limites dessa compreensão, de modo a situar a análise que realizo no presente trabalho.

As assertivas de tais autores não guardam a distância necessária das fontes. Autores como Antonio Baena e Domingos Antonio Raiol, por exemplo, elaboraram juízos não como analistas do passado histórico paraense, mas como políticos que teciam uma crítica a determinados aspectos da conjuntura sócio-econômica em que se encontravam; o que pode justificar o fato de não buscarem as razões subjacentes à crítica aos diretores. O passado lhes servia de recurso retórico, com vistas à consecução de objetivos políticos imediatos.⁶ Este não foi o caso dos demais autores. Uma análise da metodologia presente na produção bibliográfica, relativa ao Diretório dos Índios, pode vir a indicar as formas pelas quais esses historiadores utilizaram os instrumentos do ofício, a fim de elaborar suas conclusões. Na falta dela, sugiro que o argumento de autoridade e o aporte por meio do qual o passado colonial brasileiro é percebido foram determinantes na conformação do veredicto

⁵ BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Op. cit.*, 1968, p. 242-244; SOUTHEY, Robert. *Op. cit.*, 1965, p. 72-83; RAIOL, Domingos Antonio. *Op. cit.*, 1968, p. 147-149; ABREU, Capistrano de. *Op. cit.*, 1998, p. 174; AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.*, 1999, p. 284-285; HEMMING, John. *Op. cit.*, 1978, p. 481-482; TOCANTINS, Leandro. *Op. cit.*, 1982, p. 42; PRADO JÚNIOR, Caio. *Op. cit.*, 1977, p. 95-96; CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. *Op. cit.*, 1968, p. 43; MACLACHLAN, Colin. *Op. cit.*, 1972; *idem*. *Op. cit.*, 1973, p. 216-221; SIMONSEN, Roberto C. *Op. cit.*, 1978, p. 340-341; ARNAUD, Expedito. *Op. cit.*, 1973, p. 9-11; CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.*, 1983, p. 129, 139-140; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Op. cit.*, 1990, p. 133; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. cit.*, 1986, p. 229-230; ALENCASTRO, Luís Felipe. *Op. cit.*, 1991, p. 114-118; SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da História da Colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 261-262; MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, 1996, p. 60; ALMEIDA, Rita Heloisa de. *Op. cit.*, 1997, p. 164.

⁶ Sobre o uso da história, na política, ver ISLA, Alejandro P. Los usos políticos de la memoria y la identidad. *Estudios Atacameños – Revista do Instituto de Investigaciones Arqueológicas y Museo R. P. Gustavo Le Paige, da Universidad Católica del Norte*, n. 26, p. 35-44, 2003.

sobre o sucesso daquela lei.

Por argumento de autoridade, entendo, em primeiro lugar, a compreensão de que representantes metropolitanos possuíam uma visão privilegiada da realidade na qual estavam inseridos. Assim, os documentos produzidos por eles refletiriam a melhor perspectiva sobre a vida no Vale Amazônico. Esse parece ter sido o caso de Robert Southey e João Lúcio de Azevedo. Azevedo, aliás, sustentou o seu veredicto na crítica à política pombalina, vista como intransigente e autoritária.⁷ Em segundo lugar, o argumento de autoridade pautar-se-ia, também, pela incidência das críticas, nas fontes consultadas. Quase todos os governadores, ouvidores e demais representantes da administração colonial, como o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (cujos escritos são fontes importantíssimas para o período), condenaram os diretores e atribuíram a eles a maior responsabilidade pela não concretização de algumas das projeções que compunham o Diretório dos Índios.

No que tange ao aporte, direciono à produção historiográfica em destaque a mesma crítica formulada por Manuela Carneiro da Cunha, em relação ao lugar dispensado ao indígena na memória histórica nacional.⁸ Segundo ela, os historiadores teriam negado aos índios a condição de agentes históricos nos processos em que estiveram inseridos. A negação decorreria da compreensão de que a História do Brasil só pode ser explicada a partir das ações do colonizador. No que tange à produção a que me refiro, o mesmo pode ser dito, uma vez que os demais autores adotaram a versão das autoridades coloniais, explicando-as por meio do recurso ao argumento central de Caio Prado Júnior – o fracasso do Diretório dos Índios teria decorrido da ambição dos diretores e da administração colonial em aferir o maior ganho possível da mão-de-obra indígena, em acordo com o imperativo colonial de transferência de recursos para a Metrópole. Assim, diretores, governadores e demais autoridades teriam subvertido a lei, em favor do imperativo econômico – em última instância, o processo de acumulação primitiva de capital, na Europa, teria determinado o fracasso do Diretório dos Índios.

Neste capítulo não pretendo demonstrar o sucesso ou o fracasso do Diretório dos Índios. Acredito, aliás, que essa é uma falsa questão, se enfrentada como um fim em si mesmo, pois ela pouco enriquece o conhecimento histórico sobre a vida colonial no Vale. Meu objetivo é demonstrar que as injunções que deram origem ao Diretório dos Índios foram determinantes para o exercício da lei. Assim, a tensão havida entre os colonos e a

⁷ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.*, 1990; *idem*. *Op. cit.*, 1999.

⁸ CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: *Op. cit.*, 1992. p. 9-24.

administração colonial, em torno da concessão de liberdade aos índios, contornada, mas nunca resolvida, com a elaboração do Diretório, atravessou os quarenta anos em que a lei esteve em vigor.

Em meados do século, quando Francisco Xavier de Mendonça Furtado aportara em Belém, colonos e missionários viviam uma disputa já secular pela mão-de-obra indígena. Tendo descartado os missionários, como os colaboradores preferenciais no processo de integração das populações indígenas ao projeto de ocupação e colonização do Vale Amazônico, a Metrópole teve de lidar com os colonos e, mesmo a contragosto, ceder em alguns pontos de sua política. A cessão de índios foi um deles e não é prudente supor que Mendonça Furtado, D. Miguel de Bulhões ou Sebastião José de Carvalho e Melo fossem ingênuos a ponto de considerar que os índios seriam poupados da exploração a que já vinham sendo submetidos.

Furtado, Bulhões e Melo, e a administração metropolitana que compunham, sabiam, também, da importância da mão-de-obra indígena para levar a efeito os inúmeros trabalhos que a consecução do Tratado de Madri e de consolidação da presença portuguesa no Vale exigiam. O transporte das expedições de demarcação, a construção de fortes, a edificação de dezenas de Vilas, a transformação da Cidade do Pará, Belém, em um centro administrativo e de escoamento de produção, tudo isso demandava braços e tudo estava previsto. São José de Macapá, Vila Nova de Mazagão e Vila Vistoza de Madre de Deus foram projetadas como centros de produção agrícola, povoado por colonos açorianos e aqueles trazidos da Mazagão marroquina, os quais necessitariam de um enorme contingente de auxiliares, tanto para o seu estabelecimento, quanto para o trabalho em suas lavouras.

A principal expectativa metropolitana para o Vale Amazônico era o incremento da produção de gêneros que compensassem a perda das possessões africanas e asiáticas. Tal incremento implicaria (como bem sabiam todos os que viveram aqueles anos e conheciam a região, como foi o caso de dois dos três *principais* formuladores das políticas que a ela se destinavam) no uso intensivo da mão-de-obra indígena: os índios eram os maiores responsáveis pela produção dos gêneros de coleta; constituíam-se na força motriz que movia as embarcações que levavam os trabalhadores e conduziam a produção; eram, também, os construtores das embarcações e os que beneficiavam os gêneros produzidos na floresta.

Muito pouco do que ocorreu, portanto, nos anos em que o Diretório dos Índios esteve em vigor pode ser entendido como uma transgressão aos objetivos da lei. A

utilização intensiva das populações indígenas estava prevista. Colônia e Metrópole a esperavam e disputavam o acesso ao maior quinhão de trabalho indígena, de forma que as considerações que testificam o insucesso da lei, freqüentemente feitas pela administração metropolitana, traduzem, muito mais, a insatisfação pela parte que lhe coube (a maior, sem dúvida), do que a constatação de uma surpresa.

Devo esclarecer, no entanto, que não pretendo, simplesmente, evidenciar o quanto as tensões que originaram aquela lei consubstanciaram o seu exercício. Minha intenção é, além disso, demonstrar que o Diretório dos Índios suscitou relações sociais novas. E mais. Se Metrópole e colonos foram determinantes na sua elaboração, as populações indígenas não deixaram de intervir na conformação das relações sociais vividas no Vale Amazônico, na segunda metade do século dezoito.

ENTRE A PROJEÇÃO E A REALIDADE: A ECONOMIA DO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS

Digo, pois, que as drogas do certão são para o Estado do Pará, o mesmo que as minas tem sido para Portugal. Em um reino como era o nosso, antes dos gloriosíssimos reinados passado e presente, pôde-se dizer, que, quasi todo repartido em claustros para celibatários de ambos os sexos, dos quaes não se esperavão, nem se devião esperar progressos na povoação: em um reino, em que o desprezo da arte de viver cada um pelo suor do seu rosto, e pelo trabalho das suas mãos, particularmente nas manufacturas, não só difficultava a subsistência de muitas famílias estabelecidas, mas passava a fazer odiar o estado do matrimonio como oneroso, pela obrigação de sustentar os filhos; dando-se por felizes, e mil vezes afortunados, os que erão casados, e não os tinhão: em um reino, que sim tinha lido e concebido os planos, que dictarão a caridade e o patriotismo das outras nações, para cada uma em si vigiar, quanto pudesse, sobre a conservação das vidas confiadas á roda dos engeitados, mas que ainda não tinha esgotado as ultimas providencias, para as salvar das garras da pobreza e da necessidade; em um reino, que annualmente se estava esvaindo a substancia mais preciosa, que devia aproveitar, suspendendo a emigração dos vassallos, que deixava expatriarem-se, desamparando a metropole e suas províncias para povoarem as conquistas de ambas as Índias, e da Africa: e em um reino finalmente, que, desde o reinado do Senhor D. Manoel, tinha feito quanto podia por debilitar as forças, transportando cada anno mais e menos numero de gente, que comprehendia, ora os que ião alistados para servirem na guerra, e ora os degradados por delictos: n'este reino digo eu, que pelas causas ponderadas já hoje se acha tão despovoado, quanto é facil de se vêr no reino dos Algarves e no Alemtejo, e em bôa parte da Beira, si mania alguma existia, e existe mais universalmente recebida era, e é a de virem todos, si possível fôsse, cavar o ouro ao Brazil.

[...]

Porque em um Estado tão vasto, como este é, e onde toda a gente, que há, bem se pôde considerar como a única família de Noé, no meio do mundo post-diluviano; em um Estado, quem nem tem índios precisos para plantarem o sustento d'elle: neste Estado, digo eu, a riqueza, ou a pobreza das povoações pende da riqueza ou pobreza do mato.

Alexandre Rodrigues Ferreira

dios, aguarda uma análise rigorosa. São poucos os trabalhos voltados para a análise desse aspecto da vida daquele período. Excetuando-se os trabalhos de Antonio Carrera e Manoel Nunes Dias,⁹ sobre a Companhia Geral do Comércio, e as análises de Dauril Alden¹⁰ e José Ubiratan do Rosário,¹¹ sobre a cultura do cacau, há pouco o que considerar. Rosa Elizabeth Acevedo Marin desenvolveu estudos circunstanciados sobre a cultura do arroz, no Cabo Norte,¹² Robin Leslie Anderson elaborou o que mais se aproxima da compreensão da dinâmica econômica acerca do lapso de tempo em que aquela lei esteve em vigor,¹³ e Patrícia Sampaio iniciou uma análise da formação de fortunas.¹⁴

Há muito que pesquisar, portanto: o valor da mão-de-obra; as variações dos preços dos gêneros coletados e cultivados; a constituição dos patrimônios; a importância dos trabalhos assalariado e escravo; a relação trabalho/subsistência; a importância da economia doméstica para o custo do trabalho etc. Os arquivos de Belém e de Portugal estão repletos de documentos que farão a alegria do historiador interessado. De minha parte, ainda que não me falte interesse, me escapa a competência necessária para enfrentar números, fórmulas e contas, de forma que não ofereço, nesta seção, uma História Econômica do Diretório dos Índios.

Minha intenção é modesta e a concretizo em obediência ao imperativo do argumento que defendo. Compreender a vigência da lei como um desdobramento das forças sociais que a constituíram, implica em desvendar, em alguma medida, as estruturas sociais em ação. É essa a pretensão que me coloco – compreender, o quanto possível, as relações de produção da sociedade do Diretório dos Índios. Para tanto, recorro à pesquisa documental e a uma abordagem que pretende evidenciar as bases daquelas relações, no que interessa ao argumento da tese: o que era produzido e por quem. O faço, apelando inicialmente, a um dos que percorreram o Vale, naquele tempo.

Alexandre Rodrigues Ferreira foi um dos mais importantes naturalistas a percorrer o Vale Amazônico, não somente pelo volume de informações coletadas, mas, sobretudo, pelo caráter Ilustrado de suas observações. Sua condição de naturalista – da qual resultou o registro de inúmeras espécies animais e vegetais – fundamentou sua condi-

⁹ CARREIRA, António. *Op. cit.*, 1988; DIAS, Manuel Nunes. *Op. cit.*, 1962; idem. *Op. cit.*, 1967; idem. *Op. cit.*, 1970.

¹⁰ ALDEN, Dauril. *Op. cit.*, 1974.

¹¹ ROSÁRIO, José Ubiratan. *Op. cit.*, 1986.

¹² ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *Op. cit.*, 1998; e Idem. Prosperidade e estagnação de Macapá colonial: as experiências dos colonos. In: GOMES, Flávio dos Santos. *Op. cit.*, 1999. p. 33-62.

¹³ ANDERSON, Leslie Robinson. *Op. cit.*, 1976.

¹⁴ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Op. cit.*

ção de filósofo do Iluminismo, de homem interessado no gênero humano. Assim, parte de sua atenção foi investida na análise das sociedades existentes no Vale Amazônico – tanto da sociedade colonial, quanto das sociedades indígenas – por meio dos parâmetros de investigação da chamada História Natural, tal como ela era entendida no século XVIII.¹⁵

Além disso, uma parte importante de suas atribuições era elaborar um relatório minucioso sobre as possessões portuguesas no Vale. Queriam os seus superiores na Metrópole, que ele investigasse, especialmente, o cumprimento do Diretório dos Índios e as condições sócio-econômicas no Vale. Foi em razão das ordens nesse sentido, que Alexandre Rodrigues Ferreira conjugou suas habilidades de filósofo Ilustrado, de naturalista treinado para observar e classificar, tendo a sociedade colonial como objeto.

Seu veredicto, expresso nas linhas que abrem essa parte,¹⁶ dá conta da visão negativa que desenvolveu acerca dos desdobramentos da aplicação da lei. Para ele, as atividades de coleta se constituíam em uma transgressão dos princípios da lei, a qual recomendava a distribuição dos índios, de forma que as atividades agrícolas e extrativas não ficassem desguarnecidas de trabalhadores. A hipertrofia que verificara em relação a esta última atividade, portanto, se lhe parecia desmedida e contrária ao espírito da lei de 1757. Vejamos, então, o que dizia o Diretório dos Índios.

A sociedade projetada, por aquela política, teria a agricultura e o extrativismo como suas bases econômicas. Com relação à primeira delas, a lei projetava dois tipos de unidades agrícolas – as familiares e as comuns. O parágrafo décimo nono estabelecia a distribuição de terras entre as populações indígenas *descidas*, para que, por meio delas pudessem produzir *o sustento das suas casas, e famílias; e para nellas fazerem as plantaçoens, e as lavours; de sorte, que com a abundancia dos generos possam adquirir as conveniências, de que até agora viviaõ privados, por meio do commercio em beneficio commum do Estado*. Estabelecia, também, que, em caso de haver famílias sem terras para o sustento, ou com terras em tamanho insuficiente para a satisfação de suas necessidades, Sua Majestade fosse informada e se procedesse à

¹⁵ Ver COELHO, Mauro Cezar. *Op. cit.*, 1996; sobre os procedimentos da História Natural, ver: FOUCAULT, Michel. Classificar. In: *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 139-178.

¹⁶ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da Viagem Filosófica, pela Capitania de São José do Rio Negro; com a Informação do Estado presente dos Estabelecimentos Portugueses na sobredita Capitania, desde a Vila Capital de Barcelos, até a Fortaleza da Barra, do dito Rio. Ordenado em ofício de 15 de Abril de 1786, pelo Ilmo. e Exmo. Sr. João Pereira Caldas & Cumprido em sete Participações de diferentes datas, pelo Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, Naturalista Empregado na Expedição Filosófica do Estado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 48, p. 1-233, 1885, p. 63-65.

imediate repartição das terras disponíveis.¹⁷

As unidades agrícolas comuns, as chamadas Roças do Comum, estariam voltadas para a produção de gêneros destinados ao sustento da política de ocupação, iniciada como decorrência do Tratado de Madri. Tais unidades produziriam, prioritariamente, farinha, com a qual se pudesse prover *abundantemente o Arrayal do Rio Negro; socorrer aos moradores desta Cidade [de Belém]; e municiar as Tropas, de que se garante o Estado.*¹⁸ Elas deveriam suprir de gêneros, ainda, as expedições ao sertão, de forma que:

*Além das Rossas de maniba, serão obrigados os Índios a plantar feijão, milho, arrô, e todos os mais generos comestíveis, que com pouco trabalho dos Agricultores costumão produzir as fertilíssimas terras deste Paiz; com as quaes se utilizarão os mesmos Índios; se augmentarão as Povoações; e se fará abundante o Estado; animando-se os habitantes d'elle a continuar no interessantissimo Commercio dos Sertoens, que até aqui tinhaõ abandonado, ou porque totalmente lhes faltavaõ os mantimentos precisos para o fornecimento da Canoas; ou porque os excessivos preços, porque se vendião, lhes diminuião os interesses.*¹⁹

No que tangia à agricultura, então, o Diretório dos Índios previa dois tipos de unidades agrícolas indígenas integradas: um, voltado para a constituição de um campesinato indígena, o qual proveria a sua própria subsistência e, devidamente estimulado, os excedentes que possibilitariam a integração entre as povoações, por meio do comércio; outro, destinado ao sustento das atividades do Estado e ao barateamento dos custos das expedições de coleta dos frutos da floresta, por meio da produção de gêneros que permitissem o alimento das tropas e dos trabalhadores nos diversos empreendimentos iniciados – como a construção de fortes e as expedições de demarcação de limites.²⁰

A atividade agrícola, portanto, constituía-se na base de todas as ações proje-

¹⁷ DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário: § 19. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, 1988, p. 174. Francisco Xavier de Mendonça Furtado reiterou a projeção metropolitana, dois anos após a promulgação do Diretório dos Índios, afirmando que a concessão de trabalhadores índios, aos colonos do Cabo Norte, era temporária. Ela seria suspensa tão logo os escravos africanos fossem adquiridos, porque os índios deveriam trabalhar em suas terras, para o sustento de suas famílias. Diante disso, o governador Manoel Bernado de Mello e Castro tratou de incitar aos colonos de Macapá que adquirissem seus escravos, o quanto antes. Cfe. Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício a Manoel Bernardo de Mello e Castro, em 13/06/1760] – APEP, 103, 30; Manoel Bernardo de Mello e Castro [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 18/10/1760] – AHU, 47, 4310.

¹⁸ DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário: § 22. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, 1988, p. 175.

¹⁹ *Ibidem* § 23, p. 175-176.

²⁰ Ao longo de todo o período de vigência da Lei, encontram-se referências aos dois tipos de unidades agrícolas. Destaco aqui dois documentos elaborados por dois governadores da capitania do Pará, nas quais eles são referidos: Fernando da Costa de Ataíde Teive [Ofício Circular a todos os diretores da Capitania do Pará, em 03/10/1769] – AHU, 74, 6249; João Pereira Caldas [Instrução passada aos diretores da Capitania do Pará, em 28/06/1776] – AHU, 75, 6332.

tadas pela Metrópole. Ela articulava o empreendimento civilizatório, consubstanciado na lei, com as expectativas de ocupação e exploração do território colonial português, no Vale Amazônico. Com relação a esse último aspecto, e incorporando princípios que seriam adotados pelo ideário fisiocrático, a agricultura surgia no texto da lei, como o suporte para o mais importante ramo do comércio do Estado.²¹ Assim testificava o parágrafo quadragésimo sexto, do Diretório dos Índios:

*Não podendo duvidar-se, que entre os ramos do negocio de que se constitue o commercio deste Estado; nenhum he mais importante, nem mais útil, que o do Sertão; o qual não só consiste na extracção das proprias Drogas, que nelle produz a natureza, mas nas feitorias de manteigas de tartaruga, salgas de peixe, óleo de cupaiva, azeite de andiroba, e de outros muitos gêneros de que he abundante o Paiz.*²²

As Drogas do Sertão, portanto, conformariam o ápice da atividade econômica do Vale. Os parágrafos subseqüentes a este citado estipulavam que os diretores atentassem para os gêneros mais freqüentes, nas cercanias das povoações que administravam, de modo a que o investimento fosse feito naqueles com maiores chances de sucesso – os quais permitissem uma produção abundante com o mínimo de despesas. Da mesma forma, desencorajavam a especialização de várias povoações na extração ou beneficiamento de um único gênero, de modo a evitar uma oferta excessiva, a qual fosse responsável pela queda no preço dos produtos, prejudicando o comércio. Evitar-se-ia, assim, também, a concorrência entre as povoações e promover-se-ia, igualmente, a integração entre elas, por meio de trocas.²³

O que o Diretório dos Índios planificava, portanto, era o estabelecimento de uma região, no sentido trabalhado por Ilmar Rohloff de Mattos,²⁴ inserida em uma relação colonial, ainda que renovada. Em sua análise sobre a constituição da classe senhorial no Império do Brasil, Mattos demonstrou as injunções que permitiram a conformação de uma relação e de uma região colonial. A região, segundo Mattos, resultaria de um “sistema de relações sociais que articula tanto os elementos que lhe são internos quanto aqueles externos”. As faces metropolitana e colonial da relação estariam integradas pelos interesses econômicos, direcionados a partir e para a metrópole.

²¹ Sobre a fisiocracia, ver TAYLOR, Overton H. História do pensamento econômico: ideais sociais e teorias econômicas de Quesnay a Keynes. Brasil: Fundo de Cultura, 1965.

²² DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário: § 46. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Op. cit., 1988, p. 185.

²³ Ibidem § 47 -48, p. 185-186.

²⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. cit., 1990.

A região colonial, em suma, como resultado da ação colonizadora, dos processos adaptativos dos seus agentes ao território americano, das formas de associação estabelecidas a partir dos interesses da face metropolitana.

Em O Tempo Saquarema, Mattos considera a região como uma construção dinâmica, no qual os interesses das elites coloniais são decisivos. Aliás, “a consciência comum de pertencer a um mesmo mundo” é vista por ele como fundamental.²⁵ A projeção a que me refiro, não prescindia das formulações da Colônia, mas não as deixava constituir-se por sua conta e risco: o incentivo aos casamentos mistos, o ensino da Língua Portuguesa e o recurso ao trabalho como instrumento pedagógico deixam isso claro.

No que diz respeito ao ponto que me interessa, neste momento, o Diretório dos Índios delineava uma sociedade colonial, na qual as atividades extrativas, voltadas, principalmente, para a produção de gêneros com vistas ao comércio interatlântico, fossem amparadas pelas atividades agrícolas. O que se pretendia era uma região, na qual a extração das Drogas do Sertão seria o principal ramo do comércio, aquele que geraria os maiores dividendos, porque destinado ao mercado internacional. Dele, poder-se-ia aferir grandes lucros, uma vez que o investimento necessário à coleta, o custeio das expedições por longos meses nas matas, seria razoável, dada a oferta de gêneros agrícolas.

Assim, na letra da lei, a sociedade colonial se constituiria de modo perfeito. As populações indígenas, transformadas em colonos, desenvolveriam as duas atividades complementares que dariam sentido à relação colonial. A veia Ilustrada do Diretório dos Índios se fazia sentir, também, na projeção desse idílio – no qual índios e colonos, atividades agrícolas e extrativas, as povoações e a metrópole se relacionariam de modo preciso, complementar e necessário.²⁶

Mais uma vez, no entanto, a distância entre a projeção e a prática se mostrou implacável. Ao longo de todo o período, a Metrópole insistiu na introdução de gêneros alienígenas e na colonização de gêneros nativos.²⁷ Em alguns casos, o fez por meio de re-

²⁵ Ibidem, p. 23-33 (as citações encontram-se às páginas 24 e 25).

²⁶ Sobre o lugar do idílio no pensamento Ilustrado ver MANUEL, E. Frank; MANUEL, P. Fritzie. *Op. cit.*, 1979; e, STA-ROBINSKI, Jean. *Op. cit.*, 1994.

²⁷ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício ao Rei, em 31/01/175] – AHU, 36, 3321; Diogo de Mendonça Corte Real [Ofício a D. Miguel de Bulhões, Bispo do Pará, em 09/05/1776] – APEP, 86, 5; Gonçallo Jozé da Costa [Ofício de 17/12/1772] – APEP, 244, 51; Martinho de Melo e Castro [Ofício a João Pereira Caldas, em 06/08/1774] – APEP, 279, 12, 14 e 15; João Pereira Caldas [Ofício aos oficiais do Senado da Câmara da Vila de Mazagão, em 22/01/1776] – APEP, 291, 249; idem [Ofício aos oficiais do Senado da Câmara da Vila de São José de Macapá, em 27/01/1776] – APEP, 291, 232; Martinho de Melo e Castro [Ofício a João Pereira Caldas, em 13/10/1776] – APEP, 163, 39; idem [Ofício a João Pereira Caldas, em 03/06/1777] – APEP, 163, 58; idem [Ofício a Jozé de Nápoles Telo de Menezes, em 08/01/1780] – APEP, 336, 36; idem [Ofício a Martinho de Souza e Albuquerque, em 29/08/1783] – APEP, 387, 55; idem

cursos inusitados, como foi o caso da ordem para que Cypriano Ribeiro Freire providenci-asse o contrabando de sementes e plantas cultivadas em Caiena. O empreendimento envolvia o transporte da encomenda para os Estados Unidos e de lá para o Brasil, a fim de contornar prováveis empecilhos e despistar as autoridades francesas.²⁸ Prevaleceu, porém, foi a economia extrativa, associada ao cultivo de arroz, cacau, cana-de-açúcar e mandioca.

Robin Anderson argumenta que, apesar do discurso favorável à agricultura, as atividades extrativas permaneceram sendo as mais importantes. Só mesmo o declínio populacional e o esgotamento de fontes naturais teriam invertido a correlação de forças entre as duas atividades, já no final do século.²⁹ De toda a forma, a existência das duas atividades, ao contrário do que estipulava a lei, foi uma das contradições vividas na segunda metade do século XVIII, pois a atividade agrícola experimentada pela Colônia, naquele período não se limitou às roças dos índios.

Uma parte significativa da área agrícola estava comprometida com a produção de cacau, conforme apontam os estudos de Dauril Alden.³⁰ A documentação aponta que os índios descidos participaram da cultura agrícola do cacau, além de trabalharem ativamente na produção do cacau silvestre, o qual fazia parte do rol dos gêneros coletados. Foi, todavia, a rizicultura do delta do Rio Amazonas, nas Terras do Cabo Norte, que requereu uma larga parcela de trabalhadores índios, ainda que contasse com o recurso do trabalhador escravo africano. De par com a projeção de um campesinato indígena, a Metrópole promoveu a vinda de colonos açorianos e mazaganenses, com vistas à implementação de uma economia agrícola baseada, fundamentalmente, no trabalho familiar e no auxílio do braço escravo, com vistas à exportação.³¹

Assim, nos planos da Metrópole, agricultura de subsistência, agricultura de gêneros exportáveis e atividades extrativas complementar-se-iam. Aí residia, todavia, o caráter contraditório das projeções, pois, enquanto o trabalho agrícola exigia investimento

[Ofício a Martinho de Souza e Albuquerque, em 30/10/1784] – APEP, 410, 51; Rodrigo de Souza Coutinho [Ofício a Francisco de Souza Coutinho, em 24/11/1796] – APEP, 521, 113; idem [Ofício a Francisco de Souza Coutinho, em 04/12/1797] – APEP, 548, 11.

²⁸ Cypriano Ribeiro Freire [Ofício a D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 19/02/1798] – APEP, 548, 69, idem [Ofício a D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 05/03/1798] – APEP, 548, 70; Rodrigo de Souza Coutinho [Ofício a Francisco de Souza Coutinho, em 28/03/1798] – APEP, 548, 58; idem, [Ofício a Francisco de Souza Coutinho, em 20/04/1798] – APEP, 548, 68; idem, [Ofício a Francisco de Souza Coutinho, em 20/04/1798] – APEP, 542, 43.

²⁹ ANDERSON, Leslie Robinson. *Op. cit.*, 1976.

³⁰ ALDEN, Dauril. *Op. cit.*, 1974.

³¹ Sobre a cultura do arroz, naquela região ver ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *Op. cit.*, 1998; e idem. *Op. cit.*, 1999. Sobre a vinda de colonos açorianos e a fundação da Vila de Mazagão, nas Terras do Cabo Norte, ver MOTINHA, Katy Eliana Ferreira. *A Festa do Divino Espírito Santo: espelho de cultura e sociabilidade na Viúla Nova de Mazagão*. 2003. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Univesidade de São Paulo, São Paulo, p. 117-169.

sistemático e integral, a coleta de gêneros nativos constituía atividade sazonal; a produção de ambas as atividades dividia-se entre os mercados interno e externo; e, ainda que parte da produção agrícola fosse realizada com força de trabalho escrava, a contribuição do indígena não foi pequena, de forma que os índios participavam das duas atividades.

Não obstante, as povoações se distinguiam pela atividade econômica e pelos seus habitantes. Havia as vilas de branco e as vilas e lugares de índios. Ao final do século a capitania do Grão Pará contava cerca de setenta núcleos populacionais estáveis. Excetuando-se a cidade de Belém, havia oito vilas de brancos: Bragança, Cametá, Gurupá, Macapá, Mazagão, Ourém, Viçosa e Vigia. As povoações de índios eram em número muito superior, 61: as vilas de Almeirim, Alenquer, Alter do Chão, Arraiolos, Aveiro, Beja, Boim, Chaves, Cintra, Colares, Conde, Espozende, Faro, Franca, Melgaço, Monforte, Monte Alegre, Monsarás, Nova d'El Rei, Óbidos, Oeiras, Pinhel, Pombal, Portel, Porto de Moz, Salvaterra, Santarém, Soure, Souzel e Veiros; e os Lugares de Alcobaça, Azevedo, Baião, Barcarena, Benfica, Bragança (povoação anexa à vila), Carrazedo, Condeixa, Fragoso, Gurupá (povoação anexa à vila), Mondim, Nossa Senhora do Socorro das Salinas, Odiveiras, Outeiro, Pena Cova, Penha Longa, Ponte de Pedra, Porto Grande, Porto Salvo, Rebordelo, Santa Ana do Cajari, São Bento do Rio Capim, São João, Santarém Novo, São Bernardo das Pederneiras, São Francisco Xavier do Turiassú, São José do Piriá, Serzedelo, Vilar, Vilarinho do Monte e Vizeu.³²

As vilas de brancos e os distritos da cidade de Belém ocupavam-se com a produção de algodão, arroz, cacau, café, cana-de-açúcar e tabaco. Nelas se concentrava a maior parte dos escravos africanos.³³ As vilas e lugares de índios produziam cacau e mandioca, principalmente, além de algodão, arroz, café, algum tabaco e os gêneros de coleta – as Drogas do Sertão. Ao contrário do que sugere a distinção estabelecida, o Diretório dos Índios não conformou a região em acordo com os ditames da lei. O caráter complementar e integrado entre as diversas localidades e áreas do Vale Amazônico não se efetivou.

Com vistas a alcançar aquele fim, a lei recomendava que cada povoação se especializasse em um gênero, de forma a evitar tanto a escassez do produto, pela extração excessiva, quanto a sua desvalorização pela oferta demasiada. O que ocorreu, no entanto, não surtiu os efeitos esperados. Um levantamento da produção das povoações dos índios

³² Mapa da População dos Índios Aldeados em todas as Povoações da Capitania do Grão-Pará, no primeiro de Janeiro de 1791. IHGB, I-17, 2, 12; Mapa Geral da População da Capitania do Pará pelas suas diferentes classes, idades, e sexos, em que também se declara o número de fogos, nascimentos, casamentos e mortes, no ano de 1797. IHGB, I.M. 5, 5, 1.

³³ BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão Negra no Grão-Pará: séculos XVIII e XIX. Belém: Paka-Tatu, 2001.

descidos, da capitania do Grão-Pará, em amostras das décadas de 1760 e 1770, o demonstra.

Os mapas consultados arrolam 44 povoações da Capitania do Grão-Pará envolvidas com atividades agrícolas. Os gêneros cultivados eram poucos (o que pode ser reputado a grande dependência da economia de coleta) – algodão, arroz, cacau, café, mandioca, milho e tabaco – e distribuídos de forma desigual, por toda capitania, conforme indica a **Tabela Nove**.³⁴ Cacau e mandioca eram os gêneros mais cultivados, em razão do interesse que despertavam na pauta de comércio externo e interno, respectivamente.

O cacau, como demonstrou Dauril Alden, foi um importante produto de exportação, resultado tanto de atividades de coleta quanto de cultivo.³⁵ A mandioca, por sua vez, constituía a base da alimentação dos habitantes da região; transformada em farinha, tinha seu potencial multiplicado, uma vez que poderia ser armazenada e transportada pelos componentes das diversas expedições que percorriam o Vale – especialmente as que se destinavam à coleta dos gêneros nativos.

A complementaridade alcançada reduziu-se a esse aspecto. As atividades de coleta e de cultivo sustentavam-se mutuamente, nesse sentido: a produção de uma permitia a ocorrência da outra. A mandioca cultivada e transformada em farinha³⁶ era distribuída pelos trabalhadores das obras públicas, das canoas de coleta e dos que participavam das expedições oficiais rumo ao Rio Negro ou ao Mato Grosso. Ela subsidiava, também, a agricultura do arroz no Cabo Norte, conforme indicam os ofícios que ordenavam o envio de farinha para Macapá e Mazagão. Mas, o inverso ocorria.

As atividades extrativas incluíam além da coleta, a caça, a pesca e o beneficiamento dos gêneros coletados. Quarenta e uma povoações envolviam-se na produção de um ou mais gêneros do sertão. Andiroba, breu, bacuri, cal, castanha, copaíba, cravo, madeiras e salsa eram os produtos mais procurados. Caranguejos, jabotis, peixes-boi, porcos do mato e tartarugas aparecem entre os animais caçados, apesar de não esgotarem a pauta de oferta de proteínas. Alexandre Rodrigues Ferreira arrolou 47 animais, entre os mais utilizados na alimentação no Vale, todos oriundos da caça: pacas, veados, cotias e antas eram os preferidos, mas índios e brancos consumiam tamanduás, tatus, preguiças, porcos-

³⁴ Ver ANEXOS – Tabelas: Tabela 9 – **Distribuição dos Gêneros Produzidos pelas Povoações do Pará, nos anos de 1761, 1767, 1769, 1771 e 1772.**

³⁵ ALDEN, Dauril. *Op. cit.*, 1974.

³⁶ A principal fonte para o estudo do que pode ser chamado de Complexo da Mandioca é o trabalho de João Daniel. Para tanto, ver DANIEL, Pe. João. *Op. cit.*, 1976, Tomos I, p. 302-310.

espinhos, macacos, quatis e até mesmo onças.³⁷ A pesca envolvia, segundo o mesmo naturalista, cerca de oitenta tipos de peixe, parte deles classificados pelo tamanho, sabor e quantidade de espinhas.³⁸

A despeito da relativa variedade de gêneros coletáveis, a especialização sugerida pela legislação como a base para o desenvolvimento da capitania não ocorreu. Cerca de vinte povoações ocupavam-se com a coleta ou caça dos mesmos gêneros ou animais. Essa coincidência suscitou o mal previsto na lei: ao final do século, muitos produtos não eram mais encontrados com facilidade. Ao tratar da caça das tartarugas, por exemplo, Alexandre Rodrigues Ferreira alarmara-se com o número de animais sacrificados e chamou a atenção para o perigo de sua extinção: utilizando o governador do Rio Negro, João Tinoco Valente, como fonte, garantiu que, somente na década de 1780, 36 mil animais haviam sido mortos – fêmeas, a maioria, logo após a postura nas praias do Vale.³⁹ Manoel da Gama Lobo de Almada elaborou juízo semelhante, no qual apontava três problemas relacionados à forma como se dava a coleta daqueles animais: em primeiro lugar, a baixa produtividade, uma vez que os animais apresentavam baixo peso, diante do esforço investido no deslocamento até as praias, para a postura dos ovos; em segundo lugar, pelo risco em que se colocava a continuidade da atividade, uma vez que se eliminavam as fêmeas, prejudicando a continuidade na oferta da carne e dos ovos de tartarugas; em último lugar, a queda no preço dos produtos, diante da oferta excessiva.⁴⁰ No levantamento que procedi, 16 povoações ocupavam-se com a caça às tartarugas, 21 com a coleta da castanha, 23 com a do cravo e 16 com a da salsa.⁴¹

A propósito, o governador Jozé de Nápoles Tello de Menezes atribuía à escassez de gêneros na capitania, a responsabilidade pelo estado de penúria das povoações. Em carta circular a todos os diretores, afirmava que só nos sertões do Rio Negro as matas

³⁷ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Relação dos animais quadrúpedes, silvestres, que habitam nas matas de todo o continente do Estado do Grão-Pará, divididos em três partes: primeira, dos que se apresentam nas mesas por melhores; segunda, dos que comem os índios em geral e alguns brancos quando andam em diligência pelo sertão; terceira, dos que não se comem. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* – Memórias: Antropologia. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1974. p. 47-55.

³⁸ Idem. Relação dos peixes dos sertões do Pará. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Op. cit.*, 1974. p. 17-23.

³⁹ Idem. Memória sobre a Jurararetê. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* – Memórias: Zoologia e Botânica. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1974. p. 37-43. Idem. Memória sobre as tartarugas. In: *Ibidem*, p. 25-31; idem. Memória sobre as variedades de Tartarugas que há no Estado do Grão-Pará e do uso que lhe dão. In: *Ibidem*, p. 33-35.

⁴⁰ DESCRIÇÃO Relativa ao Rio Branco e seu território, por Manoel da Gama Lobo de Almada, no anno de 1787. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 24, p. 617-683, 1861.

⁴¹ Ver ANEXOS – Tabelas: Tabela 9 – **Distribuição dos Gêneros Produzidos pelas Povoações do Pará, nos anos de 1761, 1767, 1769, 1771 e 1772.**

permaneciam ricas em gêneros, o que tornava a atividade de coleta mais lucrativa naquela parte do Vale, do que no Pará, de forma que à exceção da coleta de cravo e de salsa, as demais atividades estavam proibidas na capitania.⁴² Um ano depois, em ofício ao diretor de Souzel, o lembrava que nenhum gênero que já fosse cultivado poderia ser extraído da floresta.⁴³ Tal iniciativa deve ser entendida como uma tentativa de por cobro à concorrência entre as atividades de cultivo e de coleta, especialmente no que tangia ao cacau – a administração colonial buscava defender os interesses dos agricultores, prejudicados pela oferta de cacau coletado, grande parte deste produzido pelos índios descidos.

Enquanto que o cravo e a salsa destinavam-se, principalmente, ao comércio internacional, uma parte das atividades de coleta estava voltada para o mercado interno. As atividades de coleta compreendiam a extração de breu natural ou o chamado *de jutaíssica* – ambos eram utilizados para calafetar canoas e para o preparo de louças.⁴⁴ Umas e outras eram consumidas internamente. As canoas eram o meio de transporte quase absoluto no Vale, tanto para o transporte comercial, quanto para o deslocamento doméstico, para cruzar igarapés ou rios. As louças produzidas, geralmente pelas índias, eram consumidas por toda parte, mas, principalmente em Belém, onde eram vendidas em maior quantidade.⁴⁵ Parte da produção de andiroba e copaíba era transformada em óleos consumidos internamente, tanto para os cuidados do corpo, quanto para a iluminação. As atividades de caça compreendiam, também, uma importante indústria da transformação, voltada para o consumo interno.

O pescado era vertido em uma infinidade de produtos: uma parte era conservada em salmoura, outra era assada em espetos, grandes volumes eram secos e, deles, uma parcela era transformada em farinhas, como a de *piracuí*, com a qual se fazia (e se faz) uma gama considerável de pratos. A caça passava por processos similares: o peixe-boi era seco; de sua carne e da de tartaruga se fazia as *mixjoras* – a fritura da carne do animal, em sua própria gordura e conservada no óleo do mesmo animal. Dos ovos da tartaruga e da gordura do peixe-boi se fabricava a manteiga, a qual era utilizada na culinária e na iluminação doméstica.⁴⁶

⁴² Jozé de Nápoles Tello de Menezes [Ofício circular a todos os Diretores, em 09/06/1780] – APEP, 356, 85.

⁴³ Idem [Ofício ao Diretor da Vila de Souzel, em 04/04/1781] – APEP, 356, 239.

⁴⁴ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Memória sobre as madeiras mais usuais de que costumam fazer canoas, tanto os índios, como os mazombos do Estado do Grão-Pará. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Op. cit.*, 1974. p. 225-226.

⁴⁵ Idem. Memória sobre a louça que fazem as índias do Estado. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Op. cit.*, 1974. p. 33-34; idem. Memória sobre as cuais que fazem as índias de Monte Alegre e de Santarém. In: Ibidem, p. 35-39.

⁴⁶ DANIEL, Pe. João. Tesouro *Op. cit.*, 1976, Tomos I, p. 99-100; FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Memória sobre o peixe-boi e do uso que lhe dão no Estado do Grão-Pará. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Op. cit.*, p. 59-65.

Uma parte da produção da coleta, da caça e da pesca, portanto, retornava ao mercado interno em produtos que garantiam tanto as atividades de coleta – como os alimentos em conserva – quanto às atividades agrícolas – como as manteigas, a caça e o pescado bruto. Acima de tudo, porém, uma e outra atividade sustentavam as obrigações do Estado, alimentando remadores, soldados, oficiais e socorrendo localidades em dificuldades. Assim, eram comuns as ordens para o envio de mantimentos a expedicionários, às fortalezas ou povoações e vilas em dificuldades.⁴⁷

A farinha, sobretudo, era requerida das povoações de índios, conforme aponta o levantamento feito na correspondência do governador João Pereira Caldas,⁴⁸ para

⁴⁷ Governo da Capitania do Grão-Pará [Ofício ao Provedor da Fazenda Real, em 02/12/1771] – APEP, 222, 827; idem [Ofício ao Provedor da Fazenda Real, em 24/02/1772] – APEP, 222, 953; idem [Ofício ao Intendente dos Armazéns Reais, em 24/12/1776] – APEP, 309, 50; idem [Ofício ao Intendente dos Armazéns Reais, em 27/02/1777] – APEP, 309, 109; idem [Ofício ao Intendente dos Armazéns Reais, em 15/05/1777] – APEP, 309, 178; idem [Ofício ao Intendente dos Armazéns Reais, em 10/10/1777] – APEP, 309, 343; idem [Ofício ao Intendente dos Armazéns Reais, em 24/07/1777] – APEP, 309, 286; idem [Ofício ao Intendente dos Armazéns Reais, em 25/04/1778] – APEP, 309, 502; idem [Ofício ao Intendente dos Armazéns Reais, em 19/06/1778] – APEP, 309, 547; idem [Ofício ao Intendente dos Armazéns Reais, em 22/08/1778] – APEP, 309, 580; idem [Ofício ao Intendente dos Armazéns Reais, em 17/10/1781] – APEP, 358, 445; idem [Portaria para o Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 28/10/1789] – APEP, 456, 288; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 07/09/1793] – APEP, 475, 62; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 10/10/1793] – APEP, 475, 67; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 05/11/1793] – APEP, 475, 71; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 07/12/1793] – APEP, 475, 74; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 13/12/1793] – APEP, 475, 76; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 07/01/1794] – APEP, 475, 81; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 08/04/1794] – APEP, 475, 100; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 09/04/1794] – APEP, 475, 101; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 02/05/1794] – APEP, 475, 105; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 30/05/1794] – APEP, 475, 110; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 07/07/1794] – APEP, 475, 121; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 03/12/1794] – APEP, 475, 147; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 07/01/1795] – APEP, 475, 259; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 18/01/1795] – APEP, 475, 160; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 20/01/1795] – APEP, 475, 161; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 20/01/1795] – APEP, 475, 162; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 25/01/1795] – APEP, 475, 165; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 27/01/1795] – APEP, 475, 164; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 30/01/1795] – APEP, 475, 166; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 03/02/1795] – APEP, 475, 167; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 04/02/1795] – APEP, 475, 168; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 04/02/1795] – APEP, 475, 172; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 03/05/1795] – APEP, 475, 179; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 08/06/1795] – APEP, 475, 185; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 06/07/1795] – APEP, 475, 188; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 08/08/1795] – APEP, 475, 230; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 02/09/1795] – APEP, 475, 235; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 02/10/1795] – APEP, 475, 240; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 03/11/1795] – APEP, 475, 247; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 02/12/1795] – APEP, 475, 250; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 03/02/1796] – APEP, 475, 261; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 03/03/1796] – APEP, 475, 267; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 03/04/1796] – APEP, 475, 272; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 14/05/1796] – APEP, 475, 279; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 06/06/1796] – APEP, 475, 287; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 07/01/1797] – APEP, 475, 306; idem [Ofício ao Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em 04/04/1797] – APEP, 475, 324.

⁴⁸ João Pereira Caldas [Ofício ao Diretor da Vila de Oeiras, em 05/10/1775] – APEP, 291, 55; idem [Ofício ao Diretor da Vila de Porte, em 27/11/1776] – APEP, 306, 168; idem [Ofício ao Comandante da Fortaleza do Gurupá, em 10/02/1777] – APEP, 306, 245; idem [Ofício ao Comandante da Fortaleza de Santarém, em 10/02/1777] – APEP, 306, 246; idem

serem enviadas de um para outro lado da capitania, a fim de suprir as necessidades de consumo dos habitantes. Com relação à farinha, grande parte da sua produção fora destinada às vilas de brancos. As vilas de Macapá, Mazagão e Vistoza, centros de produção de arroz para a exportação, foram beneficiadas com o envio sistemático de farinha recolhida das povoações de Baião, Cametá, Espozende, Melgaço, Portel e Santarém.⁴⁹

Assim, as projeções iniciais do Diretório dos Índios, no que tangia às atividades produtivas, não se concretizaram de todo. Como demonstram os mapas da Tesouraria do Comércio dos Índios, as povoações de índios ocuparam-se, fundamentalmente, com a extração de gêneros do sertão, os quais constituíram os maiores percentuais das receitas das Vilas e Lugares. Em poucas povoações, os gêneros agrícolas perfizeram a maior parte da receita.⁵⁰ A sociedade agrícola, que paulatinamente colonizaria os frutos da floresta, transformando-se num enorme celeiro de especiarias, não se realizou.

O recurso à mão-de-obra indígena, por seu turno, permaneceu a pedra fundamental das relações de produção, em que pese o impacto provocado pela introdução do braço escravo africano. Por onde quer que olhe o analista interessado, o indígena permaneceu peça chave para o desenvolvimento das duas atividades produtivas de maior relevância – o cultivo e a coleta. Ambas voltavam-se para os dois segmentos do mercado colonial do Vale, o interno e o externo. Cacau, arroz e algodão, castanha, cravo e salsa, mandioca e pescado, toda a produção, enfim, atendia necessidades internas e externas: as lavouras viabilizavam a coleta e esta, por sua vez, complementava aquelas.

O índio foi mantido, portanto, na base da economia do Vale. A mão-de-obra africana, inserida por meio do incentivo do Estado metropolitano, via Companhia Geral do Comércio, ainda que tenha conformado as relações de produção no entorno da Cidade de Belém do Pará, não alterou a dependência do braço indígena. Nesse sentido, o Diretório dos Índios cumpriu as expectativas de parte dos responsáveis pela sua criação – ele disponibilizou a força de trabalho indígena, para um número maior de agentes coloniais. Não o fez, necessariamente, como esperavam todos os que ansiavam pelo acesso às populações

[Ofício ao Comandante da Fortaleza do Gurupá, em 22/03/1777] – APEP, 306, 309; idem [Ofício ao Diretor da Vila de Portel, em 24/07/1777] – APEP, 306, 443; idem [Ofício ao Diretor da Vila de Portel, em 27/04/1778] – APEP, 319, 324; idem [Ofício ao Diretor da Vila de Melgaço, em 26/10/1778] – APEP, 335, 51; idem [Ofício ao Diretor da Vila de Portel, em 11/08/1789] – APEP, 456, 223; idem [Ofício ao Diretor da Vila de Portel, em 28/10/1789] – APEP, 456, 287.

⁴⁹ João Pereira Caldas [Ofício enviado ao Governador de Macapá, em 20/02/1778] – APEP, 319, 239; idem [Ofício enviado ao Governador de Macapá, em 26/10/1778] – APEP, 335, 48; [Ofício enviado ao Provedor Comissário em Macapá, em 26/10/1778] – APEP, 335, 49; idem [Ofício enviado ao Governador de Macapá, em 02/12/1778] – APEP, 335, 77; idem [Ofício enviado ao Comandante da Vila de Mazagão, em 03/12/1778] – APEP, 335, 81.

⁵⁰ Ver Anexos – Tabelas: Tabela 11 – **Composição da Receita e Despesa das Povoações da Capitania do Pará.**

indígenas, porque o Estado metropolitano se interpôs como a instância mediadora.

Importa entender, portanto, de que forma se deu o acesso às populações indígenas *descidas*. No próximo segmento, proponho-me analisar as inovações provocadas pelo Diretório dos Índios nos processos de acesso e distribuição da mão-de-obra indígena. Nele, espero demonstrar que aquela legislação contribuiu para a conformação de uma lógica, segundo a qual a participação, direta ou indireta, nas estruturas da administração colonial era condição fundamental para o acesso à mão-de-obra indígena.

OS LIMITES DA IGUALDADE: A INSERÇÃO INDÍGENA NA SOCIEDADE COLONIAL DO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS

Concorrendo muito para a rusticidade dos Índios a vileza, e o abatimento, em que tem sido educados, pois até os mesmos Principaes, Sargentos maiores, Capitaens, e mais Officiaes das Povoações, sem embargo dos honrados empregos que exercitavão, muitas vezes erão obrigados a remar as Canôas, ou a ser Jacumáubas, e Pilôtos dellas, com escandalosa desobediencia ás Reaes Leys de Sua Magestade [...]. E tendo consideração que nas Povoações civis deve precisamente haver diversa gradação de Pessoas á proporção dos ministérios que exercitão, as quaes pede a razão, que sejam tratadas com aquellas honras, que se devem aos seus empregos: Recomendando aos Directores, que assim em público, como em particular, honrem, e estimem a todos aquelles Índios, que forem Juizes Ordinários, Vereadores, Principaes, ou occuparem outro qualquer posto honorífico; e também as suas familias; dando-lhes assento na sua presença; e tratando-os com aquella distinção, que lhes for devida, conforme as suas respectivas gradações, empregos e cabedades; para que, vendo-se os ditos Índios estimados pública, e particularmente, cuidem em merecer com o seu bom procedimento as distintas honras, com que são tratados; separando-se daquelles vícios, e desterrando aquellas baixas imaginações, que insensivelmente os reduzirão ao presente abatimento, e vileza.

Diretório dos Índios

Uma das preocupações centrais do aparato legislativo consubstanciado no Diretório dos Índios foi garantir a inserção das populações indígenas na sociedade colonial portuguesa. Isto não significou, como podem pretender algumas referências àquela lei, a inserção do indígena em uma sociedade sem diferenças ou hierarquias. Ao contrário, e como bem demonstra o excerto que abre esta parte,⁵¹ a pretendida inclusão dos povos nativos na sociedade colonial compreendia a manutenção e, em certa medida, a ampliação da cadeia hierárquica da sociedade colonial.

A extensão da vassalagem aos índios não almejou a promoção de uma mo-

⁵¹ DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário: § 9º. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, 1988, p. 169-170.

dificação do estatuto da sociedade portuguesa, o qual permaneceu inalterado: uma sociedade do Antigo Regime, marcada por diferenças várias, a começar pelas estabelecidas pelo nascimento.⁵² Ela demarcou, no entanto, uma ampliação das hierarquias, ao introduzir um novo elemento na cadeia existente: às populações indígenas foram destinados alguns espaços, de modo a participar e a compor as hierarquias do mundo colonial português.

Assim, a liberdade concedida aos índios e regulada pelo Diretório dos Índios não teve como objetivo o término das intromissões e do contato havido entre as populações indígenas e a sociedade colonial. Ela sinalizou, ao contrário, uma inflexão no processo de inserção daquelas populações nas estruturas da sociedade colonial – nas suas hierarquias: as populações indígenas passaram a ser chamadas para contribuir, de forma sistemática, no processo de ocupação de exploração do espaço colonial, sem os limites vividos anteriormente. Esse aspecto da legislação contribui para tornar ainda mais complexo o seu significado histórico, pois, em que pese o caráter revolucionário, o qual lhe é inerente, a lei surge da expectativa em manter as populações indígenas em uma condição de subordinação, disponíveis para a satisfação dos interesses dos colonos e da Metrópole.

Os dispositivos da lei do Diretório dos Índios incorporaram vários aspectos do pensamento Iluminista. A crença na Educação e no Trabalho, como meios para se alcançar a redenção das populações indígenas, libertando-as da miséria e do barbarismo, em meio aos quais os europeus acreditavam tê-los encontrado, constituía os princípios do pensamento Ilustrado e era em si revolucionária. Ela se contrapunha a uma concepção, quase generalizada, segundo a qual os índios eram incapazes de formular juízos e de progredir, recusando qualquer especulação sobre a condição humana dos indígenas.⁵³ Era revolucionária, também, por ter balizado todas as estratégias de civilização daquelas populações em elementos laicos, relegando a catequese à condição de aparato adicional.

Fora revolucionária, também, no âmbito da sociedade portuguesa. O pensamento Ilustrado lusitano, do qual a política pombalina foi uma de suas mais importantes manifestações, pretendeu promover a superação das distâncias que separavam Portugal de países como a França e a Inglaterra.⁵⁴ Muito do que o Diretório dos Índios estabelecia cor-

⁵² Sobre o Antigo Regime, ver: TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1979; GOUBERT, Pierre. *L'Ancien Regime: la société*. Paris: Librairie Armand Colin, 1969, p. 9-23; ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. Para uma análise sobre o Antigo Regime em Portugal, ver: HESPANHA, António Manuel. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: _____ (Org.). *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s.d.. p. 7-89; HESPANHA, António Manuel; SILVA, Ana Cristina Nogueira da. *Op. cit.*.

⁵³ DUCHET, Michèle. *Op. cit.*, 1984.

⁵⁴ Tratei desta questão no Segundo Capítulo.

respondia à expectativa de modificação, presente em parte da intelectualidade portuguesa. A valorização do trabalho agrícola, realizada por meio da garantia de dignidades e honrarias aos que o exercessem, especialmente, é testemunho das intenções de reformulação das estruturas mentais da sociedade lusa, na Colônia e na Metrópole. A epígrafe que abre este capítulo aborda um dos fatores da crítica formulada por alguns intelectuais portugueses.

Todavia, os aspectos revolucionários conviviam com duas outras ordens de intenções, subjacentes ao texto da lei. A primeira delas foi a que motivou toda a política portuguesa para o Vale na segunda metade daquele século: a necessidade de garantir os territórios coloniais, definidos pelo Tratado de Madri. Foi essa expectativa que determinou a integração das populações nativas à sociedade colonial, incorporando-as às hierarquias existentes. A segunda delas dizia respeito à expectativa dos colonos em garantir para si um maior acesso à mão-de-obra indígena.

Uma e outra ordem definiram, mais que o caráter revolucionário da lei (sem, contudo, contradizê-lo), o lugar dispensado às populações indígenas ao longo dos anos em que ela vigorou. O Diretório dos Índios emergiu da necessidade de conciliar dois interesses distintos: por um lado, o metropolitano, o qual pretendia incorporar os índios em sua política de ocupação e defesa do território colonial conquistado aos espanhóis; por outro lado, o dos colonos, cuja intenção era manter as populações indígenas submetidas, cristalizando a sua condição de mão-de-obra preferencial do Vale Amazônico.

Assim, aquela lei correspondeu tanto às projeções metropolitanas quanto às surgidas na Colônia. Ela promoveu a distribuição das populações indígenas pelo Vale Amazônico, satisfazendo a Metrópole, e facultou a permanência do índio na condição de força motriz da Colônia. O primeiro aspecto evidencia-se, quando menos, pelo número de povoações distribuídas ao longo de todo o Vale. O segundo aspecto pode ser percebido recorrendo-se à análise da documentação do período.

Por meio dela, constata-se, primeiramente, que os índios permaneceram conduzindo as canoas. Os rios eram os caminhos preferenciais do Vale Amazônico. Para todo e qualquer deslocamento, remeiros eram necessários. A navegação por longos trechos, diante do caráter inconstante das marés e dos leitos dos rios, exigia que as canoas fossem conduzidas por pilotos, os quais tratavam de evitar bancos de areia. Um dos percursos mais penosos era o que fazia a comunicação do Pará com o Mato Grosso – ele dimensiona a importância das populações indígenas e a manutenção da sua condição de força motriz da vida colonial no Vale.

Consolidando uma das expectativas de Alexandre de Gusmão,⁵⁵ a Capitania do Pará se integrava ao interior da Colônia, no Mato Grosso, por meio da manutenção de uma comunicação intensa, como indicam as viagens que ligavam as duas capitanias.⁵⁶ As expedições que as realizavam eram feitas em comboios, compostos por várias canoas – algumas com capacidade para até 1200 arrobas, enquanto que outras suportavam até 500. Todavia, a existência de corredeiras e cachoeiras, impunha a necessidade de carregadores que procedessem as transposições das quedas d'água. A transposição da primeira cachoeira, por exemplo, tomava mais de uma semana: no primeiro dia, estabelecia-se o acampamento; no segundo, as canoas eram descarregadas; o terceiro e o quarto dias eram ocupados com a preparação do transporte das canoas; no quinto dia as canoas eram transportadas; nos dois dias seguintes, eram feitos os reparos, nos danos causados às embarcações, durante a transposição; por fim, embarcavam-se toda a carga novamente. O processo repetia-se diante de nova queda d'água. As 17 quedas d'água existentes nos rios Madeira e Mamoré requeriam 73 dias de trabalho, aos comboios com canoas pequenas, e noventa, aos que eram compostos por embarcações maiores. Estas requeriam de 100 a 120 homens, enquanto que as menores exigiam um mínimo de quarenta. Assim, uma expedição podia reunir mais de quinhentos índios, entre remeiros e carregadores, os quais permaneciam ocupados por cerca de oito meses nos percursos de ida e volta.⁵⁷

As fontes para o período indicam, também, que os índios permaneceram sendo a força motriz da economia de coleta. Como testemunham as devassas, realizadas sobre o comportamento dos comandantes das expedições de coleta, os Cabos de Canoa, os índios eram os trabalhadores quase exclusivos.⁵⁸ Eram eles que percorriam os caminhos do

⁵⁵ Ver Segundo Capítulo.

⁵⁶ Conforme indica a documentação epistolar: Jozé de Nápoles Tello de Menezes [Ofício ao Intendente dos Armazéns Reais, em 16/03/1780] – APEP, 358, 6; idem [Ofício ao Comandante da Fortaleza do Gurupá, em 31/05/1780] – APEP, 356, 51; idem [Ofício ao Comandante da Fortaleza em Santarém, em 31/05/1780] – APEP, 356, 52; idem [Ofício ao Diretor de Monte Alegre, em 22/12/1780] – APEP, 356, 162; idem [Ofício ao Sargento mor Diogo Luiz Rabello de Vasconcellos, em 10/07/1781] – APEP, 356, 294; Martinho de Mello e Castro [Ofício ao governador Martinho de Souza e Albuquerque, em 08/11/1783] – APEP, 387, 65; idem [Ofício ao governador Martinho de Souza e Albuquerque, em 20/01/1784] – APEP, 428, 67; idem [Ofício ao governador Martinho de Souza e Albuquerque, em 27/02/1784] – APEP, 410, 14; idem [Ofício ao governador Martinho de Souza e Albuquerque, em 14/08/1786] – APEP, 428, 58.

⁵⁷ INFORMAÇÃO sobre o modo porque se effectua presentemente a navegação do Pará para Mato-Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do commercio, e do Estado. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 2, p. 283-306, 1840; DIÁRIO do Rio Madeira. Viagem que a expedição destinada à demarcação de limites fez do Rio Negro até Villa Bella, capital do Governo de Matto-Grosso. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 20, p. 397-432, 1857 [1781].

⁵⁸ Jozé Gomes da Silva [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio, em 07/02/1770] – APEP, 217, 51; Philippe Serrão de Castro [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio, em 22/06/1770] – APEP, 217, 17; Bernardo Toscano de Vasconcellos [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio, em 27/06/1770], Francisco Xavier de Andrade [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio, em 16/06/1772] – APEP, 217, 46; Philippe Serrão de Castro [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio,

sertão, compondo a tripulação das canoas, coletando e preparando os gêneros para o transporte. Além disso garantiam a própria subsistência, quando os alimentos trazidos das povoações acabavam.

Não eram estas, porém, as duas únicas atividades realizadas pelas populações indígenas. O censo de 1778 reitera o que a documentação epistolar e as devassas apontavam: tudo quanto se relacionava às canoas – construção, manutenção e condução – era exercido por índios ou mamelucos. Mas não só, outras atividades indicam não somente a sua permanência na condição de motor da vida no Vale, mas a sua inserção em uma sociedade marcada por diferenças étnicas.

O censo de 1778 é uma fonte importantíssima para o estabelecimento do que proponho, apesar do limite que apresenta: ele pormenoriza empregos e ofícios dos então chamados *cabeças de família*, de modo que uma enorme parcela da população permanece desconhecida. Ainda assim, todavia, trata-se de um documento que retém informações importantes sobre o lugar social das populações indígenas.

Na hierarquia étnica colonial, mesmo após a introdução do Diretório, os índios ocupavam, quase sempre, o último ponto da escala. Vinte anos após a promulgação daquela lei, as populações nativas eram as que detinham o menor índice de acesso à mão-de-obra. Cafuzos, mamelucos, mulatos e brancos mantinham até sete vezes mais trabalhadores empregados que as famílias índias estabelecidas nas povoações.⁵⁹

O mesmo se dava, em relação à posse de escravos. As famílias índias detinham todos os menores índices. Mesmo considerando-se os números absolutos, as populações indígenas estavam em desvantagem. Pouco mais de um por cento das famílias índias possuía escravos, enquanto que cafuzos detinham algo em torno de sete por cento, mamelucos pouco menos que nove, mulatos doze e negros livres quase quarenta e dois por cento – índice ligeiramente menor do que os classificados como brancos, em meio aos quais cerca de quarenta e sete por cento detinha escravos.⁶⁰

Uma das indicações sugestivas do censo de 1778 é a caracterização da condição das famílias, presente no item *Observação*. Nele, os representantes da administração

em 13/06/1772] – APEP, 243, 41; Jozé Pedrozo Neves [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio, em 23/06/1772] – APEP, 243, 34; Jozé Ricardo Pereira [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio, em 25/06/1772] – APEP, 243, 32; Antonio Rodrigues Calombro [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio, em 11/07/1772] – APEP, 243, 31; Manoel Ribeiro Pinto [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio, em 20/07/1772] – APEP, 243, 45; Jozé Lopes Pinheiro [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio, em 23/07/1772] – APEP, 243, 44; Antonio Francisco Franco [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio, em 24/07/1772] – APEP, 243, 37.

⁵⁹ Ver ANEXOS – Tabelas: Tabela 12 – **Distribuição de Empregados por Famílias**.

⁶⁰ Ver ANEXOS – Tabelas: Tabela 13 – **Distribuição de Escravos por Famílias**.

colonial conjugaram avaliações objetivas, indicativas da situação econômica de cada chefe de família considerado, com julgamentos de caráter moral. Dessa forma, classificações como Abastado, Rico, Miserável, Pobre, Remediado eram valoradas pelo grau de aplicação de cada *cabeça de família* – se *bem*, *muito* ou *pouco aplicado*. Os censores tanto indicaram pobres aplicados, como destacaram um que *viv[ia] a sombra de seu irmão*, vigário; outro que *viv[ia] vadiando*; e distinguiu os que muito se aplicavam, dos que pouco o faziam, fossem eles ricos ou remediados. O censo traz ainda um elemento complicador ao pesquisador contemporâneo, uma vez que no item em questão, foram utilizados dois parâmetros de classificação – um analítico (que sobrepõe dois critérios: um econômico e outro moral) e outro puramente descritivo, como a indicação da fonte de renda dos *cabeças de família*. Dessa forma, às classificações já apontadas somam-se outras como *lavrador*, *vive de esmolas*, *vive de seu emprego*, *vive de seu negocio*, *vive de seus rendimentos*, *vive de seu oficio*, sem a indicação complementar da situação econômica: se rico ou pobre, por exemplo.

Ainda com relação às indicações da condição das famílias consideradas pelo censo, o analista contemporâneo enfrenta uma outra dificuldade: os parâmetros utilizados para o estabelecimento das classificações não são evidentes. Não há como saber, por meio dos dados disponibilizados ali, se o número de empregados ou o número de escravos registrados foi tomado como índice. Enquanto que a índia Brígida Dutra, viúva, empregando sete trabalhadores teve a sua condição classificada como *abundante*, a branca Ignacia da Silva, a qual empregava sete trabalhadores e possuía dois escravos, fora classificada como *pobre*.

Não obstante, o censo de 1778 é um recurso fundamental para a compreensão das relações sociais do Vale Amazônico, no século dezoito. No entanto, ele só evidenciará todas as suas possibilidades, quando confrontado com outras fontes, como os relatórios de produção das povoações, os quais trazem indicações detalhadas do que produziu cada colono – índio ou não. Isto, todavia, é objeto de um estudo específico o qual não realizarei no âmbito desta tese. Em relação ao argumento que defendo, as indicações do censo me avalizam a afirmar o lugar social ocupado pelas populações classificadas como índias, na sociedade colonial do Vale Amazônico.

As 265 famílias classificadas como índias compreendem, grosso modo, os lugares intermediários da sociedade do Vale. São pobres, em sua maioria. Além da ocupação nas canoas, como remeiros, coletores, carpinteiros ou pescadores, o censo indica um rol de atividades nas quais as populações *descidas* se concentram: são alfaiates, barbeiros,

carpinteiros, costureiros, ferreiros, marceneiros, oleiros, pedreiros, sapateiros, tecelãos e, sobretudo, lavradores. O lugar intermediário que ocupavam, todavia, não é percebido por mim, pela consideração exclusiva da atividade exercida, mas pela constatação do grau de inserção da população indígena nas atividades que compreendiam uma relativa autonomia e naquelas que representavam o trabalho compulsório. Na escala étnica que separava brancos e negros, como as extremidades de um gradiente hierárquico, as populações indígenas estavam a um passo atrás dos mamelucos no que tangia às primeiras atividades e absolutos, no que se referia a segunda.

Os índios, conforme afirmei, exerciam algumas atividades que lhes garantiam autonomia e os eximia do trabalho para os colonos e para a administração colonial. Isto, no entanto, não era a regra. No universo da autonomia, livre do trabalho compulsório, as populações indígenas eram minoria. À exceção das atividades de condução das canoas, havia um maior número de carpinteiros, costureiros, ferreiros, lavradores e sapateiros mamelucos – os quais se constituíam no resultado concreto de um dos objetivos do processo de assimilação, subjacente à política de casamentos mistos. Ademais, eles exerciam funções para as quais o censo não registra qualquer índio, como a de cabo de canoa, ourives, pintor e até senhor de fazenda de gado. Dos quatro alcaides registrados no censo, um é mameluco. O mesmo se dá com a função de escrivão. De seis mestres de meninos – professores – um é mameluco e os únicos sargentos auxiliares não brancos também. E havia mais soldados mamelucos que os cafuzos, índios e mulatos somados.⁶¹

O Diretório dos Índios, portanto, regulou o encaminhamento das populações indígenas para o exercício da liberdade no interior da sociedade colonial portuguesa. Isto não significou que as populações *descidas* tornaram-se isentas das distinções daquela sociedade, mas, ao contrário, como já afirmei, a lei demarcou a sua inclusão na ordem hierárquica que lhe era própria. Isto fica ainda mais evidente diante de uma interessantíssima série de documentos.

Trata-se de um rol das nomeações efetuadas pela administração colonial, ao longo de mais de trinta anos. A série compilada arrola mais de 1.700 nomeações, entre os anos de 1772 e 1794. Ela apresenta, pelo menos, dois problemas aos analistas: em primeiro lugar, a familiaridade com a documentação do período avaliza a certeza de que a série não encerra todas as nomeações ocorridas então; em segundo lugar, a identificação étnica só é positiva no que tange a índios e mamelucos. Um e outro problema suscitam limites para a

⁶¹ Ver ANEXOS – Tabelas: Tabela 14 – **Distribuição de Empregos por Famílias.**

utilização da série, os quais só poderão ser ultrapassados em análises posteriores. No que concerne à questão que enfrento, ela fornece dados que enfatizam o lugar das populações *descidas*, na sociedade colonial do Vale Amazônico.

A série aponta para o fato de não haver funções exclusivas para os elementos indígenas. Mesmo o principalato fora ocupado por mamelucos e há um percentual significativo de nomeações para a função de *Principal* cuja indicação étnica não é fornecida – o que pode sugerir múltiplas direções nos processos de aculturação ocorridos no Vale. Todavia, o rol de nomeações conforma para o fato de que as populações indígenas eram nomeadas para aquelas funções cujo exercício se dava quase exclusivamente nas povoações. Em relação aos índios nomeados, só há menção ao exercício das funções nas povoações, mesmo quando a função era própria das tropas. Nenhum alferes, capitão ou sargento índio fora nomeado para uma instância da tropa – não há menção à companhia, regimento ou terço.⁶²

Isto não quer dizer que os índios não tenham composto a tropa. Um documento de 1767 registra a nomeação de sete índios para o posto de Mestre de Campo. Quatro deles eram promovidos da condição de capitão, um da condição de sargento e dois da de *Principal*.⁶³ Um documento, de 1776, registra a nomeação de 16 brancos e seis mamelucos para a Companhia Única de Cavalaria, e de três brancos, 30 mamelucos e cinco mulatos para a Companhia Única de Infantaria Auxiliar. Segundo o mesmo documento, quatro cafuzos e 25 índios foram nomeados para a 1ª Companhia Franca de Infantaria e Ordenança. 12 índios o foram para a 2ª Companhia Franca de Infantaria.⁶⁴ Isto quer dizer que a política consubstanciada pelo Diretório dos Índios considerava que a contribuição fundamental, mas não exclusiva, das populações indígenas deveria se dar nas povoações, na condição de força motriz a serviço do Estado e dos colonos. Senão vejamos.

O Diretório dos Índios, em acordo com o que exigiram os colonos, estabeleceu que a distribuição dos trabalhadores índios pelos trabalhos agrícolas e de coleta era fundamental para a manutenção da Colônia.⁶⁵ Segundo o que dizia a lei, no entanto, a distribuição, antes de estabelecer uma relação assimétrica entre colonos e índios descidos,

⁶² Ver ANEXOS – Tabelas: Tabela 15 – **Nomeações 1772-1794**; Tabela 16 – **Nomeações por Etnia e Cor**.

⁶³ Marcos Jozé Monteiro de Carvalho [“Mapa da Promoção dos Terços de Auxiliares e Ordenanças das Capitanias do Pará e Rio Negro”, em 27/06/1767] – AN, 99, 01, folhas 193, 193v, 194 e 194v.

⁶⁴ Relaçã das Pessoas, que no dito Corpo crescerão e diminuirão desde o 1º de Julho, até o ultimo de Dezembro [1776] – APEP, 310, 55.

⁶⁵ DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário: § 60 . In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, 1988, p. 191.

beneficiava a ambos.

*Estabelecendo-se neste sollido, e fundamental principio as Leys da distribuição, clara, e evidentemente comprehenderão os Directores, que deixando de observar esta Ley, se constituem Réos do mais abominavel, e escandalozo delicto; qual he embaraçar o estabelecimento, a conservação, o augmento, e toda a felicidade do Estado, frustrar as piissimas intençoens de Sua Magestade, as quaes na forma do Alvará de 6 de Junho de 1755 se derigem a que os Moradores delle se não vejão precizados a mandar vir obreiros, e trabalhadores de fora para o trafico das suas Lavouras, e cultura de suas terras; e os Índios naturaes do Pays, não fiquem privados do justo estipendio correspondente ao seu trabalho, que daqui por diante se lhe regulará na fôrma das Reaes Ordens do dito Senhor: Fazendo-se por este modo entre huos, e outros reciprocos os interesses, de que sem duvida resultarão ao Estado as ponderadas felicidades.*⁶⁶

O texto da lei, como se vê, transformou a demanda colonial em intenção metropolitana: a transformação dos índios em trabalhadores nas lavouras dos colonos teria por objetivo promover a integração de interesses opostos. A Metrópole, todavia, não abriu mão de seus interesses iniciais. A distribuição prevista pela lei deveria satisfazer, também, a premissa inicial da política indigenista pombalina – estabelecer as populações indígenas em aldeamentos civis. Assim, segundo os novos ditames, os diretores das povoações de índios deviam, inicialmente, distribuir as populações sob seus cuidados em duas partes: a primeira, deveria permanecer na povoação, *assim para defeza do Estado, como para todas as diligencias do Real serviço*; a segunda parte deveria ser distribuída pelos colonos, tanto para executar as atividades de coleta, quanto para os diversos serviços agrícolas de *todos os generos, que podem inriquecer o Estado, e augmentar o Commercio*.⁶⁷

O Diretório dos Índios regulamentava, ainda, os procedimentos que executavam a distribuição: qualquer concessão de trabalhadores índios só poderia se realizar mediante licença prévia do próprio governador da capitania; os diretores deveriam solicitar os índios concedidos aos *principais*, os quais deveriam encaminhá-los para a atividade para a qual foram destinados. A concessão seria, sempre, por prazos determinados, definidos pelo mesmo governador, ficando terminantemente proibida a retenção dos trabalhadores índios por tempo superior ao estabelecido.⁶⁸

Os índios descidos ficavam, pois, em conformidade com a lei e com os inte-

⁶⁶ Ibidem, § 61, p. 191-192.

⁶⁷ Ibidem, § 63, p. 192.

⁶⁸ Ibidem, § 66 e 67, p. 193-194.

resses dos colonos, submetidos a uma carga de trabalho compulsório.⁶⁹ Este, no entanto, deveria ser realizado, segundo estipulava a lei, nas atividades de coleta e de cultivo de gêneros de apelo comercial, mediante o pagamento do salário devido. A Metrópole estabeleceu, dessa forma, um limite às pretensões dos colonos, satisfazendo suas expectativas somente no que elas contribuíssem para o sentido último da relação colonial – a produção de gêneros para o comércio. Este limite, ao que tudo indica, correspondeu ao interesse em garantir para si o máximo da capacidade de trabalho das populações indígenas, aplicando-a em atividades de seu interesse.

Na parte antecedente, apontei que os núcleos populacionais do Cabo Norte receberam o maior contingente de trabalhadores índios destinados à agricultura. Aquele contingente, todavia, não significou a maior parte da força de trabalho indígena. De um levantamento realizado em documentos nos anos de 1775, 1776, 1777, 1778, 1780, 1781, 1782, 1783, 1788, 1789, 1790, 1791, 1793, 1794 e 1795, foram detectadas solicitações de trabalhadores índios, as quais remontavam a um total de 2070 indivíduos.⁷⁰ Tal levantamento não considera os índios envolvidos com as atividades de coleta, nas quais a presença indígena era quase absoluta. Pois bem, mais de 76 por cento do total de trabalhadores requeridos foi destinada para os serviços do Estado, tais como: expedições às capitanias do Mato Grosso e Rio Negro; condução de canoas com gêneros para Macapá, Mazagão e Vila Vistoza; extração de madeiras; prestação de trabalho compulsório na Ribeira; extração de sal; e serviços na Marchantaria.⁷¹ Cerca de 11 por cento fora destinado aos colonos e perto de 13 por cento para as atividades agrícolas no Cabo Norte.

A Metrópole, como se vê, apesar da concessão aos colonos, consubstanciada na formulação do Diretório dos Índios, garantiu para si a maior parcela de trabalhadores. Detentora do aparato que controlava e distribuía a mão-de-obra indígena, ela pode destinar a si mesma um número maior de trabalhadores. Nesse sentido, ela foi peça fundamental, para a manutenção da condição subordinada destinada ao índio e, sobretudo, para a conservação das contendas em torno do acesso à reduzida parcela de trabalhadores a disposição dos colonos.

Retirados os trabalhadores destinados aos serviços do Estado e do empreen-

⁶⁹ Sobre trabalho compulsório ver: KLOOSTERBOER, W. *Involuntary labour since the abolition of slavery*. Leiden: E. J. Brill, 1960; CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O trabalho compulsório na Antiguidade: ensaio introdutório e coletânea de fontes primárias*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

⁷⁰ Ver ANEXOS – Tabelas: Tabela 17 – **Distribuição dos Índios, segundo as solicitações, nos anos de 1775, 1776, 1777, 1778, 1780, 1781, 1782, 1783, 1788, 1789, 1790, 1791, 1793, 1794 e 1795.**

⁷¹ Nesse caso, os trabalhadores índios eram destinados ao contratador dos mercados da Cidade de Belém.

dimento agrícola no Cabo Norte, restava uma parcela diminuta, a qual era intensamente disputada. No fim das contas, instituído o Diretório dos Índios, o acesso às populações indígenas permaneceu objeto de luta. A Metrópole tomara o lugar das ordens missionárias, e garantira para si e para os projetos de seu interesse a maior parcela de trabalhadores. Dessa forma, o Diretório dos Índios não apenas regulava a liberdade dos índios, restringindo sua autonomia, mas controlava, também, o acesso dos colonos à força de trabalho indígena. Por meio daquele aparato legal, a Metrópole tomava a si o poder de conceder os índios disponíveis. Assim, ela acabou por constituir a si mesma como o meio de acesso à mão-de-obra. A documentação aponta para o fato de que a luta por trabalhadores índios beneficiou, via de regra, aqueles membros da sociedade colonial, os quais detinham alguma participação nas estruturas administrativas. Senão vejamos.

Conforme aponta o parágrafo nono do Diretório, cujo excerto abre esta parte, aos oficiais índios era garantido o direito de se beneficiarem do trabalho compulsório. Ao que tudo indica, essa prerrogativa acabou por se constituir em mais uma das formas de diferenciação estabelecidas naquele universo colonial, e serviu de estratégia de aculturação, porque introduzia distinções no seio da população descida. Logo, os índios descidos eram distinguidos entre os que estavam submetidos à execução de atividades estabelecidas a sua revelia e os que se beneficiavam delas.

Até onde o controle da documentação permite, assim era feito: para cada um dos *principais* Miguel de Azevedo, Manoel da Silva Joaquim Tinoco, Ignacio de Castro, e para o capitão Lourenço Alves foram concedidos três índios, para irem ao sertão, coletar *drogas*,⁷² os *principais* Manoel de Oliveira, Andre de Vasconcellos, Theodozido Joze dos Santos receberam, cada um, quatro índios, também para mandarem ao sertão, enquanto que os capitães Thomas Pinto e Antonio Manoel e o alferes Luiz da Costa receberam dois, para o mesmo fim.⁷³ Os *principais* da Vila de Pinhel, Sebastião Pinto e Hipolito Rodrigues, assim como o sargento mor Simão da Silva, receberam índios para enviar ao sertão.⁷⁴ O mesmo ocorreu com os *principais* da Vila de Ega, Apolinario de Moraes, Francisco Xavier de Mendonça e Bazilio da Silva.⁷⁵

⁷² Felipe Serrão de Castro ["Relação dos índios que forão ao negocio, anno de 1770", Lugar de Lamalonga, 1770] – APEP, 217, 14.

⁷³ Bernardo Toscano de Vasconcellos ["Relação dos Indios interessados no negocio da salça e cacáo, e tambem dos /que/ forão por conta dos Principaes e mais officiaes desta vila", Barcelos, 22/07/1770] – APEP, 217, 47.

⁷⁴ Belchior Henrique Weinholtoz ["Relação dos Interessados no negocio deste presente anno de 1772"] – APEP, 243, 30.

⁷⁵ Victoriano Francisco da Roza Lobo ["Relação dos indios entereçados que foram ao Negocio de {...} neste prezente anno de 1772] – APEP, 243, 34

O *Principal* da Vila de Portel, Cypriano Ignacio de Mendonça, requereu a D. Maria I o direito de mandar mais índios ao sertão, além dos que tinha direito. Justificando sua demanda por meio do exercício exemplar que imprimia a sua função, sem qualquer outro benefício além dos seis índios que podia mandar à coleta das *drogas*, solicitava que lhe fosse concedido o mesmo número de índios facultado ao *Principal* da Vila de Oeiras. Manoel Pereira de Faria, que também era mestre de campo, mandava, anualmente, dez índios ao sertão.⁷⁶

Àqueles índios que compunham a administração das povoações, portanto, era garantido o acesso aos trabalhadores, conforme indica a documentação compilada. Os *principais* e capitães, os sargentos e alferes, os ajudantes e vereadores índios, todos tinham acesso a trabalhadores índios para enviá-los ao sertão, para a coleta das *drogas*.⁷⁷ O Diretório dos Índios instituía, portanto, a diferença entre os índios descidos – distinguindo os empregados na administração colonial dos que não o eram – por meio da concessão de trabalhadores.

Tal distinção constituiu um dos elementos que caracterizaram a prática expressa nas concessões dos índios aos colonos. Tal como ocorria com o oficialato indígena, a participação nas diversas instâncias administração colonial foi o parâmetro frequentemente adotado para a distribuição de trabalhadores. É o que se infere da análise da documentação epistolar, entre as diversas vilas e lugares e o governo da capitania.

Francisco Bello de Barros e Domingos Bello foram atendidos com índias da Vila de Arraiolos – o primeiro era marechal de campo e o segundo capitão.⁷⁸ Manoel da Gama Lobo de Almada, quando governador de Macapá, teve dois índios destinados para o seu serviço pessoal, provenientes da vila de Chaves, cujo diretor deveria providenciar a substituição de seis em seis meses.⁷⁹ O mestre de campo André Miguel Ayres reclamara ao governador João Pereira Caldas, sobre o descumprimento das portarias que lhe concediam

⁷⁶ Cypriano Ignácio de Mendonça [Ofício a D. Maria I, em 07/09/1779] – AHU, 83, 6839.

⁷⁷ Mathias Fernandes [“Lista dos Interessados no Commercio”, do Lugar de Santo Antonio do Japurá, 25/07/1772] – APEP, 243, 35; Joze Caetano Ferreira da Sylva [“Relação dos indios que forão ao negocio do certão este prezente anno de 1772”, Vila de Souzel, 04/09/1772] – APEP, 244, 2; João Pedro Franco [Documento anexo à Ofício remetida ao governador Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 07/09/1772] – APEP, 244, 8; Lucas Joze Espinoza de Brito Coelho Filgueiras [“Intereçados na canoa do comercio, indios que trabalharão para si”, anexo à documento datado de 17/10/1772] – APEP, 244, 15; Bernardo Toscano de Vasconcelos [Ofício a Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 06/10/1772] – APEP, 244, 32; Francisco Serrão de Oliveira [“Numero de indios que trabalharão para si proprios”, em 06/10/1772] – APEP, 244, 33.

⁷⁸ João Pereira Caldas [Ofício ao diretor da Vila de Arraiolos, em 21/11/1775] – APEP, 291, 153.

⁷⁹ Idem [Ofício ao diretor da Vila de Chaves, em 08/05/1776] – APEP, 310, 72.

índios.⁸⁰ O coronel Valério Correia Botelho de Andrade conseguiu a concessão de dois índios pescadores, um da vila de Soure e outro do Lugar de Mondin.⁸¹ Após um ano, foram-lhe concedidos dez índios, das povoações de Condeixa, Mondin, Monforte, Salvaterra e Soure.⁸² No ano de 1777, pela Quaresma, foram concedidos ao juiz de fora Mathias Jozé Ribeiro três pescadores, todos da vila de Salvaterra;⁸³ no ano seguinte, houve nova concessão, agora do Lugar de Benfica.⁸⁴ Da vila de Monsarás foram destinadas duas índias e dois índios pescadores para o capitão Jozé Diogo Pereira da Serra.⁸⁵ Sete índias da vila de Monte Alegre foram concedidas ao capitão Ignacio Luiz da Fonseca Duarte, para serem empregadas em sua olaria.⁸⁶ O sargento Izidoro Jozé da Fonseca obteve a concessão de três índios velhos.⁸⁷ O ajudante Alexandre Jozé de Souza teve sua solicitação satisfeita e dois índios foram colocados a seu serviço, para servirem de pescadores.⁸⁸

Em carta a Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos, Joze Bernardo da Costa e Asso denunciou o governador Martinho de Souza e Albuquerque, pela forma como distribuía trabalhadores índios. Segundo Joze Bernardo, o governador beneficiava apenas os negociantes, dos quais recebia presentes, nomeando-os para os altos cargos da administração e distribuindo-lhes tantos índios quantos solicitavam. Costa a Asso informou, também, que o ouvidor Faustino da Costa Valente foi agraciado com a nomeação de seu filho para a diretoria da Vila de Melgaço, depois de passar 22 dias como praça da tropa, em Macapá. Com pouco mais de vinte anos, e sem nenhuma experiência, o governador tê-lo-ia feito se acompanhar de um auxiliar, o qual teria sido remunerado com a concessão de 12 índios. Acrescentou, ainda, que o sargento mor João Vasco Manoel de Braun obtinha tantas concessões de índios quantas solicitava e os empregava a todos no cultivo do arroz, em terras que mantinha na Vila de Portel.⁸⁹

O que a documentação sugere, o censo ratifica. Os cabeças-de-família, detentores de alguma função no quadro da administração colonial, empregavam 36,8 por cento dos trabalhadores disponíveis. O clero – regular e secular – empregava 3,2 por cento. Os

⁸⁰ Idem [Ofício ao diretor da Vila de Santana do Rio Capim, em 11/09/1776] – APEP, 306, 88.

⁸¹ Idem [Ofício aos diretores da Vila de Soure e do Lugar de Mondin, em 17/12/1776] – APEP, 310, 159.

⁸² Idem [Ofício de 26/12/1777] – APEP, 310, 461.

⁸³ Idem [Ofício ao diretor da Vila de Salvaterra, em 03/02/1777] – APEP, 310, 281.

⁸⁴ João Pereira Caldas [Ofício ao diretor do Lugar de Benfica, em 10/02/1778] – APEP, 310, 486.

⁸⁵ João Pereira Caldas [Ofício ao diretor da Vila de Monsarás, em 18/03/1777] – APEP, 306, 306.

⁸⁶ João Pereira Caldas [Ofício ao capitão Ignacio Luiz da Fonseca Duarte, em 25/04/1777] – APEP, 306, 340; idem [Ofício ao comandante da Vila de Mazagão, em 09/12/1777] – APEP, 319, 168.

⁸⁷ João Pereira Caldas [Ofício ao diretor da Vila de Alenquer, em 29/07/1777] – APEP, 310, 400.

⁸⁸ João Pereira Caldas [Ofício ao Ajudante de Engenheiro Alexandre Jozé de Souza, em 22/12/1777] – APEP, 319, 190.

⁸⁹ Jozé Bernardo da Costa e Asso [Ofício a Martinho de Melo e Castro, em 06/06/1787] – AHU, 96, 7651.

colonos sem qualquer função naquele quadro disputavam os sessenta por cento restantes. Há que se ter em conta que os dois primeiros grupos representavam 36,6 por cento dos cabeças-de-família – detendo, 40 por cento dos trabalhadores; enquanto que o último grupo perfazia o total de 63,40 por cento dos cabeças-de-família – disputando sessenta por cento da força de trabalho disponível.

Ao que tudo indica, porém, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e o governador D. Rodrigo de Souza Coutinho estavam corretos – a Metrópole tomou para si a maior parte da força de trabalho da população indígena *descida*, prejudicando a consecução dos diversos projetos que subjaziam a política indigenista iniciada em 1750. Seus acertos, todavia, não esgotam a questão. O fato de o Estado ter tomado para si grande parte dos trabalhadores índios, aponta ao pesquisador contemporâneo que ao menos uma de suas projeções foi concretizada.

Após desembarcar em Belém, em 1751, Francisco Xavier de Mendonça Furtado reclamou ao irmão da debilidade do poder metropolitano na Colônia. Passado algum tempo, estando o Diretório dos Índios em pleno vigor, a Metrópole se constituiu na maior beneficiária da força de trabalho indígena. Ela, porém, não foi a única. A pequena parcela de trabalhadores disponíveis, retirados aqueles destinados ao *Real Serviço*, era intensamente disputada pelos membros da sociedade colonial. Aqui também, no entanto, a Metrópole evidenciou sua força. Os que compunham a sua administração, na Colônia, foram os que tiveram maior acesso à mão-de-obra não destinada aos trabalhos que lhe interessavam.

Essa, todavia, não é toda a história. O exercício da lei do Diretório dos Índios apresentou, para todos os envolvidos, um novo campo de lutas. Nele, a administração colonial e suas demandas representavam as forças contra as quais colonos e índios deveriam se insurgir. A análise do comportamento de ambos pode esclarecer sobre o surgimento de um conjunto de relações, que evidenciam a luta das populações *descidas* por autonomia, dentro do universo colonial, e a luta dos colonos por fazer valer o que entendiam ser o seu direito à mão-de-obra indígena.

SUBVERSÃO E SUBMISSÃO: O PARADOXO DA LEI EM SUA EXECUÇÃO

Para desgostar-se um índio d'estes qualquer cousa basta, e sobeja: basta, que o director o advirta, que trate de fazer a sua casa, onde more; basta, que o vigario o admoeste da obrigação, que tem de aprender a doutrina para se baptizar; e basta em fim, que lá de si para si chegue a desconfiar de uma acção, ou de um dito, que elle não entende; ao que tudo acresce, que si chega a ver, que adocece, ou morre algum dos companheiros, desconfia então do logar da povoação, desconfia da qualidade do sustento, desconfia dos remedios, que lhe fazem, e dos que o fazem; e como está posto na povoação, situada na boca do rio, donde desce, sobe a dissuadir os outros, que ficarão. Em termos similhantes está mostrando a experiencia, quem nem com tel-os mui mimosos, e ainda mais guardados do que bixos de seda, nem por isso mudão de conduta; quanto a mim são gallos do campo, que por mais milho que lhes deite, com difficuldade se habituão ás capoeiras.

Alexandre Rodrigues Ferreira

O Diretório dos Índios consubstanciou, talvez como nenhum outro processo colonial, as contradições vividas pela sociedade do Vale Amazônico. Ele pretendia, a um só tempo, garantir a integração das populações indígenas à sociedade colonial, disponibilizar mão-de-obra para os colonos e garantir povoadores e trabalhadores para os projetos metropolitanos. O exercício da lei evidenciou o quanto eram díspares as expectativas que lhe foram direcionadas e deixou claro que as dificuldades vividas na consecução dos seus objetivos se originaram do contexto que lhe conformou.

Estender o estatuto de vassallos aos índios e mantê-los na condição de trabalhadores compulsórios foi a alternativa encontrada pela Metrópole para satisfazer a pretensão secular dos colonos por mão-de-obra indígena. Em lugar de resolver o conflito que opunha Colônia e Metrópole, a iniciativa o redimensionou. Em primeiro lugar, ela alterou as formas de distribuição da mão-de-obra indígena, restringindo as concessões à aprovação direta do governador da Capitania, de forma que, o acesso aos trabalhadores passou a corresponder ao acesso à administração colonial – o que veio a fortalecer o poder dos repre-

sentantes metropolitanos, como pretenderam as *Instruções* passadas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Em segundo lugar, ela limitou a parcela de trabalhadores disponíveis, pois constituiu a Metrópole em grande consumidora da força de trabalho indígena, face aos diversos projetos desenvolvidos na Colônia. Por fim, em terceiro lugar, ela introduziu um novo elemento na disputa por mão-de-obra: as chefias indígenas constituídas pela lei.

Esse redimensionamento, no entanto, não foi o problema maior com que se depararam as autoridades responsáveis pela execução da lei. Na verdade, a questão que os preocupava e que chamava a sua atenção foi o freqüente desrespeito aos dispositivos legais. Por um lado, tanto os representantes da administração colonial – diretores, cabos e *principais* – quanto os colonos agraciados com trabalhadores índios desobedeciam às leis de Sua Majestade, ultrapassando os limites impostos por elas para a obtenção e usufruto da mão-de-obra indígena. Por outro lado, as populações indígenas participavam de algumas das subversões coibidas pela lei, como o desvio de gêneros da floresta – com os quais estabeleciam uma rede de comércio clandestino; além de furtarem-se a execução de algumas das tarefas que lhes eram atribuídas, especialmente a participação nas expedições ao Mato Grosso e ao Rio Negro. Isto, sem abrir mão de sua permanência nas povoações coloniais.

Ao longo de todo o período de vigência do Diretório dos Índios, autoridades coloniais e metropolitanas tentaram coibir a corrupção praticada por colonos e administradores coloniais e coagir as populações *descidas* à obediência.⁹⁰ Uma série de instrumentos foi criada com o objetivo de controlar a ação dos agentes coloniais nas povoações. Os fatos registrados naqueles instrumentos alimentaram a convicção de que a corrupção daqueles agentes, e dos diretores em especial, era a causa dos insucessos da lei.

Os analistas coevos não atentaram, todavia, para a natureza das subversões. Concentraram-se, antes, no estabelecimento da culpa dos que, a seu ver, eram os maiores responsáveis. Assim, não perceberam que a subversão denunciada correspondeu, por um lado, à expectativa de mão-de-obra dos colonos e, por outro, à inserção das populações *descidas* à sociedade colonial.

Logo que Francisco Xavier de Mendonça Furtado chamou a si a responsabilidade pela concessão de trabalhadores índios, os problemas surgiram. Tendo se retirado

⁹⁰ O Vale Amazônico não constituiu a única área colonial, na qual ocorreram episódios de corrupção. A obra anônima, *A arte de furtar*, denunciava, já no século XVII, a incidência da corrupção nos diversos níveis da vida colonial. Sobre corrupção na Colônia ver: ARTE de furtar. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; PALACÍN, Luis. *Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1983; ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997, p. 283-337.

para o Rio Negro, a fim de dar conta dos trabalhos de demarcação dos limites estabelecidos pelo Tratado de Madri, deixara a cargo do Ouvidor Geral, João da Cruz Dinis Pinheiro, a distribuição das concessões. D. Miguel de Bulhões, a quem ficara entregue o governo da capitania na sua ausência, viu nisso uma restrição a sua autoridade. Em carta a Mendonça Furtado, informou ter tomado a seu cargo a tarefa de proceder as concessões, por entender que, assim, o processo teria sua lisura garantida.⁹¹

Lembrem que, até aquele momento, a Lei de Liberdades não havia sido divulgada e nem o Diretório dos Índios havia sido construído. Mendonça Furtado introduzira a necessidade da aprovação direta do governador, como uma forma de diminuir o poder da Junta das Missões. Notem, também, que D. Miguel de Bulhões era um partidário da satisfação dos interesses dos colonos, tendo defendido-os junto às autoridades metropolitanas (incluindo o próprio Sebastião José de Carvalho e Melo).⁹²

Ao que tudo indica, D. Miguel de Bulhões vira a atuação de João da Cruz Dinis Pinheiro como uma ameaça ao direcionamento que propunha para a política indigenista. O ouvidor, no exercício da atribuição que lhe fora passada pelo governador, restringia as petições dos colonos, posicionando-se sempre em favor da liberdade dos índios. Segundo uma denúncia sua, feita a Mendonça Furtado, D. Miguel de Bulhões teria revertido sentenças em favor dos índios, beneficiando colonos.⁹³ Manuel Bernardo de Melo e Castro corroborou, três anos depois, a afirmação do Ouvidor: no período em que estivera a frente do governo, D. Miguel concedera índios a tantos quantos os solicitaram.⁹⁴

A corrida aos índios, iniciada tão logo ficou patente o decréscimo do poder dos missionários e o conseqüente fortalecimento da posição do governador na Junta das Missões, evidencia a importância do trabalho indígena para aquela sociedade. Recorrer a ele parecia não somente necessário, mas correto. Fazia parte da *ordem das coisas*. Afinal de contas, o viver em colônia significava, em larga medida, explorar homens e terras em benefício próprio e do Reino.⁹⁵ Assim, em que pesem os esforços das autoridades metropolitanas e de seus representantes na Colônia, o Diretório dos Índios emergia em terreno mo-

⁹¹ D. Miguel de Bulhões, Bispo do Pará [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 02/03/1756] – BNLC, 622, 153.

⁹² Ver o Primeira Parte.

⁹³ João da Cruz Dinis Pinheiro [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 26/07/1756] – BNLC, 624, 148; idem [Ofício a D. Miguel de Bulhões, Bispo do Pará, em 26/07/1756] – BNLC, 624, 151.

⁹⁴ Manuel Bernardo de Melo e Castro [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 09/08/1759] – AHU, 45, 4106.

⁹⁵ Ver sobre isso SOUZA, Laura de Mello e. *Op. cit.*, 1986, p. 72-85; SCHWARTZ, Stuart. B. *Op. cit.*, 1999, p. 224-246; ARAÚJO, Emanuel. *Op. cit.*, 1997, p. 83-187.

vedição.

Ainda em 1756, o Conselho Ultramarino reportou ter sabido, por meio do Provedor da Fazenda, Matias da Costa e Souza, que muitos colonos não pagavam o dízimo, burlando como podiam as disposições que os obrigavam. Segundo o provedor, os colonos entendiam que não incorriam em erro grave ao fazê-lo, pois não acreditavam ser pecado furtar de Sua Majestade.⁹⁶ Pois o mesmo parece ter se estendido ao usufruto do trabalho indígena, como pode ser percebido pelo comportamento dos agentes da administração colonial.

O desembargador Luís Gomes Faria e Souza denunciara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, quando este era Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, o que ocorria na Vila de Souzel. Lá, o diretor, o cabo da canoa e o vigário andavam mancomunados, com o objetivo de desviar os índios das obrigações previstas pelo Estado, a fim de submetê-los aos seus interesses. Assim, estabeleciam relações ilegais de comércio com os índios e desviavam-nos dos serviços a que estavam destinados, para mandá-los ao sertão a coletar *drogas* em benefício próprio.⁹⁷

O governador Manoel Bernardo de Melo e Castro denunciara ao mesmo Mendonça Furtado o comportamento de outro Bispo do Pará, Fr. João de São Jozé de Queiroz. Segundo ele, Queiroz e seu escrivão, padre Bernardo Ferreira, comercializavam produtos que mandavam vir de Lisboa, como tecidos, toalhas, guardanapos, vinho, aguardente e folhas de chá. Além disso, o bispo utilizava os índios que lhe eram destinados para distribuí-los aos seus compadres. Conforme a denúncia em questão, dos trinta índios que lhe haviam sido entregues, ultimamente, treze teriam sido dados a Domingos da Costa Baccellar; dos diversos que lhe acompanharam na visita ao sertão, uma parte fora desviada para realizar pescarias, cujo resultado fora comercializado na cidade de Belém.⁹⁸

O Intendente João de Amorim Pereira denunciou que grande parte dos vigários recusavam-se a pagar os índios pescadores que lhes eram concedidos.⁹⁹ O diretor de Porto de Moz, Francisco Fernandes Macedo, relatou o caso dos colonos Serafim Vieira e João Pedro. Ambos compunham a tropa, como capitão e alferes, respectivamente. Era conhecida a sua insistência em manter índios sob seu poder, sem a concessão necessária e

⁹⁶ Parecer do Conselho Ultramarino [10/06/1756] – AHU, 41, 3753.

⁹⁷ Luis Gomes de Faria e Souza [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 17/11/1761] – AHU, 51, 4689.

⁹⁸ Manuel Bernardo de Melo e Castro [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 02/11/1762] – AHU, 53, 4863.

⁹⁹ João de Amorim Pereira [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 15/05/1767] – AHU, 60, 5352.

sem o pagamento devido.¹⁰⁰ Essa, aliás, parece ter sido uma prática comum. É o que sugere o Bando publicado pelo governador João Pereira Caldas, em 23/05/1773, o qual obrigava a restituição às povoações de todos os índios retidos além do tempo estabelecido pelas concessões.¹⁰¹ Em carta ao Secretário do Ultramar, Martinho de Melo e Castro, o governador atribuía, àquele comportamento dos colonos, a responsabilidade pela diminuição do número de habitantes índios nas povoações.¹⁰²

Os diretores também cometiam desvios, de forma que João Pereira Caldas teve de ameaçá-los com a suspensão do pagamento, caso não apresentassem as contas das povoações e os relatórios de suas atividades.¹⁰³ Tratava-se de problema antigo, àquela altura. Cinco anos antes, seu antecessor, Fernando da Costa de Ataíde Teive, ordenara que o pagamento aos índios fosse feito na presença do *Principal*, do Cabo da Canoa e do Vigário, a fim de dirimir qualquer possibilidade de desvio.¹⁰⁴ João Pereira Caldas, quase dois anos depois de ameaçar os diretores com a suspensão do pagamento, voltou a exortá-los, reeditando a Carta Circular de Ataíde Teive e exigindo o respeito ao Diretório dos Índios, especialmente no que tangia ao parágrafos 67, 68, 73, 26, 49, 50, 51 e 52, nesta ordem.¹⁰⁵

O primeiro deles referia-se à concessão de índios trabalhadores: reiterava a exclusiva autoridade do governador sobre as concessões e proibia a retenção de índios por tempo superior ao estipulado.¹⁰⁶ O segundo regulava a remuneração pelo trabalho dos índios concedidos: instituía o diretor como o mediador e o tutor dos salários recebidos.¹⁰⁷ O terceiro estabelecia formas de controle sobre as concessões e os pagamentos dos índios, por meio de relatórios anuais, os quais seriam elaborados pelos diretores;¹⁰⁸ enquanto que o quarto o fazia em relação à produção agrícola, na qual as povoações teriam investido sua força de trabalho.¹⁰⁹ Os seguintes regulavam as atividades de coleta: instituía a remuneração dos índios envolvidos; estabeleciam o número de trabalhadores a que os oficiais índios tinham direito de enviar ao sertão; organizavam os procedimentos a serem seguidos, antes do envio das canoas; e, finalmente, resguardavam para os índios envolvidos o fruto

¹⁰⁰ Francisco Fernandes Macedo [Ofício de 04/07/1772] – APEP, 243, 2.

¹⁰¹ João Pereira Caldas [Bando de 23/05/1773] – AHU, 71, 6033.

¹⁰² Idem [Ofício a Martinho de Melo e Castro, em 29/07/1773] – AHU, 71, 6033.

¹⁰³ Idem [Ofício a Martinho de Melo e Castro, em 02/03/1774] – AHU, 72, 6114.

¹⁰⁴ Fernando da Costa de Ataíde Teive [Ofício Circular a todos os Diretores, em 03/10/1769] – AHU, 74, 6249.

¹⁰⁵ João Pereira Caldas [Ofício Circular a todos os Diretores, em 14/10/1775] – AHU, 74, 6249.

¹⁰⁶ DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário: § 67. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, 1988, p. 193-194.

¹⁰⁷ Ibidem, § 69, p. 195.

¹⁰⁸ Ibidem, § 73, p. 196.

¹⁰⁹ Ibidem, § 26, p. 176-177.

de todo o trabalho, alertando a diretores e *principais* para que não permitissem desvios de produção.¹¹⁰

Os parágrafos em destaque relacionam-se à distribuição, controle e remuneração do trabalho indígena. Passados quase vinte anos de sua entrada em vigor, o Diretório dos Índios parecia não ter suscitado a compreensão de que as populações indígenas deveriam cumprir um novo papel na sociedade colonial do Vale Amazônico. As recomendações expressas para que os prazos das concessões fossem respeitados indicam uma subversão constante à ordem legal. Isto se deveu ao fato de que, para grande parte dos colonos, os índios nunca deixaram de ser os trabalhadores preferenciais do Vale.

Os agentes da administração colonial pareciam estar cientes disso e buscavam tirar o maior proveito do acesso que tinham às populações indígenas. Um dos diretores da Vila de Santarém, quando foi substituído, pretendeu levar consigo os índios que o serviam, como se seus fossem.¹¹¹ O diretor de Vila de Borba permitiu que o ajudante de engenheiro Jozé Pinheiro de Lacerda partisse da Vila com um número de índios superior ao de costume, sem autorização do governador.¹¹² Jozé Correia de Lacerda foi preso por ter mantido os índios que lhe foram concedidos, além do tempo devido.¹¹³

Um conjunto de documentos é especialmente elucidativo, sobre como isto se dava nas povoações, com a participação dos representantes da autoridade governamental. O códice 160 do Arquivo Público do Pará guarda uma série de autos de devassas feitas nas povoações da capitania, em meados da década de 1760. A série é composta de cerca de oitenta devassas. Por meio delas, pode-se entender um pouco mais sobre as subversões praticadas.

Um dos pontos destacados na documentação diz respeito aos desvios morais daqueles que deveriam servir de exemplo aos índios – diretores e vigários. Cosme Damião da Silva, diretor da Vila de Pombal, em 1764, andava amigado com uma índia, moradora da vila, e mantinha outras duas em sua casa, vivendo em *escandalosa promiscuidade*. O mesmo se dava com o vigário, cujo nome foi suprimido pela deterioração do documento: era pai de uma criança, filha do relacionamento que manteve com a índia Madaglena; vivia, no entanto, com outra índia, a qual já havia sido amante do mestre-escola. Diretor e vigário mantinham lavouras em benefício de suas mulheres, aplicando nelas os índios neces-

¹¹⁰ Ibidem, § 49 - 52, p. 186-188.

¹¹¹ João Pereira Caldas [Ofício ao Comandante da Fortaleza de Santarém, em 10/07/1777] – APEP, 306, 428.

¹¹² Idem [Ofício ao Comandante da Vila de Borba, a Nova, em 28/02/1778] – APEP, 343, 5.

¹¹³ Jozé de Nápoles Tello de Menezes [Ofício ao Diretor da Vila de Chaves, em 21/06/1781] – APEP, 356, 278.

sários.¹¹⁴

No mesmo ano, a esposa do mestre-escola da Vila de Veiros, reclamava que seu marido não lhe sustentava, pois gastava tudo quanto ganhava com uma índia casada, com quem vivia amancebado.¹¹⁵ No ano seguinte, os moradores da Vila de Almeirim denunciavam a lascívia do soldado Francisco José e de sua mulher, uma mameluca, como a causa de muitas desordens.¹¹⁶ Em 1766, o diretor da Vila de Boim, Giraldo Correa Lima, fora acusado de viver com uma índia que havia sido prometida em casamento.¹¹⁷

Pela mesma época, João Francisco Furtado, da Vila de Alter do Chão, fazia o mesmo, sem tanto escândalo, pois mantinha sua amada distante dos olhares da vila, reclusa em uma lavoura afastada. Já o vigário da mesma vila, vivia com a filha do *Principal* Baré.¹¹⁸ Seu correlato da Vila de Veiros, herdara do antecessor não somente os fiéis, mas também a viúva – a relação já dava os primeiros frutos, pois um bebê estava a caminho, conforme aponta a devassa de 1768.¹¹⁹ Na devassa de 1769, descobriu-se que Ignácio Rodrigues Chaves, diretor da Vila de Veiros, vivia amigado com a índia Penha. A relação era tão *imoral* quanto prejudicial ao Estado, pois o diretor isentava seu sogro e cunhado do trabalho compulsório a que estavam sujeitos.¹²⁰ Bernardino Félix, cuja Vila não pôde ser identificada, vivia em concubinato com a índia Joaquina.¹²¹

Os desvios morais significavam um problema concreto e não de pouca monta. O processo de civilização proposto pelo Diretório dos Índios fundava-se, para além do ensino da Língua Portuguesa e da valorização do Trabalho, no exemplo dispensado pelos agentes da administração colonial. O comportamento de diretores, vigários e mestres-escola, todavia, apesar de não se diferenciar do que ocorria nas demais áreas da América Portuguesa,¹²² representava um problema potencialmente mais grave: colocava em risco a integração das populações *descidas*, segundo os padrões esperados pela Metrópole. Especialmente, porque tais desvios morais eram frequentemente acompanhados de outros que se relacionavam com a apropriação indevida da força de trabalho indígena.

O mesmo Cosme Damião da Silva, da Vila de Pombal, por exemplo, co-

¹¹⁴ Auto de Devassa da Vila de Pombal [em 02/12/1764] – APEP, 160, [não numerado].

¹¹⁵ Auto de Devassa da Vila de Veiros [em 20/12/1764] – APEP, 160, [não numerado].

¹¹⁶ Auto de Devassa da Vila de Almeirim [em 01/11/1765] – APEP, 160, [não numerado].

¹¹⁷ Auto de Devassa da Vila de Boim [em 03/01/1766] – APEP, 160, [não numerado].

¹¹⁸ Auto de Devassa da Vila de Alter do Chão [em 09/01/1766] – APEP, 160, [não numerado].

¹¹⁹ Auto de Devassa da Vila de Veiros [em 05/10/1768] – APEP, 160, [não numerado].

¹²⁰ Auto de Devassa da Vila de Veiros [em 04/12/1769] – APEP, 160, [não numerado].

¹²¹ Auto de Devassa do Lugar [não identificado] [em 09/02/1770] – APEP, 160, [não numerado].

¹²² VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.*, 1989, p. 69-106 e ARAÚJO, Emanuel. *Op. cit.*, 1997, p. 189-282.

mandava um esquema para o usufruto do trabalho indígena. Nele, tal como no caso descoberto na Vila de Souzel e denunciado pelo desembargador Luís Gomes Faria e Souza, estavam envolvidos o vigário, o mestre-escola (irmão do vigário) e Manoel Pinto Vieira, cabo de canoa. Funcionava assim: o mestre-escola falsificava portarias de concessão de índios, com as quais mandava índios ao sertão, conduzidos por Vieira, e todos se beneficiavam do resultado da coleta. Mas não era só. O vigário tinha acesso a tantos índios quanto necessitavam suas lavouras de mandioca – a colheita, revertida em farinha e comercializada, era partilhada pelos companheiros. O mestre-escola, Amaro Vieira Pinto, coagia os índios ao trabalho indevido, ameaçando-os com violências; enquanto que o diretor distribuíam trabalhadores a seus compadres, dos quais três foram identificados.¹²³

O diretor obrigava as índias a fiarem e, depois, tecerem redes, para a comercialização em Belém, recorrendo, para tanto, ao algodão extorquido de um dos moradores brancos da Vila. O cabo de canoa, Luis Bento da Costa, responsável oficial pelas atividades extrativas, na Vila, desviava uma parte da produção para comercializá-la em seu benefício. O caso é exemplar do que parece ter sido um objetivo freqüentemente buscado, entre os homens responsáveis pela administração das povoações. Alberto de Souza Coelho, conforme registra a devassa do mesmo ano de 1764, não somente negava-se a pagar os índios, como o Diretório dos Índios obrigava, mas insistia em estabelecer relações de comércio com eles, o que era proibido pela mesma legislação. Coelho agia como se a lei fosse letra morta, pois empregava os índios nas roças do sogro e ocupava a canoa da Vila em seus negócios particulares, chegando, inclusive, a vendê-la.¹²⁴

As devassas do ano seguinte não apresentaram um panorama muito diferente. Treze delas foram realizadas, nas Vilas de Almeirim, Espozende, Monte Alegre, Alenquer, Faro, Arraiolos, Chaves, Portel, Franca e nos Lugares de Outeiro e Santana. Além dessas, ocorreram investigações em duas povoações não identificadas. Em quatro localidades, detectaram-se problemas. Em uma das não identificadas, o diretor negava-se a pagar os índios que o serviam e utilizava a canoa existente como se fosse sua; sua mulher mantinha índios em suas roças – uma na própria localidade e outra na Ilha do Marajó – e sustentava um ativo comércio com as índias.¹²⁵ Em outra, o diretor, Jozé Luiz da Cunha, mantinha um índio trabalhando sem o devido amparo legal e sem efetuar o pagamento obrigató-

¹²³ Auto de Devassa da Vila de Pombal [em 02/12/1764] – APEP, 160, [não numerado].

¹²⁴ Auto de Devassa do Lugar de Azevedo [em 04/12/1764] – APEP, 160, [não numerado].

¹²⁵ Auto de Devassa de [Povoação não identificada] [em 01/10/1765] – APEP 160, [não numerado].

rio.¹²⁶

No ano de 1766, contam-se dezessete devassas. Elas registram uma denúncia de comércio ilegal com índios, duas suspeitas de apropriação indevida da produção das vilas – de Souzel e Pombal –¹²⁷ e uma denúncia comprovada, do mesmo crime, relacionada ao diretor do Lugar de Carrazedo. No ano imediato, mais dezessete devassas. O diretor da Vila de Santarém, Enrique Jozé de Vasconcelos e sua mulher ocupavam os índios em diversos trabalhos, sem dar-lhes tempo de trabalhar em suas roças.¹²⁸ Em Espozende, Antonio Jozé de Oliveira, também diretor, concedia índios sem a portaria devida, beneficiando-se com os pagamentos relativos. Sua mulher, da mesma forma que a do diretor de Santarém, empregava índias em seu serviço, além estabelecer relações de comércio, trocando aguardente por farinha.¹²⁹

Essa série de documentos indica as distorções mais frequentes, praticadas contra o Diretório dos Índios. É bem verdade que ela está relacionada a não mais que dezessete povoações, sobre as quais se contam cerca de oitenta autos, referentes aos anos de 1764, 1765, 1766, 1767, 1768, 1769 e 1770. No entanto, o número de acusações é elucidativo do que poderia estar ocorrendo nas demais povoações.

Da análise que procedi, destaquei 79 acusações, as quais foram classificadas, segundo a infração:

- **Concessão de índios, sem a autorização do governador.** A classificação é clara e dispensa comentários. Ela está relacionada à infração do parágrafo sexagésimo sétimo do Diretório dos Índios, o qual condicionava as concessões de trabalhadores à autorização expressa do governador.¹³⁰ Encontrei cinco casos, envolvendo os diretores das Vilas de Espozende, Pombal e Ourém, e dos Lugares de Azevedo e São Bento do Rio Capim.
- **Utilização indevida do trabalho indígena.** Aqui, reuni as acusações que diziam respeito às ações dos agentes da administração colonial, no sentido do usufruto indevido do trabalho indígena. Elas tratam da apropriação, com prejuízo direto das povoações, da força de trabalho indígena, em atividades que beneficiavam os pró-

¹²⁶ Auto de Devassa de [Povoação não identificada] [em 01/12/1765] – APEP, 160, [não numerado].

¹²⁷ Auto da Devassa da Vila de Souzel [em 02/12/1766]; Auto da Devassa da Vila de Pombal [em 03/12/1766]; ambos em APEP, 160, [não numerados].

¹²⁸ Auto de Devassa da Vila de Santarém [em 01/01/1767] – APEP, 160, [não numerado].

¹²⁹ Auto de Devassa da Vila de Espozende [em 09/01/1767] – APEP, 160, [não numerado].

¹³⁰ DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário: § 67. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, 1988, p. 193-194.

prios agentes da administração colonial, num evidente desrespeito às atribuições e interditos que a lei estabelecia para diretores, mestres-escola e vigários, nos diversos parágrafos que a compunham. Detectei onze acusações, relativas a cinco diretores, um mestre-escola e três vigários (um diretor e o mestre-escola foram acusados duas vezes).

- **Apropriação da remuneração devida aos índios:** Neste caso, arrolei as acusações que tratavam da infração dos parágrafos quinquagésimo oitavo, sexagésimo oitavo e sexagésimo nono,¹³¹ os quais instituíam o diretor como o tutor da remuneração dos índios. Estes, segundo a letra da lei, seriam incapazes de gerir seus gastos. Assim, estabeleceu-se a tutela dos diretores sobre as populações *descidas*, de modo a evitar que os índios fossem *enganados* no trato com valores. Nesse sentido, cabia aos diretores a administração da renda dos trabalhadores índios. Sete diretores foram acusados de terem se apropriado dessa remuneração e as utilizado em benefício próprio, nas Vilas de Alenquer, Arraiolos, Faro e Veiros, nos Lugares de Azevedo e Carrazedo e em uma povoação não identificada.
- **Estabelecimento de relações de comércio com os índios descidos:** O parágrafo quadragésimo terceiro, do Diretório dos Índios, proibia aos diretores que *nem por si, nem por interposta pessoa possa pessoalmente comprar aos Índios os refferidos gêneros, nem estipular com elles directa, ou indirectamente negocio, ou contrato algum, por mais racionável, e justo, que pareça*.¹³² Relacionei, então, os casos em que os agentes da administração das povoações utilizavam-se de sua condição para o estabelecimento de relações de comércio com as populações descidas, em prejuízo do Estado. Seis diretores e dois cabos de canoa foram acusados de estabelecer relações comerciais com os índios, em, pelo menos, sete povoações diferentes (uma povoação não foi identificada): nos Lugares de Azevedo, Outeiro e Santa Ana do Rio Capim; e nas Vilas de Espozende, Pinhel, Pombal e Souzel.
- **Apropriação de bens e da produção das povoações:** O Diretório dos Índios estipulava, no seu parágrafo trigésimo quarto, que os diretores teriam direito à sexta parte da produção das povoações, *para que animados com este justo, e racionável premio, desempenhem com maior cuidado as importantes obrigações do seu ministerio*.¹³³ Diante do

¹³¹ Ibidem, § 58, 68 e 69, p. 190-191 e 194.

¹³² Ibidem, § 43, p. 184.

¹³³ Ibidem, § 34, p. 180-181.

que a lei estabeleceu, agrupei os casos em que os diretores, aparentemente insatisfeitos com a remuneração que lhes era devida, apropriaram-se de bens ou da produção das povoações. Os autos acusam dez ocorrências: em Alenquer, Azevedo, Espozende, Faro, Pombal, Santarém, Souzel e em uma povoação não identificada (Pombal teve dois diretores incorrendo neste delito, enquanto que em Santarém, o mesmo diretor o cometeu duas vezes).

- **Negligência na administração da povoação:** os 95 parágrafos do Diretório dos Índios relacionavam um sem-número de recomendações aos diretores, todas elas voltadas para a manutenção das povoações e do projeto pedagógico proposto. Elas diziam respeito ao cuidado com as lavouras, ao asseio com o espaço urbano, ao controle do trato de colonos e índios, e à garantia do cumprimento do que as concessões estipulavam. Um conjunto de acusações diz respeito ao descaso com que tais recomendações foram enfrentadas, resultando em prejuízo às determinações legais. Os autos indicam dezenove acusações, referentes às seguintes povoações: Alenquer, Azevedo, Boim, Carrazedo, Faro, Melgaço, Monte Alegre, Ourém, Outeiro, Pinhel, Porto de Moz, Santarém, Veiros e uma povoação não identificada.
- **Uso de violência contra as populações indígenas:** O segundo parágrafo do Diretório dos Índios é claro – *não poderão os sobreditos Directores em caso algum exercitar jurisdição coactiva nos Índios.*¹³⁴ Ele restringia a ação coativa aos *principiais*. Pois os autos apontam oito diretores que infringiram aquele parágrafo, em Arraiolos, Melgaço, Santarém, Souzel e em duas povoações não identificadas.

A série indica que os diretores eram muito responsáveis pelos descumprimentos da lei. Não poderia ter sido de outra forma, pois eram eles os tutores dos índios descidos. Qualquer iniciativa relacionada aos índios, legal ou não, deveria contar com o conhecimento e com a participação dos diretores. Isto não quer dizer, todavia, que foram eles os únicos a corromper a lei. Cabos, vigários, mestres-escola, soldados e colonos tentaram, de todas as formas, retirar o maior proveito possível da proximidade com as populações indígenas aldeadas, a despeito do que a lei estabelecia.

O Intendente Geral do Comércio, Luis Gomes de Faria e Souza, relacionou seis cabos de canoa, os quais teriam ultrapassado os limites propostos pela lei: Giraldo Correia Lima, da Vila de Souzel; João Gonçalves Chaves, da Vila Franca; Jozé Teixeira Cascaes; Lourenço da Costa Mor, da Vila de Colares; Manoel Dias de Veras, da Vila do

¹³⁴ Ibidem, § 2º, p. 166-167.

Conde.¹³⁵ Seus crimes: conduzir índios ao sertão, por conta de diretores – o que era absolutamente vedado – e de colonos – sem autorização do governador da capitania; desviar gêneros do sertão, a fim de comercializá-los, prejudicando a arrecadação dos dízimos, o pagamento dos índios e o controle do Estado.

Manoel Bernardo de Mello e Castro, o sucessor de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, relatou a prisão dos cabos de canoa Luis Carlos de Oliveira Pantoja, Luis da Costa Pinto, Giraldo Correa Lima, Lourenço da Costa Mor e Manoel Dias de Veras. Os diretores Manoel Francisco Gonçalves, Jozé Rodrigues Rego, Thomas Antonio e Marçal Jozé Pastana tiveram o mesmo destino. Todos descumpriram o Diretório dos Índios.¹³⁶

O envolvimento de cabos, vigários, mestres-escola e diretores deixa claro que o descumprimento à lei era sistêmico e endêmico, correspondendo à visão de mundo dominante de que era lícito dispor da mão-de-obra indígena, mesmo contrariando a vontade da Metrópole. A análise sobre os mecanismos de fiscalização da atuação dos agentes coloniais torna evidentes as duas facetas da subversão.

Anualmente, as povoações deviam apresentar relatórios detalhados sobre tudo o que interessava à Metrópole: relação de habitantes – brancos e índios, livres e escravos; relação dos gêneros produzidos – nas atividades agrícolas e extrativas; relação dos dízimos recolhidos; relação de índios disponíveis ao trabalho; e, finalmente, certidões que atestassem o comportamento de todos os agentes da administração. Estas últimas me interessam, especialmente.

Cada agente da administração deveria atestar o comportamento de seus companheiros. Assim, os oficiais da câmara, o vigário, os *principais*, os cabos e os mestres-escola asseguravam as ações dos diretores e as ações uns dos outros. Todos os anos, a administração recebia um volume considerável de documentos, em que vigários certificavam o comportamento de mestres-escola, estes certificavam as ações dos cabos, os quais atestavam a atuação dos vigários, e vice-versa. Pois, na pesquisa que fiz, encontrei cerca de cinquenta certidões, tratando de povoações do Rio Negro e do Pará, nos anos de 1770 e 1772¹³⁷ – em nenhuma delas encontrei referência a qualquer desvio de conduta.

¹³⁵ Luis Gomes de Faria e Souza [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 03./08/1761] – AHU, 50, 4593.

¹³⁶ Manoel Bernardo de Mello e Casto [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 04/03/1763] – AHU, 54, 4892.

¹³⁷ Martinho Pereira de Lima [Ofício ao governador da Capitania do Pará, em (Lugar de Lamalonga) 12/07/1770] – APEP, 217, 15; Álvaro Sanches [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Olivença) 18/07/1770] – APEP, 217, 26; Izidoro dos Ramos Portugal [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Lugar de Lamalonga) 20/07/1770] – APEP, 217, 14; Martinho Pereira de Lima [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Lugar de Lamalonga) 20/7/1770] – APEP, 217, 16; Manoel André [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Moura) 22/07/1770] – APEP, 217, 21; Jozé Gomes da Silva [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Lugar de

Ora, ou bem eram mal intencionadas as denúncias de improbidade, ou os agentes da administração colonial nas povoações encontraram uma forma bastante singular de encobrir seus desvios. A última hipótese parece ser a mais promissora, a fim de explicar

Moreira) 22/07/1770] – APEP, 217, 51; Francisco Xavier de Souza [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Serpa) 23/07/1770] – APEP, 217, [não numerado]; Jozé Correya de Brito [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Borba, a Nova) 23/07/1770] – APEP, 217, 17; Braz Gil [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Barcelos) 23/07/1770] – APEP, 217, 47; Francisco Xavier de Andrade [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Barcelos) 23/07/1770] – APEP, 217, 47; Bernardo Toscano de Vasconcelos [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Barcelos) 24/07/1770] – APEP, 217, 47; Francisco de Nazareth [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Barcelos) 24/07/1770] – APEP, 217, 47; Jozé Estevão de Brito [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Lugar de Moreira) 24/07/1770] – APEP, 217, 51; Feliciano Antonio da Costa Pinheiro [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Borba, a Nova) 25/07/1770] – APEP, 217, 8; João Marcello da Silva [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Lugar de Moreira) 25/07/1770] – APEP, 217, 51; idem [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Lugar de Moreira) 25/07/1770] – APEP, 217, 51; [Não identificado] [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Tomar) 25/07/1770] – APEP, 217, 52; Oficiais do Senado da Câmara [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Melgaço) 02/06/1772] – APEP, 243, 16; Gregório Antonio de Melo [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Lugar de Alvelos) 14/07/1772] – APEP, 243, 39; José Ângelo do Rego Barbosa [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Melgaço) 16/07/1772] – APEP, 243, 16; Domingos do Rosário [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Lugar de Lamalonga) 20/07/1772] – APEP, 243, 31; Francisco Romualdo de Quadros [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Veiros) 20/07/1772] – APEP, 243, 44; Ignacio dos Reis [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Veiros) 21/07/1772] – APEP, 243, 44; Thomas Ferreira [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de São Jozé do Javari) 22/07/1772] – APEP, 243, 37; Francisco de Nazaré [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Barcelos) 22/07/1772] – APEP, 243, 46; Jozé Estevão de Brito [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Lugar de Moreira) 23/07/1772] – APEP, 243, 33; Thomas Ferreira [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de São Jozé do Javari) 23/07/1772] – APEP, 243, 37; Domingos Caetano Lima [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Monte Alegre) 24/07/1772] – APEP, 243, 24; Izidoro dos Ramos Portugal [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Lugar de Lamalonga) 24/07/1772] – APEP, 217, 31; Oficiais do Senado da Câmara [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Moura) 24/07/1772] – APEP, 243, 32; Oficiais do Senado da Câmara [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Moura) 24/07/1772] – APEP, 243, 32; Antonio Gonçalves Monteiro [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Lugar de Nogueira) 24/07/1772] – APEP, 243, 32; Hilário da Silva Andrade [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Ega) 24/07/1772] – APEP, 243, 34; Jozé Affonço [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Lugar de Poiaries) 24/07/1772] – APEP, 243, 38; Vital Maciel [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Lugar de Poiaries) 24/07/1772] – APEP, 243, 38; Francisco Xavier de Andrade [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Barcelos) 24/07/1772] – APEP, 243, 46; Manoel Marques de Mello [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Lugar de São Francisco Xavier de Tabatinga) 25/07/1772] – APEP, 243, 13; Domingos Gonçalves Velho [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Lugar de São Francisco Xavier de Tabatinga) 25/07/1772] – APEP, 243, 13; Manoel André [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Moura) 25/07/1772] – APEP, 243, 32; João de Santo Elias [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Moura) 25/07/1772] – APEP, 243, 32; idem [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Moura) 25/07/1772] – APEP, 243, 32; João Marcello da Silva [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Lugar de Moreira) 25/07/1772] – APEP, 243, 33; Oficiais do Senado da Câmara [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Ega) 25/07/1772] – APEP, 243, 34; Manoel Marques de Mello [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de São José do Javari) 25/07/1772] – APEP, 243, 37; Luis Pereira do Monte [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de São José do Javari) 25/07/1772] – APEP, 243, 37; Antonio Jozé de Oliveira [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Ega) 04/08/1772] – APEP, 243, 34; Estevão Alberto Vieira [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Lugar de Outeiro) 04/09/1772] – APEP, 244, 8; Jozé da Conceição [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Lugar de Outeiro) 07/09/1772] – APEP, 244, 9; Vários [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Pombal) 10/09/1772] – APEP, 244, 11; Antonio Jozé da Silva [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Pombal) 12/09/1772] – APEP, 244, 12; Angelo de Santa Brígida [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Pombal) 12/09/1772] – APEP, 244, 13; Severo de São Jozé [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Souzel) 21/09/1772] – APEP, 244, 20; Custodio da Cunha Ferreira [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Almeirim) 28/09/1772] – APEP, 244, 33; Felipe Benicio da Cunha [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Almeirim) 05/10/1772] – APEP, 244, 33; Manoel Vieira Pinto [Ofício ao Governador da Capitania do Pará, em (Vila de Almeirim) 05/10/1772] – APEP, 244, 33.

a aparente contradição entre o que diziam os ouvidores, intendentess e governadores e os relatórios das ações de diretores, vigários, mestres-escola e cabos. Aqueles relatórios expressavam o estabelecimento de arranjos locais, com vistas à manutenção de práticas que a lei condenava. Além disso, seu conteúdo é compatível com a tensão social, então constante, em torno da disputa sobre a mão-de-obra indígena.

Já afirmei que os diretores não eram os vilões solitários, causadores exclusivos da subversão da ordem. Mas, não há como negar, eram os que estavam em melhor situação para estabelecer contatos e fortalecer vínculos. A série de nomeações, mencionada páginas atrás, arrola 280 nomeações de diretores, as quais contemplaram 183 indivíduos. Desses, 59 ocuparam a diretoria por mais de uma vez: Manoel Jozé de Bastos foi diretor em Barcarena, Arraiolos, Mondim, Chaves, Rebordelo e Penha Longa; Maurício Jozé de Souza o foi em Óbidos, Faro, Boim, Pinhel e Azevedo; e Félix Ferreira Barreto foi diretor em Portel, duas vezes, Gurupi, Piriá e Vizeu. Oito indivíduos foram nomeados quatro vezes, para diretorias diferentes, enquanto que sete o foram para três e 41 foram nomeados diretores por duas vezes.

Assim como os diretores, os mestres-escola e vigários também circulavam de uma povoação a outra. Eram transferidos tanto por vontade do governador – como prêmio ou castigo – quanto por solicitação pessoal – por um sem número de razões, dentre as quais a pobreza do sertão no entorno da povoação era um fator considerável. Apenas os cabos eram eleitos pela Câmara e pelos *principais*, conforme estabelecia o Diretório dos Índios.¹³⁸ De toda forma, todos eles conviviam por tempo suficiente para estabelecerem relações de amizade e de necessidade, que viabilizassem o descumprimento das diretrizes estabelecidas pela lei.

Muito pouco teria sido feito, todavia, sem a anuência das populações aldeadas. As subversões a que me refiro tratam, fundamentalmente, de iniciativas que tinham por objetivo subtrair do Estado Metropolitano o controle sobre a força de trabalho indígena. Considerá-las como resultado da ação exclusiva do colonizador acarreta dois desdobramentos, ambos relacionados. Por um lado, tal consideração robustece a convicção de que as populações indígenas não foram mais do que instrumentos nas *mãos* dos colonizadores, uma vez que restringe a participação indígena à condição de objeto de exploração, sem nunca alçá-la a categoria de agentes positivos. Por outro lado, a supressão da atuação

¹³⁸ DIRECTÓRIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário: § 53 . In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, 1988, p. 188.

indígena minimiza a integração ocorrida e a conseqüente inserção das populações indígenas à sociedade colonial, negando o fato de que aquelas populações se apropriaram dos mecanismos da sociedade colonial a ponto de subvertê-los.

A integração das populações indígenas à sociedade colonial do Vale Amazônico não ocorreu livre de violências. Isto não quer dizer, no entanto, que a coerção tenha sido absoluta. Os *descimentos* compreendiam longas negociações, em meio às quais as lideranças indígenas consideravam os desdobramentos da transferência para as povoações coloniais.¹³⁹ Tais negociações não resultavam sempre em fato positivo, de modo que muitas delas não ultrapassaram a fase da troca de presentes, e outras tiveram desfecho trágico, com a morte violenta dos emissários coloniais ou de comunidades nativas. Quando ocorriam, os *descimentos* significavam uma decisão do grupo indígena, pautada em longa reflexão, a qual lhe parecia positiva, por uma série de motivos, os quais, diante da falta de documentação de cunho indígena, só podem ser inferidos.

Em primeiro lugar, há que se contar que a circulação de gêneros não era estranha às populações indígenas que habitavam o Vale Amazônico. Antonio Porro já afirmou a existência de uma ampla rede de trocas inter-tribais, a qual servira de suporte para o estabelecimento de relações similares com os europeus.¹⁴⁰ Assim, as relações de troca com os colonos se constituíram em uma alternativa para o universo econômico indígena, à medida que o processo de colonização se consolidava e a presença alienígena se mostrava permanente. Para muitos, *descer* para as povoações edificadas pelos brancos, pode ter parecido o desdobramento de relações de troca e, eventualmente, de amizade, há muito estabelecidas.

Para várias das populações indígenas do Vale, as relações com os invasores tornaram-se necessárias – era por meio delas que garantiam acesso a uma série de itens que passaram a fazer parte de suas vidas, como pólvora, armas, tecidos, facas, espelhos etc. A política de guerra intestina, comum a boa parte daquelas populações, tornara a aliança com os alienígenas um elemento adicional que trazia força, técnicas e ferramentas, não raras vezes decisivas, para a solução de conflitos. Nesse sentido, reunir-se às povoações foi, para algumas populações, uma alternativa na busca de proteção contra inimigos.

As povoações representavam, ainda, a promessa de oferta regular de alimentos. Isto se dava não apenas pela preocupação da administração colonial em garantir a ofer-

¹³⁹ Não é outra a compreensão de Barbara Sommers sobre o Diretório dos Índios. Ver SOMMERS, Barbara. *Op. cit.*

¹⁴⁰ PORRO, Antonio. Mercadorias e rotas de comércio intertribal na Amazônia. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, NS XXX, p. 7-11, 1985; idem. O antigo comércio indígena na Amazônia. *D. O. Leitura*, São Paulo, v. 5, n. 56, jan. 1987.

ta de gêneros para as diversas obrigações do Estado, mas, também, pela oportunidade que a vida nas povoações oferecia para o estabelecimento de um sem-número de relações de troca. A pesca, a caça, a edificação de pequenas culturas de mandioca, a coleta de frutos nas proximidades das povoações, entre outras, poderiam ser revertidas em trocas com os colonos ou com outros índios. Assim, as povoações acabavam por se constituir em uma alternativa concreta para algumas populações indígenas.

Concreta e, aparentemente, definitiva. É isso que se conclui da análise sobre um dos problemas frequentes com que se deparavam as autoridades coloniais: a deserção dos índios das povoações. Os autos de devassa, citados anteriormente, apontam diversos casos de fuga. Em Santarém, sete índios haviam fugido, diante do temperamento violento do diretor.¹⁴¹ Razão idêntica provocou a fuga de muitos índios da Vila de Arraiolos.¹⁴² A maior parte dos casos de fuga, todavia, não significava o abandono definitivo das povoações. As populações indígenas utilizaram a deserção como uma estratégia para manifestar a sua insatisfação para com diretores e *principais* ou para com determinadas atribuições. Uma vez substituído o fator que os incomodava – suplantado o perigo – retornavam às povoações.

As deserções, as fugas não podem ser vistas, então, exclusivamente, como estratégias de resistência ao avanço colonizador – nem tampouco como um movimento anti-colonial. Em muitos casos elas constituíram-se em recursos pedagógicos. Nesse sentido, elas sinalizavam distorções – abusos, violências, explorações, injustiças etc. – para as quais se esperava haver solução. Em outros, elas representaram a afirmação dos termos, segundo os quais as populações indígenas pretendiam estabelecer a sua permanência naquele novo universo – assim, demarcavam o que se dispunham e o que se recusavam a realizar. Em ambos os casos, as fugas não apontam, de forma absoluta, para a recusa da vida nas povoações. Vejamos alguns casos.

O comportamento de um *principal*, em Vila de Veiros, cuja atenção era voltada, exclusivamente, para seus negócios, fez com que 37 índios capazes de serviço, e suas famílias, se retirassem para suas roças, até que ele mudasse seu comportamento ou fosse substituído.¹⁴³ Em Vila de Faro, a fuga de mais de cinquenta índios serviu para denunciar o comportamento do diretor. Preocupado, exclusivamente, com seus negócios particulares, ele deixava de lado suas obrigações e ainda tomava para si todos os dividendos do trabalho

¹⁴¹ Auto de Devassa da Vila de Santarém [em 01/01/1767] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁴² Auto de Devassa da Vila de Arraiolos [em 03/02/1770] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁴³ Auto de Devassa da Vila de Veiros [em 25/01/1766] – APEP, 160, [não numerado].

dos índios. De onde estavam escondidos, os desertores avisaram que só retornariam caso o diretor se *emendasse*.¹⁴⁴ Segundo o auto da devassa do ano de 1770, vários índios da Vila de Melgaço estavam insatisfeitos com o comportamento do mestre-escola. Em lugar de ensinar às crianças, Estolano Manoel Pereira de Souza Feyo às enviava à coleta do açaí, da bacaba e do azeite, além de torná-las trabalhadoras em sua roça e pescadoras para o seu sustento. Em protesto, muitos índios desertaram. Não partiram em direção às suas terras de origem, mas mudaram-se para a Vila de Portel.¹⁴⁵

Alguns índios não desertavam das povoações, apenas ausentavam-se por tempo suficiente para escapar de trabalhos considerados incômodos. Isto ocorria em Vila de Pinhel, onde o cabo da canoa, um índio, enviava toda sua parentela para os arredores da povoação, tão logo chegavam as portarias convocando índios para o trabalho.¹⁴⁶ No Lugar de Azevedo, o *Principal* fazia o mesmo, de forma que, só a produção de cal, padecia a falta de quinze índios.¹⁴⁷ Prática similar era adotada pelos *principais* da Vila de Veiros¹⁴⁸ e da Vila de Souzel¹⁴⁹ - o qual mantinha os índios fugidos em sua roça. No Lugar de Azevedo, passados quatro anos da constatação da prática do *Principal*, os índios pareciam prescindir de qualquer ajuda: tão logo chegavam as portarias, boa parte deles se retirava da povoação até que não fossem mais necessários.¹⁵⁰

A recusa a determinados trabalhos era freqüente. Expedições ao Mato Grosso e trabalho em Macapá – onde as obras da Fortaleza de São José de Macapá e a agricultura do arroz consumiram um volume impressionante de trabalhadores índios – eram especialmente recusadas. Em Alter do Chão, o *Principal* Ignocencio da Costa incentivava os índios destinados a trabalhos em Macapá para que fugissem.¹⁵¹ Mas as atividades extrativas não estavam isentas de oponentes. Em 1770, o índio Manoel Gonçalves esfaqueou o diretor, como parte de um plano arquitetado por alguns companheiros para não irem ao sertão. Manoel Gonçalves teria afirmado que, se preciso fosse, mataria o diretor, o vigário e o cabo da canoa.

O fato é que muitos índios não permaneceram passivos, sujeitando-se de forma absoluta às determinações da administração colonial. Rebelaram-se, resistiram, luta-

¹⁴⁴ Auto de Devassa da Vila de Faro [em 06/01/1768] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁴⁵ Auto de Devassa da Vila de Melgaço [em 15/02/1770] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁴⁶ Auto de Devassa da Vila de Pinhel [em 05/01/1766] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁴⁷ Auto de Devassa do Lugar de Azevedo [em 17/02/1766 e 02/12/1766] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁴⁸ Auto de Devassa da Vila de Veiros [em 02/12/1766] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁴⁹ Auto de Devassa da Vila de Souzel [em 05/10/1768] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁵⁰ Auto de Devassa do Lugar de Azevedo [em 22/02/1770] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁵¹ Auto de Devassa da Vila de Alter do Chão [em 05/01/1770] – APEP, 160, [não numerado].

ram, mas não abandonaram as povoações. Muitos índios do Lugar de Azevedo permaneceram em suas roças, nas povoações, ignorando tudo o que não lhes interessava.¹⁵² Parte da população indígena habitante da Vila de Souzel, decidira-se pela transferência para a Vila de Pombal ou para os arredores da Vila de Veiros.¹⁵³ Outros, habitantes da Vila de Veiros, transferiram-se para Porto Salvo e recusaram-se a retornar.¹⁵⁴

Não pretendo sugerir que não houve fugas definitivas. Tampouco pretendo contribuir para a compreensão de que a vida nas povoações poderia ser melhor que a vida fora delas. Afirmando, isto sim, que a despeito das fugas, das manifestações de resistência, para muitos índios a vida no interior da sociedade colonial se lhes pareceu a alternativa a ser adotada. Fugas definitivas houve. O *Principal* Antonio Xavier, da Vila de Colares, abandonou a povoação com dezessete pessoas de sua família, levando junto o bote da povoação.¹⁵⁵ As epidemias, freqüentes, eram motivo forte o bastante para fazer com que muitos índios fossem embora, como parece ter sido o caso ocorrido em Mazagão, quando não somente abandonaram a vila e os trabalhos da agricultura, como levaram consigo a maioria das canoas pequenas.¹⁵⁶

A dimensão da documentação epistolar, a qual faz referência às fugas, indica que se tratava de um recurso constantemente adotado pelas populações aldeadas.¹⁵⁷ Boa

¹⁵² Auto de Devassa do Lugar de Azevedo [em 17/12/1766] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁵³ Auto de Devassa da Vila de Souzel [em 12/12/1766] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁵⁴ Auto de Devassa da Vila de Porto de Moz [em 25/12/1766] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁵⁵ Agostinho Antonio de Lopes Barros [Ofício a Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 24/10/1772] – APEP, 244, 44.

¹⁵⁶ João Pereira Caldas [Ofício ao Comandante da Vila de Mazagão, em 02/12/1776] – APEP, 306, 179; idem [Ofício aos Oficiais da Câmara da Vila de Mazagão, em 02/12/1776] – APEP, 306, 180.

¹⁵⁷ Manoel Bernardo de Melo e Castro [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 09/08/1759] – AHU, 45, 4106; Estolano Manoel Barboza de Souza Feyo [Ofício a Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 12/07/1772] – APEP, 243, 6; Jozé Caetano Ferreira da Silva [Ofício a Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 04/09/1772] – APEP, 244, 2; Lucas Jozé [?] de Brito Coelho [Ofício a Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 17/09/1772] – APEP, 244, 11; Estolano Manoel Pereira de Souza Feyo [Ofício a Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 30/09/1772] – APEP, 244, 25; Jozé do Sacramento [Ofício, provavelmente enviado ao governador da capitania, em 13/10/1772] – APEP, 244, 40; Governador [Ofício ao Diretor da Vila do Conde, em 23/10/1772] – APEP, 244, 29; Manoel Pereira de Farias [Ofício ao governador da capitania, em 25/10/1772] – APEP, 244, 45; Pedro Correa de Lacerda [Ofício ao governador da capitania, em 31/10/1772] – APEP, 244, 30; idem [Ofício ao governador da capitania, em 03/11/1772] – APEP, 244, 28; João Pereira Caldas [Ofício a Martinho de Mello e Castro, em 07/03/1773] – AHU, 70, 5964; Manoel Pereira de Faria [Ofício a Martinho de Mello e Castro, em 06/07/1773] – AHU, 71, 6024; João Pereira Caldas [Ofício a Martinho de Mello e Castro, em 29/07/1773] – AHU, 71, 6033; idem [Ofício a Martinho de Mello e Castro, em 06/11/1775] – AHU, 74, 6249; idem [Ofício ao Diretor do Lugar de Penha Longa, em 21/11/1775] – APEP, 291, 147; idem [Ofício ao Diretor da Vila de Arraiolos, em 21/11/1775] – APEP, 291, 153; idem [Ofício ao Diretor do Lugar de Baião, em 22/11/1775] – APEP, 291, 160; idem [Ofício Provedor Comissário da Vila de Mazagão, em 05/12/1776] – APEP, 306, 181; idem [Ofício ao governador da Vila de São José de Macapá, em 22/12/1776] – APEP, 306, 207; idem [Ofício ao Mestre de Campo João Moares Bitancourt, em 08/01/1777] – APEP, 306, 216; idem [Ofício ao diretor do Lugar de Sezedelo, em 16/05/1777] – APEP, 306, 378; idem [Ofício ao diretor da Vila de Portel, em 17/05/1777] – APEP, 306, 379; idem [Ofício ao diretor da Vila de Chaves, em 25/06/1777] – APEP, 306, 404; idem [Ofício ao diretor da Vila de Santarém, em 10/07/1777] – APEP, 306, 428; idem [Ofício ao diretor do Lugar de Serzedelo, em 19/08/1777] – APEP, 319, 34; idem [Ofício ao governador da Vila de São José de Macapá, em 21/01/1778] – APEP, 319, 219; idem [Ofício ao governador da Vila de São José de Macapá, em

parte dela, no entanto, faz referência a índios que se evadiam de uma povoação, recolhendo-se em outra, e eram instados a retornarem à povoação original.

Esse conjunto de documentos permite ao pesquisador entrever as ações de índios que decidiram viver no interior da sociedade colonial e não fora dela. Eram índios cujas ações não sinalizavam a recusa ao aldeamento, mas a vontade de estabelecer-se neles e garantir uma razoável autonomia. As transferências constantes, de uma povoação a outra, dão conta de índios que optaram pela vida nas povoações do Diretório, mas recusaram a tutela que a lei instituíra.¹⁵⁸

Pois parece ter sido, justamente, a tutela o que pode ter se constituído em incentivo à subversão. Acompanhem-me. Como a documentação ultimamente citada torna evidente, os índios não tinham liberdade para circular por onde quisessem e para se estabelecer onde lhes apeteceia. A lei estipulava que cada povoação deveria ter, no mínimo, 150 habitantes, de forma que a evasão de uma povoação para outra poderia significar o fim de uma delas.¹⁵⁹ Mas a tutela não se resumia a imposição de limites ao arbítrio indígena sobre onde estabelecer-se. Ela se manifestava, sobretudo, em duas instâncias interligadas – trabalho e renda.

As populações indígenas aldeadas estavam sujeitas a duas formas de trabalho: o livre e o compulsório. O trabalho livre era exercido, basicamente, em atividades desenvolvidas nas lavouras particulares. Ele compreendia, também, atividades correlatas como a coleta de frutos, raízes, caça e pesca, as quais não se conformavam como as expedições de coleta às *drogas*. Eram expedições breves, nas quais se buscavam gêneros para uso

23/08/1778] – APEP, 319, 459; idem [Ofício ao governador da Capitania do Rio Negro, em 30/12/1778] – APEP, 343, 66; Jozé de Nápoles Tello de Menezes [Ofício ao comandante da Vila de Borba, a Nova, em 13/07/1779] – APEP, 343, 148; idem [Ofício ao diretor da Vila de Oeiros, em 28/04/1780] – APEP, 356, 39; idem [Ofício ao diretor da Vila de Melgaço, em 28/06/1780] – APEP, 356, 72; idem [Ofício ao governador da Vila de São José de Macapá, em 05/03/1781] – APEP, 356, 218; idem [Ofício ao diretor da Vila de Souzel, em 04/04/1781] – APEP, 356, 239; idem [Ofício ao diretor da Vila de Cintra, em 17/05/1781] – APEP, 356, 259; idem [Ofício ao diretor da Vila de Portel, em 22/06/1781] – APEP, 356, 283; idem [Ofício ao diretor da Vila de Souzel, em 03/07/1781] – APEP, 356, 288; idem [Ofício ao diretor da Vila de Chaves, em 07/11/1781] – APEP, 356, 204.

¹⁵⁸ A bibliografia sobre a resistência dos escravos negros e a luta por espaços de autonomia, me foi de grande valia, destaco a seguir: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas; GOMES, Flávio dos Santos. *Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira*. In: *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 225-318; SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.

¹⁵⁹ DIRETORIO que se deve observar nas Povoaçoens dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário: § 77. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, 1988, p. 197-198.

imediatamente ou para um pequeno comércio. O trabalho compulsório abarcava as expedições ao sertão, para a extração das *drogas*; todas as atividades classificadas como o *Real Serviço* – o trabalho nos arsenais de marinha, na extração de madeiras, nas obras públicas e nas expedições ao Rio Negro e ao Mato Grosso; e, também, os trabalhos das Portarias – a concessão de trabalhadores índios aos colonos, por períodos determinados.

A renda que aferiam acompanhava a natureza do trabalho realizado. Retirado o dízimo das lavouras particulares, os índios descidos tinham tanta autonomia sobre o fruto de seu trabalho quanto era possível no universo colonial. Podiam realizar trocas, com os gêneros cultivados ou extraídos do sertão, sem que as autoridades coloniais, os diretores em particular, pudessem fazer muita coisa a respeito. No que tangia à renda proveniente do trabalho compulsório, porém, ocorria coisa muito diversa.

A renda das unidades agrícolas comuns, das atividades extrativas das povoações e de qualquer outra produção realizada, tendo por base o trabalho compulsório, como o serviço nas olarias, por exemplo, era revertida para a Tesouraria Geral dos Índios. Era acompanhada da relação dos trabalhadores envolvidos. A tesouraria, após contabilizar a produção, processava os pagamentos, e os enviava para as povoações. Tanto esses valores, quanto os provenientes do trabalho para os colonos, relacionados às Portarias de concessão, eram retidos e geridos pelos diretores.

Não deve causar estranheza, portanto, o fato de que muitos índios resistiam às determinações para que se empregassem nas atividades compulsórias, preferindo alternativas que lhes facultasse o acesso ao resultado de seu trabalho, livre de qualquer controle. A renda do trabalho compulsório representava uma série de limites e de riscos. Em primeiro lugar, as populações aldeadas tinham poucas formas de fiscalizar os cálculos feitos – além do dízimo, havia a sexta parte do diretor, o quinto do cabo, o estipêndio do tesoureiro e o emolumento do escrivão – pois a Tesouraria Geral dos Índios prestava contas à Metrópole e não aos índios. Em segundo lugar, o lapso de tempo normalmente decorrido entre o exercício do trabalho e o acesso à renda dele resultante era longo – nunca menos do que meses, sendo comum passar um ano entre o exercício do trabalho e o recebimento da remuneração. Em terceiro lugar, o pagamento era incerto. Não raro os envolvidos no cálculo, transporte e distribuição dos pagamentos apropriavam-se de tudo o que pertencia aos índios.

Assim, a disposição das populações indígenas aldeadas pela conquista de autonomia assumiu outras dimensões – sempre que possível, fizeram valer a sua vontade,

de modo a minimizar a autoridade metropolitana. Tudo quanto lhes pareceu injusto, inadequado ou prejudicial e contra o que era possível lutar, foi devidamente combatido – aberta ou furtivamente. A insistência na autonomia foi o fator constante. Aliado à intenção de permanecer nas povoações, muitas das manifestações de insatisfação e rebeldia significaram a concretização da integração alcançada pelo Diretório dos Índios.

O apego dos índios descidos às povoações – algo pretendido pela legislação – nem sempre correspondeu à obediência prestada às determinações metropolitanas. Pretendeu-se mudar a localização do Lugar de Vilarinho do Monte, os índios, todavia, resistiram.¹⁶⁰ Em outra povoação, eles decidiram mudar-se, sem qualquer autorização superior, em função da localização, a qual tornava o lugar suscetível a pragas no período de chuvas.¹⁶¹

Os mesmos autos que apontaram a corrupção dos diretores, vigários, mestres-escola e cabos de canoa, indicam a participação das populações indígenas aldeadas. Penso que neles encontram-se os primeiros registros do conteúdo de uma denominação que hoje é corriqueiramente relacionada às populações da Amazônia: *ribeirinhos*.¹⁶² Em referência à acusação de uso da violência contra os índios, feita ao diretor Joaquim José Esteves, o correitor deu razão ao diretor, diante do comportamento dos índios: *por serem todos muito ribeirinhos, fujões e bêbados*.¹⁶³ Tratando de um diretor relapso, considerou que um dos problemas da povoação era o fato de que os índios eram todos muito *ribeirinhos*, isto é, muito resistentes ao diretor.¹⁶⁴ Ao reportar o caso de uma índia que tentara evitar a ida de seu filho para Macapá, afirmou que os índios eram todos *ribeirinhos*.¹⁶⁵ Em outro auto, a alcunha de *ribeirinhos* se deveu à constatação do pouco respeito que manifestavam em relação às autoridades, incluindo o próprio *Principal*.¹⁶⁶

O índio Veríssimo, possuidor de lavoura nos arredores do Lugar de Outeiro, mantinha, há cinco anos, quatro escravos negros fugidos. Havia lá, ainda, uma família in-

¹⁶⁰ Auto de Devassa do Lugar de Vilarinho do Monte [em 12/12/1764] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁶¹ Auto de Devassas [Povoação não identificada] [em 21/12/1765] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁶² A produção acadêmica recente trata a condição ribeirinha como decorrente do espaço físico – da proximidade com os rios. A construção histórica desta categoria não é enfrentada. A documentação supracitada pode suscitar uma interessante *linha* de investigação. Sobre as populações ribeirinhas, ver: MARTINS, José de Souza. *Op. cit.*, 1998. p. 659-726; SILVA, Josué da Costa. *O rio, a comunidade e o viver*. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

¹⁶³ Auto de Devassa da Vila de Arraiolos [em 01/12/1765] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁶⁴ Auto de Devassa da Vila de Portel [em 15/10/1768] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁶⁵ Auto de Devassa da Vila de Souzel [em 28/10/1768] – APEP, 160, [não remunerado].

¹⁶⁶ Auto de Devassa do Lugar de Azevedo [em, 22/02/1770] – APEP, 160, [não numerado].

teira, proveniente da Vila de Melgaço.¹⁶⁷ Jozé Ferreira Lisboa, colono da Vila de Monte Alegre, *convenceu* alguns índios a irem ao sertão, sem qualquer portaria.¹⁶⁸ Em Vila de Souzel, uma índia escondeu seu filho, escalado para trabalhar em Macapá.¹⁶⁹ Na mesma vila, duas índias acusaram o diretor de não lhes dar tempo para trabalharem em suas roças. Descobriu-se, depois, que elas ocupavam-se com outros afazeres e utilizaram a acusação para verem-se livres da tutela do diretor.¹⁷⁰ Na Vila de Pombal, algumas índias foram surpreendidas desencaminhando parte da produção de farinha.¹⁷¹

O tornar-se *ribeirinho*, isto é, infenso a autoridade colonial, livre da tutela dos diretores, foi, portanto, o objetivo de muitos índios que decidiram pela vida nas povoações. D. Miguel de Bulhões parece ter percebido isto, antes mesmo de o Diretório dos Índios ter sido formulado. Em 1756, ponderava que muitos índios associavam-se com os colonos, à revelia das determinações do governo.¹⁷² O Bispo do Pará renunciou, sem o saber, o que seria uma prática constante, ao longo da vigência da lei.

O que pretendo afirmar é o fato de o controle sobre as populações indígenas nunca ter sido absoluto, a despeito de todas as iniciativas da administração colonial, no sentido de dominar àquelas populações. Os casos em que as populações indígenas aldeadas demonstram estarem decididas a, mesmo descidas, manter sua autonomia, se acumulam. O diretor da Vila de Pinhel viu-se em apuros, quanto tentou coibir a realização de *provas de valentia*, nas quais alguns índios enfiavam a mão em um pote repleto de formigas *tucandeiras*, causadoras de uma dor intensa.¹⁷³ O *Principal* Sebastião Pinto e o Sargento mor Simão da Silva opuseram-se de forma veemente à iniciativa do diretor, ameaçando levantarem-se em armas, caso ele continuasse a condenar seus festejos.¹⁷⁴ O diretor da Vila de Souzel teve de lidar com a insistência de uma índia em casar-se com um soldado residente na Vila de Mazagão – diante das negativas, a índia partiu para junto do seu soldado.¹⁷⁵

Em Vila de Pombal, os pais não permitiam que o diretor tivesse acesso aos

¹⁶⁷ Auto de Devassa do Lugar de Outeiro [em 19/11/1765] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁶⁸ Auto de Devassa da Vila de Monte Alegre [em 14/01/1767] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁶⁹ Auto de Devassa da Vila de Souzel [em 25/10/1768] – APEP, 160 [não numerado].

¹⁷⁰ Auto de Devassa da Vila de Souzel [em 12/12/1769] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁷¹ Auto de Devassa da Vila de Pombal [em 12/12/1769] – APEP, 160, [não numerado].

¹⁷² D. Miguel de Bulhões, Bispo do Pará [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 30/01/1756] – BNLC, 622, 129.

¹⁷³ Sobre a formiga Tucandeira ver: HADDAD JUNIOR, Vidal; CARDOSO, João Luiz Costa; MORAES, Roberto Henrique Pinto. Descrição de injúria humana causada por falsa tocadira (*Dinoponera gigantea*, Perty, 1833) com revisão dos aspectos folclóricos, farmacológicos e clínicos das formigas gigantes do gênero *Paraponera* e *Dinoponera* (sub-família Ponerinae). *Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo*, v. 47, n. 4, p. 235-238, jul./ago. 2005.

¹⁷⁴ Belchior Henrique de Wesnholte [Ofício a Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 17/09/1772] – APEP, 244, 11.

¹⁷⁵ Jozé Caetano Ferreira da Silva [Ofício a Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 04/09/1772] – APEP, 244, 2.

filhos – o que pode ter significado uma tentativa de subtraí-los do trabalho compulsório. Mesmo os adultos não eram de todo acessíveis, pois os índios resistiam em permitir que suas mulheres se empregassem nas roças da vila. Mas, nem todos os que pretendiam escapar da autoridade do diretor, pretendiam permanecer na vila. Segundo o mesmo diretor, um índio fugira da vila com sua mulher e suas irmãs, tendo a cidade de Belém como destino.¹⁷⁶

Ninguém sabe se os motivos foram os mesmos, mas uma índia da Vila de Arraiolos mudara-se, à revelia do diretor, para a Vila de Monte Alegre.¹⁷⁷ Muitos outros a seguiram, de forma que dois anos depois, os diretores de Monte Alegre e do Lugar de Moreira eram instados a obrigar os índios evadidos de Arraiolos para que voltassem à povoação de origem.¹⁷⁸ Pouco se sabe sobre os motivos dos índios do Lugar de Serzedelo, que conduziam gêneros para Belém, em canoas da Fazenda Real. O que se sabe é que decidiram partir, com a canoa e os gêneros carregados, para sua povoação.¹⁷⁹

Um índio fugiu de Monte Alegre, estabelecendo-se em Outeiro.¹⁸⁰ Como ele, vários trocavam uma povoação por outra, dificultando o controle da administração colonial. Eram tantos em 1778, que o governador João Pereira Caldas decidiu formar duas companhias,¹⁸¹ uma com os índios evadidos nas vilas de Oeiras, Melgaço e Portel, e outra com os que se encontravam nas freguesias de Gurupá, Carrazedo, Vilarinho do Monte e Rio Xingu.¹⁸²

As iniciativas governamentais, no entanto, não conseguiam fazer frente a capacidade indígena de se locomover e a sua insistência em viver, nas povoações, como bem lhes parecia. Assim, havia índios que deixavam as povoações do Rio Negro, para se estabelecer em Óbidos.¹⁸³ Em Veiros, encontravam-se vários índios da Vila de Souzel.¹⁸⁴ D. Francisco de Souza Coutinho, o último governador do período do Diretório dos Índios, recomendava que os índios dispersos pela capitania, livres de qualquer controle, fossem

¹⁷⁶ Lucas Jozé de Brito Coelho [Ofício ao Fernando da Costa de Ataíde Teive, em 17/09/1772] – APEP, 244, 11.

¹⁷⁷ João Pereira Caldas [Ofício ao diretor da Vila de Arraiolos, em 21/11/1775] – APEP, 291, 153.

¹⁷⁸ João Pereira Caldas [Ofício ao diretor da Vila de Arraiolos, em 24/03/1777] – APEP, 306, 312.

¹⁷⁹ João Pereira Caldas [Ofício ao diretor do Lugar de Serzedelo, em 16/05/1777] – APEP, 306, 378.

¹⁸⁰ João Pereira Caldas [Ofício ao comandante da Vila de Mazagão, em 14/08/1777] – APEP, 319, 29.

¹⁸¹ Sobre o recrutamento militar no Vale Amazônico, ver GOMES, Flávio dos Santos; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia Setecentista. In: GOMES, Flávio dos Santos. *Op. cit.*, 1999. p. 195-224.

¹⁸² João Pereira Caldas [Portaria, em 30/06/1778] – APEP, 310, 564; idem [Ofício ao Capitão Agostinho Jozé Tenório, em 28/07/1778] – APEP, 319, 425; idem [Ofício ao diretor da Vila de Portel, em 28/07/1778] – APEP, 319, 426; idem [Ofício ao Mestre de Campo João de Moraes Bitancourt, em 16/09/1778] – APEP, 335, 13.

¹⁸³ João Pereira Caldas [Ofício ao governador da Capitania do Rio Negro, em 30/12/1778] – APEP, 343, 66.

¹⁸⁴ Jozé Nápoles Tello de Menezes [Ofício ao diretor da Vila de Souzel, em 03/07/1781] – APEP, 356, 288.

recolhidos e enviados às povoações de origem.¹⁸⁵

Vejamos, por fim, como último exemplo da insistência indígena por autonomia, o que ocorria nas expedições de coleta das Drogas do Sertão. As povoações deveriam enviar, anualmente, ao sertão, uma canoa, conduzida por um cabo, e devidamente suprida de trabalhadores índios para a realização da atividade extrativa da povoação. Ao retornarem, tais canoas deveriam ser recebidas pelo diretor, *Principal* e mais testemunhas, os quais deveriam atestar os resultados da coleta anual. Além disso, os diretores deveriam realizar uma investigação sobre o comportamento do cabo, inquirindo os índios sobre eventuais desvios de gêneros.

Pois as devassas encontradas não registram nenhum caso de evasão de gêneros. Foram ouvidos 97 índios. Somente quatro apresentaram reclamações relativas ao cabo: três afirmaram que o cabo demonstrara, desde o início da jornada, que não os queria como parte do grupo que comandava; e um testemunhou, dizendo que não iria mais ao sertão, sob o comando do cabo que o conduzira. O eventual insucesso de duas expedições foi justificado como tendo sido resultado da vontade divina.¹⁸⁶

Mais uma vez, os instrumentos da fiscalização realizada nas povoações contradisseram as denúncias de governadores, ouvidores e demais agentes metropolitanos. O inusitado, porém, foi que tais instrumentos trouxeram o testemunho de índios descidos. Da mesma forma que diretores, vigários e mestres-escola protegiam uns aos outros, com vistas a garantir o maior ganho possível do trabalho dos índios descidos; estes últimos aprenderam a proteger seus interesses, em especial o comércio, livre da tutela do diretor, mantido com os cabos-da-canoa.

Nascido das contradições da vida colonial, o Diretório dos Índios não fez outra coisa senão reproduzir os conflitos, as disputas, os impasses que o constituíram. Não diminuiu a importância do trabalho indígena e tampouco, conseqüentemente, eliminou as

¹⁸⁵ D. Francisco de Souza Coutinho [Ofício ao diretor da Vila de Chaves, em 23/04/1791] – APEP, 466, 249; idem [Ofício ao diretor da Vila de Chaves, em 31/08/1791] – APEP, 466, 306.

¹⁸⁶ Jozé Gomes da Silva [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio do Lugar de Moreira, em 07/02/1770] – APEP, 217, 51; Philippe Serrão de Castro [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio do Lugar de Lamalonga, em 22/06/1770] – APEP, 217, 17; Bernardo Toscano de Vasconcellos [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio da Vila de Barcelos, em 27/06/1770] – APEP, 217, 46; Philippe Serrão de Castro [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio do Lugar de Alvelos, em 13/06/1772] – APEP, 243, 41; Jozé Pedrozo Neves [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio da Vila de Ega, em 23/06/1772] – APEP, 243, 34; Jozé Ricardo Pereira [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio da Vila de Moura, em 25/06/1772] – APEP, 243, 32; Antonio Rodrigues Calombró [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio do Lugar de Lamalonga, em 11/07/1772] – APEP, 243, 31; Manoel Ribeiro Pinto [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio da Vila de Monte Alegre, em 20/07/1772] – APEP, 243, 45; Jozé Lopes Pinheiro [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio da Vila de Veiros, em 23/07/1772] – APEP, 243, 44; Antonio Francisco Franco [Devassa do Cabo da Canoa do Comércio da Vila de São José do Javari, em 24/07/1772] – APEP, 243, 37.

disputas em torno da exploração da mão-de-obra indígena. No entanto, redimensionou o lugar ocupado pelas populações indígenas aldeadas nos processos sociais ocorridos no Vale Amazônico. Aquelas populações constituíram chefias, instituíram associações e subverteram as leis – tal qual os demais colonos.

IRONIAS DA VIDA

O Diretório dos Índios consubstanciou uma série de projeções metropolitanas para o Vale Amazônico. Introduzir uma economia agrícola, fomentar as atividades extrativas e garantir a inserção do indígena na sociedade colonial foram três das mais importantes. A crítica coeva considerou que muito pouco foi alcançado. Ela tomou a pobreza das povoações, a decadência da agricultura e o esgotamento da atividade extrativa como decorrentes da ação dos homens responsáveis pelo exercício da lei.

Com relação aos dois primeiros pontos, os críticos perceberam, acertadamente, ter faltado incentivos – investimentos e mercados – à agricultura e sobrado descontrole na extração dos recursos naturais. No que tange ao terceiro, todavia, os críticos deixaram-se enganar pelas aparências. A resistência das populações indígenas em acatar as determinações da administração colonial foi vista como prova do insucesso da legislação.

Aqueles críticos não perceberam que muito da resistência indígena era o resultado, bem sucedido, das estratégias de integração. Muitas das evasões não tiveram por objetivo o retorno à vida anterior, mas a busca por autonomia, dentro da nova vida. Muitos índios pretendiam permanecer nas povoações, mas livres do trabalho compulsório, do controle dos diretores e de todas as demais limitações que lhes eram impostas. Queriam poder transitar de uma povoação a outra, casar-se com quem bem quisessem, realizar os festejos que desejassem e estabelecer relações de comércio e amizade com quem lhes apetecesse.

Nesse sentido, muito da subversão de que o Diretório dos Índios foi vítima, originou-se do que ele mesmo dispunha. À medida que as populações indígenas se estabeleciam nas povoações, elas recusavam a tutela dos diretores. Quanto mais percebiam a nova vida como sendo definitiva, menos se dispunham a viver sob os limites impostos pela lei.

Assim, o Diretório dos Índios constituiu, ele mesmo, a origem de seu próprio mal. Ele facultou às populações indígenas uma inserção talvez sem paralelo no universo colonial português na América. Ele constituiu chefias indígenas que competiam com as chefias coloniais. Mesmo tendo remetido às populações indígenas aldeadas para uma condição subalterna, ele não evitou que parte delas se integrassem e que essa integração con-

tribuísse para a corrupção da lei.

CONCLUSÃO

O Diretório dos Índios, até muito recentemente, compartilhava com o indígena o estigma denunciado por Manuela Carneiro da Cunha: era percebido, tão somente, por meio de sua relação com o Atlântico, com o Império Ultramarino Português. Acontecia com ele o mesmo que se passava com as populações indígenas – em sendo a Europa o epicentro da história, era nela que se buscavam os agentes, as motivações, as influências, enfim, os *motores* da história.¹ Aos índios restava o papel de vítima, vivido ora como ingênuo valoroso, ora como resistente empedernido.

O mesmo ocorreu com o Diretório dos Índios. Ao longo dos últimos dois séculos, ele foi visto ora como uma estratégia de civilização dos índios, ora como a última estocada metropolitana nas já fragilizadas populações indígenas da América Portuguesa. De forma quase absoluta, foi percebido como um dos itens que compuseram as chamadas *reformas pombalinas* – o que indicava, já, sua condição: política metropolitana, diante da qual colonos e índios simplesmente reagiram, por meio da resistência ou da subversão.

As populações indígenas, no entanto, deram cobro ao estigma que lhes foi imputado. Desde há quarenta anos, suas movimentações políticas em defesa dos seus direitos têm demonstrado aos intelectuais (acadêmicos ou não) que a pecha de heróis não lhes fazia justiça. No caso dos índios, especialmente, porque tanto a condição de ingênuos – personificada por Iracema – como a de valentes irredutíveis – em acordo com a representação construída em torno de Ajuricaba² – não permitia entrever os agentes históricos que protagonizaram negociações e conflitos, pautados pelo respeito a uma visão política própria.

Nesse período, um gama considerável de estudos tem exercido o aporte sugerido por Manuela Carneiro da Cunha, inspirado nas ações das próprias populações indígenas. Tais trabalhos procuram apresentar o indígena como um agente histórico pleno, inserido em estruturas sociais e econômicas, as quais pontuam as ações dos que a compõem. Desses trabalhos emergem índios que buscam dar fim à representação entrevista por Antonio Carlos de Souza Lima³ nos livros didáticos: encetam guerras por controle de territórios; estabelecem alianças com alienígenas, em função de interesses políticos imediatos; sopesam o horizonte e realizam escolhas.

¹ CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Op. cit.* p. 9-24.

² Ver a leitura de Márcio Souza em SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994, p. 60-63.

³ LIMA, Antonio Carlos de Souza. Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil. SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Op. cit.*, 1995. p. 407-419.

Com o Diretório dos Índios deu-se processo similar. Desde a contribuição dos autores em Língua Inglesa, há cerca de quarenta anos também, as pesquisas em relação àquele instrumento legislativo tem se beneficiado de incursões cada vez mais profundas nos arquivos brasileiros e portugueses. *Pari passu* com elas, a inflexão na forma de se pensar as ações das populações indígenas fez surgir uma produção bibliográfica que analisou o Diretório dos Índios menos como um projeto metropolitano e mais como um processo colonial – diante do qual as populações nativas não se comportaram conforme o roteiro proveniente do Atlântico.

Não obstante, a lei permaneceu sendo vista como uma lei metropolitana.

No trabalho que acabo de apresentar, busquei desviar o foco da análise. Em lugar do Atlântico, o Sertão. Propus-me entender a constituição do Diretório dos Índios e o descompasso havido entre essa legislação, a Lei de Liberdades, de 06 de junho de 1755, e as *Instruções Régias, Públicas e Secretas*, trazidas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Assim, por meio do controle sobre a documentação existente nos arquivos consultados e, por conseguinte, de uma visão circunstanciada sobre os agentes sociais envolvidos, tentei entendê-la como resultado das relações sociais em conflito.

Em função do aporte adotado e da pesquisa realizada, o Diretório dos Índios emerge, no trabalho realizado, como uma lei colonial – resultante do contexto de disputas em torno do controle sobre a mão-de-obra indígena no Vale Amazônico. Menos que uma lei *pombalina*, na origem, portanto, ele é visto como decorrência das instâncias dos colonos junto a Mendonça Furtado e a D. Miguel de Bulhões.

O mesmo aporte permitiu a fuga de um dos lugares comuns da historiografia que lhe é relativa. Ao assumir ser o Diretório uma lei construída na Metrópole, em respeito aos imperativos da política (e da economia) européia, a historiografia tomou o exercício da lei como uma subversão aos dispositivos legais. Resistência dos índios, aplicação de sua força de trabalho nas diversas atividades do Estado e insistência dos colonos em mantê-los na condição de trabalhadores preferências do Vale indicariam o quanto a lei foi desrespeitada. A lei, nesse sentido, parecia ter estado *fora do lugar*, pois nem os índios, nem os colonos e, em certa medida, nem mesmo a Metrópole teriam demonstrado entendê-la.

Essa compreensão decorreu de uma análise do Diretório a partir do Atlântico, com tudo o que ela implicava – especialmente, a consideração de que à Colônia restava reagir diante das investidas metropolitanas. A postura que adotei permitiu que a prática da lei fosse percebida com correspondente à dinâmica das forças sociais envolvidas em

sua formulação. Assim, a resistência de índios e colonos e as disputas envolvendo estes últimos e a Metrópole foram entendidas como desdobramentos do mesmo processo histórico que originou a lei.

Essa certamente foi a maior lição apreendida com a produção historiográfica (em relação à qual, acredito, o conhecimento histórico se constrói): menos do que um projeto histórico o Diretório dos Índios deve ser entendido como um processo histórico. Em função dessa lição pude perceber a emergência de novas relações sociais, envolvendo colonos, índios descidos e agentes da administração colonial. Assim, trabalhei no sentido de demonstrar que ao longo do período em que o Diretório vigorou, outros conflitos somaram-se aos velhos e mesmo o mais importante deles, envolvendo a disputa por trabalhadores índios, foi vivido de forma diversa.

O maior desafio, no entanto, deveu-se a apreensão da sugestão de Manuela Carneiro da Cunha e das lições subjacentes ao emergente campo da História Indígena: restituir ao índio a sua condição de agente histórico. Ao fazê-lo, acabei por vislumbrar índios que viram a existência nas povoações coloniais uma alternativa à vida que mantinham. Outros houve, os quais resistiram às investidas coloniais e a documentação trabalhada está repleta de referências a ataques de índios infensos às tentativas de aproximação.⁴ Esses, todavia, permaneceram de fora das povoações do Diretório – ainda que não tenham sido alheios ao universo colonial.

Em relação aos que constituíam o objeto da tese, busquei, no entanto, me apropriar do ensinamento de Hobsbawm: “é importante lembrar, de vez em quando, a nós mesmos que não conhecemos todas as respostas sobre a sociedade e que não é simples o processo de descobri-las”.⁵ Tentei, assim, deixar de lado a idéia de que para as populações indígenas restava o desaparecimento ou a submissão irrestrita. Pude perceber, então, que a inserção ocorrida nas povoações portuguesas do Vale Amazônico não significou a abdica-

⁴ Caetano José da Gama [Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 01/06/1755] – BNLC, 622, 54; Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Ofício a Thomé Joaquim da Costa Corte Real, em 10/02/1759] – AHU, 44, 4002; Belchior Henrique Wienholto [Ofício de 01/06/1772] – APEP, 243, 29; Oficiais do Senado da Câmara da Vila de Moura [Ofício de 24/07/1772] – APEP, 243, 32; João Pereira Caldas [Ofício a Martinho de Melo e Castro, em 15/07/1773] – AHU, 71, 6028; João Saraiva da Silva [Ofício a D. José I, em 09/07/1774] – AHU, 73, 6150; João Pereira Caldas [Ofício ao diretor da Vila de Boim, em 21/10/1775] – APEP, 291, 105; idem [Ofício ao Administrador do Pesqueiro Real do Rio Tapajós, em 24/01/1776] – APEP, 291, 254; João Saraiva da Silva [Ofício a D. José I, em 22/02/1776] – AHU, 75, 6280; João Pereira Caldas [Ofício ao Comandante da Fortaleza do Gurupá, em 10/12/1776] – APEP, 306, 194; Jozé de Nápoles Tello de Menezes [Ofício ao Diretor da Vila de Faro, em 25/04/1780] – APEP, 356, 33; Jozé de Nápoles Tello de Menezes [Ofício ao Diretor da Vila de Óbidos, em 25/06/1780] – APEP, 356, 65; Martinho de Souza e Albuquerque [Ofício ao Diretor da Vila de Portel, em 23/01/1789] – APEP, 456, 89.

⁵ HOBBSAWM, E. J. A outra história – algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick (org.). *A Outra História – ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p.18-33, p. 33.

ção do arbítrio ou a recusa da vontade. Como agentes históricos plenos, os índios descidos participaram dos conflitos existentes naquele mundo e não aceitaram, de modo passivo, as investidas dos demais agentes envolvidos.

Findo o trabalho, importa destacar que o aporte adotado não pretendeu hipervalorizar ou subdimensionar o papel de qualquer dos agentes envolvidos. Colônia e Metrópole, por um lado, índios, missionários e colonos, por outro, foram dimensionados em acordo com o que as fontes permitiram. Em nenhum momento me permiti esquecer que essa história foi a história do desaparecimento de parcelas gigantescas das populações indígenas que viviam no Vale. A morte – causada pelas epidemias, pela exploração da força de trabalho e pelo assassinio – e a assimilação foram as responsáveis por tamanha tragédia. Todavia, dessa história resultou uma conformação social que requer compreensão e que foi constituída no âmbito de um amplo horizonte, no qual as populações indígenas desempenharam papel ativo.

REFERÊNCIAS

FONTES

I – FONTES IMPRESSAS:

- [Anônimo] ARTE de furtar. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- AUTOS de Devassa. Transcritos por Aluisio Fonseca de Castro. Anais do Arquivo Público do Pará, Belém, v. 3, n. 1, p. 9-211, 1997.
- CARTA Régia ao capitão-general do Pará, acerca da emancipação e civilização dos Índios. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios na Amazônia, de maioria à minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes, 1998. p. 220-232.
- DANIEL, Pe. João. Tesouro Descoberto no Rio Amazonas. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 95, Tomos I e II, 1976.
- DESCRIÇÃO Chorographica do Estado do Gram-Pará, que por ordem alphabetica descreveu João Vasco Manoel de Braun, Governador da Praça de Macapá, em o anno de 1789. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 36, v. 46, p. 269-322, 1873.
- DESCRIÇÃO Relativa ao Rio Branco e seu território, por Manoel da Gama Lobo de Almada, no anno de 1787. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 24, p. 617-683, 1861.
- DIARIO do Rio Madeira. Viagem que a expedição destinada à demarcação de limites fez do Rio Negro até Villa Bella, capital do Governo de Matto-Grosso. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 20, p. 397-432, 1857.

- DIARIO Roteiro da diligencia de que foi encarregado em 1791 Manoel Joaquim de Abreu. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 11, p. 366-400, 1848..
- DIDEROT, Denis. Supplément au voyage de Bougainville. Paris: Flammarion, 1972.
- DIDEROT, Denis; D'ALAMBERT, Jean Le Rond. Enciclopédia ou Dicionário raciocinado das Ciências das Artes e dos Ofícios, por uma Sociedade de Letrados. São Paulo: UNESP, 1989.
- DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios na Amazônia, de maioria à minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes, 1988. p. 166-205.
- DOCUMENTO 155. Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará, Belém, Tomo IV, p. 182-184, 1968.
- DOCUMENTO 156. Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará, Belém, Tomo IV, p. 184-188, 1968.
- DOCUMENTO 165. Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará, Belém, Tomo V, p. 193-207, 1906.
- DOCUMENTO 183. Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará, Belém, Tomo V, p. 256-261, 1906.
- DOCUMENTO 198. Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará, Belém, Tomo 5, p. 305-306, 1906.
- DOCUMENTO 426. Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará, Belém, Tomo 10, p. 303, 1968.
- DOCUMENTO 60. Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, Belém, Tomo II, p. 92-93, 1968.
- DOCUMENTO 74. Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará, Belém, tomo II, p. 106-107, 1968.
- DOCUMENTO avulso. Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, Belém, t. 7, p. 38-41, 1913.

- DOCUMENTO avulso. Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, Belém, t. 10, p. 301-302, 1968.
- DOCUMENTO avulso. Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, Belém, t. 10, p. 307-308, 1968.
- DOCUMENTO avulso. Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, Belém, t. 3, p. 119, 1968.
- EXTRACTO da descripção geographica da província de Mato Grosso feita em 1797, por Ricardo Franco de Almeida Serra, sargento mor de Enegenheiros. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 6 (2ª Edição), p. 156-196, 1842.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da Viagem Filosófica, pela Capitania de São José do Rio Negro; com a Informação do Estado presente dos Estabelecimentos Portugueses na sobredita Capitania, desde a Vila Capital de Barcelos, até a Fortaleza da Barra, do dito Rio. Ordenado em ofício de 15 de Abril de 1786, pelo Ilmo. e Exmo. Sr. João Pereira Caldas & Cumprido em sete Participações de diferentes datas, pelo Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, Naturalista Empregado na Expedição Filosófica do Estado. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 48, p. 1-233, 1885.
- _____. Memória sobre a Jurararetê. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá – Memórias: Zoologia e Botânica. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1974. p. 37-43.
- _____. Memória sobre a louça que fazem as índias do Estado. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá – Memórias: Antropologia. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1974. p. 33-34.
- _____. Memória sobre as cuias que fazem as índias de Monte Alegre e de Santarém. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá – Memórias: Antropologia. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1974. p. 35-39.

- _____. Memória sobre as madeiras mais usuais de que costumam fazer canoas, tanto os índios, como os mazombos do Estado do Grão-Pará. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá – Memórias: Zoologia e Botânica. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1974. p. 225-226.
- _____. Memória sobre as tartarugas. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá – Memórias: Zoologia e Botânica. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1974. p. 25-31.
- _____. Memória sobre as variedades de Tartarugas que há no Estado do Grão-Pará e do uso que lhe dão. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá – Memórias: Zoologia e Botânica. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1974. p. 33-35.
- _____. Memória sobre o peixe-boi e do uso que lhe dão no Estado do Grão-Pará. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá – Memórias: Zoologia e Botânica. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1974. p. 59-65.
- _____. Memória sobre os gentios Urequena que habitam os Rios Içana e Xiê, afluentes do Rio Negro, Barcelos, 29/08/1787. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Viagem filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro e Cuiabá – memórias – antropologia. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1974. p. 72-73.
- _____. Relação dos animais quadrúpedes, silvestres, que habitam nas matas de todo o continente do Estado do Grão-Pará, divididos em três partes: primeira, dos que se apresentam nas mesas por melhores; segunda, dos que comem os índios em geral e alguns brancos quando andam em diligência pelo sertão; terceira, dos que não se comem. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá – Memórias: Antropologia. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1974. p. 47-55.
- _____. Relação dos peixes dos sertões do Pará. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Gros-

so e Cuiabá – Memórias: Antropologia. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1974. p. 17-23.

- INFORMAÇÃO de D. Francisco de Souza Coutinho, governador e Capitão-General do Pará, sobre as medidas que convinha adoptar-se para que a lei das sesmarias de 05 de outubro de 1795 produzisse o desejado effeito. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 29, p. 335-351, p. 1866.
- INFORMAÇÃO sobre o modo porque se effectua presentemente a navegação do Pará para Mato-Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do commercio, e do Estado. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 2, p. 283-306, 1840.
- LA CONDAMINE, Charles Marie de. Viagem na América Meridional, descendo o Rio das Amazonas. Brasília: Senado Federal, 2000.
- _____. Viagem pelo Amazonas, 1735-1745. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- LEI porque V. Magestade ha por bem restituir aos Índios do Grão Pará e Maranhão a liberdade de suas pessoas, bens e commercio. [06/06/1755]. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios na Amazônia, de maioria à minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes, 1988, p. 152-164.
- LIVRO da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769). Texto inédito e apresentação de José Roberto Amaral Lapa. Petrópolis: Vozes, 1978.
- MAPPA das Cachoeiras que se passam indo para o Matto-Grosso. [04/08/1754]. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 67, p. 266-272, 1906.
- MEMORIA sobre a introdução do arroz branco, no Estado do Gram-Pará, 20/05/1785. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo ?, p. 79-84, ?.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Rio de Janeiro: IHGB, 1963. 3 v.

- NOTICIA da Ilha Grande de Joannes dos rios e igarapés que tem na sua circumferencia, de alguns lagos que se tem descoberto e de algumas couzas curiosas. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 67, p. 294-301, 1906.
- PROPRIEDADE e posse das Terras do Cabo do Norte, pela Coroa de Portugal, por Alexandre Rodrigues Ferreira. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 3, p. 389-421, 1841.
- QUESNAY, François. Cereais (Artigo publicado na Encyclopédie, em 1757). In: Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 267-312.
- SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. Diário da Viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de São José do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma no ano de 1774 e 1775. Lisboa: Typografia da Academia, 1825.
- SMITH, Adam. A Riqueza das Nações [Publicada, pela primeira vez, em 1776] - São Paulo: Nova Cultura – série Os Economistas, 1996. 2 v.
- SOUZA, Antonio Nunes de. Por ordem do Illm. Exm. Senhor Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, Capitão General do Estado do Maranhão. [14/07/1749]. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 67, p. 256-266, 1906.
- _____. Viagem que fez o Ilm. Exm. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, do Conselho de Sua Magestade Fidelíssima, Comendador de Santa Marinha de Mattas de Lobos na ordem de Christo. Governador e Capitão General do Maranhão, etc. [24/02/1752 – 23/07/1752]. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 67, p. 251-256, 1906.
- TERMO de estabelecimento de gado vacuum em beneficio deste povo e posturas a seu respeito [03/04/1764]. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém, v. 7, 95-103, 1932.
- VERNEY, Luis António. Verdadeiro Método de Estudar, para ser útil à República, e à Igreja: proporcionado Ao estilo, e necessidade de Portugal. Exposto em várias cartas, escritas pelo R. P. xxx Barbadinho da congregação da Itália, ao R. P. xxx Doutor da Universidade de Coimbra. Lisboa: Edição de Sá da Costa (Organizada por António Salgado), 1950.

- VIAGEM e visita do Sertão, em o Bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763, escripta pelo bispo D. Fr. João de S. José, monge beneditino. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 9, p. 43-107, 179-227, 328-375 e 476-527, 1869.
- VIAGEM que se faz para o Maranhão em Canôas e Embarcações pequenas por dentro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 67, p. 245-250, 1906.

II – FONTES MANUSCRITAS:

Arquivo Histórico Ultramarino

- Caixa 32, documentos: 3041, 3053, 3056, 3059, 3063;
- Caixa 33, documentos: 3080, 3144, 3145;
- Caixa 34, documentos: 3195;
- Caixa 35, documentos: 3282, 3304, 3310;
- Caixa 36, documentos: 3301, 3321, 3339, 3340, 3359, 3397;
- Caixa 37, documentos: 3426, 3441, 3455, 3494, 3500;
- Caixa 38, documentos: 3525, 3561, 3568;
- Caixa 39, documentos: 3649, 3693;
- Caixa 40, documentos: 3735, 3739;
- Caixa 41, documentos: 3748, 3753, 3756, 3761, 3800, 3814, 3816, 3820, 3826, 3830;
- Caixa 42, documentos: 3838, 3841, 3862, 3863, 3878, 3889, 3897;
- Caixa 43, documentos: 3916, 3919, 3926, 3941, 3956;
- Caixa 44, documentos: 3985, 4002, 4011, 4023, 4048;
- Caixa 45, documentos: 4098, 4100, 4106, 4108, 4114, 4121, 4141, 4142, 4162, 4165, 4169, 4178;
- Caixa 46, documentos: 4208, 4209;
- Caixa 47, documentos: 4275, 4281, 4298, 4300, 4301, 4302, 4306, 4310, 4312, 4325, 4329, 4339, 4344, 4346;
- Caixa 48, documentos: 4354, 4356, 4362, 4369, 4370, 4435, 4460, 4462;

- Caixa 49, documentos: 4466, 4494, 4504, 4511, 4514, 4523;
- Caixa 50, documentos: 4550, 4566, 4588, 4592, 4593, 4606, 4614;
- Caixa 51, documentos: 4682, 4689, 4690, 4693, 4701, 4705;
- Caixa 52, documentos: 4720, 4745, 4757, 4815;
- Caixa 53, documentos: 4828, 4837, 4839, 4843, 4860, 4863;
- Caixa 54, documentos: 4892, 4900, 4901, 4967;
- Caixa 55, documentos: 5019, 5034, 5051;
- Caixa 57, documentos: 5149;
- Caixa 58, documentos: 5219;
- Caixa 60, documentos: 5291, 5352;
- Caixa 61, documentos: 5391, 5457;
- Caixa 63, documentos: 5496;
- Caixa 64, documentos: 5557;
- Caixa 65, documentos: 5581, 5654;
- Caixa 66, documentos: 5722;
- Caixa 67, documentos: 5805;
- Caixa 69, documentos: 5899, 5938;
- Caixa 70, documentos: 5964, 6002;
- Caixa 71, documentos: 6024, 6028, 6032, 6033, 6055;
- Caixa 72, documentos: 6102, 6113, 6114;
- Caixa 73, documentos: 6150;
- Caixa 74, documentos: 6249;
- Caixa 75, documentos: 6280, 6332;
- Caixa 76, documentos: 6354, 6389, 6402;
- Caixa 79, documentos: 6533;
- Caixa 81, documentos: 6646, 6648, 6700;
- Caixa 82, documentos: 6700, 6716;
- Caixa 83, documentos: 6839, 6853;

- Caixa 87, documentos: 7087, 7102;
- Caixa 88, documentos: 7159, 7170, 7193, 7212;
- Caixa 89, documentos: 7218, 7269;
- Caixa 90, documentos: 7321, 7356, 7366;
- Caixa 93, documentos: 7450;
- Caixa 94, documentos: 7484, 7502, 7507, 7509;
- Caixa 95, documentos: 7527, 7572;
- Caixa 96, documentos: 7597, 7606, 7607, 7651, 7663.
- Caixa 100, documentos: 7936.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

- Códice 99 – Correspondência dos Governadores do Pará, com a Corte – Cartas e Anexos (v. 1 a 24).

Arquivo Público do Pará

- Códice 064, documentos: 7, 10, 12, 52, 53, 68, 69, 72, 79, 81, 85, 86, 90, 98, 136;
- Códice 082, documentos: 10, 14, 15, 16;
- Códice 086, documentos: 1, 2, 5, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 21, 23, 25, 27, 28, 29, 33;
- Códice 103, documentos: 15, 17, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 97, 98, 102, 103, 105, 106, 107, 108;
- Códice 124, documentos: 14, 15, 39, 41, 43, 44, 45, 53, 54, 57, 69;
- Códice 160, documentos: Todos;
- Códice 163, documentos: 5, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 52, 55, 58, 59;
- Códice 166, documentos: 4, 7, 27, 32, 33, 37, 38, 39, 40, 41, 82, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95;

- Códice 217, documentos: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 26, 37, 42, 43, 46, 47, 48, 51, 52;
- Códice 222, documentos: 66, 306, 667, 827, 855, 877, 953, 966;
- Códice 223, documentos: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 14, 15, 25, 26, 43;
- Códice 243, documentos: 1, 2, 5, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 50;
- Códice 244, documentos: 002, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51;
- Códice 251, documentos: Todos;
- Códice 279, documentos: 1, 4, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 28, 29, 30, 35, 36, 39, 41, 42, 43, 44, 48, 50, 52, 56;
- Códice 291, documentos: 3, 4, 5, 16, 17, 34, 36, 55, 90, 95, 101, 104, 105, 126, 137, 147, 149, 152, 153, 160, 209, 232, 245, 246, 247, 249, 250, 254;
- Códice 306, documentos: 30, 48, 88, 102, 103, 119, 130, 133, 142, 149, 150, 152, 153, 157, 158, 161, 168, 174, 178, 179, 180, 181, 194, 198, 200, 203, 207, 216, 223, 224, 225, 234, 244, 245, 246, 306, 307, 309, 311, 312, 313, 333, 340, 341, 357, 361, 369, 373, 376, 378, 379, 382, 386, 404, 428, 429, 433, 434, 443, 444, 453, 454, 457;
- Códice 308, documentos: 131;
- Códice 309, documentos: 7, 8, 42, 50, 55, 109, 162, 167, 178, 190, 286, 290, 294, 306, 308, 310, 343, 377, 397, 401, 409, 440, 457, 492, 502, 522, 529, 543, 547, 579, 580, 606;
- Códice 310, documentos: 39, 40, 41, 72, 76, 103, 104, 157, 158, 159, 160, 161, 273, 281, 285, 335, 400, 424, 456, 461, 486, 487, 527, 528, 529, 555, 556, 564, 566, 608, 619, 621, 622, 623;
- Códice 319, documentos: 13, 29, 34, 34a, 34b, 34c, 34d, 41, 44, 47, 54, 56, 83, 112, 115, 123, 124, 131, 140, 150, 153, 167, 168, 190, 206, 214, 219, 235, 237, 239, 240, 261, 262, 268, 302, 304, 305, 307,

308, 309, 312, 324, 324a, 324b, 334, 348, 352, 357, 360, 366, 377, 383, 385, 386, 390, 401, 419, 425, 426, 446, 451, 457, 459;

- Códice 322, documentos: 18, 46, 47;
- Códice 335, documentos: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 72, 73, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 97, 101, 189, 246, 458;
- Códice 336, documentos: 7, 8, 12, 13, 14, 23, 27, 28, 29, 30, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 48, 53;
- Códice 343, documentos: 1, 5, 30, 31, 55, 66, 92, 148, 154, 168, 177, 180, 267, 283;
- Códice 348, documentos: 4, 6, 29, 43, 44, 48;
- Códice 356, documentos: 18, 20, 21, 25, 26, 33, 39, 51, 52, 58, 65, 68, 72, 76, 82, 85, 86, 87, 90, 97, 103, 104, 111, 114, 124, 130, 137, 140, 141, 151, 162, 165, 166, 204, 215, 218, 221, 239, 241, 248, 252, 257, 259, 266, 278, 283, 288, 290, 293, 294, 302, 311, 316, 323;
- Códice 358, documentos: 3, 4, 6, 37, 63, 188, 233, 234, 266, 269, 445, 625, 736, 738, 765, 773, 806, 807, 809, 811;
- Códice 368, documentos: Todos;
- Códice 514, documentos: Todos;
- Códice 387, documentos: 1, 4, 10, 11, 18, 20, 43, 45, 46, 55, 60, 62, 65;
- Códice 410, documentos: 13, 14, 15, 32, 47, 51, 52, 53;
- Códice 428, documentos: 19, 31, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68;
- Códice 437, documentos: 1, 13, 14, 16, 16a, 21, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 32a, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43;
- Códice 456, documentos: 5, 20, 89, 100, 108, 117, 122, 124, 129, 133, 134, 135, 141, 143, 163, 167, 177, 178, 179, 183, 191, 218, 223, 224, 227,

237, 238, 239, 241, 253, 287, 288, 304, 309, 310, 311, 320, 323, 324, 326, 327, 333, 342, 343, 344, 347;

- Códice 460, documentos: 1, 2, 3, 5, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 31, 39, 40, 41, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 62, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75’;
- Códice 466, documentos: 12, 14, 18, 25, 30, 31, 32, 35, 41, 47, 49, 50, 54, 62, 64, 70, 72, 79, 80, 81, 83, 84, 89, 95, 96, 100, 103, 106, 112, 117, 127, 132, 133, 153, 154, 187, 194, 202, 217, 222, 223, 224, 225, 229, 232, 241, 243, 244, 249, 250, 306, 308, 315, 347, 350, 351, 354, 358, 360;
- Códice 475, documentos: 45, 62, 67, 71, 74, 76, 81, 100, 101, 105, 110, 121, 147, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 172, 179, 185, 188, 230, 235, 240, 247, 250, 259, 261, 267, 272, 279, 287, 296, 306, 324, 396, 405, 416;
- Códice 521, documentos: 1, 2, 3, 20, 21, 22, 22a, 28, 29, 30, 32, 44, 57, 58, 59, 64, 65, 68, 70, 72, 73, 74, 77, 86, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 102, 103, 106, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124;
- Códice 542, documentos: 43;
- Códice 543, documentos: 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 22, 24, 26, 28, 35, 40, 42, 43, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 63, 64, 67, 72, 73, 76, 89, 90, 92, 94, 98, 99, 100, 103, 104, 107, 108, 116, 117, 119, 120, 121, 123, 129, 130, 134, 135, 136, 139, 146, 147, 148, 150;
- Códice 548, documentos: 1, 4, 5, 6, 10, 11, 16, 17, 18, 39, 40, 41, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 58, 59, 61, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 81, 82, 164, 165;
- Códice 549, documentos: 2, 3, 5, 9, 14, 15, 22, 23, 24, 26, 27, 31, 36, 37, 38, 41, 44, 45, 47, 51, 55, 58, 63, 64, 65, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 81, 89, 91, 95, 97, 99, 100, 101, 114, 123, 125, 133, 142, 146, 147;

- Códice 551, documentos: 14, 24, 30, 31, 32, 34, 35, 57, 58, 59, 88, 100, 123, 127, 241, 243, 244, 279, 319, 331, 336, 362, 389, 390, 393, 411, 415, 422, 430, 433, 451, 454, 471, 473, 478;
- Códice 552, documentos: 44, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 76, 78, 82, 83, 85, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 111, 112, 114, 116, 118, 122, 124, 126, 128, 129, 130, 131, 134, 136, 142;
- Códice 552, documentos: 68.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Participação Geral do Rio Negro, e seu Território. Extrato do Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de S. José do Rio Negro. Com a Informação do Estado Presente dos Estabelecimentos Portugueses no Sobredito Rio, nos Anos de 1785 e 86. Datada de Barcelos, 28 de Outubro de 1787; BN-SM, 21, 1, 9, 22º Título - "Agricultura".

Biblioteca Nacional de Lisboa

- Códice 618, documentos: 61, 84, 92, 94, 96, 109, 113, 123, 125, 127, 129, 139, 160, 170, 199, 201, 205, 207, 211, 215, 217, 219, 221, 223, 225, 228, 234, 238, 244, 251, 253, 265, 277, 283, 285, 294, 304, 310
- Códice 620, documentos: 203, 205, 210, 211, 214, 218, 219;
- Códice 621, documentos: 9;
- Códice 622, documentos: 36, 38, 52, 54, 56, 62, 81, 85, 86, 87, 89, 91, 94, 96, 99, 101, 105, 108, 112, 118, 122, 124, 126, 129, 131, 134, 136, 153, 158, 187, 191, 201, 203, 220, 226;
- Códice 623, documentos: 6;
- Códice 624, documentos: 147, 148, 151, 155;
- Códice 627, documentos: 039, 41, 43, 46, 59, 63, 66, 68, 72, 76, 86, 112, 129, 151, 155;
- Códice 628, documentos: 14, 47, 156.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- I – 17, 2, 12;
- I.M. – 5, 5, 1;
- Lata 280, pasta 7, documentos: 1, 2;
- Lata 281, pasta 4, documentos: 1, 4, 10;
- Lata 284, pasta 3, documentos: 1, 13, 31.

BIBLIOGRAFIA

CITADA E CONSULTADA

I – OBRAS DE REFERÊNCIA:

- AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- BLUTEAU, D. Raphael. Vocabulário Portuguez e Latino. Coimbra: Colégio das Artes, 1712-1721.
- FLEXOR, Maria Helena Oche. Abreviaturas, manuscritos dos séculos XVII-XIX. São Paulo: Seção de Publicações da Divisão de Arquivo do Estado, 1979.
- NIMUENDAJU, Curt. Mapa etno-histórico. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- SALGADO, Graça (coord.). Fiscais e Meirinhos: administração no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SERRÃO, Joel (dir.). Dicionário de História de Portugal. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985.
- SILVA, António Moraes. Diccionario da Língua Portuguesa, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e accrescentado por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). Dicionário da História da Colonização portuguesa no Brasil. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

II – OBRAS GERAIS:

- ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ABUD, Kátia Maria. Formação da alma e do caráter nacional: ensino de História na Era Vargas. Revista Brasileira de História – Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 103-114, 1998.
- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. In: _____. A escrita da história paraense. Belém: N.A.E.A./UFPA, 1998. p. 53-91.
- _____. Prosperidade e estagnação de Macapá colonial: as experiências dos colonos. In: GOMES, Flávio dos Santos. Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 33-62.
- ALDEN, Dauril. O significado da produção de cacau na região amazônica, no fim do período colonial: um ensaio de histórica econômica comparada. Belém: UFPA/N.A.E.A., 1974.
- _____. Royal Government in Colonial Brazil with special reference to the administration of the Marquis de Lavradio, viceroy, 1769-1779. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968.
- _____. The population of Brazil in the late eighteenth century; a preliminary study. HAHR - Department of History, University of Maryland, Maryland, v. 43, n. 2, p. 173-205, may/1963.
- ALENCAR, José de. Ficção completa e outros escritos. Rio de Janeiro: Aguilar, 1964-1965. 3 v.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. A interação européia com as sociedades brasileiras, entre os séculos XVI e XVIII. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. Brasil nas vésperas do mundo moderno. Lisboa: Quetzal Editores, 1991. p. 97-119.
- _____. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A falácia do povoamento: ocupação portuguesa na Amazônia Setecentista. In: COELHO, Mauro Cezar [et. alli]. Meandros da história: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX. Belém: UNAMAZ, 2005 (no prelo).
- _____. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- _____. Os Vassalos D'El Rey nos Confins da Amazônia: a colonização da Amazônia Ocidental, 1750-1798. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Direitos à Floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 55, p. 33-52, julho/2004.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- AMADO, Janaína [et. al.]. República em migalhas: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. Estudos Históricos – CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, v.8, n. 15, 145-151, 1995.
- AMOROSO, Marta Rosa; SÁEZ, Oscar Calavia. Filhos do Norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu. SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 237-256.
- ANASTASIA, Carla. América portuguesa: mais direitos, menos revoltas. In: COSENTINO, Francisco Carlos; SOUZA, Marco Antonio de (Orgs.). 1500/200: trajetórias. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 1999. p. 103-113.
- ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDERSON, Leslie Robinson. Following Curupira: colonization and migration in Pará, 1758 to 1930 as a study in settlement of the Humid Tropics. 1976. Dissertation (Doctorate of Philosophy in History) – University of California, Davis.
- ANDRADE, Abel. Evolução política em Portugal, séculos XII-XVIII. Coimbra: Manuel de Almeida Cabral, 1895.

- ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil. São Paulo: Saraiva, 1978.
- _____. Contributos para a História da mentalidade pedagógica portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.
- _____. Vernei e a cultura do seu tempo. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1966.
- _____. Vernei e a filosofia portuguesa no 2º centenário do aparecimento do Verdadeiro Método de Estudar. Braga: Livraria Cruz, 1946.
- ANDRADE, Manoel Correia de. Movimentos nativistas em Pernambuco: setembrada e novembrada. Recife: UFPE, 1998.
- ANDRADE, Mário de. Macunaíma: o herói sem nenhum caráter. (Edição crítica de Telê Porto Ancona Lopez) Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria de Cultura e Tecnologia, 1978.
- ARAÚJO, Emanuel. O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997
- _____. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: PRIORE, Mary Del (Org.). Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 45-91.
- ARAÚJO, Renata Malcher de. A Razão na Selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia. Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas, - Instituto Camões, Lisboa, n. 151-165, p. 53-74, jan./jun. 2003.
- _____. As cidades da Amazônia no século XVIII. Porto: FAUP Publicações, 1998.
- ARENDT, Hannah. Da Revolução. São Paulo: Ática, 1990.
- ARMITAGE, João. História do Brasil: desde o período de chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais, formando uma continuação da história do Brasil de Southey. Belo Horizonte: Editoria Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.
- ARNAUD, Expedito. A legislação sobre os índios do Grão-Pará e Maranhão nos séculos XVII e XVIII. Boletim de Pesquisa da CEDEAM - Universidade do Amazonas, Manaus, v. 4, n. 6, p. 34-72, jan./jun. 1985.

- _____. Aspectos da legislação sobre os índios do Brasil. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1973.
- _____. Os índios da Amazônia e a Legislação Pombalina. Boletim de Pesquisa da CEDEAM - Universidade do Amazonas, Manaus, v. 3, n. 4, p. 75-125, jan./dez. 1984.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. A prática econômica setecentista no seu dimensionamento regional. Revista Brasileira de História - Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 147-156, mar./ago. 1985.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. Negócios Jesuíticos: o cotidiano da administração dos Bens Divinos. São Paulo: EDUSP, 2004.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara. História Administrativa do Brasil: a administração pombalina. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público; Editora da Universidade de Brasília, 1983.
- AZEVEDO, João Lúcio de. Estudos de História Paraense. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1994.
- _____. O Marquês de Pombal e sua época. Lisboa: Clássica Editora, 1990.
- _____. Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização - bosquejo histórico com vários documentos inéditos. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, 1999.
- AZNAR, Hugo. Esclavitud y Filosofía: aproximación al tratamiento de la esclavitud em algunos de los filósofos de la primera modernidad (siglos XVI al XVIII). Clio - Série História do Nordeste - Revista do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, n. 11, p. 6-32, 1988.
- BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Compêndio das Eras da Província do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.
- _____. Representação ao Conselho Geral da Província do Pará sobre a especial necessidade de um novo regulamento promotor da civilização dos índios da mesma província. Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, Belém, t. 2, p. 241-292, 1968.
- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- _____. Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

- BARATA, Manoel. Formação histórica do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.
- BAREL, Ana Beatrix. Um romantismo a Oeste: modelo francês, identidade nacional. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.
- BARRETO, Luis Felipe. Os rumos do saber português do Renascimento ao Iluminismo. In: Ciência em Portugal. Lisboa: Gradiva, 1992.
- BECKER, Carl L. The heavenly city of the eighteenth century philosophers. New Haven: Yale University Press, 1960.
- BELLOMO, Harry R. O Índio e o Negro na historiografia colonial. In: FLORES, Moacyr (Org.). Negros e Índios: história e literatura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 65-70.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. O Estado Português no Brasil: sistema administrativo e fiscal. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. p. 261-300. (SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. (dir.) Nova História da Expansão Portuguesa, v. 8).
- _____. Política indigenista no Brasil colonial (1570-1757). Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 29, p. 49-60, 1988.
- BELUZZO, Ana Maria de. A lógica das imagens e os habitantes do Novo Mundo. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). Índios no Brasil. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1992. p. 47-58.
- BEOZZO, José Oscar. Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil. São Paulo: Loyola, 1983.
- BERCAMASHI, Heloísa Eberle; GIRON, Loraine Slomp. Colônia: um conceito controverso. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.
- BERNAL, Manuela Cristina García. Las elites capitulares indianas y sus mecanismos de poder em el siglo XVII. Anuario de Estudios Americanos - Publicacion de la Escuela de Estudios Hispanoamericanos, Sevilla, v. 57, n. 1, p. 89-110, jan./jun. 2000.
- BESSA FREIRE, José Ribamar. Da “fala boa” ao português na Amazônia Brasileira. Amazônia em Cadernos - Revista do Museu Amazônico da Universidade do Amazonas, Manaus, n. 6, p. 1-66, jan./dez. 2000.

- _____. Rio Babel: a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: EDUERJ/Atlântica, 2004.
- BESSA-LUÍS, Agustina. Sebastião José. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BETTENCOURT, Lucia. Cartas brasileiras: visão e revisão dos índios. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). Índios no Brasil. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1992. p. 39-46.
- BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão Negra no Grão-Pará: séculos XVIII e XIX. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes; SILVA, Adriane Costa da. Perspectivas históricas da Educação Indígena no Brasil. In: PRADO, Maria Ligia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). À Margem dos 500 anos: reflexões irreverentes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 63-81.
- BLOCH, Marc. A sociedade feudal. Lisboa: Edições 70, 1987.
- BÔAS, Crisoston Terto Vilas. A questão indígena em Minas Gerais: um balanço das fontes e da bibliografia. LPH: Revista de História - Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, n. 5, p. 42-55, 1992.
- BOCCARA, Guillaume. El poder creador: tipos de poder y estrategias de sujeción en la frontera sur de Chile en la época colonial. Anuario de Estudios Americanos - Publicación de la Escuela de Estudios Hispanoamericanos, Sevilla, v. 56, n. 1, p. 65-94, enero/junio, 1999.
- _____. Etnogénesis mapuche: resistencia y restructuración entre los indígenas del centro-sur de Chile (siglos XVI-XVIII). HAHR - Department of History, University of Maryland, Maryland, v. 79, n. 3, p. 425-461, ago. 1999.
- BOLDIN, Nelma. Tão fortes quanto a vontade: história da imigração italiana no Brasil: os Vênets em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999.
- BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOTTING, Douglas. Humboldt y el cosmos: vida, obra y viajes de un hombre universal (1769-1859). Barcelona: Ediciones del Serbal, 1995.
- BOXER, Charles Ralph. O Império Colonial Português (1415-1825). Lisboa: Edições 70, s.d..

- _____. Portuguese society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800. Madison and Milwaukee: The University of Wisconsin Press, 1965.
- _____. Relações raciais no Império Colonial Português – 1415-1825. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- BRITO, Cecília Maria Chaves. Índios das “corporações”: trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (Org.). A escrita da história paraense. Belém: N.A.E.A./UFPA, 1998. p. 115-137.
- BRUNKE, José de la Puente. “Los vasallos se desentrañan por su rey”: notas sobre quejas de curacas em el Peru del siglo XVII. Anuario de Estudios Americanos - Publicación de la Escuela de Estudios Hispanoamericanos, Sevilla, v. 55, n. 2, p. 459-473, Julio.diciembre, 1998.
- BURKE, Peter. A arte da conversação. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- _____. A escola dos Annales (1929-1989) – A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.
- _____. História e teoria social. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- BURKHOLDER, Mark A. The Council of the Indies in the Late Eighteenth Century: a New Perspective. HAHR - Department of History, University of Maryland, Maryland, v. 56, n. 3, p. 404-423, 1976.
- CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. Revista Brasileira de História – Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2000.
- CALMON, Pedro. A Revolução Francesa e Portugal. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, v. 298, p. 27-36, jan./mar. 1973.
- CAMPOS, Alzira Lobo de. A configuração dos agregados como grupo social: marginalidade e peneiramento (o exemplo da cidade de São Paulo no séc. XVIII). Revista de História - Revista do Departamento de História da FFLCH/USP, São Paulo, n. 117. p. 27-69, jul./dez. 1984.
- CANDIDO, Antonio. Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. São Paulo: Editora Fun-

dação Perseo Abramo, 1998.

- CARBONELL, Charles-Olivier. Historiografia. Lisboa: Teorema, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. Escravo o camponês? O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- _____. O trabalho compulsório na Antiguidade: ensaio introdutório e coletânea de fontes primárias. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. Sobre os modos de produção coloniais da América. In: SANTIAGO, Théo A. (Org.). América colonial. São Paulo: Ícone, 1988. p. 61-84.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. História Econômica da América Latina: sistemas agrários e histórica colonial - economias de exportação e desenvolvimento capitalista. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARDOSO, José Luís. O pensamento económico em Portugal, nos finais do século XVIII (1780-1808). Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- CARNAXIDES, Visconde de. O Brasil na Administração Pombalina: economia e política externa. São Paulo: Imprensa Nacional, 1940.
- CARREIRA, António. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: o comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII. São Paulo: Editora Nacional, 1988.
- CARRIZO, Silvina. Fronteiras da imaginação – os românticos brasileiros: mestiçagem e imaginação. Niterói: EDUFF, 2001.
- CARVALHO, João Renôr Ferreira de. A consciência de Amazônia nos séculos: XVI e XVII. Boletim de Pesquisa da CEDEAM - Universidade do Amazonas, Manaus, v. 4,

n. 7, p. 89-108, jul./dez. 1985.

- _____. Historiografia Amazônica. Boletim de Pesquisa da CEDEAM - Universidade do Amazonas, Manaus, v. 5, n. 9, p. 121-142, jul./dez. 1986.
- _____. O avanço do povoamento para as fronteiras definitivas da Amazônia Brasileira do Período Colonial aos nossos dias. Boletim de Pesquisa da CEDEAM - Universidade do Amazonas, Manaus, v. 4, n. 6, p. 73-91, jan./jun. 1985.
- _____. Permanência e evolução do conflito na sociedade amazônica no período colonial. Boletim de Pesquisa da CEDEAM - Universidade do Amazonas, Manaus, v. 3, n. 4, p. 59-73, jan./dez. 1984.
- CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980
- _____. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988
- CARVALHO, Laerte Ramos de. As reformas pombalinas da instrução pública. São Paulo: Saraiva, 1978.
- CARVALHO, Marcus. Clientelismo e Contestação: o envolvimento dos índios de Pernambuco nas brigas dos brancos na época da Independência. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel (Org.). Confronto de culturas: conquista, resistência e transformação. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1997. p. 329-342. (Coleção América: raízes e trajetórias, v. 7).
- CARVALHO, Rômulo de. A Física experimental em Portugal no século XVIII. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.
- CASSIRER, Ernest. A filosofia do Iluminismo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O fecho do Império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos. Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 129-193.
- CASTRO, Armando. As doutrinas económicas em Portugal na expansão e na decadên-

cia (séculos XVI a XVIII). Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

- CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: _____. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 183-264.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CAVALCANTE, Berenice. Os ‘letrados’ da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. Acervo, Rio de Janeiro, v. 8, nº 1-2, p. 53-66, jan/dez. 1995.
- CAVALCANTI, Jarbas A. Fortaleza de S. José de Macapá: traços históricos. Macapá: São José, 1997.
- CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. A cidade colonial no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- _____. A cidade na América Colonial portuguesa. Estudos Ibero-Americanos - Revista do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto alegre, v. 22, n. 1, p. 121-133, jun. 1996.
- CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.) História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984. p. 18-48.
- CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811. São Paulo; Nobel; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983.
- _____. A política indigenista no Brasil. Clio - Série História do Nordeste - Revista do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, n. 15, p. 141-152, 1994.
- CHARTIER, Roger. A história cultural – entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHAVES, Castelo Branco. Os livros de viagens em Portugal no século XVIII e a sua projecção europeia. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.
- CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

- COELHO, Geraldo Mártires. Emblemas do reformismo ilustrado na Amazônia Pombalina. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, ano 161, n. 408, p. 35-52, jul./set. 2000.
- _____. O retrato rasgado de Clio (questões de historiografia amazônica). Páginas de História - Publicação do Laboratório de História do Departamento de História da Universidade Federal do Pará, Belém, v. 1, n. 2, p. 1-32, 1997.
- COELHO, Mauro Cezar. A civilização da Amazônia – Alexandre Rodrigues Ferreira e o Diretório dos Índios: a educação de indígenas e luso-brasileiros pela ótica do trabalho. Revista de História Regional - Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 149-174, inverno 2000.
- _____. A descendência de Noé: a Viagem Filosófica e a promessa de uma Amazônia Iluminada. Amazônia em Cadernos - Revista do Museu Amazônico da Universidade do Amazonas, Manaus, n. 6, p. 67-125, jan./dez. 2000.
- _____. A diligência do saber: uma viagem ilustrada pelo Brasil no século XVIII. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.
- _____. As viagens filosóficas de Charles-Marie de La Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira. In: GOMES, Flávio dos Santos. Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFGPA, 1999. p. 97-127.
- _____. Um conhecimento sobre o homem: os indígenas do Rio Negro nas reflexões de Alexandre Rodrigues Ferreira. Anais do Arquivo Público do Pará, v. 3, t. 2, p. 215-237, 1998.
- COLAÇO, Thaís Luzia. Incapacidade indígena: tutela religiosa e violação do direito guarani nas missões Jesuíticas. Curitiba: Juruá, 1999.
- COLL, Josefina Oliva de. A resistência indígena do México à Patagônia:, a história da luta dos índios contra os conquistadores. Porto Alegre: L & PM Editores, 1986.
- COMNINEL, George C. O contexto político do movimento popular na Revolução Francesa. In: KRANTZ, Frederick (org.). A Outra História: ideologia e protesto popular, nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p. 106-127.
- CONSTANTINO, Núncia Santori de. Italianos na cidade: a imigração itálica nas cida-

des brasileiras. Passo Fundo: Editora da UPF, 2000.

- CORTEZÃO, Jaime Zuzarte. O Tratado de Madrid. Brasília: Senado Federal, 2001.
- _____. Portugueses e índios no Brasil Colonial. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes – USP, 1972.
- COSENTINO, Francisco Carlos. Diversidades americanas: ensaio comparativo a respeito da colonização portuguesa e espanhola (séculos XVI a XVII). In: COSENTINO, Francisco Carlos; SOUZA, Marco Antonio de (Org.). 1500/200: trajetórias. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 1999. p. 83-101.
- COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- COSTA, Hideraldo Lima da. Amazônia: paraíso dos naturalistas. Amazônia em Cadernos - Revista do Museu Amazônico da Universidade do Amazonas, Manaus, n. 6, p. 229-270, jan./dez. 2000.
- COSTA, Iraci del Nero da. Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Jr. Cadernos NEHD - Publicação do Núcleo de Estudos em História Demográfica da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 3, p. 1-45, 1995.
- COUTO, Jorge. O Brasil Pombalino. Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas, - Instituto Camões, Lisboa, n. 15-16, p. 53-74, jan./jun. 2003.
- _____. O poder temporal nas aldeias de índios do Estado do Grão-Pará e Maranhão no período pombalino: foco de conflitos entre os jesuítas e a Coroa (1751-1759). In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.) Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 53-66.
- CRUZ, Enrique Normando. La nueva sociedad de frontera. Los grupos sociales em la frontera de San Ignacio de Ledesma, Chaco occidental, finales del siglo XVIII. Anuario de Estudios Americanos - Publicacion de la Escuela de Estudios Hispanoamericanos, Sevilla, v. 58, n. 1, p. 135-160, jan./jun. 2001.
- CRUZ, Ernesto. Colonização do Pará. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.
- _____. História do Pará. Belém: Universidade do Pará, 1963. 2.v.
- CUNHA, Euclides da. À margem da História. São Paulo: Cultrix; Brasília: Instituto

Nacional do Livro, 1975.

- _____. Os Sertões: campanha de canudos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1954.
- _____. Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Introdução, organização e notas de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- CUNHA, Jorge Luis da; GÄRTNER, Angelika. Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação. Santa Maria: Editora da UFSM, 2003.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: _____. (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 9-24.
- _____. Política Indigenista no século XIX. In: _____. (Org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 133-154.
- _____. Terra indígena: história da doutrina e da legislação. In: _____. Os Direitos do Índio: ensaios e documentos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 53-101.
- CUNHA, Manuela Carneiro da; FARAGE, Nádia. Caráter da tutela dos índios: origens e metamorfoses. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. Os Direitos do Índio: ensaios e documentos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 103-117.
- CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. Política e Administração de 1640 a 1763. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p. 9-44. t. 1, v. 2.
- DA MATTA, Roberto. Digressão: a Fábula das Três Raças ou o Problema do Racismo à Brasileira. In: _____. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 58-85.
- DAVIES, Arthur. O Capitão Maranhão no Amazonas em 1498. In: DOMINGUES, Francisco Contente; BARRETO, Luís Felipe (Org.). A Abertura do Mundo: estudos de história dos descobrimentos europeus. Lisboa: Editorial Presença, 1987, v. 2. p. 11-19.
- DEAN, Warren. Indigenous populations of the São Paulo-Rio de Janeiro coast: trade, aldeamento, slavery and extinction. Revista de História - Revista do Departamento de

História da FFLCH/USP, São Paulo, n. 117, jul./set. 1984.

- DIAS, Manuel Nunes. As frotas de cacau da Amazônia (1756-1777): subsídios para o estudo do fomento ultramarino português no século XVIII. Revista de História - Revista do Departamento de História da FFLCH/USP, São Paulo, v. 24, n. 49, p. 363-377, jan./mar. 1962.
- _____. Colonização da Amazônia (1755-1778). Revista de História - Revista do Departamento de História da FFLCH/USP, São Paulo, v. 34, n. 70, p. 471-490, abril/jun. 1967.
- _____. Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. 2 v.
- DIEHL, Astor Antonio. Cultura historiográfica: memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.
- DOBRÁNSKY, Enid Abreu. No tear de Palas – imaginação e gênio no século XVIII: uma introdução. Campinas: Papirus, 1992.
- DOMINGUES, Ângela. A Educação dos meninos índios do Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.) Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 67-77.
- _____. As sociedades e as culturas indígenas face à expansão territorial *Luso-brasileira* na segunda metade do século XVIII. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. Brasil nas vésperas do mundo moderno. Lisboa: Quetzal Editores, 1991. p. 183-207.
- _____. Olhares sobre o Brasil nos séculos XVII e XVIII: os pintores holandeses e portugueses. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. Brasil nas vésperas do mundo moderno. Lisboa: Quetzal Editores, 1991. p. 73-86.
- _____. Os conceitos de guerra justa e resgate e os ameríndios do Norte do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). Brasil: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 45-56.
- _____. Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Come-

morações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

- _____. Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura. Lisboa: Secretaria Regional de Turismo, Cultura e Emigração/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.
- DOSSE, François. A história em migalhas: dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- _____. A identidade nacional como forma organizadora do discurso histórico, na França, nos séculos XIX e XX. In: A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Unesp, 2001. p. 11-38.
- DREYFUS, Simone. Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino), de 1613 a 1796. CASTRO, Eduardo Viveiro; CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). Amazônia: etnologia e história indígena. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP; FAPESP, 1993. p. 19-41.
- DUCHET, Michèle. Antropologia e Historia en el siglo de Las Luces: Buffon, Voltaire, Rousseau, Helvecio, Diderot. México: Siglo Veintiuno, 1984.
- ELIAS, Norbert. A sociedade de corte. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- _____. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELLIOTT, J. H. A Conquista Espanhola e a Colonização da América. In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: A América Latina Colonial I. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. p. 135-194.
- FALCON, Francisco José Calazans. A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (Org.) História de Portugal. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001.
- FARAGE, Nádia. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.
- FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. Estado de sítio: territórios e identidades no valo do rio Branco. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São

Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 267-278.

- FAUSTO, Boris. Negócios e ócios: história da imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- FELICIANO, José Fialho; NICOLAU, Victor Hugo. Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no Centro de Moçambique, séculos XVIII e XIX. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- FERNANDES, Florestan. Organização social dos Tupinambá. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1981.
- FERREIRA, Anete Costa. A expedição de Pedro Teixeira: a sua importância para Portugal e o futuro da Amazônia. Lisboa: Ésquilo, 2000.
- FERREIRA, Eliane Ramos. Estado e administração colonial: a vila de Mazagão. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (Org.). A escrita da história paraense. Belém: N.A.E.A./UFPA, 1998. p. 93-114.
- FÉRRER, Francisco Adegildo. O Marquês de Pombal e a instrução pública em Portugal e no Brasil (século XVIII). Clio - Série História do Nordeste - Revista do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, n. 18, p. 77-91, 1998.
- FERRO, Marc. História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FIGUEIREDO, Napoleão. Repensando os estudos sobre a presença africana no Brasil e o tráfico de escravos na Amazônia Colonial. Boletim de Pesquisa da CEDEAM - Universidade do Amazonas, Manaus, v. 6, n. 11, p. 164-186, jul./dez. 1987.
- FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. O arcaísmo como projeto: mercado atlân-

tico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- FLORES, Moacyr. A Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FOUCAULT, Michel. Classificar. In: As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 139-178.
- FRAGOSO, João. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. O Índio brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural. Rio de Janeiro: Toopbooks, [s.d.].
- FREITAS, Marcos Cezar. Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.
- FREYRE, Gilberto. Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- _____. Sobrados e mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- FRITSCH, Winston. Apresentação. In: SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. São Paulo: Nova Cultura, 1996. p. 5-19. (Série Os Economistas).
- FURET, François. Pensando a Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. Estudos Avançados - Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 63-80, mai./ago. 2002.
- GALVÃO, Eduardo. Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos. El *Teatro del Poder*: ceremonias, tensiones y conflictos em el Estado Colonial. Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”, Tercera serie, n. 14, p. 7-30, 2^{do} semestre de 1996.
- GARCIA, Eloi S. Biodiversidade, biotecnologia e saúde. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 495-500, jul./set. 1995.
- GARDINER, Patrick. Teorias da história. Lisboa: fundação Calouste Gulbenkian,

1995.

- GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. Revista Brasileira de História – Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 13-42, 2000.
- GEBARA, Ademir. História regional: uma discussão. Campinas: Unicamp, 1987.
- GERBI, Antonello. La disputa del Nuevo Mundo – historia de una polémica (1750-1900). México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991.
- _____. História Noturna – decifrando o sabá. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GIORGIO, Paula Caleffi. Missões Jesuítas Coloniais. In: FLORES, Moacyr (Org.). Negros e Índios: história e literatura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 25-30.
- GIRARDI, Giulio. Os excluídos construirão a nova história? São Paulo: Ética, 1996.
- GIUCCI, Guilherme. Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GOES, Synesio Sampaio. Navegantes, bandeirantes, diplomatas: aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia. Brasília: IPRI, 1991.
- GOMES, Flávio dos Santos. A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séculos XVII-XIX). 1997. Tese (Doutrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- _____. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVI-II-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 225-318.
- GOMES, Flávio dos Santos; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia Setecentista. In: GOMES, Flávio dos Santos. Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana

- Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 195-224.
- GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cezar. Relatos de Fronteira: fontes para a história da Amazônia séculos XVIII e XIX. Belém: Editora Universitária, 1999.
 - GOMES, Mercio Pereira. Os Índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. Petrópolis: Vozes, 1988.
 - GONDIM, Neide. A Invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994.
 - GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. LPH: Revista de História - Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, v. 3, n.1, p. 245-266, 1992.
 - GOUBERT, Pierre. L'Ancien Regime: la société. Paris: Librairie Armand Colin, 1969.
 - GRAHAM, Richard. Escravidão, reforma e imperialismo. São Paulo: Perspectiva, 1979.
 - GREENBLATT, Stephen. Possessões maravilhosas: o deslumbramento do Novo Mundo. São Paulo: EDUSP, 1996.
 - GRINBERG, Keila. Liberata, a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
 - GRUPIONE, Luís Donisete Benzi Grupioni. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 481-525.
 - GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.
 - GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
 - HADDAD JUNIOR, Vidal; CARDOSO, João Luiz Costa; MORAES, Roberto Henrique Pinto. Descrição de injúria humana causada por falsa tocandira (*Dinoponera gigantea*, Perty, 1833) com revisão dos aspectos folclóricos, farmacológicos e clínicos das formigas gigantes do gênero *Paraponera* e *Dinoponera* (sub-família Ponerinae).

Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo, v. 47, n. 4, p. 235-238, jul./ago. 2005.

- HADDOCK, B. A. Uma introdução ao pensamento histórico. Lisboa: Gradiva, 1989.
- HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HASKETT, Robert S. Indian Town Government in Colonial Cuernavaca: persistence, adptation, and change. HAHR - Department of History, University of Maryland, Maryland, v. 67, n. 2, p. 203-231, 1987.
- HAZARD, Paul. El pensamiento europeo en el siglo XVIII. Madrid: Alianza Editorial, 1991.
- HEMMING, John. Amazon Frontier: the defeat of the Brazilian Indians. London: MacMillan, 1987.
- _____. Os índios do Brasil em 1500. In: BERTHELL, Leslie (Org.) História da América Latina: A América Latina Colonial I. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p. 101-127. v. 1.
- _____. Red Gold: the Conquest of the Brazilian Indians. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1978.
- HESPANHA, António Manuel. Da «Iustitia» à «Disciplina»: textos, poder e política penal no Antigo Regime. In: _____. Justiça e Litigiosidade: história e prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p. 287-379.
- _____. Lei e Justiça: história e prospectiva de um paradigma. In: _____. Justiça e Litigiosidade: história e prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p. 7-58.
- _____. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: _____ (Org.). Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s.d.. p. 7-89.
- HESPANHA, António Manuel; SILVA, Ana Cristina Nogueira da. A identidade portuguesa. In: MATTOSO, José (dir.) História de Portugal - O Antigo Regime (1620-1807). v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 19-37.
- HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da socie-

- dade e do poder. In: MATTOSO, José (dir.) História de Portugal - O Antigo Regime (1620-1807). v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 121-155.
- HOBBSAWM, Eric J. A Outra História – algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick (org.). A Outra História: ideologia e protesto popular, nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p. 18-33.
 - _____. Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
 - _____. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
 - HOLANDA, Sérgio Buarque de. As Monções. In: _____. (Dir.) História da Civilização Brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p. 307-321. t. 1, v. 1.
 - _____. Caminhos e Fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
 - _____. Monções. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
 - _____. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
 - _____. Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
 - HOPPE, Fritz. A África Oriental Portuguesa no tempo do Marquês de Pombal (1750-1777). Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.
 - HURLEY, Jorge. Noções de história do Brasil e do Pará. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraense, Belém, v. 11, p. 1-576, 1938.
 - IANNI, Octavio. As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia e Labor, 1988.
 - _____. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.
 - _____. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Publicação da ANPOCS, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 5-10, jun. 2002.
 - ISLA, Alejandro P. Los usos políticos de la memoria y la identidad. Estudios Atacameños – Revista do Instituto de Investigaciones Arqueológicas y Museo R. P. Gustavo Le Paige, da Universidad Católica del Norte, n. 26, p. 35-44, 2004.
 - KEITH, Henry. H. New world interlopers: the Portuguese in the Spanish West Indies, from the discovery to 1640. The Americas - Publication of The Academy of American

Franciscan History, Washington (DC), v. 25, n. 4, p. 360-371, abr. 1969.

- KERN, Arno Alvarez. Cultura européia e indígena no rio da Prata nos séculos XVI/XVIII. Estudos Ibero-Americanos - Revista do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto alegre, v. 19, n. 2, p. 5-18, dez. 1993.
- _____. Escravidão e missões no Brasil Meridional: impactos e contatos entre as sociedades indígenas ibéricas, no Período Colonial. In: FLORES, Moacyr (Org.). Negros e Índios: história e literatura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 31-52.
- KIEMEN, Mathias C. The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region, 1614-1693. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 1954.
- KIERNAN, Victor. Línguas e conquistadores. In: BURKE, Peter; PORTER, Roy (org.) Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 259-284.
- KLOOSTERBOER, W. Involuntary labour since the abolition of slavery. Leiden: E. J. Brill, 1960.
- KLUT, Duarte. O momento pedagógico pombalino: referências bibliográficas. In: PAIM, Antonio (Org.). Pombal e a cultura brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Brasil-Portugal, 1982. p. 32-43.
- KÖNIG, Hans-Joachim. ¿Bárbaro o símbolo de la libertad? ¿Menor de edad o ciudadano? Imagen del índio y política indigenista em Hispanoamérica? In: KÖNIG, Hans-Joachim (Ed.). El indio como sujeto y objeto de la historia latinoamericana: pasado y presente. Frankfurt/Madrid: Centro de Estudios Latinoamericanos de la Universidad Católica de Eichstätt, 1998. p. 13-31.
- KOSELLECK, Reinhart. Crítica y crisis del mundo burguês. Madrid: Ediciones Rialp, [c1965].
- _____. Futures past. Massachusetts and London: MIT Press Cambridge, 1985.
- KÜHN, Fábio. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII. Estudos Ibero-Americanos - Revista do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto alegre, v. 25, n. 2, p. 91-112, dez. 1999.

- KUZNESOF, Elizabeth Anne. A Família na Sociedade Brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). Revista Brasileira de História - Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 37-63, set. 88/fev. 89.
- LACERDA, Arthur Virmond de. As ouvidorias do Brasil Colônia. Curitiba: Juruá, 2000.
- LANGER, Protasio Paulo. A aldeia de Nossa Senhora dos Anjos: a resistência do Guarani-Missioneiro ao processo de dominação do sistema colonial luso (1762-1798). Porto Alegre: Est Edições, 1997.
- LANGFUR, Hal. Uncertain refuge: frontier formation and the origins of Botocudo War in Late Colonial Brazil. HAHR - Department of History, University of Maryland, Maryland, v. 82, n. 2, p. 216-256, mai. 2002.
- LANGUE, Frédérique. Antagonismos e solidaridades em um cabildo colonial: Caracas, 1750-1810. Anuario de Estudios Americanos - Publicacion de la Escuela de Estudios Hispanoamericanos, Sevilha, v. 49, p. 371-393, 1992.
- LAPA, J. R. Amaral. Economia colonial. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- LARA, Silvia Hunold. Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico. LPH: Revista de História - Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, v. 3, n. 1, p. 215-244, 1992.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.). História: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- _____. História: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- _____. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- LEONARD, Irving. Viajeros por la América latina colonial. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- LEONZO, Nanci. As Instituições. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. p. 300-333. (SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. (Dir.) Nova História da Expansão Portuguesa, v. 8).
- LESTRINGANT, Frank. O canibal: grandeza e decadencia. Brasília: Editora da Uni-

versidade de Brasília, 1997.

- LIEBERSOHN, Harry. Discovering Indigenous Nobility: Tocqueville, Chamisso, and Romantic Travel Writing. The American Historical Review - Publication of American Historical Association, Washington (DC), v. 99, n. 3, p. 746-766, jun. 1994.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil. SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 407-419.
- LIMA, Ivana Stolze. Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- LIPSETT-RIVERA, Sonya. Indigenous communities and waterrights in Colonial Puebla: patterns of resistance. The Americas - Publication of The Academy of American Franciscan History, Washington (DC), v. 48, n. 4, p. 463-483, april/1992.
- LOPES, Fátima Martins. A escravidão indígena na historiografia brasileira. Caderno de História - Revista do Departamento de História da UFRN, Natal, v. 3, n. 1, p. 7-29, jan./jun. 1996.
- MACÊDO, Jorge Borges de. A situação econômica no tempo de Pombal. Porto: Editora Portugália, 1951.
- MACLACHLAN, Colin M. The Indian labor struture in the Portuguese Amazon, 1700-1800. In: ALDEN, Dauril (Ed.). Colonial roots of modern Brazil: paper of the Newberry Library Conference. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1973. p. 199-230.
- _____. The Indian Directorate: forced acculturation in Portuguese America (1757-1799). The Americas - Publication of The Academy of American Franciscan History, Washington (DC), v. 28, n. 4, p. 357-387, abr. 1972.
- MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. Revista de Antropologia - Revista do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 183-221, 1997.
- MANUEL, E. Frank; MANUEL, P. Fritzie. Utopian thought in the western world. Cambridge: Belknap Press of Harvard University, 1979.

- MARINS, Paulo César Garcez. Através da rótula: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX. São Paulo: Humanitas, 2001.
- MARQUES, Fernando Luiz Tavares. Modelo de agroindústria canavieira no estuário amazônico, no período colonial. 2003. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MÁRQUEZ, Concepción Gavira. Reclutamiento y remuneración de la mano de obra minera em Oruro, 1750-1810. Anuario de Estudios Americanos - Publicacion de la Escuela de Estudios Hispanoamericanos, Sevilha, v. 57, n. 1, p. 223-250, jan./jun. 2000.
- MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAES, Fernando A. (dir.); SCHHWARCZ, Lilia Moritz (org.). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 659-726.
- MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. Como se deve escrever a História do Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, p. 381-403, jan. 1845.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. 2 v.
- MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno. História econômica de Portugal: uma perspectiva global. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. O Rio das Amazonas: gênero e crônicas de viagem. Revista Amazonense de História - Revista do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, v. 1, n. 1, p. 61-98, 2002.
- MATOS, Odilon Nogueira de. Estrangeiros que escreveram sobre a Amazônia. Notícia Bibliográfica e Histórica - Revista do Instituto de Ciências Humanas da PUC/Campinas, Campinas, ano 33, n. 182, p. 209-219. jul./set. 2001.
- MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 141-162.

- MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- MAXWELL, Kenneth R. A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- _____. A tragédia do Amazonas. In: _____. Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 329-354.
- _____. Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira. In: Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 89-123.
- MEDRANO, Carlos Rubén Ruiz. Rebeliones indígenas en la época colonial: el tumulto indígena de Papantla de 1767. Mesoamerica, South Woodstock: Plumsock Mesoamerican Studies, n. 32, p. 339-353, dez. 1996.
- MEIRA FILHO, Augusto. Pedro Teixeira, o desbravador da Amazônia. Belém: [s.n.], 1980.
- MEIRA, Silvio. Fronteiras Setentrionais: três séculos de lutas no Amapá. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.
- MELATTI, Júlio César. Índios no Brasil. Brasília: Coordenada, 1972.
- MELLO, Evaldo Cabral de. A ferida de Narciso: ensaio de história regional. São Paulo: Editora do SENAC, 2001.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A administração no fim da era colonial. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, v. 298, p. 5-26, jan./mar. 1973.
- MILLER, Francisca S.. Apontamentos históricos sobre o surgimento do movimento indígena no Brasil. Caderno de História - Revista do Departamento de História da UFRN, Natal, v. 6, n. 1, p. 147-176, jan./dez. 1999.
- MOLLAT, Michel. Los exploradores del siglo XIII al XVI: primeras miradas sobre nuevos mundos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- MONTEIRO, John Manuel. As populações indígenas do litoral brasileiro no século 16: transformação e resistência. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORA-

ÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. Brasil nas vésperas do mundo moderno. Lisboa: Quetzal Editores, 1991. p. 121-136.

- _____. Escravidão indígena e despovoamento na América portuguesa: São Paulo e Maranhão. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. Brasil nas vésperas do mundo moderno. Lisboa: Quetzal Editores, 1991. p. 137-167.
- _____. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. O desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIO-NI, Luís Donisete Benzi (Org.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 221-236.
- _____. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIO-NI, Luís Donisete Benzi (Org.). Índios no Brasil. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1992. p. 105-120.
- _____. Vida e morte do índio: São Paulo colonial. In: _____. [et. all.]. Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração. São Paulo: Yancatu Editora & Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1984. p. 21-44.
- MONTEIRO, Ypiranga. Presença do Índio na cultura amazonense. Manaus: Edições Nheenquatiara, 1985.
- MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. Estudos Históricos - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 220-238, 1988.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios na Amazônia: de maioria à minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. Os principais grupos missionários que atuaram na Amazônia brasileira, entre 1607 e 1759. HOORNAERT, Eduardo (Coord.). História da Igreja na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 63-120.
- MOTA, Antonia da Silva Mota. O paradoxo do sentimento amoroso nas relações escravistas. Ciências Humanas em Revista – Revista do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, v. 2, n. 2, p. 67-77, dezembro, 2004.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

- MOTA, Carlos Guilherme. Idéia de revolução no Brasil, 1789-1801. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974). São Paulo: Ática, 1985.
- MOTINHA, Katy Eliana Ferreira. A Festa do Divino Espírito Santo: espelho de cultura e sociabilidade na Viúva Nova de Mazagão. 2003. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MOURA, Carlos Francisco. Embarcações usadas pelos colonos em Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX. Revista STVDIA, n.º 54/55, p. 127-163, 1996.
- MUNIZ, João Palma. Limites Municipais do Estado do Pará. Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, Belém, t. 9, p. 1-808, 1916.
- NABUCO, Joaquim. O Direito do Brasil. São Paulo: Progresso Editorial, 1949.
- NAZZARI, Muriel. Da escravidão à liberdade: a transição de índio administrado para vassalo independente em São Paulo colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). Brasil: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 28-44.
- NEVES, Luiz Felipe Baeta. O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- _____. Vieira e a imaginação social jesuítica – Maranhão e Grão-Pará no século XVI-I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- NOGUEIRA, Laura Borges. O discurso colonial na literatura de viagem sobre a Amazônia. Caderno de Criação - Revista do Centro de Hermenêutica do Presente da UFRO, Porto Velho, ano 6, n. 19, p. 77-81, ago. 1999.
- NOVAIS, Fernando A. Condições de privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e. História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 13-39. (História da vida privada no Brasil, v. 1).
- _____. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII). CADERNOS CEBRAP - Revista do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, n. 17, p. 1-47, 1978.

- _____. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). Brasil em perspectiva. São Paulo: DIFEL, 1981. p. 47-63.
- _____. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Editora Hucitec, 1995.
- _____. O reformismo Ilustrado Luso-Brasileiro: alguns aspectos. Revista Brasileira de História - Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 105-118, mar. 1984.
- O'DWYER, Eliane Catarini (Org.). Terra de Quilombos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 1995.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1990.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento político e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. La politizacion de la identidad y el movimiento indígena. In: FRANCH, José Alana. Indianismo e indigenismo em America. Madri: Alianza Editorial, 1990. p. 145-161.
- OLIVEIRA, Roberto Monteiro de. Cartografia e conflitos na Amazônia Colonial. Boletim de Pesquisa da CEDEAM - Universidade do Amazonas, v. 3, n. 4, p. 117-131, jan./dez. 1984.
- ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e Identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- OUWENEEL, Arij. El pasado seguía vivo em Antonio Pérez: envidias de estamentos de un indígena mexicano, 1757-1761. Colonial Latin American Review, v. 6, n. 1, p. 71-96, 1997.
- PADGEN, Anthony. European encounters with the New World, from Renaissance to Romanticism. New Haven & London: Yale University Press, 1993.
- _____. The fall of natural man: the American Indian and the origins of comparative ethnology. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- PAIM, Antonio. Categorias para análise da herança pombalina na Cultura Brasileira. In: _____. (Org.). Pombal e a cultura brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Brasil-Portugal, 1982. p. 11-15.

- PALACÍN, Luis. Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas. Goiânia: Oriente, 1976.
- _____. Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1983.
- PAPEVERO, Nelson (et. al.) O Novo Éden: a fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Idelfonso (1777). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. Revista de História - Revista do Departamento de História da FFLCH/USP, São Paulo, n. 129-131, p. 179-208, ago./dez. 1993 a ago.dez. 1994.
- PASTORE, Mario. Trabalho forçado indígena e campesinato mestiço livre no Paraguai: uma visão de suas causas, baseada na teoria da procura de rendas econômicas. Revista Brasileira de História - Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 147-185, set. 1990/fev. 1991.
- PEREIRA, Maria Izabel. Processo colonizador da Amazônia, no governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP (Campus Franca), Franca.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 115-132.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. Vinte-luas: viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Visões da Cabanagem. Manaus: Editora Valer, 2001.
- PINTO, João da Rocha. O olhar europeu: a invenção do índio brasileiro. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. Brasil nas vésperas do mundo moderno. Lisboa: Quetzal Editores, 1991. p. 49-72.
- POMPA, Cristina. Religião como tradição: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil

Colonial. Bauru: EDUSC, 2003.

- PORRO, Antônio. História Indígena do Alto e Médio Amazonas – séculos XVI a XVI-II. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p.175-196.
- _____. Mercadorias e rotas de comércio intertribal na Amazônia. Revista do Museu Paulista, São Paulo, NS XXX, p. 7-11, 1985.
- _____. O antigo comércio indígena na Amazônia. D. O. Leitura, São Paulo, v. 5, n. 56, jan. 1987.
- _____. O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- _____. Os Povos Indígenas da Amazônia à chegada dos europeus. In: HOORNAERT, Eduardo (Coord.). História da Igreja na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 11-48.
- _____. Os Solimões ou Jurimaguas: território, migrações e comércio intertribal. Revista do Museu Paulista, São Paulo, NS XXIX, 1983/4.
- PORTO, Aurélio. História das Missões Orientais do Uruguai. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução Política do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- _____. Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.
- _____. História Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- PRADO, Paulo. Retrato do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PREZIA, Benedito; HOORNAERT, Eduardo. Brasil indígena: 500 anos de resistência. São Paulo: Editora FTD, 2000.
- PRIORE, Mary Del. Deus ou o Diabo nas terras do açúcar: o Senhor de Engenho na América Portuguesa. In: _____. (Org.). Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 15-44.
- _____. Festas e Utopias no Brasil colonial. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- _____. Mulheres no Brasil colonial. São Paulo: Contexto, 2000.

- _____. Ritos da vida privada. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 275-329. (História da vida privada no Brasil, v. 1).
- PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e colonização no sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.
- _____. A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- QUEIROZ, Jonas Marçal de. Da Senzala à República: tensões sociais e disputas partidárias em São Paulo (1869-1889). 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- QUEIROZ, Jonas Marçal e COELHO, Mauro Cezar. Fronteiras da História, limites do saber: a Amazônia e seus intérpretes. In: _____. Amazônia, modernização e conflito (séculos XVIII e XIX). Belém: Universidade Federal do Pará; Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2001. p. 157-190.
- QUINTANILHA, Oscar Arze. Del indigenismo a la indianidad: cincuenta años de indigenismo continental. In: FRANCH, José Alana. Indianismo e indigenismo em América. Madri: Alianza Editorial, 1990. p. 18-33.
- RAIOL, Domingos Antonio. Catechese dos Índios no Pará. Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, Belém, t. 2, p. 117-183, 1968.
- _____. Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. 3 v.
- RAMINELLI, Ronald. Da vila ao sertão: os mamelucos como agentes da colonização. Revista de História - Revista do Departamento de História da FFLCH/USP, São Paulo, n. 129-131, p. 209-219, ago.dez. 1993 a ago.dez. 1994.
- _____. Imagens da Colonização: a representação do Índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- _____. Simbolismos do espaço urbano colonial. In: VAINFAS, Ronaldo. América em tempo de conquista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. p. 163-175.
- RAVENA, Nírvia. "Maus vizinhos e boas terras": idéias e experiências no povoamento

- do Cabo Norte - século XVIII. In: GOMES, Flávio dos Santos. Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 63-95.
- _____. As grandes obras na Amazônia colonial: a fortificação de São José de Macapá. 1988. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Belém.
 - _____. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (Org.). A escrita da história paraense. Belém: N.A.E.A./UFPA, 1998. p. 29-52.
 - REIS, Arthur Cezar Ferreira. A Amazônia e a cobiça internacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
 - _____. A Amazônia que os portugueses revelaram. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1994.
 - _____. A formação espiritual da Amazônia. São Paulo: SPVEA, 1964.
 - _____. A ocupação portuguesa no Vale Amazônico. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). História da Civilização Brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p. 257-272. t. 1, v. 1.
 - _____. A política de Portugal no Vale Amazônico. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.
 - _____. Aspectos da formação brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1982.
 - _____. História do Amazonas. Manaus: Oficina Tipográfica de A. Reis, 1931.
 - _____. Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993, 2 v.
 - _____. O seringal e o seringueiro. Rio de Janeiro: [s.n.], 1953.
 - _____. Os Tratados de Limites. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). História da Civilização Brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p. 364-379. t. 1, v. 1.
 - _____. Síntese de História do Pará. Belém; Universidade Federal do Pará e Amazônia

Edições Culturais, 1972.

- _____. Súmula de História do Amazonas. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1965.
- REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês, 1835. São Paulo: Brasiliense, 1987
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e “A Revolução brasileira”. Revista Brasileira de História – Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 245-277, 1999.
- _____. As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- RIBEIRO, Berta G. O índio na cultura brasileira: pequena enciclopédia da cultura brasileira. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1987.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- ROCHA, Antonio Penalves. Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira. Revista Brasileira de História - Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 37-68, 2000.
- RODRIGUES, Isabel Vieira. A política de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Norte do Brasil (1751-1759). Oceano, n. 40, p. 95-110, out./dez. 1999.
- RODRIGUES, José Damião. Entre duas margens: a circulação atlântica dos açorianos nos séculos XVII e XVIII. Arquipélago. História, Ponta Delgada, 2ª Série, v. 6, p. 225-245, 2002.
- RODRIGUES, José Honório. Filosofia e história. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia amazônica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 53-86.
- ROSÁRIO, José Ubiratan. Amazônia, processo civilizatório: apogeu do Grão-Pará.

Belém: Editora da UFPA, 1986.

- RUDÉ, George F. E. A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 17360-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. United States Scholarly Contributions to the Historiography of Colonial Brazil. HAHR - Department of History, University of Maryland, Maryland, v. 65, n. 4, p. 683-723, nov. 1985. (INSERIR NO CAPÍTULO 3, ANTES DE FALAR SOBRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA NORTE-AMERICANA)
- _____. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. Revista de História - Revista do Departamento de História da FFLCH/USP, São Paulo, ano 28, v. 55, n. 109, p. 25-79, jan./mar. 1977.
- SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. Revista Brasileira de História, Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 91-105, set. 87/fev.88.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Entre a tutela e a liberdade dos índios. relendo a Carta Régia de 1798. In: COELHO, Mauro Cezar [et. alli] Meandros da História: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX. Belém: UNAMAZ, 2005 (no prelo).
- _____. Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia – Sertões do Grão-Pará, c. 1755 - c. 1823. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- SÁNCHEZ, Evelyne. Las elites de Nueva Guatemala 1770-1821: rivalidades y poder colonial. Mesoamerica, South Woodstock: Plumsock Mesoamerican Studies, n. 31, p. 129-156, jun. 1996.
- SANTIAGO, Gabriel Lomba. Três leituras básicas para entender a cultura brasileira. Campinas: Editora Alínea, 2001.
- SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Vadios e política de povoamento na América portuguesa, na segunda metade do século XVIII. Estudos Ibero-Americanos - Revista do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 7-30, dez. 2001.

- SANTOS, Francisco Jorge dos. Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.
- _____. Os Munduruku. Boletim Informativo do Museu Amazônico, Manaus, v. 5, n. 8, p. 5-23, jan./jul. 1995.
- SANTOS, Maria Januária Vilela. Insurreições e Balaiada, 1755-1853: consciência escrava na sociedade do Maranhão, do século XIX. 1980. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SANTOS, Raimundo. A noção de interior em Caio Prado Júnior. In: ALMEIDA, Angela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão de (Org.). De sertões, desertos e espaços incivilizados. Rio de Janeiro: FAPERJ; MAUAD, 2001. p. 35-48.
- SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SARAGOÇA, Lucinda. Da Feliz Lusitânia aos confins da Amazônia (1615-1662). Lisboa: Edições Cosmos, 2000.
- SCHAFF, Adam. História e verdade. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.
- SCHWARTZ, Stuart B. Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru: Edusc, 2001.
- _____. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SEMERENE, Kelerson Costa. Homens e Natureza na Amazônia Brasileira: dimensões (1616-1920). 2002. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.
- SERNA, Gaspar Gomes de La. Los viajeros de la ilustración. Madrid: Alianza Edit-

rial, 1974.

- SEYFERTH, Giralda. Imigração e cultura no Brasil. Brasília: Editora da UnB, 1990.
- SILVA DIAS, J. S. da. Cultura e obstáculo epistemológico do Renascimento ao Iluminismo em Portugal. In: CONTENTE, Francisco; BARRETO, Luis Felipe (Org.). A abertura do mundo; estudos da história dos descobrimentos europeus. Lisboa: Editora Presença, 1986. p. 41-49. v.1.
- _____. Portugal e a cultura europeia (século XVI a XVIII). Biblos – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, v. 28, p. 203-498, 1952.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da.; HESPANHA, António Manuel. A identidade portuguesa. In: MATTOSO, José (Org.). História de Portugal - O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1993, p. 19-37. v. 4.
- SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808. In: BERTHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: A América Latina Colonial I. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p. 477-518. v. 1.
- SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da Língua Portuguesa, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e accrescentado por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789.
- SILVA, Edson. Bárbaros, Bons Selvagens, Heróis: imagens de índios no Brasil. Clio - Série História do Nordeste - Revista do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, n. 15, p. 53-71, 1994.
- SILVA, Josué da Costa. O rio, a comunidade e o viver. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SILVA, Jovam Vilela da. A lógica portuguesa na ocupação urbana do território mato-grossense. História & Perspectivas - Revista do Curso de História da UFU, Uberlândia, n. 24, p. 121-143, jan./jun. 2001.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A estrutura social. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. p. 215-260. (SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. (Dir.) Nova História da Expansão Portuguesa, v. 8).

- _____. Colonização portuguesa no Brasil: a população feminina e sua sobrevivência econômica no fim do período colonial. Revista de Ciências Históricas - Universidade Portucalense, v. 6, p. 257-269, 1991.
- _____. Educação feminina e educação masculina no Brasil Colonial. Revista de História - Revista do Departamento de História da FFLCH/USP, São Paulo, ano 28, v. 55, n. 109, p. 149-164, jan./mar. 1977.
- _____. História da família no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. Sistema de casamento no Brasil colonial. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1984.
- SILVEIRA, Marco Antonio. O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808). São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- SIMON, William Joel. Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808), and the role of Lisbon in the Intellectual-Scientific Community of the late eighteenth century. Lisboa: Centro de Investigação Tropical, 1983.
- SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil (1500-1820). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- SINDER, Valter. A reinvenção do passado e a articulação dos sentidos: o novo romance histórico brasileiro. Estudos Históricos - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 253-264, 2000.
- SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. São Paulo: Nova Cultura – série Os Economistas, 1996. 2 v.
- SOARES, José Carlos de Macedo. Fronteiras do Brasil no Regime Colonial. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.
- SOARES, Luis Carlos. Historiografia da escravidão: novos rumos (as cidades escravistas brasileiras: algumas reflexões prévias para os estudos de escravidão urbana). LPH: Revista de História - Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, v. 3, n.1, p. 161-175, 1992.
- SOBRAL, Maria de Lourdes Sampaio. As Ordens Religiosas e o Barroco no Pará. 1982. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- SODRÉ, Nelson Werneck. As razões da independência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- SOIHET, Rachel. O Drama da Conquista na Festa: reflexões sobre resistência indígena e circularidade cultural. Estudos Históricos - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 44-59, 1992.
- SOMMER, Barbara A. Negotiated settlements: native Amazonians and Portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798. 2000. Dissertation (Doctorate of Philosophy, History) - University of New Mexico, Albuquerque.
- SOUTHEY, Robert. História do Brasil. São Paulo: Obelisco, 1965.
- SOUZA JÚNIOR, José Alves de. O Projeto Pombalino para a Amazônia e a 'Doutrina do Índio-Cidadão'. Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Revista do CFCH/UFGA, Belém, v. 12, n. 1/2, p. 85-98, jan./dez. 1993.
- SOUZA, Candice Vidal e. A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998. p. 17-38.
- _____. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e. História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 41-81. (História da vida privada no Brasil, v. 1).
- _____. O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- _____. O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial. Estudos Históricos - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 133-152, 1989.
- SOUZA, Márcio. A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- _____. Breve História da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- SOUZA, Paulo Cesar. A Sabinada: a revolta separatista da Bania, 1837. São Paulo:

Editora Brasiliense, 1987.

- STAROBINSKI, Jean. As máscaras da civilização: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo; seguido de sete ensaios sobre Rousseau. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. A invenção da liberdade: 1700-1789. São Paulo: Unesp, 1994.
- STAVIG, Ward. Ambiguous visions: Nature, Law, and Culture in Indigenous-Spanish Land Relations in Colonial Peru. HAHR - Department of History, University of Maryland, Maryland, v. 80, n. 1, p. 77-111, 2000.
- STEIN, Stanley J. Bureaucracy and Business in the Spanish Empire, 1759-1804: failure of a Bourbon Reform in Mexico and Peru. HAHR - Department of History, University of Maryland, Maryland, v. 61, n. 1, p. 2-28, 1981.
- STUDART FILHO, Carlos. Fundamentos Geográficos e Históricos do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.
- SUSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui: a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). História econômica do período colonial. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Edusp; Imprensa Oficial, 2003.
- TAMBS, Lewis A. Brazil's expanding frontiers. The Americas - Publication of The Academy of American Franciscan History, Washington (DC), v. 23, n. 2, p. 165-179, out. 1996.
- TANDETER, Enrique. Forced and free labor in Late Colonial Potosi. Past & Present, Oxford, n. 93, p. 98-136, nov. 1981.
- TAYLOR, Anne Christine. História pós-colombiana da Alta Amazônia. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 213-238.
- TAYLOR, Overton H. História do pensamento econômico: ideais sociais e teorias econômicas de Quesnay a Keynes. Brasil: Fundo de Cultura, 1965.

- TEIXEIRA SOARES, Álvaro. O Marquês de Pombal. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- THOMPSON, Edward P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- _____. La sociedade inglesa del sigos XVIII: ¿Lucha de clases sin clases? In: Tradición, revuelta y consciência de clase. Barcelona: Crítica, 1979.
- _____. Senhores e Caçadores: a origem da lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOCANTINS, Leandro. Amazônia: natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. O Antigo Regime e a Revolução. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1979.
- TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América: a questão do outro. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1993.
- UGARTE, Auxiliomar Silva. Filhos de São Francisco no país das amazonas: catequese e colonização na Amazônia do século XVII. Amazônia em Cadernos - Revista do Museu Amazônico da Universidade do Amazonas, Manaus, n. 6, p. 201-228, jan./dez. 2000.
- VAINFAS, Ronaldo. A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. A problemática das utopias no contexto dos descobrimentos e da colonização da América. In: BLAJ, Ilana; MONTEIRO, John Manuel (Org.). História & Utopia. São Paulo: ANPUH, 1996. p. 219-228.
- _____. Colonialismo e idolatrias: cultura e resistência indígenas no mundo colonial ibérico. Revista Brasileira de História - Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 101-124, set. 90/fev. 91.
- _____. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. Tempo – Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, n. 8, p. 7-22, dez. 1999.
- _____. Miscigenação e racismo na historiografia brasileira. In: COSENTINO, Fran-

- cisco Carlos; SOUZA, Marco Antonio de. 1500/2000: trajetórias. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 1999. p. 154-161.
- _____. Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil-Colonial. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
 - VALENSI, Lucette. Fábulas da memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
 - VANGELISTA, Chiara. Los Guaikurú, Españoles y Portugueses en una región de frontera: Mato Grosso, 1770-1830. Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani", 3ª Série, n. 8, p. 55-76, 2º sem./1993.
 - VARNHAGEN, Francisco Adolfo, Visconde de Porto Seguro. História Geral do Brasil – antes de sua separação e Independência de Portugal. São Paulo: Melhoramentos, 1975. Tomos I e IV.
 - VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. Estudos Históricos - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 239-263, 1988.
 - VELOSO, Euda Cristina Alencar. Estruturas de apropriação de riqueza em Belém do Grão-Pará, através do recenseamento de 1778. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (Org.). A escrita da história paraense. Belém: N.A.E.A./UFPA, 1998. p. 7-28.
 - VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200). Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 329-339.
 - VERÍSSIMO, Nelson. Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII. Funchal: Secretaria Regional de Turismo & Direção Regional de Assuntos Culturais, 2000.
 - VICENTE, Antonio Pedro. Marquês de Pombal: um governante controverso. Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas, - Instituto Camões, Lisboa, n. 15-16, p. 17-21, jan./jun. 2003.
 - VIDAL, Lux Boelitz. As pesquisas mais frequentes em etnologia e História Indígena na Amazônia: uma abordagem musical. Revista de Antropologia - Revista do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, São Paulo, n. 34, p. 183-196, 1991.

- VIDAL-NAQUET, Pierre. Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas: Papirus, 1988.
- VIEIRA, Otávio Dutra. Colonização portuguesa e o direito, catequese jesuítica e Direito Indígena. In: WOLRMER, Antonio Carlos (Org.). Direito e Justiça na América Indígena. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p. 143-181.
- VILLALTA, Luiz Carlos. A educação na Colônia e os Jesuítas: discutindo alguns mitos. In: PRADO, Maria Ligia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). À Margem dos 500 anos: reflexões irreverentes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 171-184.
- VINCENT, Luc. Educação e Liberdade: Kant e Fichte. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- WACHTEL, Nathan. Os Índios e a Conquista Espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: A América Latina Colonial I. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. p. 195-239.
- WEBRE, Stephen. El trabajo forzoso de los indigenas em la política colonial guatemalteca (siglo XVIII). Anuario de Estudios Centroamericanos - Publicación del Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad de Costa rica, San Jose v. 13, n. 2, p. 49-61, 1987.
- WEHLING, Arno. Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de M. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- _____. O funcionário colonial, entre a sociedade e o rei. In: PRIORE, Mary Del (Org.). Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 139-159.
- WHITE, Hayden. O tema do nobre selvagem como fetiche. In: Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994. p. 203-217.
- WOLRMER, Antonio Carlos. Pluralidade jurídica na América Luso-Hispânica. In: _____. (Org.). Direito e Justiça na América Indígena. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p. 75-93.

- WRIGHT, Robin M. História indígena do noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 253-266.

ANEXOS

TABELAS

Tabela 1

INDIVÍDUOS CONCEDIDOS PELO BANDO DE 14/02/1754			
ANO	BENEFICIADOS	INDIVÍDUOS CONCEDIDOS	MÉDIA DE INDIVÍDUOS CONCEDIDOS POR BENEFICIADO
1754	147	408	2,77
1755	88	316	3,59
1756	72	206	2,86
TOTAIS	307	930	3,03

Fonte: BNL-CP, 624, 122

Tabela 2

BANDO DE 14/02/1754 - CONCESSÃO POR ETNIA E COR				
ETNIA E COR	ANO			
	1754	1755	1756	TOTAIS
Cafuzos	7	2	1	10
Índios	391	310	204	905
Mamelucos	8	3	1	12
Mulatos	2	1	0	3
TOTAIS	408	316	206	930

Fonte: BNL-CP, 624, 122

Tabela 3

BANDO DE 14/02/1754 CONCESSÃO POR ETNIA E COR (%/ANO)				
ETNIA E COR	ANO			
	1754	1755	1756	TOTAIS
Cafuzos	1.72	0.63	0.49	1.08
Índios	95.83	98.10	99.02	97.31
Mamelucos	1.96	0.95	0.49	1.29
Mulatos	0.49	0.32	0	0.32
TOTAIS	100	100	100	100

Fonte: BNL-CP, 624, 122

Tabela 4

BANDO DE 14/02/1754 - CONCESSÃO POR IDADE				
FAIXA ETÁRIA	ANO			
	1754	1755	1756	TOTAIS
Menores de 14 anos	72	43	17	132
Maiores de 14 anos	336	273	189	798
TOTAIS	408	316	206	930

Fonte: BNL-CP, 624, 122

Tabela 5

BANDO DE 14/02/1754 - CONCESSÃO POR GÊNERO								
GÊNERO	ANO						TOTAIS	
	1754		1755		1756			
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%		
Masculino	220	53,92	164	51,9	112	54,36	496	53,33%
Feminino	188	46,08	152	48,1	94	45,64	434	46,67%
TOTAIS	408	100	316	100	206	100	930	100%

Fonte: BNL-CP, 624, 122

Tabela 6

BANDO DE 14/02/1754 - CONCESSÃO DE ADULTOS POR GÊNERO								
GÊNERO	ANO						TOTAIS	
	1754		1755		1756			
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%		
Masculino	184	54,76	141	51,64	105	55,55	430	53,88%
Feminino	152	45,24	132	48,36	84	44,45	368	46,12%
TOTAIS	336	100	273	100	189	100	798	100%

Fonte: BNL-CP, 624, 122

Tabela 7

BANDO DE 14/02/1754 DISTRIBUIÇÃO DOS INDIVÍDUOS PELOS BENEFICIADOS			
PERCENTUAL (100%)	TOTAIS DE INDIVÍDUOS CONCEDIDOS (930)	BENEFICIADOS (308)	PERCENTUAL (100%)
15,27	1	142	46.25
11,18	2	52	16.94
10,97	3	34	11.07
11,18	4	26	8.47
4,84	5	9	2.93
10,32	6	16	5.21
4,52	7	6	1.95
5,16	8	6	1.95
1,94	9	2	0.65
1,07	10	1	0.33
2,37	11	2	0.65
2,79	13	2	0.65
4,84	15	3	0.98
1,72	16	1	0.33
3,65	17	2	0.65
1,94	18	1	0.33
2,15	20	1	0.33
4,09	38	1	0.33

Fonte: BNL-CP, 624, 122

Tabela 8

POVOAÇÕES DA CAPITANIA DO PARÁ			
FUNDAÇÃO	DENOMINAÇÃO	FUNDADOR	CONDIÇÃO PRÉVIA
1758	Alenquer, Vila de		Aldeia Surubiú - Piedade
1758	Almeirim, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia do Parú - Santo Antonio
1758	Alter do Chão, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia do Borary – Jesuíta
1758	Arraiolos, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia do Guarimocu – Conceição
1781	Aveiro, Lugar de	Jozé Nápoles Tello de Menezes	Aldeia Taparajó-tapera
1769	Baião, Lugar de	Fernando da Costa de Ataíde Teive	Sesmaria de Antonio Baião
	Barcarena, Lugar de		
1758	Beja, Vila de		Aldeia Sumaúma – Jesuíta
	Benfica, Lugar de		
1758	Boim, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia Santo Inácio – Jesuíta
1754	Bragança, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Vila Souza do Caeté
	Bragança, Lugar de		
1781	Breves, Lugar dos	Jozé de Nápoles Tello de Menezes	Sítio dos irmãos Breves
1637	Cametá, Vila de	Feliciano Coelho	
1758	Carrazedo, Lugar de		Aldeia Arajó – Piedade
1758	Chaves, Vila de		Aldeia de Anajatiba - Santo Antonio
1755	Cintra, Vila de		Aldeia Maracanã – Jesuíta
1757	Colares, Lugar de		Aldeia Coaby – Jesuíta
1758	Conde, Vila de		Aldeia Mortiguará – Jesuíta
1757	Condeixa, Lugar de		
1758	Espozende, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia Tubará – Conceição
1758	Faro, Vila de		Aldeia Nhamundá – Piedade
	Fragoso, Lugar de		
1758	Franca, Vila	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia Comarú – Jesuíta
1639	Gurupá, Vila de		Fortaleza construída por Bento Maciel Parente

	Gurupá, Lugar de		
1770	Mazagão, Vila de	Ataíde Teive	Aldeia de Santana
1758	Melgaço, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia Guaracuru – Jesuíta
1757	Mondim, Lugar de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia São José – Santo Antonio
1757	Monforte, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia Joanes - Santo Antonio
1758	Monte Alegre, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia Gurupatuba – Piedade
1758	Monsarás, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia Caya – Conceição
1757	Nova d'El Rei, Vila	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Fazenda Curuçá – Jesuíta
1758	Óbidos, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Forte e Aldeia dos Pauxís – Piedade
1757	Odivelas, Lugar de		Aldeia de São Caetano – Jesuíta
1758	Oeiras, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia do Araticu – Jesuíta
1754	Ourém, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Casa Forte, edificada por Luiz de Moura
1758	Outeiro, Lugar de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia de Urubuquara -Santo Antonio
	Penacova, Lugar de		
1758	Pinhel, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia de São José – Jesuíta
1758	Pombal, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia Piragury – Jesuíta
	Ponte de Pedra, Lugar de		
1758	Portel, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia de Arucará – Jesuíta
1758	Porto de Moz, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia Maturu – Piedade
	Porto Salvo, Lugar de		
1757	Rebordelo, Lugar de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia Piye
1781	Salinas, Lugar das		
1796	Santarém Novo, Lugar de		
1757	Salvaterra, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia de N. S. Conceição – Conceição
	Santana do Cajary, Lugar de		
1758	Santarém, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia dos Tapajós – Jesuíta
1751	São José de Macapá, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	
	São José do Piriá, Lugar de		
	São Bento do Rio Capim, Lugar de		
	Serzedelo, Lugar de		
1757	Soure, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia Menino Jesus - Santo Antonio

1758	Souzel, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia Aricari – Jesuíta
1758	Tomar, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia Bararoá – Carmelita
1754	Turiassú, Lugar de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	
1758	Veiros, Vila de	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Aldeia Itacurusá – Jesuítas
1693	Vigia, Vila da		Aldeia Uruitá, dos Tupinambás
1758	Vilarinho do Monte, Lugar de		Aldeia Caviana – Piedade
1758	Vizeu, Freguesia de	D. Miguel de Bulhões, Bispo do Pará	

Fontes: MUNIZ, João Palma. Limites municipais do Estado do Pará. Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, Belém, t. 9, p. 1-808, 1916; BNL-CP, 628, 156; AHU, 40, 3739; APEP, 103, 76, Arquivo Nacional, códice 99.

Tabela 9

DISTRIBUIÇÃO DOS GÊNEROS PRODUZIDOS PELAS POVOAÇÕES DO PARÁ, NOS ANOS DE 1761, 1767, 1769, 1771 E 1772		
RAMO	GÊNERO	LOCALIDADE
Cultivo	Algodão	Alter do Chão, Azevedo, Nova d'El Rei, Pombal, São Bento do Rio Capim, Souzel
	Arroz	Monforte, Monsarás, Penha Longa
	Cacau	Alenquer, Almeirim, Alter do Chão, Arraiolos, Beja, Carrazedo, Colares, Espozende, Faro, Fragoso, Franca, Melgaço, Monte Alegre, Óbidos, Oeiras, Pombal, Portel, Porto de Moz, Santa Ana do Maracá, Souzel, Veiros
	Café	Pombal, São Bento do Rio Capim
	Mandioca	Azevedo, Beja, Benfica, Boim, Bragança, Carrazedo, Cintra, Colares, Condeixa, Espozende, Faro, Franca, Melgaço, Mondin, Monforte, Monsarás, Monte Alegre, Nova d'El Rei, Odívelas, Oeiras, Penha Longa, Pombal, Ponte de Pedra, Portel, Porto de Moz, Porto Salvo, Salvaterra, Santa Ana do Maracá, Santarém, São Bento do Rio Capim, Serzedelo, Soure, Souzel, Veiros,
	Milho	Boim, Cintra, Monsarás, Nova d'El Rei, Penha Longa, São Bento do Rio Capim
	Tabaco	Boim, Pombal
Extração	Azeite de Andiroba	Azevedo, Carrazedo, Colares, Chaves, Fragoso, Melgaço, Ponte de Pedra, Rebordelo
	Bacuri	Mondin, Monforte, Monsarás, Ponte de Pedra, Salvaterra, Soure
	Breu	Alenquer, Alter do Chão, Arraiolos, Azevedo, Carrazedo, Faro, Fragoso, Melgaço, Monte Alegre, Óbidos, Oeiras, Outeiro, Pinhel, Pombal, Ponte de Pedra, Portel, Porto de Moz, São José do Piriá, Serzedelo
	Cal	Serzedelo
	Castanha	Alenquer, Almeirim, Alter do Chão, Arraiolos, Azevedo, Beja, Carrazedo, Colares, Conde, Espozende, Faro, Fragoso, Franca, Melgaço, Monte Alegre, Outeiro, Pombal, Portel, Porto de Moz, Santa Ana do Maracá, Souzel
	Cinzas	Salvaterra
	Copaíba	Alter do Chão, Beja, Boim, Conde, Espozende, Faro, Franca, Monte Alegre, Óbidos, Oeiras, Portel, Porto de Moz, Santarém, São Bento do Rio Capim, Serzedelo, Souzel,
	Cravo Fino	Alenquer, Alter do Chão, Arraiolos, Beja, Boim, Colares, Conde, Espozende, Fragoso, Franca, Melgaço, Óbidos, Oeiras, Pinhel, Pombal, Portel, Porto de Moz, Santa Ana do Maracá, Santarém, São Bento do Rio Capim, Serzedelo, Souzel,
	Cravo Grosso	Alenquer, Alter do Chão, Arraiolos, Boim, Carrazedo, Conde, Espozende, Faro, Fragoso, Franca, Melgaço, Monte Alegre, Óbidos, Oeiras, Pinhel, Pombal, Portel, Porto de Moz, Santa Ana do Maracá, Santarém, São Bento do Rio Capim, São José do Piriá, Serzedelo, Souzel
	Estopa do Mato	Alenquer, Alter do Chão, Arraiolos, Azevedo, Beja, Carrazedo, Colares, Conde, Faro, Franca, Melgaço, Monte Alegre, Óbidos, Oeiras, Outeiro, Penha Longa, Pinhel, Pombal, Portel, Porto de Moz, Santa Ana do Maracá, Santarém,
	Jutaíssica	Alenquer, Azevedo, Boim, Fragoso, Óbidos, Outeiro, Pinhel, Portel, Santarém,
	Madeira	Azevedo, Nova d'El Rei
	Sal	Bragança, Serzedelo

	Salsa	Almeirim, Arraiolos, Beja, Boim, Conde, Espozende, Fragoso, Monte Alegre, Óbidos, Outeiro, Pinhel, Ponte de Pedra, Portel, Porto de Moz, Santa Ana do Maracá, Santarém,
Manu- fatura	Cerâmicas	Faro, Penha Longa, Santarém, Soure
	Embarcações	Alenquer, Cintra, Conde, Franca, Melgaço, Oeiras, Penha Longa, Pinhel, Ponte de Pedra, Portel
	Tecidos	Carragedo, Odivelas, Santarém
Caça	Caranguejo	Benfica, Cintra, Colares, Mondin, Monforte, Monsarás, Nova d'El Rei, Odivelas, Penha Longa, Porto Salvo, Salvaterra, Santarém, Soure
	Jabotis	Arraiolos, Azevedo, Faro, Fragoso, Monte Alegre, Pombal, Porto de Moz, Salvaterra, Santarém, São Bento do Rio Capim, Veiros
	Peixe-boi	Alenquer, Arraiolos, Beja, Boim, Carragedo, Colares, Conde, Espozende, Faro, Franca, Melgaço, Monte Alegre, Óbidos, Oeiras, Pombal, Portel, Porto de Moz, Santa Ana do Maracá, Santarém, Souzel, Veiros
	Porco do mato	Chaves, Monte Alegre, Oeiras, Veiros,
	Tartaruga	Alter do Chão, Arraiolos, Beja, Chaves, Colares, Conde, Espozende, Melgaço, Monte Alegre, Óbidos, Oeiras, Ponte de Pedra, Portel, Porto de Moz, Santa Ana do Maracá, Santarém, São Bento do Rio Capim, Souzel, Veiros
Pesca	Pescado	Arraiolos, Benfica, Carragedo, Chaves, Cintra, Colares, Espozende, Mondin, Monforte, Monsarás, Ponte de Pedra, Porto Salvo, Salvaterra, São Bento do Rio Capim, Serzedelo, Soure
	Ostra	Nova d'El Rei
Mine- ração	Prata	Veiros

Fontes: (Mapas da Tesouraria Geral dos Índios) AHU, 51, 4715; AHU, 61, 5391; AHU, 64, 5557; AHU, 69, 5899.

Tabela 10

RELAÇÃO DE <i>DESCIMENTOS</i> COLIGIDOS			
DATA	PROMOÇÃO	TOTAIS DE INDIVÍDUOS	POVOAÇÃO
15/11/1755	Fco. Xer. de Mendonça Furtado	117	Capitania do Grão-Pará
13/08/1759	<i>Principais</i> Joá e Mapecary	200	Vilas de Bragança e Colares
05/11/1760	Sem identificação	62	Vila de Cintra
05/11/1760	Sem identificação	59	Vila de Pombal
05/11/1760	Sem identificação	38	Vila de Santarém
20/07/1761	Diretor do Lugar de Azevedo	45	Lugar de Azevedo
01/08/1761	Sem identificação	41	Lugar de Porto Salvo
09/11/1761	Diretor do Lugar de Azevedo	123	Lugar de Azevedo
20/08/1762	Padre Jozé Monteiro de Noronha	33	Vila de Beja
30/07/1764	<i>Principais</i> da V. de Porto de Moz	117	Vila de Porto de Moz
15/04/1765	<i>Principal</i> da Vila de Almeirim	81	Vila de Almeirim
13/04/1766	Sem identificação	78	Vila de Alenquer
26/03/1772	<i>Principal</i> Acesso R. Chaves	7	Sem identificação
01/06/1772	Sem identificação	21	Vila de Pinhel
25/07/1772	Sem identificação	24	Lugar de S. Fco. Xer. Do Turiassú
07/09/1772	Índio Ilário da Silva	8	Vila de Monte Alegre
21/10/1775	Sem identificação	6	Lugar de Frágoso
20/02/1776	Sem identificação	9	Lugar de Azevedo
27/11/1780	<i>Principal</i> Maria Felipa Aranha	300	Lugar de S. Bernardo da Pederneira
07/05/1781	Sarg. Mor Cypriano I. de Mendonça	40	Vila de Portel
16/06/1781	Sarg. Mor Antonio da C. Medeiros	80	Vila de Serpa
24/06/1781	<i>Principal</i> João Aru	36	Vila de Monte Alegre
00/00/1781	Sem identificação	186	Vila de Pinhel
00/00/1781	Cabo da Canoa da V. de Santarém	3	Vila de Santarém
25/08/1781	Sargento Manoel da Costa	204	Vila de Silves
00/00/1781	Índio Luiz da Costa (Capitão)	57	Vila de Monte Alegre
00/00/1781	Índios João Aru e Luiz da Costa	58	Vila de Monte Alegre
00/00/1781	Sem identificação	25	Vila de Monte Alegre
00/00/1781	Sem identificação	20	Vila de São José de Macapá
00/00/1781	Índio não identificado	33	Vila de Alter do Chão
25/10/1783	Sem identificação	38	Capitania do Grão-Pará
TOTAIS		2.149	

Fontes: AHU, 45, 4108; AHU, 47, 4344; AHU, 50, 4588; AHU, 50, 4592; AHU, 51, 4682; AHU, 53, 4828; AHU, 57, 5149; AN, 99, 01, p. 5; APEP, 166, 32; APEP, 222, 66; APEP, 243, 29; APEP, 243, 13; APEP, 244, 5; APEP, 291, 101; AHU, 75, 6280; AHU, 87, 7087; AHU, 90, 7356

Tabela 11

COMPOSIÇÃO DA RECEITA E DESPESA DAS POVOAÇÕES DA CAPITANIA DO PARÁ													
POVOAÇÕES	COMPOSIÇÃO DA RECEITA (%)									PERCENTUAIS DE DESPESA, EM RE- LAÇÃO À RECEITA			
	Gêneros do Sertão	Gêneros Agrícolas	Gêneros de Pescado	Gados e Criações	Manufaturas	Canoas e Fretes	Negócios dos índios	Extraordinárias	Recursos Povoações	Despesa	Taxas ¹	Subsistência dos Índios ou Custo das Operações	Remuneração dos Índios
Vila de Alenquer ⁱ	82,54	1,87	3,57	6,21	5,58	0,22	-	-	-	114,20	33,62	34,63	43,75
Vila de Melgaço ⁱⁱ	57,88	27,87	9,62	-	4,62	-	-	-	-	116,76	36,35	37,70	29,48
Vila de Monforte ⁱⁱⁱ	-	10,57	88,60	-	0,83	-	-	-	-	103,66	35,76	20,65	46,47
Vila de Souzel ^{iv}	77,75	19,19	3,00	-	0,03	0,03	-	-	-	148,29	34,24	74,10	31,08
Vila de Beja ^v	33,96	38,27	7,10	-	20,62	-	-	0,05	-	128,22	30,84	57,26	20,57
Vila de Alter do Chão ^{vi}	88,25	6,10	0	-	5,65	-	-	-	-	112,47	31,97	29,27	36,74
Vila de Conde ^{vii}	25,40	39,05	25,27	-	10,28	-	-	-	-	219,48	32,00	54,74	32,48
Vila de Colares ^{viii}	-	93,27	6,73	-	-	-	-	-	-	154,11	31,65	59,97	33,19
Vila de Cintra ^{ix}	-	46,67	3,91	-	29,42	20,00	-	-	-	142,80	31,86	84,31	19,51
Vila de Bragança ^x	-	56,14	43,42	-	-	-	-	0,44	-	189,56	26,16	50,44	31,75
Vila Nova D'El Rei ^{xi}	-	14,87	85,13	-	-	-	-	-	-	229,61	35,14	62,52	62,96
Vila de Porto de Moz ^{xii}	85,63	5,83	2,56	0,19	5,79	-	-	-	-	115,82	35,43	34,19	38,55
Vila de Faro ^{xiii}	54,61	3,92	18,53	-	22,90	0,05	-	-	-	111,56	37,15	29,08	39,77
Vila de Almeirim ^{xiv}	95,33	2,06	2,06	-	0,56	-	-	-	-	110,82	34,16	29,44	40,37

¹ Esta variável compreende as taxas recolhidas pelo Estado e os emolumentos dos administradores coloniais.

Vila de Arraiolos ^{xv}	80,37	10,60	4,14	0,15	4,73	-	-	-	-	109,74	33,37	26,79	39,56
Vila de Monsarás ^{xvi}	-	13,12	81,01	-	5,87	-	-	-	-	104,43	36,17	38,88	22,29
Vila de Salvaterra ^{xvii}	-	23,51	75,75	-	0,74	-	-	-	-	113,29	36,96	31,40	22,13
Vila de Soure ^{xviii}	-	18,58	80,42	0,74	0,26	-	-	-	-	119,30	37,29	37,60	37,04
Vila de Chaves ^{xix}	-	87,98	10,98	-	1,04	-	-	-	-	320,41	29,65	69,84	219,41
Vila de Monte Alegre ^{xx}	88,96	9,32	1,62	-	0,10	-	-	-	-	110,20	33,45	30,09	41,33
Vila de Portel ^{xxi}	64,81	29,60	3,17	-	2,42	-	-	-	-	108,87	33,93	28,35	41,90
Vila de Oeiras ^{xxii}	60,56	36,19	2,23	-	1,02	-	-	-	-	127,60	37,08	47,14	36,40
Vila de Veiros ^{xxiii}	87,93	11,44	0,50	-	0,11	-	-	0,01	-	108,69	33,47	30,31	40,13
Vila de Pombal ^{xxiv}	91,95	7,46	-	-	0,43	0,10	-	0,06	-	102,83	32,62	23,46	40,91
Vila de Boim ^{xxv}	73,03	21,56	4,02	-	0,81	0,46	-	0,13	-	186,93	41,27	62,06	30,44
Vila de Franca ^{xxvi}	75,27	8,96	10,15	-	5,56	-	-	-	0,07	107,75	31,48	28,35	43,56
Vila de Pinhel ^{xxvii}	96,98	2,33	-	-	-	0,33	-	0,36	-	112,91	34,31	29,07	39,46
Vila de Óbidos ^{xxviii}	84,85	8,71	0,58	-	4,44	1,42	-	-	-	110,41	33,86	32,92	37,13
Vila de Espozende ^{xxix}	91,93	4,69	0,84	-	2,54	-	-	0,01	-	112,72	37,46	20,53	44,05
Vila de Santarém ^{xxx}	76,64	4,12	6,54	-	12,70	-	-	-	-	103,21	32,72	29,92	33,55
Lugar de Fragoso ^{xxxi}	69,67	25,21	-	-	4,82	-	-	0,01	0,29	127,05	35,17	41,17	45,76
Lugar de Outeiro ^{xxxii}	96,44	1,13	1,96	-	0,48	-	-	-	-	105,96	33,66	25,55	40,50
Lugar de Azevedo ^{xxxiii}	-	65,17	8,79	-	26,04	-	-	-	-	136,87	23,08	35,20	23,30
Lugar de Benfica ^{xxxiv}	-	2,50	6,90	-	90,60	-	-	-	-	199,43	26,93	86,30	25,44
Lugar de Mondim ^{xxxv}	-	10,72	89,28	-	-	-	-	-	-	158,63	43,31	27,71	31,32
Lugar de Ponte de Pedra ^{xxxvi}	-	36,11	34,22	-	29,14	-	-	0,53	-	176,24	32,57	43,93	51,88
Lugar de Condeixa ^{xxxvii}	-	100	-	-	-	-	-	-	-	194,92	31,56	30,86	13,60
Lugar de Odivelas ^{xxxviii}	-	16,68	83,32	-	-	-	-	-	-	172,56	34,27	42,12	30,09
Lugar de Serzedelo ^{xxxix}	33,33	4,67	39,90	-	21,72	-	-	0,38	-	119,77	37,18	35,94	41,56
Lugar de Santarém ^{xl}	-	91,09	8,91	-	-	-	-	-	-	196,28	20,30	29,30	-
Lugar de Porto Salvo ^{xli}	-	-	20,00	-	80,00	-	-	-	-	234,41	35,49	58,80	10,02
Lugar de Rebordelo ^{xlii}	-	58,08	-	-	41,92	-	-	-	-	128,16	22,86	40,08	13,88
Lugar de S. José do Piria ^{xliii}	33,33	5,56	37,04	-	24,07	-	-	-	-	123,72	35,13	27,18	17,03
Lugar de Barcarena ^{xliv}	-	45,57	-	-	54,43	-	-	-	-	227,48	23,10	104,94	26,91
Lugar de Baião ^{xliv}	-	60,10	39,90	-	-	-	-	-	-	103,58	28,45	12,05	47,46

Fonte: Mapas da das Contas da Tesouraria do Comércio dos Índios – AHU, 66, 5722; AHU, 71, 6055; AHU, 72, 6102; AHU, 76, 6389; AHU, 79, 6533; AHU, 81, 6648; AHU, 88, 7212; AHU, 98, 7790; AHU, 104, 8205.

-
- i Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1781, 1788 e 1792.
- ii Foram considerados os anos: 1777, 1779, 1780, 1781, 1788 e 1792.
- iii Idem.
- iv Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1781, 1788 e 1792.
- v Idem.
- vi Idem.
- vii Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1781 e 1792.
- viii Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1780 e 1788.
- ix Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1781 e 1792.
- x Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1781 e 1788.
- xi Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1781, 1788 e 1792.
- xii Idem.
- xiii Idem.
- xiv Idem.
- xv Idem.
- xvi Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1781 e 1792.
- xvii Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1781 e 1788.
- xviii Idem.
- xix Foram considerados os anos: 1777, 1779, 1780, 1781 e 1788.
- xx Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1781, 1788 e 1792.
- xxi Idem.
- xxii Idem.
- xxiii Idem.
- xxiv Foram considerados os anos: 1777, 1779, 1780, 1781 e 1788.
- xxv Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1788 e 1792.
- xxvi Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1781, 1788 e 1792.
- xxvii Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1788 e 1792.
- xxviii Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1781, 1788 e 1792.
- xxix Idem.
- xxx Idem.
- xxxi Idem.
- xxxii Idem.
- xxxiii Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1788 e 1792.
- xxxiv Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780 e 1781.
- xxxv Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1781 e 1788.
- xxxvi Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1781, 1788 e 1792.

-
- xxxvii Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1781 e 1788.
- xxxviii Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1781, 1788 e 1792.
- xxxix Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780 e 1781.
- xl Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1781 e 1788.
- xli Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1781 e 1792.
- xlii Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779, 1780, 1781 e 1788.
- xliii Foram considerados os anos: 1768, 1769, 1773, 1775, 1777, 1779 e 1781.
- xliv Foram considerados os anos: 1775, 1777, 1779, 1780, 1781 e 1792.
- xlv Idem.

Tabela 12

DISTRIBUIÇÃO DE EMPREGADOS POR FAMÍLIAS							
VARIÁVEIS	ETNIA E COR						
	BRANCA	CAFUZA	ÍNDIA	MAMELUCA	MULATA	NEGRA	S. ID.
Nº. de Famílias	3.271	83	265	427	116	12	1
Empregados em Famílias por Etnia	4.008	32	48	210	65	-	-
Média de Empregados em Famílias por Etnia	1,23	0,39	0,18	0,49	0,56	-	-
Famílias Empregadoras	663	5	10	58	14	-	-
Percentual de Famílias Empregadoras	20,27%	6,02%	3,77%	13,58%	12,07%	-	-
Média de Empregados por Família Empregadora	6,05	6,4	4,8	3,62	4,64	-	-
Famílias com até Cinco Empregados	435	2	5	45	10	-	-
Famílias com até Dez Empregados	125	2	4	8	2	-	-
Famílias com até Quinze Empregados	50	1	1	5	1	-	-
Famílias com até Vinte Empregados	21	-	-	-	1	-	-
Famílias com até Vinte e Cinco Empregados	15	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Trinta Empregados	6	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Trinta e Cinco Empregados	3	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Quarenta Empregados	2	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Quarenta e Cinco Empregados	1	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Cinquenta Empregados	2	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Sessenta e Cinco Empregados	1	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Setenta Empregados	1	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Setenta e Cinco Empregados	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: Mappa das Famílias que, à exceção das dos Índios Aldeados, se achavão existindo em cada huma da mayor parte das Freguezias de ambas as Capitánias do Estado do Grão-Para, e da sua possibilidade e aplicação no Anno de 1778. AHU, 94, 7509.

OBS. Não foram consideradas as freguesias da Capitania do Rio Negro.

Tabela 13

DISTRIBUIÇÃO DE ESCRAVOS POR FAMÍLIAS							
VARIÁVEIS	ETNIA E COR						
	BRANCA	CAFUZA	ÍNDIA	MAMELUCA	MULATA	NEGRA	S. ID.
Nº. de Famílias	3.271	83	266	427	116	12	1
Escravos em Famílias por Etnia	11.338	9	3	95	62	14	2
Média de Escravos em Famílias por Etnia	3,47	0,11	0,01	0,22	0,53	1,2	2
Famílias Detentoras de Escravos	1.511	6	3	38	14	5	1
Percentual de Famílias Detentoras de Escravos	46,19%	7,22%	1,13%	8,9%	12,07%	41,67%	100%
Média de Escravos por Família	7,5	1,5	1	2,5	4,43	2,8	2
Famílias com até Cinco Escravos	955	6	3	36	13	4	1
Famílias com até Dez Escravos	272	-	-	1	-	1	-
Famílias com até Quinze Escravos	105	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Vinte Escravos	45	-	-	1	-	-	-
Famílias com até Vinte e Cinco Escravos	50	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Trinta Escravos	18	-	-	-	1	-	-
Famílias com até Trinta e Cinco Escravos	13	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Quarenta Escravos	13	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Quarenta e Cinco Escravos	7	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Cinquenta Escravos	7	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Sessenta Escravos	11	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Setenta Empregados	7	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Oitenta Escravos	3	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Noventa Escravos	2	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Cem Escravos	1	-	-	-	-	-	-
Famílias com até Cento e Dez Escravos	2	-	-	-	-	-	-

Fonte: Mappa das Famílias [...]Anno de 1778. AHU, 94, 7509.

OBS. Não foram consideradas as freguesias da Capitania do Rio Negro.

Tabela 14

DISTRIBUIÇÃO DE EMPREGOS POR FAMÍLIAS							
EMPREGO	ETNIA E COR						
	BRANCO	CAFUZO	ÍNDIO	MAMELUCO	MULATO	NEGRO	S. ID.
Administrador de Escravos da Câmara	1	-	-	-	-	-	-
Ajudante	1	-	-	-	-	-	-
Ajudante Auxiliar	9	-	-	-	-	-	-
Ajudante da Casa da Pólvora	-	-	-	-	1	-	-
Ajudante da Praia	1	-	-	-	-	-	-
Ajudante da Tropa Paga	2	-	-	-	-	-	-
Ajudante de Engenheiro	2	-	-	-	-	-	-
Ajudante de Ordenança	1	-	-	-	-	-	-
Ajudante de Ordens	1	-	-	-	-	-	-
Alcaide	3	-	-	1	-	-	-
Alferes Auxiliar	88	-	-	-	-	-	-
Alferes da Tropa Paga	12	-	-	-	-	-	-
Andador da Ordem Terceira	1	-	-	-	-	-	-
Anspeçada Auxiliar	1	-	-	-	-	-	-
Anspeçada da Tropa Paga	10	-	-	1	-	-	-
Arcediago da Sé	1	-	-	-	-	-	-
Beneficiado da Sé	5	-	-	-	-	-	-
Cabo da Canoa	5	-	-	1	-	-	-
Cabo de Engenharia da Tropa Paga	2	-	-	-	-	-	-
Cabo de Esquadra	1	-	-	-	-	-	-
Cabo de Esquadra Auxiliar	41	3	8	4	1	-	-
Cabo de Esquadra da Tropa Paga	28	-	-	-	-	-	-
Cadete da Tropa Paga	3	-	-	-	-	-	-
Capelão da Sé	4	-	-	-	-	-	-
Capelão do Regimento da Cidade	1	-	-	-	-	-	-
Capelão do Regimento de Macapá	1	-	-	-	-	-	-
Capitão Auxiliar	53	1	-	-	-	-	-
Capitão Comandante dos Auxiliares	1	-	-	-	-	-	-
Capitão da Fortaleza da Barra	1	-	-	-	-	-	-
Capitão da Tropa Paga	6	-	-	-	-	-	-
Capitão de Campo	1	1	-	-	-	-	-
Capitão de Cavalaria Auxiliar	1	-	-	-	-	-	-

Capitão de Granadeiros	1	-	-	-	-	-	-
Capitão do Mato	1	-	-	-	-	-	-
Capitão dos <i>Descimentos</i>	1	-	-	-	-	-	-
Capitão Engenheiro	1	-	-	-	-	-	-
Carpinteiro	-	-	-	-	1	-	-
Cirurgião	1	-	-	-	-	-	-
Cirurgião Mor	2	-	-	-	-	-	-
Comandante	2	-	-	-	-	-	-
Comandante da Guarda	1	-	-	-	-	-	-
Cônego da Sé	9	-	-	-	-	-	-
Coronel	2	-	-	-	-	-	-
Cura da Freguezia da Sé	1	-	-	-	-	-	-
Cura da Freguezia de Santa Anna	1	-	-	-	-	-	-
Diretor	28	-	1	-	-	-	-
Doutor Canonista	1	-	-	-	-	-	-
Escrivão	3	-	-	1	-	-	-
Escrivão da Câmara	1	-	-	-	-	-	-
Escrivão das Armas	1	-	-	-	-	-	-
Estudante	1	-	-	-	-	-	-
Feitor das Índias	1	-	-	-	-	-	-
Fiel da Fazenda Real	1	-	-	-	-	-	-
Físico Mor	1	-	-	-	-	-	-
Furiel Auxiliar	2	-	-	-	-	-	-
Furiel da Tropa Paga	5	-	-	-	-	-	-
Governador	1	-	-	-	-	-	-
Intendente Geral	1	-	-	-	-	-	-
Juiz de Fora	1	-	-	-	-	-	-
Juiz dos Órfãos	2	-	-	-	-	-	-
Juiz Ordinário	1	-	-	-	-	-	-
Letrado	2	-	-	-	-	-	-
Mamposteiro	1	-	-	-	-	-	-
Mamposteiro da Bulla	5	-	-	-	-	-	-
Medico	1	-	-	-	-	-	-
Mestre da Escola Régia	1	-	-	-	-	-	-
Mestre de Campo	4	-	-	-	-	-	-
Mestre de Campo Auxiliar	4	-	-	-	-	-	-
Mestre de Meninos	5	-	-	1	-	-	-
Mestre de Sumaca	1	-	-	-	-	-	-
Mestre Escola	1	-	-	-	-	-	-
Oficial de Secretaria	1	-	-	-	-	-	-
Organista	1	-	-	-	-	-	-

Ouvidor Geral	1	-	-	-	-	-	-
Patrão Mor	1	-	-	-	-	-	-
Porta Bandeira da Tropa Paga	7	-	-	-	-	-	-
Porteiro	-	-	2	-	-	-	-
Porteiro da Massa	1	-	-	-	-	-	-
Prático das Salinas	1	-	-	-	-	-	-
Provedor Comissário da Fazenda Real	1	-	-	-	-	-	-
Provedor da Fazenda Real	1	-	-	-	-	-	-
Provedor dos Defuntos e Auzentes	1	-	-	-	-	-	-
Quartel Mestre da Tropa Paga	2	-	-	-	-	-	-
Sacristão	1	-	-	1	-	-	-
Sacristão da Misericórdia	1	-	-	-	-	-	-
Sargento Auxiliar	63	-	-	3	-	-	-
Sargento da Tropa Paga	7	-	-	-	-	-	-
Sargento do Número	1	-	-	-	-	-	-
Sargento Mor	1	-	-	-	-	-	-
Sargento Mor Auxiliar	14	-	-	-	-	-	-
Sargento Mor da Tropa Paga	2	-	-	-	-	-	-
Sargento Mor Engenheiro	1	-	-	-	-	-	-
Sargento Mor Engenheiro da Tropa Paga	1	-	-	-	-	-	-
Sargento Mor Entertenido	1	-	-	-	-	-	-
Secretário de Estado	1	-	-	-	-	-	-
Soldado Auxiliar	525	14	49	150	28	-	-
Soldado da Tropa Paga	166	-	-	2	-	-	-
Soldado de Cavalaria Auxiliar	12	-	-	2	-	-	-
Soldado de Infantaria Auxiliar	-	-	-	2	1	-	-
Tabelião	3	-	-	-	-	-	-
Tambor Auxiliar	-	-	2	-	1	-	-
Tambor da Tropa Paga	5	-	-	-	-	-	-
Tenente Coronel	2	-	-	-	-	-	-
Tenente da Fortaleza da Barra	1	-	-	-	-	-	-
Tenente da Tropa Paga	12	-	-	-	-	-	-
Tenente de Infantaria	1	-	-	-	-	-	-
Tesoureiro da Freguezia	1	-	-	-	-	-	-
Vigário	33	-	-	-	-	-	-
Vigário Geral	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: Mappa das Famílias [...]Anno de 1778. AHU, 94, 7509.

OBS. Não foram consideradas as freguesias da Capitania do Rio Negro.

Tabela 15

NOMEAÇÕES 1772-1794		
FUNÇÃO	NOMEAÇÕES	% DO TOTAL
Advogado	26	1,50
Ajudante	49	2,82
Ajudante de Auxiliares	1	0,06
Ajudante de Cirúrgia	7	0,40
Ajudante de Escrivão	4	0,23
Ajudante do Número	10	0,58
Alcaide	16	0,92
Alferes	222	12,80
Alferes de Granadeiros	1	0,06
Almoxarife	14	0,81
Apontador	15	0,86
Aprendiz de Ordenança	1	0,06
Capelão	3	0,17
Capitão	131	7,55
Capitão de Campo	2	0,12
Capitão do Mato	9	0,52
Capitão Mor	1	0,06
Carcereiro	1	0,06
Cirurgião Mor	1	0,06
Comandante	27	1,56
Coronel	3	0,17
Curador Geral	1	0,06
Depositário	4	0,23
Diretor	281	16,20
Escrivão	374	21,56
Feitor	17	0,98
Fiel	11	0,63
Físico Mor	1	0,06
Furiel	10	0,58
Guarda do Número	23	1,33
Inquiridor, distribuidor e contador	18	1,04
Intendente	3	0,17
Juiz	1	0,06
Meirinho	42	2,42
Mestre de Campo	2	0,12
Mestre Escola	1	0,06
Oficial de Secretaria	2	0,12
Piloto	2	0,12
Ponteiro	1	0,06
Porta Bandeira	18	1,04
Porteiro Real	2	0,12
<i>Principal</i>	76	4,38
Procurador	49	2,82
Provedor	3	0,17
Quartel Mestre	3	0,17

Recebedor	1	0,06
Sangrador	1	0,06
Sargento	42	2,42
Sargento do Número	43	2,48
Sargento Mor	26	1,50
Sem identificação	1	0,06
Tabelião	91	5,24
Tenente	28	1,61
Tenente Coronel	3	0,17
Tesoureiro Geral	4	0,23
Zelador	6	0,35
Totais	1735	100

Fonte: APEP – Códices: 251, 368 e 514

Tabela 16

NOMEAÇÕES POR ETNIA E COR				
FUNÇÃO	ETNIA E COR (%)			TOTAIS
	ÍNDIOS	MAMELUCOS	SEM IDENTIFICAÇÃO	
Advogado	-	-	100	100
Ajudante	73,47	-	26,53	100
Ajudante de Auxiliares	-	-	100	100
Ajudante de Cirurgia	-	-	100	100
Ajudante de Escrivão	-	-	100	100
Ajudante do Número	-	-	100	100
Alcaide	-	-	100	100
Alferes	26,58	-	73,42	100
Alferes de Granadeiros	-	-	100	100
Almoxarife	-	-	100	100
Apontador	-	-	100	100
Aprendiz de Ordenança	-	-	100	100
Capelão	-	-	100	100
Capitão	32,82	0,76	66,41	100
Capitão de Campo	-	-	100	100
Capitão do Mato	-	-	100	100
Capitão Mor	100	-	-	100
Carcereiro	-	-	100	100
Cirurgião Mor	-	-	100	100
Comandante	-	-	100	100
Coronel	-	-	100	100
Curador Geral	-	-	100	100
Depositário	-	-	100	100
Diretor	1,07	-	98,93	100
Escrivão	-	-	100	100
Feitor	-	-	100	100
Fiel	-	-	100	100
Físico Mor	-	-	100	100
Furiel	-	-	100	100
Guarda do Número	-	-	100	100
Inquiridor, distribuidor e Contador	-	-	100	100
Intendente	-	-	100	100
Juiz	-	-	100	100
Meirinho	4,76	-	95,24	100
Mestre de Campo	-	-	100	100
Mestre Escola	-	-	100	100
Oficial de Secretaria	-	-	100	100
Piloto	-	-	100	100
Ponteiro	-	-	100	100
Porta Bandeira	-	-	100	100
Porteiro Real	-	-	100	100
Principal	81,58	1,32	17,11	100
Procurador	-	-	100	100

Provedor	-	-	100	100
Quartel Mestre	-	-	100	100
Recebedor	-	-	100	100
Sangrador	-	-	100	100
Sargento	004,76	-	095,24	100
Sargento do Número	-	-	100	100
Sargento Mor	057,69	3,85	038,46	100
Sem identificação	-	-	100	100
Tabelião	-	-	100	100
Tenente	-	-	100	100
Tenente Coronel	-	-	100	100
Tesoureiro Geral	-	-	100	100
Zelador	-	-	100	100

Fonte: APEP – Códices: 251, 368 e 514

Tabela 17

DISTRIBUIÇÃO DOS ÍNDIOS, SEGUNDO AS SOLICITAÇÕES ÀS POVOAÇÕES, NOS ANOS DE 1775, 1776, 1777, 1778, 1780, 1781, 1782, 1783, 1788, 1789, 1790, 1791, 1793, 1794 E 1795			
NATUREZA	ATIVIDADE	MONTANTE	PERCENTUAL
Particular	Agricultura no Cabo Norte	259	12,51
	Trabalho para colonos	229	11,06
Estado	Expedições	698	33,72
	Extração de Madeiras	80	3,86
	Marchantaria	92	4,44
	Pesqueiro Real	124	5,99
	Real Serviço	440	21,26
	Ribeira	140	6,76
	Salinas	2	0,10
Sem identificação		6	0,29
TOTAIS		2.070	100,00

Fonte: APEP – Códice 291, documentos: 36, 126; Códice 306: 130, 178, 223, 369, 373, 386, 434, 443, 444; Códice 308: 131; Códice 309: 167, 290; Códice 318: 307; Códice 319: 34, 240, 268, 304, 360, 366; Códice 335: 246; Códice 343: 55; Códice 356: 21, 51, 52, 86, 103, 239, 311; Códice 456: 61, 122, 129, 133, 135, 143, 167, 178, 179, 218, 223, 224, 227, 238, 241, 253, 288, 304, 309, 310, 324, 326; Códice 466: 106, 112, 217, 224, 225, 232, 243, 244; Códice 475: 74, 76, 81, 100, 101, 105, 110, 121, 147, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 172, 179.

GRÁFICOS

GRÁFICO 1
Detalhe da População da Vila de Alenquer

GRÁFICO 2
Detalhe da População da Vila de Almeirim

GRÁFICO 3
Detalhe da População da Vila de Alter do Chão

GRÁFICO 4
Detalhe da População da Vila de Arraiolos

GRÁFICO 5
Detalhe da População do Lugar de Azevedo

GRÁFICO 6
Detalhe da População do Lugar de Baião

GRÁFICO 7
Detalhe da População do Lugar de Barcarena

GRÁFICO 8
Detalhe da População da Vila de Beja

GRÁFICO 9
Detalhe da População do Lugar de Bemfica

GRÁFICO 10
Detalhe da População da Vila de Boim

GRÁFICO 11
Detalhe da População da Vila de Bragança

GRÁFICO 12
Detalhe da População da Vila de Cameté

GRÁFICO 13
Detalhe da População do Lugar de Carrazedo

GRÁFICO 14
Detalhe da População da Vila de Chaves

GRÁFICO 15
Detalhe da População da Vila de Cintra

GRÁFICO 16
Detalhe da População da Vila de Colares

GRÁFICO 17
Detalhe da População da Vila do Conde

GRÁFICO 18
Detalhe da População da Vila de Espozende

GRÁFICO 19
Detalhe da População da Vila de Faro

GRÁFICO 20
Detalhe da População do Lugar de Fragoso

GRÁFICO 21
Detalhe da População da Vila de Gurupá

GRÁFICO 22
Detalhe da População da Vila Nova de Mazagão

GRÁFICO 23
Detalhe da População da Vila de Melgaço

GRÁFICO 24
Detalhe da População do Lugar de Mondin

GRÁFICO 25
Detalhe da População da Vila de Monforte

GRÁFICO 26
Detalhe da População da Vila de Monsarás

GRÁFICO 27
Detalhe da População da Vila de Monte Alegre

GRÁFICO 28
Detalhe da População da Vila Nova d'El Rei

GRÁFICO 29
Detalhe da População da Vila de Óbidos

GRÁFICO 30
Detalhe da População do Lugar de Odivellas

GRÁFICO 31
Detalhe da População da Vila de Oeiras

GRÁFICO 32
Detalhe da População da Vila de Ourém

GRÁFICO 33
Detalhe da População do Lugar de Outeiro

GRÁFICO 34
Detalhe da População do Lugar de Penha Longa

GRÁFICO 35
Detalhe da População da Vila de Pinhel

GRÁFICO 36
Detalhe da População da Vila de Pombal

GRÁFICO 37
Detalhe da População do Lugar de Ponte de Pedra

GRÁFICO 38
Detalhe da População da Vila de Portel

GRÁFICO 39
Detalhe da População da Vila de Porto de Moz

GRÁFICO 40
Detalhe da População do Lugar de Porto Grande

GRÁFICO 41
Detalhe da População do Lugar de Porto Salvo

GRÁFICO 42
Detalhe da População do Lugar de Rebordello

GRÁFICO 43
Detalhe da População da Vila de Salvaterra

GRÁFICO 44
Detalhe da População da Vila de Santarém

GRÁFICO 45
Detalhe da População da Vila de Santarém-Novo

GRÁFICO 46
Detalhe da População do Lugar de São Bento do Rio Capim

GRÁFICO 47
Detalhe da População da Vila de São José de Macapá

GRÁFICO 48
Detalhe da População do Lugar de São José do Piria

GRÁFICO 49
Detalhe da População do Lugar de Serzedello

GRÁFICO 50
Detalhe da População da Vila de Soure

GRÁFICO 51
Detalhe da População da Vila de Souzel

GRÁFICO 52
Detalhe da População da Vila de Veiros

GRÁFICO 53
Detalhe da População da Vila da Vigia

GRÁFICO 54
Detalhe da População da Vila de Vilar

GRÁFICO 55
Detalhe da População do Lugar de Vilarinho do Monte

GRÁFICO 56
Detalhe da População da Vila Vistoza

GRÁFICO 57
Detalhe da População da Caípitania do Grão-Pará 1773-1798